

PorTuGaL De PeRTo

MEMÓRIA SOCIAL EM CAMPO MAIOR

USOS E PERCURSOS DA FRONTEIRA

Luís Cunha

eTNo
GRáF
iCa press

Memória Social em Campo Maior

Usos e percursos da fronteira

Luís Cunha

DOI: 10.4000/books.etnograficapress.2880
Editora: Etnográfica Press
Ano de edição: 2006
Online desde: 13 mai 2019
coleção: Portugal de Perto
ISBN eletrónico: 9791036516207



<http://books.openedition.org>

Edição impressa

ISBN: 9789722028172
Número de páginas 370

Refêrencia eletrónica

CUNHA, Luís. *Memória Social em Campo Maior : Usos e percursos da fronteira*. Nouvelle édition [en ligne]. Lisboa : Etnográfica Press, 2006 (généré le 17 septembre 2019). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/etnograficapress/2880>>. ISBN : 9791036516207. DOI : 10.4000/books.etnograficapress.2880.

Este documento foi criado de forma automática no dia 17 septembre 2019. Foi obtido por via da digitalização por reconhecimento ótico de caracteres.

© Etnográfica Press, 2006
Conditions d'utilisation :
<http://www.openedition.org/6540>

Em Memória Social em Campo Maior procurou-se, antes de mais, perceber e discutir algumas das especificidades decorrentes da localização fronteiriça da vila estudada, nomeadamente as que são reflectidas na produção e reprodução daquilo a que podemos chamar memória social. Em articulação com as categorias de espaço e de tempo, a memória social, entendida enquanto representação partilhada do passado e configuração do presente, constituiu-se, portanto, como o foco analítico principal que estruturou o trabalho. Na persecução dos objectivos definidos, foram configurados dois eixos de análise fundamentais. Por um lado a própria fronteira como objecto de inquirção, ou seja, como factor que singularizou a comunidade, quer quando funcionou como recurso, quer quando potenciou o conflito. Por outro lado, a memória social como elemento articulador de diferentes temporalidades e experiências de vida, ou seja, como recurso narrativo capaz de estruturar vivências e dar-lhes sentido.

SUMÁRIO

Agradecimentos

Introdução

O ESPAÇO E AS PESSOAS

CAMPO MAIOR: DO DOMÍNIO LEONÊS A CENTRO DE INDÚSTRIA DO CAFÉ

1. O investigador e o terreno: da construção do objecto à sua problematização

1.1. O INVESTIGADOR E O TERRENO

1.2. AS DINÂMICAS DA INVESTIGAÇÃO

2. Tempo, identidade e memória social

2.1. O TEMPO E OS HOMENS

2.2. ESPAÇO, INDIVÍDUO E MEMÓRIA SOCIAL

2.3. ESQUECIMENTO: MEMÓRIA E HISTÓRIA

3. Campo maior espaço de fronteira

3.1. IDEIAS, PROJECTOS E TERRITÓRIO: A FRONTEIRA COMO CONSTRUÇÃO

3.2. A FRONTEIRA É A NOSSA PORTA. A VISÃO LOCAL DA REALIDADE RAIANA

3.3. A COMUNIDADE NA FRONTEIRA: SUAS DINÂMICAS, PERSISTÊNCIAS E MUDANÇAS

4. Espaços, práticas e representações: A memória e sua recomposição

4.1. ESPAÇOS E SOCIABILIDADES

4.2. PATRÕES, CHEFES E BENEMÉRITOS

5. O contrabando e a fronteira

5.1. O MUNDO DO CONTRABANDO: HISTÓRIA, PROCESSOS E DINÂMICAS

5.2. MEMÓRIA DOS CONTRABANDISTAS

5.3. HISTÓRIAS DA FRONTEIRA: DAS NARRATIVAS ÀS DINÂMICAS E MUDANÇAS

6. Uma história de excessos: a Guerra Civil de Espanha

6.1. E DE REPENTE A VILA PARECIA OUTRA...

6.2. SOLIDARIEDADES, TRAIÇÕES E DESUMANIDADES

6.3. OS REFUGIADOS QUE FICARAM

Conclusão

Bibliografia

Índice remissivo

Caderno de imagens

Agradecimentos

- 1 Um trabalho como este transcende sempre quem o faz. Implica boas vontades, cumplicidades e sacrifícios que não são apenas de quem investiga e escreve mas também daqueles que o cercam. Agradecer é, portanto, o acto mínimo de reconhecimento dessa partilha.
- 2 É nesta óptica que as primeiras palavras de agradecimento são devidas a todos os campomaiorenses. A todos, não só porque é preferível, neste caso, a generalização ao perigo do esquecimento, mas também porque da vila que me acolheu só guardo lembranças de simpatia e jamais animosidade.
- 3 À Virgínia, ao José Pedro e ao Miguel, mais do que agradecimentos, julgo dever desculpas. Neste longo percurso foram muitas as coisas que ficaram por fazer e muito o apoio que nem sempre pôde ser prestado. Bem sei que o resultado deste esforço não é paga suficiente, mas é o que posso oferecer.
- 4 Dos colegas e amigos recebi sempre apoio e carinho, dádivas fundamentais que contribuíram de múltiplas formas para que não me perdesse irremediavelmente neste percurso. Devo uma palavra especial aos meus colegas da Secção de Antropologia, aos quais endosso desculpas por às vezes alijar cargas que temo terem pesado neles.
- 5 Agradeço ainda a todas as instituições – e naturalmente que também a todas as pessoas a elas associadas – que de alguma forma contribuíram para este projecto. O Instituto de Ciências Sociais e o Centro de Ciências Históricas e Sociais que me enquadram institucionalmente, bem como todas as bibliotecas por que passei e que tão bem me receberam, das quais me permito destacar as bibliotecas municipais de Campo Maior e de Elvas e a biblioteca do Centro de Estudos Ibéricos «Agostinho da Silva», em Olivença.
- 6 Podendo neste caso dizer, com inteira propriedade, que os últimos são os primeiros, quero finalizar esta nota com o agradecimento ao meu orientador, Professor Joaquim Pais de Brito, que apesar dos múltiplos afazeres da sua vida académica e profissional, sempre se mostrou disponível para orientar, sugerir e incentivar, tornando-se, dessa forma, parte deste trabalho.

Introdução

- 1 A ideia da realização de um trabalho com os contornos que este veio a assumir, partiu do desejo de perceber de que forma categorias tão fundamentais para a compreensão da vida em sociedade, como as de espaço, tempo e memória social, se articulam no concreto e se oferecem à percepção do investigador. A esta ideia, excessivamente vaga, procurámos dar consistência recorrendo a um terreno de investigação possuidor de características específicas. Assim, com a escolha de uma localidade fronteiriça visámos, antes de mais, acentuar uma dessas dimensões, a do *espaço*, que dessa forma surgiu como eixo onde entroncariam as duas restantes. De resto, a singularidade de um espaço recortado por uma linha de separação política, definida pelo poder do Estado mas vinculativa também no plano local, pareceu-nos capaz de polarizar por si só as outras categorias: o *tempo*, através da história de um território que se construiu com base na liminaridade; a *memória social*, pela expressividade das experiências comuns vividas num território com tais características.
- 2 Pode então dizer-se que os objectivos que nortearam esta procura de um espaço fronteiriço como campo de investigação, entroncaram em dois nós analíticos principais. Por um lado, a própria fronteira, constituída em objecto de inquirição, ou seja, tomada como factor diferenciador, quer quando funcionou como recurso para as populações quer quando foi atravessada pelo conflito. Por outro lado, a memória social como elemento articulador de diferentes experiências de vida e distintas temporalidades, também ela recurso a seu jeito, já que por ela se mostra, se pensa e se interpreta o mundo. Foi então na tentativa de deslaçar estes nós que o trabalho assentou. Alicerçado num quadro temporal pouco rígido, que podemos defmir, grosseiramente, como o tempo passível de ser evocado na primeira pessoa do singular – o que podemos traduzir cronologicamente pelo período que vai do começo dos anos 30 do século XX aos nossos dias – o trabalho procurou em acontecimentos e fenómenos concretos expressões de memória partilhada.
- 3 De um ponto de vista substantivo, foram dois os temas que desde cedo se impuseram ao tipo de abordagem que pretendíamos. Por um lado o fenómeno do contrabando, essa realidade que se distende no tempo e da qual há uma memória não vivida de «outros tempos» agregada à experiência pessoal. A persistência desta prática no tempo permitiu-nos perceber de que forma a mudança histórica e os ajustamentos conjunturais são reflectidos na narrativa, no modo de *contar* o contrabando. Esta

actividade, que foi para alguns um modo de vida, mas para muitos mais um complemento dos rendimentos incertos do trabalho agrícola, é assumida quase sempre de uma forma positiva. Expressão de bravura e coragem, a sua evocação traduz ainda a nostalgia de uma juventude capaz de arrostar com os perigos e dificuldades que lhe eram inerentes. No caso concreto da vila que estudámos, a sua importância enquanto actividade de referência, isto é, como algo que marca a vila e a singulariza, é particularmente notória. O que a vila é hoje, aquilo que lhe dá argumento de identidade, tanto para os seus membros como para o exterior, é uma herança viva e actualizada do contrabando de café de outros tempos.

- 4 O outro tema tem uma natureza diferente, embora seja a seu modo tão marcante quanto o primeiro. Trata-se da Guerra Civil de Espanha, ou melhor, do modo como esta guerra penetrou em território português e marcou o quotidiano de quem viveu esse período, persistindo hoje como memória frequentemente evocada. Diferentemente do contrabando, a guerra civil circunscreve-se a um período de tempo definido, algo que teve um princípio e um fim conhecidos. Não é pois uma constante que se adaptou às transformações sociais, como aconteceu com o contrabando, mas um acontecimento que irrompe no quotidiano da comunidade e o modifica. A memória desse conflito não remete apenas, nem sequer fundamentalmente, para o que se passou em Espanha, mas para o modo como a guerra foi vivida em Portugal, evidenciando diferenças sociais através das atitudes então tomadas. Pela sua própria natureza é também espaço de silêncios, de meias-palavras e de esquecimento, dimensão que é afinal tão reveladora como a da recordação.
- 5 Para lá destes dois temas centrais, o decorrer da investigação foi revelando todo um feixe de questões igualmente relevantes para a abordagem pretendida. Fundamentalmente, tentámos perceber as modificações ao nível da percepção do espaço e das práticas de sociabilidade, bem como a forma como o poder e o seu reconhecimento se foram articulando com a memória e a temporalidade. Destas questões, que, naturalmente, também se revelam tanto no contrabando como na guerra civil, procurámos sublinhar um aspecto específico, exactamente o que diz respeito ao poder e à sua gestão. Do que tratámos, concretamente, foi de tentar mostrar de que modo se efectuou a substituição da elite dirigente na vila e como esse processo é indissociável das características específicas daquele espaço raiano.

O ESPAÇO E AS PESSOAS

- 6 Se olharmos para um mapa, Campo Maior¹ surgemos como um pequeno ponto no extremo sudeste do distrito de Portalegre, que parece ser empurrado para Espanha pelos concelhos limítrofes de Arronches a norte e de Elvas a sul. Este efeito cartográfico, chamemos-lhe assim, deve-se não só ao facto de o concelho parecer uma língua de terra que penetra em território espanhol, mas também porque é maior a extensão do seu território delimitado pela fronteira do que aquele que se abre a Portugal. Os seus 347 km² são partilhados apenas por três freguesias, duas delas dividindo a vila sede do concelho e a outra centrada na aldeia de Nossa Senhora da Graça de Degolados, que dista da vila menos de dez quilómetros². Trata-se de um concelho que está francamente centrado na vila. Quer Degolados quer a outra aldeia do concelho, Ouguela, são espaços claramente periféricos, não tanto do ponto de vista da distância física mas sobretudo simbolicamente: não só toda a vida social, administrativa

e laborai se centra na vila, como é apenas ao espaço limitado deste aglomerado urbano que se associam as designações de «Campo Maior» e de «campomaioirenses».

- 7 O Alentejo interior em que este concelho se insere, apresentava tradicionalmente um parentesco muito forte com as regiões espanholas contíguas, quer ao nível do coberto vegetal quer ao nível dos sistemas de cultura e métodos agrícolas³. A sua situação de região fronteira acentua a similitude geográfica de Campo Maior com as terras espanholas contíguas. Localizando-se a sul da serra de S. Mamede, serra que liga, ela própria, ao sistema montanhoso ibérico dos Montes de Toledo (Ribeiro, Leutensach & Daveau, 1987 (I): 12), nenhum obstáculo natural se interpõe entre as terras de Campo Maior e as que se abrem para os vales de Albuquerque e Badajoz. Apenas num pequeno troço de fronteira o ribeiro Abridão separa os dois países, sendo no resto campo aberto e relativamente uniforme. Do ponto de vista climático, Campo Maior apresenta mesmo maior semelhança com a região espanhola contígua do que com grande parte do Alto Alentejo – por exemplo a muito baixa pluviosidade que caracteriza a bacia de Badajoz estende-se a Campo Maior, o mesmo acontecendo com a elevada amplitude térmica (Ribeiro, Leutensach & Daveau, 1987 (II):366 e 384-5)⁴.
- 8 Os problemas derivados do modelo de exploração agrária do sul do país são múltiplos, não cabendo aqui discuti-los, ainda que um pouco mais à frente neste trabalho nos venhamos a confrontar com alguns deles. Por agora interessa-nos apenas sublinhar determinadas características da estrutura agrária de Campo Maior. Desde logo o facto de a dimensão média das explorações agrícolas neste concelho (31,7 ha) ser significativamente menor do que a que se verifica nos concelhos vizinhos de Arronches (48,4 ha), de Elvas (57,3 ha) e, já em Espanha, de Albuquerque (68 ha). Neste aspecto só Badajoz (28,1 ha) se aproxima de Campo Maior (Lourenço, 1996). Note-se ainda que de todos os concelhos portugueses e comarcas espanholas que Fernando Lourenço (1996:25) integra no mesmo grupo que Campo Maior, é nesta vila que se encontra o melhor índice na relação entre a superfície total das explorações agrícolas e a superfície agrícola utilizada (98,3%). A explicação desta relativa singularidade parece passar por vários factores. Um deles é a partilha de terras baldias no século XIX pelos habitantes da vila (Defesa da Godinha⁵) e das localidades de Degolados e Ouguela (parcelas das respectivas refertas⁶). Outro aspecto importante a considerar é o da diversidade e qualidade dos solos. Se ele não impede que muitas das terras atribuídas aos chefes de família acabem por ser vendidas, vindo depois a constituir propriedades mais vastas⁷, a verdade é que noutros casos a exploração de parcelas relativamente pequenas se conservou, acabando por se tornar rentável, sobretudo devido ao olival.
- 9 As características da sua estrutura agrária, associadas à polarização exercida pelo contrabando, terão contribuído para a capacidade de atracção de mão-de-obra proveniente de outros concelhos. Ainda hoje a percentagem de imigrantes em Campo Maior está um pouco acima da média distrital, tal como os Censos de 2001 comprovam (2,5% versus 2,1%), mas no passado o peso desse factor terá sido ainda maior – por exemplo, em 1960 17% da população de Campo Maior era natural de outros concelhos. Hoje pode dizer-se que se esta vila não escapou totalmente à desertificação que a partir dos anos 50 marcou o interior do nosso país, a intensidade do fenómeno não foi em Campo Maior tão significativa como noutros locais – basta referir que enquanto o distrito de Portalegre, entre 1950 e 2001, perdeu 34,6% da sua população, em Campo Maior, durante o mesmo período, essa quebra cifrou-se em 14,5% (cf. Quadro 1). Note-se ainda que essa perda demográfica é ainda menos significativa se considerarmos apenas

as freguesias urbanas. Este facto reforça, desde logo, a ideia da notória centralidade da vila no contexto concelhio, evidenciando o carácter essencialmente urbano da sua população. Por outro lado, e complementarmente, ele indicia que a relativa singularidade de Campo Maior assenta em actividades que se desenvolvem na vila, o que nos conduz à indústria de torrefacção de café e ao modo como esta actividade marcou o desenvolvimento de Campo Maior nas últimas décadas.

Quadro 1. Variação da população (1950-2001)

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	Totais 1950/2001
Distrito Portalegre	196.993	188.482	140.905	142.905	134.169	127.026	- 34,5%
Campo Maior	9.801	9.887	7.895	8.549	8.508	8.387	- 14,5%
Freguesias urbanas ^{a)}	8.727	8.807	7.180	7.939	7.884	7.851	- 10%
Freguesia rural ^{b)}	1.074	1.080	715	610	624	536	- 50%

a) Freguesias de N.Sr^a da Expectação e de S. João Baptista.

b) Freguesia de N. Sr.^a da Graça de Degolados.

FONTE: INE

CAMPO MAIOR: DO DOMÍNIO LEONÊS A CENTRO DE INDÚSTRIA DO CAFÉ

- 10 Uma breve abordagem histórica da vila de Campo Maior pode começar por aquilo que é mais consensual no seu passado remoto: a data em que se tornou território pertencente ao reino de Portugal. Foi em 1297, através de um tratado assinado em Alcanises por D. Fernando IV e D. Dinis, que um conjunto de localidades e seus termos, entre as quais Campo Maior e Ouguela, passaram do reino de Castela para o de Portugal, sucedendo o inverso a algumas outras. A sua história anterior é algo mais vaga. Terá sido conquistada aos muçulmanos cerca do ano 1230, passando então a integrar o concelho de Badajoz e o Reino de Leão. Sabe-se que foi outorgada ao bispo dessa cidade em 1255⁸, que cinco anos depois lhe concedeu o seu primeiro foral. A descoberta de vários objectos, como machados de pedra e cerâmica, parecem atestar a presença humana desde a pré-história (Vieira, s.d.:!), do mesmo modo que alguns vestígios romanos, nomeadamente monumentos epigráficos (Encarnação, 1989), atestam a presença romana no espaço que o concelho hoje ocupa.
- 11 A passagem de Campo Maior do reino de Castela para Portugal é expressiva da sua situação de terra fronteira e indiciadora daquelas que são as marcas fundamentais da sua história. Falamos, naturalmente, das batalhas que aí se travaram e lhe marcaram a fisionomia, seja pela imponência do castelo que defendeu a vila seja pela influência que as guerras tiveram nas transformações demográficas que foi sofrendo. O peso desta marca é evidente naquilo que ao longo dos anos se escreveu sobre Campo Maior, tanto em memórias produzidas nos séculos XVIII e XIX (Moura e Azevedo, 1993 e Dubraz, 1868), como em trabalhos recentes de história local. Ele pode aferir-se ainda noutros planos, como na toponímia ou no registo biográfico das personalidades marcantes da vila⁹. Por esta razão, a história de Campo Maior pode, em grande medida, ser contada a partir do

seu castelo, apesar das incertezas quanto à sua origem e fundação¹⁰. A sua importância está, porém, documentada desde 1388, data em que D. João I lhe moveu um cerco e conquistou a vila, pondo fim dessa forma à fidelidade a Castela que mantinha em consequência da crise de 1383-85¹¹. A situação fronteiriça agudizava a questão da fidelidade a uma ou a outra coroa, como aconteceu no século XIV e se repetiu em 1580, quando o alcaide de Campo Maior se recusou a entregar o castelo ao mandatário de Filipe II. A Restauração de 1640 tampouco trouxe paz à vila, pois a guerra entre Portugal e Castela fez-se sentir aí de forma intensa. Em 1712 são de novo tropas espanholas que cercam o castelo que desta vez resiste, apesar de perdas elevadas de vidas e bens (Vieira, s.d.:16). Dois outros episódios militares, em 1801 de novo cercada pelos espanhóis e em 1811 pelo exército francês, são igualmente importantes referências na história da vila, tendo mesmo o segundo destes cercos e a resistência que suscitou, conferido à vila o título de «leal e valorosa», que ainda hoje o seu brasão ostenta (Vieira, s.d.:20-21).

- 12 Se por um lado a localização de Campo Maior era um factor de crescimento, atraindo imigrantes, muitos deles castelhanos¹², representava por outro uma ameaça permanente à estabilidade da população. Não só os momentos de guerra e de crise representavam perdas demográficas significativas, como estas ocorriam também fruto de acidentes decorrentes do seu carácter de vila fortificada. O mais grave destes acontecimentos ocorreu em 1732 quando um raio atingiu o paiol de pólvora instalado na torre de menagem, destruindo por completo o castelo e a maior parte da vila. Esta torre de menagem era um edifício imponente, com cerca de trinta e cinco metros de altura, ou seja, o correspondente a um edifício de onze andares (Vieira, s.d.:12). Aquele que à época era governador do castelo, descreveu o sucedido da seguinte forma:

Era a Torre toda de pedraria grossa, assim por fora como por dentro, e as abóbodas das nove ruas que tinha, eram também de pedra de enchilaria, sem que entrasse ali outro material. Foi tal o impulso da pólvora, que arrancou a Torre dos seus alicerces e a desfez em miúdos pedaços, e juntamente todo o muro do mesmo castelo (...). Ao estrondo da pólvora, e da Torre, caíram ao mesmo tempo 836 moradas de casas das 1076 de que se compunha esta povoação (...). Morreram 256 pessoas entre grandes e pequenas, ficaram feridas mais de duas mil (Moura e Azevedo, 1993:137-8).

- 13 A Capela dos Ossos, anexa à Igreja Matriz da vila e um dos pontos de referência nos folhetos turísticos actuais e passados, passa por ser a expressão dessa tragédia: «E de admitir que a sua construção tenha sido em memória de todos aqueles que morreram com a explosão. Cobrem as paredes laterais e tecto, ossos de cerca de 800 cadáveres humanos, tendo um ainda a pele ressequida.» (Marques de Matos, 1995:18.)
- 14 É apenas no século XIX que se criam condições para a vila virar as costas ao castelo, libertando-se da sua sombra tutelar. A pacificação da fronteira transforma o castelo mais num *lugar de memória* (conceito a que adiante voltaremos), do que num efectivo instrumento de defesa. A sua desactivação em 1848 foi apenas o primeiro passo para o seu abandono, que já se notava em 1860 (Vieira, s.d.:22) e que de alguma forma era ainda o seu estado na altura em que realizámos a nossa investigação¹³. No século XIX, ao mesmo tempo que os últimos militares desocupam o castelo, a vila surge marcada durante largos períodos, por uma forte conflitualidade interna¹⁴. E, afinal, o reflexo das dissensões políticas entre liberais e absolutistas que marcaram a história de Portugal nessa época. Do ponto de vista da evocação do passado transmitida pelos autores locais, este não é, todavia, o acontecimento mais referenciado desse período. Foi uma questão política e administrativa que acabou por ocupar o lugar destacado que até aí fora

desempenhado pela guerra, sobretudo porque essa questão revê e altera a relação de Campo Maior com os outros centros urbanos da região. Trata-se da decisão tomada em 1867 de extinguir o concelho de Campo Maior, ficando em suspenso a possibilidade de o integrar no vizinho concelho de Elvas ou de vir a constituir, juntamente com Arronches e Monforte, um novo concelho, de que não seria, todavia, a localidade sede (Botelho, 1996:131).

- 15 A evocação deste episódio oitocentista não obsta à constatação de que os séculos XIX e XX não têm merecido senão escasso interesse por parte de quem escreve sobre Campo Maior. A persistência do passado militar como referência fundamental e emblematizadora da vila parece dificultar o olhar sobre a história mais recente. Assim, a síntese histórica da primeira metade do século XX tende a surgir como uma espécie de crónica social feita a partir das memórias de quem escreve – *vide e.g.* Joana Muñoz (1998) ou Fernando da Silva Dias (2000). Apesar deste desinteresse, aquilo que Campo Maior é hoje decorre de transformações relativamente recentes, como a substituição de uma espécie de oligarquia de proprietários rurais pelas figuras emergentes do contrabando e da indústria do café. Numa obra recente e de carácter monográfico (Muñoz, 1998), podemos ver como a «evocação literário-etnográfica» de Campo Maior dispensa a referência à actividade industrial constituída em torno do café. O que prevalece como imagem da vila são os «usos e costumes» e uma certa ideia de «cultura popular», conceitos remetidos essencialmente para a actividade agrícola e para as Festas do Povo. Julgamos que não é tanto a contemporaneidade – e note-se que mesmo esta é relativa, pois já nos anos 40 existiam torrefacções importantes em Campo Maior – a excluí-lo desta e de outras obras sobre a vila. O que nos parece pesar mais é a ideia da inadequação dessa actividade à matriz simbólica que define o *popular* e o *genuíno*¹⁵.
- 16 Uma nota final nesta Introdução para referir que a centralidade da vila de Campo Maior no contexto concelhio subalterniza outros lugares que, no entanto, se revelaram importantes para este trabalho. Falamos das aldeias de Degolados e Ouguela, hoje mais periféricas do que no passado, mas que constituem, ainda assim, *topoi* referenciais importantes, sobretudo a segunda. A semelhança de Campo Maior, Ouguela foi integrada na coroa portuguesa através do Tratado de Alcanises (1297), mas várias fontes apontam para uma origem bem mais remota – fundação celta com o nome de Niguella, que com os romanos se teria transformado em Budua (Costa, 1984). Quanto à aldeia de Degolados há a referir que se trata de uma designação que existe pelo menos desde o século XIII, aparecendo nessa altura atribuída a um ribeiro que passa no local onde hoje se ergue a povoação. Quanto a esta, sabe-se que no século XVIII a freguesia se encontrava já instituída, remontando ao século anterior a edificação no local de casas de habitação e arrecadações agrícolas (Lopes & Vieira, 1987). A sua ligação a Campo Maior é, porém, mais tardia, pois só em 1926 se concretiza definitivamente a sua passagem do concelho de Arronches para o de Campo Maior.
- 17 Antes de entrarmos no estudo deste contexto específico que acabámos de definir e de avançarmos para os dados que o terreno nos forneceu, importa agora introduzir neste trabalho um olhar algo introspectivo, com o qual procuraremos dar conta dos processos de trabalho e do afimamento dos objectivos que foram guiando a investigação, conduzindo-a aos resultados que aqui se oferecem.

NOTAS

1. Optámos por utilizar o nome real da vila que estudámos por uma razão fundamental: não era possível falar de Campo Maior sem que facilmente se percebesse que era dessa vila que se falava, pois a existência de uma importante torrefacção de café numa localidade da raia alentejana sinalizaria a vila inevitavelmente. Do mesmo modo, sempre que se tratava de figuras com projecção pública e facilmente identificáveis, optámos por usar o nome verdadeiro, recorrendo, porém, a pseudónimos no caso dos nossos informantes.
2. Esta configuração administrativa foi alcançada apenas em 1926, quando se deu a transferência da freguesia de Degolados, com excepção de alguns lugares, do concelho de Arronches para o de Campo Maior. A aldeia de Ouguela, que chegou a ser concelho, foi integrada em Campo Maior ainda no século XIX como freguesia, estatuto que veio a perder em 1936, quando passou a lugar da freguesia de S. João Baptista.
3. É essa a perspectiva que ainda nos anos 30 Hermann Lautensach nos transmite, numa obra em que analisa Portugal no contexto ibérico (cf. Ribeiro, Lautensach & Daveau, 1987(1):20). Os projectos de irrigação que decorreram em momentos diferentes do século XX-primeiro em Badajoz e mais tarde, com a barragem do Caia, também em Portugal-alteraram parcialmente esta semelhança. A contiguidade referida é também notada e sublinhada por Mattoso, Daveau & Belo (1997).
4. Esta contiguidade tem sido observada também em vectores de diferente natureza, nomeadamente na linguística (cf. e.g. Eduardo Barajas, 1985, Matias, 1984).
5. Dividida em 1871 em 1300 talhões de cinco alqueires de terra cada um (Vieira, s.d.:7).
6. Um pouco mais à frente teremos oportunidade de conhecer melhor a natureza das chamadas refertas, terras que foram exploradas de várias formas, mas que escaparam ao modelo dominante de exploração extensiva característico do latifúndio.
7. Fenómeno também observado por Cutileiro (1977) em Vila Velha.
8. Para Rui Vieira (1985:9) este ano «apresenta-se, actualmente, como o primeiro a partir do qual se pode começar a fazer a história de Campo Maior».
9. Sobre este último aspecto veja-se o trabalho de um jornalista ligado à vila, João Pessoa, que nos anos de 1957 e 1958 publicou no jornal eborense *Democracia do Sul* cinquenta biografias de personagens locais, sendo clara a preponderância de figuras ligadas ao passado militar de Campo Maior.
10. Para uns a construção primitiva deve-se aos romanos e para outros aos muçulmanos, havendo ainda quem aponte D. Dinis como o seu obreiro, seja porque o reedificou seja porque o construiu de raiz (Vieira, s.d.:9).
11. No Alto Alentejo são os lugares de Campo Maior, Ouguela e Olivença aqueles que resistem até mais tarde, tendo Campo Maior permanecido fiel a Castela até 1388. A esta situação não é indiferente, por certo, o facto de estas localidades terem sido incorporadas no Reino de Portugal apenas em 1297 como referimos (cf. Vieira, 1985:22 sgg.).
12. Entre 1532 e 1574a sua população terá aumentado cerca de 50%, parecendo ser significativo o contingente de judeus que, perseguidos em Castela, vieram viver para Campo Maior nessa altura (Vieira, 1985:23).
13. Numa visita posterior (Dezembro de 2002) pudemos constatar que algo se modificara. O IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), instituição responsável pelo castelo, que é considerado património nacional desde 1911, parece ter-se empenhado na recuperação e dinamização do castelo com resultados já visíveis.
14. *Recordações dos Últimos Quarenta Anos*, obra de João Dubraz, publicada pela primeira vez em 1868, é bem ilustrativa das tensões vividas em Campo Maior durante esse período.

15. A importância destes conceitos numa certa mitificação do passado, tem vindo a ser relevada a partir da antropologia portuguesa (*e.g.* Pina-Cabral, 1991:11 sgg. e Leal, 2000:27 sgg.) e também da história (*e.g.* Melo, 2001).

1. O investigador e o terreno: da construção do objecto à sua problematização

1.1. O INVESTIGADOR E O TERRENO

- ¹ O olhar introspectivo que se pretende adoptar neste ponto do trabalho, talvez se apresente ao leitor como um registo algo desconexo em relação ao corpo central desta dissertação. Importa desde já confessar que esse é um efeito desejado, pois estes parágrafos visam mais discutir um processo do que expressar uma interpretação, sugerir hipóteses ou expor resultados. De facto, neles é o trabalho etnográfico, enquanto processo de construção de conhecimento, que se constitui em objecto de debate. Pode por isso dizer-se que é aqui distinto o lugar de enunciação, já que nos capítulos subsequentes esta problematização do processo dará lugar à expressão dos resultados obtidos, ou seja, o questionamento assumidamente subjectivo dará lugar a um esforço de neutralidade axiológica do investigador¹. Pretende-se então que a enunciação se faça aqui a partir do interior do processo dialéctico que o investigador travou com o seu terreno – desde logo com as pessoas, mas também com um espaço que lhe era estranho e com um tempo singularizado, pelo menos na medida em que o devia viver de uma forma particular e, de algum modo, única na sua carreira de investigador. A intenção não é aqui, em todo o caso, partilhar as notas de campo ou trazer a público essa figura algo mítica do diário do investigador. Tampouco devem ver-se estes parágrafos com um substituto ou arremedo de textos onde a experiência de terreno é tomada como objecto autónomo de escrita ou reflexão². O objectivo é aqui menos ambicioso: trata-se de fazer o leitor participar das dúvidas e hesitações que acompanharam o investigador no terreno, bem como do modo como tentou resolvê-las³.
- ² Quando este trabalho não passava ainda do projecto vago de estudar a fronteira e a memória social, Campo Maior surgia a meus olhos apenas como um ponto mais na extensa linha que separa Portugal e Espanha. Nenhum laço pessoal me ligava a essa terra, nem sequer nenhuma referência particular como lugar de passagem ou veraneio.

Não existiram pois razões de ordem afectiva a determinar a escolha dessa localidade como campo de trabalho. Foram de outra natureza os factores que fizeram com que essa vila se destacasse do mapa e se tornasse no ponto de focagem da investigação que aqui se apresenta. Parece-me importante referir neste ponto que se tratava do meu primeiro contacto a sério com o terreno, experiência que nem a licenciatura nem os mais de dez anos de trabalho como docente e investigador haviam suscitado até aqui. Este facto condicionou, também ele, a minha escolha. É certo que apesar de viver e trabalhar no norte, as planícies do sul não podiam representar, e evidentemente que nem tal se pretendia, a procura do exótico, nem mesmo de um putativo exótico dentro de portas. Ainda assim elas prometiam uma quebra no quotidiano, fosse pela diferente espacialidade que ofereciam fosse pelo distanciamento face a quem me era próximo. Dito de outra forma: mesmo não implicando, no seu sentido pleno, a viagem quase iniciática e a aventura mítica da antropologia clássica, a verdade é que as ideias em que de um ou outro modo todos os antropólogos foram instruídos, como as da importância do distanciamento e do mergulho no que não se conhece, acabaram tomando conta do seu quinhão neste projecto.

- 3 A transformação da experiência de Malinowski no paradigma metodológico dominante e quase absoluto da antropologia, teve um efeito de fetichizar uma técnica, a da observação-participante (Kilani, 1990:105), que não deixa de se manifestar mesmo no quadro de análises que se pretendem desmistificadoras (cf. Durand, 2001:127). Não é por isso surpreendente, apesar de estar longe de ser um «homem do terreno», o modo como Lévi-Strauss encara a questão:

É por uma razão bem profunda, presente na própria natureza da disciplina e nas características distintivas do seu objecto, que o antropólogo tem necessidade da experiência do terreno. Para ele, ela não é nem um objectivo da sua profissão, nem uma finalidade da sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Ela representa um momento crucial da sua educação, antes do qual ele poderia possuir conhecimentos descontínuos, que não formariam jamais um todo, sendo somente após essa experiência que os seus conhecimentos se «cimentarão» num conjunto orgânico, adquirindo repentinamente um sentido, que anteriormente lhes faltava (Lévi-Strauss, 1958:409)⁴.

- 4 Esta ideia de um «homem novo» (Lévi-Strauss, 1958:410) emergindo da experiência de terreno, é aquela que Rabinow confessa ter encontrado quando preparava a sua investigação em Marrocos:

Foi-me dito que os meus artigos careciam de importância porque uma vez que tivesse realizado trabalho de campo passariam a ser radicalmente diferentes. (...) A promessa de iniciação nos segredos do clã resultava sedutora. Pessoalmente aceitei totalmente o dogma (Rabinow, 1977:25).

- 5 Evidentemente que compreendia bem que as transformações sofridas desde há décadas pela disciplina, nomeadamente a ampliação do seu objecto resultante da integração das sociedades complexas no seu universo analítico, tiveram consequências também ao nível das estratégias metodológicas. Dada a localização e as características do tema que me propus trabalhar, esta questão assumia a meus olhos particular pertinência:

Perante a dificuldade de demarcar os objectos em que a singularidade é dada de imediato através da distância cultural e histórica que separa o observador daqueles que observa, como foi o caso até aqui com os objectos modernos da própria experiência e historicidade do observador, a antropologia feita «em casa» parece querer fundar o seu projecto sobre uma espécie de «efeito etnográfico» (Kilani, 1990:104).

- 6 De resto, ao trabalhar um tema tão intangível quanto o da memória, mais se acentuava a eventual inadequação da metodologia mais clássica ao objecto. Poderá fazer-se observação participante estudando a memória? O investigador pode sem dúvida recolher memórias e mesmo suscitá-las ajudando a sua emersão, mas não pode *participar* delas, pois não as pode viver. E certo que não se tratava da evocação da memória enquanto registo pessoal, mas antes da sua participação num sistema de representações. Dessa forma a conciliação parecia possível: mesmo assentando que na memória não se participa, as expressões múltiplas que formam um sistema de representações e que integram a memória, reaproximam o objecto da prática etnográfica tradicional.
- 7 Para mim a questão colocava-se de uma forma que de algum modo me dividia. Por um lado significava a iniciação àquela que não era apenas *uma* técnica, mas a técnica do universo disciplinar e profissional em que me movia. Por outro lado existia o risco de a definição do objecto se revelar inadequada ao seu uso. Mesmo sabendo que lidava com uma certa mitificação do trabalho de campo e da observação participante, a ideia da aplicação destas técnicas como exercício de iniciação, fazia também em mim o seu percurso. A este estado de alma dubitativo respondia bem o solipsismo epistemológico traçado por Jean Jamin (1985:18): «Eu sou etnógrafo, logo o que eu observo é etnográfico.» Para lá do percurso histórico da disciplina e da redefinição do seu objecto, este postulado de Jamin vincava a especificidade e pertinência do olhar antropológico e do texto etnográfico para com eles fundar e legitimar novas práticas (cf. Kilani, 1990:104). Se esta perspectiva não resolvia o problema da iniciação que faria de mim um «novo homem», postulava, pelo menos, a participação do que pretendia fazer na tradição disciplinar em que me revia.
- 8 Esta evocação do terreno, dos seus fascínios e limitações, fez perder à narrativa não o norte, mas o sul, já que era dele que se falava antes da sua aparição sob a forma de problemática epistemológica. Tratava, alguns parágrafos atrás, de justificar a escolha do sul frisando que embora o exótico e a ideia de descentramento não estivessem envolvidas nem pudessem ser evocadas, a distância física tivera a sua importância⁵. Em todo o caso, por estas ou outras razões menos traduzíveis analiticamente, foi desde cedo que as minhas expectativas se orientaram para sul, e foi assim que Campo Maior se recortou no horizonte. Começou por ser uma possibilidade entre várias, uma silhueta no horizonte algo indistinto dos campos alentejanos, só gradualmente ganhando consistência, conforme as outras hipóteses de trabalho iam sendo arredadas⁶. De alguma forma, numa investigação apontada a sul e que tomava a fronteira como tema central, ou pelo menos como nó articulador da sua argumentação, essa vila surgiria inevitavelmente como um dos locais não apenas possíveis, mas também óbvios para centrar o trabalho.
- 9 Bastará notar como a favor dessa escolha pesava um dado que finalmente se revelou determinante: ali a fronteira não só fora importante no passado, como deixara como herança uma indústria de cafés que marcava o presente da vila de forma absolutamente determinante. A ideia era pois a de que a transfiguração do contrabando tradicional numa indústria forte, que garante emprego e dá projecção à vila, conferia um valor acrescentado ao tema que se pretendia estudar. Por outro lado, contra a escolha de Campo Maior, pesava sobretudo a dimensão demográfica de um local que foi «vila quase cidade»⁷ no passado, resistindo hoje, como já vimos, à acentuada desertificação das regiões vizinhas. O peso do modelo clássico da pequena unidade sociocultural

homogénea (Casal, 1996:100), fazia-me confrontar neste ponto com as duas faces de uma mesma moeda: se a dinâmica actual de Campo Maior era estimulante, já que revelava a importância da fronteira que queria estudar, por outro lado a sua dimensão demográfica e a sua heterogeneidade social surgiam a meus olhos como dificuldades acrescidas, que, acreditava eu, se não colocariam no estudo de uma pequena comunidade.

- 10 De facto, os problemas que antevia nesta primeira experiência de terreno pareciam-me mais controláveis se o objecto de estudo fosse de outra natureza. Não falo estritamente do peso demográfico de um aglomerado urbano em confronto com a pequena aldeia, mas dos problemas de escala daí derivados. A impossibilidade de falar com toda a gente ou mesmo conhecer e tornar-me conhecido de toda a população, era um facto do qual derivava um problema:

A escala e a diversidade da vida urbana significavam que é apenas possível estudar as pessoas superficialmente ou estudar um pequeno número de informantes em profundidade (Burgess, 1984:16).

- 11 Para o investigador o problema colocava-se, naturalmente, nas escolhas que lhe competia fazer e que só o terreno e não os manuais lhe diria como: com quem falar, que critérios usar na escolha de informantes, como garantir autoridade etnográfica para além do «eu estive ali» (Clifford, 1988:153)? Todavia, de forma optimista, acreditava que a evidência empírica do terreno, em articulação com uma razoável dose de intuição, seria suficiente para ajustar a metodologia matricial da disciplina com o contexto concreto de investigação.
- 12 Para lá desta questão de escala e das suas implicações na organização da pesquisa, o objecto de estudo tinha outras especificidades a que havia também que atender. Desde logo porque não se tratava de realizar uma monografia sobre Campo Maior, mas de estudar aspectos concretos e delimitados a partir dessa vila. Isto significa que não eram apenas questões de ordem metodológica que se levantavam, mas também outras de cariz epistemológico. Voltarei a este tema um pouco mais à frente, mas importa notar neste ponto que a orientação do interesse para a memória de fenómenos como o contrabando ou de acontecimentos como a Guerra Civil, fragmentava por si só o universo de pesquisa. Quero com isto dizer que, dada a especificidade temática, só uma parte da população poderia estar implicada na investigação. Volta-se de novo à importância do terreno, pois só empiricamente se podem definir os sujeitos e segmentos da população relevantes – nomeadamente pelo envolvimento directo nos fenómenos ou por assumirem uma memória e se disporem a partilhá-la. Por outro lado, num contexto com as características do que íamos abordar, a disponibilidade de fontes documentais, nomeadamente de natureza histórica, surgia como algo capaz de compensar eventuais problemas de representatividade dos informantes.
- 13 Estas considerações *a priori*, que na altura não seriam sequer formuladas de um modo tão analítico e ponderado, podem hoje, olhadas já a alguma distância, ser entendidas como reflexo de uma espécie de conflito interior entre a sedução do terreno e o temor do desconhecido. A chegada a Campo Maior não resolveu propriamente esse conflito, mas colocou-o num segundo plano, submergido na evidência do estar ali e ser ah que era necessário trabalhar. Fosse este um terreno exótico e distante e não resistiria, por certo, a começar aqui a narrativa, recorrendo a velhas e eficazes fórmulas: «Foi numa tarde fria mas ensolarada de Dezembro que o meu velho e cansado carro parou na praça central da vila...» Não sendo esse o caso, abandone-se a expressão poética para dizer

que de facto, após algumas visitas exploratórias e de muito curta duração, me instalei em Campo Maior em Dezembro de 1997 para uma estada que se prolongou até Outubro do ano seguinte. A este sucederam-se alguns outros períodos curtos de presença na vila, procurando com eles complementar informações e esperar que a impregnação do terreno no investigador favorecesse a análise dos dados e posterior escrita.

- 14 A dimensão da vila e a sua significativa abertura ao exterior, jogaram a meu favor na altura de encontrar lugar para me instalar, não tendo vivido as dificuldades que um espaço mais pequeno e fechado pode colocar, como outras experiências mostram. Miguel Vale de Almeida, por exemplo, viveu numa aldeia geograficamente próxima de Campo Maior, Pardais, algumas dificuldades a este nível: «A ideia, cem vezes por mim reiterada, de “querer viver com as pessoas” tinha o seu quê de absurdo e ameaçador...» (Vale de Almeida, 1995:28.) Campo Maior, porém, habituou-se nos últimos anos ao vai e vem de jogadores de futebol, de representantes comerciais da Delta e outras empresas e ainda de estudantes de uma escola profissional instalada na vila. Criou, por isso, estruturas formais de acolhimento, que vão desde um hotel de três estrelas a pequenas residenciais, para além da disponibilidade de particulares para alugar casas ou quartos – sobretudo estes, que têm particular procura por parte dos alunos da referida escola profissional.
- 15 Não foi pois difícil arranjar uma casa, na verdade parte independente de uma velha casa de lavrador, com uma topografia incómoda pelo excesso de portas e escadas, mas com a vantagem de possuir um terraço aberto ao sol e ao casario. Tratava-se, além do mais, de uma casa situada bem dentro do casco antigo da vila, facto que me parecia bem adequado aos objectivos, pois a inserção num espaço como aquele parecia-me facilitar a integração e as relações de proximidade – como adiante veremos, Campo Maior tem uma parte nova que se me apresentava mais incaracterística e menos acolhedora. A descoberta do lugar é uma primeira etapa imprescindível e necessária. Começamos por nos orientar no emaranhado de ruas irregulares, aprendendo a identificar os lugares referenciais, tanto os que hoje se distinguem, como aqueles que se distinguiram no passado e se revelam na escrita produzida sobre a vila. Esta necessidade de conhecer o espaço que durante alguns meses ia ser o meu, não se circunscreveu à vila. Estendeu-se também ao reconhecimento dos limites do concelho e ao conhecimento da topografia da fronteira, para lá dos locais em Espanha que constituem referência no espaço que estudei.
- 16 Nesta fase os mapas são um auxiliar importante do investigador, pois são eles que fazem a mediação entre o empírico e um certo grau de abstracção que favorece uma mais rápida compreensão do espaço. As ruas, as casas, os monumentos e mesmo os lugares que percebemos serem de encontro e convívio, vão ganhando consistência quando percebemos de que forma se arrumam no espaço. A própria natureza do trabalho que me propunha fazer obrigava a uma atenção particular a esse aspecto, pois era necessário perceber o modo como o tempo agira com o espaço. A leitura dos jornais locais das décadas de 20 e 30, por exemplo, colocava-me perante uma toponímia urbana que entretanto fora modificada e perante uma ocupação do espaço rural bem mais densa do que aquela que podia observar no presente. O mesmo acontecia com as informações que ia recolhendo oralmente e nas quais, por vezes, as referências usadas eram as do passado. Os mapas, quer da vila quer do concelho e da região, ajudavam então a perceber o efeito do tempo, tanto no modo de nomear os lugares como na sua ocupação.

- 17 Esta fase inicial da pesquisa foi marcada por uma relação muito física com o terreno. Sentia necessidade de caminhar muito, de frequentar os lugares públicos, de observar as casas e o quotidiano da vila, como se essa fosse a única forma de que dispunha para me impregnar naquela realidade. E de alguma modo era mesmo isso que acontecia. Apesar de estar a falar de uma vila relativamente populosa, foi inevitável um certo efeito de estranheza mútua: do investigador perante uma realidade nova, composta de fragmentos – de rostos que se reencontravam, de olhares curiosos, de casas que repetiam e mudavam sinais – que só o tempo arrumaria; das pessoas da comunidade perante alguém que chega com objetivos que não eram facilmente compreendidas ou explicadas. A entrevista que conseguira com o Presidente do Município não ajudara muito a este nível: Campo Maior não é assim tão pequeno que permita a introdução do investigador e da investigação no seu quotidiano apenas por intervenção autárquica.
- 18 Da assessoria presidencial obtivera, ainda assim, meia dúzia de nomes de pessoas supostamente entendidas nos assuntos que me interessavam e que, pelo menos nalguns casos, se revelaram úteis no desenvolvimento do trabalho. As relações que ia estabelecendo não escapavam ao peso de uma expectativa que se repartia em partes iguais: do investigador que tateando procurava acercar-se das respostas às questões que trazia consigo, mas também dessas pessoas que ia conhecendo e que se interrogavam acerca do trabalho que motivava aquela estada algo inclassificável nos padrões locais. Sublinhe-se, neste ponto, a dificuldade em encontrar o registo adequado à explicação de um trabalho desta natureza. Os seus fins estritamente académicos e a sua associação a uma instituição física e simbolicamente distante como a Universidade do Minho, surgiam como um empreendimento bizarro, pelo menos aos olhos de alguns. O facto de a pessoa que se propunha fazer o estudo nada ter a ver com a região e, mais ainda, de esse estudo não visar nada de concreto nos planos sempre enaltecidos da economia ou do desenvolvimento regional, acentuavam o efeito.
- 19 Falo de uma estranheza que nunca chegou a ser animosidade e que só raras vezes roçou a desconfiança. Julgo antes, que nalguns casos se tratou de uma efectiva dificuldade de comunicação em que tão difícil era compreender como explicar a razão de ser do exercício académico que ali me levava. De facto, que alguém se disponibilizasse a permanecer na vila por tempo indeterminado mas em todo o caso longo, procurando estudar algo de que não obteria qualquer proveito material, chegou mesmo a gerar, pontualmente, alguma desconfiança, ainda que, em rigor, não tenha nunca constituído um verdadeiro obstáculo à investigação. Esta dificuldade em integrar um trabalho como este nas categorias disponíveis localmente foi parcialmente resolvida pela atribuição *ad hoc* de um sentido à investigação que eu nunca lhe dei. Ou seja, sem que eu fizesse nada capaz de justificar o equívoco, algumas das pessoas com quem falava assentaram na ideia de que a minha intenção era a de estudar algo que, pelo menos naquela altura, estava muito longe de me interessar: as Festas do Povo.

1.2. AS DINÂMICAS DA INVESTIGAÇÃO

- 20 À margem do que definira como matéria de investigação, existia na altura um tema premente na vila, algo que não podia ignorar, pois ia preenchendo muito do quotidiano que me era dado observar. Falo das Festas do Povo, evento que ia ocorrer em Setembro de 1998, mas que desde o começo do ano já pautava as conversas de café e começava a alterar hábitos, ocupando serões, reforçando alianças ou confirmando azedumes.

Assim, apesar de à partida as referidas festas não constituírem um tema central ou mesmo secundário do projecto de investigação – na verdade a sua existência nem sequer me ocorrera quando escolhi trabalhar em Campo Maior –, elas acabaram por surgir a muita gente como a razão mais plausível e aceitável para a minha presença na vila. Tudo isto, reitero, à margem da minha vontade, pois se é certo que nunca manifestei desinteresse por tal tema, sempre deixei claro que ele não constituía o meu interesse principal.

- 21 Apesar do meu esforço de distanciamento, este tópico de investigação, que era inexistente à partida, fez o seu percurso, mostrando algo que é também dos manuais, exactamente a interactividade entre o investigador e o terreno. Na verdade, contrariando a minha intenção inicial, as Festas do Povo, acontecimento periódico e muito relevante no quotidiano da vila tanto no passado como no presente, vieram ocupar um lugar significativo na investigação, ainda que no presente trabalho elas não constituam senão uma referência muito sumária e pontual. Dentro do processo de investigação, o surgimento das Festas do Povo veio evidenciar que o objecto de estudo não era uma realidade estática pronta a deixar-se desvendar pelo antropólogo, tal como este não era também um *tabula rasa* cultural (Rowland, 1987:15) disponível sem mácula para o terreno. Existiram momentos no processo de investigação onde me pareciam maiores os inconvenientes do que as virtudes de tal interacção: as tentativas de perceber o que de facto me interessava, as memórias do contrabando e da Guerra Civil, acabavam sempre sendo atravessadas por um tema que na verdade não era o meu, mas que quase inevitavelmente era evocado pelas pessoas com quem me cruzava⁸. Desta forma, para muitas destas pessoas eu passei a ser o «senhor que estava a fazer um trabalho sobre as festas» e temo mesmo que nalguns casos este equívoco não tenha chegado a ser completamente sanado.
- 22 De forma inesperada, como aconteceu com as Festas, ou resultado de uma abordagem sistemática das fontes documentais, o terreno ia-se desvendando. Se os mapas facilitaram a percepção da ordenação do território através da abstracção, os documentos escritos abriram pistas no diálogo com os informantes. Por vezes um nome ou acontecimento preservado pela escrita, por exemplo num jornal local, era suficiente para despoletar memórias ou clarificar situações. Naturalmente que aquilo que nas páginas seguintes se oferece à leitura, ou seja, a estrutura final do trabalho, é algo que se constrói fora do terreno e nesse sentido é um acto de criação do investigador. Isto significa que a desejada coerência interna do argumento é um objectivo a que se procura chegar através de um processo de maturação, mas também de leitura subjectiva dos dados, que apenas é desenvolvido após o regresso a casa. Durante a investigação de terreno vai-se procurando ordenar a informação seguindo critérios que parecem ser suficientemente sólidos para formatarem o trabalho final. É necessário, todavia, distanciamento para que da amálgama da informação recolhida saia sentido e consistência. Este recentramento da produção do conhecimento no investigador releva a dimensão interpretativa do seu trabalho, sugerindo ao mesmo tempo o carácter algo ilusório das propostas mais radicais de uma antropologia dialógica (cf. Tyler, 1986, Reynoso, 1998:43 sgg.), tema a que voltarei um pouco mais à frente.
- 23 Para lá da questão do reajustamento imposto pela realidade empírica, os objectivos fundamentais do trabalho, aqueles que levava para o terreno e para cuja persecução definira um conjunto de estratégias, não foram alterados. O que importa perceber neste ponto é o modo como foram abordados no concreto, ou seja, de que forma se procurou

concretizá-los a partir do terreno. Como disse atrás, foram duas as dimensões analíticas que procurei cruzar nesta investigação. Começando pela *fronteira*, pode dizer-se que, para lá do plano da representação, ela se apresentava também como realidade física, tangível, como algo cuja *história* se podia inquirir fora da *memória*. De facto, quer se tratasse do seu acto fundador ou do longo processo da sua demarcação, quer se olhasse a partir das práticas sociais que a envolveram, existia uma base documental de suporte. Porém, para lá dessa história documentada e, acrescente-se, em certos aspectos muito lacónica, a *fronteira* encontra também expressão no modo como essas práticas sociais são narradas por quem nelas participou, ou seja, por quem assume a legitimidade de contar a partir de dentro a sua experiência raiana. Desta forma, o estudo da *fronteira* era concebido a partir de um binómio que integrava base documental e recolha de informação oral, o que significava procurar uma articulação entre história e memória, conceitos a que no capítulo seguinte voltaremos.

- 24 Quanto ao outro nó analítico, o da *memória social*, os procedimentos metodológicos assumiam contornos diferentes. Por um lado a base documental não podia servir aqui senão para pontuar o que verdadeiramente me interessava e que era o relato directo, a experiência pessoal maturada pelo tempo e pelo envolvimento no grupo, isto é, a mescla indiscernível entre recordação factual e interpretação. Usando uma outra fórmula, pode dizer-se que a relação memória/história surgia invertida neste plano de análise, expressando um claro desequilíbrio em favor do primeiro desses vectores. Por outro lado, os dois registos principais que me propusera estudar, a *Guerra Civil* e o *contrabando*, sugeriam também eles diferentes abordagens. Se o primeiro era um acontecimento delimitado no tempo, mesmo que, como veremos, com margens algo imprecisas, o segundo era um processo de longo curso, algo que marcou várias gerações e conheceu diferentes fases. Assim, do ponto de vista do trabalho de terreno, foi necessário ter em conta que em relação à *Guerra Civil* o número potencial de informantes era bem mais limitado do que acontecia com o *contrabando*. De facto, tratando-se de um acontecimento sobre o qual decorreu já mais de meio século, uma memória vivida dos factos estava restringida apenas a algumas pessoas⁹. Porém, ainda mais importante do que esta distinção no universo dos informantes, foi a diferente natureza das memórias envolvidas-traumáticas e mesmo reprimidas num caso, de uma certa heroicidade no outro – que obrigou a diferentes posturas na investigação.
- 25 Como trabalhar então, no concreto, a partir destes tópicos de análise? A postura mais optimista é, talvez, a que acredita que a aplicação de um certo pragmatismo metodológico (Burgess, 1984:5) dará resposta adequada às dificuldades. Este era, todavia, um pragmatismo temperado: não só a tradição disciplinar em que me integrava e revia privilegiava abordagens de cariz marcadamente qualitativo, como eu próprio não tinha meios, competência e vontade para aplicar questionários ou outros instrumentos de cariz quantitativo. De resto, a dimensão da vila tanto impossibilitava o conhecimento de toda a população, como é comum em estudos de pequenas comunidades, como tornava impraticável a aplicação de um questionário a toda a população. Dada a natureza do estudo, também a constituição de amostras aleatórias me parecia inadequada: os temas que procurava inquirir apenas encontravam expressão num número restrito de elementos da população, não havendo nenhum critério que os demarcasse claramente – nem área de residência, nem grupo sócio-económico, nem mesmo escalão etário.

- 26 Tanto a memória da guerra civil como a do contrabando eram transversais a toda a população, mas a experiência pessoal das situações e a capacidade (ou vontade) de rememorar, introduziam um critério de subjectividade que eu entendia apelar a instrumentos de análise de natureza qualitativa. Do que se tratou então foi de procurar trabalhar intensivamente com informantes, técnica que coloca, naturalmente, o problema dos critérios de selecção, não tanto, como nota Burgess, por uma questão de representatividade, mas sim de adequação aos objectivos pretendidos:
- a selecção de um informante exige que o investigador tenha conhecimento da situação que vai ser estudada, de forma a avaliar a posição das pessoas num dado contexto e o seu conhecimento desse contexto. (...) não é pois feita exactamente em termos de representatividade (Burgess, 1984:79).
- 27 Pode dizer-se, aceitando este ponto de vista, que a permanência no terreno, na medida em que o vai desvendando de várias formas, contribui por si só para uma selecção adequada de informantes. Evidentemente que a questão não é tão simples quanto isso, pois também aqui o terreno não se deixa apreender passivamente, antes interage com o investigador. A minha experiência a este nível mostrou-me que mesmo aceitando que o conhecimento do contexto ajuda a decidir com quem falar prioritariamente, era necessário exercer uma espécie de autovigilância de forma a evitar uma excessiva concentração em torno de grupos específicos dentro da comunidade. O que quero aqui sugerir é que, pelo menos nalguns casos, o informante *prende* o investigador, nem sempre ou apenas a si próprio, mas remetendo-o para um círculo social restrito, aquele que ele próprio conhece e de alguma forma domina. As razões podem ser de diferente natureza e não assentarem numa acção propriamente consciente, mas provocam, de qualquer forma, um efeito de ocultação de parte da realidade que se quer conhecer.
- 28 Este efeito perverso de centramento manifestava-se também quando eram as próprias entrevistas a suscitar outros interlocutores, fenómeno que me parecia criar um círculo auto-referencial quase sempre indesejável. Era pois necessário, por vezes, romper deliberadamente esse encadeamento, funcionando então as duas aldeias do concelho, Ouguela e Degolados, como espaços onde me foi possível quebrar uma certa rotina no processo de recolha de testemunhos, impondo maior diversidade. Também aqui o tempo e o envolvimento com o terreno são critérios fundamentais: se no início pouco resta senão seguir as vozes de quem assegura que «fulano sabe muito sobre esse assunto», gradualmente o investigador vai traçando o seu próprio percurso, percebendo mais claramente a lógica interna dos sinais que lhe são lançados¹⁰. Isto não obsta, evidentemente, ao reconhecimento de uma dimensão intuitiva, e por isso mesmo subjectiva e falível, numa metodologia como esta. Trabalhar com informantes privilegiados, sobretudo num contexto tão heterogéneo e amplo como Campo Maior, é sempre susceptível a deixar de fora personagens e perspectivas relevantes mesmo para os temas específicos de que me ocupava.
- 29 As entrevistas, a que na verdade prefiro e julgo ser mais correcto chamar conversas, decorreram em momentos, lugares e ocasiões diversas. Chamo-lhe aqui conversas como forma de acentuação do seu carácter, mas também porque é essa a sua decorrência, ou seja, quase sempre elas surgiram como desenvolvimento de contactos informais. Ainda assim há algo que as distingue das conversas correntes e não programadas. Não são tanto questões de método ou técnica que me parece relevante sublinhar, mas de forma. Projectadas e combinadas como *entrevistas*, elas produziram muitas vezes uma modificação inconsciente de postura por parte do investigador e dos informantes. A utilização de gravador não me parece sequer que tenha sido a causa maior de tal efeito,

mas antes uma espécie de valorização simbólica da entrevista, que conduzia a algo como a formalização ritual da postura e do comportamento. Nem sempre este efeito se verificava e por vezes era bastante subtil, mas não deixou de ser um aspecto significativo de uma dinâmica de interacção entre investigador e terreno que não é controlável.

- 30 Em todo o caso, essas entrevistas constituem um sustentáculo importante do que se dirá nos próximos capítulos, sobretudo porque ao serem gravadas elas permitiram um efeito de rigor e cristalização da palavra. Era habitual ao longo do dia, ou mais frequentemente no seu final, registar os aspectos que me pareciam mais importantes das conversas que ia tendo. Era algo que nunca fazia presencialmente, pelo que o desfasamento temporal entre a conversa e o seu registo impediu a sua utilização em discurso directo. Porém, não é apenas uma questão de estilo de escrita que está aqui em causa: é também uma questão de separação das vozes que nela se faziam ouvir. Nas notas de terreno o investigador, mesmo quando transcreve conversas, é assumidamente parte interventiva na narração dos factos. Este aspecto acentua-se mais ainda quando, já longe do terreno, a leitura desses registos obriga à sua reinterpretação. Ao contrário, a transcrição de registos fonográficos permite a implicação efectiva de outras vozes, ainda que a escolha daquilo que passará da fita gravada para o texto etnográfico seja feita pelo investigador.
- 31 Discutir a questão das vozes que compõem o texto e da autoridade que o legitima, é fundamental no debate sobre a legitimação do conhecimento científico produzido em etnografia. Trata-se de um tema a que acima fiz referência e com que adiante encerrarei o capítulo. Neste ponto, não deixando a dimensão impressiva da minha experiência no terreno, direi que ele se expressou de diferentes modos no terreno e depois no processo de escrita. Em relação a este último aspecto, procurei que outras vozes complementassem a do autor. Ou seja, assumindo que o discurso é e não pode ser senão o do autor, procurei ainda assim construir o texto de forma a diversificar os lugares de enunciação, negando dessa forma o modelo de narrativa omnisciente. Quanto ao terreno, essa preocupação traduziu-se na tentativa de ser o menos interventivo possível, nomeadamente nas entrevistas. Em face do que me interessava estudar, tratou-se de encontrar o tom que permitisse suscitar as memórias sem orientar a rememoração.
- 32 Reconheço, por outro lado, que alguns factores não controláveis e decorrentes da própria natureza da pesquisa etnográfica, marcaram o processo. Muito embora a maioria das entrevistas tenha decorrido em casa dos entrevistados, algumas realizaram-se em lugares públicos, como tabernas ou Centros de Dia. Nalguns casos, minoritários também, o investigador teve mais que um interlocutor em simultâneo. Finalmente, por razões não desejadas mas talvez inevitáveis, foram ouvidos mais homens que mulheres. A tentativa de diversificar as fontes, tanto do ponto de vista documental como nas pessoas ouvidas, foi marcada a este nível por algumas inacessibilidades. A mais significativa delas foi sem dúvida a de Rui Nabeiro, personagem central da história de Campo Maior nas últimas décadas, mas que, apesar das tentativas feitas nesse sentido, não pôde ser entrevistado. Como mais à frente se verá, a não realização dessa entrevista não impediu que o referido empresário ocupasse lugar destacado neste trabalho, como de resto seria inevitável falando de Campo Maior, da fronteira e do contrabando.

33 Aquilo a que a antropologia se habituou a chamar observação participante coloca o investigador na situação singular de não poder separar claramente o seu trabalho das outras actividades que pautam o seu dia-a-dia. Tomar um café após o almoço ou uma cerveja ao fim da tarde, são actos banais que ganham relevância se a tarefa de quem os pratica é a de observar e tentar perceber uma realidade que também se expressa no café e nas sociabilidades que aí se tecem. Este aspecto deve ser tido em conta na constatação de que o exercício etnográfico é acompanhado de um certo velamento quanto ao processo de investigação:

No regresso, o etnógrafo muito raramente analisa aberta e francamente esta experiência vital e as suas mudanças tanto a nível pessoal como profissional; apresenta apenas os seus dados, mas não o modo como foram recolhidos (Cátedra, 1992:16).

Os antropólogos esforçam-se pouco para expor claramente os seus métodos de inquérito, o que alimenta as críticas que lhes fazem os investigadores de outras disciplinas (Durand, 2001:128).

34 A reserva do antropólogo à enunciação clara de processos de pesquisa pode então ser remetida para uma dificuldade que se expressa no plano técnico e no plano afectivo. Técnico porque a sua investigação se dilui verdadeiramente nos gestos do quotidiano; afectivo porque esses gestos o revelam também a si para lá do que revelam da comunidade.

35 Mesmo deixando de lado a dimensão afectiva, aquela onde a sensibilidade pessoal define, caso a caso, as fronteiras do indizível, as questões técnicas são só por si relevantes. Como integrar num quadro analítico objectivado e perceptível fora da disciplina a convivialidade numa mesa de café? Como distinguir, no plano metodológico, a informação que se adquire numa conversa com os amigos que se vão fazendo no terreno, da que decorre de entrevistas? Estas têm, mesmo quando são informais, um objectivo informativo assumido por ambas as partes, enquanto as primeiras, descontando o eventual registo de confidencialidade que pode ser pedido, não são menos importantes e úteis ao investigador. Podiam-se multiplicar os exemplos, mas estes bastam para defender a ideia de que a apresentação formal do quadro metodológico de uma investigação centrada na observação participante, parece não poder evitar um certo reducionismo e parcialidade. A adopção de um modelo de escrita próximo do diário de campo pode quebrar esse efeito, mas transporta o discurso etnográfico para uma esfera menos reconhecível por disciplinas tradicionalmente próximas. Ou seja, é uma opção que afasta a antropologia do modelo canónico de produção científica.

36 A investigação, que como já disse significou para mim a descoberta do terreno e do que me ensinaram a classificar como observação participante, colocou-me também questões de natureza epistemológica a que de algum modo já aludi atrás e quero neste ponto recuperar de uma outra forma. A evidência da interacção do investigador com o terreno que se encontra a estudar, leia-se com o espaço e com as pessoas que o habitam, parecia-me colocar inevitavelmente a questão do conhecimento mais do lado da *compreensão* do que da *explicação*, para usar aqui as categorias weberianas. O conceito semiótico de cultura que Geertz nos propõe vai no mesmo sentido, ou pelo menos implica a mesma leitura: «a análise da cultura terá que ser, portanto, não uma ciência experimental em busca de leis, mas antes uma ciência interpretativa em busca de significações» (Geertz, 1973:20). Colocada desta forma a questão resulta pacífica, mas o

debate ganha outro interesse quando se parte de uma prática etnográfica concreta e se ambiciona produzir conhecimento a partir dela.

- 37 O modo de construir o texto, quer dizer, de transformar uma experiência individual numa representação textual investida de legitimidade científica, constituiu, muito antes de a escrita começar a ganhar forma, objecto de inquietação e dúvida. Se a implicação do autor nas escolhas que faz, seja no que diz seja no modo de o dizer, está contida no assentimento da dimensão interpretativa da disciplina, as características de um projecto de investigação centrado na memória social, colocavam a questão do conhecimento de uma forma diferente da que ocorre numa monografia dedicada, por exemplo, às regras de parentesco ou à abordagem de um sistema político. Não visando o estudo da estrutura social, dos seus mecanismos de reprodução e mudança, ou mesmo a descrição de um sistema cultural, este trabalho orientava-se para algo de distinta natureza: convocar vozes que de diferentes maneiras evocassem memórias. Este trabalho vive então de um duplo efeito discursivo: desde logo no modo como o autor escolhe construir a narrativa, mas também no modo como cada voz convoca o passado e o transmite.
- 38 A imaterialidade da memória favorece a pluralidade de leituras e interpretações, ou, usando uma expressão cara às correntes pós-modernas, um universo de heteroglosia (*e.g.* Kilani, 1990:109 e Casal, 1996:92), quer dizer, de distanciamento face às tendências centrípetas e homogeneizadoras (Reynoso, 1998:26). A recusa do papel de narrador omnisciente não deve todavia confundir-se com a diluição de papéis e estatutos como chega a ser proposto:
- Uma vez que a etnografia pós-moderna privilegia o «discurso» sobre o «texto», o monólogo é preterido pelo diálogo, e a natureza cooperativa e de colaboração da situação etnográfica é enfatizada, contrastando com a ideologia do observador transcendental. De facto, a ideologia do «observador-observado» é rejeitada, nada havendo de observado nem ninguém como observador. Existe, em alternativa, a produção mútua e dialógica de um discurso, de um certo género de estória (Tyler, 1986:126).
- 39 Como lembra Mondher Kilani, o texto etnográfico não pode ser restringido à evocação de uma experiência ou ao prazer que a sua leitura pode proporcionar. Ainda que estes efeitos possam estar nele presentes, ele serve sobretudo para comunicar conhecimento, o que significa que assume uma posição no campo da produção intelectual e da instituição científica (Kilani, 1990:72). Enquanto lugar de debate, o texto etnográfico não pode diluir-se numa eventual polifonia, que de resto é sempre ilusória, mas assumir o que nele é inevitável: a autoria enquanto produtora de significações.
- 40 Relativamente a este trabalho em concreto, procurei equilibrar a dimensão interpretativa com focalizações tanto quanto possível objectivadas. Assim, se em certos momentos, nomeadamente ao abordar o contrabando e a Guerra Civil, tentei que fossem as vozes que evocam ou narram esses acontecimentos a ganhar visibilidade, procurei noutras momentos contrapor a este registo um olhar do exterior fundamentado no documento. Evidentemente que mesmo esta dimensão não escapa à lógica interpretativa: é o autor que sublinha em cada momento o que lhe parece pertinente para afirmar uma ideia, confirmar uma tese ou salvaguardar uma posição. Ainda assim são diferentes em cada um dos casos as esferas de interacção e, através delas, o modo como o texto se produz e se oferece à leitura. O efeito pretendido pela escrita foi o de harmonizar estes diferentes registos, criando dessa forma uma narrativa coerente, conforme aos cânones da retórica científica (*cf.* Tyler, 1986:131).

NOTAS

1. Pode dizer-se que o confronto destes parágrafos com o restante trabalho expressa a seu modo a assunção de uma certa dimensão esquizofrénica (Cátedra, 1992:12), que separa radicalmente o texto etnográfico dos relatos sobre a experiência no campo (sobre a mesma questão, cf. Kilani, 1990:80).
2. Pense-se em textos tornados clássicos a este nível, como *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss ou *Reflections on Fieldwork in Morocco* de Paul Rabinow, no tratamento humorístico da experiência de terreno de Nigel Barley, por exemplo em *The Innocent Anthropologist*, ou, entre nós, na expressão literária, a que não falta sequer a ilustração artística, de *Aromas de Urze e de Lama* de Pina-Cabral — pode encontrar-se em Kilani (1990:80-81) alusão a outros exemplos deste género de escrita, o mesmo sucedendo em Casal (1996:106-9).
3. Cabe aqui aludir à consciência da dificuldade deste objectivo: «O paradoxo da metodologia antropológica é que enquanto o trabalho de campo e a observação participante assumem o papel emblemático da actividade antropológica, conservando o estatuto de espaço-laboratório do saber antropológico por excelência, muito raros são os antropólogos que decidem explicitar os seus métodos de forma clara e desinibida.» (Casal, 1996:105.) Este paradoxo é expresso também por Rabinow na ideia de «duplo vínculo»-a experiência de terreno versus os dados objectivos que se recolhem-que teria marcado a antropologia durante décadas (cf. Rabinow [1977], Um pouco mais à frente voltaremos a esta questão, perspectivando-a então de uma outra forma.
4. A tradução das citações ao longo deste trabalho é da responsabilidade do autor.
5. Distância relativa, entenda-se, mas suficiente ainda assim para evitar um rápido retorno a casa perante estados de alma menos auspiciosos. Afinal, IP acima, IP abaixo, sempre se tratava de cinco horas de carro, que transportes públicos era coisa que não havia.
6. Perante o elenco final de terrenos possíveis e já limitados à fronteira alentejana, o orientador deste trabalho, Professor Pais de Brito, acabou tendo um papel importante, ajudando a vencer com o seu entusiasmo algumas das reservas que eu ainda tinha relativamente a essa hipótese.
7. Expressão usada pelo historiador Rui Vieira (1987) para caracterizar Campo Maior dos séculos XVI e XVII.
8. Podemos dizer, de algum modo, que esta foi uma forma de participação dos informantes na construção do trabalho, interpretação que remete para o debate sobre a autoridade no discurso etnográfico, situando-a, neste caso, no lado dos informantes: «o controlo indígena sobre o conhecimento que se adquire no terreno pode ser considerável e até determinante.» (Clifford [1988].)
9. Em todo o caso, deve notar-se que a memória da guerra se prolonga para lá daquela que é geralmente aceite como data do seu final (1939). Pesa aqui, como veremos, não só a eclosão da II Guerra Mundial, como a presença no concelho de refugiados espanhóis, os últimos dos quais só serão capturados em 1945 (cf. Cap. 6.3.).
10. A metáfora da piscadela de olho, reportada a Gilbert Ryle e usada por Geertz (1973:21-22), pode servir aqui para explicar o que quero dizer. Do mesmo modo que é necessário perceber o contexto e os intervenientes para distinguir, no piscar de olho, entre um tique e um sinal deliberado, torna-se mais fácil compreender por que se torce o nariz ou se aplaude a escolha de um informante, conforme a comunidade se vai tornando menos estranha ao investigador.

2. Tempo, identidade e memória social

2.1. O TEMPO E OS HOMENS

- 1 O paradoxo do tempo foi traduzido por Santo Agostinho numa fórmula sintética mas expressiva: «O que é, pois, o tempo? Se ninguém me perguntar, sei o que é; mas se o quiser explicar a quem mo pergunta, não sei.» (Santo Agostinho, 1998: 478.): Paradoxo, pois que à evidência dos sentidos, que nos permite perceber a sua passagem na natureza, em nós mesmos e nos outros, não corresponde nenhuma substancialidade:

Os físicos dizem por vezes que medem o tempo. Eles servem-se de fórmulas matemáticas nas quais o tempo desempenha um papel de *quantum* específico. Mas o tempo não se deixa ver, nem tocar, nem entender, nem provar, nem respirar como um odor (Elias, 1984:5)¹.
- 2 Como nota o mesmo autor, apesar desta imaterialidade², existem numerosas alocações familiares que sugerem que o tempo é um objecto físico, como acontece, por exemplo, quando empregamos metáforas como o *fluxo do tempo* ou se evoca o acto de o *medir*. Esta ilusão de *substância* acentua-se ainda pelo rigor dos instrumentos de medida que o homem foi desenvolvendo e hoje pautam o nosso quotidiano.
- 3 Devemos entender, todavia, que este rigor na determinação do tempo, não é, afinal, senão a expressão da capacidade humana de colocar em relação duas ou mais sequências diferentes de transformações. Desta forma, entre a medição do dia como o intervalo que decorre entre dois nascimentos sucessivos do sol e que pode ser considerada como a «unidade fundamental do tempo» (Molet, 1990:133), e a medição do mesmo período como o tempo que leva um ponteiro a percorrer duas vezes o mostrador de um relógio, a diferença é apenas de natureza técnica. Se esta diferença é importante do ponto de vista do uso social do tempo, ela não acrescenta nada ao conhecimento da sua natureza, apenas revela que o tempo existe na medida em que o podemos medir. De facto, a percepção do tempo exige a sua mensuração e esta exigência cumpre-se quer quando se opera a distinção fundamental entre o *antes* e o *agora*, quer quando se aperfeiçoam instrumentos capazes de medir regularidades, sejam

elas determinadas mecanicamente, como nos relógios de corda, ou atómicamente, como no mais sofisticado dos relógios.

- 4 Do mesmo modo, a tradição filosófica que de Descartes a Kant concebe o tempo como uma síntese *a priori*, no quadro da qual «os sujeitos estariam equipados de um modo natural, com modalidades específicas de ligação dos acontecimentos, entre as quais se encontra o tempo» (Elias, 1984:48), revela-se inadequada. O que o homem percebe são as regularidades e delas se serve para formalizar medidas a que pode chamar «anos», «meses», «dias», etc. Porém, a noção de tempo que assim se constrói não pode ser considerada como capacidade inata à nossa natureza de seres racionais. Ao contrário, a percepção do tempo resulta da experiência e da aprendizagem. Deste ponto de vista, e para permanecermos ainda no domínio da filosofia, a concepção de tempo que Heidegger defende e surge sintetizada em Françoise Dastur, aproxima-se da que aqui buscamos, nomeadamente quando diz que a sua origem deve ser procurada em nós próprios, na temporalidade que somos:

o ser humano tem uma relação muito particular com o tempo pois é a partir dele que pode ser decifrado o que é o tempo. Ele não existe então no tempo, tal como acontece com as coisas da natureza, ele é no fundo temporal, ele é tempo (Dastur, 1990:29).

- 5 Ao cálculo do tempo, isto é, à sua objectivação «sob a forma do tempo que só é/existe para todos porque não é/existe para ninguém», chama Heidegger «o tempo do nós», que é, paradoxalmente, «o único meio de “ter” o tempo enquanto tempo verdadeiramente meu» (Dastur, 1990:33). Das concepções de Heidegger, e para o que nos ocupa, há então a sublinhar a diversidade dos modos de temporalização e o seu conceito de tempo público, que na investigação antropológica de algum modo se transmutou em tempo social (Caro Baroja, 1990:129-30). Dito de outro modo, o que nos importa relevar é a remetência do tempo para a esfera do humano e aí para a sua dimensão social, em contraponto à sua idealização, quer como objecto físico mensurável quer como forma inata de experiência. Norbert Elias vê um dualismo conceptual na forma de abordar o tempo, ora tomando-o como dado da natureza ora como fenómeno social. Essa divisão conceptual, que responsabiliza pela persistência do aparente mistério do tempo, não é, porém, equilibrada:

O «tempo físico» poderá ser representado através de quantidades isoláveis, susceptíveis de ser medidas com uma alta precisão e de figurar, concorrentemente com os resultados de outras medidas, nos cálculos matemáticos. A construção de teorias do tempo foi assim quase exclusivamente a tarefa de físicos teóricos ou de filósofos que deles se fizeram intérpretes. Em contraste, o «tempo social» foi-se tornando insignificante enquanto tema de investigações teóricas ou, mais genericamente, enquanto objecto de investigação científica (Elias, 1984:146).

- 6 Esta acentuação de uma concepção de tempo objectivável é um produto do desenvolvimento técnico que permite operar com unidades de medida cada vez mais rigorosas e menores. Tal desenvolvimento técnico está enquadrado numa concepção de tempo que, como veremos, é histórica e assenta no carácter linear e irrepitível do tempo. Esta objectivação do tempo distancia-o do sujeito, na medida em que o considera como um objecto cognoscível em si mesmo, algo que encarna no instrumento que o mede³. Tanto a história como a etnografia mostram, porém, como o tempo é construído pelo homem, ou seja, como ele é produto de uma experiência e de uma aprendizagem:

O tempo (...) não é nem o que a ciência mede, nem o que o indivíduo particular sente subjectivamente. Estes tempos são diferentes, irredutíveis uns em relação aos

outros, porque o tempo em si não é nada, se não for a relação ou o sistema de relações entre temporalidades múltiplas e heterogêneas (Clément et al., 1994:373).

- 7 Independentemente da capacidade técnica de fragmentar o tempo com precisão, a *temporalidade*, isto é, o modo como o tempo é vivido e a sua natureza apreendida, faz-se sempre num contexto cultural específico e é isso que o constitui em produto social.
- 8 O tempo é então uma experiência e uma aprendizagem, sendo na confluência dessas duas dimensões que ele se torna tema neste trabalho. Ele é *experiência* no sentido em que se constitui em instrumento que mede e distingue o antes do agora ou se evoca para explicar o envelhecimento. É também *aprendizagem*, pois é ela que dá enquadramento à experiência, definindo diferentes percepções do tempo, distinguindo, por exemplo, tempo cíclico de tempo linear. A experiência de viver o tempo é então algo que remete sempre para o plano colectivo, pois é aí que aprendemos a vivê-lo. Já Durkheim o notara, quando, após expressar a ideia de que não podemos conceber o tempo senão na condição de distinguir momentos diferentes, afirma que essa distinção necessita transcender o indivíduo para ser efectiva:
- mas, por muito importante que seja esta distinção para a nossa experiência pessoal, ela está longe de chegar a constituir a noção ou categoria de tempo. (...) E um quadro abstracto e impessoal que envolve não apenas a nossa existência individual, mas a da humanidade. (...) Não é o *meu tempo* que está assim organizado, é o tempo tal como ele é objectivamente pensado por todos os homens de uma mesma civilização (Durkheim, 1912: 14).
- 9 A exterioridade e coercividade do fenómeno tempo revela para Durkheim a sua origem social. A especificidade de cada contexto define então a temporalidade, entendida aqui como o modo de viver o tempo.
- 10 Perspectivada a questão desta forma, podemos dizer que o calendário expressa de forma esclarecedora a dimensão social do tempo. De facto, ele institui regras que condicionam e orientam a experiência subjectiva da temporalidade:
- A divisão em dias, semanas, meses, anos, etc., corresponde à periodicidade dos ritos, das festas, das cerimónias públicas. Um calendário exprime o ritmo da actividade colectiva ao mesmo tempo que tem por função assegurar a sua regularidade (Durkheim, 1912:15)⁴.
- 11 A importância do contexto para a compreensão da experiência do tempo foi sendo expressa em vários momentos e por vários autores na história da antropologia. Pense-se, apenas como exemplo, em Mareei Mauss e na sazonalidade da vida esquimó, em Evans-Pritchard e na distinção entre tempo ecológico e tempo estrutural entre os Nuer ou nas análises que Pierre Bourdieu faz ao tempo Kabyla⁵. A compreensão destas diferenças exige distanciamento, ou seja, apela ao relativismo cultural. Se a diferença entre um calendário lunar como o muçulmano e um calendário solar como o juliano deriva apenas do instrumento de contabilização, não impedindo mesmo a sua conciliação⁶, noutros casos a diferença coloca-se a um outro nível, na ordem conceptual.
- 12 No seu estudo sobre Bali, Clifford Geertz percebe que aí
- os calendários usam-se, não tanto para medir o decurso do tempo nem para acentuar o carácter único e irrecuperável do momento fugaz, como para marcar e classificar as modalidades qualitativas em que o tempo se manifesta na experiência humana (Geertz, 1973:323).
- 13 Neste caso, o calendário não serve para aquilo a que mais imediatamente a nossa experiência cultural o associa: determinar a quantidade de tempo que passou desde

algum acontecimento ou a que falta para completar algum projecto. Em Bali ele é utilizado para distinguir e classificar partículas separadas e independentes de tempo – os dias⁷. Define-se assim um conjunto de ciclos, podendo cada dia, pelo menos teoricamente, ter dez nomes distintos de acordo com o seu lugar em cada um desses ciclos. A contabilização do tempo não se faz pois numa ordem linear, mas cíclica, o que tem consequências relevantes não só ao nível da sua percepção, como também no modo como a temporalidade é vivida pelo sujeito. Perguntar a alguém quando nasceu, não conduz, em Bali, a conhecer a sua idade, mas sim os nomes do dia em que isso aconteceu. Não é uma localização num contínuo temporal, mas num conjunto de ciclos, e essa localização é um factor fundamental na sua história pessoal: os homens nascidos num determinado dia são propensos ao suicídio, noutro a serem ladrões, noutro ainda a serem ricos... (Geertz, 1973:327).

- 14 A existência de calendários diferentes, não só na forma mas também no conteúdo, coloca-nos perante a questão dos ritmos do tempo. Os conceitos de ciclicidade e de linearidade surgem aqui como matriz a partir da qual o tempo social tem sido pensado. Por vezes são considerados como modelos alternativos de operar com o tempo, podendo mesmo interpor-se entre eles um acontecimento histórico. Podemos perceber esta interpretação no «Posfácio» que Gourevitch escreveu para um livro onde se procura perceber o tempo em diferentes culturas:

aparentemente nada torna mais evidente a oposição entre a cultura antiga e a cultura moderna que a sua interpretação do tempo. Se, na consciência contemporânea, o tempo vectorial domina, na consciência helénica desempenha um papel secundário. Entre os gregos, (...) o mundo é percebido e vivido (...) já não segundo as categorias de mudança e de evolução, mas como estando em repouso ou a cumprir uma revolução dentro do «grande círculo» (Gourevitch, 1975:261-2).

- 15 Este envolvimento da «cultura antiga» no tempo cíclico seria ultrapassado, na perspectiva do mesmo autor, com a visão cristã do mundo:

Ao romper com a visão do mundo cíclico dos pagãos, o cristianismo bebeu no Antigo Testamento a noção de tempo vivido como um processo escatológico, como esperança fervorosa do grande acontecimento que resolverá a história-a vinda do Messias. (...) O tempo torna-se definitivamente vectorial, linear e irreversível (Gourevitch, 1975:263-4).

- 16 Esta ideia de que um certo tipo de sociedades vivem o tempo de uma forma qualitativamente diferente de outras encontra também expressão muito clara num autor como Mircea Eliade (1969), para quem um traço fundamental das «sociedades arcaicas» era a repetição dos actos praticados *ab origine* por deuses, heróis ou antepassados, facto que conduz a um padrão de ciclicidade.

- 17 Linearidade e ciclicidade não têm que ser, porém, padrões mutuamente exclusivos. Leach (1961), reconhecendo embora a importância da repetição, sublinha a visão pendular do tempo, afirmando que as nossas experiências mais elementares a este nível são as que alternam categorias polares, como dia-noite ou quente-frio. Assim, para o autor referido, o tempo social seria entrecortado por períodos de inversão, ou seja, viver-se-ia a alternância de períodos de permuta dos papéis sociais com períodos de fidelidade às regras de comportamento. Uma outra forma de pensar a relação entre os dois conceitos, toma em consideração a articulação de diferentes temporalidades, nomeadamente a do indivíduo e a da sociedade a que pertence:

A vida de uma pessoa, como traço temporal, tem, pelo menos biologicamente, um começo e um fim, e se esta linearidade é cumulativa, é porque o envelhecimento

está positivamente codificado; porém, socializado através das etapas de um «ciclo de vida», a existência de um indivíduo é concebida como uma manifestação particular de um fenómeno reiterado ao infinito (Izard, 1991:702).

- 18 Também nesta perspectiva se revela que só um esquematismo excessivamente simplificador pode contrapor como modelos alternativos e concorrentes o tempo cíclico e o tempo linear. Isto não significa que a experiência do tempo não tenha adquirido um sentido específico na moderna sociedade industrial, mas apenas que esse particularismo deve ser procurado num outro lugar que não nesta contraposição redutora.
- 19 Norbert Elias (1984:113 sgg.) distingue entre um modo de determinação do tempo marcado por um carácter pontual e descontínuo e a nossa modalidade actual, que diz assentar numa trama temporal contínua. Todavia, para ele, o que determina a diferença não é nenhuma forma de essencialismo, como de algum modo acontece em Eliade ou mesmo Gourevitch, mas antes uma questão técnica. O carácter pontual e descontínuo da determinação do tempo no passado estaria associado à necessidade da presença dos objectos que serviam como marcadores temporais, nomeadamente os astros. Elias encontra nessa fase uma forma de experiência do tempo que diz ser própria de um nível de síntese ou abstracção relativamente baixos. Seriam então as transformações que conduziram à sociedade moderna, as responsáveis pela alteração deste modelo:
- Hoje, a síntese dos aspectos temporais dos acontecimentos aparece vulgarmente como espontânea, quer a façamos derivar da experiência pessoal quer a consideremos como dada previamente a qualquer experiência humana (Elias, 1984:120).
- 20 Técnica na origem, tal transformação ultrapassa esta dimensão. As malhas cada vez mais finas da trama temporal contínua, que na perspectiva do autor marca a modernidade, estendem-se progressivamente sobre o mundo inteiro, possibilitando não só o que chama feiticismo do tempo (Elias, 1984:130), mas também o rigor necessário ao modelo de desenvolvimento característico da sociedade industrial⁸.
- 21 Este feiticismo do tempo como que o naturaliza, negando a temporalidade como construção social. O rigor da medição, no sentido em que conduz a uma uniformização enquadrada pelos estados nacionais industrializados (Elias, 1984:1 18), nega ou subalterniza os diversos modos em que o tempo se nos oferece. Não se trata apenas de discutir aqui a possibilidade de o tempo ser vivido subjectivamente, mas de sublinhar que tanto o lugar social como a própria trama narrativa em que o sujeito se envolve, definem diferentes temporalidades. De facto, tanto a idade como a experiência de vida ou o grupo social a que se pertence, condicionam o modo de viver o tempo. Do mesmo modo, como nota Michel Izard (1991:702), existem diferentes modalidades de tempo social – ecológico, técnico-económico, genealógico, mítico, histórico, etc. – que expressam diferentes temporalidades, pelo que, pode dizer-se, estas variam em função do lugar de enunciação. Colocar a questão desta forma, parece-nos particularmente relevante para perceber a articulação entre *tempo* e *memória*.

2.2. ESPAÇO, INDIVÍDUO E MEMÓRIA SOCIAL

- 22 É apenas através da mediação por instrumentos específicos, como o relógio ou o calendário, que o tempo se ordena em unidades constantes e uniformes, disposto em dias, meses e anos que se sucedem sem quebras nem acelerações. Na vida das pessoas e

no quotidiano das comunidades o tempo não obedece a este ritmo constante. Os marcadores temporais que aí se expressam, se não fogem ao calendário, estão, pelo menos, à margem da sua formalização e uniformidade, obedecendo a diferentes regras. As circunstâncias da vida de cada sujeito, seja a primeira ida à escola ou à inspecção militar, seja o casamento ou o nascimento dos filhos, pautam o tempo, construindo uma cronologia singular, aquela que a memória pessoal guarda. Mas é apenas na aparência que estes marcadores temporais dizem respeito apenas a cada indivíduo do grupo. A sua importância resulta, ao contrário, do facto de serem partilhados, quer dizer, de constituírem etapas reconhecidas socialmente e nessa medida legitimadoras da ordem social. São momentos que como nós marcam um percurso reconhecido socialmente e que enquadra a experiência do tempo:

Para memorizar, organizar o tempo pessoal, apoiamo-nos em momentos charneira do ciclo pessoal: nascimento, comunhão, casamento morte, constituem os pontos de referência à volta dos quais o individuo constrói o tempo (Zonabend, 1980:301).

- 23 Do mesmo modo, os registos de excepcionalidade são, também eles, marcadores da vida da comunidade, apenas que neste caso eles se situam na ordem do irrepitível e por isso mesmo no quadro de uma temporalidade tendencialmente linear, quer se pense a partir do indivíduo quer do grupo. Falamos de catástrofes naturais, de guerras, epidemias ou fome, mas também de momentos de convulsão, como as revoluções, em que toda a ordem social surge posta em causa⁹. São estas dimensões partilhadas que transportam a memória, através da palavra, para além da temporalidade do sujeito singular, vindo a constituir-se numa outra coisa que não é já o registo da experiência pessoal. Maurice Halbwachs disse-o há já muitos anos com uma clareza que vale a pena recordar:

É necessário, portanto, renunciar à ideia de que o passado se conserva tal e qual nas memórias individuais, como se dele se tivessem tirado tantas provas diferentes quantos indivíduos existem. Os homens vivendo em sociedade usam palavras cujo sentido compreendem: essa é a condição do pensamento colectivo. Ora cada palavra (compreendida) é acompanhada de recordações e não existem recordações às quais nós não possamos fazer corresponder palavras. Falamos as nossas recordações antes de as evocarmos: é a linguagem, e é todo o sistema de convenções sociais que dela são solidários que nos permite em cada momento reconstruir o nosso passado (Halbwachs, 1925:279).

- 24 Quem recorda é pois o homem social e fá-lo na palavra, ou seja, no que partilha com os próximos e se constitui dessa forma em vínculo colectivo e instrumento de apreensão e classificação do real.
- 25 O escritor José Cardoso Pires, num texto a que a dado momento chama «Memória duma Desmemoria» (Pires, 1998:79), relata o modo com viveu a experiência de um acidente vascular cerebral de gravidade acentuada. O desvanecimento da memória é uma das marcas maiores do seu registo, ficando nele claro a importância da palavra, concretamente da impossibilidade de a usar de forma a ser compreendido pelos que o cercavam:

Tempo depois, quando a família e os amigos me descreveram a passear de alma ausente pelo anoitecer da memória, é que soube como era desvairada a nomenclatura que ele [fala de si próprio como um outro] atribuía aos objectos questionados ou àqueles que, de longe em longe, pretendia enunciar. «Simosos» (?), por exemplo, funcionava a vários significados. Tanto podia ser «gilete» ou «arrastadeira», dependia de qualquer indecisão de momento, querme parecer (Pires, 1998:41).

- 26 Mas não é apenas esta perda das referências que nos cercam, pois também o reconhecimento/esquecimento do nome, do seu próprio ou dos seus familiares, é ilustrativo da importância da nomeação para enquadrar a memória. «Os nomes. A preocupação de se reconhecer vivo, identificando-se pela identificação dos outros.» (Pires, 1998:47.)
- 27 Também o relato da experiência concentracionária extrema vivida por Primo Levi em Auschwitz, deixa bem claro como a perda do nome e a sua substituição por um número sem conteúdo se traduz na despersonalização e no esquecimento:
- Considerai se isto é uma mulher,
Sem cabelos e sem nome
Sem mais forças para recordar
Vazios os olhos e frio o regaço
Como uma rã no Inverno¹⁰
- 28 Longe da matriz neurológica que explica o esquecimento que Cardoso Pires relata, o que temos aqui são as consequências de um processo histórico concreto que visava um fim: «Os regimes totalitários do século XX revelaram a existência de um perigo antes insuspeito: o perigo de uma total subjugação da memória.» (Todorov, 2000: 139.) O que importa sublinhar neste ponto, é que mesmo nestes casos extremos, a memória transcende quem viveu os acontecimentos. As narrativas de José Cardoso Pires e de Primo Levi, para além de terem assumidamente um valor de testemunho, mostram que em ambos os casos a sobrevivência se fez pelo resgate ao silêncio e ao esquecimento, pois é a recuperação do sentido das palavras, a recuperação do nome e da identidade, que remete de novo o indivíduo para o grupo e permite a memória.
- 29 É só na aparência que tanto a memória quanto o nome são atributos estritamente pessoais. É certo que já Halbwachs (1950:99) distinguia entre memória autobiográfica e memória histórica, contrapondo dessa forma uma memória interior ou interna a uma memória externa. Para lá desta importante distinção, a que adiante voltaremos, deve ainda notar-se, no que ao nome diz respeito, que a questão é algo mais complexa do que parece. Atente-se no que Zonabend (1977) diz a propósito da aldeia de Minot, quando procura perceber os diferentes usos e sentidos do nome próprio, do sobrenome e da alcunha. Ou restringimos a análise apenas a esta última forma, a da alcunha, para notar como ela pode ser estritamente individual ou colectiva, adquirida pelo próprio ou herdada, vincular toda a aldeia ou apenas parte dela, etc. (cf. Ramos & Silva, 2002:21). Pode assim dizer-se que tal como a memória autobiográfica diz respeito a um só indivíduo, uma certa composição de nomes, individuais e colectivos, singulariza alguém. Porém, cada memória pessoal está enquadrada numa história mais vasta, do mesmo modo que cada nome se posiciona face a outros. Como amplamente a etnografia mostrou, o nome define também um lugar social¹¹, ou seja, através dele, a palavra reflecte, e simultaneamente produz, uma certa configuração social. Esta é a ideia que queremos sublinhar, pois é ela que nos conduz ao nosso ponto: enunciar o valor fundador da linguagem na construção da memória colectiva, quer dizer, na definição do memorável.
- 30 A linguagem medeia, pois, a relação entre o indivíduo e o grupo¹², revelando-se fundamental para percebermos aquilo a que Halbwachs (1925:VIII) chamou «quadros colectivos da memória» e que diz serem «os instrumentos de que a memória colectiva se serve para recompor uma imagem do passado que é concordante em cada época com o pensamento dominante da sociedade». Mas com que opera a linguagem? O tempo e o

espaço revelam-se as categorias centrais a partir das quais a memória social se constrói. Em relação à primeira destas dimensões, vimos já dois aspectos essenciais. Por um lado, que a especificidade social de cada sujeito (idade, grupo de pertença, profissão, etc.) condiciona a sua experiência do tempo; por outro, que os momentos charneira do ciclo individual, como lhes chama Zonabend, são reconhecidos socialmente e partilhados. Dito de outra forma, vimos como a experiência íntima e concreta do tempo do sujeito é enquadrada e se dissolve numa temporalidade que herda e lhe sobrevive¹³.

- 31 Outra coordenada fundamental da vida social de que a memória se serve é o espaço¹⁴. Tal como o tempo, também ele aqui nos importa enquanto *facto social* e esta remetência para um conceito tão durkheimiano revela-se aqui particularmente ajustada, pois esse autor bem cedo mostrou o espaço como representação colectiva¹⁵:

A representação espacial consiste essencialmente numa primeira coordenação introduzida entre os dados da experiência sensível. Mas esta coordenação seria impossível se as partes do espaço se equivalessem qualitativamente (...) é necessário que os possamos situar diversamente: colocar uns à direita, os outros à esquerda, estes em cima, aqueles em baixo (...). Isto quer dizer que o espaço não pode ser ele próprio se, como o tempo, não fosse dividido e diferenciado. Mas estas divisões, que lhe são essenciais, de onde vêm? Por ele próprio, não há direita nem esquerda, nem alto nem baixo, nem norte nem sul, etc. Todas estas distinções provêm, evidentemente, da atribuição de diferentes valores afectivos às regiões. E como todos os homens de uma mesma civilização representam o espaço da mesma maneira, é evidentemente necessário que esses valores afectivos e as distinções que deles dependem lhes sejam igualmente comuns; o que implica quase necessariamente que eles tenham uma origem social (Durkheim, [1912] 1968:15-16).

- 32 Desta longa citação vamos deixar por momentos em suspenso a discussão da sua parte final, ou seja, a ideia de que «todos os homens de uma mesma civilização» representam o espaço da mesma maneira, para sublinhar que ela traduz a concepção que Halbwachs teria adoptado na sua abordagem da memória social.

- 33 De facto, este autor vinca o modo como o espaço constrói o grupo, muito embora seja ele próprio construção. Para ele o espaço integra a longa duração, constituindo por isso mesmo um quadro de referência de tal forma persistente que se pode dizer que não existe qualquer memória colectiva que não se desenrole num quadro espacial. Assim, tal como Durkheim, também ele sublinha a importância da vinculação dos grupos a um espaço: «Os grupos (...) estão naturalmente ligados a um lugar, pois é o facto de estarem espacialmente próximos que cria relações sociais entre os seus membros.» (Halbwachs, 1950:203.) É o facto de a memória das pessoas que coexistem no espaço e no tempo as transcender que define como campo de estudo a memória colectiva ou memória social¹⁶. Esta partilha dos quadros sociais da memória conduz a questão, declaradamente, para o domínio da identidade:

a maior parte dos grupos (...) projecta de algum modo a sua configuração no solo e encontra as suas recordações colectivas no quadro espacial assim definido. Dizendo de outra forma, há tantos modos de representar o espaço quantos grupos existem (Halbwachs, 1950:230).

- 34 O que importa agora discutir é o que nós devemos aqui entender por «grupo», ou seja, definir o quadro de interacção do indivíduo com as instâncias colectivas de que faz parte.
- 35 Elizabeth Tonkin denuncia em Halbwachs o que entende ser a ausência da noção de socialização:

O termo ausente na explicação de Halbwach é socialização, que eu definiria como as formas e meios pelos quais interiorizamos o mundo exterior. Para ele, a memória é como um álbum de fotografias. Ele não a analisa como um processo estruturante e criativo (Tonkin, 1992:105).

- 36 Trata-se de uma crítica que parece decorrer da herança durkheimiana, tão presente em Halbwachs, de um certo apagamento do sujeito face ao colectivo e da transposição para a sociologia de termos da psicologia individual, a que agrega o epíteto de «colectivo». Também as críticas de Maurice Bloch vão no sentido de sublinhar a influência de Durkheim, acusando Halbwachs de não ter operado a distinção entre evocação e lembrança («recalling and remembering»), não ter percebido a diferença entre memória autobiográfica e colectiva, ter oposto de forma demasiado radical memória e história, mas, sobretudo, ter descurado o papel do indivíduo:

a evasão da mente individual como factor activo na transmissão do passado, faz com que o indivíduo abandone todo o processo e mesmo o carácter da memória, estranhamente indefinido e vago, por um trabalho que propunha este objectivo (Bloch,1998 117).

- 37 É altura de recuperar as palavras de Durkheim que acima citámos e em que defende que todos os homens de uma mesma civilização representam o espaço da mesma maneira, para dizer que Halbwachs, apesar das críticas, está longe dessa concepção no que à memória diz respeito. De facto, se é certo que sublinha enfaticamente a exterioridade da memória colectiva relativamente ao indivíduo, está longe, porém, de postular o desvanecimento absoluto do sujeito no colectivo:

Sem custo diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória colectiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo nele, e que este mesmo lugar muda segundo as relações que teço com outros ambientes (Halbwachs, 1950:94-95)¹⁷.

- 38 Por outro lado, é verdade que Halbwachs não resiste a procurar o equilíbrio entre o reconhecimento destes diferentes pontos de vista e as ideias durkheimianas de integração social. Assim, ao mesmo tempo que deixa claro a importância dos grupos sociais – parentesco, classes, religião... – na expressão da memória colectiva, acaba sempre por remeter essa diversidade a uma ordem superior. Se a memória é sempre recomposição, então segmentos sociais distintos expressam memórias diferentes. Muito embora defenda esta ideia, a memória colectiva surge depois nos seus trabalhos como conciliação das distintas expressões que a compõem:

os diversos grupos em que se decompõe a sociedade são capazes, em cada instante, de reconstruir o seu passado. (...) Porém, (...) ao mesmo tempo que o reconstroem, eles deformam-no (...) Mas por outro lado a sociedade não pode viver senão na condição que entre os indivíduos e os grupos que a compõem exista uma suficiente unidade de pontos de vista (Halbwachs, 1925 : 289)¹⁸.

- 39 Que de algum modo as diferentes memórias se articulam, parece indiscutível. A crítica que julgamos poder ser feita a Halbwachs não é tanto postular essa articulação, mas sim a simplificação do processo. A articulação entre os diferentes registos da memória colectiva é feito, num plano interactivo e dinâmico, pelos indivíduos pois são eles que participam desses diferentes registos¹⁹. É, julgamos nós, para essa dimensão de socialização que Tonkin chama a atenção e é sobre este ponto que importa reflectir agora.

- 40 O aprofundamento das propostas de Halbwachs passa efectivamente pela clarificação de uma questão básica, que não está tão distante, na verdade, do ponto em que Bloch mais insiste: se a memória é um atributo do *indivíduo*, de que forma o transcende e se

torna *social*, quer dizer, de que forma adquire um sentido próprio que não é o da adição das memórias individuais? E necessário perspectivar então a constituição e transmissão da memória social enquanto *processo* e isso obriga à clarificação do papel do sujeito. Joël Candau (1996:66) reporta a Roger Bastide uma proposta com uma ênfase estruturalista: a memória colectiva é um sistema de interrelações de memórias individuais, mas se o outro é necessário para eu recordar, não é porque estejamos ambos mergulhados no mesmo pensamento social, mas porque as lembranças pessoais estão articuladas com as lembranças de outras pessoas, num jogo ordenado de imagens recíprocas e complementares. Neste sentido, a memória colectiva surge como uma estrutura de relações entre as memórias individuais, concepção que responde melhor à ideia de uma memória social plural.

- 41 As propostas de Jeffrey Prager vão num outro sentido, ainda que se centrem também na discussão do papel do indivíduo. Enfatizando a importância da relação entre passado e presente, procura mostrar que a memória está simultaneamente embebida (*embedded*) no universo social e encarnada (*embodied*) em cada pessoa particular. Isto conduz à rejeição de uma concepção linear que limitasse a memória a uma interpretação do passado feita no presente. A questão, nota Prager, é mais complexa:

Enquanto que considerar a *envolvência* da memória nos leva a prestar atenção à influência do presente na recuperação do passado, considerar a sua *incorporação* dirige a nossa atenção para o modo como os estados sensuais e os desejos físicos, herdados do passado mas prevalentes no presente, podem reescrever o passado ao serviço do presente (Prager, 1998:83).

- 42 A construção do sujeito passa sem dúvida pela socialização, mas esta requer uma pessoa como agente activo da construção e nesse processo existe uma via de duplo sentido ligando passado e presente.
- 43 Paul Connerton, procurando também ele perceber o papel do indivíduo na memória colectiva, coloca a questão ainda de uma outra forma. Começa por defender que uma das principais dificuldades no desenvolvimento de uma teoria da memória como forma de conhecimento, decorre da variedade de tipos de memória que accionamos e reconhecemos. Distingue assim entre *memória pessoal*, aquela que respeita a «actos de recordação que tomam como objecto a história da vida de cada um» (Connerton, 1989:26), *memória cognitiva*, pela qual recordamos o significado de palavras, histórias, etc., ou seja, memórias que pressupõem a «ocorrência anterior de um estado pessoal cognitivo ou sensorial» (Connerton, 1989:27) e *memória-hábito*, que entende como capacidade de reproduzir determinada acção²⁰. Defende Connerton que tem sido dispensada bastante atenção a estas duas primeiras formas de memória, mas que a terceira tem sido largamente ignorada²¹.
- 44 A desvalorização da memória-hábito decorre do facto de por vezes não ser vista como uma verdadeira memória, mas mais como um mecanismo automático. Diz-nos Connerton (1989:35) que o espaço que poderia ser o seu, surge ocupado pelo «*convencionalismo contemporâneo*», ou seja, pela consideração de que existe uma dimensão social tácita através da qual seguimos um conjunto de regras acordadas intersubjectivamente. Assim, muito embora os mundos sociais sejam definidos pelas suas convenções dominantes, tender-se-ia a prestar menos atenção à prática cumulativa das acções, ficando criado um vazio entre *código* e *execução* e entre *norma* e *aplicação* (Connerton, 1989:41). É este vazio que este tipo de memória pode preencher, já que a sua especificidade radica no contributo decisivo para o desempenho convincente de códigos e normas. O que aqui é realçado é o carácter performativo da memória-

hábito social, sendo também esse o ponto que nos interessa sublinhar e nos conduz ao reencontro com Halbwachs.

- 45 Tal como é conceptualizada por Connerton, esta memória-hábito remete, efectivamente, para os processos de aprendizagem, através dos quais se incorporam valores e crenças que assim se tornam hábitos²². Deste ponto de vista, a discussão da memória social passa pela compreensão dos processos de comunicação entre indivíduos, dimensão que Halbwachs de alguma forma simplificou. Connerton ilustra esta simplificação com o modo como o autor francês trata o papel dos avós na transmissão da memória familiar. Diz Halbwachs (1925:171):

Os avós, na medida em que se integram na vida do casal recente, desempenham aí um papel complementar. É por fragmentos e como que nos intervalos da família actual que eles comunicam aos netos as suas recordações, e que lhes fazem chegar o eco de tradições quase desaparecidas.

- 46 Para Connerton esta observação revela uma incapacidade de precisar os actos característicos da transferência da memórias, que resultaria, afinal, da insuficiência da própria pesquisa. A hipótese que avança redefine o papel dos avós neste campo, sugerindo que a sucessão de gerações não é reflectida necessariamente no processo de transmissão das memórias. E o contrário que sucede, já que os avós têm, em muitos contextos, um papel determinante na socialização dos seus netos:

com a moldagem de cada novo espírito dá-se, ao mesmo tempo, um passo atrás, unindo a mentalidade mais maleável à mais inflexível, saltando a geração que poderia patrocinar a mudança (Connerton [1989]).

- 47 Existe na transmissão da memória uma dimensão narrativa que Connerton releva²³, nomeadamente quando chama a atenção para a importância que as histórias narrativas contadas informalmente têm na memória social²⁴. Na medida em que entende «que as imagens do passado e o conhecimento recordado do passado são transmitidos e conservados por performances (mais ou menos) rituais» (Connerton, 1989:48), o seu trabalho orienta-se então para o estudo de duas dimensões específicas do complexo processo de transmissão da memória: as cerimónias comemorativas e as práticas corporais. O seu objectivo é definido com clareza, consistindo em tentar perceber os mecanismos implicados na permanência social, sendo também clara a sua conclusão:

Tanto as cerimónias comemorativas como as práticas corporais, contêm (...) um certo grau de segurança contra o processo de questionamento cumulativo que todas as práticas discursivas acarretam. Esta é a fonte da sua importância e persistência como sistemas mnemónicos (Connerton, 1989:124).

- 48 O modo como numa comunidade as histórias circulam e são partilhadas, a forma como através da comemoração essa comunidade representa e projecta uma certa identidade, bem como as práticas de incorporação que os seus membros vão vivendo e se constituem em mnemónicas eficazes, contribuem para a inércia das estruturas sociais²⁵. Este percurso de Paul Connerton acaba, pois, por conduzir a um ponto não muito distante do que Halbwachs alcançara, sendo todavia relevante o modo como procura desvendar o processo de transmissão da memória.

2.3. ESQUECIMENTO: MEMÓRIA E HISTÓRIA

- 49 Esta questão da transmissão da memória coloca também a questão do esquecimento, não porque seja o seu contraponto, mas por ser uma parte dela. Como nota Todorov (2000:153), a verdadeira dicotomia está entre apagamento e conservação, sendo a

memória produto da interacção entre ambos. Uma memória absoluta que tudo registe e nada esqueça não é possível, mas basta ser pensável para que se perceba a sua tragédia. Jorge Luis Borges, quando nos conta a história de Irineu Funes, mostra bem como a capacidade de tudo recordar é afinal a condenação de nada poder esquecer:

Funes não recordava somente cada folha de cada árvore de cada monte, como também cada uma das vezes que a tinha percebido ou imaginado. Resolveu reduzir cada uma das suas jornadas passadas a umas setenta mil lembranças, que definiria logo por cifras. Dissuadiram-no duas considerações: a consciência de que a tarefa era interminável, a consciência de que era vã. Pensou que, à hora da morte, ainda não teria concluído o encargo de classificar todas as recordações da infância (Borges, 1969:123).

- 50 Uma memória absoluta como a da personagem de Borges levantaria desde logo uma questão da operacionalidade, a memória não pode pois ser senão selectiva: «Toda a recordação é avaliada em função do seu possível esquecimento e o trabalho da memória consiste, precisamente, em esquecer certos acontecimentos para privilegiar outros.» (Candau, 1996:85.)
- 51 Recordar ou esquecer implica, portanto, classificar e seleccionar. E, para usar a metáfora de Marc Augé (1998:24), fazer um trabalho de jardineiro, sendo as plantas as recordações e havendo entre elas algumas que devem ser eliminadas para que as outras se afirmem e floresçam. Deixando de lado o esquecimento patológico²⁶, esta consideração do esquecimento em articulação com a memória, conduz-nos de novo à discussão dos quadros sociais e dos processos de transmissão, ou seja, à articulação indivíduo/grupo. Em relação ao primeiro destes aspectos pronunciou-se Halbwachs (1925:279), defendendo que o esquecimento se explica pelo desaparecimento ou modificação dos quadros da memória colectiva, por exemplo das referências espaciais. Quanto aos processos de transmissão da memória, o esquecimento evidencia a filtragem que em algum momento se faz no universo das recordações possíveis.
- 52 O avanço conceptual que Halbwachs revela relativamente a Bergson, passa pela percepção, no primeiro destes autores, de que a memória é o presente do passado, enquanto Bergson a via como um movimento integral ou avanço do passado (cf. Ciarcia, 2002:3). Para este autor, seria o cérebro que funcionaria como uma espécie de filtro ou censor que revela no presente apenas a face mais útil do passado, enquanto Halbwachs defende que é o organismo colectivo que conserva ou reinventa o passado no presente. Esta colocação alternativa da ênfase no sujeito ou no colectivo é, como já vimos, redutora. Como notam Fentress & Wickham (1992:20), a memória constitui um *tipo especial* de facto social, classificação extensível ao esquecimento. A distinção traçada por Halbwachs entre uma memória interior e exterior revelase aqui inadequada, desde logo porque para ele a verdadeira oposição é entre *memória* e *história* e não entre *memória autobiográfica* e *memória social*. Mas há um outro aspecto ainda mais importante, pois que se alicerça no papel activo do sujeito: tanto a recordação como o esquecimento devem ser conceptualizados articuladamente como expressão intrínseca do processo dinâmico de circulação, modificação e afirmação das memórias sociais.
- 53 A acção do indivíduo neste processo é não só activa, como também diferenciada, no sentido de que o posicionamento social ajuda a definir a capacidade e modalidade de intervenção nesse processo. Se, no plano da memória social, «as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente» (Connerton, 1989:3), devemos então entender a memória social como um campo de disputa, passando o controlo social e mesmo o exercício do poder, pela capacidade de definir o memorável e o que deve ser

esquecido. Dáse, desta forma, expressão à disputa, ao conflito e à tensão como dimensão concorrente ao consenso, pois mesmo que o passado legitime a ordem social presente, não existe uma única representação do passado, como não existe uma ordem social que não contenha expressões de contestação.

- 54 O vigor das representações do passado pode ser atestado nas práticas sociais, por exemplo nas que se agregam em torno de categorias como as de *comemoração*, *ritual* ou *tradição*. Consideremos brevemente cada uma destas dimensões, sublinhando desde já que todas elas remetem para o plano das identidades. Relativamente ao primeiro destes aspectos, já aludimos ao estudo da comemoração feito por Paul Connerton (1989:86):

O que é, então, recordado nas cerimónias comemorativas? Parte da resposta é que uma comunidade é recordada da sua identidade, representando-a e contando-a numa meta-narrativa (...) [e esta] é mais do que uma história que se conta e sobre a qual se reflecte. É um culto encenado. Uma imagem do passado, mesmo sob a forma de meta-narrativa, é transmitida e conservada por performances rituais.

- 55 Qualquer comemoração compreende a dimensão ritual, envolvendo uma linguagem performativa e formalizada, constituindo assim um lugar de expressão de ordem e de identidade.
- 56 Marc Augé (1998:75-76) considera o ritual sob uma outra forma, sublinhando a sua função de mediador de distintas temporalidades:

Nenhuma dimensão do tempo pode ser pensada fazendo abstracção das outras, e o rito é exemplar da tensão entre memória e expectativa que caracteriza o presente, na medida em que organiza a passagem de um antes a um depois de que ele é simultaneamente mediação e ponto de referência.

- 57 Organizando esta passagem temporal, as práticas rituais, e neste ponto Augé reporta-se explicitamente ao contexto africano, permitem-lhe perceber como o esquecimento nelas se manifesta, nomeadamente através de três figuras ou formas específicas. A figura do *regresso*, centrada na ambição de reencontrar um passado perdido esquecendo o presente e cuja ilustração típica seria a possessão. A figura da *suspensão*, nos termos da qual o presente é provisoriamente destacado do passado e do futuro e que pode ser ilustrada pelos rituais de inversão. Finalmente a figura do *recomeço*, que ambiciona descobrir o futuro esquecendo o passado e tem na iniciação um exemplo concreto.
- 58 A última dimensão com que queremos ilustrar o modo como o passado se representa no presente é a da tradição. Gaetano Ciarcia (2002:1) analisa-a a partir da prática etnográfica, procurando mostrar a sua articulação com a memória:

A ideologização *étnica* de uma pertença cultural é animada pela alternância endémica entre memória e esquecimento. Esta ambivalência impregna a flutuação do valor atribuído aos acontecimentos e aos objectos susceptíveis de se tornar *tradição*. A dimensão finalista de cada acto memorial desenharia uma estratégia que integra a recordação no esquecimento e vice-versa.

- 59 O que aqui está em causa não é apenas perceber até que ponto uma tradição é inventada²⁷, mas discutir o seu miolo a partir da matéria-prima fundamental que é o tempo. A cristalização da tradição, bem como a formalização das práticas rituais nas cerimónias comemorativas, conduz-nos à derradeira questão que aqui queremos analisar, a do confronto entre oral e escrito, que pode ser enunciado também em termos da relação entre memória e história.
- 60 A análise desta relação constitui, provavelmente, um dos pontos mais frágeis do edifício teórico composto por Maurice Halbwachs. O contraponto que faz entre as duas categorias parece demasiado rígido, mesmo que se explique pelo desejo e necessidade

de destacar da história, tanto quanto da psicologia, o estudo da memória que se propunha fazer. Seja esta ou outra a razão, a verdade é que a oposição é clara e declarada:

está bem claro que a memória colectiva não se confunde com a história, e que a expressão memória histórica não foi uma escolha feliz, já que opõe dois termos que se opõem em mais que um aspecto (Halbwachs, 1950:130).

61 A oposição, tal como é vista por este autor, radica mesmo no contraponto entre artificial e natural, esquecendo a relação dialéctica, pois a memória oral alimenta-se também de toda uma cultura escrita e iconográfica (Joutard, 1986:449). De facto, para Halbwachs a história começa no ponto onde acaba a tradição, ou seja, onde a memória colectiva se extingue ou decompõe. Defende, por isso, que enquanto a recordação existe como recordação é inútil fixá-la por escrito. A memória colectiva surge então como uma corrente de pensamento contínuo e natural, na medida em que apenas retém do passado o que ainda vive na consciência do grupo. Ao contrário, a história examina os grupos de fora, lidando com a longa duração e nesse sentido com a artificialidade.

62 Esta oposição é reconhecida quase nos mesmos termos por Pierre Nora, nomeadamente quando nos diz que

A memória enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objecto. A história não se liga senão à continuidade temporal, à evolução e à relação com as coisas. A memória é um absoluto e a história não conhece senão o relativo (Nora, 1984:XIX).

63 A diferença é todavia substancial, pois Nora escreve a partir da história, assentando na ideia de que as sociedades modernas estavam a viver um processo de transformação, uma aceleração da história que a distanciava da verdadeira memória, aquela que caracterizara as sociedades ditas primitivas ou arcaicas.

64 O enorme projecto que coordenou²⁸ justifica-se a partir da história, no cruzamento de dois movimentos: um historiográfico, de reflexão da história sobre si própria e outro histórico, que procura perceber o fim da tradição de memória (Nora, 1984:XXIII). O que se pretende no projecto é uma espécie de conciliação da história com a memória, surgindo os «lugares de memória» como algo pertencente aos dois reinos²⁹.

65 A transformação a que Pierre Nora alude tem como núcleo aquilo a que chama «materialização da memória», ou seja, o desenvolvimento de instrumentos de registo e conservação do acontecido, como as bibliotecas, os arquivos e os museus. Para esse autor esta memória de papel não é apenas uma etapa mais de um processo, antes traduz a passagem da memória à história, ou seja, uma modificação substantiva, pois obriga cada grupo a redefinir a sua identidade pela revitalização da sua própria história (Nora, 1984:XXIX). As instituições vocacionadas para conservar a memória, geram um resultado paradoxal: o excesso conduz, afinal, ao esquecimento. Já Montaigne prevenira para o efeito, quando diz que as bibliotecas são lugares de esquecimento colectivo (cf. Fentress & Wickham, 1992:29), o que Nora observa muitos anos depois:

Em todo o sentido da palavra, não se mediu o que seria uma história que vive em perpétua inflação de acontecimentos, tal como não se mediram as consequências de uma economia que vive em perpétua inflação. Acaba-se agora de descobrir o fenómeno, e a mesma lei que se aplica à moeda aplica-se à História: a moeda má expulsa a boa, o mau acontecimento, o bom (in Le Goff *et al.*, 1978:67).

66 A questão não está apenas na passagem do oral à escrita. Deve notar-se que os processos mnemónicos apelaram muitas vezes a processos de inscrição mesmo sem existirem arquivos, do mesmo modo que constituíram tarefa de especialistas mesmo

antes dos historiadores profissionais. Basta referir, em relação a este último aspecto, como os especialistas em memória estão presentes tanto no contexto africano (cf. Tonkin, 1992) como na antiguidade clássica, por exemplo na figura do *mnemon* entre os gregos (cf. Le Goff, 1984:20). Do mesmo modo, quando falamos de processos de inscrição, estamos a falar de algo difundido e que substitui ou antecipa a escrita: os mapas ou *aides-mémoires* (cf. Fentress & Wickham, 1992:3 1). A importância da figuração para a preservação da memória está bem expressa no Teatro da Memória proposto por Giulio Camilo no século XVI, que pretende ser uma representação do universo a partir das suas causas (Yates, 1966: 144 sgg.). Tratava-se de uma gigantesca mnemónica, que através da demarcação espacial, e nesse sentido de uma escrita, pretendia ordenar memórias de forma encadeada, quer dizer, que cada recordação motivasse outras.

- 67 O que pretendemos fazer notar é que não é apenas a emergência da escrita que suscita modificações tão acentuadas como as que acima evocamos:

No alvorecer da ciência, a memória escrita só regista elementos muito característicos; quer se trate das grandes civilizações da Mesopotâmia, do Egipto, da China ou da América pré-colombiana, as mais antigas referências relacionam-se com o calendário e as distâncias (Leroi-Gourhan 1965:61).

- 68 Como o mesmo autor nota, é o texto impresso que altera a capacidade e forma de registo, contribuindo decisivamente para a alteração do modo como na sociedade moderna se lida com o espaço e o tempo, os quadros de referência da memória social apontados já por Halbwachs. Dando-se conta desse facto, Marc Augé aponta à aceleração da história duas consequências – aquilo a que chama figuras do excesso característico da modernidade e que se expressam exactamente no tempo e no espaço:

Do ponto de vista da sobremodernidade, a dificuldade em pensar o tempo releva de uma superabundância de acontecimentos do mundo contemporâneo (...). Sobre o excesso de espaço poderíamos dizer (...), um pouco paradoxalmente, que ele é correlativo do estreitamento do planeta (Augé, 1992:38).

- 69 De alguma forma é um tempo e um espaço cujas fronteiras se diluíram aquele que se vai impondo, não de um golpe, naturalmente, mas ao cabo de um longo processo. Nos capítulos seguintes é um fragmento desse processo que procuraremos perceber. Fragmento não só por ser demarcado física e temporalmente, mas também por pretender dar conta apenas de parcelas de uma realidade complexa e multifacetada.

NOTAS

1. Já Edmund Leach (1961) tinha usado praticamente as mesmas palavras para frisar que a nossa experiência do tempo se faz de forma mediada, concretamente pelas noções de repetição e não repetição.

2. A questão da existência do tempo foi discutida por Aristóteles, sendo bem ilustrada pelos paradoxos de Zenão. O problema pode ser colocado da seguinte forma: como pode o tempo existir se nenhuma das suas partes existe – o passado porque já não é, o futuro porque ainda não chegou e o presente porque não tem duração, já que se torna passado ao ser vivido? (Blackburn, 1994:424).

3. Elias (1996:148) serve-se de uma metáfora para transmitir esta ideia: tal como a máscara é encarnada pelos espíritos, os relógios são encarnados pelo tempo.
4. A instauração de um calendário republicano na sequência da Revolução Francesa é um bom exemplo da importância da marcação dos ritmos, pois, apesar da sua coerência lógica, ao suprimir a semana, base reconhecida e fundamental no plano religioso, não só ofendeu as religiões, como criou condições para o malogro (cf. Molet, 1990:182).
5. Alfred Gell (1992) revisita algumas das experiências etnográficas onde a questão do tempo se colocou de forma particularmente pertinente.
6. Em 1677 a Turquia adoptou o calendário juliano, conservando, todavia, alguns traços do calendário muçulmano, como a era e o início do ano civil em 1 de Março (Molet, 1990:173).
7. Na verdade, em Bali, coexistem dois calendários, um lunar-solar e outro construído na interação de ciclos independentes de nomes de dias. Diz-nos Geertz [1973] que este segundo é o mais importante dos dois e que o calendário lunar-solar, embora, diferentemente do outro, ancorado às estações, obedece à mesma concepção pautada do tempo, não podendo servir, senão de modo torpe e com a agregação de elementos auxiliares, para medir a passagem do tempo.
8. Gourevitch (1975:271) refere também este processo, defendendo que os relógios mecânicos são simultaneamente o resultado lógico e a fonte de um novo sentimento do tempo, que se manifesta, desde logo, na economia: «O tempo (ou mais exactamente a hora) tornou-se a medida do trabalho. Transformando-se em factor essencial da produção, ele adquire um grande valor.»
9. Teremos oportunidade de ver como, no contexto que estudámos, o 25 de Abril de 1974 assume estas características, marcando, simbolicamente, a passagem do *antes* ao *agora*-dicotomia vaga mas fundamental na organização de toda a rememoração. Sobre a sua importância, cf. e.g. Zonabend, 1980:13 e Brito, 1996:16.
10. Extracto do poema com que abre o seu relato autobiográfico (Levi, 1958:5).
11. Desde logo com Mauss (1950:342), que nota a propósito dos Kwakiutl que «A perpetuidade das coisas e das almas só é assegurada pela perpetuidade dos nomes dos indivíduos, das pessoas».
12. Falamos aqui de *grupo* como entidade abstracta e nesse sentido pouco rigorosa. Na verdade o indivíduo interage sempre com uma pluralidade de grupos, sendo a memória colectiva plural, na mesma medida em que a sociedade também o é.
13. É o que nos diz Halbwachs reportando-se a Durkheim: «Um indivíduo isolado poderá, em rigor, ignorar o correr do tempo, se se achar incapaz de medir a duração, mas (...) a vida em sociedade implica que todos os homens se ponham de acordo sobre a temporalidade e a duração, conhecendo bem as convenções de que eles são objecto.» (Halbwachs, 1950:143.)
14. Assentando numa linha de investigação bastante diferente, espaço e tempo são também coordenadas sublinhadas por Leroi-Gourhan (1965:121): «O facto humano por excelência não é tanto a criação do utensílio mas talvez a domesticação do tempo e do espaço, ou seja, a criação de um tempo e de um espaço humanos.»
15. Lévi-Strauss ([1958] 1974:318) dá a Durkheim e Mauss o crédito de terem sido os primeiros a considerar o espaço como coordenada essencial à interpretação da estrutura de um grande número de sociedades ditas primitivas. O texto que citamos não é aquele a que alude Lévi-Strauss, mas mostra bem como o espaço se revelou a Durkheim como facto social.
16. Hoje em dia é mais corrente a segunda designação, e autores como Fentress & Wickham (1992:7-8) justificam a sua opção por ela por entenderem que se distancia do que entendem ser o peso excessivo da natureza colectiva na consciência social definida na tradição durkheimiana, ao mesmo tempo que evitaria a confusão com o inconsciente colectivo junguiano.
17. À margem desta diversidade de pontos de vista determinada pelo posicionamento social, é no plano do inconsciente que o autor vê o maior distanciamento do indivíduo face à sociedade: «Não é na memória, é no sonho, que o espírito está mais distanciado da sociedade.» (Halbwachs, 1925:39.)

18. É possível pensar a modernidade como um processo que pôs em causa esta unidade de pontos de vista: «Nas sociedades modernas, a pertença de cada indivíduo a uma pluralidade de grupos torna impossível a construção de uma memória unificada e provoca uma fragmentação das memórias.» (Candau, 1998:172.)
19. A consideração desta dinâmica leva Tzvetan Todorov a ver a memória colectiva não como memória, mas como discurso: «a memória, no sentido dos vestígios mnésicos, é sempre e exclusivamente individual; a memória colectiva não é uma memória mas um discurso que evoluiu no espaço público. Esse discurso reflecte a imagem que uma sociedade ou um grupo no seio da sociedade pretende dar de si mesmo.» (Todorov, 2000:158.)
20. Já Bergson (1939:89) defendera a distinção entre «memória pura» e «memória hábito», dizendo que esta é «o *hábito iluminado pela memória* mais do que a memória propriamente dita».
21. Em relação tanto à memória pessoal como à cognitiva, essa atenção traduz-se na colonização dos territórios que definem: «Os psicanalistas estudaram a memória pessoal enquanto investigavam as *histórias de vida de indivíduos*; os psicólogos estudaram a memória cognitiva ao investigarem as operações das *faculdades mentais universais*.» (Connerton, 1989:34.)
22. Mesmo não sendo evocado por Connerton, parece evidente a proximidade destas ideias com o conceito de *habitus* de Bourdieu, pelo menos do sentido de que remete para a ideia de uma história incorporada. Aliás, um exemplo dado por este último para ilustrar o *habitus* é sugestivo também para o que vimos dizendo sobre a memória: «Aquele que tira o chapéu para cumprimentar *reactiva*, sem saber, um sinal convencional herdado da Idade Média.» (Bourdieu, 1989:82.)
23. As teses de Pierre Janet desenvolvidas no âmbito da psicologia, chamaram a atenção, ainda nos anos 20, para esta dimensão, nomeadamente quando considera que o acto mnemónico fundamental é o comportamento narrativo, que se caracteriza, antes de mais, pela sua função social (cf. Florés, 1972:12).
24. Alguns estudos em torno da memória individual têm expressado esta mesma ideia. Veja-se, por exemplo, o que nos diz Juan Pujadas (1994:618): «A consciência colectiva, quando se transforma em discurso, converte-se em memória colectiva. Esta organiza-se sob a forma de discursos de síntese que postulam o carácter contínuo, homogéneo e direccionado do devir histórico de um povo.»
25. A comunidade não é um todo homogéneo em nenhum destes níveis, pois as histórias não circulam uniformemente por todo o espaço social (cf. Brito, 1988b), do mesmo modo que a identidade gerada nas comemorações é partilhada desigualmente e a incorporação é feita de forma diversa.
26. O esquecimento que aqui nos interessa sublinhar está distante do que é definido noutros âmbitos disciplinares: «A deterioração da memória foi concebida por muitos autores como o resultado. 1) da ausência de exercício; 2) de uma desagregação progressiva da estrutura dos vestígios.» (Florés, 1972:68.)
27. Nos termos em que este conceito surge em Hobsbawm & Ranger (1983): as tradições que parecem ou pretendem ser antigas são afinal, em muitos casos, não só recentes como inventadas.
28. Falo, naturalmente, dos sete densos volumes que constituem *Les lieux de mémoire* e cuja publicação se estendeu entre 1984 e 1992.
29. O mesmo se pode dizer dos «lugares de amnésia». Se os lugares de memória são aqueles onde a memória trabalha, os lugares de amnésia são aqueles em que trabalha o esquecimento, já que a recordação é demasiado pesada para ser transportada (Candau, 1998:154). Ambos estão, por outro lado, nos antípodas dos não-lugares, algo que não se define nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico (Augé, 1992:83).

3. Campo maior espaço de fronteira

3.1. IDEIAS, PROJECTOS E TERRITÓRIO: A FRONTEIRA COMO CONSTRUÇÃO

- 1 Tentaremos, na primeira parte deste capítulo, mostrar a fronteira enquanto produto histórico, quer dizer, sublinhar o seu carácter de *construção* situada num contexto e temporalidade concretos. Tratar-se-á de perceber de que modo e sob que impulsos emergiu o modelo de fronteira associado ao Estado Nação. Iludir esta historicidade e projectar a fronteira como produto legitimado pela natureza, foi um objectivo perseguido pelo menos desde o século XVIII, constituindo peça importante na mitificação de um certo modelo de fronteira, que hoje surge por vezes posto em causa (cf. Raffestin, 1993:158). Eram claras as marcas que lhe davam sentido, como clara se tornou também a fragilidade em que se sustinha:

A boa fronteira? Queremo-la natural mas discreta, aberta mas protectora, lugar de trocas e de contactos, de conciliábulos e de reencontros, em suma, ideal! Mas teremos que ter a liberdade do demiurgo para imaginar cenários de recorte, que depressa nos convenceríamos que o rio circular não existe. A ficção de um mundo-arquipélago de Estados insulares com fronteiras litorais não resiste às razões da história e da geopolítica (Foucher, 1988:9).

- 2 Procuraremos perceber com algum detalhe o acto de demarcação da fronteira luso-espanhola que decorreu no século XIX, porque ele ilustra o sentido fundamental do processo de territorialização formal da soberania do Estado (Sahlins, 1989:269). Esse exercício de demarcação expressa inequivocamente a tensão entre a ideia de fronteira como linha separadora, produto de uma vontade soberana, e a ideia de zona fronteiriça, de espaço singularizado. A demarcação, pelo próprio sentido de que está investida, privilegia a primeira destas ideias, mas entre o acto jurídico da enunciação dos limites e o terreno onde ela decorre, existem as populações. Para estas, a fronteira é antes de mais uma realidade local, relativamente à qual o Estado é apenas mais uma instância definidora do seu sentido. Um instância, é certo, que se imporá como cada vez mais decisiva, mas que, ainda assim, não monopoliza o seu sentido: nem a linha de separação entre estados apagará a especificidade das zonas raianas, nem o desentendimento entre os limites necessitou do Estado para se expressar.

3.1.1. A FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA. INSTRUMENTOS JURÍDICOS E REALIDADE LOCAL

- 3 Foi muito longo o processo de demarcação da fronteira luso-espanhola. Na verdade, talvez não possa sequer falar-se de *um* processo mas sim de vários, que com lógicas próprias se foram sucedendo no tempo. Tendo por objectivo a doação ou permuta de territórios ou apenas a resolução de conflitos pontuais e localizados, desde 1227 que foram produzidos instrumentos diplomáticos e jurídicos relativos à demarcação territorial da fronteira¹ portuguesa (cf. Barreiros, 1961:59 sgg.). Compreendem-se aqui tanto tratados importantes pela dimensão das consequências que produzem, como o Tratado de Alcanises em 1297, como actos muito localizados e aparentemente pouco eficazes – como exemplo, e para não sairmos da região que estudámos, veja-se como no século XV se sucedem inquirições para esclarecer dúvidas acerca da delimitação, entretanto acordada, das terras de Ouguela e Albuquerque (Barreiros, 1961:64 sgg.). Na verdade, os mais de cem instrumentos jurídicos listados por Baptista Barreiros evidenciam uma fronteira viva e mutável, mas desde cedo marcada pelo desejo de os reinos peninsulares controlarem e regulamentarem os seus limites.
- 4 No século XIX, porém, subsiste ainda uma fronteira desregulada em alguns pontos e a que falta um controlo efectivo da separação entre as populações de diferentes nacionalidades. É esta realidade que serve de justificação à celebração de um Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, que virá a ser assinado em 1864 e em cujo Preâmbulo se pode ler:
- Sua Magestade a Rainha das Espanhas e Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves, tomando em consideração o estado em que se encontram muitos povos situados nos confins de ambos os reinos, por não existir uma demarcação bem definida do território, nem tratado algum internacional que a designe, e desejando pôr termo, duma vez para sempre aos desagradáveis conflitos que por tal motivo se suscitam em vários pontos da raia, estabelecer e consolidar a paz e harmonia entre os povos limítrofes; e finalmente reconhecendo a necessidade de fazer desaparecer a situação anómala em que à sombra de antigas tradições feudais, têm permanecido até hoje alguns povos imediatos à linha divisória de ambos os Estados, com prejuízo destes, convieram em celebrar um Tratado (*cit. in* Barreiros, 1964:30)².
- 5 Ainda que constitua mais um entendimento fronteiriço entre os dois reinos que subsistiram na Península, este Tratado assume, todavia, uma importância particular relativamente aos que o antecederam. O que está em causa não é apenas, nem fundamentalmente, a dimensão do empreendimento, traduzida na sua duração (mais de uma década), nos meios e no número de pessoas que envolve. É enquanto instrumento e reflexo de um novo entendimento da fronteira, exactamente aquele que se adequa à emergência do Estado-Nação, que o Tratado deve ser pensado. Neste contexto ele integra-se no movimento geral de afirmação oitocentista dos nacionalismos europeus³, podendo, nessa medida, ser considerado o acto fundacional da fronteira com a configuração que chegou até nós.
- 6 Reportado ao contexto pirenaico, Peter Sahlins interpreta a demarcação da fronteira franco-espanhola de forma convergente com esta ideia – convergência que, como vimos, se manifesta logo na proclamação dos objectivos. No caso que estuda, é apenas com os Tratados de Bayonne (1854-68) que a fronteira se define e adquire o sentido com que atravessará o século XX⁴. Ou seja, e é isto que importa realçar, para Sahlins estes

tratados oitocentistas marcam a passagem de uma concepção jurisdicional a uma eminentemente territorial da soberania⁵. Supera-se a primazia do laço político sobre o territorial com a recusa da concepção que admitia a perda ou aquisição por conquista ou tratado de jurisdições específicas (cf. Sahlins, 1989:44), estabilizando-se a fronteira. Esta doravante terá ao seu serviço soldados e alfândegas, impondo-se de forma mais eficaz: «A territorialização formal da soberania está constituída pelo traçado e demarcação da fronteira.» (Sahlins, 1989:269.)

- 7 O que queremos sublinhar neste ponto não é tanto o possível paralelismo entre os tratados pirenaico e luso-espanhol, mas mais a importância de um momento histórico concreto na definição e imposição de uma certa ideia de fronteira⁶. Compreendermos isto é fundamental para a perspectivarmos de modo dinâmico, como realidade socializada e produto histórico. E então na sua articulação com a ideia emergente de nação que o Tratado de Limites de 1864 pode ser visto como acto fundador, ainda que no essencial apenas reafirme o que já existia. De facto, a delimitação das fronteiras pode mesmo ser vista como condição *sine qua non* de estabilização de uma nação (Blumann, 1980:4). Ou seja, como uma importante ferramenta do Estado centralizado que se esforça por criar uma unidade cultural e uma consciência nacional de que emerge aquilo a que podemos chamar «identidade nacional» (Sahlins, 1989:23). Pode por isso dizer-se que a emergência de uma lógica jurisdicional está relacionada com a capacidade de o Estado tomar eficazes os instrumentos de coacção e endoculturação (Valcuende del Rio, 1998:238-9).
- 8 Esta visão da fronteira como produto histórico, como resultado de uma vontade política, não dá conta, no entanto, senão de uma parte da questão. A ela falta acrescentar o papel desempenhado pelas comunidades locais, que estão longe de ser sujeitos passivos nas estratégias estatais⁷. Quando citámos o Preâmbulo do Tratado de Limites vimos como a paz e harmonia entre os povos limítrofes foram evocadas como justificação para a sua celebração. Todavia, quando consideramos as preocupações da Comissão Mista, fica evidente que a situação que verdadeiramente importava contrariar era a que resultava da ausência de clarificação da jurisdição territorial de alguns espaços. Senão vejase de que forma o primeiro Presidente da Secção Portuguesa, brigadeiro Cabreira, informa o Ministro dos Estrangeiros da situação dos Coutos Mistos na zona de Tourém⁸:
- Existem mais os Coutos Mixtos, próximo de Montalegre, com três povoações promíscuas confusamente portuguesas e espanholas, onde não tem a devida acção as leis, autoridade e justiça de nenhum dos dois países observando-se ali usos e abusos e práticas anómalas igualmente danosas a um e outro (...). Também existem algumas aldeias cortadas pela linha da raia, compostas de casas portuguesas e espanholas, com a singularidade de serem algumas delas situadas mesmo sobre a indicada linha e favoráveis por isso aos mais escandalosos abusos (Barreiros, 1961:82).
- 9 O que verdadeiramente está em causa é portanto, pelo menos nalguns pontos da fronteira, a ausência de uma separação efectiva das populações, situação que podia mesmo configurar um espaço integrado e mais ou menos distanciado dos dois estados. A uma situação de indefinição, que geralmente funcionava em favor das populações, responde um Estado que pretende uma definição territorial clara. Estão em causa interesses comerciais e aduaneiros, mas devemos ver também esta territorialização como condição para o exercício de soberania no quadro do Estado-Nação. O modo como se pretende resolver algumas dificuldades ilustra bem o que acabámos de afirmar. Veja-

se como exemplo a proposta da Secção Portuguesa para as povoações mistas, nos termos da qual a sua pertença seria definida em função do número de casas pertencentes aos nacionais dos dois países – toda a povoação passaria a pertencer à nação cujos membros possuíssem aí maior número de casas (Barreiros, 1961:87). Isto significa que em troca da ordenação e controlo da linha fronteiriça, se aceita a transferência de soberania territorial, subalternizando, para o efeito, a nacionalidade de alguns proprietários.

- 10 Como duas faces de uma mesma moeda, a fronteira separa e une, nisto residindo a sua ambiguidade. Ela impõe uma diferenciação que vai da língua aos valores, da história em que as populações se devem rever às condições de vida. Noutra sentido, porém, a fronteira define um limite que é também uma abertura: do outro lado, às vezes ao alcance do olhar, ficam outras cidades e aldeias; fica um outro mundo que é, por vezes, um lugar de novas oportunidades e quase sempre um espaço de fascínio. E esta natureza ambígua da fronteira que permite que, à margem da separação e distinção que o Estado produz e prescreve, as comunidades locais sejam também capazes de, como diz Sahlins (1989:24), forjarem as suas próprias identidades nacionais. À margem da lógica estatal da fronteira-separação, define-se assim uma «respiração raiana» que permite um outro olhar sobre a fronteira:

a fronteira política, nacional, é também e talvez antes de mais nada, a Fronteira no limite do território das aldeias na sua área. Ela é o lugar de vigilância, de conflitos, de reivindicações e de relações de força à escala local que se inscreve na longa duração e que tem operado, desde sempre, tanto sobre a estabilidade de um traçado quanto sobre as imprecisões pontuais da sua definição final (Brito, 1988_a: 338).

11

Num texto já antigo (1937), o geógrafo Hermann Lautensach sintetiza de uma forma que consideramos interessante a evolução da fronteira portuguesa:

Durante os primeiros séculos da sua existência a raia portuguesa teve o carácter de uma «fronteira de agressão», fortificada, segundo a terminologia de K. Haushoffers, ou de uma «fronteira viva», segundo C. Vallaux. Depois da Espanha ter desistido, a seguir à Restauração, de qualquer reconquista, a raia tornou-se numa «fronteira de equilíbrio» (K. Haushoffers), que apresenta às vezes sérios indícios de se ter transformado numa «fronteira de estagnação» (K. Haushoffers) ou «fronteira morta» (C. Vallaux), pobre de circulação e estímulos (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991:1172).

- 12 Vale a pena distinguir aqui dois conjuntos de conceitos contrapostos. Por um lado as ideias de «fronteira de agressão» versus «fronteira de equilíbrio»; por outro lado «fronteira viva» versus «fronteira morta». Se mais uma vez nos servirmos do trabalho da Comissão de Limites, poderemos dizer que o que nele está em causa é a afirmação de uma fronteira de equilíbrio relativamente às nações que separa e de uma fronteira morta relativamente às populações que nela vivem – ideia atribuída também aos Pirenéus ao longo do século XX (Sahlins, 1989:3 14).
- 13 A lógica de territorialização do Estado faz prevalecer a fronteira como linha separadora definitiva (fronteira de equilíbrio), em detrimento tanto da ideia de uma zona fronteiriça mais ou menos integrada e perigosamente promíscua (fronteira viva), como do entendimento da fronteira como espaço de separação provisório entre dois mundos (fronteira de agressão). De resto, estas duas características, ainda que analiticamente dissociáveis, interagem frequentemente. Na Península Ibérica a fronteira muçulmana-cristã da época da Reconquista ilustra essa interacção, nela se manifestando dois

tempos que não chegam nunca a ser nítidos, o tempo da guerra e o tempo da paz (Molina, 1996:514). Trata-se pois de uma fronteira indefinida e contestada onde os movimentos orgânicos se enfrentam (re)configurando o território⁹. Estas características da fronteira medieval peninsular podem aliás ser encontradas noutras épocas e contextos¹⁰. Por exemplo no Império Romano ou, muitos séculos depois, na formação dos Estados Unidos da América, quando a fronteira surgia como «o ponto de encontro entre *selvagemismo* e *civilização*» (Turner, Frederic, cit. in Luque, 1996:83), ou seja, também com um carácter provisório, pois acompanhava o avanço da «civilização» para oeste¹¹.

- 14 Estamos pois perante um espaço singular e ambíguo: lugar de confronto que se organiza para a guerra, nessa medida incorporando o perigo e a marginalização, ele é também um espaço de salvação e liberdade. As fronteiras peninsulares medievais, sejam as que separam cristãos de muçulmanos sejam as que separam entre si os reinos cristãos, constituem a primeira linha de defesa face ao inimigo¹². Por outro lado, porém, a raia oferecia-se como espaço de oportunidade. Desde logo porque o seu carácter periférico atenuava a capacidade de controlo do Estado central. Para lá disso, é o próprio Estado, num esforço para promover a fixação de populações, a constituir os chamados «coutos de homiziados», a que os criminosos podiam recolher gozando aí de impunidade (cf. Ventura, 1998).
- 15 É assim que em torno de praças-fortes emergem cidades e vilas que, sobretudo após a estabilização das fronteiras, chegam a alcançar uma dimensão importante. As relações comerciais assumem um papel muito significativo a que se juntam movimentos populacionais que obedecem a várias motivações, sendo de sublinhar aqueles que resultam do aproveitamento da fronteira como lugar de refúgio e protecção. Mas o carácter ambíguo, dúplice, da fronteira sempre acaba por emergir. A face oposta à do desenvolvimento que permite e fomenta, é a da guerra. Isto nota-se de forma muito evidente no Alentejo, que nunca mais recuperou das guerras com Castela (1640-68).
- 16 À movimentação militar seiscentista sucede, a partir do século XVIII, um movimento menos visível mas igualmente marcante. A crescente presença do Estado revela-se na centralização política e na regulamentação e limitação comercial no quadro de uma lógica mercantilista (cf. Lema, 1984:593). O projecto da Comissão de Limites culmina este processo, ainda que a estabilização fronteiriça seja um fenómeno sempre sujeito a recuos – como a Guerra Civil espanhola provou – e os movimentos fronteiriços legais e ilegais de pessoas e bens na fronteira nunca terem deixado de ocorrer. A história da fronteira faz-se desde então de forma mais clara pelo balanceamento entre a sua utilização como recurso pelas populações e como instrumento de gestão política pelos vários níveis de poder.
- 17 No início dos anos 70, dois jornalistas espanhóis percorreram a fronteira luso-espanhola com intuito de escrever sobre ela uma série de reportagens. Veio daí a resultar um livro que marcou uma certa visão da fronteira (Pintado & Barrenechea, 1972), até porque surgia num momento em que esta permanecia francamente ignorada. A impressão é bastante negativa. Aquela a que chamaram então a «Costa do Luto», surge como zona fortemente deprimida em ambos os lados da raia, sublinhando os autores as fortes quebras demográficas, planos de desenvolvimento ineficazes ou mesmo inexistentes e uma estrutura social marcada por fortes desigualdades. Esta realidade fronteiriça, constatada nos anos 70, foi sendo construída durante décadas. Uma franca estagnação era evidente já nos anos 30:

Em 1935 (...) passou pela raia apenas 4,2 por cento do comércio especial português. Só sete estradas nacionais e cinco linhas de caminho-de-ferro (...) atravessaram uma fronteira que tem quase 1300 km de extensão. Os troços internacionais dos Rios Minho, Douro e Guadiana correspondem a cerca de um quinto da fronteira terrestre, mas são atravessados por uma única ponte (Valença-Tuy) (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987:22).

- 18 Também aqui se revela, porém, a ambiguidade da fronteira. É este fechamento e contenção que, sobretudo na primeira metade do século, contribui para tornar o contrabando numa actividade particularmente rentável. Por outro lado, como notou Jorge Gaspar (1985:226), o incremento da circulação comercial e populacional na fronteira nos anos 50 não significa um favorecimento automático dessas regiões. Ao contrário, o que sucede é um decréscimo demográfico provocado pelos surtos migratórios para o litoral e para a Europa.
- 19 A tendência para a acentuação do carácter periférico e deprimido da área fronteira luso-espanhola terá sido contrariada na segunda metade dos anos 70. É ainda Jorge Gaspar que refere como factores responsáveis por esse efeito, a restauração do poder local, o regresso de muitos retornados e o investimento de emigrantes (cf. Gaspar, 1985:226-7). Não parece, todavia, que estes aspectos tenham sido suficientes para inverter a lógica de depressão do espaço de fronteira. E só mais tarde, já no âmbito da Comunidade Europeia, que a progressiva liberalização do controlo fronteiriço, da circulação de bens e pessoas, produzirá modificações substanciais na fronteira luso-espanhola. Modificações que não são, todavia, uniformes, produzindo mesmo um efeito diferenciado (cf. Lema, 1984:594).

3.1.2. O QUE SEPARA TAMBÉM UNE: LINHA FRONTEIRIÇA E ÁREA RAIANA

- 20 Da fronteira provisória, característica de uma situação de expansão militar e cultural, até à fronteira idealizada, aquela que não seria contestada, pois separaria duas nações e dois estados, duas culturas e duas línguas, vai uma distância que é muito menos temporal do que conceptual. A interpretação que se faz do sentido e significado da fronteira não pode ser vista numa lógica evolutiva mas antes sincrónica. Dois conceitos expressivos podem ajudar-nos a esclarecer o que com isto queremos dizer. Falamos dos conceitos de *linha de fronteira* e *zona fronteira* e vejamos como do ponto de vista analítico é relevante privilegiar um ou outro deles¹³:

a fronteira-linha impõe-se em detrimento da fronteira-zona. A explicação é simultaneamente jurídica e física (...). O princípio fundamental do exclusivismo da competência territorial implica que as fronteiras sejam rigorosamente fixadas (...). O único meio de evitar o choque frontal, é repartir rigorosamente o espaço disponível de uma e outra parte (Blumann, 1980:5).

A ideia, universalmente difundida, de fronteira como linha que separa duas regiões diferentes é errada. Surgiu no período de evolução social na qual os homens tentaram estabelecer por via pacífica os respectivos direitos de propriedade nos territórios abrangidos (...). A linha de fronteira é portanto uma abstracção que não tem existência real fora do mapa geográfico (Zientara, 1989:307).

- 21 O confronto é aqui entre uma perspectiva jurídica e uma outra a que podemos chamar sociológica. A primeira vê a fronteira como emanção do Estado, dessa forma sublinhando a sua função de *linha separadora*. Na segunda, prepondera a ideia da

artificialidade do traçado fronteiro, relevando assim a acção das populações que habitam a *zona de fronteira*¹⁴.

- 22 Na sua proposta de definição de fronteira, Raffestin sintetiza bem o que afirmamos:
 A fronteira não é (...) uma «cicatriz da história» (...) mas bem pelo contrário um instrumento cuja variabilidade morfológica não deve incitar a inferir uma variabilidade social. A fronteira é uma invariante bio-social e, a este título, ela é constitutiva de qualquer organização humana (Raffestin, 1993:162).
- 23 À semelhança da definição de Ratzel a que atrás aludimos, também aqui temos uma visão organicista, uma concepção que se adequa mas não se esgota na fronteira política. Quanto a esta, a destrição que Raffestin faz entre variabilidade morfológica e variabilidade social é pertinente. Teoricamente a sobreposição destas duas dimensões produziria uma *fronteira natural*, a tal fronteira idealizada de que falámos, traço de separação indiscutível de duas realidades. Todavia, a diferente natureza das variáveis morfológicas e sociais impede na prática a sua fusão.
- 24 A fronteira não pode deixar de ser vista como uma criação humana, como «uma construção mental que na sua formulação exclui qualquer referência a uma realidade geográfica concreta» (Bey, 1985:298). Porém, ainda que de um ponto de vista conceptual assim seja, duas realidades matizam esta afirmação.
- 25 Por um lado, como a mesma autora reconhece, a criação de uma fronteira pode por si só produzir consequências geográficas importantes: a acção do homem sobre o espaço dividido pode mesmo «naturalizar» aquilo que no início era um traçado arbitrário. Por outro lado, a verdade é que na delimitação das fronteiras se procurou frequentemente um traçado balizado em acidentes físicos, ou seja, procurou-se sustentar na natureza a separação política.
- 26 Esta tentação deve ser percebida no contexto da emergência do EstadoNação, pois do que se tratava era de fundamentar a Nação em razões naturais. Esta política assume em França um particular relevo, seja no século XVII com a defesa da ideia de que uma cadeia de montanhas constituía a fronteira ideal entre estados, seja antes, ao longo da Idade Média, quando se sublinhava a função de fronteira dos cursos de água (cf. Sahlins, 1989: 51: sgg.). As fronteiras interestatais características das sociedades modernas devem pois ser vistas como um produto que se constrói e expressa em vários planos: «A fronteira é uma discontinuidade geopolítica, com uma função de marcação real, simbólica e imaginária.» (Foucher, 1988:38.)
- 27 Para lá das razões de estratégia militar, que são sem dúvida uma das suas dimensões importantes, importa enquadrar este fenómeno no desenvolvimento do conhecimento geográfico, nomeadamente na cartografia:
 O impulso da cartografia comercial e real no final do século XVI e começo do século XVII, contribuirá para a difusão da ideia de fronteira natural. Antes destes mapas, os únicos levantamentos de fronteiras disponíveis estavam desenhados grosseiramente, com traçados exagerados de rios para delimitar os territórios (...). No século XVII, são as cadeias de montanhas que, nesses mapas, aparecem como o ideal de separação natural dos Estados (Sahlins, 1996:53-54)¹⁵.
- 28 No século seguinte, sob influência de políticas proteccionistas e com a inspiração das Luzes, acentua-se a «racionalização» da fronteira pela valorização das barreiras naturais. No processo de delimitação da fronteira franco-espanhola ambos os comissários recebem a ordem de «seguir a cristã das montanhas e as linhas de água a

menos que existam documentos em contrário ou inconvenientes notáveis» (cit. in Sahlins, 1996:1 17).

- 29 No processo de demarcação da fronteira luso-espanhola, apesar de ocorrido já na segunda metade do século XIX, podemos observar como a ideia das fronteiras naturais está presente, ainda que não seja evocado como princípio filosófico. Consideremos primeiro os resultados produzidos pela demarcação para depois reflectir sobre o processo. Hermann Lautensach procura mostrar que a integração de Olivença em Espanha acentua
- uma das características da fronteira luso-espanhola, que se apoia, em muitos lugares, em acidentes físicos. Mas nem por isso se transforma, na maior parte do traçado, no que A. Peneck chamou uma «fronteira natural», ou seja, um limite nítido entre duas regiões naturais, mas, sim, numa fronteira apoiada em acidentes naturais (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987:1172).
- 30 José Mattoso, remetendo a questão para a tentativa de fundamentar geograficamente a individualidade portuguesa, desmente também a base física da nação, notando que a «maioria das unidades de relevo é atravessada, como que ao acaso, pela fronteira e prolonga-se para além dela. A maior parte da raia, “seca” ou fluvial, divide paisagens pouco acidentadas e semelhantes de ambos os lados da fronteira» (Mattoso, 1998:44). Pais de Brito, por seu turno, sublinha a importância de alguns obstáculos naturais na demarcação das fronteiras, nomeadamente os cursos de água, os caminhos e as canadas. Todavia, o que neste caso se enfatiza é muito mais a gestão comum desses espaços do que a função separadora que a teoria das fronteiras naturais prescreve (cf. Brito, 1988_a:332-3).
- 31 Um geógrafo, um historiador e um antropólogo oferecem-nos aqui três olhares sobre a fronteira, que confluem na desvalorização do aproveitamento de obstáculos naturais na definição do traçado fronteiriço¹⁶. E essa mesma ideia que emerge quando consideramos o trabalho da Comissão Mista. Deve desde logo recordar-se aqui, uma vez mais, que no essencial essa Comissão se limitou a definir o traçado fino de uma demarcação já feita. Assim, facilmente se compreende que o seu trabalho assente sobretudo em critérios históricos, fundamentalmente documentos antigos de demarcação da raia¹⁷, apelando também, e complementarmente, à memória das populações. Era pois um trabalho de inquirição que procurava encontrar uma fronteira que de algum modo o precedia e nessa medida o critério de racionalidade, que supostamente uma fronteira natural conteria, não poderia ter nele senão um lugar secundário.
- 32 É isso mesmo que o segundo Presidente da Secção Portuguesa, Vasconcelos e Sá, que em 1859, devido a graves desentendimentos internos, substituíra o brigadeiro Cabreira (cf. Barreiros, 1962:351 e 358), defende em carta enviada ao Ministro dos Estrangeiros:
- A base em que deve assentar [o Tratado de Limites] deve ser o bem estar dos povos de ambos os lados, fundado na equidade e na razão, em vez da simetria da raia, limites naturais sem mais atenções, porque nem uma outra cousa se dá na maior parte dela, onde os povos *dum e outro Estado vivem há séculos sem questões*, com a sua linha divisória irregularíssima, colocada além, ou aquém de limites naturais (Barreiros, 1964_c:8).
- 33 Ainda assim, numa fronteira extensa e pouco uniforme, evocam-se pontualmente os traços de separação natural. O Presidente da Secção Espanhola sugere a dado momento que se poderia fugir da regra geral adoptada «quando por entender dos seus membros se encontram indicações topográficas que assim o aconselhem para se formar uma

linha divisória mais estável, natural e conveniente» (Barreiros, 1962: 341). Mesmo quando o critério histórico predomina, a natureza pode ser evocada em seu apoio—como acontece no Monte da Madalena, quando a Secção Portuguesa informa que pelo exame local da linha de fronteira lhe ficava a convicção de «que a raia descrita no Tombo de 1538 era a única lógica e imposta pela topografia do terreno» (Barreiros, 1964_b:7).

- 34 Deve aqui dizer-se que os critérios naturais quase nunca são evocados, mas constituem frequentemente um pano de fundo que a Comissão Mista leva em conta. Assim, a água constitui o obstáculo natural mais claramente usado para pensar e construir o território fronteiriço¹⁸. Os rios comuns permitem pensar e ordenar o espaço, e de tal forma assim é, que a Secção portuguesa propõe que os marcos fronteiriços sejam divididos por secções limitadas por esses rios (Barreiros, 1964_a: 110). Mas a questão da água coloca-se também de forma evidente num outro plano, o da sua gestão pelas populações raianas (Brito, 1988a). Uma situação com que a Comissão Mista se depara é a do ribeiro do Codaçal (Beira Baixa), cujo curso tinha sido alterado pelos proprietários portugueses da zona de forma a beneficiar os terrenos agrícolas (Barreiros, 1964_a:97). A discussão teceu-se então com base na alternativa pela «fronteira natural», que obrigaria a recuperar as antigas margens, ou pela aceitação da situação de facto. Esta última posição foi a que prevaleceu, o que demonstra a fragilidade dos princípios das fronteiras naturais, sobretudo quando considerados no plano local.

3.2. A FRONTEIRA É A NOSSA PORTA. A VISÃO LOCAL DA REALIDADE RAIANA

- 35 Perspectivada no plano local, a fronteira revela contornos que a visão mais distanciada, aquela que encontra no Estado a instância fundamental de legitimação, não percepção. A fronteira exige uma pluralidade de leituras para se desvendar plenamente, todavia muitos dos discursos que sobre ela se produzem parecem esquecer ou desvalorizar este facto. Pense-se por exemplo no discurso político, que conforme se assume como de Estado ou reivindica a defesa dos interesses locais, poderá projectar visões alternativas da fronteira e da sua gestão. A diferença entre a ênfase da pertença raiana ao todo nacional e o vigor da singularidade desses lugares, não remete apenas para uma questão de escala, no sentido em que não é apenas o ponto de localização do olhar que determina o sentido da interpretação. Sem dúvida que olhada num mapa afixado num gabinete distante, a fronteira mostra-se de uma forma diferente de quando se olha no terreno. Num caso ela pode ser percebida como um todo, revelada por um instrumento analítico que foi construído de uma determinada forma e com uma intencionalidade definida. No outro ela é abordada num diferente plano estratégico, fazendo da singularidade do espaço fronteiriço o traço fundamental do seu carácter.
- 36 Procuraremos neste ponto perceber de que modo a fronteira é pensada localmente e de que forma se projecta para o exterior, ou seja, continuaremos a projectá-la como categoria analítica, todavia, a matriz da sua percepção. Entendida como recurso pelas populações; projectada como indicador de periferia e símbolo de abandono pelos poderes locais que reivindicam apoios e investimentos, esta fronteira chegou ao final do século XX sem muitas das características que lhe deram forma e conteúdo ao longo de séculos. A livre circulação de pessoas e bens determinou um novo rosto para a

fronteira e foi, naturalmente, no plano local que tais modificações se fizeram notar de forma mais intensa, obrigando a reajustar discursos e sobretudo práticas.

3.2.1. QUANDO A PLANÍCIE SE RECORTA: A FRONTEIRA NO ALENTEJO

- 37 Com mais de mil e duzentos quilómetros de extensão total, a fronteira luso espanhola estende-se por espaços bastante diferenciados. O seu atravessamento tanto pode ser dificultado por grandes rios, como não cortar nada mais que o espaço aberto da planície. Quando isso acontece o carácter arbitrário da fronteira evidencia-se de forma particularmente clara. A região que estudámos partilha justamente destas características, importando fazer agora uma análise mais detalhada desse troço concreto de fronteira. Com ela procuraremos tanto ilustrar o processo de construção do espaço fronteiriço, como delinear a matriz em que assentarão algumas das problemáticas com que lidaremos nos capítulos subsequentes.
- 38 Situada a norte desse grande rio fronteiriço que é o Guadiana, a região que estudámos surge marcada, à luz do que atrás se expôs, por uma fronteira vincadamente *artificial*¹⁹. Todavia, a arbitrariedade de um traçado fronteiriço em campo aberto, não provocou, neste caso, nenhuma dificuldade adicional à Comissão de Limites. Os séculos que mediaram entre a integração de Campo Maior em Portugal e os trabalhos da Comissão parecem ter sido suficientes para que a *artificialidade* dos contornos fosse sendo cristalizada pelo tempo e nessa medida *naturalizada*. E pois com uma situação globalmente estabilizada que os comissários se deparam: «não havia discordância entre as testemunhas portuguesas e espanholas chamadas a depor acerca do traçado da linha separadora do Estado português do espanhol, exceptuando as Refertas de Ouguela» (Barreiros, 1964_a:98). A Comissão esclarece mesmo que a linha da raia formava na zona vários ângulos, mas que «estando consagrada por séculos, e os súbditos dos dois estados reconhecendo-a sem questões, nada havia a notar senão a necessidade de marcos mais pronunciados» (Acta n.º 32, cit. in Barreiros, 1964_a, Anexo: 13 1). Se necessário fosse, uma vez mais se reforça aqui a ideia de que é na história e no testemunho que resulta da vivência quotidiana das populações que residem os critérios primordiais de demarcação.
- 39 Vale a pena deixar aqui uma nota sublinhando que deste ponto de vista fronteiras naturais ou artificiais são categorias provisórias, pois a sua verdadeira *naturalização* é o tempo, o hábito e também os interesses locais que a fazem: «A fronteira natural é sobretudo uma ideia, uma opinião que torna “natural” a repartição, tentando transformar numa linha ideal o que não passa de uma linha de divisão entre equilíbrios instáveis.» (Roncayolo, 1986:281.) No mesmo sentido vai a afirmação de Lautensach, quando diz que «Só a partir da sua organização como Estado independente é que Portugal se desenvolveu gradualmente no sentido da formação de uma unidade antro-po-geográfica» (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987:21). Sahlins por seu turno, enfatizando a acção local, constata relativamente à Cerdanha da primeira metade do século XVIII, a existência de um «processo de nacionalização dos interesses, que é a primeira etapa na construção das próprias identidades nacionais» (Sahlins, 1989:170).
- 40 Voltando à demarcação na região de Campo Maior, a única dificuldade séria com que a Comissão se debate e que contraria o cenário cordato diz respeito a um território concreto que importa conhecer um pouco melhor. As chamadas Refertas²⁰ eram na

verdade três terrenos usados em comum pelos habitantes de Arronches, Ouguela e Albuquerque. A chamada Referta de Arronches podia levar 5600 alqueires de sementeira e era usada pelos habitantes de Arronches e de Ouguela. Pegada a esta ficava a maior das três (7204 alqueires), chamada de Ouguela de Cima e usada por este povo e pelos habitantes de Albuquerque. A última, denominada de Ouguela de Baixo, tinha os mesmos utilizadores ficando um pouco separada das anteriores. Apesar de ser a mais pequena (4020 alqueires) era a mais valiosa por ter azinheiras. A Comissão detectou documentação provando que pelo menos desde 1638 as povoações envolvidas haviam acordado a utilização comum desses terrenos excluindo os povos vizinhos. Isto leva à conclusão de que «as Refertas não são outra coisa mais que terrenos de uso comum entre as ditas povoações, desde tempos imemoriais, e de posse indisputada igualmente por uma e outras» (Acta n.º 32, cit. in Barreiros, 1964_a, Anexo:131). Esta ancestral utilização comum não evita a divisão dos terrenos pelo Tratado de Limites, nem tampouco impede o desacordo quanto ao traçado por parte das populações envolvidas.

- 41 Para os espanhóis todas aquelas terras pertenciam originalmente a Albuquerque, tendo sido a carência de terreno para pastos que a então desenvolvida povoação de Ouguela sofria, que teria levado a vila espanhola a ceder o direito de utilização das refertas aos portugueses. Não apresentaram, todavia, qualquer documentação que comprovasse tal tese, alegando que a mesma se havia extraviado. Neste caso não estamos propriamente perante uma reivindicação, já que a delegação espanhola, uma vez mais reforçando o princípio da fundamentação histórica, declarou aceitar que na ausência de provas se deve «recorrer a meios de conciliação (...) não prejudicando as racionais pretensões de nenhuma das partes interessadas» (Acta n.º 32, cit. in Barreiros, 1964_a, Anexo: 131). Este princípio é aceite também pela parte portuguesa, com a ressalva de que além da justiça da divisão deveria haver um esforço para que esta fosse feita de forma tão regular quanto possível. Efectivamente a partilha das refertas far-se-á seguindo uma fórmula em que cada país recebe uma parcela que ambas as partes reconhecem ser de igual valor.
- 42 A compreensão das características de uma fronteira passa, de forma evidente, pela percepção das utilizações que dela se vão fazendo. O triângulo Campo Maior / Elvas / Badajoz não foge a esta regra, pelo contrário, ilustra-a de forma clara. Algumas das suas características devem ser pensadas com base na articulação entre factores físicos e humanos – nomeadamente a rarefacção das unidades de povoamento e consequente concentração populacional acompanhada de uma exploração agrária de tipo extensivo²¹. Por outro lado, na medida em que tais localidades se encontram no eixo Madrid/Lisboa, a sua importância estratégica é potenciada. Trata-se por isso de uma fronteira que durante muitos anos foi particularmente vigiada e fortemente militarizada, o que terá contribuído também para a fixação e reconhecimento do seu traçado.
- 43 Também a situação particular das refertas se compreende pelas suas características e pela utilização que delas era feita. O usufruto comum sugere que, pelo menos até à fixação da fronteira no século XIX, não se tratava de terrenos particularmente vigiados ou policiados. Aliás é justamente a sua utilização pelos vizinhos, segundo várias fórmulas que foram variando ao longo do tempo, que distingue as refertas num contexto marcado pela exclusão no acesso à terra.
- 44 Deve-se sublinhar que se este entendimento local não evita situações pontuais de tensão ou mesmo de conflito, permite todavia conservar um regime de utilização

comum à margem das várias demarcações que ao longo dos séculos foram sendo feitas naquela zona. Se quisermos olhar por momentos os Pirenéus, mesmo não esquecendo a diferente morfologia e regime agrário, não deixa de ser significativo notar o modo como alguns autores sublinham justamente o entendimento das populações locais: aí a fronteira apresenta-se «mais como uma zona de relações entre os habitantes das vertentes opostas que como uma barreira» (Lafourcade, 1998:2), acrescentando ainda o mesmo autor que «não foram os diplomatas que traçaram a fronteira franco-espanhola, mas as populações locais» (Lafourcade, 1998:10). Sublinhando também a importância da interação das populações, Sahlins aponta, todavia, o outro lado da questão: ao longo da primeira metade do século XVIII é a rivalidade entre comunidades locais que a linha de demarcação separa que está na origem da fronteira terrestre entre os dois países e respectivas identidades (cf. Sahlins, 1989:170).

3.2.2. A FRONTEIRA COMO RECURSO

- 45 São vários os patamares de construção da representação local da fronteira. O entendimento que dela se pode perceber não é pois uniforme nem obedece sempre a uma mesma lógica. No caso de Campo Maior a visão da fronteira assenta em dois binómios principais. Um deles alicerça-se no passado militar da vila e expressa-se na história dos vários conflitos em que enfrentou exércitos invasores. O outro constrói-se com base na fronteira como recurso susceptível de ser usado por quem nela vive. A primeira destas dimensões é usada essencialmente como discurso elaborado, expresso em trabalhos de história local, bem como no esforço editorial da Câmara Municipal, que tem patrocinado a publicação de textos antigos sobre a vila, nos quais o seu passado militar surge bem vincado, ainda que se manifeste também nos folhetos turísticos sobre a vila e no conhecimento generalizado e pouco preciso de alguns episódios por parte da população. Do mesmo modo, o castelo, considerado monumento nacional desde 1911, tal como a Capela dos Ossos, que terá tido a sua origem na destruição do paiol do castelo no século XVIII, corporizam esse passado militar. Trata-se de um registo discursivo que não apenas persiste mas que é mesmo recuperado e valorizado, ainda que aparentemente não penetre senão de forma muito parcial na população.
- 46 De facto, a imagem que mais espontaneamente nos é oferecida da vila remete para a segunda dimensão da fronteira a que aludimos, ou seja, para a que vinca a sua utilização como recurso. Substancialmente distinta da primeira, nesta dimensão encontramos um discurso menos cristalizado e formalizado. Ao invés de uma fronteira que parece esgotar-se nos épicos confrontos que gerou, temos aqui uma fronteira viva, cujo sentido se define quotidianamente. A este nível os jornais locais constituem um indicador significativo da importância e das expectativas que a fronteira gera. Da leitura tanto de títulos publicados em Campo Maior como de alguns publicados em Elvas²², ressalta quanto à temática da fronteira a questão das regras da sua passagem. De facto, constituía sempre notícia a concessão de facilidades para transitar na fronteira aquando da realização de festas profanas (touradas ou o S. João em Badajoz²³) ou sagradas (a romaria da Sr.^a de Bótoa parece ser o melhor exemplo). Além da apresentação dos programas de tais eventos, os jornais esclareciam as regras de passagem da fronteira – normalmente era suspensa a necessidade de obtenção de visto, podendo todavia ser necessário adquirir um salvo-conduto, como aconteceu, por exemplo, em 1958, ano em que a receita assim conseguida reverteu para a Assistência

de Elvas (cf. *Jornal de Elvas*, 12/6/58). Posteriormente era feito o balanço do acontecimento, sendo frequente enaltecer-se a acção cordata dos guardas fronteiriços.

47 Em Campo Maior quase sempre se agrega a esta questão o diferente tratamento que a fronteira do Retiro, a mais próxima da vila, sofria relativamente à do Caia, que servia sobretudo Elvas. O desejo de ver aberta uma fronteira mais próxima da vila leva a que, ainda nos anos 20, se aposte na beneficiação da estrada que liga a vila ao Retiro. Do lado espanhol, que acompanhava Campo Maior nesta ambição, dois lavradores dispõem-se mesmo a oferecer terrenos e materiais para construir uma estrada servindo a fronteira (*Notícias de Campo Maior*, 1/12/27). Bastante mais tarde, já nos anos 80, a reivindicação da abertura definitiva do Retiro constitui um tema recorrente no quotidiano da vila. A visita ocasional de políticos é aproveitada sistematicamente para expor esta questão, cuja importância fica clara quando, discursando à população, o Presidente da Câmara considera a fronteira do Retiro como «o problema mais antigo existente no concelho» (*A Palavra*, 30/4/89).

48 Por outro lado, a presença da fronteira potencia a observação e comparação de realidades diferentes, sendo este um aspecto importante na perspectiva da reivindicação local. Uma ida à Sr.^a de Bótoa²⁴, por exemplo, permitia o contacto com uma rede viária superior à que conheciam em Portugal:

O carro desliza suavemente, maciamente, como numa sala de baile. Nem um pequenino buraco, nem uma pedrinha, nada a prejudicar o atrito do rodado! (...) E vamos meditando tristemente na suprema vergonha das estradas do nosso país! (*Notícias de Campo Maior*, 1/6/27)²⁵.

49 Como adiante veremos, a Guerra Civil constituirá também uma oportunidade de confrontar diferentes ideologias e as suas consequências – guerra em Espanha e paz em Portugal. A um outro nível, mas complementar deste, já que também remete para a fronteira como gerador de diferenças, encontramos o confronto com outras terras raianas. Assim, a dificuldade sentida na abertura da fronteira do Retiro é vista em Campo Maior como resultado de movimentações com origem em Elvas, onde se temeria a possível concorrência comercial que uma nova fronteira poderia produzir (cf. *Jornal Campomaior*, 23/10/92). Aquilo que é sentido localmente como um diferente tratamento político às duas localidades, traduzia-se, desta forma, num diferente aproveitamento da fronteira, penalizando, concretamente, o comércio de Campo Maior, pois dificultava a aproximação de potenciais clientes espanhóis²⁶.

50 Esta imagem da fronteira como algo que se deseja aberto e próximo, capaz de mostrar e oferecer o fascínio de uma outra realidade, por exemplo através das touradas ou romarias, mas também das emissões de rádio que com origem em Badajoz eram seguidas com interesse em Portugal (cf. *Jornal de Elvas*, 18/3/34), é aquela que de forma mais evidente transparece. A «respiração da fronteira» não se esgota porém aí. Quando falamos na sua utilização como recurso pelas populações locais, é numa outra esfera que nos colocamos. Dela é mais o silêncio que as palavras aquilo que encontramos nos jornais locais. Mesmo o contrabando, a sua manifestação mais óbvia, não é senão escassamente abordado como adiante veremos. De facto, só pontualmente as consequências da presença da fronteira se evidenciam. Por exemplo, quando se sublinham interações felizes, como a do comerciante da vila que em sociedade com um espanhol ganhou a lotaria no país vizinho (*Notícias de Campo Maior*, 19/2/28), ou adversas, como a que leva à prisão de passadores de notas falsas, numa trama complicada que envolve portugueses e espanhóis (*Notícias de Campo Maior*, 15/4/28). Ou

então quando se noticia a atribuição de 600 salvos-condutos a trabalhadores rurais para irem ceifar a Espanha e outros cem a mulheres para irem colher grão-de-bico (cf. *Notícias de Campo Maior*, 15/7/27).

- 51 Sublinhe-se que o trabalho constitui um aspecto sempre presente entre os factores de interpenetração raiana. A circulação legal e clandestina de trabalhadores entre os dois países, que tanto podia ser sazonal como assumir um carácter mais definitivo, foi sempre importante na história da fronteira durante o período que estudámos. O sentido migratório predominante no século XX traduziu a saída de mão-de-obra portuguesa para Espanha, parecendo situar-se entre os anos 20 e 50 o fluxo mais significativo (cf. Castano Madronal & Quintero Morón, 1996:434)²⁷. A forte presença de trabalhadores portugueses durante as três primeiras décadas do século provoca mesmo situações de tensão. As menores exigências salariais dos imigrantes leva os assalariados espanhóis a exigir a proibição da contratação de portugueses. Isso mesmo sucedeu em Olivença em 1918 (cf. Macias Garcia, 1997:50) e mais tarde, já em vésperas da Guerra Civil, foi prevista a aplicação de multas aos proprietários que tivessem ao seu serviço assalariados portugueses (cf. Gutiérrez Casalá, 1996:177).
- 52 Durante os períodos em que os dois regimes políticos divergiram, nomeadamente durante a II República espanhola, à circulação de mão-de-obra agregava-se a penetração ideológica. A colónia portuguesa em Badajoz, que na altura se concentrava nos barracões do bairro El Gurujú, ilustra isso mesmo
- todos eles estavam mais ou menos relacionados com os sindicatos de classe espanhóis e mostravam o seu desacordo com o regime português nas suas conversas de taberna e em incidentes verbais com visitantes das cidades fronteiriças portuguesas, os quais insultavam e identificavam com o regime salazarista (Cayetano Rosado, 1994:24)
- 53 Devemos fazer notar que esta visão de um período já remoto é construída, sobretudo, do outro lado da fronteira. O próprio autor que citámos reconhece que nem em Elvas nem em Campo Maior subsistem memórias destes acontecimentos. Também da nossa parte constatámos essa ausência, surgindo uma vez mais a Guerra Civil como marcador da memória. Tanto a chegada de refugiados com ideias políticas de esquerda, como a acentuação da polarização da população em dois campos ideologicamente antagónicos, são reflexos da guerra e exemplos da circulação ideológica de que falámos. E ainda a singularidade da situação fronteiriça num contexto de confronto ideológico que explica a publicação de um aviso da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) obrigando todas as empresas a enviar uma lista dos estrangeiros que tinham ao seu serviço – nome, nacionalidade, lugar que ocupavam, data de admissão e ordenado (*Jornal de Elvas*, 20/1/35).
- 54 Desta forma, a circulação de mão-de-obra surge inevitavelmente marcada primeiro pelo confronto ideológico e depois pela eclosão da Guerra Civil. Ainda que mais adiante tenhamos oportunidade de voltar a esta questão, vale a pena dizer desde já que a chegada dos refugiados não parece ter-se traduzido num acréscimo de concorrência a não ser em actividades marginais, como o contrabando. Eles foram mais uma oportunidade comercial do que uma fonte de mão-de-obra. Tanto assim é que tal facto tem consequências na já referida rivalidade entre Elvas e Campo Maior. A fronteira aberta junto a Elvas fez com que
- se alimentara de pacences [naturais de Badajoz] tanto ou mais que de portugueses, enquanto Campo Maior não pôde competir. Por isso, não é de estranhar que Elvas «recebesse» emigrantes pacences e refugiados na altura da Guerra Civil e em troca

Campo Maior «exportasse» para Badajoz camponeses sem trabalho (Cayetano Rosado, 1994:44).

- 55 Do lado destes portugueses que procuravam trabalho em Espanha, a guerra teve como consequência inevitável a quase cessação desta possibilidade. Além das questões de segurança, evidentemente que pesa muito neste aspecto a desarticulação da produção agrícola na Extremadura.
- 56 O trabalho sazonal, que permitia algum equilíbrio entre a procura e a oferta de mão-de-obra nos dois lados da raia, terá sido o que mais sofreu em virtude da guerra. Numa região sem barreiras naturais significativas, onde a fronteira política acompanhava os limites das herdades, era comum haver nacionais de um país com propriedades no país vizinho, tal como era comum também ter um trabalho estável numa herdade raiana «estrangeira». Mas não era apenas neste plano que contactos relevantes se faziam. De facto, a circulação de pessoas, produtos e ideias entre a Extremadura espanhola e o Alentejo processava-se a vários níveis que constituíam como que esferas relativamente estanques. A presença de uma comunidade espanhola significativa do lado português da raia constata-se antes mesmo da eclosão da guerra. Basta referir que no começo dos anos 30 funciona em Elvas uma escola para os filhos dos espanhóis aí residentes, sendo também frequentados por alguns portugueses os seus cursos para adultos (*Jornal de Elvas*, 14/1/34)²⁸. Do mesmo modo, a existência de um vice-consulado permitia a circulação de «entidades oficiais», sucedendo-se os banquetes por ocasião do S. Mateus, enquanto os espectáculos musicais e teatrais em Badajoz recebiam a visita dos portugueses. Constituía-se assim uma teia de relações transnacionais muito bem delimitada do ponto de vista da estratificação social e que dado o maior pendor comercial de Elvas, se manifestava mais nesta cidade do que em Campo Maior²⁹.
- 57 Para além das utilizações pragmáticas e mais ou menos circunstanciais que delas se fazem, as fronteiras são espaços de construção de imagens fortes por parte de agentes singulares ou institucionais. No caso da zona que estudámos, o discurso institucional e político contemporâneo enfatiza muito a necessidade e a vontade de estreitar os laços entre os dois lados da raia. São várias as motivações como vários são os âmbitos que contextualizam este desejo de aproximação. Vão desde a adopção e publicitação de programas de cooperação no quadro comunitário até à promoção turística orientada para os habitantes do outro lado da fronteira³⁰. Vão também desde o discurso político produzido no âmbito autárquico ao interesse académico com várias cambiantes e focalizações – este último sobretudo na Extremadura espanhola.
- 58 Dentro desta diversidade de abordagens, é possível identificar uma linha de força alicerçada em dois tópicos fundamentais. Em primeiro lugar pelo sublinhar da ideia de artificialidade do traçado fronteiriço, que por ter sido imposto às populações teria de algum modo violentado e desestruturado aquilo que seria uma identidade comum:
- Extremadura, Beira Baixa e Alentejo têm sido espectadores de uma fronteira construída e desenhada pelos seus respectivos transpaíses madrileno e lisboeta. Frequentemente não se compreendia o significado da insuperável diferença entre dois povos com idêntica paisagem, com o mesmo horizonte, com as mesmas estrelas, com as mesmas flores, com a mesma miséria, com idêntica luta e até com uma relativa, mas arreigada endogamia (Barrientos Alfageme, 1986:46).
- 59 O outro tópico é também uma ideia forte e que complementa esta pelo lamento da distância que a fronteira produziu, sublinhando, dessa forma, a necessidade de conhecer o *outro* para vencer os receios que anos de afastamento teriam criado. Atente-se ao modo como numas Jornadas dedicadas às relações Alentejo-Extremadura, o

Alcaide de Badajoz compara a fronteira pirenaica com a extremenha, dizendo que esta, tímida e aparentemente inofensiva, tornou-se a pouco e pouco profunda e frustrante, tendo introduzido «na alma de portugueses e espanhóis a mais triste e cruel das influências: a que origina enfrentamentos pessoais alimentados pelo receio, a ignorância e o medo»³¹. Ou seja, a fronteira que começou por ser imposta e violenta pela sua *artificialidade*, acabou provocando o que é sentido como um indesejado afastamento de quem vive nas suas margens.

- 60 Estas duas vertentes do discurso contemporâneo sobre a fronteira parecem encontrar como lugar de ancoragem a percepção da fronteira a partir de um ponto de vista específico que procura falar em nome dos interesses locais. No seu ponto extremo, esta perspectiva vê a fronteira, sobretudo esta que não tem obstáculos naturais que a reforcem ou legitimem, como um erro cometido pelo poder central e imposto a uma comunidade local que dessa forma se viu dividida. A abertura das fronteiras e o desaparecimento do controlo aduaneiro, apresentam-se assim como os sinais de um reencontro desejado, que fica, todavia, frequentemente aquém das expectativas não resistindo ao confronto com a realidade. Em todo o caso, o que devemos sublinhar nesta visão da fronteira, é que ela privilegia, e por mais que uma razão, uma suposta identidade local transfronteiriça, que se afirma interlocutora activa e não apenas parte ou extensão dos estados centrais³².
- 61 Na verdade, de um ponto de vista substantivo, nada de novo ocorre aqui: estamos apenas perante um novo episódio do processo de instrumentalização da fronteira. Ao esboçar-se uma comunidade que integra e articula o Alentejo e a Extremadura espanhola, é ainda uma geografia mítica o material que a constrói. Do ponto de vista da reivindicação política só os argumentos que a sustentam se transformam: a interioridade e carácter periférico das regiões fronteiriças substitui o olhar que denuncia o desenvolvimento do vizinho por contraponto ao atraso próprio, ou a expectativa de que o estatuto de «porta de entrada no país» fosse suficiente para garantir algum desenvolvimento³³. Ainda que modificando os argumentos, persistem objectivos alicerçados numa certa idiossincrasia regional que a presença da fronteira legitima.

3.3. A COMUNIDADE NA FRONTEIRA: SUAS DINÂMICAS, PERSISTÊNCIAS E MUDANÇAS

- 62 Traçar uma reflexão sobre a articulação, *comunidade, espaço, território e nação*, pode constituir um proveitoso exercício para a compreensão da dinâmica fronteiriça, isto é, das persistências e mutações que a atravessam³⁴. Vimos já de que modo a demarcação da fronteira no século XIX se liga à afirmação e consolidação do Estado-Nação emergente. Vimos também como os critérios empregados se legitimavam num compromisso entre a história e a memória local. O espaço surge desta forma como a matéria-prima a partir da qual o Estado e as comunidades, enformadas frequentemente, como também já dissemos, por lógicas diferentes, construirão o território. A raia marca, naturalmente, um limite político e administrativo, mas, simultaneamente, ela estrutura também um território, conferindo frequentemente especificidade ao sistema económico e às relações sociais locais. Do que se trata aqui é de compreender o modo como, num ponto concreto da fronteira, o território se construiu na confluência de dinâmicas e interesses diversos. Ou seja, com que força e

eficácia o Estado foi capaz de implicar os grupos locais numa certa representação da Nação e como estes adequaram as suas expectativas à realidade e às oportunidades que a fronteira oferecia.

- 63 Nesta parte final do capítulo que dedicámos à fronteira, pretendemos dar conta de uma dinâmica. Se nas duas secções precedentes perspectivámos o nosso objecto como categoria analítica, tentaremos agora perceber a especificidade do troço de fronteira que estudámos, não perdendo de vista, ainda assim, a necessidade de o confrontar com outras realidades similares. A temporalidade surge aqui como categoria fundamental, pois «A História é fundamental na hora de construir, de delimitar, o território de um colectivo, e mais que a História deveríamos dizer a mitologia criada à volta da mesma» (Valcuende del Rio, 1999:218). Esta espessura histórica, em grande medida mitificada pelos diferentes grupos e instâncias que de uma ou outra forma interagem com o espaço, é profundamente legitimadora da acção. Basta ver como os exercícios de demarcação, tanto os que dividem o espaço como os que separam as pessoas, procuram fundamentação na história. Recurso escasso e decisivo, ela torna-se então campo de disputa, quer dentro da comunidade quer entre esta e o poder central.

3.3.1. ESPAÇO E TERRITÓRIO

- 64 Um primeiro aspecto importante a considerar aqui é de natureza histórica, ligando-se ao domínio e afirmação de autoridade naquele que é um espaço periférico, distante dos locais habituais de exercício do poder estatal em Portugal. Todavia, apesar dessa periferia ou talvez por causa dela, a fronteira alentejano-extremenha, justamente a que corta o eixo Lisboa-Madrid, teve desde sempre uma importância estratégica no exercício da autoridade do Estado. Os aspectos militares, a que atrás fizemos referência, são a este nível importantes. São eles, através das várias fortificações e da presença de significativos contingentes militares, que durante séculos construíram aquele território. Mas não é apenas ao factor militar que importa aludir para vincar esta importância estratégica, já que a partir do século XVI também a presença física da nobreza no Alentejo interior se torna evidente, transfigurando o espaço e conferindo-lhe importância política e simbólica (cf. Mattoso, Daveau & Belo, 1997:18-19).
- 65 A presença de nobres e da própria corte nos limites do reino, para lá da sua importância na transformação física e simbólica dos espaços e da rede de relações sociais, serve também para afirmar um domínio. Não se trata já da fundação de fronteiras à maneira de D. Dinis, com a construção de uma vasta rede de castelos na raia e com a sua presença pessoal tão frequente nesse espaço³⁵. E certo que no século XVI a fronteira não era ainda encarada como uma linha divisória precisa, separando espaços políticos distintos de forma inequívoca³⁶, mas constituía uma realidade relativamente consolidada, que a presença da corte ou de nobres reforçava simbolicamente³⁷. A nacionalização progressiva do território concilia pois, de forma clara, pelo menos duas dimensões: o fechamento face ao exterior através da protecção militar e do controlo fronteiriço; a extensão às regiões fronteiriças de valores, códigos, representações e expressões simbólicas que singularizam a nação.
- 66 O que queremos sublinhar neste ponto é que do esforço de absorção e integração dos espaços periféricos no *corpo* da nação e das respostas locais a esse esforço, emerge um espaço transformado, o *território*, que é algo mais que a mera soma dos lugares geográficos sobre os quais se estende (Debardieux, 1996:14).

A territorialidade é formada apenas em parte-um fragmento-pelos dados imediatos. Ela deriva fundamentalmente da difusão de imagens mentais, de informações orais, de representações mais ou menos abstractas, desenhos ou mapas, de representações simbólicas; é mitológica (Roncayolo, 1986:266).

- 67 Construída na confluência de forças e interesses diversos, esta territorialidade, esta semiotização do espaço (Rafestin, 1986_a: 181), traduz, da parte de quem de longe gere o poder, um esforço de ordenação do diverso (Silvano, 1997:4), o que pode ser visto também como estratégia de domínio. O conhecimento do espaço é a este título fundamental. A cartografia da fronteira luso espanhola, cujas origens mais sólidas devemos situar em meados da década de 1850 (cf. Garcia, 2000:57), constitui-se em instrumento privilegiado por parte do Estado. Ela permite não só o conhecimento físico do espaço como vai mesmo mais longe: «A partir do momento que se começa a sistematizar, a utilizar mapas com limites, foi muito mais uma linha separatória que se introduziu do que uma organização de um lado e do outro.» (Guichard, in López Trigal & Guichard, 2000:76.) A ideia de fronteira-zona retrai-se face à de fronteira-linha e esta transformação na concepção do espaço legitima-se simbolicamente pela aposição de marcos na raia seca, nos quais a gravação das letras P e E anunciam e provam uma posse e um domínio.
- 68 Os mapas permitem pensar o espaço a quem o não conhece. Transportam consigo uma ordem e um sentido orientando a percepção e construindo a realidade. Nomeiam ou silenciam lugares; hierarquizam-nos. Explicitam com traços os caminhos que unem locais e projectam ligações futuras. Mostram fronteiras imprimindo linhas imaginárias que o terreno nunca conterà mas com as quais há que viver. A quem reside no local a cartografia não modifica, de forma imediata e por si só, a percepção do espaço. Todavia, as regras que o mapa enuncia acabam por se impor, de tal forma que os sinais que a ordem político-jurídica inscreve no papel se expressam no terreno, simultaneamente como constrangimento e como recurso:
- Condicionando as relações espaciais que o sujeito estabelece entre si próprio e os elementos do seu meio ambiente, a representação é uma construção cognitiva na qual o pensamento do espaço possui uma estrutura própria. O espaço é, deste modo, uma forma da nossa relação com o real, estruturado e estruturante, através da qual estabelecemos múltiplas relações com o mundo dos objectos e das suas transformações (Pellegrino, 1987:155).
- 69 Pensando em termos de fronteira, a materialização de uma linha separadora entre duas ordens político-jurídicas condiciona inevitavelmente o modo como a comunidade se pensa no espaço que habita³⁸.

3.3.2. O QUE FAZ UMA CULTURA DE FRONTEIRA?

- 70 Neste período de tempo com que vimos trabalhando, *grosso modo* entre o início da Guerra Civil e os nossos dias, a fronteira transformou-se por várias razões e a vários níveis. Neste registo temporal a transformação qualitativamente mais significativa é inequivocamente aquela que conduziu à criação de um espaço comum europeu e conseqüente desaparecimento de barreiras alfandegárias e controlo fronteiriço. Através dela desvanece-se uma representação do espaço que estava fortemente cristalizada, mas extingue-se também um certo modo de vida que a fronteira, entendida aqui como recurso disponível, proporcionava. Falamos de um modo de vida que necessitava da permeabilidade da fronteira mas que não resiste ao seu esvanecimento.

Um modo de vida que por se sustentar na transgressão não pode viver sem proibição. Se quisermos dar-lhe um título, usemos o que Uriarte lhe coloca, exactamente o de *cultura de fronteira*, que tão bem caracteriza:

Na Cultura de Fronteira as populações necessitam ser duas (nações) para serem realmente uma (área cultural). E é precisamente para manter e reforçar essa articulação complementar que necessitam de umas fronteiras claramente demarcadas para poder simultaneamente transgredi-las ou respeitá-las conforme requiera o contexto e a estratégia de cada momento (Uriarte, 1996:27).

- 71 O desaparecimento de uma estrutura relacional tão importante quanto esta deve ser pensado num quadro processual longo e complexo. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia pode ser evocado como indicador simbólico dessa transformação, mas o processo antecede-a e não se esgota com ele. Por outro lado não se pode estender uniformemente a todo o espaço fronteiriço essa ideia forte de cultura de fronteira. Os tons intensos descortinados por Uriarte em La Codosera exigem uma fronteira habitada em ambas as suas metades e aconselha simetria, quer dizer, que no confronto dessas metades saia mais vincado a complementaridade do que a assimetria. Isto para lá de aspectos que poderão parecer menores, como a questão das acessibilidades, mas que por si só podem potenciar ou entravar enormemente a possibilidade de uma cultura de fronteira³⁹. A realidade concreta de cada espaço configura pois as características do relacionamento transfronteiriço e os «condimentos» da cultura de fronteira que aí se expressa. Isto mesmo constata valcuende del Rio, que a propósito de Ayamonte vinca o plural, notando que «seria mais apropriado falar de culturas de fronteira, dado que as diferenças são substanciais em função da pertença a uns e outros grupos sociais e a uns e outros espaços fronteiriços» (Valcuende del Rio, 1998:289)⁴⁰.
- 72 Como já vimos, em Campo Maior a fronteira constituiu um recurso e o factor de articulação dos dois países ibéricos, expressando-se essa articulação a vários níveis. Encontramos na sua história a possibilidade de a transgredir ou de respeitar os limites que define, de acordo com aquilo que as circunstâncias permitiam em cada momento. O terreno confronta-nos ainda hoje, e não apenas no plano da memória, com uma fronteira legitimadora de diferenças. O seu carácter demarcatório favorece toda uma retórica de criação ou acentuação de especificidades, dessa forma sublinhando oposições, simetrias e complementaridades, num processo constante de revitalização e ajustamento. De facto, esta força, expressão de um espaço liminar⁴¹, transformou-se nos últimos anos, mas não desapareceu. Mesmo tendo perdido conteúdo pela diluição da barreira física que a caracterizou, a fronteira continua a marcar diferenças, por vezes, sobretudo quando a expressão fundamental do relacionamento assenta numa assimetria evidente e recente, ela parece mesmo acentuá-las relativamente ao passado.
- 73 A importância relativa de um segmento concreto de fronteira, como aquele que Campo Maior polariza, pode medir-se pela dimensão e intensidade dos fluxos que o atravessam. Estes fluxos, sejam bens, pessoas, signos ou representações, mesmo sendo produto de circunstâncias históricas, sociais e geográficas concretas, são estruturados e estruturantes. No caso de Campo Maior, pode dizer-se que o fluxo económico, sobre o qual nos debruçaremos detalhadamente quando abordarmos o contrabando, se revelou particularmente marcante, determinante e mesmo estruturador. Para lá dele, porém, outras movimentações mostraram-se igualmente importantes na vida da fronteira, como são os fluxos demográficos, linguísticos e culturais.

- 74 Relativamente ao primeiro deles deixaremos apenas uma breve nota. Tomando um período de tempo relativamente longo (1930-50) e que inclui momentos de circulação particularmente intensa, como o da Guerra Civil, procurámos detectar os matrimónios mistos através da consulta dos registos paroquiais. O seu peso revelou-se estatisticamente irrelevante: num universo de 1157 matrimónios apenas 16 (1,37%) tinham essas características⁴². Reconhecemos que neste ponto deixámos algum trabalho por fazer. Seria necessário perceber por que razão, no contexto que estudámos, se parece verificar uma situação tão diferente da que ocorre noutros lugares próximos⁴³. Não nos foi possível, nomeadamente, completar os dados encontrados em Campo Maior com o outro lado da fronteira. Assim, à falta desses dados, podemos apenas enunciar duas hipóteses que necessitam ser investigadas. A primeira apontando para um número mais significativo de casamentos mistos em Espanha, acompanhando a mobilidade da mão-de-obra masculina que aí procurava trabalho; a segunda sugerindo que parte significativa dos relacionamentos mistos, muitos deles nascidos durante a Guerra Civil, não foram nunca formalizados, ainda que tenham persistido no tempo. Em todo o caso, estas são questões a que não pudemos dar resposta e que ficam a aguardar investigação que as comprove ou infirme.
- 75 Um outro tópico importante quando nos interrogamos acerca da existência ou não de uma cultura de fronteira, prende-se com a circulação desse bem cultural essencial que é a língua. A realidade de Campo Maior traduz-se na existência de um bilinguismo potencial, expresso numa fácil compreensão do espanhol, mas no uso corrente apenas de alguns vocábulos ou expressões dessa língua (cf. Matias, 1974:92). Não se trata portanto de um verdadeiro bilinguismo: «Só há verdadeiramente contacto entre duas línguas (bilinguismo) se são faladas alternadamente pelas mesmas pessoas, isto é, se o mesmo falante dispõe activamente, além do seu sistema linguístico primário, de um outro secundário, aprendido posteriormente.» (Santos, M. J., 1967:101.) Em Campo Maior a idade, sexo e estatuto social são factores diferenciadores no uso do castelhano⁴⁴, mas os matizes que assim se introduzem mantêm a vila longe de um bilinguismo real.
- 76 Em La Codosera, Uriarte detecta também um bilinguismo apenas parcial a que chama *portunol*, sublinhando com essa designação aquela que lhe parece ser a direcção do fluxo linguístico principal (de Portugal para Espanha). Trata-se, a seu ver, de uma espécie de língua franca que «era a mais corrente entre os contrabandistas» (Uriarte, 1994:73). Para além da questão dos dialectos e/ou gírias raianos⁴⁵, esta questão remete para um aspecto importante, exactamente o da motivação para a aprendizagem e uso de uma segunda língua, ou então, mais radicalmente, da igualização de falares distintos. A mera existência de significativos fluxos comerciais ou outros, não gera por si só essa motivação, sendo necessário convocar outras dimensões, como a do sentimento de pertença ao grupo. Peter Sahlins diz-nos que na Cerdanha do século XIX a língua escolhida para uma pessoa se expressar não tinha uma relação directa com o sentimento de pertença nacional (cf. Sahlins, 1989:283). Esta dissociação entre nacionalidade e língua, que favorecia naturalmente o bilinguismo, foi-se perdendo com a consolidação dos nacionalismos, que encontraram na correspondência entre pertença nacional e uso comum de uma língua um factor de afirmação (cf. e.g. Anderson, B., 1983 e Thiesse, 1999). O que permanece então dessa dissociação de língua e pertença nacional de que fala Sahlins, é apenas algo como a sua *sombra*: em momentos especiais

ou situações particulares podese recuperar essa faculdade, como ocorria com o bilinguismo perfeito dos contrabandistas tradicionais.

- 77 Moura Santos, que rejeita também a ideia de bilinguismo corrente na região que estuda (Trás-os-Montes), procura explicar a fraca influência da língua vizinha de um modo que nos interessa sublinhar. Ela coloca a tónica na resistência dos unilingues à influência dos bilingues, que não tinham, naquela região e época, qualquer preponderância social ou cultural. Por outro lado, o «patriotismo linguístico» fortalecia também essa resistência à importação de léxico ou à adopção de um bilinguismo efectivo (cf. Santos, M. J., 1967:406). Evidentemente que o contexto é aqui fundamental. Moura Santos fala-nos de uma região de povoamento antigo onde a afinidade linguística com o galego e o leonês antecede a afirmação do castelhano como língua oficial de Espanha. Num contexto com esta sedimentação histórica a afirmação das línguas nacionais e posterior influência mútua encontra resistências adicionais.
- 78 Apesar de estar situada numa região diferente e ter passado por um processo de povoamento igualmente distinto, na vila de Campo Maior não deixa de se manifestar também alguma resistência ao castelhano. Trata-se de um sentimento que Maria de Fátima Matias não encontrou nos anos 70, ao contrário, pois afirma mesmo que existia orgulho num rifão evocado na vila: «dizem que o camponês [natural de Campo Maior] pela manhã fala espanhol e à noite português.» (Matias, 1984:88.) Parece verificar-se, portanto, uma mudança de atitude no uso da língua. Essa mudança torna-se mais clara se considerarmos que na altura do trabalho referido, e se exceptuarmos o caso particular dos contrabandistas, era entre as pessoas das classes superior e média que se compreendia e falava com mais correcção o castelhano (cf. Matias, 1984:89), enquanto que hoje a resistência se manifesta com maior clareza justamente entre esses grupos⁴⁶.
- 79 Na altura o acesso a Espanha era restrito, sendo os grupos sociais mais elevados aqueles a quem com maior facilidade a fronteira se abria, fosse para compras fosse para actividades recreativas ou culturais. A capacidade de se expressar em castelhano revelava então a participação numa realidade simbolicamente distante e também por isso valorizada. Quanto aos grupos socialmente mais desfavorecidos, e deixando sempre de lado os contrabandistas, falava-se menos em castelhano, mesmo quando os interlocutores eram espanhóis (Matias, 1984:89). Os últimos trinta anos modificaram notoriamente este panorama. Por um lado o conhecimento da língua do país vizinho, nomeadamente ao nível da expressão oral, generalizou-se. Para tanto contribuiu quer a gradual abertura das fronteiras quer sobretudo o acesso à televisão, durante muitos anos sintonizada prioritariamente em canais espanhóis. Por outro lado o desenvolvimento da educação formal e a saída temporária da vila por razões escolares ou outras, afastaram sobretudo as classes média e alta do castelhano. Acresce ainda que a banalização da frequência de espaços em Espanha e do acesso ao seu comércio, desvalorizaram simbolicamente esses espaços e a língua que aí se fala entre os grupos sociais mais elevados.

3.3.3. DISCURSOS NACIONALISTAS, ESTEREÓTIPOS E NOVAS FRONTEIRAS

- 80 E num quadro relativamente complexo, onde se imbricam diferentes níveis de desenvolvimento económico, de padrões de concorrência comercial, de resposta a uma certa ânsia de distinção social, entre outros factores, que devemos contextualizar o

sucesso de alguns discursos nacionalistas. O desaparecimento da fronteira como linha separadora desequilibra os termos de uma relação que durante séculos se baseou numa dialéctica entre aproximação e distanciamento, entre identidade e diferença, etc. Isto remete-nos para o que Uriarte expõe ao contrapor o que chama «forças de fusão (coesão) social», tendentes à eliminação das fronteiras, a «forças de fissão (atomização) social», que reforçam ou criam novas fronteiras (Uriarte, 1994_a:9). A tese deste autor é clara: o desaparecimento da raia tal como existiu durante séculos, desarticulará um espaço integrado, afectando a economia, os movimentos demográficos e a visão do mundo. Então, «os raianos sem Raia, para viver, ver-se-ão obrigados a redefinir e aceleradamente a sua cultura de fronteira» (Uriarte, 1994_a:278). As manifestações recentes de um certo nacionalismo e mesmo xenofobia expressariam nada mais do que essa redefinição.

81 A articulação entre cultura de fronteira e identidade nacional assume aqui uma relevância particular. Remete-nos para a complexa questão da dialéctica entre identidade local e nacional ou, evitando o perigo de leituras essencialistas, para os processos de identificação colectiva. Um primeiro perigo a evitar é o do escalonamento hierárquico das instâncias produtoras de identificações colectivas. Um segundo perigo é o da assunção do carácter opositivo de tais instâncias. Peter Sahlins mostra claramente no seu estudo que a adopção de uma identidade nacional não se faz necessariamente em detrimento da identidade local (Sahlins, 1989:179). A ideia de que o centro impõe instituições políticas e valores culturais, deve ser matizada pela apropriação que os grupos locais fazem desses valores e instituições. Assim, a relação entre as duas instâncias tanto pode fundar-se na oposição dos termos como na sua confluência. Digamos antes que as identificações se fazem com base em crenças, em representações e em discursos e que estes vectores, que são simultaneamente estruturados e estruturantes⁴⁷, se encontram disponíveis em todo o espaço social em que o agente se move.

82 Podemos aceitar que os espaços de fronteira têm uma relação particular com a questão da identidade nacional. Como escrevia nos anos 30 um jornalista campomaiorense residente em Lisboa: «Porque será que o sentimento do patriotismo palpita, em geral, mais forte e veemente nas terras fronteiriças do que nas outras povoações da mesma nacionalidade?» (Cayolla, 1934:313.) A evidência de uma liminaridade, potencialmente perigosa para a integridade da nação, é simbolicamente vencida pela afirmação da sua vinculação à Pátria⁴⁸. Também por isto é importante o registo da abnegação e valentia patriótica que preenche a memória militar desses espaços. Ao estudar as nacionalidades, Van Gennep chama a atenção para este processo de simbolização, recorrendo, entre outros, ao exemplo da cartografia:

A ideia e o sentimento de diferenciação entre agrupamentos estabilizados exprimem-se ainda por um outro símbolo, neste caso de data recente, a linha colorida que figura nos mapas e cuja largura é proporcional ao efeito que se quer produzir. (...) As grossas linhas de cores diferentes que separam os Estados, as manchas de diferentes matizes que assinalam as nacionalidades, evocam todo um jogo de noções e sentimentos que, em certos momentos, podem impelir à acção (Van Gennep, 1921:199-200).

83 Trata-se de toda uma argumentação que procura *naturalizar* as diferenças solidificando a identidade nacional. Entram nela tanto a tese das fronteiras naturais – e não é essa diferente cor usada na cartografia uma forma de a promover? – como as supostas características étnicas das populações, projectadas a partir da etnografia⁴⁹; o factor

linguístico de que já falámos; a integração da história remota na história nacional (Leal, 2000:63 sgg.); a simbolização de nome colectivo (Van Genneep, 1921:209-10), etc.⁵⁰ A esta idealização essencialista da identidade nacional que procura afirma a sua *naturalidade*, deve ser contraposta uma interpretação que vinque o seu carácter contigente e provisório⁵¹, quer dizer, a sua historicidade no quadro de um processo que jamais se encerra:

a identidade nacional aparece como um processo social contínuo de definição estrutural dos «amigos» e dos «inimigos», uma extensão do processo que mantém uma demarcação entre «eles» e «nós» numa comunidade mais restrita (Sahlins, 1989:285).

- 84 Esta demarcação nós/outros atravessa, de facto, toda a vida social, articulando identidade e pertença. Assim, a identidade nacional deve ser vista como um caso particular deste efeito de demarcação, surgindo a fronteira, graças à sua singularidade espacial, como uma ilustração particularmente sugestiva do processo.
- 85 Sem dúvida que nos vários sinais que hoje produzem e descrevem a fronteira, estão também presentes ecos nacionalistas e mesmo xenófobos⁵². Pela nossa observação constatámos que em grande medida esses sinais têm na base um temor verbalizado e objectivado do outro. A suposta arrogância espanhola, a dimensão absorvente de um espaço polarizador como Badajoz ou o espírito quase colonial como os espanhóis visitariam a vila e olhariam Portugal, são justificações evocadas para a negativização do vizinho. Não se trata, evidentemente, de uma atitude unânime, mas ela é bastante comum, assumida e perspectivada como a resposta adequada, ou pelo menos a possível, ao que entendem ser o comportamento arrogante dos espanhóis.
- 86 Esta negativização tem depois várias expressões. Por exemplo, várias vezes fomos avisado para ter cuidado com o sítio onde estacionávamos o carro em Espanha, pois era comum os espanhóis vandalizarem os carros dos portugueses ou servirem-se deles para fazer chegar droga a Portugal sem que o proprietário soubesse. Do mesmo modo, o incremento no consumo de droga ou o aumento da criminalidade na vila, são quase sempre explicados pela proximidade de Espanha e a fácil circulação entre os dois países. Poderíamos multiplicar os exemplos, mas concluamos com um de diferente natureza: um comerciante garantia-me que nunca mais aceitaria pesetas no seu estabelecimento pois os espanhóis também não aceitavam escudos, tendo ele próprio passado pela experiência desagradável de necessitar adquirir medicamentos com urgência e não o poder fazer senão com pesetas que na altura não tinha consigo. Tal como nos casos anteriores a responsabilidade pelo comportamento desconfiado ou distante é do *outro*; as acções que o *mesmo* possa cometer são vistas como justas retaliações.
- 87 Voltando ao nosso ponto, o que aqui queremos sublinhar é que a actual negativização do outro não deve ser subsumida na questão do desaparecimento das fronteiras. Ela inscreve-se na ambivalência que as relações fronteiriças sempre tiveram e que de resto as caracteriza. A transformação do quadro relacional entre as comunidades vem-se fazendo há décadas. O que ocorreu, sobretudo a partir dos anos 90, foi a aceleração desse processo e conseqüente agudização da ambivalência fronteiriça. Um exemplo quase anedótico dessa ambivalência é-nos dado pelo pequeno furto, que surge associado ao convívio interfronteiriço e é cometido tanto por portugueses como por espanhóis. Carlos Luna dá-nos justamente conta desse fenómeno através de uma série de exemplos de encontros culturais e de aproximação raiana, que acabam com o furto

de pequenos objectos, tanto em Portugal como em Espanha, por parte dos vizinhos do outro lado da raia (Luna, 1996:212-3). O convívio e suposto estreitamento de laços que o novo quadro institucional permite e favorece, tem pois uma faceta inesperada e na qual a afirmação da diferença está presente. Se dissermos que esses comportamentos são classificados pelos próprios intervenientes segundo uma série de estereótipos clássicos, dos quais sobressai o epíteto de «povo cigano»⁵³ atribuído indiferenciadamente a uns e outros, a reconstrução simbólica da fronteira completa-se: apesar dos convívios, intercâmbios e projectos comuns, ela continua onde sempre esteve.

- 88 Por tudo isto pensamos que o que pode ser apontado como o crescimento do nacionalismo na fronteira, deve antes ser pensado no quadro de um reajustamento de equilíbrios. Claude Raffestin vê a fronteira como uma invariante estrutural, condicionada por um interface que assume quatro funções essenciais. São elas a *tradução*, que se constitui como instrumento de taxionomia territorial; a *regulação*, comutador que abre e fecha, proíbe e permite; a *diferenciação* – que funda e preserva diferenças e a *relação*, que remete para a oposição, troca ou colaboração (Raffestin, 1993:159 sgg.). A modificação profunda nas regras de circulação no espaço raiano, conferiu a estas funções uma nova configuração. Na verdade uma configuração que não está ainda consolidada mas antes em construção. No limite podemos dizer que, aceitando o princípio da invariância estrutural de que fala Raffestin, a fronteira *permanece* apesar das aparências, e aquilo a que assistimos é então à sua *reinvenção*.
- 89 Dito de uma outra forma, o que podemos observar hoje é o modo como a diluição de uma fronteira acaba gerando outras, como também Rui Martins defende: «o desaparecimento de um muro, de uma fronteira, em dado local, são, por norma, acompanhados da sua reificação ou reinvenção, em novo local, sob nova forma, e, com certeza, com fraca visibilidade.» (Martins, R., 2001:51.) Deste ponto de vista a fronteira permanece mas transfigura-se, do mesmo modo que a representação do outro se transforma mais à superfície do que profundamente⁵⁴. Na verdade, a globalização das sociedades modernas pode mesmo transformar as fronteiras culturais de externas em internas (Valcuende del Rio, 1999:217). Mas mesmo que fiquemos no plano da fronteira política, dando por adquirido que a sua realidade não se esgota aí, diremos que a articulação das duas comunidades nacionais sempre se fez com base em diferenças afirmadas e reconhecidas, que tanto se expressavam ao nível dos sistemas económicos e políticos, como ao nível das representações, quer dizer, do modo como cada comunidade se pensava por referência à outra. A ambiguidade da situação contemporânea resulta, então, de dois movimentos simétricos. Por um lado o que deriva do esbatimento das diferenças pelo aumento do interconhecimento, pelos processos de uniformização, pelas políticas institucionais, etc. e por outro o que lhe responde pela persistência e reinvenção de características e comportamentos atribuídos à comunidade vizinha.
- 90 A construção da imagem do outro, neste caso de um outro próximo e com o qual se interage de forma constante, faz-se a vários níveis e sustenta-se em diferentes motivações. O Estado constitui, sem dúvida, uma instância privilegiada de promoção de uma certa representação do outro. A legitimação da divisão do espaço e da sua lógica reguladora faz-se com base na diferença – de pertença política, de língua, de suposto carácter, etc. A esta construção que o Estado promove e de que já falámos, agregam-se forças e estratégias locais que a reconfiguram, ainda que, em relação à representação do espanhol, nos pareça mais clara a persistência de um padrão confluyente do que a sua

reconfiguração⁵⁵. No plano oposto ao da representação local do outro, encontramos uma crescente lógica transnacional agregada à Comunidade Europeia e a uma emergente mitologia europeísta (Valcuende del Rio, 1998:242), que todavia, por vezes, não só não apaga como fortalece mesmo as concepções locais.

- 91 A persistência no tempo e a extensão no espaço de certos modelos de representação, esclarece a importância e o vigor dos estereótipos. Alguns dos tópicos dominantes da imagem do espanhol que encontramos em Campo Maior são idênticos aos encontrados por outros autores em diferentes lugares e tempos (Basto, 1923, Sánchez Gómez, 1997:147-8, Silva, L., 1999:116 sgg.; Uriarte, 1994^a: 175-6; Valcuende del Rio; 1998:341 sgg.; Vicente, 1992:171, etc.). Por exemplo a representação do masculino/feminino é claramente recorrente. Em Campo Maior como noutros locais os homens portugueses são considerados mais bonitos e mais ardentes do que os espanhóis, enquanto que a beleza feminina caracterizaria mais as espanholas. Estas, afirma-se, têm relativamente às portuguesas outro *salero*, uma forma de vestir mais atraente e mesmo uma alegria difícil de imitar. Ramalho Ortigão dá um bom tom ao estereótipo:

A espanhola é *guapa*. Tem o busto forte, a curvatura fina, o tornozelo delicado, o pé curtinho e gordo. Belos dentes, solidamente plantados em gengivas húmidas cor de cereja, reluzem na sua boca carnuda recortada em arco de frecha. Os olhos, pretos ou castanhos, franjados de longas pestanas recurvas são bem abertos, revêem-se em si mesmos e têm uma cor luz triunfante, quase impertinente, de consciência dominadora e vitoriosa. (...) As caras das espanholas são como as letras das inglesas, todas da mesma forma (Ramalho Ortigão, cit. in Pais, 1985:233-4).

- 92 A atribuição destas características ou outras semelhantes persistiu no tempo, sendo expressa tanto por pessoas de mais idade como por jovens⁵⁶. E certo que se reconhece que hoje a portuguesa se veste como a espanhola, estando já distante o tempo em que o traje negro dominante em Portugal contrastava com cores mais garridas em Espanha. Todavia, tal como o traje não faz o monge, esta aproximação no vestir não é suficiente para anular um estereótipo cristalizado. Machado Pais, procurando perceber o velho adágio «De Espanha nem bom vento nem bom casamento»⁵⁷, constata que a mulher espanhola era vista como mulher fácil, mulher com quem se devia ter prazer sexual, ainda que não propriamente casar: «por um lado o português *prestigia-se* com as mulheres da sua terra adquirindo fiéis e dóceis esposas; por outro lado, *satisfaz-se e prestigia-se* à custa das perversas e tentadoras espanholas, naturalmente rejeitadas para casar» (Pais, 1985:241). Conclui daqui o autor: «A virtude da mulher portuguesa está associada à má reputação da mulher espanhola.» (Pais, 1985:242.)

- 93 No caso de Campo Maior uma construção deste tipo, que tão claramente vinca os antagonismos, é particularmente interessante, na medida em que tão facilmente se encontra uma tipificação distintiva como esta, como um discurso defendendo a similitude do viver de Campo Maior com os hábitos espanhóis. E de facto frequente encontrarmos uma espécie de auto-representação centrada em características que atribuem aos espanhóis e ao mesmo tempo reivindicam para si, de tal forma que a sua presença distinguiria Campo Maior de outras terras portuguesas, mesmo de terras vizinhas. O carácter folgazão, a disponibilidade para o convívio nocturno em bares e esplanadas e uma particular alegria de vida, pautam essa auto-representação. Não se trata aqui de comentar os estereótipos que fundam tal concepção, nem sequer de considerar e discutir a sua efectiva representatividade – o que exigiria um tipo de abordagem que não foi o nosso. Do que se trata é apenas de sublinhar, e a um nível

puramente perceptivo, uma dialéctica da fronteira que constantemente se joga entre marcas de pertença e de diferença, entre identificações e distanciamentos.

- 94 A fronteira que hoje se nos oferece ao olhar, reflecte, como sempre reflectiu, a realidade histórica e social que a enquadra. Mais do que isso: enquanto espaço liminar, ela pode ser vista como poderoso analisador de mutações latentes na sociedade que a integra. Tudo isto é diferente de escrevermos sobre ela um epitáfio.

A fronteira, é sabido, tem uma dimensão mediadora. Difícil seria, por conseguinte, que permanecesse alheada das vicissitudes por que passam actualmente, as instâncias mediadoras e a própria mediaticidade, latamente considerada. (...) Cabe perguntar (...) se a dimensão mediadora da fronteira deverá considerar-se definitivamente perdida, como que por «arrasto», ou se, ao invés, ela pode funcionar como reserva experiencial de uma medialidade gradualmente alheia a esperas, a diferimentos... a demarcações, em suma (Martins, R., 2001:55-6).

- 95 As figuras liminares, excessivas, quase caricaturais, mas também fascinantes e desejadas, continuam na fronteira. Se a realidade presente lhes modifica as formas, a memória vivifica-as e oferece-as ao imaginário. E dessa memória vivificadora e produtora de sentido que seguidamente nos ocuparemos.

NOTAS

1. A primeira utilização da palavra «fronteira» com um significado próximo do actual, parece datar de 1296, remontando a 1263 o uso de um seu sinónimo então corrente, o de «frontaria» (cf. Gomes, 1991:359).
2. Deve notar-se a clara semelhança com os objectivos definidos no Tratado que divide os Pirenéus (Bayonne, 1856): «consolidar a paz e manter a concórdia entre os habitantes dos dois Estados (...) determinar ao mesmo tempo, com toda a clareza e precisão, os direitos dos povos fronteiriços e os limites das duas autoridades» (cit. in Salcedo Izu, 1998:67).
3. Para uma análise estimulante desta questão complexa e multifacetada, de resto geradora de extensa bibliografia, cf. por exemplo Anderson, B. (1983) e Gil (1989).
4. Ainda que do ponto de vista da memória local seja o Tratado dos Pirenéus (1659-60) a constituir o acto fundador da fronteira, caindo os tratados de Bayonne no esquecimento (cf. Sahlins, 1989:313).
5. Concretizando, afinal, um movimento que vem de trás e segundo o autor se inscreve de forma evidente na Revolução Francesa: «Criando um território especificamente nacional, o Estado revolucionário define também uma nacionalidade que é especificamente territorial.» (Sahlins, 1989:212.)
6. Impõe-se todavia matizar esta temporalização. José Mattoso (1998:26-27) vê a territorialização da soberania como um longo processo que se inicia com o nascimento medieval da nação, conduzindo à modificação do modo como a fronteira era pensada. Enrique Luque (1996:96) vê uma origem feudal na soberania jurisdicional, remetendo a soberania territorial para o final da Idade Média, alcançando a sua plenitude com a Revolução Francesa. Jacques Revel (1985), por seu turno, sublinha a importância do conhecimento do território para a sua produção, nomeadamente através das viagens do soberano.

7. «Não foram diplomatas que traçaram a fronteira franco-espanhola, mas as populações locais. Estas estiveram ligadas, desde tempos imemoriais, por convenções chamadas facerías ou acordos de passagem.» (Lafourcade, 1998_a: 10.) O mesmo serve, *mutatis mutandis*, para a fronteira luso-espanhola.
8. Sobre esta zona problemática do ponto de vista da demarcação territorial, cf. Lema, 1978. Mais genericamente sobre o particularismo dos chamados «lugares promíscuos», cf. Júnior, 1943_a e 1943_b.
9. «A fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar.» (Ratzel, cit. in Zientara, 1989:306.)
10. Todavia, «A Península Ibérica pode ser definida como excelente laboratório em que se experimentaram as mudanças e tomaram corpo os distintos sentidos que o vocábulo fronteira teve ao longo da Idade Média.» (Fernández, 1997:51.) Para uma análise detalhada das fronteiras ibéricas entre os séculos VIII e XV, perspectivando, justamente, as transformações no seu sentido, cf. Mestre Campi & Sabaté (1998).
11. Esta concepção da fronteira como frente de expansão ou frente pioneira foi também estudada em relação ao Brasil: «No Brasil, para os próprios membros do que se poderia chamar provisoriamente de sociedade de fronteira, a fronteira aparece frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal.» (Martins, J., 1997:162.)
12. Para o caso português podemos observar o trabalho de Duarte d'Armas, que no século XVI desenhou os castelos raianos da Beira e Alentejo, justamente num processo de redefinição do aparelho defensivo medieval (cf. Mattoso, Daveau e Belo, 1997:23). As fronteiras dos países socialistas do Leste europeu oferecem um registo moderno da militarização desses espaços periféricos. O que ressalta nesse caso é o forte peso do poder central, traduzido na transferência, deportação e extermínio das populações raianas (cf. Ciechocinska, 1993 e Brumen, 2000).
13. Falta-nos em português o que existe na tradição anglo-saxónica, a distinção entre «boundary» e «frontier» (sobre esta distinção cf. os dados aportados por Moncusí Ferré, 2002:51 sgg.). Uriarte opta para o mesmo efeito por distinguir «raya» de «frontera» ou «área raiana» (Uriarte, 1994_a: 43-4). Também Sahlins se refere à questão (cf. Sahlins, 1989:20). Para uma discussão da distinção, também anglo-saxónica, entre «border» e «boundary», cf Kavanagh, 1994:75.
14. Uma exposição simultaneamente bem fundamentada e clara da distinção entre *linha* e *zona* é-nos oferecida por Foucher (1988:45 e 59).
15. Sobre a articulação da cartografia com a demarcação fronteiriça na América do século XVIII, vide Danson (2001). Yves Lacoste (1986), recordando que a função primeira, mas não exclusiva, da geografia, foi a de fazer a guerra, mostra a dimensão estratégica do conhecimento do território. A importância do mapa é ainda sublinhada por Revel (1985:145), quando afirma que através dele «Sem se deslocar, o rei passará a poder, a partir do seu gabinete, “sem grande dificuldade, ver com os olhos e tocar com os dedos” a extensão e a diversidade do seu território».
16. Mas veja-se, em contraponto, o que defende Leite de Vasconcelos no início dos anos 20: «Na tentativa empreendida pelo primitivo estado português para se expandir (...) ajudou-o eficazmente a Natureza e a Etnologia, porque havia talhado no Ocidente uma praia extensa e bem caracterizada, e a outra posto aí um povo antigo, e já desde remotos tempos cioso de independência» (Vasconcelos, 1921:1291-2).
17. «Tombo de demarcação de diversos concelhos; cópias de convénios entre autoridades fronteiriças ou entre municípios portugueses e espanhóis; extractos de escrituras, testamentos e contractos desde remotas eras; autos de diversas contendas entre povoados dum e doutro lado da fronteira.» (Barreiros, 1962:366.)
18. Princípio que funciona também noutros âmbitos: a defesa da integração de Olivença em Espanha passa pela ideia de que a «fronteira natural do Guadiana» constitui o traço de separação acordado entre Portugal e Leão ainda no século XII (Limpo Píriz, 1993).

19. Em todo o concelho de Campo Maior apenas um troço muito curto de fronteira acompanha o curso de um rio, no caso o Xévorá.
20. A palavra *referta* deriva do latim e significa contenda, porfia de palavras (*vide* Cândido de Figueiredo, *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, Venda Nova, Bertrand, 25.ª edição, 1996). Um documento de 1328 refere que a expressão tem o mesmo sentido em português e espanhol-disputa, altercação, porfia, briga (cf. Barreiros, 1964_a, Anexo:131).
21. Pais de Brito vê nestas características e num eventual afrouxamento da autonomia local um factor que dificulta a aplicação ao contexto alentejano de uma leitura da fronteira como facto aldeão (cf. Brito, 1988_a:338).
22. Os primeiros periódicos de Campo Maior datam da década de 20, altura em que se publicam dois títulos: *O Campomaiorense* (1921-33) e o *Notícias de Campo Maior* (1926-29). Seguiu-se um longo interregno, pois só em 1988, com a saída de *A Palavra* (1988-89), Campo Maior volta a ter um jornal. Segue-se o *Jornal Campomaior* (1991-93) e, desde 1994, o *Notícias de Campo Maior*. Algumas das publicações da cidade vizinha, com particular relevo para o *Jornal de Elvas*, foram por nós usadas sobretudo para o longo período em que em Campo Maior se não publicaram jornais (1933-88). Para uma análise dos dois primeiros periódicos de Campo Maior, cf. Gama (1956).
23. Estas últimas, as festas anuais da cidade extremenha, apesar de honrarem S. João têm um carácter marcadamente profano. Era, de resto, no quadro dessas festas, que decorriam, como ainda decorrem, as corridas de touros mais procuradas pelos portugueses da região e mesmo de fora dela.
24. Sobre os santuários fronteiriços nesta região, cf. Valadés Sierra (1996). Sobre o mesmo tema é interessante a origem mítica transfronteiriça de santuários como a Virgen de las Angustias (Valcuende del Rio, 1996:458-9) e Chandavila (Uriarte, 1994_a:253).
25. Relativamente ao contexto pirenaico, Sahlins (1989:297) sublinha que desde cedo as diferenças nas redes viárias foram apontadas como factor de relevo na diferenciação fronteiriça.
26. Existe hoje a percepção, mesmo por parte de políticos que se bateram fortemente pela sua abertura, de que a activação do posto fiscal do Retiro teve afinal como principal consequência um maior acesso ao comércio espanhol por parte dos portugueses e não o contrário.
27. Para uma visão da emigração portuguesa mais tardia, já nos anos 80 e restringida à Galiza e Astúrias, cf. Manuel Dias (1996).
28. A educação formal foi sempre uma dimensão importante no relacionamento fronteiriço. No século XIX o Instituto de Segunda Ensenanza de Badajoz possuía um número significativo de estudantes portugueses (Sánchez Pascua, 1985); no tempo da II República eram os espanhóis que procuravam o Colégio jesuíta de S. José em Estremoz (Cayetano Rosado, 1994:103); hoje é a Universidade da Extremadura a atrair jovens portugueses.
29. É claro que esta capacidade de atracção de Elvas deve ser relativizada: é significativa no contexto local, mas não obsta a que nas vésperas do início da guerra, se expresse na cidade o lamento pelo facto de o Alentejo (e Elvas em concreto) não conseguir captar os «espanhóis das direitas» que invadem Lisboa (*Jornal de Elvas*, 10/5/36).
30. O programa INTERREG é um exemplo claro da primeira destas dimensões, como o é também a criação de um Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças. Como exemplo de promoção turística aproveitando as estruturas que a própria fronteira oferece, registe-se a abertura recente de um posto de turismo nas antigas instalações fronteiriças do Retiro. Para uma visão global das propostas políticas de acção interfronteiriça, ver Pinto, 1996:260-1.
31. Discurso de Miguel Celdrán Matute, transcrito no número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas Encuentro «Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo XX»*, publicado pelo Ayuntamiento de Badajoz e coordenado por Cayetano Rosado.
32. Na recente polémica acerca dos touros de morte em Barrancos, um dos argumentos evocados foi o da especificidade da identidade local: «A identidade barranquenha foi cristalizada a partir

de mitos sobre a sua diferença social, consolidando uma ideia de independência em relação à Nação.» (Ruviano Tuleski, 2001:35.)

33. O argumento das comunidades fronteiriças de que por serem a «porta de entrada no país» estavam sujeitas a um escrutínio particular devendo por isso ser beneficiadas, parece encontrar em Olivença um eco particular. Relativamente a ela as próprias autoridades espanholas defendiam, no final dos anos 50, um cuidado especial: «cuidar al máximo a la ciudad de Olivenza para que nadie pueda objectar en el sentido de que, si fuera portuguesa, estaria mejor cuidada» (Vicente, 1992:93). É uma situação que parece verificar-se também noutros contextos. Revela-se, por exemplo, na construção por Mussolini de uma gigantesca estação ferroviária junto à fronteira francesa (Sain-Dalmas-de-Tende) para servir uma pequeníssima população (Gay, 1995:63).

34. Os três primeiros termos são tratados por Valcuede del Rio (1999:217 sgg.), preocupado, sobretudo, em compreender de que forma uma comunidade se vincula a um espaço e o usa construindo um território. A *nação* surge aqui pela sua implicação na construção e gestão do território fronteiriço, por vezes concorrendo com a comunidade local, noutras ocasiões em confluência com os seus objectivos.

35. Exercendo, afinal, o acto de *regere fines* (cf. Sahlins, 1989:43 e Bourdieu, 1989:113-4), sublinhado em inúmeros contextos: «Nada mostra melhor a existência dos limites a sua localização exacta que o acto pelo qual a pessoa do rei os designa no decurso das suas viagens.» (Nordman, 1986:39.) Do mesmo modo é interpretada a longa deambulação de Carlos IX por França (27 meses), assumindo essa viagem «o aspecto de uma “passagem em revista” para pôr em ordem o reino» (Revel, 1985:107).

36. Um episódio ocorrido com D. Sebastião na sua visita ao Alentejo em 1573 ilustra o que queremos dizer: «o Monarca português encontrava-se na vila raiana de Mourão e pretendia dirigir-se para Olivença [então portuguesa]. Como opção preferencial de percurso escolheu o caminho mais curto, embora esse trajecto implicasse a entrada numa vasta área (concelho de Cheles) pertencente a Castela. Esta opção não precisou da autorização de Felipe II de Espanha.» (Cosme, 2000:87.)

37. O cerimonial que junto à fronteira acompanhava a entrada ou saída de princesas nubentes deve ser interpretada nesse mesmo sentido-sobre o modo como D. Leonor é recebida na fronteira, cf. Magalhães, 1993:24 e sobre o que nas mesmas circunstâncias ocorria na fronteira pirenaica, cf. Sahlins, 1989:41.

38. O modelo que Raymod Ledrut (1990:79 sgg.) utiliza para pensar diferentes modos de espacialização, parece-nos sugestivo para pensar a especificidade e a história de um espaço que se fecha formalmente e, em simultâneo, se abre como reservatório de possibilidades e de diferenças.

39. O povoado de Navasfrías na província de Salamanca ilustra a importância dos caminhos em terras de fronteira. Pelas cartas topográficas mandadas realizar em 1943 pode constatar-se que Navasfrías não possuía estrada nem para a capital de província nem para a de comarca (Ciudad Rodrigo), mas em contrapartida possuía onze caminhos de ligação a lugares transfronteiriços. Dessa forma «Convertido em nudo caminero (...) y sin aduana próxima, cabe sospechar que actuaba como centro de comercio ilegal» (Cabo Alonso, 1996:32), o que gera no povoado um movimento e uma dinâmica que a sua importância intrínseca não justificaria.

40. Noutro lugar, diz mesmo que graças à heterogeneidade social de Ayamonte «difícilmente poderíamos falar de uma Cultura de Fronteira» (Valcuede del Rio, 1996:446).

41. No sentido em que Victor Turner o define: «potencialmente e em princípio uma região livre e experimental de cultura, uma região onde não só novos elementos, mas também novas regras combinatórias podem ser introduzidas» (Turner, 1982:28). Leach apontou o carácter ambíguo destes espaços, sublinhando a sua artificialidade: «todas as linhas divisórias são interrupções *artificiais* do que é, por natureza, contínuo e a ambiguidade, implícita na linha divisória enquanto tal, provoca ansiedade» (Leach, 1976:50).

42. Destes 16 casamentos, 13 unirão um homem português a uma mulher espanhola, o que revela um padrão claro, que se encontra também noutros locais: Uriarte (1994_a:70) nota-o em La Codosera e Moura dos Santos diz que em Trás-os-Montes é essa mesma regra que domina, com a excepção de Rio de Onor-sobre o padrão matrimonial nesta aldeia, cf. Brito, 1996:314.
43. Por exemplo Uriarte (1994_a:70) mostra o peso muito significativo dos casamentos mistos em La Codosera.
44. Maria de Fátima Matias, falando de Campo Maior, sublinha justamente a articulação entre estes factores e o uso da língua (cf. Matias, 1974:68 sgg.). Muito embora o trabalho se reporte aos anos 70, esta abordagem do fenómeno permanece relevante. Ainda que com outros contornos, a distinção entre «fala grave» e «fala charra» em Trás-os-Montes, remete para esta mesma questão (cf. Santos, M. 1967:402-3).
45. Para lá do hoje institucionalizado mirandês, pode pensar-se em dialectos como o rionorês ou em gírias associadas ao contrabando como acontecia de forma particularmente notória em Quadrazais (Nuno de Montemor, 1939, e Santinho, 1984).
46. Estes fenómenos de resistência têm todavia manifestações diferentes desta. Ao estudar as brincadeiras das crianças da vila, Fernanda Prim observa que «as crianças de Campo Maior gostam de jogar os jogos espanhóis. Notámos, no entanto, da parte de alguns adultos mais velhos, alguns comentários desfavoráveis e uma certa resistência a esta penetração, embora a aceitem noutras áreas» (Prim, 1992:106-7).
47. No sentido em que Bourdieu (1989: 7 sgg.) fala dos sistemas simbólicos — arte, religião, língua.
48. Vimos na «Introdução» a este trabalho como na crise de 1383/85 Campo Maior foi das últimas localidades fronteiriças a abandonar a fidelidade a Castela, só o fazendo à força das armas. A afirmação do patriotismo em terras de fronteira feita no tom usado por Cayolla deve então ser entendida em grande medida no plano da idealização.
49. «Tal como muitas das suas congéneres europeias, a antropologia portuguesa é uma antropologia comprometida, antes do mais, com um discurso etnogenealógico de identidade nacional.» (Leal, 2000:17.)
50. A eficácia deste processo de naturalização depende da sua receptividade e esta de um conjunto vasto de factores, onde pesa a educação formal e informal: «A nação nasce de um postulado e de uma invenção. Mas ela não vive senão pela adesão colectiva a essa ficção. (...) O sentimento nacional não é espontâneo senão quando foi perfeitamente interiorizado; é necessário havê-lo ensinado previamente.» (Thiesse, 1999:14.)
51. Com base num documento do século XVIII, Santos Júnior dá-nos conta do modo como em três povoações mistas da raia transmontano-galaica os homens escolhiam a nacionalidade: «quando casavam tinham a liberdade de se constituírem Portugueses ou Espanhóis a seu contento, manifestando essa vontade com a singela acção de beberem um copo de vinho, à saúde daquele Monarca de quem desejavam ser vassalos.» (Júnior, 1943,,:24.)
52. A partir de Montes Juntos (Alandroal), Luís Silva (1999: 101 sgg.) traça um perfil bastante nítido do processo de atribuição de características físicas, socioculturais e psicológicas a cada um dos grupos nacionais.
53. Sobre este epíteto particular atribuído aos espanhóis, cf. Silva, L., 1999:101 sgg.
54. O fim das fronteiras políticas não apaga os estereótipos, do mesmo modo que estes antecedem o seu surgimento: «no momento do tratado de delimitação, a percepção das diferenças nacionais era mais forte que a diferenciação efectiva.» (Sahlins, 1989:274.)
55. É vasta a bibliografia que poderíamos evocar acerca deste tema, mas pela síntese e olhar retrospectivo que oferece, o capítulo inicial do trabalho recente de José Gabriel Pereira Bastos (2000) é talvez referência suficiente.
56. Num capítulo a que chama «Das mulheres como índice de identidade nacional», Luís Silva (1999:116 sgg.) analisa o modo como a representação da mulher portuguesa e espanhola se contrapõem no contexto que estudou (Montes Juntos).

57. O lugar de Castela e dos castelhanos nos provérbios portugueses, foi estudado por Isabel Drumond Braga (1997:304), que detecta neles «uma atitude de desconfiança e menosprezo face a Castela, mas também de atracção».

4. Espaços, práticas e representações: A memória e sua recomposição

4.1. ESPAÇOS E SOCIABILIDADES

- 1 Fazemos neste capítulo um desvio ao tema da fronteira, que não ficando esquecido, nos acompanhará apenas como pano de fundo do que aqui abordaremos. Dito sumariamente pretendemos destacar aqui as categorias de espaço e tempo, agora já não como categorias analíticas, mas como objectos empíricos. Procurando colocar a questão de forma mais clara, diremos que neste capítulo se procurará, a partir do terreno, dar conta de expressões de memória social, quer elas se revelem nas sociabilidades quotidianas e naquelas que a festa oferece, quer se inscrevam no campo do poder e da autoridade. O carácter fronteiro da vila estudada não é em si mesmo relevante na escolha dos temas que aqui abordaremos, mas, como veremos, acaba por condicionar fortemente o seu conteúdo. Pode então dizer-se que se este capítulo procura configurar uma espécie de memória etnográfica das sociabilidades e relações de poder, ele abre ao mesmo tempo janelas para as singularidades que a fronteira produz.
- 2 Cruzando todo este capítulo, a memória social será por nós abordada em dois grandes registos. Em primeiro lugar veremos como a memória se inscreve no espaço, construindo dessa forma uma topografia socialmente reconhecida:

Existe (...) uma lógica de percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a harmonizar todas as noções que lhe vêm do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física, que não é outra coisa que a ordem introduzida pelo nosso grupo na representação das coisas no espaço (Halbwachs, 1950:86).
- 3 Tratar-se-á, por um lado, de aclarar o presente pelo passado (cf. Augé, 1989:4) e, por outro, de traçar um balanço entre o que persiste e o que se transformou, tanto na materialidade do espaço físico quanto nas sociabilidades que nele se expressam. Procuraremos, assim, o equilíbrio entre a substancialidade da vila tal como se oferece ao olhar de quem a visita e a interpretação, sustentada na memória, que dela fazem os seus naturais.

- 4 Na segunda parte deste capítulo tentaremos perceber de que forma a relação entre o «antes» e o «agora», categorias fundamentais, como já vimos, para construir a temporalidade e articular a memória, estruturam o acto rememorativo no que se refere às relações de poder e à expressão de autoridade. Em Campo Maior o 25 de Abril foi sentido e é ainda pensado como o grande momento de transformação. Muito embora algumas das dinâmicas sociais que consigo transportou se viessem manifestando desde há mais tempo no quotidiano da vila, a verdade é que simbolicamente essa data sinaliza uma ruptura. Do ponto de vista da memória social, ela articula o confronto entre um passado marcado pelo exercício da autoridade por parte dos grandes proprietários rurais e o presente, onde domina um grupo igualmente restrito de industriais ligados à torrefacção de café. O modo como a sucessão entre estes dois momentos é pensada e explicada localmente, faz actuar diversos conceitos e avaliações que estruturam a narrativa. Esta, fala-nos então do mérito e do abuso, da família e do poder autárquico, do dinheiro e do prestígio... Aqui não nos interessará tanto a história quanto a incorporação do passado, quer dizer, as interpretações que se tornaram os registos dominantes da memória colectiva. Será com estas interpretações e em torno desses registos, que no final do capítulo seguiremos caminho em busca de outras memórias, exactamente as do contrabando.

4.1.1. RUAS, PERCURSOS, SINAIS

- 5 Em Campo Maior a fronteira não é uma evidência que se meta pelos olhos dentro. Podemos percorrer as suas ruas, entrar nos seus monumentos, conhecer os lugares de descanso e lazer, sem que a fronteira se atravesse no nosso caminho. E certo que um olhar mais atento ou demorado descobrirá sinais: a evocação dos cercos que a vizinhança do castelo gerou ou algumas placas toponímicas que nos recordam a proximidade de Espanha – Rua de Olivença, de Badajoz ou de Albuquerque. De qualquer modo, o que aqui queremos fazer notar é que num certo plano, a um primeiro olhar, o espaço habitado da vila se contrapõe ao espaço despovoado, lugar de trânsito e transgressão, que é a fronteira. Este é, porém, um contraponto algo ilusório, pois é na vila que a memória se polariza, mesmo a memória desse espaço contíguo que é a fronteira e dessa realidade, simultaneamente próxima e distante, que é Espanha. Desta forma, entender o espaço urbano, perceber a ordem que o forma, as dinâmicas que o cruzam e os protagonistas que o habitam, não significa distanciamento face à fronteira. Ao contrário, esse entendimento é um passo necessário para definir os contornos de uma história fluida, inacabada e em permanente construção que a fronteira dinamiza.
- 6 No caso de Campo Maior, o que mais imediatamente se observa é a bipartição clara do seu espaço urbano. De um lado, extravasando o castelo mas partindo dele, um dédalo de ruas sinuosas, ponteados pelos monumentos que guias turísticos antigos e actuais recomendam visitar. No lado oposto impera a ordem rectilínea de ruas novas sem qualquer ponto de interesse turístico sugerido aos visitantes. O Jardim Público surge de forma muito clara como eixo articulador destes dois espaços, sendo dele que saem as principais vias de ligação da vila ao exterior – para Espanha a leste e para Elvas e Portalegre a ocidente (vide extratexto). Esta é uma bipartição física, morfológica, pode mesmo dizer-se que óbvia, quer a olhemos no mapa quer a percepcionemos no terreno. A circulação faz-se, porém, indiferenciadamente entre os dois pólos. Se a escola secundária, o Centro de Saúde e algumas torrefacções de café estão na parte nova da vila, as igrejas, as finanças e a câmara ficam na parte antiga, enquanto os bancos e parte

significativa do comércio rodeiam o jardim público. A parte nova da vila, que começou por ser um bairro operário, tem hoje uma oferta imobiliária relativamente diversificada, coexistindo nela vários estratos sociais. E esse também o espaço privilegiado de edificação de novos equipamentos colectivos – desportivos, escolares, culturais e de saúde. Por seu turno, à sombra do castelo, a parte mais antiga da vila pouco parece ter mudado quanto à sua fisionomia. A vila cresceu em extensão, mas conservou, ou viu mesmo diminuir, a sua população. Esta diluição demográfica, além de deixar ruas quase desertas, acentua a dicotomia entre o *antes* e o *agora*, instâncias ordenadoras da rememoração – para o que neste ponto nos interessa, diga-se que tal dicotomia estrutura o entendimento do modo como os hábitos de convívio se alteraram radicalmente, desde as práticas aos espaços onde ocorrem.

- 7 Antes ainda de procurar conhecer esses hábitos e o modo como se transformaram no tempo, vale a pena um olhar mais minucioso e atento a alguns sinais que a realidade espacial da vila nos oferece, já que também aí se revela a espessura temporal. A toponímia, mesmo se considerada apenas a um nível elementar, pode revelar-se neste contexto de alguma utilidade. E esclarecedor, por exemplo, o modo como nesse plano se revela mais significativo o peso do passado agrícola da vila face à actividade industrial que hoje a caracteriza. Da primeira dessas actividades, ficou nas ruas a evocação do nome de alguns lavradores e a remetência para práticas ligadas à agricultura, como a moagem ou a pastorícia. Quanto à segunda, restringe-se a um só nome mas esse de grande peso, exactamente o do comendador Rui Nabeiro, que de resto tem direito também a uma estátua de grandes dimensões no centro da vila. Pela sua localização e dimensão, essa estátua recente não pode ser ignorada por quem visita Campo Maior, constituindo como que um sinal que expressa a realidade contemporânea da vila – não só por evocar o homem que nas últimas décadas maior importância teve e continua tendo na economia da vila, como também por fazer do café e do próprio contrabando uma realidade presente e tangível¹.
- 8 Alguns dos sinais que nos interpelam são mais discretos, mas nem por isso são menos significativos. O uso de um território por um colectivo legitima-se frequentemente numa vinculação mítica a esse mesmo território (cf. Valcuende del Rio, 1999:218). Na fachada de um edifício existente numa rua de Campo Maior, um baixo-relevo de três cabeças esculpidas em pedra tem sido correntemente interpretado como representação dos fundadores da povoação. Os folhetos turísticos mais recentes não lhe fazem qualquer alusão, mas o Guia de Portugal de Santana Dionísio considera-o merecedor de visita. Não estando datado, nem sequer incorporado em algum monumento que legitime a sua antiguidade, apenas a liberdade interpretativa faz dele um sinal. Isto não diminui, todavia, a sua importância, pois por ele faz-se também a leitura da territorialidade, já que se oferece como traço de união entre os pioneiros fundadores e os seus supostos descendentes. A sustentação desta leitura está, evidentemente, numa visão essencialista, pelo menos no sentido de assentar na crença de uma certa imutabilidade da comunidade desde a presumível origem até aos nossos dias.
- 9 Também o passado militar da vila nos remete para um outro espaço de memória, que pode ser observado de forma directa tanto no castelo como em cerca de dezena e meia de ruas cujos nomes remetem para a actividade castrense (desde nomes de militares à designação de actividades ou espaços como «cavaleiro», «cavalariças», «poterna», «quartéis», etc.) ou ainda, aí de forma quase subliminar, num dos monumentos da vila, a Capela dos Ossos. Verdadeiro lugar de memória², o castelo sintetiza o passado militar.

Uma lápide colocada no seu interior assinala o Centenário da Guerra Peninsular e enaltece a resistência movida aos sitiados, lembrando que para além de melhor armados estes eram em número infinitamente superior. Este episódio valeu à vila o título de «Leal e Valorosa» que ainda hoje ostenta o seu brasão e ao Governador do castelo vir a ter atribuído o seu nome a uma das ruas importantes da vila (rua Major Talaia). Quanto à Capela dos Ossos, que data de 1766 e constitui um anexo à Igreja Matriz da vila, caracteriza-se por ter as suas paredes revestidas de ossadas humanas que se acredita serem provenientes das vítimas da maior tragédia que a vila conheceu e de que falámos na «Introdução». Terão sido os mais de 250 mortos provocados pela explosão do paiol de munições em 1732 que permitiram a edificação daquele monumento com a configuração que ainda hoje apresenta.

- 10 Estes monumentos e sinais podem, em nosso entender, ser tomados como signos. Sendo diferente o seu valor monumental ou mesmo a importância que lhes é atribuída, todos eles convergem num ponto: marcam os percursos quotidianos na vila e fazem-no vencendo o tempo. Não porque o apaguem, mas antes porque, através dos valores que encerram, edificam num lugar concreto, conhecido e frequentado, um registo de atemporalidade. A estátua de Rui Nabeiro, o Castelo, a Capela dos Ossos, mesmo as placas toponímicas, sinalizam à comunidade valores sem tempo – coragem, sacrifício, trabalho. E essa comunidade que vive com estes sinais, em conciliação ou confronto com eles, que importa agora convocar, de modo a que percepcionemos os actores, os espaços e as dinâmicas em que se movem.
- 11 Uma forte hierarquização social, característica de uma sociedade de latifúndio, marcou a história recente de Campo Maior e também a relação dos seus habitantes com o espaço em que se moviam. Se nos fosse possível recuar até aos anos 30 do século passado, descobriríamos na vila uma diferente centralidade, mas também uma vincada demarcação espacial entre os grupos sociais. O Terreiro (Largo Barão de Barcelinhos), a Rua da Misericórdia e os Cantos de Baixo constituíam o coração da vila. Este não era todavia um espaço uniforme. O Terreiro e a Misericórdia funcionavam como área comercial e de lazer frequentada pelos lavradores – mesmo sendo verdade que Elvas e Lisboa eram habitualmente preferidas para muitos dos consumos deste grupo. A Rua da Misericórdia, um jornal local chamava-lhe, em 1926, o «Chiado elegante de Campo Maior (...) onde, como no “écran”, desfilam os actores e comparsas desta grande peça que é a vida local» (*Notícias de Campo Maior*, 1/6/1926). Ponto de passagem no centro da vila, esta rua era um espaço usado por toda a população, mas a deambulação da elite local, que por exemplo tinha aí o seu café, conferia-lhe um valor acrescentado, uma pátina de distinção.
- 12 O largo chamado Cantos de Baixo era contíguo a este espaço, mas cumpria uma função bem distinta. Apenas uma rua de poucos metros o separava do Terreiro, mas eram simbolicamente mundos diferentes. Os Cantos de Baixo eram também um mercado, mas este de mão-de-obra rural. De facto, era aí que se reuniam os trabalhadores à procura de patrão, disponíveis e expostos, à escolha dos encarregados das herdades³. A permanência dos trabalhadores no Terreiro não era permitida e tal determinação vingava, contam-nos, nem que fosse pela força dos pontapés do agente local da P.I.D.E., cuja sede se situava, justamente, nesse largo. Observa-se, pois, uma delimitação do espaço social que nos remete, uma vez mais, para a ideia de *fronteira*, só que aqui não se trata de demarcar diferentes territórios nacionais, mas de operar internamente distinções de natureza sócio-económica. O espaço habitacional ordenava-se segundo

uma lógica semelhante. A rua 13 de Dezembro continua a ser hoje evocada e recordada como a «rua dos ricos», por aí, bem como nas ruas que circundam o jardim público, se concentrarem muitas das residências dos lavradores.

- 13 Pode dizer-se que a espacialidade se transformou, mas é verdade que através da memória o passado como que se encerra, constituindo dessa forma uma realidade partilhada pelo grupo. Ilustremos isto com o modo como me foi descrito um comerciante que esteve instalado durante muitos anos na antiga zona nobre da vila:
- o homem teve 50 anos sem sair do comércio. Abria o comércio às sete horas da manhã e fechava-o à meia-noite e no outro dia fazia a mesma coisa e teve 50 anos a fazer isso! Sábados, domingos, dias santos... todos os dias... vivia p'ra 'quilo. Nunca tirava aquela bata que usavam naquele tempo os merceeiros! E apanhava um bocadinho de sol, recorda-me, ali naquela porta que dá aqui para este lado... Há ali uma hora que dá ali o sol; ele punha-se na parte de lá; sentava-se numa cadeirinha e era ali, quando não tinha clientes, que se sentava um bocado a apanhar sol (Fernando, 67 anos).
- 14 Nem a personagem, nem o comércio, nem sequer o ambiente existe já, mas permanecem as imagens vivas, capazes de recobrir o presente com a memória do passado. A possibilidade de sustentação espacial da narrativa robustece e reaviva a memória. A lógica de percepção que se impõe ao grupo e o ajuda a compreender e recordar as noções que vêm do mundo exterior, tem uma base geográfica, topográfica, física (Halbwachs, 1950:86). A continuidade no espaço articula-se com a descontinuidade do tempo. No caso de Campo Maior, e especificamente da sua parte antiga, esta articulação produz um efeito particularmente convincente. O espaço pouco mudou fisicamente, pois os edifícios são os mesmos e até o modo de ocupação desse espaço pouco difere do que acontecia no passado. As diferenças estão no modo de vida, na convivialidade, sendo aí que se expressa descontinuidade.
- 15 A conciliação entre espaço e memória nem sempre se fica apenas pela rememoração. Por vezes a memória constrói, recupera ou recompõe também o espaço no presente⁴. Hoje os Cantos de Baixo não são já mercado de trabalho, mas continuam sendo lugar de encontro e convívio dos antigos trabalhadores rurais e, acreditamos que não por acaso, lugar onde se instalou a sede do Partido Comunista. Algo diferente se passa com o Largo do Terreiro. Notoriamente descaracterizado, a sua função trasladou-se para outros espaços. O Jardim Público e as artérias envolventes são hoje os lugares privilegiados tanto de comércio como de convívio – seja dos reformados que se encontram para conversar ou jogar às cartas, seja dos jovens, pois é aí que se encontram os bares e, no Verão, as esplanadas. Neste caso, verificou-se uma deslocação natural e quase inevitável, pois aquele que nos anos 30 era um espaço periférico acabou por se tornar no grande eixo de articulação das partes velha e nova da vila. Esta mudança espacial deve ser vista, também, em paralelo com as transformações sociais que mudaram radicalmente a face de Campo Maior: o grupo social que prestigiava o «Chiado» com a sua presença desapareceu, pelo menos enquanto grupo que marcava uma distinção, ao mesmo tempo que a demarcação dos espaços de circulação e convívio se esbateu significativamente.

4.1.2. O CONVÍVIO E A DISTINÇÃO SOCIAL

- 16 Uma separação social estrita é o traço que marca de forma mais evidente a memória das pessoas que viveram na vila na primeira metade do século XX. O «café dos ricos», o

Guitana, situado no Terreiro e onde «até a água se pagava», contrapõe-se às tabernas frequentadas pelos trabalhadores rurais. Os bailes de máscaras no salão da Câmara fazem contraponto com os bailes populares na sede da Música, no cinema ou simplesmente na rua, ao som das castanholas, da pandeireta e dos cantares ao desafio: «Eu tive uma irmã minha, coitadinha que faleceu, teve uma noite duas pessoas ao desafio [e] nunca foram capazes de a derrubarem!», como recorda uma das nossas informantes. Se a circulação quotidiana se fazia pelas mesmas ruas e largos acanhados da vila, a privatização dos espaços, mesmo que públicos, assegurava as distâncias. Não podendo assistir aos bailes na Câmara, as moças mais humildes iam assistir à chegada das senhoras e das criadas que as seguiam transportando sericaias e outros doces. A aproximação, se é que o chegava a ser, cessava porém aí, pois quanto ao resto apenas podiam imaginar o que ocorria dentro dos salões.

- 17 Espaços de uma outra natureza permitiam também esse efeito de juntar para convívio quem devia ser junto. Era o caso das quintas privadas, como a Quinta das Queimadas, esta possuidora mesmo de infraestruturas adequadas a desportos elegantes⁵. Vejamos, como no final dos anos 20, um jornal local descrevia um desses convívios:

As nossas «Stars» de tennis, deliciaram-se com os seus formidáveis «drives», a assistência sempre atenta que não se cançou de admirar a forma actual das gentis tennistas. As cinco da tarde, num espaçoso terraço fronteiro ao «court», as mesas de chá encontravam-se já dispostas com as suas artísticas toalhas, engalanadas de rosas e bolos. Pouco depois, servido já o chá, alguns pares iniciaram um movimentado «Charlston» a que o abrir das garrafas de «champagne» dava por vezes a desarmonia característica do «Jazz-Band» (*O Campomaioense*, 14/4/28).

- 18 Todo este *glamour* permanecia à margem da generalidade da população. Eram outros os desportos a que esta acedia, nem que fosse apenas como espectador. Destaque-se entre estes o ciclismo, que no início dos anos 20 tinha já provas organizadas, e o futebol. Sobretudo este, que desde cedo despertou paixões alicerçadas na rivalidade com os clubes de Elvas e também de Portalegre. O Sporting Clube Campomaioense, que no final do século se tornaria um dos emblemas da vila, foi fundado em 1926 por dissidentes de uma agremiação anterior. Dois anos antes, o jornal *O Campomaioense* (15/10/24) aludia à existência na vila de «cinco teams de desporto». Pelo nome dos fundadores e pelos métodos usados para a obtenção de fundos, por exemplo através de saraus teatrais, percebe-se que estamos perante jovens das classes média e alta – lavradores, comerciantes, militares e funcionários públicos, nomeadamente. A popularização destas actividades surgia a posteriori. Em contraponto aos courts de ténis ou de tiro, outro desporto praticado com frequência, o futebol jogava-se em espaço aberto, tanto em campos improvisados no interior da vila, como em locais especialmente preparados para o efeito – primeiro o campo do Rossio construído pela Câmara e depois o actual estádio, obra patrocinada pela Casa do Povo.
- 19 A utilização da rua como espaço de convívio verificava-se quotidianamente por parte de alguns grupos sociais, gerando frequentemente situações de conflito. Os «casos de rua» que os jornais noticiavam, mostram isso com clareza. São as multas àqueles que «a desoras» cantavam pelas ruas ou aos taberneiros que continuavam vendendo vinho após a hora de encerramento; é a censura aos «rapazolas» que sentados nos passeios dirigiam piropos às senhoras que passavam; é a mulher levada presa «por se entregar à embriaguez, vadiagem e prostituição, no que é incorrigível» (*Notícias de Campo Maior*, 1/6/28) e são ainda as desordens que algumas vezes se geravam nos bailes que decorriam na rua. Também a este nível o contraste é claro: a esta exposição de

infracções e desmandos correspondem as noites de batota no Café Guitana, às vezes interrompidas pela polícia, é certo, mas sem que daí resultassem sérias consequências, já que a tais jogadores o valor de uma eventual multa não assustava.

- 20 É certo que também os grupos sociais mais elevados utilizavam a rua como espaço de lazer, já não quotidianamente, mas de forma circunscrita no tempo. O carnaval serve como ilustração disto mesmo que afirmamos. O curso, que habitualmente se realizava, tinha um percurso bem delineado no espaço e os participantes activos eram os de sempre, com os filhos dos lavradores à cabeça. Nessa ocasião nem sequer a «baixa comercial» recebia os foliões:

Recordo-me ainda de carnavais feitos há 40 ou 50 anos e que não vinham p'rá 'qui [Rua da Misericórdia], Faziam-se lá em cima, na Praça [do Município], Rua 13 de Dezembro e Av. Dr. Agrela [Jardim]... Era por aí (Martins, 78 anos).

- 21 Era pois em «casa», quer dizer, no espaço limitado das ruas que habitavam, que as famílias abastadas celebravam o carnaval, recorrendo a fantasias caras e sofisticadas, que por vezes o jornal local descrevia com minúcia.
- 22 A separação estrita dos grupos sociais, marca expressiva de um passado próximo, constituía uma regra tão clara que mesmo as excepções precisam ser devidamente matizadas. As Festas do Povo são a este título uma realidade sugestiva. Se é verdade que nelas a partilha do espaço era por vezes inevitável, é também certo que mesmo nesses casos essa partilha de forma alguma significava ausência de distanciamento. Enquanto as meninas da «primeira sociedade» ficavam na quermesse ou no salão de chá, bailavam as restantes as saias pela rua⁶. Enquanto os lavradores ofereciam as vacas para as touradas à vara larga, o povo divertia-se fugindo delas... Divisão natural e jamais questionada de papéis numa sociedade fortemente bipartida⁷. Mesmo nas procissões, onde a fé ou o dever juntava grande parte da vila, cada grupo ocupava diferentes lugares no cortejo, assumindo destaque particular quem o podia assumir, quer dizer, quem estava em condições de se distinguir do «povinho», para usar uma expressão comum nos jornais da época.
- 23 A estratificação social que uma exploração agrária baseada no latifúndio sustentava, fazia de Campo Maior, como certamente de outras vilas e cidades da mesma região, um espaço social composto de esferas autónomas e quase sempre estanques. O desmantelamento de tal sistema ocorreu a duas velocidades.
- 24 Desde os anos 50 numa velocidade lenta, acompanhando a crescente mecanização que afasta da terra (e por diferentes razões também do contrabando) muita da mão-de-obra até então indispensável, favorecendo a sua deslocação tanto para o estrangeiro como para cidades do litoral. Numa velocidade rápida, de ruptura, com o 25 de Abril e as enormes modificações que consigo transporta. A ideia de que é este acontecimento concreto que separa o «antes» do «agora» é assumida correntemente:

Até aí, quando passava o senhor lavrador toda a gente se dobrava e tirava o chapéu. Era como se passasse o Papa ou o Presidente da República. A partir daí acabou-se isso... Havia respeito pela necessidade. Não é que eles tivessem muita vontade de lhe tirar o chapéu. É que a pessoa via-se na obrigatoriedade de o fazer dado que precisava dele (Fernando, 67 anos)⁸.

- 25 Com o 25 de Abril criaram-se cooperativas, ocuparam-se terras e eclodiu uma vida política centrada nos partidos; julgamos, todavia, que do ponto de vista simbólico o não tirar o chapéu ao lavrador ilustra tão bem como todos esses acontecimentos o fim de um tempo.

- 26 Mesmo permanecendo na vila após o 25 de Abril, os lavradores tinham claramente perdido estatuto. Com as terras ocupadas primeiro e hoje subaproveitadas, assistiram impotentes à consolidação da indústria de torrefacção de cafés e à diluição de um modo de vida assente numa vincada separação de classes. Tudo se transformou. Desapareceram os saraus mas também os bailes de rua e em lugar de ambos surgiram bares e discotecas frequentados indiferenciadamente pelos empregados de Rui Nabeiro, pelos seus netos e pelos herdeiros das vastas terras que no passado faziam toda a diferença. A distinção social não acabou, bem entendido, mas não se expressa numa separação espacial estrita como acontecia no passado. Julgamos poder dizer-se, que diferentemente do que acontecia no passado, o acesso, e sobretudo o sucesso na educação formal, tornou-se hoje um factor importante na expressão e visibilidade das diferenças sociais. Encontrámos na comunidade a forte convicção de que muito embora a mobilidade social se tenha tornado mais fácil do que era no passado próximo, a posição social de partida continua a revelar-se decisiva.
- 27 Também no plano das representações, as mudanças, apesar de notórias, talvez não sejam tão relevantes quanto aparentam. Em relação às práticas de sociabilidade dos jovens, e tanto quanto pudemos observar, pode dizer-se que os espaços de diversão frequentados são comuns, mas que os círculos de amizade em que se movem continuam relativamente separados. Por outro lado, ainda que frequentando os mesmos espaços, tanto o tipo de consumo que aí se faz como o modo de vestir permite, pelo menos em muitos casos, perceber a distinção⁹. A homogeneização revela-se, afinal, mais aparente que real, parecendo mesmo que se atenua com a idade e com o casamento. A partir dessa altura, uma vida mais recatada restringe o grupo de amigos, ou melhor, separa mais claramente os amigos dos conhecidos.

4.2. PATRÕES, CHEFES E BENEMÉRITOS

- 28 Esta parte final do capítulo assenta numa questão tão substantiva quanto o poder e a autoridade, mas que ao mesmo tempo se expressa muitas vezes de forma imprecisa, velada, como se fosse outra coisa que ali estivesse. De facto, se há dimensões do poder que se percebem pelo acto do seu exercício, há outras que têm um carácter mais intersticial, algo que invade o quotidiano como se sempre ali tivesse estado e esse fosse o seu lugar natural. Quando aqui falamos de poder, pensamos no modo como um domínio se exerce nas instâncias formais de intervenção pública (governativas ou policiais, por exemplo), mas também fora delas, no modo como se produz a visão reconhecida e legitimada do mundo. Neste capítulo não temos a ambição de perceber uma realidade tão complexa, onde se congrega uma pluralidade de instâncias de exercício da acção política e construção da dominação, mas, à semelhança do que vimos fazendo neste capítulo, procuraremos ilustrar algumas dimensões do fenómeno.
- 29 A distinção entre o antes e o agora constituirá aqui o ponto de partida para tentar perceber de que modo são pensadas as transformações em domínios como a acção política ou a vida económica na vila. Essa distinção demarca claramente, pelo menos do ponto de vista da representação, duas realidades claramente diferentes, que aqui procurámos ilustrar e sintetizar a partir de duas personagens concretas. O antes homogeneiza um largo período de tempo, que surge remetido para o domínio absoluto e incontestado dos grandes lavradores. O 25 de Abril de 1974 marca a chegada do *agora*, o fim do poder dos lavradores, a afirmação de novos protagonistas, de uma forma

diferente de gestão política e de posicionamento perante o trabalho. Esta simplificação que a memória opera, guiar-nos-á na tentativa de perceber os traços dominantes em cada um dos períodos, não deixando de ter presente, naturalmente, que as transformações são mais um processo do que um acontecimento.

- 30 Nesta tentativa de caracterizar esses dois períodos, recorreremos a duas personagens marcantes. Na verdade, julgo poder dizer-se que elas são as figuras de maior destaque na vila durante grande parte do século XX. A primeira é um lavrador que exerceu inúmeros cargos políticos, inclusive fora da região. A gestão das suas propriedades, juntou a intervenção no domínio político e administrativo, ou seja, em áreas decisivas para a eficácia e conservação de um poder que favorecia o grupo de que fazia parte. A outra personagem é hoje, juntamente com as suas empresas, a grande referência de Campo Maior. Surgindo agregado a uma actividade que nada tem a ver com a agricultura, este industrial do café distancia-se simbolicamente das formas de domínio tradicionais. Não que não tenha ele próprio exercido cargos políticos e influenciado este campo, mas porque surge como alguém que construiu a sua riqueza pelo trabalho, um verdadeiro *self-made man* que tende a ser contraposto a um modelo em que a riqueza chegava por herança e era gerida e ampliada não pelo trabalho mas pela exploração.

4.2.1. LAVRADORES E HOMENS DE INDÚSTRIA

- 31 Em Campo Maior assume-se, portanto, que o ponto de viragem entre o antes e o agora foi muito claramente o 25 de Abril de 1974¹⁰. Mesmo sendo certo que já desde a década anterior vinham ocorrendo mudanças significativas na vida das populações, a verdade é que esse momento marca uma ruptura de tal modo forte que tende a uniformizar na memória das pessoas todo o tempo a montante. De facto, a evocação do «antes do 25 de Abril» remete para uma temporalidade vaga mas tornada consistente por recursos narrativos onde se enlaçam o sofrimento, a exploração, a perseguição política, etc. A negativização desses tempos concorre, sem conflito, com a evocação positiva e nostálgica das experiências da juventude por quem hoje é mais velho¹¹. Este factor introduz na rememoração outros recursos narrativos, nomeadamente os que pensam o tempo presente a partir das ideias de perda e descaracterização face ao passado, reflectindo-se nos planos da amizade, solidariedade, alegria genuína e simples, etc. O 25 de Abril articula simbolicamente o antigo e o moderno, categorias entendidas aqui num sentido amplo, que vai das relações laborais às sociabilidades, passando também pelo exercício do poder político. A mudança, que para a análise histórica é sempre um processo, condensa-se, no que à memória diz respeito, num ponto charneira, tornando-se dessa forma mais legível e operativa.
- 32 Voltamos desta forma à relação entre as memórias pessoais e a memória colectiva, aquela que sendo partilhada por um conjunto de indivíduos não resulta, como já dissemos, de uma mera adição, nem tampouco é partilhada uniformemente pelo grupo, por muito confortável que uma retórica holista aqui se revelasse. Todavia, a memória colectiva é também um espaço de disputa e nessa medida um recurso de acesso desigual¹². Mesmo sendo certo que ninguém controla os mecanismos de sedimentação das memórias que o grupo partilha, existem lugares estratégicos que condicionam esses mecanismos. Os lugares de poder estão certamente entre eles, como no mesmo plano se coloca também a emergência e gestão de sinais memoráveis – sejam eles monumentos

de referência ou meras placas toponímicas. Essa sinalização é também uma territorialização da memória, uma mnemónica (cf. Le Goff, 1984:22 sgg.), um mapa, entendido aqui como «imagem construída ou projectada que se refere e traz informações sobre qualquer coisa exterior a ele» (Fentress & Wickham, 1992:31-32).

- 33 A memória colectiva constrói-se, pois, num espaço pontuado de sinais, fecundada por regras cognitivas tendencialmente coerentes com a matriz simbólica dominante e nessa medida consistentes com a ordem social vigente¹³.
- 34 Nesta construção social da memória, o *exemplo* constitui sem dúvida um importante recurso e é neste sentido que os percursos individuais, encarados justamente na sua singularidade, assumem um significado que os transcende. O sucesso pessoal, como de resto também o insucesso, a tragédia ou a desgraça, não são relevantes apenas para o sujeito que os vive e os seus próximos. Ao contrário, eles podem tornar-se referenciais para o grupo e matéria narrativa com a qual se pensa e interpreta o passado¹⁴. A toponímia, a estatuária, as histórias que se sabem e se contam ou silenciam, mas também a transformação dos lugares ou a circulação de pessoas entre a comunidade e o seu exterior, são registos do quotidiano que remetem para indivíduos concretos, mas das quais o colectivo se apropriou e com eles construiu sentido e memória.
- 35 A distinção social é o traço mais fortemente sublinhado quando nos falamos do antes do 25 de Abril. A estrita separação entre os «ricos» e os «pobres» condicionava francamente os percursos de vida, definindo expectativas e relativizando a importância do mérito. Esta dicotomização da estrutura social, característica dos campos do sul do país, é sublinhada por José Cutileiro, que a escolhe mesmo para título da versão portuguesa da sua monografia sobre Vila Velha (cf. Cutileiro, 1977)¹⁵. Oliveira Baptista é mais preciso quando sublinha que nas regiões de latifúndio os «pólos da conflitualidade social (...) eram, de um lado, os grandes latifundiários e, do outro, os trabalhadores agrícolas temporários» (Baptista, 2001:33). Destaca desta forma, do que grosseiramente poderíamos designar por *grupo dos pobres*, os assalariados permanentes e os agricultores familiares, ou seja, revela uma estratificação social mais complexa do que a mera oposição ricos/pobres. Também as memórias da reforma agrária que António Barreto (s. d.) recolheu, mostram bem como os interesses das várias pessoas e grupos nem sempre eram bipolares.
- 36 A definição de um grupo intermédio não só mostra o esquematismo dessa distinção, como sugere que a diferença se coloca também no plano da representação que cada grupo faz de si mesmo. Vale de Almeida (1995) discute também a questão da estratificação social numa aldeia alentejana, chamando a atenção para a confusão entre status e classe que por vezes se manifesta na literatura da «honra e vergonha». Apesar de o seu trabalho incidir numa aldeia muito marcada pelo trabalho no sector industrial dos mármore, também ele considera que a divisão apresentada por Cutileiro para o contexto do Alentejo agrário de há um quarto de século constitui um ponto de partida aplicável. Porém, quando se propõe «tentar compreender não as classes e o status segundo complicadas discussões teóricas, mas sim qual a teoria *folk* sobre a hierarquia social» (Vale de Almeida, 1995:165), releva a dimensão de *representação*, justamente aquela que também a nós nos parece importante considerar neste ponto do trabalho. Dito de outra forma, as categorias ricos/pobres são insuficientes para compreender objectivamente a realidade, mas relevantes para a percepção da visão do mundo local.
- 37 Tentar compreender a realidade de um lugar como Campo Maior na primeira metade do século, obriga a reflectir sobre o modo como poder económico, status social e

controlo dos instrumentos políticos se articulavam. O ponto de articulação destes factores eram, naturalmente, os lavradores abastados. Não só tinham poder económico e estatuto, como eram eles que ocupavam os cargos políticos, quer na administração local quer em estruturas corporativas e associativas, como o Grémio da Lavoura ou a Casa do Povo¹⁶. As suas relações com as autoridades civis e militares garantiam um controlo efectivo na vila atenuando possíveis dissidências. Por outro lado, ao dominarem quase em exclusivo o mercado de trabalho permitiam-se definir as condições do seu exercício. Pode pois dizer-se que estamos perante uma estrutura de relações que revela um elevado grau de consistência interna e que, por isso, sugere uma significativa cristalização e persistência temporal. Assim é, de facto, ainda que em relação a Campo Maior devamos sublinhar uma *nuance*: o comércio fronteiriço revela-se um recurso decisivo, que atenua primeiro e depois contraria, o quadro que acabámos de traçar.

- 38 Na verdade, com a posse da terra, indicador fundamental de posição social e critério de estratificação¹⁷, concorreu desde sempre o particularismo suscitado pela situação fronteiriça. Como já vimos atrás, a singularidade das comunidades de fronteira torna-se num importante recurso económico, capaz ele próprio de gerar distinção social. No caso de Campo Maior o confronto entre o antes e o agora tem também esta dimensão: contrapõe o domínio dos senhores da terra ao domínio dos homens do café. O 25 de Abril de 1974 pôs fim ao domínio dos primeiros e o contrabando permitiu a emergência dos segundos. Data simbólica, bem entendido, já que tanto a criação das torrefacções e a ocupação de cargos políticos por gente ligada ao café, como o declínio do modelo agrário que sustentou a posição social dos latifundiários, vem de antes de 1974. A data nem por isso é menos importante, pois é na temporalidade social e não tanto na história que o 25 de Abril revela a sua importância como recurso narrativo que dramatiza o destino político dos grupos, condensando num ponto definido uma viragem que a análise histórica mostra ser bem mais difusa.
- 39 Em todo o caso, essa viragem fornece-nos um quadro analítico que sugere um exercício comparativo entre dois momentos da história da vila. Estes remetem para diferentes modelos de acção política e económica que foram perseguidos e concretizados por diferentes protagonistas. Trata-se de uma diferença que não envolve aqui, evidentemente, disposições idiossincráticas, mas remete para enquadramentos societários distintos e mesmo contrapostos: de um lado o *self-made man* e do outro o herdeiro de riqueza e posição social; de um lado a fortuna conseguida pelo trabalho e do outro o estatuto como garante de sucesso, etc. Estas distinções esquemáticas são em grande medida projectivas, na medida em que revelam sobretudo o entendimento que a comunidade actual faz de si mesma, do seu presente e também da sua história recente. As imagens do passado em que assentam justificam o presente (cf. Connerton, 1989:3), antes de mais porque elas são uma construção no presente que explica um processo histórico e estrutura a memória.
- 40 No exercício que propomos, tentaremos então confrontar dois momentos históricos e dois modelos de ordenação do social, ou, dito de outro modo, de expressão de distinção. Optámos por fazê-lo a partir dos dois percursos singulares que mais claramente se destacaram em cada um dos momentos referidos: Francisco Telo da Gama (1891-1995) e Manuel Rui Azinhais Nabeiro (n. 1931). Este último é hoje, sem dúvida, a personalidade dominante na vila e o primeiro foi-o, também claramente, no seu tempo. Ambos conseguiram alcançar projecção fora da comunidade, ainda que esta tenha constituído

sempre um forte elemento referencial nos respectivos percursos de vida. Ambos exerceram cargos políticos, mas mesmo quando o não fizeram deixaram a sensação de que a acção política local passava por eles, condicionando opções e escolhas. Ao poder político, real e simbólico, ambos juntaram também o poder económico, não só pela riqueza possuída, mas também pela capacidade de definir várias regras neste domínio – desde logo o acesso ao trabalho, mas também o controlo e circunscrição da actividade económica dentro do espaço que dominaram ou dominam.

- 41 Francisco Telo da Gama foi, como já dissemos, o mais proeminente dos grandes proprietários de Campo Maior durante todo o Estado Novo. De facto, durante a primeira metade do século xx, ele surge como o mais ilustre representante de uma família que teve no seu avô, Luiz de Sousa Oliveira Gama, o patriarca fundador. Este nasceu em Campo Maior em 1838, vila que ainda hoje o recorda pela alcunha de Luís Grande. Filho de um militar miguelista convertido em lavrador, interessou-se desde cedo pela modernização da lavoura, tornando-se accionista de alguns títulos da imprensa agrícola da época. Além de dirigir as suas próprias propriedades, administrou também muitas das que o Visconde de Ouguela, seu compadre e amigo, possuía na zona. Com a morte deste nobre, Luís herdará algumas das suas propriedades, dessa forma se constituindo o património inicial que distinguirá a família Gama entre os proprietários campomaiorenses¹⁸.
- 42 A nossa personagem, Francisco Telo da Gama, ou simplesmente Dr. Gama, como ficou conhecido, é pois um dos netos de Luís Grande. Nasceu em 1891, num dos Montes da família, situado na que era então freguesia de Ouguela. Estudou em Coimbra, formando-se em Direito e privando de perto com homens como Salazar, de quem diz ter sido «companheiro de casa» (*Jornal Campomaior*, 14/2/92), Mário de Figueiredo e outros jovens ligados aos movimentos católicos de Coimbra. Começou cedo a actividade política. Foi deputado eleito pelo Partido Evolucionista de António José de Almeida ainda na 1ª República, voltando a sê-lo já no período do Estado Novo (cf. *Jornal Campomaior*, 14/2/92). Ainda no âmbito do seu desempenho de cargos a nível nacional, foi Chefe de Gabinete do Ministério da Agricultura. Nunca perdeu, no entanto, uma forte ligação à vila e à região, quer gerindo e fazendo crescer o seu património imobiliário quer desempenhando vários cargos relevantes no plano local, o mais importante dos quais terá sido o de Governador Civil do Distrito de Portalegre.
- 43 Nos anos 20 e 30 a sua intervenção no quotidiano local é particularmente notória. Quando em 1924 o jornal *O Campomaiorensense* retoma a publicação, ele surge como seu director. Em 1926 é Presidente da Direcção que reactiva a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da vila – instituição fundada em 1912 mas inactiva desde 1920. Em 1928, na qualidade de Provedor da Misericórdia, encabeça uma comissão que vai a Lisboa reivindicar subsídios que seriam devidos à instituição. Assume o cargo de Presidente da Câmara em 1932, mas antes disso, ao longo dos anos 20, fora Presidente da Comissão Executiva do município. Da sua gestão autárquica reivindica a construção do Bairro Operário, baptizado, de resto, com o seu nome e cuja rua principal ainda hoje o ostenta; a anexação da freguesia de Degolados, que trocou Arronches por Campo Maior em 1927; a gestão de um conflito com a Companhia Elvense de Moagens a Vapor, fornecedora de energia à vila e com a qual ele rompeu o contrato por discordar dos preços propostos pela empresa e ainda a conclusão da estrada do Retiro, que ficara inacabada durante dezenas de anos.

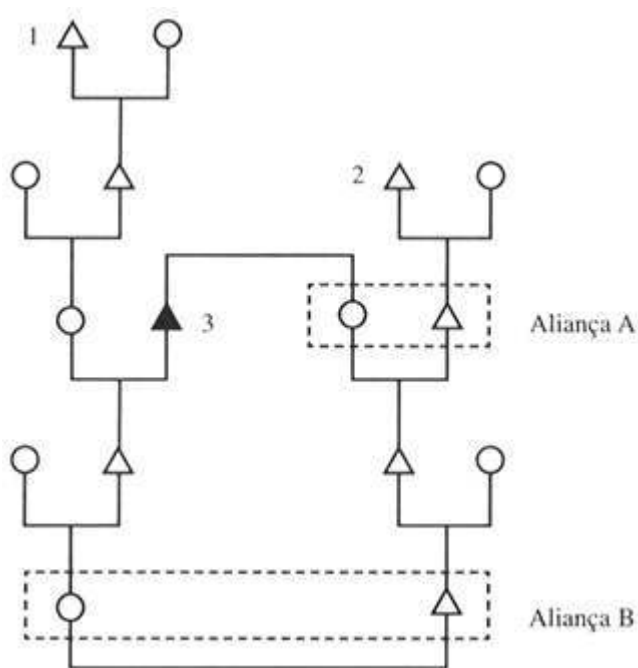
- 44 A memória que hoje persiste deste homem releva em boa medida deste grande preenchimento do espaço político e também económico, pois que dentro do esquematismo ricos/pobres a que já fizemos referência, ele surge como cabecilha do primeiro grupo, partilhando a carga negativa que genericamente se lhe associa¹⁹. Desta associação de Telo da Gama a um grupo, deve ainda dizer-se algo mais, pois que dela parece decorrer uma distinção significativa relativamente ao que ocorre com Rui Nabeiro. Se deste se vinca a singularidade, já Telo da Gama nos surge apenas como o mais destacado membro de um grupo social restrito que partilhava cargos e definia as regras do seu acesso. Dito de outra forma, com Telo da Gama não estamos, como com Rui Nabeiro, perante um homem que constrói solitariamente, e às vezes contra os próximos, um poder alicerçado na autoridade pessoal. Ao contrário, os espaços de representação política são ocupados pelo grupo, no qual se destacam certamente diferentes aptidões políticas, mas que funciona, ainda assim, como expressão dos interesses e estratégias colectivas. A participação de outros grupos, remetidos para uma subalternidade que se não questiona, é negada ou consentida, mas sempre dentro de regras que o grupo dominante define.
- 45 Num passado que simbolicamente o 25 de Abril enterrou, funciona assim uma estrutura social francamente bipolar, que limitava o acesso ao poder político a um único grupo, sendo que dentro deste parece ter funcionado mais a partilha do que a competição. Pierre Bourdieu afirma que
- a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo o *tempo livre* e o *capital cultural* (Bourdieu, 1989:164).
- 46 Estas suas palavras parecem de facto particularmente ajustadas às características do campo político que, sobretudo nas décadas de 30 e 40, caracterizou Campo Maior²⁰. O fechamento do campo político é garantido pela impossibilidade de concorrência, pois as regras de acesso aos cargos não só são definidas pelo grupo que os domina, como assentam em critérios virtualmente inalcançáveis – sejam eles de ordem económica ou educativa. Dois aspectos devem, neste contexto, ser sublinhados: a consistência e coerência das várias instâncias onde a autoridade se expressava e a fragilidade dos poderes locais formais no quadro do centralismo político que então se vivia.
- 47 Em relação ao primeiro destes aspectos deve notar-se que tanto as instâncias directamente ligadas aos interesses dos lavradores, sejam elas o Grémio da Lavoura²¹ a Caixa de Crédito Agrícola ou a União Industrial Campomaiorense, como aquelas que «faziam a defesa do trabalhador rural»²², ou se destinavam à assistência, nomeadamente a Casa do Povo e a Misericórdia, eram dominadas directa ou indirectamente por membros desse grupo²³. A outros níveis funcionavam mecanismos mais informais, mas nem por isso menos eficazes. No plano do exercício da autoridade policial não faltam relatos do modo como os lavradores influenciavam a acção tanto da G.N.R. quanto da P.I.D.E., enquanto que, certamente num plano diferente, mas igualmente relevante pelo papel que desempenhava na doutrinação ideológica dos jovens, eram ainda os lavradores que quase sempre dirigiam a Legião Portuguesa. Mesmo fora dos momentos excepcionais de confrontação laboral²⁴, a acção quotidiana destas forças, centrando-se na legitimação e manutenção de uma certa ordem social, adequava-se inevitavelmente aos interesses instalados. A administração autárquica,

coroada pelo presidente da câmara, completava os circuitos do poder local, ao mesmo tempo que funcionava como extensão da autoridade do Estado.

- 48 Nesta altura os órgãos autárquicos, e entramos aqui no segundo aspecto a que acima aludimos, tinham uma intervenção significativamente limitada pelas reformas administrativas que o Estado Novo aprovava. A câmara municipal, sem dúvida a mais importante das instituições administrativas locais, que incluíam também as juntas de freguesia, os distritos e as províncias²⁵, cruzava de facto a administração autárquica com a administração periférica do Estado. Desde logo porque o seu líder, o presidente da câmara municipal, era designado pelo governo, mas também pela definição taxativa e limitada do seu âmbito de acção e ainda pela forte intervenção do governo na gestão autárquica por via do exercício de várias formas de tutela administrativa (cf. Barreto & Mónica, 1999:50). Em concordância com este quadro, é no período que medeia entre o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e a consolidação jurídica do regime já nos anos 30, que a intervenção política autárquica na vila é mais relevante. Posteriormente, e como adiante veremos, a câmara municipal, além da preocupação com a gestão corrente, constituirá um elemento fundamental na coordenação da mão-de-obra local, funcionando, neste particular, em articulação com os interesses dos grandes proprietários rurais.
- 49 A preservação deste claro domínio assentou muito numa espécie de espírito de corpo, quer dizer, no reconhecimento de interesses e estratégias convergentes, que idealmente deviam ser pensadas como expressão de uma identidade comum. As alianças matrimoniais podem ser pensadas neste plano, já que através delas se preservava e mesmo reforçava o elemento fundamental em que assentava o poder: a posse da terra. Quando procuramos saber quais as grandes fortunas que a memória preservou, as respostas convergem num número bastante restrito de nomes de família, que além do mais o casamento unia entre si. É o que acontece entre os Gamas e uma das famílias de lavradores mais referidas pelos nossos informantes, os Minas. Diga-se que este é uma referência que não se esgota na memória local, pois a «Casa Agrícola Minas Mocinha» constitui um dos destaques da *Separata do Album Alentejano* dedicado a Campo Maior. Nesta publicação essa casa agrícola é apresentada como uma das mais antigas do distrito de Portalegre, sendo dado destaque a João Rodrigues Minas Mocinha, apresentado como o homem que recuperou o «antigo lustre» da referida casa. Fazemos desde já notar que a aliança das famílias Gama e Minas mais não faz que ilustrar uma prática matrimonial generalizada entre os lavradores da vila e de localidades próximas e que pode ser interpretada num quadro de gestão do património e de conservação da oligarquia agrária.
- 50 Uma das irmãs do homem em que centramos a nossa análise, Francisco Telo da Gama, casa com um filho de João Rodrigues Minas Mocinha (Aliança A da Figura 1). Esta aliança reforça-se duas gerações mais tarde, quando um bisneto de João Rodrigues casa com uma neta de Francisco Telo da Gama (Aliança B da mesma Figura). Evidentemente que é difícil perceber hoje todas as motivações destas alianças, mas as suas consequências parecem claras: unem duas famílias poderosas, uma já antiga e outra de projecção mais recente, mas ambas possuidoras de vastas propriedades. Por outro lado parece ser também claro que à maior antiguidade da família Minas correspondeu um maior peso na acção política local por parte dos Gamas – e não só por parte de Francisco Telo da Gama, basta considerar os cargos relevantes a nível local que foram desempenhados, por exemplo, pelo seu irmão, Luís Sousa Gama.

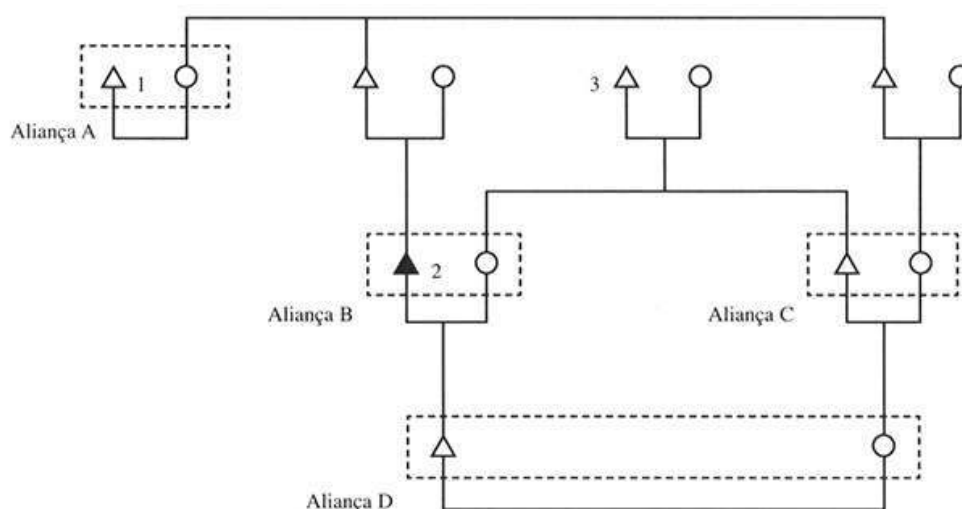
51 Não se tratando aqui de ser exaustivo na apresentação dos enlaces matrimoniais no seio das famílias de lavradores, aludiremos apenas a duas outras alianças significativas na vasta família Gama. A primeira é a que estabelece com os Pinheiros, outra das grandes fortunas de Campo Maior, através de uma tia de Telo da Gama (Aliança A da Figura 2)²⁶. Quanto à segunda deve dizer-se algo mais. Trata-se do estabelecimento de laços com a família Telo Rasquilha e envolve directamente Francisco Telo da Gama. Esta família, merecedora também de destaque no *Album Alentejano*, era oriunda de Arronches, onde aquele que é apresentado como seu fundador nascera em 1864. Este homem, além de dois filhos, teve uma filha que veio a casar com Francisco Telo da Gama (Aliança B da Figura 2). Nessa mesma geração houve ainda uma outra aliança entre as famílias, através do casamento de uma prima em primeiro grau de Francisco Telo da Gama com o seu cunhado, José Joaquim Telo Rasquilha (Aliança C da Figura 2). Na geração seguinte os filhos destes dois casais, primos em primeiro grau, casam entre si (Aliança D da Figura 2). Esta forte endogamia de classe, que com estes exemplo se procura ilustrar, contribui para fechar o grupo preservando uma identidade transgeracional, o que constitui do ponto de vista da memória colectiva um recurso narrativo que se alimenta de amores contrariados, de infidelidades, de ingressos mais ou menos dramatizados no convento, etc.

Figura 1



- 1 - Luiz de Sousa Oliveira Gama
- 2 - José Rodrigues Minas Mocinha
- 3 - Francisco Telo da Gama

Figura 2



1 - Pinheiro

2 - Francisco Telo da Gama

3 - Francisco da Silva Telo Rasquilha

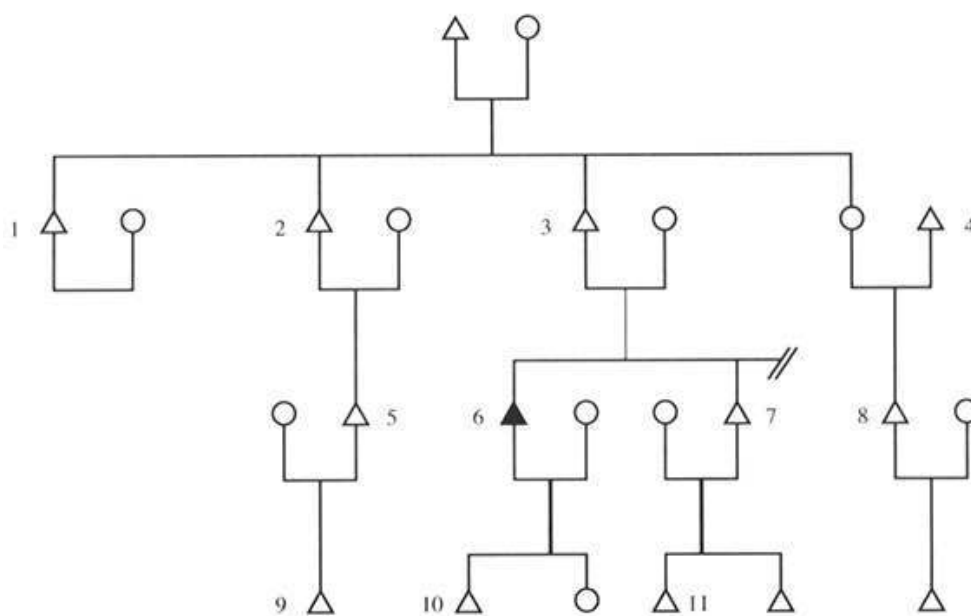
- 52 Este amplo domínio, que aqui caracterizamos como definidor das relações políticas e económicas que atravessam a vila, vai gradualmente perdendo força. Sendo certo que é só com o 25 de Abril que a desestruturação simbólica desse poder se conclui, é também verdade que desde há muitos anos vinha sofrendo clara erosão. Concorreram para ela factores genéricos e específicos. Dos primeiros salientamos as transformações económicas que marcaram os anos 50, nomeadamente a gradual mecanização da agricultura e as migrações tanto internas, sobretudo para a cintura industrial de Lisboa, quanto externas²⁷. No desenvolvimento do nosso argumento são, porém, os factores específicos aqueles que merecem maior atenção. Falamos da indústria de torrefacção de café como realidade que constituirá, de forma ainda incipiente na década de 60 e mais afirmativamente depois, um espaço económica e simbolicamente concorrencial à actividade agrícola.
- 53 Deixemos pois de lado, por momentos, o grupo dos lavradores e concentremo-nos num poder emergente, que se centra nos «homens do café» e muito particularmente na figura de Manuel Rui Azinhais Nabeiro. Ele é, indiscutivelmente, o mais bem sucedido de um grupo de homens que alicerçaram nos circunstancialismos geográficos e económicos um modo de vida²⁸. A proximidade de Espanha e as limitações que este país impunha ao comércio de café, constituíram, de facto, o fermento de um negócio que acabou transcendendo e sobrevivendo ao contrabando que o originou. Comendador por mérito da sua actividade industrial, Rui Nabeiro emprega hoje mais de 50% da força produtiva do concelho, estendendo o seu negócio claramente para além da vila e para sectores bastante diversificados, ainda que o café continue a constituir o centro de gravidade da sua acção empresarial²⁹. Senhor da vila, pode dizer-se, mas deve acrescentar-se que ao nascer não tinha nada à sua espera³⁰. Ao contrário, quando se trata de perspectivar a sua vida, tanto ele próprio como os outros colocam a ênfase no trabalho, no esforço, na dedicação, etc. Traços com que se construiu um discurso francamente consensual, pelo menos em relação a este aspecto: trata-se de alguém que se fez a si próprio e graças às suas próprias qualidades construiu a sua sorte.

- 54 Apesar de o negócio do café em Campo Maior não ter começado com ele, o sucesso da sua actividade empresarial torna-o elemento articulador das narrativas sobre o comércio do café na vila e em particular na família Nabeiro. Ele não se limita a fazer crescer o negócio iniciado na geração anterior à sua, já que, por várias razões, consegue projectar-se para um patamar diferente do dos seus antecessores. Isto acontece, desde logo, por uma razão de hegemonização, mas também por ter conseguido fazer a transição entre o contrabando e o comércio legal fazendo sempre crescer o negócio e, finalmente, por ter sabido conquistar posições políticas e reconhecimento social – factores que pareciam estar reservados aos lavradores e a alguns comerciantes ou militares prestigiados localmente. Vale a pena considerar agora cada uma destas razões com algum detalhe, procurando nessa análise projectar a figura singular de Rui Nabeiro.
- 55 Como dissemos, foi na geração que precede a de Rui Nabeiro que o negócio do café começou. Ainda antes da eclosão da Guerra Civil em Espanha, três irmãos e um cunhado encontraram no contrabando desse produto para o país vizinho, uma boa oportunidade de negócio. Não entram nele todos ao mesmo tempo. O caminho parece tê-lo aberto Joaquim d’Olaia, que mais tarde convenceu o irmão Manuel, pai de Rui Nabeiro, a deixar a profissão de chauffeur particular para se dedicar também ao negócio. Um terceiro irmão, João, acaba mais tarde por trocar a actividade de Guarda Fiscal pela mais rentável de contrabandista – uma família numerosa a sustentar, é ainda hoje lembrado, terá contribuído para a decisão. Finalmente um cunhado, de nome Silveira, nome que continua a identificar uma torrefacção e uma marca de café de Campo Maior, vem completar o grupo dos pioneiros do café ligados à família Nabeiro.
- 56 Nesta primeira fase, nenhum destes homens parecia ter uma posição hegemónica no negócio, ainda que Joaquim seja o que surge com maior destaque, sobretudo devido ao seu papel precursor. As marcas de café iam surgindo e mudando de mãos ao sabor de acordos e desentendimentos: cafés «Camelo», «Camponesa», «Cubano», «Cubana», etc. Entretanto novos protagonistas surgem no negócio. Por exemplo em 1948 a viúva de João Nabeiro, esse mesmo que começara por ser guarda fiscal, faz uma sociedade com Álvaro Ribeiro Caraças, entrando este com vinte contos e ela com as marcas «Cubano» e «Camponesa» e ainda um torrador de café com capacidade para 40 quilos, uma muar e uma carroça. Era, pois, um negócio aberto e em expansão. Este Álvaro pode bem servir de exemplo de abertura e espírito de iniciativa, pois ainda em 1948 surge à cabeça de uma outra sociedade, a «Torrefacção Cubana Limitada», revelando dessa forma uma capacidade e vontade de crescimento que apenas o acidente de viação que o vitimou terá impedido de levar mais longe.
- 57 Trata-se de um período em que a concorrência se fazia tanto dentro como fora da família Nabeiro, sendo Campo Maior apenas um ponto da fronteira que nesta matéria se não distinguia de outros lugares, mesmo dos próximos, como Oguela e Elvas, onde eram outros os protagonistas do mesmo negócio³¹. O contexto é assim o da ausência de uma figura agregadora e até mesmo de verdadeiros empresários, já que estes homens da primeira geração são antes de mais contrabandistas bem sucedidos, que carregavam eles próprios café para Espanha – voltaremos a esta questão no capítulo seguinte. Quando Rui Nabeiro e o seu irmão entraram para o negócio, e isso aconteceu relativamente cedo, a convite do tio Joaquim e «empurrados» pela morte de seu pai, o final dos anos 40 abria novos rumos para uma actividade próspera. Não tendo filhos,

Joaquim d'Olaia terá encontrado nos sobrinhos interesse e apoio para continuar os negócios, começando Rui a distinguir-se pelo empenho e capacidade de trabalho.

- 58 No começo dos anos 50 o negócio do café repartia-se ainda por vários protagonistas, mas quase todos tinham Nabeiro no apelido. Da primeira geração, falecidos dois dos três irmãos, continuava Joaquim d'Olaia e o cunhado Silveira. A eles juntavam-se agora os sobrinhos, Fernando Lopes, Manuel Rui e António Azinhais, todos de apelido Nabeiro – o primeiro filho do antigo guarda fiscal, os outros filhos do antigo motorista privado, ambos convertidos, como já dissemos, ao bem mais rentável negócio do café. Não estando restringida a estes nomes, a actividade de transformação e comércio, legal e ilegal, de café na vila de Campo Maior, encontra neles as referências principais, aquelas que, sublinhe-se, ainda hoje se evocam. Joaquim e Silveira viveram até tarde e são lembrados como pioneiros do contrabando de café, não tendo nunca rejeitado esse passado³². Rui Nabeiro surge como continuador do trabalho destes homens, ainda que, comparativamente à geração precedente, a sua acção seja seguramente mais empresarial do que aventureira. A Figura 3 procura situar genealógicamente Rui Nabeiro, identificando ao mesmo tempo os principais agentes do negócio do café ao longo de três gerações.

Figura 3



- 1 - JOAQUIM D'OLAIA
- 2 - JOÃO DOS SANTOS NABEIRO
- 3 - MANUEL DOS SANTOS NABEIRO
- 4 - «VELHO» SILVEIRA
- 5 - FERNANDO LOPES NABEIRO (PARDAL)
- 6 - RUI NABEIRO
- 7 - ANTÓNIO NABEIRO
- 8 - MANUEL SILVEIRA
- 9 - JOSÉ MANUEL TORRES NABEIRO
- 10 - JOÃO MANUEL NABEIRO
- 11 - MANUEL ANTÓNIO NABEIRO

4.2.2. O PODER E A AUTORIDADE

- 59 O domínio e hegemonia que Rui Nabeiro conseguiu no negócio do café em Campo Maior, são remetidos, quase invariavelmente, para factores como o trabalho e a persistência. A sorte, quando surge nos comentários sobre a sua pessoa, significa na verdade e fundamentalmente o aproveitamento do azar e/ou falta de empenhamento alheio. O poder alcançado é assim avaliado em função do mérito que emerge da disputa, do empenhamento e da ocupação de um espaço político firmado num capital pessoal de notoriedade e popularidade (cf. Bourdieu, 1989:190). Ao nível do discurso corrente na vila, quer dizer, no plano das representações, podemos dizer que estamos perante um poder conquistado, por contraponto ao poder outorgado sem disputa aos lavradores. Enquanto se pressupõe que estes partilharam consensualmente um poder que emanava do Estado, Rui Nabeiro é visto como alguém que conquistou a hegemonia de que desfruta, antes de mais dentro do seu grupo, para depois se impor na vila e na região.
- 60 Relativamente aos seus pares, àqueles com quem verdadeiramente se tratava de discutir a liderança do negócio do café, pode dizer-se que os seus interlocutores foram dois outros empresários que se encontravam na sua geração: o seu irmão António e o seu primo Fernando (*vide* Figura 3). Quando hoje nos falamos destes três homens, o que ressalta e é sublinhado, é a enorme dedicação de Rui Nabeiro aos negócios, ao contrário de uma certa dispersão por parte do seu irmão e do seu primo. A este último é atribuída uma «grande inteligência» e nessa medida capacidade suficiente para se constituir como um sério concorrente ao primo Rui. Dizem-nos mesmo que se não tivesse morrido tão cedo, outra teria sido a história da indústria de café em Campo Maior. A António Nabeiro, por seu turno, não lhe é reconhecida a mesma capacidade que a Fernando nem a mesma disciplina espartana que a Rui. A diferença crescente de riqueza e poder entre os dois irmãos que tiveram o mesmo ponto de partida, é explicada associando dois critérios, a inteligência e o trabalho.
- 61 Vale a pena determo-nos na questão do trabalho, pois ele constitui como que a espinha dorsal que articula as narrativas locais tecidas em torno do contrabando e do sucesso dos empresários a ele ligados. De Rui Nabeiro sobressai, como já dissemos, a capacidade de trabalho que lhe permitiu «virar a sorte»:
- O Rui Nabeiro era pobre. Era pobre! Ele andava a vender jornais. Andava a vender jornais e a mãe tinha uma vendinha pequenina, ali na Praça da República... E tinha uma senhora, que era a da Amoreirinha [família de lavradores], que como eles viviam mal, também lhes dava, ainda bem não, p'ra comer, E então andava com umas quadras, aqui nas calças, que a mãe lhe punha... Mal arranjado! E hoje é o homem da fortuna de Campo Maior! (Maria Amélia, 64 anos).
- Ainda chegou a andar aí na vila com um carro a vender sardinha, aí pela rua. Começou do nada!... mas depois é um gajo muito esperto... (Alberto, 78 anos).
- 62 Uma vontade enorme de vencer terá orientado desde muito cedo a sua vida para o comércio, a actividade a que a família já se encontrava ligada e também a única, pode dizer-se, em que poderia esperar ter sucesso num espaço social fechado como o de Campo Maior daquela época.
- 63 Rui Nabeiro, o seu irmão António e o primo Fernando, partem de uma situação idêntica: raízes num negócio prometedor, mas necessidade de muito trabalho e empenho para o fazer prosperar. É aqui que entram as diferenças de percurso e de atitude que quase sempre eram sublinhadas quando nos falávamos deste tema. O que em Rui Nabeiro foi concentração e envolvimento, terá sido no seu primo e no seu irmão dissolução e

desprendimento. Fernando chegou a ganhar notoriedade como futebolista no clube da terra, de tal forma que terá tido mesmo convites para jogar num clube da primeira divisão (cf. Lavadinho, 1996:8). À semelhança do que acontecera com seu pai, que trocara a guarda fiscal pelo contrabando, também Fernando trocou uma carreira de futebolista pelos maiores proveitos que o café lhe proporcionava. Dele se diz, em todo o caso, e pese esta dispersão, que só uma morte precoce o impediu de consolidar uma posição forte no negócio. Diferente é a avaliação que se faz de António Nabeiro, sendo que, neste caso, são bem mais ambíguas e mesmo dúplices as explicações que se encontram para o seu menor sucesso relativamente ao irmão Rui.

- 64 É o diferente ponto de chegada de dois irmãos que, insistimos, partiram da mesma situação, que gera esta duplicidade de leituras, que aliás está na génese de uma das fracturas mais notórias que hoje atravessam Campo Maior. Deixando de lado os tons matizados que, naturalmente, também aqui se expressam, pode dizer-se que a interpretação destes dois percursos de vida oscila entre a ideia de que António desperdiçou oportunidades, bens e a posição no negócio familiar devido a uma vida pouco regrada e a ideia de que foi Rui Nabeiro o agente principal desse insucesso. O seu domínio e hegemonia, que são hoje uma evidência que não pode ser contestada, resultam portanto de um percurso que é narrado e avaliado localmente em mais que um tom. Nessa trama narrativa encontramos temas claros, nem sempre interpretados de forma convergente: sacrifício, trabalho, esbanjamento, esperteza, engano, aproveitamento, etc. Marcas que estruturam discursos de explicação da realidade e que legitimam adesões ou críticas ao homem forte da vila.
- 65 Aquela que é hoje uma das fracturas mais visíveis na vila, coloca de um lado Rui Nabeiro e o seu filho, João Manuel, e do outro um seu sobrinho, Manuel António, filho do seu irmão António (vide Figura 3). Trata-se de uma oposição que se tem expressado em várias dimensões, nomeadamente comerciais, políticas e associativas, mas de uma forma sempre conflituosa ou pelo menos tensa. Mais do que uma disputa por cargos, posições ou ideias, esta oposição é percebida como questão pessoal, reportada a um passado que é contado, lembrado e interpretado de várias formas. Na raiz de tal oposição parecem estar as relações já referidas entre Rui Nabeiro e o seu irmão, entretanto falecido. A oposição permanente que Manuel António faz ao tio é explicada na vila por um sentimento de revolta por acreditar que o pai foi prejudicado nos negócios pelo irmão. Dois episódios ilustram o confronto de forma particularmente clara, até porque ocorrem em dois campos decisivos de conquista de poder e projecção social: a política e o futebol.
- 66 Nas eleições autárquicas de 1997, das cinco candidaturas concorrentes duas delas eram encabeçadas por sobrinhos de Rui Nabeiro. Pelas listas do PSD (Partido Social Democrata) concorreu o filho de uma sua irmã e pelas listas do PRD (Partido Renovador Democrático³³) o Manuel António de que vimos falando. Rui Nabeiro manteve-se neutral. Aliás, nem sequer apoiou o candidato do seu partido de sempre, o PS (Partido Socialista), por quem na altura parecia não nutrir particular simpatia. A postura dos dois primos foi bastante diferente. Enquanto o primeiro, José Manuel Caramelo³⁴, recusou sempre uma postura de confronto com o tio, dizendo, por exemplo: «Só aceitei quando tive a certeza da neutralidade do meu tio» (cit. in *Público*, 31/10/97), Manuel António aproveita as eleições para atacar o tio: «Ele não quer que venham para cá mais empresas porque depois ia ter que pagar mais pela mão-de-obra. (...) E uma pessoa

capaz de não pagar às Finanças e dar dinheiro para ambulâncias.» (Cit. in *Público*, 31/10/97.)

- 67 O outro exemplo desta oposição é mais recente mas igualmente claro. Tem a ver com o Sporting Club Campomaiorense (SCC), clube que desde os anos 50 teve o apelido Nabeiro presente na direcção. Primeiro com António Azinhais Nabeiro, o pai do «descontente» Manuel António, depois com Rui Nabeiro e finalmente, a partir de 1990, com o filho deste, João Manuel Nabeiro. O Campomaiorense, como já dissemos, tornou-se nos anos 90 num dos *emblemas* da vila pela grande projecção que conseguiu, com a presença durante alguns anos na primeira divisão e numa final da Taça de Portugal. Esses sucessos ficaram a dever-se ao enorme apoio de Rui Nabeiro através das suas empresas, nomeadamente a Delta. Com um número de sócios muito reduzido, integrado numa região despovoada, o SCC contrariou a franca litoralização futebolística portuguesa das últimas décadas e daí também essa *emblemática* que sofreu e procurou fomentar – por exemplo, procurando apresentar-se já não só como representante de Campo Maior, mas de todo o Alentejo.
- 68 O seu comportamento desportivo nos últimos dois anos, primeiro com a despromoção à Divisão de Honra e depois com uma época aquém das expectativas, deu pretexto a uma modificação da política do clube. Com um orçamento próximo dos 2,5 milhões de euros (quinhentos mil contos) e sem receitas significativas, era a Delta que suportava, praticamente em exclusivo, todas as despesas. O presidente da direcção, João Manuel Nabeiro, filho de Rui Nabeiro e, naturalmente, parte interessada na saúde financeira da empresa de seu pai, avançou então com uma proposta radical: extinguir o futebol profissional no clube. E aqui que entra o seu primo, Manuel António, encabeçando a oposição a essa proposta, avançando mesmo com a intenção de se candidatar ele próprio à presidência do clube. O que está em causa não é apenas a oposição ao seu primo, mas também a crítica ao modo como o clube era gerido na dependência da Delta³⁵. Insinua mesmo que algumas decisões tomadas em assembleia de sócios estão fortemente condicionadas pelo peso das empresas do tio, já que existiria o temor de represálias por parte daquele, e são a clara maioria, que trabalham directa ou indirectamente para essas empresas³⁶.
- 69 Os pontos de fractura perceptíveis no quotidiano da vila, como este que acabámos de referir, são sem dúvida expressivos do modo como o poder tem fluído e se tem fixado ao longo do tempo. O passado perspectiva-se, como já vimos, com base numa distinção assente na posse da terra. São critérios binários aqueles que operam de forma imediata na projecção do «antes do 25 de Abril»: trabalhadores versus lavradores, explorados versus exploradores, etc. À gestão e partilha do poder é atribuído um sentido corporativo que esbate ou rasura quer as possíveis e prováveis linhas de fractura dentro do grupo dominante – quer as adesões pontuais e mais ou menos estratégicas no seio do grupo dos dominados, quer ainda a acção política que decorria num espaço intermédio composto por rendeiros, comerciantes, funcionários, etc. A narrativa sobre o cenário político da vila na primeira metade do século XX, é pois, em grande medida, esquemática e simplificadora, resultando mais de uma arrumação categorial do que da tentativa de transcrição cénica da realidade.
- 70 Este esquematismo não se mostra tão operativo quando se trata de pensar o período revolucionário, pois aí emergem outras lógicas de confronto, envolvendo diferentes simpatias partidárias, que se traduzem, por exemplo, em projectos cooperativos alternativos e concorrentes. A memória deste período reflecte, portanto, uma

estratificação social menos esquemática e mais próxima da realidade, não negando a dicotomia lavradores/assalariados, mas conferindo visibilidade aos interesses e estratégias específicos de pequenos proprietários, seareiros e rendeiros³⁷. De um ponto de vista da acção política e da gestão do poder na vila neste período, assiste-se à abertura do espaço de intervenção pública e à substituição das estruturas e seus agentes. O acesso ao trabalho, a discussão do período laboral e das remunerações, surgem então envolvidas na questão mais abrangente da posse da terra. Do que se tratava não era já de discutir a (in)justiça de um salário, nem sequer lamentar ou contestar a exploração em que assentava o sistema, mas sim da tentativa de o destruir a partir da sua lógica de poder.

- 71 A ocupação das terras, a constituição de sindicatos e cooperativas, estilhaçou um modelo de gestão política assente no estatuto que a propriedade conferia. Apesar de em 1974 o acesso ao trabalho estar já claramente marcado por um conjunto de factores que a década anterior fora consolidando – como a emigração, quer para o exterior quer para a cintura industrial de Lisboa ou o emprego local, sobretudo nas torrefacções de café – o que a memória guarda e sublinha é o monopólio da empregabilidade detido pelos lavradores. E esse o ponto-chave que assegurava o domínio político pela disciplina do corpo e pela evidenciação dos lugares sociais:

Os lavradores chegavam a levar os sacos do pão, os marrocatos³⁸ e punhamnos ao sol p'rá gente não poder comer (Maria Amélia, 64 anos).

Em 1958 foi quando se deu esta greve e eu estive preso em Caxias. Tiveram-me lá cinco meses na PIDE. Acusaram a gente. A gente não era nada daquilo q'eles pensavam. Nunca fui! Fui sempre um trabalhador honrado e sério! (Luís Gonzaga, 73 anos).

Olhe essa senhora aí, desse monte que 'tá aí, era tão velhaca! Mandava deitar o piorno³⁹ nas azeitonas quando estavam de conserva que era para a gente não comer... (Julião, 74 anos)⁴⁰.

- 72 Disciplina e controlo que se sintetiza numa quadra popular recolhida em Ouguela:

Quatro coisas quer o amo
Do criado que o serve
Deitar tarde, alevantar cedo
Comer pouco e andar leve.

- 73 Dominando os órgãos associativos e autárquicos, os lavradores conseguiam efectivamente aceder à mão-de-obra nos momentos e pelo salário que lhes era mais conveniente. Os mecanismos legislativos e administrativos que se destinavam a resolver ou pelo menos aliviar as crises de trabalho estavam nas suas mãos e não funcionavam sem a sua colaboração⁴¹. A acção da Casa do Povo, narrada por um seu ex-funcionário é disso exemplo:

Quando havia essas crises de trabalho as pessoas iam à Casa do Povo e inscreviam-se como desempregados. Nós sabíamos o rendimento colectável das propriedades... Havia, por exemplo, oitenta desempregados, nós dividíamos aquilo pelas várias pessoas e pela dimensão das suas propriedades e distribuíamos esses trabalhadores pela lavoura... Eram forçados a recebê-los! As vezes gozavam com os desgraçados. Havia proprietários em Campo Maior que tinham, por exemplo, (...) propriedades no concelho de Elvas ou de Arronches e como nessa altura não levavam os trabalhadores em transporte nenhum, iam a pé para chegar ao trabalho, eles mandavam-nos para o sítio mais longe que era para o trabalhador não ir (Fernando, 67 anos)⁴².

- 74 A esta prática, que no fundo significava recusar os trabalhadores colocados pela Casa do Povo, juntavam-se outras de resultado semelhante. Controlando a Câmara Municipal

asseguravam a possibilidade de canalizar para os seus serviços os trabalhadores desempregados que não queriam receber nas herdades. Também a contratação «à peça», quer dizer, a escolha ou rejeição dos trabalhadores que para esse efeito se juntavam numa das praças da vila, funcionava no mesmo sentido⁴³. Desta forma um comportamento entendido como menos correcto significava sérias dificuldades de obtenção de trabalho:

Este meu garoto andava aqui em Cevedais. Este lavrador era um bruto. Mas era um bruto sem forças... sempre foi um estúpido! O rapaz andava a acartar água lá para o monte e a levar a comida aos carreiros e aos ganhões. Mandaram-no buscar água ali ao poço. O rapaz recuou [com o carro] e lá partiu um bocado do chafariz. (...) Queria que o rapaz pagasse o chafariz e o rapaz não quis. Depois o guarda, que era um guarda-florestal, apanhou o gaiato e ele [o lavrador] deu-lhe umas orelhadas. E o rapaz: «Largue-me seu filho dum cabrão.» O gajo [o lavrador] pôs-se em cima dum moitão de pedras e começou à pedrada a ele (...) depois aproximou-se dele e [o rapaz] deita-lhe as unhas assim aqui! (Julião, 74 anos).

- 75 Depois de várias peripécias que envolveram algumas idas à G.N.R. de Campo Maior (o jovem protagonista e o seu pai eram residentes em Ouguela), o rapaz acabou por ir para Lisboa não voltando a trabalhar em Campo Maior: «Aqui era já custoso arranjar trabalho», reconhece o pai.
- 76 A manutenção desta relação de forças assentava, como se vê, tanto em mecanismos formais como informais de gestão do poder e exercício da autoridade. Talvez seja mesmo mais correcto dizer que o que se passava era a diluição dos primeiros nos segundos. A fixação dos salários, por exemplo, exigia uma negociação, mas esta era conduzida apenas por uma das partes envolvidas, como facilmente se percebe até pelas breves notas que a imprensa local ia publicando sobre o assunto. Apenas um exemplo: em 1943, substituindo o Presidente da Câmara que adoeceu, chefia a Comissão arbitrai Luiz Gama (irmão do «nosso» Francisco Telo da Gama), estando envolvidos na discussão o Grémio da Lavoura e a Casa do Povo, que como já dissemos é gerida por lavradores ou seus próximos. Não admira pois que das decisões tomadas avulte a necessidade de cumprir o estipulado, sendo que os incumprimentos censurados dizem respeito a proprietários que haviam pago acima do tabelado, «prejudicando a economia nacional» (cf. *Jornal de Elvas*, 14/11/43, 5/12/43 e 12/12/43)⁴⁴.
- 77 As relações com as forças policiais podem ser pensadas dentro desta mesma lógica⁴⁵. Pudemos perceber que estão bem vivos na memória não só histórias de abusos, como também alguns dos seus protagonistas. Um comissário da PIDE, colocado na vila na altura da Guerra Civil é particularmente lembrado pelos abusos em que incorria. Dos vários episódios que me foram referidos avulta o do seu afastamento de Campo Maior, porque ele ilustra algo que me parece importante sublinhar aqui. Foi-me contado por mais que uma pessoa e no essencial resume-se a isto: tendo-se mostrado indelicado e rude com um dos senhores da terra, o comissário da P.I.D.E. em causa foi liminarmente transferido da vila para o norte do país graças à influência directa e assumida do indivíduo que ofendera. Sublinhamos este episódio por entendermos que ele clarifica o verdadeiro lugar do poder. A autoridade do agente policial era expressão de um poder delegado. Podia até ser usado discricionariamente, mas submetia-se, em última instância, a uma lógica imposta do exterior – que se apoiava na lei mas não dependia do seu cumprimento estrito.
- 78 É pois neste contexto que a actividade política de Telo da Gama, e a ele voltamos, se exerce. Os traços mais fortes que pudemos encontrar quando nos falamos dele centram-se

justamente na ideia de que exerceu os cargos políticos privilegiando antes de mais o seu grupo e os seus interesses particulares. A alcunha de «Dr. Mentiras»⁴⁶ que lhe foi atribuída reflecte uma avaliação negativa, em defesa da qual se contam algumas anedotas e são narrados vários episódios concretos. No essencial, o que parece ter ficado mais presente foi o favorecimento pessoal e de próximos e a sua acção discricionária: «Era o mandão de Campo Maior. Metia quem queria na Câmara», como nos dizia um antigo funcionário municipal. Este poder de um grupo restrito, agregado em torno da posse da terra e do controlo, nomeadamente através da União Industrial Campomaiorense, de actividades derivadas, como a moagem, os lagares e o aluguer de maquinaria para a lavoura, vai-se enfraquecendo graças a vários factores, entre os quais avultam as transformações nos processos de produção agrícola. A cada vez menor necessidade de mão-de-obra, corresponde, algo paradoxalmente, uma esfacelamento das dependências tradicionais, pois que os antigos assalariados rurais passarão, em consequência desse processo, a ser empregados na indústria de torrefacção ou a procurar a sua sorte na emigração.

- 79 Em contraponto ao esquematismo algo maniqueísta com que as relações de poder no antes do 25 de Abril são pensadas, a descrição da situação presente apela sem dúvida a uma outra complexidade. Nesta diferenciação a temporalidade é evidentemente basilar. Num caso a memória parece ter sintetizado as relações de força, sublinhando o que é avaliado como fundamental; no outro, a referência ao que é tangível no quotidiano apela ao detalhe narrativo, sobrando para a memoração a explicação da origem e fundamento dos equilíbrios e tensões. Na descrição da situação presente, foge-se então a um modelo mais esquemático de rememoração, o que tem como consequência surgirem os pontos de ruptura mais associados a pessoas do que a grupos. O contrabando, já o dissemos, constituiu ao longo de todo o período que consideramos neste estudo, um recurso de grande importância para a população de Campo Maior. A indústria de café que a ele se associa constitui o factor decisivo na modificação dos lugares de poder e de autoridade na vila. A esta afirmação, que já foi apresentada e à qual voltaremos no capítulo seguinte, importa agora, e para o que aqui nos ocupa, acrescentar uma ideia: do ponto de vista da percepção, do modo como o poder é pensado e descrito, esta modificação não significa apenas um recentramento mas também uma modificação no modelo de exercício do poder.
- 80 Rui Nabeiro foi Presidente da Câmara Municipal pela primeira vez em 1972, numa passagem fugaz mas indiciadora da importância que já alcançara nessa altura. Voltou ao cargo imediatamente após o 25 de Abril, tendo sido afastado por razões de ordem jurídica, numa altura em que terá acabado por se refugiar em Espanha, de onde continuou a gerir os seus negócios. Os cargos políticos terão sido importantes para se firmar num contexto onde a terra era ainda, pelo menos simbolicamente, o elemento distintivo, mas não essenciais para construir um poder que os transcende e que assenta na capacidade empregadora das suas empresas⁴⁷. O factor trabalho surge pois, também aqui, como critério de sustentação do poder. Diferentemente, todavia, do que acontecia no passado, até porque neste caso estamos perante um poder pessoal e não tanto perante um poder que era partilhado e gerido por um grupo social concreto, no caso o dos lavradores.
- 81 A esta capacidade empresarial para oferecer postos de trabalho agrega-se uma imagem de disponibilidade para ajudar quem precisa. Trata-se de uma imagem que foi construindo ao longo do tempo e que passa por um conjunto de «boas acções». Estas

vão desde a construção de um bairro operário⁴⁸ ao empréstimo, sublinhado como desinteressado, a quem o procura em situação de aflição, passando pela oferta de mobiliário ou outros bens a instituições locais.

Esse hoje é rico mas não pode ver miséria. Só não socorre se não puder. Olha para a cara de toda a gente. Mas esse trabalhou! (Aurélio, 82 anos).

- 82 Afirmações como esta, ilustradas, além disso com exemplos concretos de generosidade, facilmente se ouvem na vila⁴⁹. Qualidade valorizada e enaltecida, que parece agregar-se a Rui Nabeiro como virtude idiossincrática. Trata-se de uma imagem em que claramente ele se revê e que, de resto, promove:

eu fui aplicando a divisão do possível. (...) Ajudo todos quantos me batem à porta. Ainda hoje o meu compadre cigano estava à minha espera porque tinha diabetes, precisava de dinheiro para os remédios e de óculos. (...) Já dei duas das minhas casas e a semana passada dei uma do meu tio. Os outros herdeiros ficaram a resmungar, mas eu era o único que tinha moral para dizer que o homem tinha direito à casa e assim foi (in *Jornal Campomaior*, 16/7/93).

- 83 Esta «divisão do possível» pode, bem entendido, ser remetida para a esfera do que a antropologia se habituou a designar por patrocínio, ou se se quiser para a ideia de jogo tecido entre desiguais. E disso que se trata, de facto, quando nos procuram explicar a sua importância na vila com uma frase como esta: «Toda a gente lhe obedece porque dá empregos!», mas é-o também quando sublinham os laços afectivos com uma frase que, ao que dizem, ele próprio gosta de usar: «Diz que tem uma cavaliariça cheia de afilhados...» Também o é quando um jornal local transmite a insinuação de que Nabeiro terá pressionado o Presidente da Câmara para que este não aceitasse a instalação na vila de uma fábrica sueca de equipamentos de cozinha (cf. *Jornal Campomaior*, 27/8/93 e 15/9/93). Finalmente, é ainda disso que se trata no desmedido enaltecimento que o mesmo jornal, então em nítidas dificuldades económicas, lhe faz, não tanto ao chamar-lhe «o homem da vila», mas ao sugerir que Campo Maior se deveria passar a chamar Vila Nabeiro (cf. *Jornal Campomaior*, 9/3/96).

- 84 Todos estes enunciados, que caracterizam um contexto definido por relações entre pessoas de diferentes estatutos, remetem pois, claramente, para o tema do patrocínio, que de facto se revela sugestivo para pensar as relações de poder numa vila com as características de Campo Maior. Não porque esta vila configure os traços de um hipotético «mundo mediterrânico», estando por essa razão adstrita a um certo modelo de relações de poder. Como diz Lenclud, «aquilo que os antropólogos do Mediterrâneo descreviam recorrendo à noção de patronato ou de clientelismo não é apanágio exclusivo das sociedades mediterrânicas» (Lenclud, 2001:285), pelo que do que se tratará aqui não é da aplicação de um modelo prévio a um contexto que supostamente o contém, mas de procurar numa configuração social concreta traços de um modelo analítico que ajudará a perceber as relações de poder na vila. No confronto entre o antes e o agora, o patrocínio pode mesmo revelar-se estimulante, já que inevitavelmente nos conduz à articulação entre continuidade e mudança.

- 85 A assimetria implícita no modelo está hoje tão presente na vila como esteve no passado. Seguindo a definição de algum modo tornada *standard* de Gellner, podemos dizer que essa assimetria implica desigualdade de poder e que forma um sistema amplo que se estende no tempo. Sistema que é composto com base num certo tipo de relações ligando *patrões* e *clientes*, ou, como prefere Lenclud (2001:291), *protectores* e *protegidos*. No seu estudo sobre Vila Velha, Cutileiro dedica um capítulo à questão do patrocínio (Cutileiro, 1971:271 sgg.), definindo nele os traços dessas relações, para uma realidade

social e histórica bastante semelhante à vivida em Campo Maior até ao 25 de Abril. A importância das relações entre os grupos sociais polares não passa tanto, como sugere o modelo (cf. Contreras, 1991:508-9), por um contrato informal impondo obrigações recíprocas facilmente mensuráveis, nomeadamente o apoio político do protegido ao protector⁵⁰, mas sobretudo pela sua função de mecanismo de controlo social. Isto não significa que a reciprocidade não existisse, ao contrário: à margem do patrocínio político/eleitoral inoperante define-se um ethos com base na troca⁵¹. A acção do protector sobre o protegido, favorecendo-o profissionalmente, apoiando-o em situações de crise, etc., exigia como contrapartida um certo comportamento, nomeadamente em três campos que Cutileiro apontou, religião, família e política.

- 86 Em Campo Maior, esta lógica de relacionamento social entre desiguais, manifesta-se quer nos casos de ascensão social por via de laços de parentesco espiritual quer na prevalência de fidelizações mesmo quando o poder político e económico se tinham já deslocado. É isso mesmo que acontece no pós-25 de Abril, aquando da ocupação das herdades, ou seja, numa altura em que os grandes proprietários perdem os bens e também o estatuto. Apesar dessa perda, o comportamento de alguns dos trabalhadores continua a ser pautado pelo respeito do antigo estatuto, como pode ser ilustrado pelas palavras de um lavrador que acabara de ver a sua herdade ocupada:

Chamei o encarregado (...) e disse-lhe: «Manuel, você todos os dias, se não se importa, passa aqui por minha casa, conta-me o que é que eles andam por cá a fazer.» (...) pedi-lhe a ele que viesse cá todos os dias para eu lhe indicar o que é que deviam fazer (...) E o homem assim fazia, coitado; todos os dias ia a minha casa e até numa atitude quase de revoltado me dizia: «O senhor não faça nada disso, não esteja a dar conselhos a ninguém, eles que façam o pior possível e tal...» (cit. in Barreto, s.d.:290).

- 87 Comportamentos como este, que ocorrem sobretudo entre os homens de confiança dos proprietários, são diferentemente interpretados quando encarados por quem gere as ocupações:

Nessa madrugada arrancámos, fomos à procura de todos os camaradas que lá existiam a trabalhar; uns com medo dos agrários, outros sem medo, lá se uniram à gente, só houve a resistência de um lacaio, o capataz da de Castros [uma das herdades ocupadas] (cit. in Navarro, 1978:125).

- 88 O que aqui defendemos é que estas expressões de resistência têm não só a ver com o medo de perder uma situação relativamente favorável, mas também com a fidelidade a um patrão que era igualmente um protector⁵².
- 89 É importante considerarmos agora até que ponto este modelo de relações sociais, estruturado e estruturante⁵³, se reconfigurou e adaptou a uma nova realidade onde a posse da terra é substituída pela indústria do café. O acesso ao trabalho continua a ser o critério fundamental na definição de fidelidades e compromissos. Dois aspectos, porém, merecem ser destacados nesta fase. Em primeiro lugar, o facto de a raiz do negócio do café ser o contrabando confere a essa actividade empresarial um conteúdo narrativo onde os temas da confiança e fidelidade estão bem presentes. Nela os contratos não eram formalizados, nem mediados por instâncias externas aos intervenientes, ou seja, ligavam pessoas por acordos que transcendiam a mera lógica de mercado e dispensavam o papel regulador do Estado. Por outro lado, a linguagem da solidariedade, da protecção do mais forte aos mais fracos, tornou-se um tópico dominante. Se é certo que a caridade sempre fez parte das «boas acções» das pessoas de maiores posses, ou

pelo menos de algumas, a verdade é que hoje a questão se coloca de um modo qualitativamente distinto, de tal forma ela se «colou» à imagem de Rui Nabeiro.

- 90 Estes dois aspectos reflectem afinal aquelas que são as duas dimensões fundamentais do *patrono* no modelo clássico de patrocínio: usufrui de benefícios, dando como contrapartida alguma forma de protecção. Neste caso, a protecção pode ser entendida como a oferta de empregos e o apoio a obras sociais ou actividades que beneficiam o colectivo. Mas essa protecção, ainda que sempre afirmada como desinteressada, tem contrapartidas, nomeadamente a manutenção e reforço de uma posição social que garante capacidade de intervenção na actividade económica e política local. As imagens prevalecentes em Campo Maior acerca do Comendador estão de acordo com esta leitura: ao mesmo tempo que se reconhece que não há praticamente nenhuma família que não tenha pelo menos algum dos seus membros a trabalhar para ele, acusam-no de não permitir outros investimentos na vila, de ser responsável pelo encerramento dos lagares, já que os adquiriu todos, destruindo alguns e transformando outros, de ser prepotente com os empregados, etc. A opinião que expressaram a Vale de Almeida (1995:173) a propósito de um empresário dos mármorees ligado à aldeia que estudou, «é o maior cigano, mas também é o que mais faz pelas pessoas e pela freguesia», poderia traduzir também a ideia que algumas pessoas têm de Rui Nabeiro: pode ser que a sua fortuna não tenha sido conseguida sempre da forma mais irrepreensível; talvez seja por vezes demasiado rude e prepotente com os seus empregados, mas estes aspectos são quase sempre subalternizados perante a importância da sua obra para a vila.
- 91 Sublinhamos uma vez mais a singularidade de Rui Nabeiro: ele é o único em Campo Maior a quem a designação de *patrono* pode legitimamente ser atribuída. Ainda que existam outras torrefacções, apenas uma não lhe está ligada directamente⁵⁴ e não têm qualquer expressão ao lado da gigantesca Delta. A ideia que nos transmitem é na verdade outra: os negócios paralelos e complementares apenas sobrevivem porque têm o beneplácito, e às vezes o apoio, de Rui Nabeiro⁵⁵. Esta ideia de singularidade é ainda reforçada quando procuramos perspectivar a sua sucessão. A opinião quase unânime é a de que Rui Nabeiro é insubstituível e pode traduzir-se numa fórmula mais ou menos crua como esta que ouvimos mais que uma vez: «Mal empregado quando ele se reformar, porque o filho e a filha não valem nada.» Avaliação que aponta incapacidades, mas sobretudo realça a excepcionalidade do Comendador.
- 92 A recente inauguração de uma estátua na vila veio reforçar o lugar de destaque de Rui Nabeiro⁵⁶. Com ela, com a evidência do bronze a destacar-se numa das praças centrais da vila, parecem ter-se polarizado as opiniões sobre a personagem. Falando, evidentemente, com base na mera percepção de observador, pode dizer-se que a inoportunidade de erigir uma estátua a alguém que ainda está vivo constituiu muito claramente o aspecto mais sublinhado e criticado, na verdade o ponto evidente de clivagem entre os apoiantes e os contestatários da iniciativa. Mesmo quando se questionava o merecimento, este era sempre relativizado no confronto com outras personagens:

Havia outros com mais necessidade dessa estátua. Outros que têm feito melhor em Campo Maior. Através disso tudo está aí um doutor, chamado Dr. Santos... Vá lá ver as herdades que tem, vá lá procurar as propriedades que tem... Não tem nada! E sempre a dar consultas aos doentes e a não lhes levar um tostão! Esses tipos eram bem mais montados, mas então?!... tem que ser assim. Mas ele é que dá muito trabalho; tem muitos lucros... quem dá trabalho tem lucros... (Francisco, 88 anos).

- 93 Outro aspecto suscitado por este acontecimento remete para o que acima discutimos, ou seja, os poderes não formais de Rui Nabeiro. A estátua constituiu uma homenagem de um grupo de cidadãos campomaiorenses que se organizaram em comissão para concretizar o projecto. Esta versão não é propriamente contestada, mas foi possível ouvir em mais que uma ocasião, e inclusivamente de trabalhadores das suas empresas, que nestas foi instituída uma espécie de contribuição obrigatória, a retirar do salário, para financiar a obra. Não é tão importante discutir aqui a veracidade da informação, mas sublinhar a ideia que lhe surgia associada: a recusa em contribuir seria sempre mal vista e eventualmente penalizada, o que naturalmente nos remete para um contexto laboral marcado por regras informais entre pessoas de estatutos e poderes desiguais (cf. Contreras, 1991:508), que acabam por se sobrepor ao seu conteúdo legal.
- 94 Uma última nota ainda sobre o modo como os discursos proferidos na ocasião da inauguração transmitem de Rui Nabeiro a imagem de generosidade que vimos sublinhando. Ela é clara no discurso do representante da Comissão Executiva, o deputado Francisco Fonenga, natural da vila:
- Esta homenagem surge por forma a reconhecer a vasta obra empresarial e o elevado altruísmo que desde sempre o homenageado tem demonstrado. (...) a principal alegria deste empresário é poder criar cada dia um novo posto de trabalho (cit. in *Notícias de Campo Maior*, 26/8/98).
- 95 A própria estátua reproduz um gesto de generosidade: Rui Nabeiro estende as mãos oferecendo uns grãos de café. Ele próprio no seu discurso de agradecimento acaba também por realçar essa mesma propensão:
- no meu espírito, na minha força e na minha determinação sou sempre levado pela vontade de servir o próximo. (...) a minha vontade, o meu desejo foi sempre de ajudar Campo Maior a ser maior e neste caso tudo o que tenho imaginado em prol da nossa terra não esquecendo Portugal e renovando o pensamento, pensando sempre no desenvolvimento, no progresso e no bem estar de todos (cit. in *Notícias de Campo Maior*, 26/8/98).
- 96 Outro traço importante da sua imagem a que também na ocasião alude, é o da simplicidade:
- pela minha maneira de ser na vida procuro sempre ser discreto, simples e humilde, nunca esqueci, nem esquecerei as minhas origens (cit. in *Notícias de Campo Maior*, 26/8/98).
- 97 Quisemos concluir este capítulo com este registo porque ele nos parece adequado à questão que a seguir abordaremos, exactamente a do contrabando. É essa a origem do empresário Rui Nabeiro, como de resto a obra escultórica que o homenageia reconhece ao prestar tributo aos homens que demandavam terras de Espanha carregados de café.

NOTAS

1. Assim entendido, a este monumento ao comendador e ao seu trabalho parecem aplicar-se as palavras de Augé (1989:1 1): «O monumento é precisamente o lugar onde se cruzam diferentes

itinerários individuais e onde por vezes a história singular toma consciência de encontrar a história colectiva.» Um pouco mais à frente neste capítulo voltaremos ainda a esta estátua.

2. As palavras com que Pierre Nora (1984:XXXIV-XXXV) define os lugares de memória revelam-se aqui particularmente adequadas: «São lugares (...) nos três sentidos da palavra, materiais, simbólicos e funcionais (...). O que os constitui é um jogo de memória e história, uma interacção de dois factores que conduz à sua sobredeterminação recíproca.»

3. Situação comum no Alentejo e que no caso de Campo Maior surge retratada sob forma ficcionada por Fernando Fitas, num livro a que chamou justamente *Cantos de Baixo*.

4. Borut Brumen (2000), oferece-nos um exemplo bastante claro do modo como o passado se reconstrói em articulação com a criação de novas fronteiras políticas, no caso a propósito de Istria, na fronteira esloveno-croata.

5. Pierre Bourdieu (1979:238) mostra como o tipo de desporto praticado e o julgamento sobre os desportos, está correlacionado com as classes sociais. De resto, a aplicação do seu conceito de habitus, princípio gerador de práticas objectivamente classificáveis e sistema de classificação, ao estudo dos estilos de vida, revela-se bem sugestivo para a compreensão dos breves registos de distinção social que fazemos a propósito de Campo Maior.

6. Já Silva Picão alude a este género musical dizendo: «As “saias” nada têm de gracioso nem difícil, mas agradam de preferência por ser o género que melhor se enquadra às cantorias de predilecção popular. E aí que os cantistas afamados exibem as suas faculdades vocais e poéticas, que embasacam os ouvintes apreciadores. Ao mesmo tempo, a simplicidade do bailado permite o acesso dos menos entendidos, dando lugar a que todos se divirtam, saibam ou não.» (Picão, 1903:201-2.)

7. As Festas do Povo são um bom analisador das mudanças sociais e políticas que ocorreram na vila ao longo do século XX. Nesta ocasião não aprofundaremos o tema, mas não queremos deixar de fazer notar que apesar de conservarem o nome desde há muitas décadas, as festas foram mudando notoriamente e em aspectos tão decisivos como o das sociabilidades que implica, da estrutura organizativa ou até mesmo da intencionalidade do próprio evento.

8. Estes sinais de respeito são referidos por Capela e Silva (1939:1 13) de um modo que sublinha, simultaneamente, a sua codificação e ambiguidade: «As herdades por cá são como os galões dos militares, com a grande diferença de que os soldados, ou seja a ganharia, não fazem continência nenhuma até alferes, e bradam: “às armas!” de major para cima.»

9. Optar entre a cerveja e o whisky é uma questão económica, mas também de gosto, no sentido em que Bourdieu (1979:194) dele nos fala: «o gosto é o operador prático de transformação das coisas em signos distintos e distintivos.»

10. A importância do 25 de Abril como marco é também sublinhado por Silva, L. (1999:98), no seu trabalho sobre Montes Juntos (concelho de Alandroal).

11. Trata-se de um sentimento nostálgico ambíguo, já que rejeita um hipotético reencontro com o passado, como, numa perspectiva mais ampla, Oliveira Baptista sublinha: «Morre uma cultura, declina um mundo, mas os milhões de homens e mulheres que, sempre que puderam, o abandonaram não lamentam a perda. “A gente só tem saudades porque sabe que aqueles tempos não vão voltar”, declarava um velho emigrante que também fora agricultor na sua terra e *ratinho* no Alentejo.» (Baptista, 2001:14.)

12. Como vimos atrás, a memória colectiva faz ver e faz crer, dá a conhecer e faz reconhecer, contribuindo assim para impor a definição legítima das divisões do mundo social (cf. Bourdieu, 1989:1 13).

13. «Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas» (Le Goff, 1984:13), o que não significa, naturalmente, que a memória colectiva fique sempre prisioneira da visão do mundo dominante. Ao contrário, ela faz-se também de resistência e contestação – cf. e.g.

Fentress & Wickham (1992:146) sobre as memórias operárias e Godinho (2001), sobre a resistência em contexto rural.

14. Um suicídio de um jovem, ocorrido na vila no começo dos anos 30, ilustra o que dizemos, pois não só o jovem se tornou nome de rua, como as circunstâncias e motivação da sua morte continuam, setenta anos depois, a ser narradas com detalhe.

15. Num texto dos anos 20 em que fala do Alentejo, Miguel Urbano Rodrigues expressa todo o peso desta distinção: «Neste estranho “país” que obedece às imutáveis leis da tradição desde eternidades mortas, a riqueza e a pobreza andam irremediavelmente ligadas ao nascimento de cada um. Nasce-se e morre-se pobre ou rico por direito divino. A riqueza é um dom da Providência tal como a pobreza é uma fatalidade.» (in Rodrigues, s.d.: 188.)

16. Sobre a história e enquadramento jurídico e político destas duas instituições, escreveu Manuel de Lucena recentemente dois artigos de síntese no Suplemento ao *Dicionário de História de Portugal*, cf. Lucena, 1999. Sobre a acção das mesmas instituições no contexto concreto de Vila Velha, cf. Cutileiro, 1971:201-213.

17. Cf. e.g. Cutileiro, 1971:53 sgg. e Baptista, 2001:32. A constituição do regime de posse da terra que vigorou até ao 25 de Abril não constituiu para nós objecto de pesquisa. Podemos todavia dizer que não encontramos nada que contrarie as observações feitas para Vila Velha por Cutileiro. Ao contrário, parecem-nos claros os pontos comuns: desafecção de terras a nobres, a ordens religiosas e à própria comunidade (partilha de baldios que também aqui não permitiu o acesso generalizado à terra) no século XIX (cf. Cutileiro, 1971:15 sgg.).

18. Esta é, digamos assim, uma visão oficiosa da biografia de Luís de Sousa Gama, tal como surge numa *Separata do Album Alentejano* dedicada a Campo Maior. Todavia, as suas relações com o visconde de Ouguela são ainda hoje vistas de uma outra forma, mais próxima da que foi narrada a Modesto Navarro nos «anos quentes» da Revolução: «um avô deles [dos Gamas] era capataz de um conde e o conde estava ausente de Campo Maior, estava fora e ele é que era o encarregado, o administrador da casa, e o gado em vez de se reproduzir diminuía, e cada vez que o *feudal* vinha cá tinha menos cabeças de gado e novas dívidas; chegou a um ponto em que o administrador se apoderou de tudo e o outro teve de se ir embora sem nada.» (Navarro, 1978:120.)

19. A ideia que aqui transmitimos, de que a avaliação que contemporaneamente se faz de Telo da Gama é mais negativa que positiva, não está suportada em qualquer medição de natureza estatística ou similar, apenas resulta de uma percepção que se construiu no contacto com muita gente ao longo dos vários meses em que decorreu o trabalho de terreno. O mesmo se diga da avaliação que localmente é feita de Rui Nabeiro: não sendo consensual, é francamente mais positiva que negativa.

20. O que não rejeita, como é bom de ver, a ideia de que este quadro parece francamente generalizável ao sul do país (cf. Cutileiro: 1977:199 sgg.).

21. Os Grémios, que do lado patronal constituirão os elementos primários da organização corporativa do Estado Novo, foram criados em 1934 para o comércio e indústria e em 1937 para a lavoura. De inscrição facultativa, desempenharam um papel relevante na regulação dos respectivos sectores (cf. Rosas, 1994:280).

22. Uso aqui as palavras de um antigo funcionário da Casa do Povo de Campo Maior, que apesar de a apresentar desta forma, não deixa de reconhecer um forte controlo por parte dos lavradores e nesse sentido um certo distanciamento face aos interesses efectivos dos assalariados rurais.

23. Muito embora em relação a Campo Maior não tenha podido obter informações que o confirmem para o seu caso, noutras localidades assistiu-se, ainda nos anos 40, a tentativas de reorientar a acção das casas do povo, nomeadamente pressionando as direcções para realizarem eleições, para actuarem na defesa dos trabalhadores rurais, prestarem melhores cuidados de saúde, etc. (cf. Pereira, R, s.d.: 133). Estas acções terão mesmo levado à suspensão ou encerramento de algumas casas do povo (cf. Lucena, 1999:247).

24. Sobre a intervenção política e policial nesses momentos excepcionais, cf. Pereira, R, s.d. e Godinho, 2001, ou ainda, mais especificamente para Campo Maior, Navarro, 1978:107 sgg.
25. Entre 1935 e 1959 o distrito é «somente uma circunscrição administrativa que delimitava territorialmente a jurisdição do governador civil» (in Barreto & Mónica, 1999:50). Nesse período é então a província que constitui o nível superior de administração autárquica.
26. Trata-se neste caso de uma fortuna recente: «O Pinheiro começou com pouco e teve sete herdades...», contaram-nos na vila.
27. Para uma exposição sintética mas clara destas transformações, cf. Baptista, 2001, particularmente o cap. 1, texto publicado inicialmente em *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, 1996.
28. São muito sugestivas as semelhanças que podemos encontrar entre o sucesso da família Nabeiro em Campo Maior e da família Montes na também fronteiriça Ayamonte (cf Valcuendre del Rio, 1998:149 sgg.). A primeira dominando a indústria de cafés e a segunda a indústria conserveira, conseguiram uma evidente posição de destaque social, dominando a política local e o mercado de trabalho das respectivas localidades.
29. Além da torrefacção e comércio de café, Rui Nabeiro explora supermercados, tem interesses na área da hotelaria, do imobiliário, da indústria alimentar, etc.
30. Rui Nabeiro projecta-se a si próprio e é visto na vila como um verdadeiro *self-made man*. Deste ponto de vista ele tem alguns semelhanças com Rui Capucho, que Vale de Almeida nos descreve: é patrão dos filhos de muitos dos homens que com ele brincaram em criança e investiu desde muito cedo e de forma bem clara no paternalismo e no patrocínio (cf. Vale de Almeida, 1995:174).
31. De resto, tanto quanto pudemos apurar, o nome mais destacado no negócio de café em toda esta região estava, nesta altura, instalado em Elvas.
32. Podem ser vistos numa fotografia exposta no Museu do Café, quando saíam da vila, juntamente com outros contrabandistas, carregando este produto.
33. Neste caso trata-se claramente de uma espécie de «partido de aluguer», que o próprio candidato rebatiza de «Participação Renovadora Doscampomaiorenses».
34. E filho de uma irmã de Rui Nabeiro. A genealogia que apresentámos na Figura 3 é parcial e não o inclui.
35. Neste caso Manuel António aparentemente poupa o tio às críticas (apesar deste ser ainda Presidente Honorário do clube), afirmando mesmo retirar a sua candidatura se o tio apadrinhar uma lista concorrente às eleições. O ataque está lá porém, nomeadamente quando afirma ter «já garantido o apoio de uma empresa, de âmbito nacional, também no mercado do café, que está na disposição de patrocinar o clube» (cit. in *Notícias de Campo Maior*, 15/5/2002). Nada mais difícil de ouvir e de aceitar, por certo, a quem associou tão fortemente a Delta ao SCC...
36. Um exemplo de uma destas decisões, contestadas por muita gente mas aprovadas na Assembleia Geral do clube, foi a mudança do símbolo do SCC, que deixou de ser o leão para passar a ser um galgo. Tratou-se de uma operação de *marketing*, lançada em paralelo com a SAD (Sociedade Anónima Desportiva), mas que nunca foi pacífica e que Manuel António contesta, desejando que «deixem de me perguntar, quando vou a Lisboa, como é que está o canil» (cit. in *Record*, 1 1/5/2002).
37. Depoimentos recolhidos no Alentejo em 1979e 1980, alguns dos quais em Campo Maior, traduzem bem a complexidade desta realidade a que nos referimos e as diferentes estratégias e leituras políticas que suscita (cf. Barreto, s.d.).
38. Pão de centeio que era incluído na jorna. Usamos a expressão empregada localmente e que foi também utilizada por Silva Picão (cf. Picão, 1903:139). Cândido de Figueiredo não a reconhece com essa grafia, empregando antes «marrucate», como designação de um pão de centeio que embebido em água e leite era alimento para cães e outros animais (cf. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996). Capela e Silva (1939:297)

emprega também a termo «marrucate» para «pão geralmente de 200 gr. para ganhões», distinguindo-o de «perruma», «pão de farelos para os cães de gado».

39. Leguminosa de suco amargo.

40. Também Modesto Navarro recolheu testemunhos que ilustram este tipo de tratamento. Por exemplo: «Um agrário dizia que não acreditava que os trabalhadores tivessem fome. Que só acreditava quando os visse comer erva... Isso foi dito em Campo Maior por um agrário, nos tempos de grande crise e de muita fome.» (Navarro, 1978:1 18.) Sobre a mesma questão cf. ainda Alves, A., 1994.

41. Pacheco Pereira mostra bem como o controlo do mercado de trabalho e a sua remuneração se conseguia articulando os vários poderes locais de forma a gerar crises de trabalho sempre que fosse conveniente (cf. Pereira, s.d.:145).

42. O relato de uma situação destas, feito por um campomaiorense na primeira pessoa, pode encontrar-se num conjunto de testemunhos recolhidos pouco após o 25 de Abril (Navarro, 1978:106). Ainda sobre a subordinação das políticas da Casa do Povo aos interesses dos lavradores, cf. Cutileiro, 1971:204-5.

43. Pelo menos este é o sentido com que hoje são referidas em Campo Maior as praças de jorna, apagando ou pelo menos subalternizando uma outra dimensão, já que elas ofereciam também «condições de acção colectiva aos trabalhadores rurais que a contratação mais ou menos individualizada não permitia, e por isso a sua realização era posta em causa pelos lavradores» (Pereira, R, s.d.: 134).

44. Note-se que gradualmente esta capacidade de impor regras de forma tão claramente unilateral se vai perdendo: «Os contratos que se realizaram nas Casas do Povo durante os anos 40 tornaram-se letra morta quando começaram as lutas rurais e quer trabalhadores, quer lavradores negociavam completamente à margem das instituições corporativas.» (Pereira, R, s.d.: 150.)

45. Também aqui se impõe uma matização, que servirá do mesmo modo para perceber algumas situações com que depararemos quando falarmos de contrabando. É que a proximidade social dos agentes policiais aos grupos mais desfavorecidos, suscitava por vezes alguma tolerância ou mesmo conivência – sobre um exemplo concreto deste fenómeno por parte da G.N.R., cf. Álvaro Cunhal, cit. in Pereira, R, s.d.: 144.

46. As alcunhas usadas em Campo Maior foram objecto de recolha em duas publicações, uma de Rosa Dias (1988) e outra de Tiago Veríssimo (1993). Apenas a segunda refere o «Dr. Mentiras». Dele não se esquece um assalariado rural da vila: «Uma coisa que (...) aqui acontece muito, é o povo alcunhar os agrários, os exploradores; portanto a um chamava-lhe o “Ladrão da Bóia”, porque não dava a “bóia” [ração de carne] devida; outro, por ser muito aldrabão, chamavam-lhe o “Doutor Mentiras”; esse até roubou o Estado; e a outro chamavam-lhe o “Mula Velha”; a outro o “Gateiro”; a outro o “Foeiradas” [na verdade Fueiradas, do Fueiro, com que ameaçava os trabalhadores]; o povo punha alcunhas aos agrários, todas adaptadas à maneira de ser deles, e a uma viúva puseram-lhe a “Cigana dos Pentas”.» (Navarro, 1978:120.)

47. Fenómeno que também Valcuende del Rio observa quando nos fala da família Montes: «as famílias que possuem o poder devem ter uma certa legitimidade social que justifique essa posição. Legitimação que se consegue com base na sua presença em diferentes contextos e âmbitos de sociabilidade, e naturalmente através da participação política.» (Valcuende del Rio, 1998:159.)

48. Inaugurado no dia 1.º de Maio de 1969, albergava nessa altura vinte trabalhadores e suas famílias.

49. Visão positiva que, diga-se desde já, não é unânime. Para uma crítica ao «patrão Rui Nabeiro» ainda na fase de consolidação da sua posição, vide Navarro, 1978:121.

50. Cutileiro (1971:298) sublinha que essa arma política, limitada ainda assim, foi destruída pela rejeição de eleições no salazarismo. O mesmo processo centralista parece ter-se passado em Espanha após o final da Guerra Civil (cf. Contreras, 1991:514, nota 25).

51. Ao tentar traçar a «psicologia» do protector e do protegido, Lenclud sublinha justamente os proveitos não mensuráveis: «la rétribution du protecteur consiste dans la protection qu'il assure à autrui, c'est-à-dire dans son rôle de protecteur; le reste vient en plus», e adiante: «Não são os presentes do protector que pressionam o protegido a abdicar, segundo a perspectiva de alguns, da sua autonomia política. Os presentes são a consequência da relação com o protector, que se torna para o protegido um fim em si.» (Lenclud, 2001:295 e 299.) Impossível não ver aqui, evidentemente, Mareei Mauss e a ideia de que a dádiva se não restringe a bens e serviços (Mauss, 1924).

52. Esta ideia sai reforçada se atentarmos no modo como o proprietário que acima citámos sublinha que ao recuperar as terras todos quantos trabalhavam com ele voltaram: «Todos aqueles que trabalhavam comigo, saíram da herdade [ocupada], uns passado um mês, outros no fim de três ou quatro meses. Quando aquilo foi devolvido, voltaram todos, inclusivamente o meu encarregado, que foi ter comigo para o que fosse necessário.» (Cit.in Barreto, s.d.:292.)

53. «É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra.» (Bourdieu, 1989:11.)

54. Grande parte das empresas dedicadas ao negócio do café tiveram a sua origem nos anos 40 e por obra dos pioneiros dessa actividade de que acima falámos. Rui Nabeiro, que em 1961 lança a marca Delta, será herdeiro de participações em algumas dessas empresas, tendo gradualmente vindo a dominá-las – já em 1999 comprou as quotas que ainda não detinha na «Camelo», inclusive as do seu sobrinho desavindo. Esta absorção, ainda que feita quase sempre dentro da família, têm pontos em comum com o que se terá passado com família Montes em Ayamonte (cf. Valcuende Del Rio, 1998:154).

55. A única torrefacção intervencionada na sequência do 25 de Abril foi «A Camponesa» (ocupada entre 1974 e 1977). O seu gerente, José Manuel Torres Nabeiro, afirma que só com a ajuda financeira do seu primo. Rui Nabeiro, foi possível recuperar a empresa (cf. *Jornal Campomaior*, 15/11/91).

56. Foi inaugurada em Agosto de 1998, aproveitando uma edição das Festas do Povo. É uma obra do escultor Laureano Ribatua, composta por uma estátua em bronze de 2,5 metros de altura e um obelisco com cerca de 5 metros (*vide extratexto*).

5. O contrabando e a fronteira

5.1. O MUNDO DO CONTRABANDO: HISTÓRIA, PROCESSOS E DINÂMICAS

- 1 O contrabando, entendido como acto de defraudação do interesse público e nessa medida delito combatido e punido, constitui uma prática que remonta longe no tempo. O estabelecimento de aduanas ou alfândegas, por exemplo, parece anteceder a formação do Estado grego (cf. Munoz Merino, 1992:37) e encontra-se referência à entrada fraudulenta de mercadorias no antigo Egipto por parte de cartagineses (cf. Béquet, 1959:7). Não é, evidentemente, esta história remota que aqui nos interessa, mas evocá-la serve para sublinhar a persistência de uma prática que, adaptando-se a novos tempos e circunstâncias, resulta de um vector constante: se um bem é, de forma significativa, diferentemente valorizado nos dois lados de uma fronteira isso tende a constituir uma oportunidade comercial que alguém tentará aproveitar. Já atrás nos ocupámos do modo como se construiu o sentido com que hoje pensamos a fronteira. Importa agora que nos detenhamos numa sua dimensão substantiva, exactamente a que faz dela um espaço de oportunidade comercial, que será aproveitado por diferentes grupos de diferentes maneiras e onde o balanceamento entre a autoridade central, os seus representantes locais e os interesses das populações raianas, entre outros factores, constrói a bissectriz da sua utilização como recurso.
- 2 A fronteira é um espaço vigiado, perigoso desde logo pela sua liminaridade, pois ameaça permanentemente iludir a fidelidade e o respeito às autoridades que o gerem. O Estado central, às vezes distante e quase incerto e outras impositivo e autoritário, investe na sua presença na fronteira. Presença militar e policial, tanto para garantir a inviolabilidade do território que assume, como para adequar os comportamentos ao corpus jurídico que produz. Olhar que vigia e mão que pune, portanto. Assim, visto da raia¹, o contrabando é apenas uma das expressões que se constrói a partir de uma dupla oposição: o país vizinho de um lado e a capital do país a que se pertence do outro. Entidades simultaneamente reais e míticas, próximas e distantes, com as quais apenas se pode estabelecer uma relação, ora tensa ora solidária e, justamente nessa medida, sempre ambígua.

5.1.1 CONTRABANDO E COUSAS DEFESAS: TRIBUTOS E SOBERANIA NACIONAL

- 3 A ilicitude da actividade do contrabando deve ser pensada antes de mais a partir da legitimidade do exercício da autoridade política e, correlacionado a esta, do poder tributário. Ainda que seja evidente, a associação destes factores confronta-nos com algo essencial e que já discutimos quando falámos da fronteira. Procurámos então contextualizar a forma que actualmente esta assume, com o processo de afirmação de um Estado que se fortalece pela centralização política, administrativa e económica. A mesma leitura deve ser feita para o contrabando. Tal como no passado, o seu sentido adequa-se hoje à circunstância política e à realidade económica em que se vive: numa economia globalizada e na qual os entraves ao comércio são cada vez menos, o contrabando tende a restringir-se a produtos muito específicos, como armas, estupefacientes, gado ou tabaco.
- 4 Pode pois dizer-se que a dimensão histórica é tão fundamental para perceber a fronteira, como o é para perceber a dinâmica e o sentido com que a actividade do contrabando foi sendo realizada. O período medieval constitui um bom ponto de partida para um olhar retrospectivo, pois foi aí que se assistiu aos primeiros ensaios de aplicação de modelos de tributação da actividade comercial que se aproximam dos que hoje conhecemos. A cobrança de uma dizima às mercadorias importadas, exportadas ou em trânsito fluvial, verifica-se em Portugal desde o século XIII (cf. Santos, R., 1985:35-6)². De uma forma que pode ser simplista, mas nem por isso inadequada, pode dizer-se que desde então se assistiu fundamentalmente ao desenvolvimento de instrumentos jurídicos e de controlo policial, capazes de assegurar eficácia àquilo que começou por ser um *direito* assumido por uma autoridade política em consolidação³.
- 5 Aquele era, porém, como dissemos, um Estado ainda deficientemente centralizado, o que levantava claras dificuldades ao exercício de um poder tributário uniforme. Na verdade, às fronteiras externas, juntavam-se também barreiras internas, estas enquadradas na lógica dos poderes locais: «quase todas as terras, senhorios, termos concelhios, se cercaram de postos de cobrança de portagens e ergueram ferozes artigos proteccionistas em torno de bens vitais (sobretudo carne e pão).» (Duarte, 1998:452.) Esta multiplicação de fronteiras estimulava a circulação clandestina de produtos cerceados às leis tributárias, o que significa que potenciava as práticas de contrabando⁴. Este cenário estava longe de ser uma realidade exclusivamente portuguesa. Ele era claro, por exemplo, também na França do *Ancien Regime*: «Cada região encontrava-se efectivamente separada da região vizinha por uma fronteira interior, e os produtos fortemente taxados como o sal, submetidos a um imposto específico, alimentavam este contrabando interior.» (Béquet, 1959:8.) Em todo o caso, fosse num âmbito interno ou externo, o contrabando surgia sempre que a diferença de valor de um produto em duas regiões vizinhas o justificasse⁵.
- 6 A circulação de mercadorias num determinado espaço obedece, pois, e desde cedo, a regulamentação específica que visa um duplo efeito: obtenção de receitas fiscais e protecção do país face a eventuais ameaças externas. Deve então distinguir-se entre *contrabando* e *cousas defesas* (cf. Duarte, 1998:451). No primeiro conceito, o ilícito reside no não pagamento dos impostos devidos, enquanto que no segundo se está perante um acto mais grave, pois as *cousas defesas* são aquelas cuja saída do país está vedada e não depende, por isso, de qualquer tributo. Do que se trata neste segundo caso não é

propriamente de prejudicar a arrecadação de impostos, mas de debilitar o país pela exportação de produtos relacionados directa ou indirectamente com a guerra (armas, cavalos, metais preciosos amoadados, etc.) ou que se revelem essenciais à defesa – o que pode abrir o campo de proibição aos bens alimentares, por exemplo numa situação de conflito armado.

- 7 Esta distinção medieval chegou ao século xx, ainda que empregando outra terminologia, mas dando igualmente conta da diferente gradação da infracção cometida. No direito português temos assim que as infracções fiscais podiam assumir uma de três formas, contrabando, descaminho ou transgressão. O primeiro delito, o *contrabando*, o mais grave dentre eles, dizia respeito à «Importação ou exportação fraudulenta de mercadorias, cuja entrada, ou saída, no País seja absolutamente proibida»; por *descaminho* entendia-se «Todo o acto fraudulento que tenha por fim evitar, no todo ou em parte, o pagamento dos direitos ou impostos estabelecidos sobre a entrada, saída, fabricação ou consumo de mercadorias ou géneros»; finalmente a *transgressão* respeitava a «Todo o acto que, não sendo considerado como contrabando ou descaminho, é, todavia, contrário às leis e regulamentos fiscais.» (Caeiro, 1926:2.) Também em Espanha se fazia distinção idêntica, no caso substituindo *transgressão* por *defraudação* (cf. Muhoz Merino, 1992 e Medina Garcia, 1997:33 sgg.)⁶.
- 8 Tão antiga como a tentativa de fazer passar clandestinamente as mercadorias entre os dois lados de uma fronteira, é a não rara conivência das autoridades com tais práticas. Para Portugal e no que respeita a altos funcionários encarregados de reprimir o contrabando, ela está documentada pelo menos desde o século xv (cf. Duarte, 1998:457), e quanto a Espanha até um pouco antes, pois existe uma carta real de 1399 em que se dá conta do aprisionamento e interrogatório do alcaide de Barcarrota por suspeita de ter feitos tratos com Portugal, relativos à passagem de cavalos, armas e bestas (cf. Medina Garcia, 1997:20). Como veremos mais aprofundadamente no ponto seguinte deste trabalho, baixas remunerações, ligações ilegítimas com interesses de comerciantes poderosos ou ainda proximidade social aos contrabandistas, ajudam a explicar situações de envolvimento das autoridades aduaneiras nas infracções fiscais, desde os mais altos postos às bases.
- 9 Outro aspecto que encontramos também desde muito cedo é o da denúncia, já prevista num número elevado de ordenações medievais (cf. Duarte, 1998:460). O aliciamento da delação, retribuída normalmente com uma percentagem dos bens apreendidos, atravessou os séculos conservando todavia o estigma de um acto socialmente condenado. Quando se dava uma apreensão de mercadoria o apreensor tinha direito a uma retribuição. Nos anos 30 essa retribuição tinha por base o produto obtido com a venda da mercadoria (cf. Caeiro, 1935:252-3), posteriormente passa a ter por base o valor da multa e somente no caso de esta não ser paga se recorre ao produto da venda da mercadoria até ao valor da multa (cf. Reboledo & Atanásio, 1967:52 sgg.). Quando as apreensões decorriam de actos de denúncia, os denunciantes tinham direito a 5 0% do valor que coubesse aos apreensores e este correspondia a metade do valor do bem ou da multa, estando todavia definidos valores máximos⁷. Sob o acto de delação pesava, todavia, uma franca censura social. A garantia de anonimato, que não anulava o direito à referida compensação, era uma das formas com que se tentava contrariar precisamente este aspecto. O que estava em causa não era, portanto, apenas a repulsa pelo acto de denúncia, mas uma percepção da actividade contrabandista que colidia

frontalmente com a concepção legal que emanava do Estado. Eusebio Medina Garcia expõe a questão de forma muito clara:

O mais curioso desta actividade ilícita, perseguida pelo Estado e castigada pela justiça, era que não era vista como tal por aqueles que a exerciam nem pela maior parte dos habitantes da comunidade; os contrabandistas sempre pensaram que ganhavam a vida honradamente (Medina García, 1997:65).

- 10 Resulta assim mais fácil de compreender que o contrabandista se torne por vezes numa espécie de herói local. Se recuarmos até ao século XVIII deparamos com exemplos sugestivos do que afirmamos. E o caso de Louis Mandrin (1725-55) em França⁸. Destemido, arguto e justiceiro, apesar de cruel com os guardas que lhe caíam nas mãos, ele destacou-se e ganhou um nome que sobreviveu à execução. Na época, com um Estado ainda inconsistente do ponto de vista da imposição da sua autoridade, contrabandistas como Mandrin organizavam pequenos bandos armados capazes de enfrentar polícias de fronteira ou mesmo exércitos regulares. Num contexto bem mais próximo do que nós estudámos, pois actuava na Sierra Morena refugiando-se muitas vezes em Olivença, Diego Corrientes (1757-81) associou roubo e violência ao contrabando, tornando-se respeitado e temido durante os poucos anos da sua carreira. Os percursos de Mandrin e de Corrientes são bastante similares: ganharam nome e fama, mas acabaram os seus dias de forma trágica⁹. Capturados e condenados, eles não foram apenas executados mas expostos como exemplo do poder das autoridades dos respectivos países. Corrientes foi enforcado, depois esquartejado e os seus restos expostos nos cruzamentos de caminhos e estradas; Mandrin foi esquartejado ainda vivo, acabando os seus dias amarrado à roda do suplício, à vista de toda a gente. Esta imposição do castigo e do suplício ao olhar das populações tem, evidentemente, o valor do exemplo e traduz a vitória da única autoridade legítima, a que emana do rei (cf. Foucault, 1975:60).
- 11 Os enfrentamentos, que no século XVIII eram ainda de cariz quase militar, ganham ao longo do século XX a astúcia como arma essencial. Todavia, é ainda de um enfrentamento que se trata e é deste facto que decorre a constante apreciação moral das personagens e atitudes envolvidas no contrabando a que já nos referimos. Mais adiante voltaremos a esta questão e teremos então oportunidade de sustentar estas apreciações morais que agora apenas enunciámos. O que neste ponto nos interessa sublinhar é o óbvio conflito de interesses, expectativas e entendimentos, entre o Estado central e as populações locais. Também neste caso o século XVIII ilustra os fundamentos do conflito. Para o primeiro a argumentação é clara e não merece contestação:
- Que sendo o delicto de contrabando hum dos mais perniciosos entre os que infestão os Estados; e dos que se fazem na sociedade civil mais odiosos; porque tendo a vileza do furto, não só he cometido contra o Erário Régio, e contra o Público do Reino, onde he perpetrado; mas também quando grassa em geral prejuizo do Commercio, he a ruína do mesmo Commercio, e o descrédito dos homens honrados, e de bem, que nelle se empregão em comum beneficio (Alvará de 1757, cit. in Ribeiro dos Santos, 1985:29).
- 12 Já quanto às populações, vistas como estando enredadas num «vício» que não conseguem perder, esta argumentação parece não se impor:
- sendo todos os naturais da raia criados e ensaiados neste vício, desde que ainda não têm uso de razão, pelo que aprenderam a movimentar-se com a maior astúcia, especialmente os indivíduos da vila de Ceclavín, e só tirando-lhe a vitalidade, se deixariam dele. Mas enquanto subsista, é sabido por todos os judiciosos que é impossível, porque actuam com tanta, e tanta união entre os moradores, que é

muito raro os que não têm alguma inteligência nos géneros de contrabando (Contreras, 1791:30)¹⁰.

- 13 Quer para o Estado quer para as populações a fronteira surge como recurso, mas são claramente divergentes as modalidades do seu aproveitamento: de um lado esgrime-se o interesse geral e abstracto que se revelaria no incremento das receitas fiscais, do outro funciona um interesse mais concreto, imediatamente tangível, resultante precisamente da defraudação dessas mesmas receitas.
- 14 É este confronto e as suas cambiantes que produz a longa história do contrabando. Da repressão e das múltiplas formas de a contrariar, dos heróis e dos vilões, dos que conseguiram vencer e também dos que viram a tragédia atravessar-se no seu caminho. Nesse sentido é como se de um jogo se tratasse. Um jogo onde intervém a astúcia e a força, os interesses particulares e o «bem colectivo». Um jogo no qual cada uma das partes necessita da outra para desempenhar o seu papel: a polícia dos contrabandistas e estes das proibições, ou pelo menos das pesadas taxações que tornam o contrabando rentável. Quando hoje falamos com um velho contrabandista ou com um antigo guarda fiscal resulta bem clara esta dimensão. É que o discurso *folk* sobre essa prática constrói-se de elementos narrativos que vincam um lado quase lúdico: a sorte, os enganos, as estratégias, a esperteza, a força, a valentia. Não ignoramos, naturalmente, que esta é apenas uma dimensão do fenómeno. A ela associam-se também o perigo e a violência, a possibilidade de uma prisão, de um espancamento ou mesmo da morte. A ambiguidade das leituras do fenómeno revela, acreditamos nós, a sua importância. Na verdade se, como defendemos atrás, a fronteira constituiu a coluna vertebral que articulou os vizinhos raianos, o contrabando foi quase sempre a seiva que alimentou essa relação.
- 15 Empresários que dirigem e chefiam na sombra e contrabandistas que gastam as noites e perdem a saúde percorrendo caminhos solitários. Guardas rigorosos, quase sempre detestados, que a par de outros mais tolerantes ou mesmo coniventes, perseguem os primeiros com empenho diferenciado. Denunciantes por inveja, vingança ou ganância, que acabam por ficar quase sempre numa sombra discreta onde escapem ao dedo acusador. Finalmente as figuras distantes mas poderosas e activas mesmo nas periféricas terras raianas, os reis ou simplesmente «o Governo», em suma, a autoridade que define as regras e as codifica em corpos de leis. São estes, a traço grosso, as eternas figuras do cenário em que decorre a actividade de que neste ponto nos ocupamos. Dentro de cada uma destas categorias outras se abrem multiplicando os interesses e estratégias que se confrontam no mundo da fronteira. Tentaremos agora perceber uma dimensão particular da questão, a que se liga ao desenvolvimento das políticas e instrumentos repressivos utilizados no combate ao contrabando.

5.1.2. O OLHAR QUE VIGIA E A MÃO QUE PUNE: VIGILÂNCIA E REPRESSÃO NA FRONTEIRA

- 16 A criação em Portugal de um corpo militarizado de guardas de alfândega data de 1885, surgindo como o culminar de um conjunto de reformas encetadas pelo Estado liberal, procurando-se através desse corpo «dar unidade e disciplina ao disperso e desconexo sistema fiscal do Antigo Regime» (Santos, R., 1985:13)¹¹. À Guarda Fiscal assim constituída foi desde logo atribuído o serviço de fiscalização terrestre e marítima dos impostos e rendimentos públicos que eram devidos às alfândegas¹². Contava com cerca de cinco mil efectivos distribuídos pelos serviços terrestre, marítimo e fluvial e

relativamente ao primeiro deles, aquele que aqui mais nos interessa, teve desde o começo atribuído como um dos objectivos principais «a repressão do contrabando e dos descaminhos aos direitos que se cobravam nas Alfândegas» (Esteves, 1985:17). A legislação liberal constitui portanto a acta de nascimento da moderna polícia de fronteira, mas não pode, evidentemente, esquecer-se que a vigilância sobre esses espaços não nasceu nessa altura, tendo sido atribuída até então a outras autoridades – alcaides-mores, fronteiros, homens das sacas, etc. (cf. Duarte, 1998:456).

- 17 Relativamente a esta matéria o Antigo Regime parece caracterizar-se por uma franca heterogeneidade de regras e processos de combate ao contrabando, sem que, todavia, se consiga contrariar tal prática de forma eficaz: «o arsenal de leis e a atenção dos responsáveis pelas fronteiras nunca conseguiram obstar a que existisse um contrabando de pequena, média e grande escala nos dois sentidos da fronteira.» (Duarte, 1998:457.) As políticas liberais que, como atrás vimos, devemos ligar à emergência do Estado-Nação, vão justamente no sentido de uniformizar práticas, impondo de forma inequívoca a tutela de uma autoridade central. Braço armado de um poder distante, essas forças deviam tornar-se o seu espelho. Daí a disciplina militar, mas também o «estabelecimento cuidado de uniforme privativo (...) bem como de armamento adequado», ou ainda a atitude e postura prescritas: «Os guardas deviam usar “cabelo curto, bigode e pêra”, e possuir um apito, cujo toque “será sinal convencional de pedir socorro”» (Santos, R., 1985:77). Ainda que se venha a perder a exigência de tais apêndices capilares, a verdade é que durante todo o período que estudámos se continuou a exigir à Guarda Fiscal um particular aprumo, que no *Manual do Agente Fiscal*, publicado pelo alferes José dos Santos Caeiro¹³, se traduzem em mais de meia centena de regras, onde se incluem não se embriagar, não permanecer em tabernas ou mesmo não tomar parte em descantes ou espectáculos públicos (cf. Caeiro, 1926: 262-66).
- 18 Quando lemos os regulamentos que regiam a Guarda Nacional Republicana descobrimos um ideal norteador: a pertença àquela força anula ou inviabiliza outras pertenças. É por isso que se faz serviço fora da localidade de origem, é por isso também que mesmo de folga ou licença um guarda deve estar sempre disponível para auxiliar os camaradas e atento para reprimir as fraudes com que depare (cf. Caeiro, 1926:18), é por isso ainda que mesmo a passagem à reforma deve ser comprovada por uma junta especial da mesma guarda e resultar apenas de uma completa incapacidade para o serviço (cf. Caeiro, 1926:287). Derivações evidentes, pode dizer-se, da natureza militar do corpo, mas é justamente esta natureza que o torna um signo de poder na fronteira, tal como signos são os marcos ou a bandeira hasteada em cada posto fiscal. Evidentemente que para lá de tudo isto a Guarda Fiscal foi também um instrumento de uma política pragmática, que visava a obtenção de receitas fiscais, isto é, que defendia no terreno os interesses da Fazenda Nacional. Esta função explícita e expressa não anula nem diminui a anterior. Ao contrário, elas reforçam-se e dão-se mutuamente coerência.
- 19 No momento da sua criação foi atribuído à Guarda Fiscal, além da repressão do contrabando, a fiscalização, cobrança e arrecadação de impostos de raiz medieval, como os Impostos do Pescado e Real de Agua, e de outros de extracção mais recente, como o do Sal¹⁴. «Herdou» também a função dos Guarda-barreiras, corpo policial surgido ainda na primeira metade do século XIX e que tinha por objectivo policiar essa espécie de fronteiras internas, que cercavam os aglomerados populacionais com vista à tributação dos bens que aí afluíam. O desaparecimento destas barreiras e a abolição gradual dos

impostos referidos, modificou o modo de acção deste corpo, o mesmo se passando, ainda que por razões diversas, com a restrição de competências ditada pela emergência de outras forças policiais. Aconteceu assim com a criação da Polícia Fiscal no último quartel do século XIX, de que resultou a limitação da intervenção da Guarda Fiscal à raia e ao litoral, ficando a fiscalização no interior do país a cargo da nova força policial (cf. Esteves, 1985:54-6). Restrição que aconteceu de novo em 1928, portanto já no contexto do Estado Novo, com a criação da Polícia Internacional, que deveria ser coadjuvada pela Guarda Nacional Republicana, concretamente fora dos centros urbanos.

- 20 Assim, após 1928, o que está em causa é a distinção entre a circulação de bens e de pessoas nas zonas de fronteira, ficando a segunda destas incumbências adstrita à Polícia Internacional. Em 1933 esta fundir-se-á com uma estrutura criada em 1926, a Polícia de Informações, dando lugar à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.VD.E.). Na década seguinte, em 1945, esta transformar-se-á em Polícia Internacional e de Defesa do Estado (P.I.D.E.) e já perto do fim do regime (1969) em Direcção Geral de Segurança (D.G.S.). A fusão inicial entre Polícia de Informações e Polícia Internacional sugere desde logo o que estava em causa: reconhecer a fronteira como um dos lugares privilegiados de intervenção de uma polícia política, assistindo-se por isso à instalação de postos dessa força policial ao longo da raia. É de novo a imagem da fronteira como espaço liminar e perigoso, lugar de vários «contrabandos», entre eles o das ideias julgadas perigosas, sejam elas transportadas por pessoas ou venham elas sob a forma escrita – e julgamos não ser por acaso que o *Manual do Agente Fiscal*, ao elencar os produtos de importação proibida e por isso considerados contrabando, começa por referir os livros de «edições fraudulentamente reproduzidas» (Caeiro, 1926:199).
- 21 No quadro assim redefinido, à Guarda Fiscal era retirado o controlo da circulação de pessoas, devendo todavia prestar auxílio aos agentes encarregados dessa função sempre que para tal fosse solicitada e impedir a entrada ou saída de nacionais ou estrangeiros nos locais onde não existissem postos fronteiriços e que lhe competia vigiar. Nos vastos espaços que intermediavam estes postos fronteiriços, foi criada uma malha de controlo que assentava nos pequenos postos fixos da Guarda Fiscal dos quais saíam as patrulhas de vigilância. Concorrendo com o contrabando, com o descaminho e, num plano diferente, com a circulação de «ideias perigosas», que aliás perdem bastante significado após o final da Guerra Civil, a migração clandestina viria a constituir-se ao longo do século XX numa dimensão fundamental do quotidiano da fronteira. Não teve sempre o mesmo peso e sentido de circulação, mas teve períodos em que o seu controlo se revelou essencial, nomeadamente durante a Guerra Civil de Espanha e depois aquando do fluxo de emigração dos anos 50 e 60.
- 22 Se a porosidade da fronteira constitui um revés para as receitas do Estado devido ao contrabando, a circulação de pessoas faz dessa porosidade uma ameaça à estrutura produtiva e um perigo para a própria segurança do Estado. O controlo da fronteira deveria por isso ser efectuado de forma eficaz, por polícias especialmente treinadas para o efeito e relativamente às quais existisse confiança política¹⁵. Esta inclusão da fronteira na vigilância política revelou-se desde logo importante no período da II República Espanhola, olhada do nosso país como séria ameaça ao regime pelo potencial revolucionário das ideias que defendia (cf. e.g. Delgado, 1976, Oliveira, 1985 e 1987 ou Cayetano Rosado, 1994). Assim, fortemente controlada pelo Estado, a fronteira admite ou trava a circulação de pessoas, tornando-se ela própria um recurso com que o Estado conta na aplicação das suas políticas. De tal forma assim é que a mesma fronteira que se

abre à entrada dos refugiados de direita que abandonam Espanha na sequência da implantação da II República, se fecha aos refugiados republicanos da Guerra Civil – ou então apenas se abre no sentido inverso, isto é, para os expulsar.

- 23 Além destas diferenciações no tratamento dos refugiados políticos, a gestão dos fluxos migratórios era também feita de acordo com os interesses circunstanciais do Estado. Logo em 1934 atribui-se de forma bem clara competência à P.V.D.E. nessa matéria: «a boa eficiência dos serviços impõe que lhe seja também cometida a repressão da emigração clandestina, a luta contra os engajadores e o licenciamento e fiscalização das agências de passagens e passaportes.» (Esteves, 1985:121.) A verdade porém é que também nesta matéria o movimento de trabalhadores, temporários ou sazonais, pode ser mais ou menos tolerado conforme as épocas e necessidades – para falar apenas de intercâmbio directo entre Portugal e Espanha, que foi muito forte entre 1920 e 1950: saída de portugueses em altura de crise cerealífera; entrada de espanhóis de Sanlúcar para as minas de São Domingos; implantação de algarvios na margem espanhola do Guadiana, etc. (cf. Madronal & Victoria, 1996:433 sgg).
- 24 A fronteira é portanto um recurso que vai sendo gerido tanto pelo Estado central como pelas populações, às vezes de forma convergente e noutras ocasiões em divergência. E, evidentemente, nos pontos de divergência que a polícia actua e é também aí que de forma mais rica a dimensão institucional se esbate e a fronteira se anima como espaço de clandestinidade. Deixemos de lado, por momentos, a dimensão mais evidente de clandestinidade, a da acção dos contrabandistas, considerando neste ponto o outro lado, ou seja, o modo como por vezes a acção repressiva se enreda ela própria numa lógica de clandestinidade, ou foge, pelo menos, aos mecanismos estritamente legais. Já atrás dissemos que tão antigo como o contrabando ou a própria existência de fronteira é a convivência entre guarda e contrabandista. Para lá deste aspecto, a existência de regulamentos e directrizes superiores nunca determinou o seu cumprimento escrupuloso, facto que tanto podia favorecer o contrabandista, por exemplo quando o guarda não apreendia a totalidade da mercadoria, como prejudicá-lo, por exemplo se um guarda disparava a matar apesar de determinações em contrário.
- 25 Não saindo do caso português, alguns aproveitamentos dos cargos de funcionários das alfândegas em proveito próprio foram documentados e analisados relativamente a períodos dos séculos XV e XVI (cf. Duarte, 1998:457 sgg.).
- 26 Mais tarde, no século XVIII, apesar da ditadura de Pombal, este fenómeno parece ser ainda mais claro:
- Na alfândega havia mais de seiscentos empregados e d'elles, mais de cem pagos pelo comércio; o que bem devia criar suspeitas de que não era para benefício do tesouro que trabalhavam (...). No Tejo a fiscalização era imperfeitíssima, porque os quadros destinados àquela fiscalização eram muitos, pessimamente retribuídos; faziam serviço alternadamente e só recebiam salários nos dias em que embarcavam por conta do governo. Nos outros embarcavam, quem sabe? Por conta dos contrabandistas (Thomaz Ribeiro, História da Legislação Portuguesa, 1892, cit. in Santos, R., 1985:37).
- 27 Já na segunda década do século XX percebe-se que a questão continua presente, pois a recém-implantada República, ao premiar a Guarda Fiscal com uma melhoria de vencimentos, fá-lo expressando a convicção de que daí derivará um maior empenho, ficando por isso o Estado na expectativa de que o seu esforço financeiro acabaria por ser compensado (Santos, R., 1985:142).

- 28 Ao aumentar os vencimentos dos guardas, os políticos republicanos procuram combater a tentação do dinheiro fácil que poderia advir da colaboração no contrabando. Também a proximidade social dos guardas de fronteira aos contrabandistas, entendida como passível de favorecer um certo amolecimento da acção repressiva, foi combatida tanto em Portugal como em Espanha através da proibição da prestação de serviço na localidade de origem. De momento não nos interessam particularmente os resultados destas e de outras medidas «profilácticas», como a ameaça de despedimento imediato às «praças coniventes nos delitos de contrabando ou descaminho de direitos» (Santos, R., 1985:146), que encontramos claramente expressa já na legislação da I República, sendo reiterada no Estado Novo¹⁶. De momento queremos colocar a questão num plano mais abstracto, exactamente o da ambiguidade do papel do guarda fronteiriço.
- 29 O papel desempenhado pelos guardas da fronteira constitui um tema constante nas narrativas sobre o contrabando e é sem dúvida a ambiguidade desse papel que lhe confere realce. Treinados e orientados para punir, deles se espera muitas vezes uma certa tolerância com os homens que fazem contrabando por necessidade. O julgamento moral, feito pela comunidade em que acabam por estar inseridos mesmo quando não são dela naturais, depende em grande medida disso mesmo. Por outro lado, porém, a sua conivência com o delito do contrabando, seja ela real ou imaginária, pouco importa aqui, nem sempre é bem aceite, sobretudo quando se acredita que é feita com os «grandes», os «poderosos», afinal aqueles «que se enchem» à custa dos que atravessam a noite carregando contrabando. É a partir desta ambiguidade que se pensa a repressão na fronteira e nessa medida ela é uma peça estratégica para perceber os discursos sobre o contrabando e também a sua história.

5.1.3. COMÉRCIO, CONTRABANDO E DESCAMINHO EM TERRAS RAIANAS

- 30 Os relatórios produzidos em 1791 pelos ouvidores reais para a Real Audiência de Extremadura a que atrás aludimos, constituem um retrato significativo das relações comerciais lícitas e ilícitas existentes na região em que se insere Campo Maior. Um desses ouvidores, Francisco Xabier de Contreras, procurando definir meios de prevenção do contrabando, sublinha desde logo a facilidade de trânsito pela raia seca como obstáculo a vencer. Outra dificuldade apontada é a difícil concorrência entre os proventos do contrabando com os que era possível obter nas actividades laborais a que aquelas populações podiam aceder, ou seja, quase exclusivamente o trabalho agrícola. A estas acrescenta ainda duas outras razões: por um lado muitos dos que se dedicavam ao contrabando não tinham tido nunca outra actividade, sendo por isso difícil motivá-los para outro modo de subsistência, por outro lado as terras raianas eram lugar de exílio de «forasteiros espanhóis criminosos» que acabavam também por se dedicar ao contrabando, algumas vezes em associação com os locais (Xabier de Contreras, 1791:30).
- 31 Ainda acerca das dificuldades de combater o contrabando, existe neste relatório uma última observação que consideramos importante. Nela faz-se notar o seguinte:
- Maior inconveniente para todos os do contrabando encontra-se no interior do Reino [leia-se Castela], na Corte [Madrid] e povoações de importância, onde se consome quase tudo, ficando nestas povoações da raia uma sétima parte, sendo introduzidos os principais no interior do Reino (Xabier de Contreras, 1791:31).

- 32 Ou seja, o ouvidor real revela neste ponto o entendimento claro de que o fenómeno do contrabando ultrapassa o universo raiano. É porque existe um mercado receptivo aos produtos de contrabando que este ganha vigor, sendo que tal mercado é sobretudo urbano e relativamente distante da raia. Desta forma as soluções propostas articulam repressão com uma certa convivência com as leis do mercado:

Ouvi muito baixinho e em diversas ocasiões aos do país e fora dele, que só dispondo dos meios adequados ou que S.M. fizesse um acordo para receber todo o tabaco que ali sobrasse ao preço de dez reais, deste modo é que se evitaria a venda aos comércios destes géneros (Xabier de Contreras, 1791:31).

- 33 Dentro deste mesmo processo de inquirição, um outro ouvidor, Juan Antonio de Iguanzo, percorreu os caminhos dos povos de Badajoz, tendo também visitado alguns de Portugal, entre elas Olivença, Campo Maior e Elvas. Também neste caso o tabaco surge em lugar de destaque (cf. Medina Garcia, 1997:24). As propostas deste ouvidor vão no sentido de uma maior liberalização relativamente à entrada de alguns produtos, por exemplo os tecidos, em relação aos quais, na verdade, Portugal era fundamentalmente um intermediário, já que quase sempre provinham de Inglaterra, mas sobretudo no que dizia respeito a cereais e gado, cuja entrada em Espanha, afirma ele, beneficiava mais este país do que o prejudicava. Praticamente contemporâneo destes relatórios é um outro, que foi apresentado ao governo espanhol por Fernando Costas Castilho em 1769. Nele o autor procura dar conta do estado das relações económicas da região extremenha com Portugal, não deixando de aludir ao fenómeno do contrabando. Sublinhando que a balança comercial era por essa altura favorável a Portugal na proporção de cinco para um, indica depois quais os produtos com maior responsabilidade em tal situação. Fala nomeadamente das pedras preciosas que entravam pela fronteira alentejana, «topázios e ametistas trabalhados em Lisboa, com igual perfeição que em Paris ou Londres» (cit. in Vieira, 1998:40). Outra mercadoria apontada é o açúcar, relativamente à qual o autor nos diz que, através de uma política concertada, a sua exportação para vastas regiões de Espanha se tinha tornado monopólio de negociantes de Elvas e Campo Maior, que conseguiam mesmo vencer a concorrência dos açúcares vindos de Havana para Cádiz.

- 34 Estes três relatórios, praticamente contemporâneos, parecem revelar com rigor um certo estado da fronteira e das relações entre as duas nações na segunda metade do século XVIII. Não devemos esquecer, todavia, que eles traduzem uma visão unilateral, isto é, olham a fronteira a partir de Espanha, facto que levanta algumas questões. Tomemos o contrabando de tabaco como exemplo. Em todos os relatórios referidos ele é apresentado como circulando no sentido Portugal-Espanha, mas numa acta da Câmara de Castelo Branco de 1770 apela-se à vigilância, «pois se sabe por experiência que de Castela entra neste Reino muito tabaco conduzido pelos soldados e com o favor e ajuda dos soldados» (cit. in Salvado, M., 1992:40). Sublinhando de passagem o reencontro com o tema recorrente da ajuda ao contrabando por parte de quem o devia combater, três hipóteses parecem passíveis de explicar a aparente contradição. Ou existia uma fácil inversão de polaridades, que permitia que no espaço de poucas décadas o sentido de circulação de um produto se invertesse, ou então o mesmo produto podia circular simultaneamente em ambos os sentidos, de acordo com vários circunstancialismos ou especificidades regionais. A terceira hipótese é de outra natureza e pretende discutir se a ameaça do contrabando não constituía, para lá da sua realidade tangível, também um argumento eficaz no esforço de disciplinar as populações dos dois estados.

35 Um aspecto importante a considerar quando se procura perceber a dinâmica do contrabando é o modo como certos factores conjunturais o incrementam. As guerras são o exemplo mais claro disto que afirmamos, pois tendem a gerar transformações significativas tanto no sentido dos fluxos ou na quantidade de bens que atravessam a fronteira, como na natureza dos produtos transaccionados. Assim aconteceu com a I Guerra Mundial:

A partir de 1914 incrementa-se a prática do contrabando, até ao ponto em que em Espanha se ditam normas para estimular aqueles que denunciem este tipo de factos e os agentes que os reprimam (Garcia Maña, 1988:155).

36 Mas é a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial, que lhe sucede praticamente sem interrupção, que marcam de forma mais decisiva o contrabando entre Portugal e Espanha no período em que incide o nosso trabalho. Quer ao nível da circulação de pessoas quer ao nível do incremento comercial, a guerra tornou a fronteira num espaço mais preenchido e, nesse sentido, mais dinâmico, embora não possamos esquecer que o fez à custa do sofrimento e miséria.

37 Da entrada de refugiados e da importância que tiveram na modificação do quotidiano da região fronteiriça que estudámos falaremos no capítulo seguinte. Importa apenas referir aqui o incremento do papel de exportador por parte de Portugal, nomeadamente de bens essenciais. No seu trabalho sobre Olivença, também Eusébio Medina Garcia o nota: «o contrabando de mercadorias provenientes de Portugal generalizou-se a quase todo o tipo de matérias e artigos.» (Garcia, 1997:30.) A Guerra Civil, ao mesmo tempo que suscita oportunidades comerciais, fornece também novos contrabandistas, nomeadamente muitos dos refugiados espanhóis. Esta situação constitui uma preocupação acrescida para as autoridades de ambos os países. Olhados pelo Estado Novo, tratava-se de homens que partilhavam um conjunto de crenças e valores rejeitados liminarmente pelo regime. Os nacionalistas espanhóis, por seu turno, viam nas movimentações dos refugiados em Espanha um potencial perigo para a causa que defendiam e que na verdade estava ainda em implementação. Nesta ocasião, como noutras vezes aconteceu também, o combate ao contrabando fez-se sobretudo por motivações políticas e não económicas.

38 A vida propiciada pelo contrabando, que seguidamente analisaremos em relação ao caso concreto de Campo Maior, desmoronou-se com a gradual abertura das fronteiras à circulação comercial. Estas, que se venciam para assegurar um modo de vida, deixaram então de constituir um recurso aproveitável, tornando-se espaços virtualmente abertos, ainda que simbólica e politicamente separados. Fenómeno amplo, dir-se-ia que abarcando todo o mundo, como sugere a crença permanentemente afirmada na globalização. Fenómeno sentido porém diferenciadamente. Pense-se num caso extremo, como Andorra:

a fronteira constitui um factor estrutural e estratégico, já que não só delimita o país, senão que é também um meio de vida para as pessoas que aí vivem e para as que residem em áreas limítrofes (Comas D'Argemir & Pujadas, 1997:39).

39 Num caso como este perder a fronteira significa modificar todo o modo de vida em que assenta a economia do país. De alguma forma o mesmo se passa em relação às zonas raianas, que sendo, como acontece no nosso país, periféricas ao corpo da nação, acabam sofrendo de forma acentuada a perda de um recurso secular.

40 A Campo Maior sucedeu o mesmo que a todo o espaço raiano português. O culminar de vários processos distintos, com diferentes temporalizações e percursos, mas

coincidentes no rumo, foi a desarticulação de um modo de vida que tinha na fronteira um dos seus aspectos essenciais. Falar de contrabando em Campo Maior é portanto falar do que já não existe, falar por isso de uma memória e de um vazio¹⁷. Falando da «função social das fronteiras», Raffestin (1993) aponta a necessidade de as actualizar, contrapondo esse processo de repensar a fronteira à ideia da abolição das fronteiras que se teria imposto na Europa. Também Uriarte aponta no mesmo sentido, «Para sobreviver culturalmente, os raianos devem encontrar um equivalente funcional à Raia perdida» (Uriarte, 1996:28), encontrando entre outras coisas um substituto para o «velho contrabando». A questão é evidentemente complexa, mas parece claro que esta «sobrevivência cultural» se fará também pela palavra que narra a fronteira, que conta os episódios em que a fronteira foi vencida e aqueles em que foram as autoridades a ganhar. A metáfora do jogo, já o dissemos, parece-nos aqui adequada: as estratégias e os enganamentos, o companheirismo e a traição, o trabalho de equipa e o destaque que cada um alcançar. A emoção, o medo, o sentimento de injustiça, são realidades ainda presentes nas narrativas que ouvimos. É justamente dessa memória ainda viva que agora nos ocuparemos.

5.2. MEMÓRIA DOS CONTRABANDISTAS

- 41 A memória dos «tempos do contrabando» imprime ao quotidiano campomaiorense traços distintivos relativamente à realidade desses campos do sul de Portugal que, sob outros pontos de vista, dele se não distingue. Como já fizemos notar, a fronteira é aqui um acrescento, uma mais-valia também do ponto de vista da memória social, já que adiciona um tema a outros recorrentes nos campos da região, como é o caso da fome, da exploração, ou das desigualdades sociais... Os tempos evocados pela memória dos contrabandistas estão ainda muito vivos e não só porque a indústria do café, que enche a vila com os aromas libertados pela sua terra, permite fazer a ponte entre a actividade clandestina do passado e o próspero negócio do presente. Na verdade o contrabando de café não foi mais que um episódio importante numa história que o transcende e que marcou fortemente várias gerações de campomaiorenses. São essas marcas, sinais ora de aventura e valentia ora de perigo e violência, que dão conteúdo às narrativas que circulam na vila e com base nas quais procurámos estruturar as páginas que se seguem.
- 42 De facto, nesta segunda parte do presente capítulo, procurar-se-á perceber a partir da memória local uma actividade que não deixou de existir mas se modificou significativamente. No actual contexto europeu, onde impera a lógica das fronteiras abertas, a circulação entre Portugal e Espanha pode fazer-se sem qualquer controlo notório. Além disso, a participação num mercado comum tendeu a igualizar de tal forma os preços que as formas de contrabando de que aqui falaremos se tornaram inviáveis. Assim, em relação aos produtos que tradicionalmente circulavam clandestinamente, o contrabando apenas subsistiu em casos muito particulares, como o tabaco ou o gado. É certo que surgiram novos produtos e mercados, de que a droga é o exemplo mais claro, mas trata-se, neste caso, de um tráfico que ultrapassa o universo raiano, quer no plano da organização e gestão quer em relação aos agentes envolvidos. Por outro lado a infracção fiscal sobreviveu e actualizou-se, apenas que não consiste hoje em iludir guardas fronteiriços dispersos pelos campos à cata de homens que de mochila às costas levavam os produtos de um lado para outro, mas sim de iludir o fisco, por exemplo para fugir ao pagamento do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

- 43 Estas novas formas de contrabando são, efectivamente, quase sempre geridas e combatidas longe da fronteira. Este facto, que torna a fronteira e as populações raianas uma realidade acessória neste tipo de contrabando, distancia-nos dele enquanto campo de trabalho. É pois outro o nosso universo, algo que não é já observável, mas que sobrevive, todavia, nas memórias que deixou. A leitura histórica e sociológica do fenómeno já a havíamos feito e reiterámo-la no ponto precedente: a existência da fronteira como linha de demarcação entre realidades económicas e políticas distintas gerou, enquanto existiu, um recurso que as populações sempre souberam aproveitar. Do que se tratará agora é de perceber o aproveitamento particular possibilitado pelo contrabando em Campo Maior, muito embora não deixemos de ter presente outras realidades, que nos permitirão confrontar e aprofundar o contexto que estudámos directamente.
- 44 Procuraremos então, neste ponto, compreender o contrabando por dentro, dando conta de um conjunto de práticas e representações específicas, quer dizer, associadas a personagens, tempos e situações concretas. Compreenderemos, assim, que tratar o contrabando e o contrabandista como uma categoria uniforme é um primeiro equívoco a evitar. Como teremos oportunidade de constatar, o contrabando podia ser apenas um recurso ocasional ou um modo de vida permanente; podia ser uma actividade assalariada ou um espaço de investimento e risco mesmo para contrabandistas de escassos recursos. Teve vencedores e vencidos. Serviu tanto para o fausto como para suprir necessidades básicas em alturas de crise na lavoura; tanto para criar fortunas hoje consolidadas, como para arredondar os rendimentos de alguns lavradores favorecidos pelo traçado da fronteira.
- 45 Um outro aspecto fundamental com que aqui depararemos é o da intervenção das forças policiais e as representações associadas a esse fenómeno – e que tanto remetem para a eterna história de «polícias e ladrões», como sugerem convivências assumidas ou envergonhadas. O modo como os contrabandistas se organizavam no terreno, as estratégias empregadas para diminuir os riscos, as quebras de solidariedade ou as denúncias, constituem temas recorrentemente evocados pelos protagonistas das histórias de contrabando. Através destes temas emergem, porém, mais que retalhos de episódios pessoais, pois neles é uma memória partilhada que se expressa. De um modo de vida que na vila raros rejeitam ou criticam, subsistiram marcas visíveis – como a indústria do café – e outras de diferente natureza, aquelas produzidas pelos percursos de vida de muitos homens e mulheres que hoje as evocam e que nessa evocação tanto revelam a dureza que não esquecem, como a nostalgia que os transporta à juventude.

5.2.1. PROFISSIONAIS E CURIOSOS

- 46 Como já dissemos, a actividade que hoje dá trabalho directa e indirectamente à maioria da população de Campo Maior, a torrefacção de café, tem a sua raiz no contrabando¹⁸. Este facto espelha só por si a importância que esta actividade teve para a vila. Tal importância pode também aferir-se, porém, de um modo mais subtil, menos explícito, por exemplo se percebermos a atracção que o ofício suscitava e o estatuto de que desfrutavam os contrabandistas¹⁹. Recordando uma juventude vivida em Campo Maior ainda no século XIX, escreveu o jornalista Lourenço Cayolla:

o número dos contrabandistas crescia sucessivamente. Os rapazes mais válidos da vila, os mais fortes, os mais preparados para a luta iam um a um engrossar essa falange sequiosa de lucros e que pagava generosamente a sua ambição sujeitando-se

a um combate sem quartel. A indústria do contrabando foi-se pouco a pouco regularizando e tomando todo o carácter de uma instituição. (Cayolla, 1921:51).

- 47 A esta capacidade de arregimentar os jovens mais valorosos juntava-se o respeito e admiração por quem se arriscava atravessando a fronteira e enfrentando nela os guardas portugueses e espanhóis²⁰. Ainda hoje é fácil de perceber para quem iam as simpatias da maioria da população e quem era olhado de forma mais fria e distanciada. E ainda Cayolla quem, ao falar das festas em honra de S. João, patrono dos contrabandistas, deixa claro que nelas havia oportunidade de demarcar nitidamente os estatutos e as simpatias:

Logo ao romper da manhã estrealjavam os foguetes e a filarmónica do Bainim ou do Soares quebrava o silêncio das ruas com os acordes duma marcha guerreira. Mais tarde organizava-se o cortejo em direcção à capela. A frente seguia a música e atrás os contrabandistas de faces enérgicas, rostos tisonados por sóis inclementes, cercando respeitosa e a bandeira da sua corporação e marchando com ar altivo, cónscios da sua força e confiados no seu destino. Havia reboliço em todas as casas. As janelas enchiam-se repentinamente de vultos curiosos, que se debruçavam para ver o animado espectáculo. (...) Nos passeios, os pobres guardas da alfândega, como que envergonhados, procuravam coser-se com as paredes para disfarçarem a sua impotência (Cayolla, 1921:52-3).

- 48 As palavras fortes de Cayolla traçam um cenário que de um certo ponto de vista não difere muito da realidade vivida ao longo de grande parte do século XX. É certo que se terá perdido a exibição quase arrogante dos contrabandistas e a impotência dos guardas, mas subsistiu a identificação da população com os infractores e a dificuldade em perceber como crime uma actividade que não só exigia bravura como, descontando os riscos, garantia uma subsistência digna a quem a ousasse desempenhar²¹. Na verdade, para sermos rigorosos, devemos matizar um pouco este cenário. A admiração e respeito pelo contrabandista e seu ofício não só não envolvia toda a vila por igual, como se confrontava com outros valores igualmente ponderosos. De resto o próprio Lourenço Cayolla, apesar de vitoriar os contrabandistas como outras crianças da sua idade, não evita a perplexidade:

o meu cérebro, embora infantil, não podia compreender esse alarde impudente da ilegalidade e menos ainda que os contrabandistas, que personificavam a infracção constante da lei merecessem tantas simpatias, ao passo que os guardas da alfândega, que representavam o Estado e os seus direitos, só provocassem troças e desdêns (Cayolla, 1921:53-4).

- 49 Os graus de envolvimento com o fenómeno do contrabando sempre foram diversos, indo, pode dizer-se, desde o *grau zero à profissionalização*. Este diferente envolvimento correspondia, frequentemente, a distinções sociais, o que significa, numa vila como Campo Maior, pequena e de lugares sociais bem demarcados, que a incidência da prática contrabandística se reflectisse na topografia do local. E provável, de resto, que no tempo em que Cayolla viveu, e pese embora as suas palavras sugerirem um envolvimento generalizado da população, essa demarcação fosse mais clara do que a que caracterizou o período por nós estudado.
- 50 Trata-se, é bom dizê-lo, de uma impressão que não pode ser documental e comprovada, mas que se foi construindo a partir da nossa investigação e se baseia na ideia de que foram as oportunidades geradas pelas guerras (Guerra Civil e II Guerra Mundial) e depois a grande expansão e organização em torno de um produto específico, no caso o café, que levou ao contrabando gente que de outra forma não teria lá chegado²². A ideia que fomos construindo é a de que antes desses acontecimentos o

contrabando constituía uma actividade importante apenas para algumas famílias, muitas das quais instaladas nas zonas mais antigas da vila, nomeadamente nas ruas que ladeiam as muralhas do castelo. É fácil encontrar aí quem evoque o avô e depois o pai como fazendo contrabando antes de ele próprio de dedicar à mesma actividade. Esta memória familiar é assumida com orgulho, como parecem demonstrar alguns versos afixados ao longo da rua da Soalheira, uma das ruas que ladeiam o castelo, aquando de uma das últimas Festas do Povo:

Ouvi minha avó contar
 Uma história de arrepiar
 Meu avô ia a pé
 A Espanha vender café
 Para a vida governar.

- 51 A «arte» do contrabando era de alguma forma passada de geração em geração, permanecendo circunscrita a um grupo limitado. Actividade conhecida de todos e que ninguém censurava de forma particularmente enfática, ela permanecia contida a um espaço e a um grupo social, ainda que toda a comunidade participasse no fenómeno enquanto consumidora. Na verdade, nesse passado remoto de que só subsistem ideias vagas e imprecisas, ao contrabando propriamente dito associava-se a comercialização de produtos no interior do país. Os *paneiros*, ainda hoje assim referenciados, levavam nos seus cavalos para o interior de Portugal peças de fazenda, nomeadamente sarja preta, que vendiam de terra em terra. Estes vendedores ambulantes de fazendas não vendiam necessariamente produtos de contrabando, se bem que quando hoje são evocados surjam sempre associados a essa actividade, fenómeno que aliás se regista também noutras paragens²³.
- 52 E já no século XX que um conjunto de modificações ocorridas nos planos económico e social, torna arcaica esta prática comercial, ao mesmo tempo que demarca mais claramente a actividade do contrabando, no sentido mais próprio do termo. A Guerra Civil foi um momento fundamental neste processo, já que, para lá de todo o dramatismo que envolveu, constituiu uma oportunidade comercial que muitos acabaram por aproveitar²⁴. Dessa forma, do ponto de vista dos modos de vida em terras raianas assiste-se inevitavelmente a um incremento do número de pessoas ocupadas com o contrabando:
- É a partir do encerramento das fronteiras após a guerra civil espanhola e o envio de numerosos destacamentos da guarda civil para o controlo destas zonas, que se produz um incremento na especialização de mão de obra dedicada ao comércio clandestino [estraperlo] (Hernández León & Castaño Madronal, 1995:143).
- 53 Uma das mais notórias e inevitáveis consequências do conflito foi a enorme procura de bens de primeira necessidade que se gerou em Espanha. A valorização que vieram a ter produtos tão básicos como o pão, constituiu um apelo a que um número crescente de campomaiorenses se envolvesse no seu comércio. A par dos contrabandistas já veteranos, profissionais que muitas vezes herdaram o ofício dos pais, surgiu nesta altura um número significativo do que podemos chamar contrabandistas de ocasião, homens e mulheres de várias idades e condições sociais que aproveitaram as oportunidades geradas pela guerra²⁵.
- 54 O fim do conflito não alterou significativamente esta situação. Em primeiro lugar porque a economia de crise não se extinguiu, continuando a gerar oportunidades de negócio. Em segundo lugar porque o contrabando de café se incrementou de tal forma que absorveu todos os contrabandistas disponíveis. Este produto veio, de facto, a

tornar-se o *pivot* da actividade contrabandista na vila, se bem que a sua presença estivesse longe de ser uma novidade²⁶. É certo que já nos relatórios do século XVIII que atrás referimos encontramos alusão ao café como produto que entrava clandestinamente em Espanha, mas é, sem dúvida, ao longo do século XX, e pelo menos até ao final dos anos 70, que a sua importância na economia do contrabando crescerá decisivamente. De resto, pelo menos no que a Campo Maior diz respeito, o carácter cada vez mais institucionalizado e fortemente organizado do comércio clandestino de café conferirá, gradualmente, características particulares à actividade dos contrabandistas. No quadro deste processo perde sentido a figura do *contrabandista pequeno-empresário*, que gere o seu negócio e corre os riscos inerentes a ele, sendo substituído pela figura do *contrabandista-assalariado*, que trabalha à tarefa para um empregador. Isto não significa que no passado não existisse também esta figura, mas a grande diferença é que a partir de determinado momento ela se torna dominante, absorvendo cada vez mais pessoas. É certo que com esta redefinição da prática do contrabando, os riscos corridos são cada vez menores, mas também é verdade que os proventos diminuem significativamente. Este facto retira dimensão profissional a esta actividade, que passa a ser exercida em grande parte por homens que combinavam o contrabando com outras actividades profissionais, nomeadamente o trabalho agrícola.

- 55 A modificação das circunstâncias históricas, da regulamentação jurídica, das políticas comerciais, etc. determinaram inevitáveis ajustamentos no modo de fazer contrabando. A figura do contrabandista deve por isso ser compreendida tendo presente, antes de mais, o enquadramento histórico: os contrabandistas armados e organizados militarmente do século XVIII têm pouco ou nada em comum com os campomaiorenses, que já após o 25 de Abril carregavam os camiões de Rui Nabeiro, por exemplo. Porém, para lá deste efeito do tempo na imagem e no modo de acção dos contrabandistas, deve notar-se que em qualquer época sempre confluíram na designação de contrabandista realidades bem diversas. Dos patrões que geriam o negócio no resguardo de um escritório aos capatazes que coordenavam as operações no terreno, destes aos guias e destes ainda aos jornaleiros. Depois, nos interstícios desta espécie de organigrama empresarial, arrumavam-se as mulheres, que tinham práticas e organização específica; os contrabandistas que trabalhavam por conta própria ou se organizavam em jeito de cooperativa; alguns lavradores procurando aproveitar os diferentes preços do trigo, etc.
- 56 Para um retrato, que tentaremos que seja dinâmico, desta realidade, começemos por nos situar no início da década de 1940, um dos períodos áureos do contrabando em Campo Maior. A Guerra Civil conheceu já o seu final, mas a eclosão da II Guerra Mundial mantinha em vigor, tanto em Portugal como em Espanha, uma economia de crise, sustentada numa procura de bens de primeira necessidade muito maior do que a oferta disponível. O sentido de circulação dos produtos continuava a ter Espanha como principal pólo receptor, se bem que daí para Portugal também chegassem alguns produtos, entre outros alpergatas, lã e bombazinas, para lá dos apreciados duros, moedas em prata, que tinham o valor nominal de cinco pesetas, mas cujo valor em metal era bastante superior. O tráfico destas moedas era particularmente reprimido pelos guardas espanhóis, mas durante algum tempo, dada a desvalorização da peseta, constituiu a principal forma de pagamento das mercadorias portuguesas²⁷.
- 57 O que saía de Portugal e era pago em Espanha com duros, mas também com géneros, como toucinho ou bacalhau (cf. Medina Garcia, 1997:85), era ainda muito pão, farinha e

outros bens alimentares, desde ovos a tripa, mas o café começava já a ganhar um lugar de grande destaque²⁸.

- 58 Nesta altura um grupo significativo de pessoas de Campo Maior lucrava com o contrabando, algumas vivendo apenas dos proventos que ele propiciava, outras obtendo nesta actividade um bom complemento dos rendimentos. No começo dos anos 40 ainda se encontrava em funcionamento um conjunto de barracões que foram construídos junto à raia no começo da Guerra Civil, com o objectivo de servirem de postos de venda aos espanhóis, fornecendo produtos de primeira necessidade. Explorados sobretudo por comerciantes da vila, tais estabelecimentos haviam sido legalizados e tinham autorização para funcionar como mercearia. Na verdade só indirectamente os podemos associar ao contrabando, já que eram os clientes que transgrediam a lei e corriam todos os riscos:

Isso é que estava mal feito. Os barracões estavam autorizados... Os pobres iam buscar o pão, naquela altura havia muita fome, e levavam quinze ou vinte pães e depois mais adiante o guarda [espanhol] tirava-lhes. Depois o guarda vendia outra vez para o barracão. Chamavam-lhe eles fazer o leilão... (Francisco, 88 anos).

- 59 Este primeiro nível de intercâmbio comercial, se assim lhe podemos chamar, na fronteira luso-espanhola, ilustra um aspecto que consideramos importante neste período. Falamos da atitude de franca tolerância das autoridades portuguesas relativamente ao contrabando com Espanha.

- 60 Os barracões estão autorizados. Recebem visitas de funcionários do Ministério da Economia Nacional com vista à realização de um inquérito (Jornal de Elvas, 2/2/41), e vêem os seus horários definidos superiormente (Jornal de Elvas 16/3/41). Da parte das autoridades portuguesas não se levantam, portanto, obstáculos a um comércio que fatalmente fomentava o contrabando, pois este, tendo como interlocutor um país em guerra, beneficiava Portugal. Uma personagem a quem demos destaque no capítulo precedente, Francisco Telo da Gama, em entrevista concedida a um jornal conta a este propósito um episódio sugestivo:

Estou-me a lembrar de uma vez, em que o Ministro da Justiça, que era meu amigo, me fez uma visita pessoal. Era Verão, e depois do jantar pusémo-nos a uma janela do meu escritório. Então ele reparou que iam saindo dúzias de homens com espingardas às costas, do posto da Guarda Fiscal. Perguntou-me que diabo era aquilo. Eu disse-lhe: «Então não sabes? Aquilo é café. É café que vai de contrabando para Espanha!» Mas esse assunto não era muito importante, e nem se lhe dava importância (in Jornal Campomaior, 14/2/92).

- 61 O delito era, neste caso, julgado com maior severidade em Espanha do que em Portugal. Entre nós, e por isso nesta ocasião os contrabandistas saíam do posto da Guarda Fiscal, bastava pagar os direitos aduaneiros e o café podia sair livremente. Já em Espanha a questão se colocava de forma diferente, e basta ver a forma como Telo da Gama conclui, na mesma entrevista, a sua alusão ao contrabando de café: «Em Espanha, o indivíduo que fosse apanhado, ou morria ou, na maioria das vezes, comia pela medida grande.»²⁹ Ainda que exista aqui algum exagero, a verdade é que nesta altura os casos de prisões e espancamentos em Espanha eram relativamente frequentes.

- 62 Voltemos, porém, aos barracões. Já vimos que os espanhóis que neles se abasteciam acabavam algumas vezes por perder os produtos adquiridos. Mas também alguns portugueses tinham ali um ponto de abastecimento para os produtos que depois iam vender a Espanha. Aqui, sim, estamos já perante uma forma de contrabando, se bem algo atípica: tratava-se tão-só de transportar os produtos escassas centenas de metros,

não mais que o suficiente para atravessar a linha fronteiriça, tarefa feita frequentemente por crianças, menos sujeitas que estavam ao rigor da lei³⁰. Os obstáculos à circulação de espanhóis, colocados quer pelos guardas desse país quer pelos portugueses, permitia rentabilizar este contrabando de curta distância, que de outra forma se não justificaria. Para esta rentabilização acrescia ainda um factor sempre presente no dia-a-dia do contrabando, a *imaginação*, que rapidamente permitiu aumentar os proventos, graças ao expediente de esconder dentro dos pães produtos mais rigorosamente reprimidos e por isso mais valiosos, nomeadamente a sacarina. Se a passagem de pão pela fronteira era até então quase sempre tolerada, passou a ser bem mais difícil quando as autoridades tomaram conhecimento da estratégia: a partir de determinado momento os guardas só deixavam passar pão depois de o abrirem à cata da proibida sacarina.

63 Independentemente deste contexto específico gerado pela guerra, a verdade é que o contrabando era tão mais rentável quanto mais longe se conseguisse levar os produtos. Digamos que genericamente, e de forma muito clara em relação a produtos como o café, o valor de um bem contrabandando encarecia conforme aumentava a distância face à fronteira. Daqui decorre a forma de contrabando que é mais espontaneamente evocada quando se fala deste tema em Campo Maior. Trata-se de um contrabando de longa distância, feito quase exclusivamente por homens adultos ou por menores suficientemente robustos para aguentarem a dureza da tarefa. Alguns deles eram verdadeiros *profissionais*, expressão usada localmente para se referirem àqueles que nunca desempenhavam outra actividade para lá do contrabando. Outros houve que se dedicaram ao contrabando em solteiros mudando de actividade ao casar – num ou noutro caso passando mesmo para o outro lado da *barreira*, quer dizer, vindo a vestir a farda de polícia ou guarda fiscal. Noutros casos ainda, tal como já referimos, o contrabando nunca passou de uma actividade paralela a outras, não sendo nunca abandonada nem assumida em pleno, mas antes algo a que se podia recorrer em situações de maior crise.

64 Esta distinção entre os profissionais e os outros tem bastante pertinência na configuração da memória local, já que nela assentam diferentes interpretações do que era a «vida do contrabando»:

Havia aqui talvez aí uma dúzia de contrabandistas mesmo profissionais, que eu sempre os conheci ao contrabando. Não faziam outra coisa. Esses contrabandistas levavam ali cinco e seis dias na arraia e jogavam às cartas e depois vinham p'ra cá e metiam-se nas tabernas na bebedeira. Ganhavam bem mas depois pateavam-no todo... E depois enquanto havia dinheiro não iam... Ali na raia já não havia pássaros novos, já não havia nada que tivesse nos ninhos, comiam tudo! (João, 74 anos.)

65 Quem assim apresenta os profissionais fez também ele contrabando, tendo abandonado essa actividade algum tempo depois de casar. Em nenhum momento «fez vida» exclusivamente disso, tendo durante bastante tempo articulado essa actividade ilícita com a fabricação de ladrilho numa pequena empresa local. No início do Inverno cessava a produção de ladrilho e o contrabando vinha então garantir a subsistência nesses meses, até que de novo se iniciava a fabricação de ladrilho e o contrabando era temporariamente esquecido. A imagem algo negativa que este homem tem dos contrabandistas profissionais é partilhada na vila por muita gente. Sobretudo sublinha-se muito claramente a vida algo dissoluta que a que esses homens se entregavam: intermináveis jogos de cartas, bebedeiras constantes, longos períodos sem dar notícias

ou levar dinheiro à família, apesar de quase todos serem casados e terem filhos. Numa visão mais negativa nem mesmo o brio profissional era poupado:

As vezes que fui ao café era apanhá-lo e arrancávamos! Agora esses profissionais muitas vezes levavam dias e dias ali n'arraia... Um porque dizia que não lhe palpitava, outro porque dizia que não tinha vontade e pronto... entretinham-se por ali (João, 74 anos).

66 Esta vida na raia, feita por homens que não tinham outra ocupação senão percorrê-la, levando e trazendo produtos, aprendendo a ler-lhe os sinais, desvendando com minúcia os trilhos e lugares possíveis de repouso, nem sempre era entendida por quem se encontrava noutra posição. O contrabandista ocasional, homem criado no casco urbano da vila, quase sempre conhecia mal a raia³¹. Inseria-se em grupos mais ou menos numerosos que eram guiados por profissionais, estes, sim, homens habituados ao ofício e conhecedores do terreno, em quem os patrões depositavam toda a confiança. Nos anos 40 e 50 o contrabando de café era exigente. Implicava muitas vezes longas deslocações que podiam demorar duas ou três noites de caminhada, por exemplo se o objectivo fosse chegar a Almendralejo ou a Mérida. Encontrar lugares de repouso seguros e percorrer de noite caminhos tão distantes da vila, só estava ao alcance de alguns contrabandistas, exactamente daqueles que, por dever de ofício, melhor conheciam as rotas do contrabando. O que parece então justificar uma certa desvalorização do trabalho destes homens, é que, na avaliação feita a esta distância, o modo de vida algo desregrado a que se entregavam acabava por se sobrepor aos méritos que possuíam.

67 São frequentes também noutros autores as referências a um modo de vida em que jogos de cartas e mulheres dissipavam o dinheiro do contrabando com a mesma rapidez com que era ganho. Eusebio Medina Garcia, falando de uma realidade próxima, Olivença, refere-se a este particular modo de vida, que na sua descrição se desenrolava muito em torno de barracões semelhantes aos que existiram em Campo Maior:

Neles tinha lugar o encontro de um extensa galeria de personagens de aspecto diverso e de «mau viver»; onde pululavam as prostitutas e eram frequentes os jogos de azar, nos quais em lugar de apostas com dinheiro se apostava com quilos e meios quilos de café (Medina Garcia, 1997:83).

68 Hernández León e Castano Madronal (1995:144), tendo por base o eixo Ensinasola/Moura e aludindo também ao jogo e prostituição, afirmam: «O dinheiro fácil fez crescer nas populações fronteiriças certa cultura do ócio, que fez perder tanto dinheiro como o que se havia ganho com risco na noite anterior.» Nesta apreciação, sublinhe-se, parece estar em causa já não o comportamento de um grupo restrito de homens, mas a influência que o dinheiro abundante gerado pelo contrabando tinha nestas pequenas comunidades rurais. Em Quadrazais é mesmo um contrabandista que o diz com clareza meridiana: «Dedicamo-nos ao negócio porque somos mais espertos que os outros. Aí dessas terras em volta só sujam as mãos na terra e nunca conseguem ter dinheiro. Nós aqui é diferente.» (Santinho, 1984:65.) Numa obra de natureza diferente, o romance *Los Mochileros* que o jornalista Antonio Ballesteros Doncel escreveu a partir de relatos reais, também o «mau viver» aparece em destaque:

Os naipes são um veneno sempre latente entre os contrabandistas. Alguns são tão entusiastas que levam consigo o baralho de cartas com a mesma naturalidade e frequência que as mochilas, sempre dispostos para, nos seus tempos livres, estejam onde estiverem, organizar partidas. E deprimente ver certos mochileiros chegar do seu duro trabalho e dirigir-se, ainda antes que a suas casas, directamente à taberna, onde começam a apostar tudo o que levam encima, sem se recordarem das

necessidades das suas famílias (...). Se não tiveram sorte, todos os seus valores consistem numa simples merenda para o caminho (...). Se ganham, a maior parte dos proventos são queimados em excessos sem substância (Ballesteros Doncel, 1971:78).

- 69 Para aqueles que foram apenas contrabandistas ocasionais, levar café ou qualquer outro produto a Espanha é hoje justificado, antes de mais, como uma forma de contribuir para o sustento da família sendo solteiros, ou para alimentar os filhos quando casados. Por outro lado, a imagem que se impôs e persiste acerca dos profissionais, apresenta-os como homens que colocavam as obrigações familiares em segundo plano, sendo a avaliação que deles se faz no presente claramente penalizada por este facto.
- 70 Tivemos oportunidade de falar com a viúva de um desses velhos profissionais que se de algum modo atenuou os tons mais carregados, não deixou de reiterar a imagem prevalecente:
- Ele, coitadinho, tinha o defeito de jogar muito às cartas. O meu marido era um cego pelas cartas! A vida nossa correu várias vezes mal por causa das cartas. Ele não era ruim... até quando vinha para casa [e] q'eu brigava, ele dizia-me: «Cala-te, cala-te! Farto de cartas venho eu.» Ora, mas eu «cala-te»! Ele já vinha sem um tostão e eu calava-me? ! Tinha aqui três filhas à espera que ele viesse... Pronto, olha, deu-me por duas vezes um sopapo. Por duas vezes... mas ficava a cara negra e depois tinha que me calar à força. Mas por causa das cartas. Sempre foi por causa das cartas! (Antónia, 78 anos).
- 71 Nestas palavras fica clara a ideia de que a vida dos contrabandistas e suas famílias poderia ter sido bem melhor do que foi não fossem os vícios, nomeadamente o jogo. Todavia, mesmo trabalhando por conta de outrem, como foi quase sempre o caso do marido desta nossa informante, ela própria reconhece que no contrabando se ganhava o suficiente para ter a carteira um pouco mais desafogada do que a maioria da população da vila. Queremos referir ainda que ao nível da economia doméstica se parece notar alguma singularidade no seio deste grupo: num contexto onde as mulheres, particularmente as dos grupos sociais mais desfavorecidos, tinham muitas vezes o encargo de gerir as finanças domésticas³², no caso das famílias de contrabandistas isso parecia não se verificar. Desse «mau viver» fazia parte também uma gestão autónoma do dinheiro ganho no ofício, facto que a nossa informante confirma quando reconhece que nunca soube quanto o marido ganhava no contrabando.
- 72 Este grupo restrito de contrabandistas profissionais foi-se desagregando ao ritmo que se modificaram as condições em que o contrabando se fazia. As transformações políticas induzidas pelo 25 de Abril, acentuam o controlo menos apertado que já se fazia sentir e que permite que o café saia das torrefacções em camião até à raia e depois, já no lado espanhol, seja transferido para outro camião que aguardava a carga. O trabalho do contrabandista limitava-se então ao transporte das cargas de café num percurso relativamente curto, que incluía, naturalmente, a linha divisória entre os dois países. Alguns dos velhos contrabandistas adaptaram-se à situação, aceitando ganhar menos dinheiro e perdendo também algum do capital simbólico que detinham noutros tempos. Outros mudaram de rumo, nalguns casos permanecendo na vila e noutros emigrando para o litoral ou para o estrangeiro. Fazer contrabando passou então a ser para muitos homens um *part-time*. O *amadorismo* de que atrás falávamos ganhou novas características: enquanto que no passado um homem podia fazer contrabando numa

época do ano, por exemplo quando o trabalho agrícola escasseasse, nos novos tempos são muitos os que o fazem naquilo a que podemos chamar horário pós-laboral.

- 73 Estas diferenças no modo de lidar com o contrabando e de viver dele, são bem expressas por um antigo guarda fiscal que nos traça o cenário da seguinte forma:

Havia profissionais mesmo que era do que viviam. Depois tinham aquela quantidade de homens que carregavam. Como o Rui Nabeiro tinha. O Rui Nabeiro tinha, por exemplo, quatro ou cinco quadrilhas. Mas não eram de um ou de dois, eram logo aos sessenta homens! Nessa altura ganhavam por noite não sei se 100 se 150 méreis [escudos]. Era um bom dinheiro! No campo ganhavam 20 escudos e eles por noite ganhavam 100 ou 150. E depois havia indivíduos, desses homens corpulentos, homens de coragem... Ainda há dias faleceu um. Um valentão! Ia de noite e depois de dia 'inda ia a trabalhar: com a azeitona ou a podar oliveiras ou, enfim, a enxertar... Depende do trabalho que a pessoa fizesse (Pedro, 60 anos).

- 74 Se o contrabando de café viveu durante muito tempo da articulação entre o *trabalho especializado* dos profissionais e uma espécie de *trabalho não qualificado* dos restantes, as modificações decorrentes tanto das políticas aduaneiras, quanto dos meios de transporte, fizeram com que os primeiros se fossem tornando dispensáveis. O sistema foi-se estruturando de tal forma que a partir de determinado momento podia praticamente funcionar apenas com *trabalho não qualificado*, desde que a coordenação fosse eficiente.

- 75 Um contrabandista de Ouguela conta-nos como as coisas se passavam:

Trabalhava durante o dia e à noite vinham aqui [a Ouguela] as camionetas do Nabeiro a buscar o pessoal e depois chegavam lá [a Campo Maior], cada um arranjava a sua carguinha lá no casão, ao pé da fábrica da Camelo. Depois, àquela hora, iam-nos levar quase à raia, quase à fronteira (António, 68 anos).

- 76 Como se tratava, ainda e sempre, de enganar os guardas, tanto as rotas seguidas como os pontos de largada dos contrabandistas e de recolha das cargas iam sendo alterados. Por esta razão a tarefa tanto podia levar duas horas como quatro ou mesmo seis, mas em todo o caso nada que impedisse o retomar do trabalho no dia seguinte. O dinheiro obtido compensava os sacrifícios que era necessário fazer. Este mesmo contrabandista recorda-se de que o que ganhava numa semana levando cargas de café correspondia ao que ganhava num mês no seu trabalho habitual. Voltaremos ainda a esta questão, pois o rendimento obtido no contrabando dependia de vários factores que importa conhecer. Em todo o caso fiquemos por agora com a ideia de que os valores evocados pelo nosso informante e reportados aos anos 70, apesar de apreciáveis para o meio, estão já distantes do que tinha sido possível obter num passado próximo – por exemplo nos anos 50, em Espanha, um contrabandista podia ganhar 400 pesetas por um transporte que demorava quatro dias, enquanto que um jornaleiro receberia por dia 7,5 pesetas e um carabineiro 400 pesetas por mês (cf. Medina García, 1997:105).

- 77 Estas mudanças traduzem em grande medida novas formas de relacionamento comercial dos países entre si, pelo que se manifestam de diferentes formas e em diferentes lugares, conservando, todavia, como tónica comum, uma certa sofisticação dos meios empregados no contrabando e uma redução da mão-de-obra intensiva e especializada necessária a essa actividade. Este desaparecimento do contrabando tradicional, se bem que visto hoje como inevitável, tanto gera nostalgia como a valorização dos feitos dos velhos contrabandistas. Num contexto bem diferente de Campo Maior como é Andorra, tais sentimentos surgem também claramente:

É interessante comprovar a modificação da ética associada a esta actividade. Os contrabandistas como verdadeiros heróis, que conhecem a montanha, fazem longas travessias, têm que caminhar pela neve e evitar os carabineiros (...). As pessoas mais velhas que fizeram esta actividade valorizam-na porque requeria muito esforço, habilidade e um grande conhecimento do terreno. Nada a ver, dizem eles, com os que nessa mesma altura já utilizavam camiões, sabiam como passar as fronteiras sem problemas e tinham proveitos consideráveis (Comas d'Argemir & Pujadas, 1997:76).

- 78 Mas não é apenas a diferente valorização da acção dos velhos contrabandistas de mochila às costas dias a fio, face ao uso tolerado de meios de transporte modernos e cómodos, que está aqui em causa. Do que se trata também, e em Campo Maior isso é muito claro, é de um processo de centralização do negócio³³. Apenas os grandes comerciantes passam a dispor de condições de acesso a um modelo de contrabando que só é viável funcionando em grande escala e que além do mais exige uma organização pesada e dispendiosa.
- 79 A imagem de um contrabandista heroico, arrostando o perigo e demais vicissitudes próprias daquela vida, vai ficando esvanecida, remetida para o universo das lembranças, enriquecendo o repertório de evocações de que a comunidade dispõe para se pensar. Adiante falaremos com maior detalhe nos riscos corridos, mas torna-se necessário dizer aqui que se os perigos não cessaram completamente nesta nova fase, se tornaram pelo menos bem mais toleráveis. Havia sempre o risco de perder as cargas, é certo, mas isso significava, para o contrabandista vencendo à jorna, a perda apenas do tempo que despendera naquele trabalho, já que o prejuízo decorrente do café perdido pertencia ao *cafezeiro* para quem trabalhava. O perigo de prisão, aquele que no passado mais atemorizava, tinha praticamente desaparecido em relação a este tipo de contrabando, contentando-se os guardas com a apreensão das cargas. Em todo o caso o sucesso ou insucesso de um transporte de café nesta fase tende hoje a ser explicado, como no ponto seguinte veremos, mais por factores que remetiam para a convivência entre os grandes promotores do contrabando e as autoridades, do que com a competência dos contrabandistas.
- 80 O contrabando de café era sem dúvida o que tinha maior peso e visibilidade na vila, mas estava longe de ser o único. De diferentes formas, também outras pessoas se envolviam em práticas de comércio ilícito entre Portugal e Espanha. Atentemos num exemplo que releva de um universo completamente distinto deste de que vimos falando. A situação singular das herdades raianas permitia aos lavradores que as possuíam manobrar com os diferentes preços dos seus produtos, nomeadamente do trigo, nos dois lados da fronteira. Devido à importância que o pão desempenhava em economias pobres como as ibéricas, a política cerealífera assumiu desde cedo significativa importância. A protecção à produção de trigo em Portugal tornou-se objecto de legislação específica por parte do regime liberal logo em 1820³⁴. Esta tentativa de favorecimento da produção nacional não parece atingir, porém, os objectivos desejados:
- a execução das medidas proteccionistas ao longo da raia, a definição de uma fronteira que, na defesa da produção nacional, impedisse o intercâmbio cerealífero no, ou através do, espaço raiano, mostrou-se de difícil execução (Ferreira, Jaime, 1991:495).
- 81 O incremento do contrabando foi a resposta encontrada pelas populações, sendo possível perceber, pelo que nos diz Jaime Ferreira, que foram múltiplas as expressões assumidas – desde a que resultava da dinâmica específica de uma zona raiana, onde as populações e os produtos se misturavam segundo as circunstâncias do momento, até ao

aproveitamento dos proprietários que tinham sementeiras dos dois lados da fronteira, passando pela conivência das autoridades locais³⁵.

- 82 Mais relevante para o período que estudámos, é uma outra vaga proteccionista, a que o Estado Novo promove a partir de 1929 através da chamada Campanha do Trigo. Através da fixação de preços elevados garantidos pelo Estado, procurava-se que os produtores incrementassem a produção de modo a tornar Portugal auto-suficiente neste bem. Exigia-se, em contrapartida, que todo o trigo produzido fosse declarado nas entidades competentes, sendo através destas declarações que se garantia o pagamento e escoamento de toda a produção. Este apoio vai sendo gradualmente mais moderado, o que é notório já em 1943, mas se torna evidente a partir de meados da década de 60 (cf. Amaral, 1999: 295). De qualquer forma, esta Campanha tornou-se emblemática das concepções políticas e económicas desenvolvidas pelo Estado Novo, mesmo se, olhada à distância, nela se pode descobrir mais o peso determinante da situação internacional do que um estratégia estritamente endógena – sobre esta concepção cf. Casaca, 1987.
- 83 O que importa aqui sublinhar é que o trigo, comprado na totalidade pelo Estado, atingiu em Portugal, sobretudo nos anos 30 e 40, valores muito superiores aos que eram pagos em Espanha. Isto significa dizer que essa condição fundamental do contrabando, uma disparidade de preços que compense os riscos de um comércio ilícito, se verificava em relação a esse produto. Pelos cargos que desempenhou e de que já falámos e por ter sido ele próprio um importante lavrador, Telo da Gama foi sem dúvida uma das pessoas melhores colocadas para conhecer o problema:
- Eu conheci um lavrador que todos diziam ter feito uma fortuna enorme com o contrabando de trigo, pois tinha uma propriedade em Espanha e outra em Portugal. Havia então um diploma que permitia aos lavradores trazerem géneros da sua produção de Espanha para Portugal. Esse homem tinha boas relações com o comandante da Guarda Fiscal da zona de Elvas, e por isso, em vez de trazer pouco de cada vez trazia muito (Telo da Gama, in *Jornal Campomaior*, 14/2/92).
- 84 A história está talvez um pouco mal contada, já que o obstáculo principal à circulação deste bem era normalmente colocada no país «exportador». Considerado um bem essencial tanto em Portugal como em Espanha, a quantidade de trigo produzida era, como já dissemos, de declaração obrigatória às autoridades, que dessa forma controlavam a sua produção e circulação. Ao contrário do café, que teve um sentido de circulação constante, o trigo era um produto susceptível a mudanças, pois sendo ambos os países produtores deficitários desse bem, o sentido do contrabando dependeu sempre dos incentivos de mercado – por exemplo, durante a Guerra Civil, Portugal foi exportador contrariamente ao que acontecia antes.
- 85 É justamente o valor do pão numa economia de subsistência que explica tanto as políticas cerealíferas que visavam a auto-suficiência, quanto o facto de os obstáculos aduaneiros serem prioritariamente colocados à saída e não à entrada de trigo em cada um dos países. Este facto está ainda presente na memória de alguns homens mais idosos, que nos contam que quando traziam trigo de Espanha logo que chegavam a Portugal chamavam os guardas para pagar os respectivos direitos e poderem circular sem qualquer problema. Era isto que acontecia pelo menos quando o trigo era transportado de terras mais afastadas da raia, já que nestas, sobretudo entre os lavradores que tinham terras nos dois lados da fronteira, parecia funcionar um esquema algo diferente. Do que se tratava neste caso era simplesmente de declarar em Espanha uma produção menor do que a que realmente fora conseguida, fazendo o inverso em Portugal, onde o trigo era mais bem pago. Uma manobra afinal simples, que

apenas exigia o transporte discreto do produto e que tinha ainda como garantia adicional o estatuto do proprietário e a conivência das autoridades. Um natural de Ouguela, residente em Espanha desde antes da Guerra Civil e que sempre trabalhou para um lavrador espanhol, trouxe muitas vezes trigo para Portugal a mando deste. Sabia que o risco o estava a correr ele, mas o estatuto do patrão deixava-o tranquilo:

Eu tinha isso [o transporte do trigo] bem arranjado, porque o dono daquela herdade [situada na raia espanhola e onde trabalhava] era advogado. Era o melhor advogado q'havia aqui na Espanha e eu também lhe trazia coisas que faziam falta lá de Portugal (Jacinto, 87 anos).

- 86 Havia em Campo Maior um grupo importante de contrabandistas de que ainda não falámos, mas cuja actividade marcou e, enquanto referência, marca ainda a vila. Trata-se de um contrabando feito no feminino, distinto do que se centrava no café, desde logo por envolver uma considerável variedade de produtos e também por não ter a suportá-lo um sistema tão organizado e centralizado. Num certo sentido julgamos poder dizer que este contrabando é o verdadeiro herdeiro do *contrabando tradicional* – entendendo como tal uma actividade fortemente dependente da iniciativa pessoal e na qual o elenco de produtos contrabandeados era significativamente variável, dependendo apenas dos mecanismos de oferta e procura. Modelo de contrabando associável ao trabalho dos velhos paneiros de que atrás falámos, pois nele o contrabandista era também uma espécie de vendedor ambulante, conhecedor dos mercados e com carteira de clientes fieis e cúmplices. Bastante diferente, portanto, do modelo que se foi desenvolvendo acompanhando a centralização do negócio do café e no qual o contrabandista era um mero transportador de um produto que não era seu nem lhe competia vender.
- 87 A rentabilidade e organização conseguida com o café remeteu para um segundo plano o tráfico pontual dos produtos sortidos, que eram reclamados quer de um quer do outro lado da fronteira. Neste segmento de mercado, igualmente rentável mas mais incerto, vieram então a especializar-se algumas mulheres da vila. E certo que o café se contava também entre os produtos que vendiam, mas não só ele era sempre acompanhado de outros produtos, como a forma da sua comercialização era distinta³⁶. De facto, quer a quantidade de café transportado quer o seu destino, distinguia este tráfico daquele que os cafezeiros³⁷ organizavam. Acompanhado de outros produtos apreciados em Espanha, por exemplo dos espargos silvestres quando era época deles, o café era vendido nas ruas de Badajoz e fora da cidade a clientes certos. De volta a Portugal a contrabandista fazia então a outra parte do seu negócio, trazendo um corte de fazenda, pantufas, caramelos ou o que pudesse vender aos da vila ou aos que de fora a visitavam para lhe adquirir os produtos contrabandeados.
- 88 A actividade destas mulheres ficou bem expressa num relatório que Jorge Spottorno, cônsul de Espanha em Valença, redige. Apesar de se reportarem a um contexto diferente daquele que estudámos, as suas observações traduzem uma realidade semelhante à que nos foi relatada para Campo Maior. Essas mulheres, conhecidas localmente por *pescateiras*,
- vão diariamente a Espanha, ou melhor, aTuy, pois muitas mulheres não vão mais longe que duzentos metros da Ponte Internacional, com uma cesta de comestíveis (pão, azeite, arroz, ovos...) que vendem e algumas regressam com peixe, verduras e fruta. São todas portuguesas, residem em Valença e nos tempos de facilidade eram pelo menos duzentas, número que no princípio deste ano talvez não chegasse a cem e hoje não serão nem a terça parte pois os portugueses não autorizam a saída daqueles produtos vários dos quais muito escasseiam (cit. in Vicente, 1992:81).

- 89 Falando dum contexto bem mais próximo de Campo Maior, Hernández León & Castano Madronal (1995:145), notam também uma franca especialização profissional associada ao género:

Os homens actuavam de maneira organizada, de noite e em grupos que por vezes podiam alcançar, nas grandes expedições, mais de setenta homens (...). As mulheres actuavam em grupos reduzidos de dois ou três, durante o dia e com pequenas cargas.

- 90 Como vamos ver estes traços são muito claramente os que encontramos também em Campo Maior, o que sugere que neste ponto as especificidades regionais não se revelam pertinentes.

- 91 No final dos anos 60 haveria ainda em Campo Maior entre uma e duas dezenas de mulheres dedicadas a este tipo de contrabando que referimos. Quase todas tinham já alguma idade e em muitos casos pertenciam a famílias com algum passado no contrabando de pequena dimensão. Nalguns casos tratava-se da actividade exclusiva dessas mulheres, cuja rotina diária consistia em dirigirem-se a Badajoz, durante muitos anos a pé e mais tarde partilhando táxis:

Levava uma carga às costas como um homem, depois levava à cabeça e depois ainda levava aqui nas coisas dos braços. E era a pé, não é verdade? ! Levava café p'ra lá e cheguei a levar grãos para vender também. P'ra cá trazia por exemplo calçado, cestas de camilha, remudas, jogos de banho, jogos de cama... aquilo que Deus Nosso Senhor nos ajudasse... (Amélia, 64 anos).

- 92 Esta mulher começou a fazer contrabando quando tinha 29 anos, já era casada e mãe de um filho. Enquanto solteira trabalhara como criada em casa de famílias ricas da vila e após o casamento encontrou no trabalho do campo a sua actividade principal. Como o marido não gostava que ela trabalhasse na agricultura, acabou por se dedicar ao contrabando, no início acompanhando o pai e o marido e mais tarde trabalhando sozinha.

- 93 Foi apenas quando a abertura das fronteiras tornou o contrabando inviável, que ela deixou a actividade. Atravessou portanto várias fases, processos e modos de fazer contrabando. A mais significativa das mudanças que viveu terá sido o surgimento dos autocarros primeiro e dos táxis depois, dispensando as longas caminhadas a pé e permitindo, por vezes, mais que uma ida a Espanha no mesmo dia. Quanto aos produtos transaccionados era a procura que os determinava, realçando já na fase final da sua actividade as bebidas, os chocolates, os pirexes³⁸ e as bolachas, ou seja, todo um conjunto de bens que circulavam de Espanha para Portugal. A venda dos produtos no nosso país podia, como já dissemos, ser feita na própria vila, às vezes de forma informal ainda que configurando um comércio de porta aberta, como acontecia com a venda de guloseimas para as crianças. Podia também orientar-se para responder a solicitações do exterior, fossem de comerciantes de Lisboa interessados em whisky ou outras bebidas alcoólicas, fossem pedidos pontuais de particulares:

Olhe, uma vez o meu pai foi operado em Lisboa. O doutor gostava muito de meu pai e meu pai falou q'era contrabandista e depois disse: «Eu tenho uma filha q'é também contrabandista.» E depois ele, o doutor, falou-lhe em bombazina e disse: «Então o avozinho não me sabe ver se a sua filha é capaz de me arranjar um corte de bombazina p'ra um fato?» «Sou sim, senhor doutor.» (...) Depois mandou-me [n]uma carta um pedacinho da bombazina, a amostra c'a cor q'havia de querer. Trouxe o corte de bombazina enrolada toda no meu corpo p'ra ma não verem. E trazia doze pares de pantufas, todas enroladas. Depois na alfofa trazia uma caixa de

bolachas de baunilha e trazia meia dúzia de pírexes e mais umas bugigangas, uns chocolates e uns rebuçados que trazia... (Amélia, 64 anos).

- 94 Quando as encomendas tinham um carácter mais comercial e envolviam quantidades significativas, a prática habitual era ir acumulando os bens em casa ou num outro lugar seguro e só mais tarde avisar os compradores de que podiam vir recolher a mercadoria.
- 95 A gradual liberalização comercial entre os dois países ibéricos levou, naturalmente, à retirada destas mulheres, que de resto já não eram propriamente jovens. Na verdade, nos anos 80 e sobretudo 90, a actividade que desenvolviam é cada vez mais tolerada, especialmente em relação a certos produtos. Torna-se também frequente o pagamento dos direitos aduaneiros devidos, o que realça, sobretudo no final das suas «carreiras», esse lado mais de comerciantes que de contrabandistas. Tivemos oportunidade de viver um episódio que, julgamos nós, clarifica o que queremos dizer. Numa certa ocasião demos boleia a uma destas mulheres que carregava dois grandes sacos de pão dirigindo-se a Elvas. Explicou-nos então que se tratava de pão proveniente de Badajoz e que diariamente lhe era trazido a Campo Maior, fazendo depois ela o trajecto até Elvas onde tinha compradores certos. Não se tratava de contrabando, bem entendido, mas de uma actividade comercial, cuja racionalidade, confessamos, não lográmos compreender. Não só o trajecto Badajoz-Elvas é mais curto que Badajoz-Campo Maior, como o próprio transporte desta vila para Elvas não só acrescentava quilómetros como se revelava problemático, pois não existiam transportes públicos, ficando a impenitente contrabandista dependente da boa vontade de parentes e conhecidos ou, ainda pior, de algum antropólogo em trânsito... A única explicação que encontrámos prende-se à preservação de uma prática, mantida graças a uma espécie de fidelidade comercial entre a contrabandista e os seus clientes mesmo após a extinção do contrabando.
- 96 As diferentes formas de contrabando a que aqui fizemos referência remetem todas elas para a ideia de fronteira como recurso disponível, utilizado sempre ou apenas circunstancialmente, seja pelos naturais da região seja pelos que vêm de fora em busca de melhor sorte. O grau de aproveitamento desse recurso sempre dependeu das oportunidades geradas pelas políticas comerciais e do empenhamento na vigilância por parte dos dois estados. Quanto aos modos de aceder ao recurso, esses sempre dependeram da imaginação e capacidade que cada contrabandista conseguia colocar no terreno. Se alguns destes homens enriqueceram, nomeadamente com o café e com o tabaco, a maior parte deles apenas conseguiu o suficiente para suprir as carências de cada dia, sobretudo nos períodos de maior dificuldade.
- 97 Esta dimensão material, que norteia ambições e expectativas de quem se envolve nesta actividade, não é, porém, a única dimensão implicada no contrabando. Ela foi fundamental também para a criação das redes de sociabilidade, que permitiram que, pelo menos em certos momentos, a raia fosse uma entidade unitária a que a fronteira conferia articulação. De facto, se a raia constituiu para estes povos «a medula espinal da sua identidade e auto-estima cultural» (Uriarte, 1994_a:277), o contrabando foi a principal seiva que alimentou a relação entre eles:
- A fronteira pressupôs antes que um muro um modo de vida, a porta através da qual procuravam ganhar a vida muitos homens e mulheres jornaleros sem terra, que encontraram no contrabando o pão de cada dia (Hernandèz León & Castano Madronal, 1995:139).
- 98 Mesmo sendo certo que bandos mistos de portugueses e espanhóis não eram frequentes, o que é facto é que do outro lado da fronteira havia sempre alguém que

recebia o contrabando e pagava por ele, tal como entre o ponto de partida e o destino havia guardas que vigiavam, que puniam ou perdoavam, que eram ludibriados pela astúcia do contrabandista ou desmontavam os jogos de engano em que a raia era fértil.

- 99 Estas sociabilidades tecidas na fronteira ultrapassavam, portanto, a mera dimensão económica do contrabando. Ligando portugueses a espanhóis, guardas a contrabandistas, homens a mulheres de diferente nacionalidade, foi uma actividade que propiciou amizades, casamentos, movimento de pessoas dentro de cada nação e de uma para outra... A abertura da fronteira, ao contrário do que alguns supunham e os levava, como aconteceu em Campo Maior, a reivindicar justamente essa abertura, não exponenciou os fenómenos de proximidade. O desaparecimento das barreiras alfandegárias não significou, de facto, o desmantelamento de eventuais muros entre povos vizinhos, mas antes a desestruturação de um modo de vida que assentava em valências simétricas, muitas vezes opositivas e, justamente nessa medida, complementares. As histórias do contrabando, mesmo quando falam da repressão dos guardas, sublinham, ainda que não o enunciem, o papel articulador de diferenças desempenhado pela fronteira. Tentaremos agora ver de que forma isso ocorre.

5.2.2. REPRESSÃO E ENGENHO: OS GUARDAS E OS CONTRABANDISTAS

- 100 Na forma como as histórias de contrabando nos foram narradas, pesava quase sempre a dimensão aventureira do fenómeno. Pode mesmo dizer-se que o elemento fundamental que alimenta a memória das pessoas com quem falámos sobre esta matéria deriva desse conflito eterno e sempre renovado que grosseiramente podemos etiquetar de *polícias versus ladrões*³⁹. É certo que este último epíteto é fortemente rejeitado por contrabandistas que ainda hoje se indignam com a recordação de que era isso mesmo que por vezes os guardas lhes chamavam: «Ele [refere-se a um guarda fiscal que o perseguia] dizia-me assim: “Larga gatuno” [para que largasse a carga de café]. Ele, o bandido, a chamar-me gatuno!» (Diamantino, 74 anos.) Do mesmo modo, como vamos ver, também a acção destes polícias se ajustava à realidade particular do contrabando, mas em todo o caso, do ponto de vista narrativo, é o conflito entre a lei encarnada nas autoridades fronteiriças e as estratégias usadas para a vencer, que estruturam a memória e dão corpo às histórias que sobre esta matéria se contam.
- 101 Começemos por sublinhar uma certa peculiaridade neste conflito. Os antagonistas conheciam-se bem uns aos outros, viviam no mesmo espaço, frequentavam os mesmos lugares e nalguns casos tinham mesmo relação de amizade ou parentesco entre si. Os distintos papéis de cada um apenas eram assumidos no tempo e no espaço particular que o contrabando definia – quase sempre a noite e os caminhos pouco frequentados ou os matos raianos⁴⁰. Reportando-se a Ourense, uma província distante mas nem por isso diferente no que a esta proximidade ambígua diz respeito, Luis Garcia Mana constata:
- Curiosamente, guardas e contrabandistas conviviam nas mesmas povoações, sabedores, uns e outros, do papel que representavam. Normalmente era de noite que cada qual assumia a sua posição no tabuleiro. Durante a maior parte do tempo o jogo consistia em vigiarem-se mutuamente, muitas vezes com vantagem para os contrabandistas. Daí o grande número de contos que circulam na raia sobre enganos, burlas, corrupções e outras artimanhas, com que uns venciam a resistência dos outros (Garcia Mana, 1988:165).

- 102 Este era pois um jogo de enganos e fingimentos, que por vezes se encerrava com pesadas e dolorosas consequências, fossem estas contabilizadas em penas de prisão, na perda das mercadorias ou em espancamentos mais ou menos sumários. Não deixava ainda assim de ser um jogo que punha em campo estratégias e encenações, adequadas umas e outras aos diferentes estatutos que o próprio jogo confirmava e fortalecia.
- 103 A taberna era um lugar importante neste jogo. Se por um lado o Regulamento da Guarda Fiscal interditava a frequência desses lugares aos seus membros (cf. Caeiro, 1926:19), colocava também como primeiro dever de um comandante de posto «Procurar conhecer na área do seu posto tôdas as circunstâncias relativas a contrabando e descaminho de direitos, e as pessoas que se entregam a êste tráfico ilícito» (cit. in Caeiro, 1926:24). Ora a taberna era um lugar estratégico para este conhecimento:
- Por vezes andávamos em Elvas, bebíamos um copo de vinho com este, um copo de vinho com outro... Depois não se apercebiam... a gente andava à civil! Isto na Brigada. Não se apercebiam que a gente éramos guardas e por vezes agarrávamos uma pista... (Pedro, 60 anos)⁴¹.
- 104 Mas se os guardas fiscais e os carabineiros procuram nas tabernas indícios que os ajudassem ou mesmo denunciastes que os guiassem, os contrabandistas não lhe atribuíam menor utilidade: pelo menos num caso ficou a memória de uma taberna que sempre expunha sinais anunciando a presença da temida brigadilha espanhola nas imediações.
- 105 O apoio das populações, realidade frequentemente evocada nas abordagens sobre esta matéria, nem sempre era inteiramente desinteressada⁴². A uma taberna, por exemplo, por razões comerciais evidentes, interessava sobremaneira ser um desses lugares de passagem de contrabandistas, mas para lá disso a solidariedade derivava também do facto de numa terra como Campo Maior serem poucas as famílias que não tinham nenhum membro ligado à actividade. Este desequilíbrio que assim se gerava no confronto era apenas aparente, pois a diferença de meios e o suporte legal com que a polícia contava reequilibravam a contenda. Desse outro lado tanto valia no confronto a investigação dos lugares de abastecimento dos contrabandistas, dos esconderijos usados para deixar as cargas, dos caminhos e veredas mais utilizados, como recomenda o Manual do *Agente Fiscal* (cf. Caeiro, 1926:22), como o incentivo à denúncia, que o referido manual omite mas que existia de facto: «As vezes a gente prometia: “Olha lá, dou-te uma carga [de café], vê lá se coisa e tal...” Então, o que faziam os de lá [guardas espanhóis] fazíamos nós cá! Era igual.» (Pedro, 60 anos.)
- 106 Este era também um jogo que nem sempre se regia por regras claras e inequívocas, ao contrário, admitia *nuances* e ponderações conforme o *tabuleiro* em que se desenrolava. Talvez por isso mesmo a avaliação que hoje, já a uma certa distância temporal, se faz dos guardas seja bastante variável e expresse cambiantes de forma notória:
- Eles [os guardas] não queriam saber disso [de serem conhecidos]. Eles eram muito maus! As vezes as pessoas, com a ânsia, chegaram a tratar mal a gente... pronto! E mesmo os daqui [guardas portugueses], por quererem que disséssemos à força onde tínhamos o contrabando (Francisco, 88 anos).
- 107 Porém, mais adiante na mesma conversa, o mesmo homem diz algo diferente: «Também havia boas pessoas, bons carabineiros! A gente às vezes topava alguns bons. Boas pessoas...» A esta volubilidade de opinião não é indiferente, pensamos nós, uma certa ambiguidade no estatuto que era reconhecido aos Guardas Fiscais. Por um lado eles não se distinguiam dos demais: «Eles viviam pior que um trabalhador. Tu sabes [falando

para um amigo, ex-contrabandista como ele] que a guarda andava remendada, a comer fiado e tudo...» (Diamantino, 74 anos). Os que residiam na vila tinham habitações modestas, normalmente nos bairros algo periféricos onde moravam também muitos dos contrabandistas mais activos. Esta era, ainda assim, uma situação bem mais apetecível do que a que tinham os que residiam nos postos, já que aí as condições de vida eram bastante precárias⁴³. Por outro lado, esta condição modesta, que aliás terá contribuído para que mais que um guarda se tivesse transformado em contra-bandista, não obstava à manifestação de um poder efectivo e frequentemente discricionário, ou seja, à imagem de uma autoridade que não só impunha uma ordem como chegava mesmo a definir-lhe os contornos.

- 108 Esta ambiguidade era percebida por ambas as partes e era parcialmente resolvida acentuando a dimensão de jogo e de sorte implícita na actividade do contrabando. O testemunho da viúva de um contrabandista elucida o que afirmamos:

Esse homem [um guarda seu vizinho com quem se dava bem] chegava a casa muitas vezes e dizia p'rá mulher:

- «Oh, oh, então não venho danado!»

- «Então?»

- «Assim que saio à rua o primeiro que me encontro no meio do campo é o C.» [o marido dela].

E o meu marido vinha:

- «Ora o ladrão do sr. F., já fui apanhado outra vez por ele!»

Parece que estavam combinados, o guarda e o contrabandista! Perdeu muitas cargas para o sr. F. Mas era tão boa pessoa aquele guarda... (Antónia, 78 anos).

- 109 O conhecimento mútuo a que já fizemos referência, constitui um factor fundamental na definição e aplicação das regras deste jogo permanente. Um exguarda fiscal, reconhecendo e sublinhando esse conhecimento mútuo, diz o seguinte:

nessa altura eles espreitavam a gente, não é? ! Na altura eles espreitavam: «Bem, agora esta patrulha sai por aqui, a outra sai por acolá e tal...» E a gente depois também éramos... vamos dizer... tínhamos que pensar duas vezes. Para apresentar serviço! Então eles saem por aqui... iam por um lado, mas a gente dava a volta ao contrário para nos pormos em sítios opostos, onde eles passavam. Que eram tudo coisas feitas de noite, não é? ! (Pedro, 60 anos).

- 110 As estratégias usadas por cada uma das partes são hoje evocadas realçando justamente a dimensão concorrente e competitiva: o sucesso proporcionado por uma jogada de antecipação, o truque que deu certo ou foi descoberto, enfim, o confronto de espertezas diferentes, das quais só uma sairá vencedora.

- 111 A Guarda Fiscal, a quem estava acometido o policiamento das fronteiras terrestre e marítima, dividia-se, no que ao serviço do continente dizia respeito, em três batalhões, estando estes, por seu turno, divididos em companhias e secções. Para o que nos interessa, Campo Maior constituía uma secção da companhia de Elvas e esta fazia parte do 2º Batalhão sediado em Évora. A cada uma das secções estavam adstritos vários postos fiscais dispersos pela área abrangida. No caso do concelho de Campo Maior encontravam-se seis desses postos, que distavam entre si cerca de cinco quilómetros⁴⁴. Estes postos, muito embora não estivessem propriamente sobre a linha de fronteira, pouco distavam desta, talvez um quilómetro como termo médio. Esta curta distância facilitava o contacto entre os guardas dos dois países, sendo mesmo frequentes as relações de convivalidade entre si. Aliás não se tratava apenas de uma proximidade ditada pela facilidade objectiva do contacto, pois que existia uma política definida de

colaboração, que devia mesmo passar pela partilha de informações (Medina Garcia, 1997:133).

- 112 Também contribui para perceber o modo de vida nos postos aludir às condições bastante precárias em que funcionavam. O serviço nesses lugares era prioritariamente atribuído a homens solteiros, já que as condições materiais aí existentes constituíam um obstáculo relevante para a presença das respectivas famílias⁴⁵. Era pois um ambiente marcado por um considerável isolamento e pela dureza de um trabalho que basicamente assentava no patrulhamento constante da área adstrita ao posto. Todos estes factores apelavam e tornavam mesmo inevitável o estreitamento de laços e a busca de espaços e momentos de convívio com os habitantes da região. Devemos ter presente que, na altura, a realidade social daqueles lugares tinha pouco a ver com a que a caracteriza nos nossos dias. Quando hoje se percorre a raia e a vemos deserta, desabitada, as terras abandonadas ao mato e à caça, dificilmente se consegue ter uma noção de como este espaço se apresentava, então, de forma diferente.
- 113 Lugares onde hoje não vive ninguém, como a referia de Ouguela, foram até há algumas décadas atrás habitados por várias famílias, do mesmo modo que nas herdades, entre pessoal efectivo e pontual, se congregava então um número significativo de pessoas. Era, portanto, uma raia povoada, na qual coexistiam, além de guardas fiscais, carabineiros e contrabandistas, pastores, guardas de herdade, pequenos proprietários, fabricantes de cal, etc. Existia, em suma, uma comunidade vasta que vivia afastada da vila e construía na raia as sociabilidades quotidianas. Num contexto como este, a ambiguidade do estatuto dos guardas sai reforçada, pois se, por um lado, o próprio isolamento⁴⁶ favorece a integração numa comunidade da qual o guarda se não distinguia socialmente, por outro, a sua profissão implica a vigilância e por vezes repressão dos membros dessa mesma comunidade:
- Eles [os guardas] queriam ir aos bailes p'rá referta... Despiam a roupa de guarda e punham o fato, além no monte onde eu estava. E eles lá iam p'ró baile e deixavam as roupas e as espingardas! Ouviu o que eu lhes fazia a eles?! E ainda bem-não faziam cada uma... ! Uma data de porcos a maioria deles! Fazia-lhes assim [guardava-lhes as coisas]... Se fossem acusados onde iam a ter! (Diamantino, 74 anos).
- 114 O que este testemunho sublinha é que os mesmos guardas que se furtavam ao serviço para ir bailar nas festas locais, esqueciam depois, com alguma facilidade e na ânsia de apreender contrabando, os favores recebidos. Está portanto implícita uma não correspondência entre os favores prestados e o comportamento dos guardas. Esses favores, guardar as armas e roupas, ou seja, encobri-los, mas também dar-lhes fruta lá do monte, não eram negociados como contrapartida de nada, mas implicitamente esperava-se uma atitude de tolerância por parte de quem deles desfrutava. Quando esta contrapartida, nunca assumida, se não verificava, o comportamento dos guardas era criticado veementemente. Esta censura era ainda agravada pela convicção de que os agentes da autoridade faziam «vista grossa» ao contrabando de grande dimensão, aos camiões carregados de café que por ali passavam, perseguindo sobretudo os pequenos contrabandistas, aqueles que, no dizer local, só procuravam «governar os seus filhinhos».
- 115 O comportamento das pessoas ligadas ao contrabando, sejam elas contrabandistas, guardas ou empresários, é portanto, ainda hoje, sujeito a um conjunto de avaliações de natureza ética e moral. Se, como já dissemos, o contrabando em si mesmo não merece censura, com o comportamento dos guardas e também dos contrabandistas não se passa o mesmo. O factor fundamental em relação aos primeiros é aquele que sustenta a

ambiguidade que vimos referindo, ou seja, a inserção do contrabandista na comunidade local. Isto torna-se particularmente notório quando estão envolvidos laços de parentesco. E clara a indignação deste mesmo antigo guarda de herdade para com um parente que numa ocasião apreendera produtos à sua mulher:

E este, um primo! Um gajo casado com uma prima minha! Ainda mais bonito! Depois foram apresentar aquele serviço. Era um serviço «valente»: eram umas cervejas assim deste tamanho, pequeninas, espanholas, e era uma caixinha de bolachas qu'era p'rá matança, para beberem um copinho de aguardente... (Diamantino, 74 anos).

- 116 O contrabandista via o insucesso pontual como coisa inevitável, decorrente, afinal, da sorte que em grande medida regia a actividade. Porém, quando o comportamento dos guardas era entendido como arbitrário e injusto, caía-se numa esfera diferente, como se as regras do jogo tivessem sido alteradas unilateralmente. A desproporção entre o crime e a penalização é, então, apenas uma das expressões de injustiça, paralela ao modo como se apontava a arbitrariedade dos guardas, acusados de «fechar os olhos» ao contrabando feito pelos «grandes» ao mesmo tempo que perseguiam os «pequenos». A existência de laços pessoais entre guarda e contrabandista vinha, desta forma, agravar o sentimento de injustiça com que estes avaliavam, frequentemente, o comportamento dos primeiros.
- 117 Um antigo profissional, espanhol de nascimento mas residente em Portugal desde há muitos anos, contou-nos, a este propósito, um episódio que o marcou:
- Um canalha que era de Talavera estava hablando com mi hermana. Era el novio de mi hermana e ha sido el peor para mi! Me a atado las piernas, mi a atado los brazos... Me a metido en la carcel. Mis hermanos e mis cunhados se han enterado e han corrido atrás dele con paus e hierros (Paco, 68 anos).
- 118 Este homem, que desde os dez anos de idade não teve outra actividade senão o contrabando, que foi apanhado muitas vezes, tendo em algumas delas acabado na prisão, guarda deste episódio uma memória particularmente viva e sentida. O facto de ter sido alguém que lhe era próximo a prendê-lo coloca o acontecimento numa esfera diferente do mero acidente de percurso, sempre possível numa actividade ilegal e perseguida. A reacção dos seus parentes é, de resto, elucidativa de que algo se passara que estava para lá das regras implícitas que regiam a actividade e as relações entre os que nela participavam.
- 119 É fácil encontrar outras expressões de um ressentimento semelhante a este, mas é importante dar aqui conta também de uma forma diferente de resolver as potenciais tensões decorrentes do conflito de interesses dentro de uma mesma família. Estamos a pensar num caso concreto em que uma mulher abandonou o contrabando, a que se dedicava na forma que atrás descrevemos, devido ao facto de o filho ter ingressado na Guarda Fiscal. Ao que nos contou não só não queria que lhe «atirassem à cara» esse facto, como decidiu respeitar a vontade do filho, que lhe garantira que caso a apanhasse seria a primeira a prender. Neste caso temos uma destrição clara, pelo menos no discurso, entre as relações derivadas do parentesco e as que seriam determinadas profissionalmente num hipotético encontro na fronteira entre mãe e filho. Nem sempre, porém, a questão se colocava com esta limpidez. Ao contrário, em muitas situações ficava aberto um espaço de negociação tácita entre o peso dos laços pessoais e a ética profissional, sendo, sempre que possível, pelo balanço entre ambos que se regia a acção concreta dos guardas de fronteira.

- 120 Há um outro factor fundamental a pesar na avaliação que é feita ao desempenho dos guardas, exactamente a nacionalidade a que pertenciam. Como já vimos, o tratamento dado à circulação ilegal de produtos na fronteira variava de acordo com as políticas aduaneiras de cada um dos países, de tal forma que frequentemente uma mesma operação motivava perseguição séria num país e tolerância no outro. Porém, para lá deste aspecto, que implica uma diferença de atitude juridicamente legitimada, pesa na avaliação dos contrabandistas uma dimensão subjectiva que importa conhecer. No quadro da nossa investigação rapidamente se tornou evidente a existência da forte convicção entre os contrabandistas de que os guardas espanhóis tinham um comportamento menos tolerante do que os portugueses. Nas conversas que tivemos eram correntes apreciações como esta: «Os carabineiros eram maus, os espanhóis para os portugueses eram velhacos!» Como as interpretar, porém, se espreitando o lado espanhol esta ideia se parece inverter?: «Ah, esses. Os guardinhas [guardas fiscais]! Esses sim ficavam [com o contrabando apreendido] e esses eram mais severos» (cit. in Uriarte, 1994, :66). Uma vez mais a avaliação aparece-nos marcada pelo lugar de pertença de quem a faz, mas algo mais pode e deve ser aqui acrescentado.
- 121 Devemos em primeiro lugar considerar que avaliações como estas são feitas em abstracto, quer dizer, não têm em conta o tempo histórico, o sentido de circulação do contrabando ou sequer o particularismo de alguns corpos especiais de guardas de fronteira. De facto, quando as pessoas nos falavam das diferenças entre as polícias dos dois países raramente contextualizavam as apreciações de forma directa. Não deixa, todavia, de resultar perceptível que o receio principal dos portugueses foi durante muito tempo a prisão em Espanha, sendo lícito admitir que esse temor condiciona a avaliação do comportamento policial. Durante muitos anos a repressão do contrabando tornava a passagem pelas prisões dos dois lados da fronteira praticamente inevitável e neste aspecto particular a diferença entre *profissionais* e *amadores* nem sequer era muito relevante – a não ser, evidentemente, pela diferente probabilidade estatística de captura decorrente do facto de os primeiros passarem mais tempo na fronteira do que os segundos.
- 122 O medo das prisões espanholas não tinha apenas a ver com o tempo que aí se passava, mas também as más condições de vida que os marcaram durante anos:
- Ali não havia nenhuma comida. Tinham que as mulheres irem-na a levar. Ia a minha mulher e as mulheres dos camaradas que estavam lá presos. Eles não davam de comer... O que davam era uma sopa de *lantejas* [lentilhas]... Ele era uma pinga de vinagre para temperar, uma pinga de azeite... Havia lá uma cantina e a gente, havíamos lá uns quantos presos cá de Campo Maior, havíamos muitos... chegamos lá a juntar, sei lá, 16 ou 17 só aqui de Campo Maior. Por acaso os portugueses estávamos à parte – porque eles à noite iam lá a buscar aquelas remessas [de espanhóis] para matar na praça de toiros (Francisco, 88 anos).
- 123 Estas prisões eram habitualmente remíveis em multa, mas nem sempre o contrabandista dispunha de meios para pagar. Aliás tinha que ser alguém do exterior a disponibilizar-se para o pagamento, já que o dinheiro que estivesse na posse do contrabandista era considerado como proveniente de actividade ilícita e nessa medida apreendido do mesmo modo que o contrabando. Isto fazia com que os contrabandistas tivessem particulares cuidados com o lugar onde escondiam o dinheiro que obtinham com a venda do café. Podiam escondê-lo dentro do pão, na pala de um boné ou no colarinho de uma camisa: o fundamental era que os guardas o não descobrissem, pois se isso acontecesse era dinheiro perdido⁴⁷.

- 124 As prisões foram bastante frequentes pelo menos até aos anos 50, já que a partir daí a preocupação fundamental dos guardas passou a ser a apreensão das cargas, deixando os homens livres. Numa situação de prisão o apoio do exterior era muito importante. As mulheres iam em grupo, primeiro a pé e depois de táxi, visitar os maridos e levar-lhes alguns géneros alimentares capazes de suprir as necessidades mais prementes. Por outro lado, também aqui funcionavam mecanismos de *compadrio*, que permitiam encurtar as penas, disponibilizar dinheiro para as multas, etc. A viúva de um contrabandista contou-nos o auxílio que Rui Nabeiro prestou ao marido numa das vezes em que foi preso. Nessa ocasião o pagamento da multa não constituía propriamente um problema, já que o contrabandista tinha escondido dinheiro suficiente para a pagar. Colocava-se, porém, uma dificuldade séria: após o pagamento da multa o marido seria libertado em Badajoz, mas entregue às autoridades de Elvas que o procuravam e de novo o deteriam, pelo que de tal solução só resultaria uma mudança de prisão. Foi então que a sua mulher foi procurar o Rui Nabeiro solicitando ajuda. Este disponibilizou-se de imediato e apesar de estar ainda no começo da sua carreira e não ter ainda fundado a Delta, o que é facto é que mostrou possuir já poder suficiente para mandar um táxi buscar o contrabandista à prisão e trazê-lo para Portugal sem o sobressalto de nova prisão.
- 125 Também neste aspecto particular se verifica a «passagem de testemunho» entre notáveis que atrás desenvolvemos. Ou seja, este poder de influência que Rui Nabeiro e outros homens do café manifestam sobretudo a partir dos anos 60, estava antes nas mãos dos lavradores:
- Um [lavrador] chamado C. uma vez até me foi tirar da prisão em Badajoz, porque o meu pai morava ao pé dele e depois pediu-lhe. Ele era íntimo amigo de um que tinha estado cá fugido em casa dele [na altura da II República] e era director da cadeia e depois tiraram-me de lá e sempre tive menos tempo. [Saíase] através de pedidos... mas passava-se ali um ano de cadeia. A eles não lhes importava... um ano de cadeia e já está! (Francisco, 88 anos.)
- 126 Em todo o caso, como é bom de ver, esta ajuda exterior era incerta e não servia a todos. Funcionavam por vezes outros expedientes, nomeadamente a fuga a partir das pequenas prisões que existiam em algumas localidades. Da prisão central de Badajoz, porém, a fuga era quase impossível e também por isso esse era o destino mais temido aquando das detenções. A prisão em Portugal era menos temida, não só por terem a família mais perto, mas também por considerarem que eram melhor tratados e que se tornava mais provável uma redução de pena.
- 127 As prisões não constituíam, no entanto, o único perigo real na actividade dos contrabandistas. Não sendo frequentes, as mortes aconteciam por vezes e mais uma vez aqui se discute a diferença de comportamento entre portugueses e espanhóis⁴⁸. Discussão que neste particular se não restringe à memória dos contrabandistas, revelando-se também na correspondência diplomática. Em 1943, o embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Teotónio Pereira, num protesto que apresenta ao ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha pela morte de um jovem português, diz o seguinte:
- Vê-se que os carabineiros espanhóis fizeram fogo com intenção de matar em contraste com os processos que por parte das autoridades portuguesas são usados em casos idênticos com súbditos espanhóis suspeitos de contrabando (cit. inVicente, 199232):
- 128 Estas situações, sendo extremas, não são assim tão raras neste período, suscitando protestos portugueses e promessas espanholas de agir no sentido de alterar os

procedimentos que por vezes tinham consequências dramáticas. Por exemplo, na sequência da morte que referimos, vêm a ser dadas instruções rigorosas no sentido de acautelar situações semelhantes: «Tenha-se muito cuidado antes de disparar (...) que por simples delito de contrabando não se pode disparar a matar como primeira intenção.» (Cit. in Vicente, 1992:83.)

- 129 Seguir estas ou outras instruções dependia, em última instância, dos homens que agiam no terreno. Casos de morte de contrabandistas verificaram-se também no lado português, apesar de também aqui as instruções irem no sentido de evitar situações dessas. Um ex-guarda fiscal confirmou-nos que se fosse necessário disparar o deviam fazer para o ar ou para o chão, mas não deixou de acrescentar: «também havia guardas que, quanto a mim, talvez atirassem à própria pessoa... Isso há coragem para tudo, porque são filhos de muitas mães e cada um tem a sua maneira de ser.» Implicando o contrabando uma relação dinâmica entre as partes envolvidas, a acusação de agressividade é facilmente reversível, de tal forma que os guardas explicam a violência que empregam como resposta à violência usada pelos contrabandistas:

Eu também tive sorte. Eu também fui um dos guardas que muitos tiros dei e, enfim, tive sorte, não atingi ninguém. Agora navalhas abriram-me muitas navalhas para mim, muitas, muitas... eu tenho uma das maiores que me abriram [mostra uma faca que a mulher usa na cozinha]. Depois acontecia quando a gente os rebuscava:

- «Então tens aqui esta faca?! Para que é esta faca?»

- «Ei, pues mire usted que es para cortar las cuerdas. Para cortar los tirantes, que muitas vezes vocês disparam e a gente é para atirar com elas [com as mochilas], puxamos pela faca e cortamos los tirantes e nos marchamos...»

Eles arranjavam sempre um argumento... E mentira, andavam sempre com ela fisgada, sempre, sempre, sempre... Deram muitas facadas em guardas civis, muitas!

Em guardas fiscais é que não, mas em guardas civis deram muita facada. Tanto que os espanhóis mataram mais contrabandistas que a guarda fiscal (Pedro, 60 anos).

- 130 Esta ideia da violência como resposta a violência revela-se particularmente clara quando os contrabandistas são os refugiados espanhóis que ficaram na região até meados dos anos 40⁹⁹. Quando falarmos da Guerra Civil abordaremos esta questão com mais detalhe, mas devemos aqui adiantar algo. A ideia que hoje encontramos é que alguns dos refugiados que acabaram por se dedicar ao contrabando eram particularmente violentos para com a Guarda Civil, tendo isso gerado contra-resposta por parte das forças policiais espanholas, que conduziram mesmo à morte, «por engano», de um jovem contrabandista português da freguesia de Degolados.
- 131 A parte esta morte a que adiante voltaremos, não ficou em Campo Maior memória de muitas mais. Os poucos exemplos que pudemos recolher são, além de escassos, vagos e imprecisos. Alguém se lembra de um contrabandista que morreu afogado, outro de um que era natural de Santarém e tinha ido para a raia aliciado pelo contrabando, outro ainda de um guarda fiscal de Campo Maior que teria matado um jovem de Elvas. Nestas memórias sobreviveram poucos detalhes e mesmo pouca emotividade. O mesmo se não passa em relação à referida «morte por engano», sendo fundamental nesta diferença o lugar social do narrador, alguém que fazia parte da quadrilha do jovem, bem como a inserção da vítima na comunidade, natural de Degolados e com familiares ainda vivos. Ou seja, não só a preservação da memória como a dramatização da narrativa e a avaliação e julgamento dos intervenientes na acção, varia conforme seja um amigo da vítima ou apenas um conhecido a fazer o relato.

132 Todavia, mais comuns do que as mortes eram os ferimentos, e mais habituais do que as prisões, os espancamentos. As mortes constituíam, como já vimos, situações excepcionais e extremas⁵⁰, susceptíveis mesmo de turvar o clima cordato em que as relações entre as autoridades dos dois países decorriam. Os ferimentos provocados por balas cabem de alguma maneira nesta categoria, se bem que estes fossem mais frequentes e tenham deixado uma memória bem viva, pelo menos em quem os sofreu e hoje os recorda: «Então eu não levei um tiro de um polícia? ! Entrou-me a bala aqui e saiu-me aqui...» Neste caso concreto, ao ferimento, feito por um polícia português, seguiu-se a prisão. Assistido no hospital, o infractor não podia neste caso negar o seu crime e teve que pagar por ele com cerca de um ano de cadeia. Como já vimos, com o final da guerra, também as prisões se foram tornando mais raras, impondo-se cada vez mais a ideia de que a apreensão das cargas constituía só por si desempenho suficiente por parte das autoridades. Aliás Medina Garcia sublinha em relação a este aspecto o facto de a própria tramitação burocrática inibir a acção policial:

Muitos destes guardas apenas sabiam ler e escrever, e lavrar uma daquelas actas implicava, em bastantes casos, um verdadeiro desafio profissional, de tal modo que alguns preferiam que o contrabandista partisse sem levar a carga, em vez de fazer frente a todo aquele complicado processo. Houve inclusive casos em que tendo detido os contrabandistas, os guardas deixavam-nos partir simulando que lhe fugiam (Medina Garcia, 1997:1 10-1)⁵¹.

133 Porém, nem sempre os contrabandistas tinham esta sorte de serem deixados escapar sem mais sobressalto. A falta da prisão, a aplicação de um correctivo parecia ser entendida como medida profiláctica eficaz.

134 O relato de uma captura ocorrida ainda na altura da Guerra Civil ilustra o que dizemos:

Chegámos lá à estação e em cima do barranco um faz-me assim: «Muchacho, vira p'á cá.» Era um carabineiro... Largámos a fugir [e] caem-nos os cães na gente... que lobo, madre mia! Caem-se com a gente e esfarraparam-me todo. Fiquei todo mordido, todo esfarrapado. (...) [O carabineiro] apanha as correntes do cão... é triste: assenta c'as correntes ao T.L. Coitadinho, todo cheio de sangue. (...) Tirou-me as algemas, que eu 'tava amarrado mais o tal, o T.L. Depois diz-me assim: «Vá, onde é que queres ir? P'á carcel ou p'a Portugal?», «Hace lo que husted queira», disse-lhe eu. Depois mandou-nos embora... e depois era assim: «Muchacho, vira p'a cá!» Ah bandido, p'rá gente voltar p'ra trás... (Diamantino, 74 anos).

135 Da boca de um guarda fiscal ouvimos a confissão de que também deu os seus palózios⁵², vincando todavia que o fazia em resposta à agressividade dos contrabandistas, para infundir respeito ou ainda como represália quando algum contrabandista se escapava após o ter apanhado⁵³. A ideia de que os guardas, sobretudo os espanhóis uma vez mais, usavam a violência com o objectivo de conseguir obter informações, nomeadamente dos locais onde os contrabandistas escondiam o contrabando, está também muito presente. Medina Garcia, falando, recordamos uma vez mais, de Olivença, menciona mesmo sessões de tortura realizadas pelas autoridades espanholas:

Os guardas encerravam os presumíveis culpados nos quartéis e golpeavam-nos com cacetes na barriga das pernas e noutras partes do corpo, deitavam grãos de bico no chão e penduravam os réus no tecto suspensos por uma correia na posição horizontal, e davam-lhes voltas até que enjoassem, depois torturavam-nos até lhe arrancar confidências (Medina Garcia, 1997:112).

136 Em Campo Maior não encontramos nenhum relato de situações semelhantes, mas as ameaças, essas, sim, podiam ser extremamente violentas. Um homem preso na altura da Guerra Civil contou-nos que um guarda o ameaçou de morte se ele não lhe

entregasse o dinheiro do contrabando. Tratava-se de uma ameaça vã? Provavelmente, sim, mas nem nessa altura nem hoje ela é entendida dessa forma por quem a sofreu: «Este filho dum cabrão matava... e matava! O cabrão matou muitos...»

- 137 Era este enfrentamento permanente que condicionava as estratégias e vitalizava a imaginação dos que viviam do contrabando. Se os guardas estavam sempre procurando perceber a última *novidade* colocada em campo pelos contrabandistas, estes tinham que estar sempre um passo adiante como única forma de sucesso. Evidentemente que havia outra forma de construir este sucesso, exactamente aquela que apostava no cruzamento, pode dizer-se que promíscuo, dos dois mundos. As *facilidades* que são apontadas à acção quotidiana dos guardas tem quase sempre esta leitura e acusação, mas a verdade é que na atitude dos guardas por vezes se revelava também uma espécie de solidariedade desinteressada com o contrabandista. Vamos seguidamente procurar perceber de que forma as pequenas histórias de um quotidiano dedicado ao contrabando revelam a natureza das interacções e a sua complexidade. Não só aquelas que ligavam infractores e guardas, mas também as que uniam e desuniam os contrabandistas – amizades e invejas, silêncios solidários e denúncias...

5.3. HISTÓRIAS DA FRONTEIRA: DAS NARRATIVAS ÀS DINÂMICAS E MUDANÇAS

- 138 Neste último ponto do capítulo que dedicámos ao contrabando, procuraremos, num primeiro momento, perceber, através da memória que persiste na comunidade, a mecânica de funcionamento do contrabando na vila de Campo Maior. Recorreremos para isso a um conjunto de pequenos relatos que remetem para dimensões que reputamos fundamentais nessa actividade. Do que se tratará, então, é de transcrever aqui o que as conversas informais sobre o tema do contrabando hoje desvendam. Acederemos assim ao registo dos modos de operar e às estratégias empregadas, bem como ao relato de episódios que por razões mais ou menos acidentais ficaram na memória dos seus protagonistas. Neles, como veremos, ora nos é oferecida uma dimensão algo burlesca da actividade ora sobressai o registo dramático, mas, em qualquer dos casos, a dureza e dificuldade de *ofício* surgem temperadas pela evocação da juventude e pelo lado aventureiro que o contrabando também tinha.
- 139 Uma primeira ideia a reter é a da redundância dos relatos escutados, como se o modo de *contar* o contrabando obedecesse a uma espécie de codificação, ou pelo menos a um guião cujo conhecimento atravessava transversalmente a comunidade. Apesar de as tensões e conflitos integrarem também as narrativas, isso não se traduz do ponto de vista da avaliação, justificação e legitimação dos actos. Ao contrário, a memória do contrabando parece arrumar-se num espaço de consenso, que envolve mesmo, pelo menos no essencial, o olhar dos guardas fronteiriços. As razões desta consensualidade são, naturalmente, várias, mas de entre elas destaca-se o peso do presente na avaliação do passado. A transformação da actividade original numa indústria convencional e a diluição das fronteiras vieram como que dar razão aos contrabandistas, pois que de alguma forma legitimaram aquilo que eles sempre fizeram. O modo como hoje se fala do contrabando não é indiferente, de facto, a um processo histórico que resultou na valorização da liberdade comercial: o facto de hoje se ir habitualmente a um dos hipermercados de Badajoz fazer compras, acrescentou ao contrabando do passado uma

legitimidade simbólica, que reforçou as dimensões positivas que sempre possuiu-
coragem, força, capacidade de sacrifício, etc.

- 140 O modo como a situação presente orienta a leitura do passado, remete para a questão final deste capítulo, ou seja, para as dinâmicas que enformaram a actividade do contrabando. Procuraremos então abrir do particular para o geral, funcionando Campo Maior como o *pivot* que nos permitirá pensar o fenómeno de uma forma mais ampla e articulada. Apesar de o contrabando ter sido marcante ao longo de toda a fronteira luso-espanhola, a sua história está longe de ser uniforme. Pesam nessa diferenciação factores circunstanciais de vária ordem, desde a acção de sujeitos singulares a factores demográficos e de povoamento do território. Mas a dinâmica que procuraremos entender, remete também para algo menos tangível, como a memória e os seus usos. Os processos de apropriação de leituras e olhares sobre o contrabando por parte dos grupos, constitui nesse campo uma ilustração adequada do modo como actuam os mecanismos de identificação colectiva e como o sentido e percepção do real se constrói.

5.3.1. HISTÓRIAS QUE SE CONTAM

- 141 Algumas histórias guiar-nos-ão, assim o esperamos, nesta tentativa de percebermos o contrabando enquanto processo dinâmico. Nenhuma das histórias que usaremos se distingue particularmente no universo das que fomos ouvindo: elas foram escolhidas não pela sua exemplaridade, mas antes pela sua capacidade de ilustração. O seu sentido neste ponto do trabalho advém do facto de considerarmos que elas dramatizam de forma espontânea, não reflectida, algumas das tensões e clivagens fundamentais que estruturaram a actividade do contrabando em Campo Maior.

1.

À passagem da ponte do canal, ali nos Povos Novos, perdemo-nos. Os que íamos atrás perdemo-nos dos que iam à frente, mas havia dois homens que sabiam o caminho p'ra onde íamos.

Fomos apanhados porque [os guias] passaram por cima da ponte em vez de por baixo. Levávamos *fiador*⁵⁴ e o carabineiro ainda deu três quilos de café a cada um, mas disse: «Vosotros vão aí por baixo da ponte, porque anda aí o comandante a fazer a ronda e ele vem aí pela ponte.»

Eu disse: «Vamos por baixo», mas os outros, já todos zangados: «Não vamos nada por baixo, vamos por cima!» O certo é que nós fomos por cima e encontrámos o homem. Nós podíamos dizer o que sempre, mais ou menos, se dizia, que era o fiador que nós levávamos, mas eles disseram logo que tinha sido o carabineiro que nos tinha dado aqueles quilos de café.

Pois o homenzito já estava para ser reformado, faltavam-lhe cinco ou seis meses, e ainda foi transferido do posto por causa do castigo! O homem ao depois ficou danado c'a gente... (António, 68 anos).

- 142 Este episódio, contado por um contrabandista ocasional que habitualmente trabalhava a frete, reporta-se ao fmal dos anos 50 ou princípio da década seguinte. Remete para aquela que consideramos ser uma questão importante, exactamente a dos processos de organização da actividade do contrabando. Já atrás dissemos algo sobre esta matéria, mas é útil agora sistematizar e completar alguma informação. Um primeiro aspecto que importa referir prende-se com a situação do contrabandista. O narrador desta pequena história, sempre que trabalhou no contrabando, fê-lo por conta de um patrão, situação que em Campo Maior se foi gradualmente tornando a mais comum. De facto, conforme

o negócio das torrefacções instaladas na vila se foi consolidando, assim se foi impondo uma forma de fazer contrabando que tem por base a contratação à jorna dos carregadores que levarão o café à fronteira.

- 143 O principal modelo alternativo a este, o trabalho por conta própria, vai gradualmente perdendo importância, pelo menos entre aqueles que faziam contrabando quase exclusivamente de café. A situação era diferente no que concerne às mulheres, que sempre mantiveram uma actividade independente apesar de também contrabandarem café. Entre elas, porém, este foi sempre um produto entre outros, tendo apenas uma importância residual no negócio dos cafezeiros. De um modo geral são os contrabandistas mais velhos, aqueles que já estavam na actividade aquando da Guerra Civil, que aludem e valorizam formas mais independentes de fazer contrabando. O que no fundo está em causa nessa valorização é a memória de períodos em que os proventos eram maiores, pois nessa altura, mesmo quando o contrabandista não trabalhava por conta própria, tinha margem negociada face aos patrões, podendo exigir, por exemplo, parcerias⁵⁵. Em contraposição a esta situação, quem fez contrabando a partir dos anos 60 deparou já com uma realidade que conferia muito menos autonomia aos contrabandistas.
- 144 Para estes, a diferença maior entre estas duas formas de fazer contrabando era o risco corrido e, correlativamente, os proveitos obtidos numa e noutra. Quem se arriscava a comprar café e a levá-lo a Espanha sabia que podia perder a carga, além do tempo que despendera na tarefa. Pelo contrário, levando o café do patrão punha em jogo apenas o tempo, já que o produto transportado não lhe pertencia. Do outro lado da balança pesava, evidentemente, o valor do proveito: maior se trabalhava por conta própria; menor se o esperava apenas a jorna paga pelo patrão. Colocada a questão desta forma, compreendem-se as acusações de menor empenhamento que por vezes são feitas aos que trabalhavam à tarefa: ainda que também para eles a perda das cargas fosse, sem dúvida, um aborrecimento e um prejuízo, já que nessa situação o frete não era pago, tinha sempre um impacto menor do que a perda de uma carga em que investira as poucas poupanças disponíveis.
- 145 Em rigor, as coisas eram quase sempre mais matizadas do que esta simplificação sugere. Devemos desde logo atender a que a este quadro se interpunham factores que permitiam minorar os riscos e as perdas. Por exemplo, no limite norte do concelho, na aldeia de Degolados e ainda durante a Guerra Civil, os contrabandistas, incluindo espanhóis refugiados, formaram entre si uma sociedade, com a qual procuraram dissipar entre todos os riscos corridos quando se trabalhava por conta própria. Durante muito tempo existiu também a possibilidade de recorrer a formas mistas: o contrabandista levava uma certa carga para o contratante, por exemplo 20 quilos, completando-a depois com café seu, por exemplo mais 10 quilos. Uma outra forma de minorar as perdas, esta bastante comum e a que já fizemos referência, consistia na utilização do fiador. Por obra desse café adicional, um assalto não significava uma perda absoluta: o contrabandista podia largar a mochila e fugir, pois ao levar consigo os quilos de café que compunham o fiador, garantia, graças à venda posterior desse café, que a sua viagem não tinha sido em vão.
- 146 Para quem contratava o serviço a questão colocava-se, naturalmente, de forma diferente. Para os cafezeiros o uso de fiador não só não trazia benefícios como podia funcionar perversamente, nomeadamente se afectasse o empenhamento dos contrabandistas. Por isso, quando o poder negociado dos patrões era forte, sucedia por

vezes proibirem a utilização deste expediente. Também neste aspecto temos, pois, ainda que pontualmente, um ponto de clivagem no universo do contrabando, neste caso entre patrões e contratados. Ao que parece, pelo menos em alguns casos, a decisão nem sequer era tomada pelo patrão mas pelo chefe de quadrilha, que tinha autonomia suficiente para tomar esse género de decisões e ainda para escolher os homens que o acompanhavam. Evidentemente que o temor do desleixo dos contrabandistas era relativo: ao escolher quem fazia o serviço, o contratante procurava assegurar-se da qualidade do serviço e por certo as situações de menor empenhamento acabavam por ter consequências no futuro.

2.

Uma vez para Talavera fomos assaltados logo ali num sítio que chamavam Cabeça Gorda. Assaltados não, que nós não fomos assaltados... Éramos aí seis ou sete. Levávamos só um bocado de pão p'ra comermos durante a noite.

Parámos ali debaixo de uma azinheira a descansar e fumar um cigarro e quando a gente se vai a levantar faz-nos um cãozinho «béu-béu». Ficámos todos muito quietos... [Com medo que fossem os guardas].

Bem, aquele cão arranjou-nos uma *titarada*⁵⁶ que 'tivemos para aí três horas... Tão depressa nos mexíamos como ficávamos quietos! E digo: «Nã, isto não é cão de guarda, que se fosse já os guardas tinham vindo aqui a ver a gente.» Levantámo-nos e o cão deita a fugir da gente... Era um cãozinho qualquer que andava p' rá'li! Tudo metia medo à gente derivado ao ano de prisão. Se não fosse assim a gente não tinha medo.

Bem, arranjou-nos que já não fomos capazes de entrar para dentro de Talavera nessa madrugada. 'Tivemos que 'tar todo o dia no Guadiana... passámos uma fome à grande!

Quando chegámos a Talavera, até andavam fazendo um campo de aviação lá, cada um foi p'ra seu lado. Eu fui p'ra casa de uma espanhola que chamavam-lhe a Francesca e digo: «Francesca, faz aí uma açorda e deita meia dúzia de ovos que venho cheio de fome...» 'Távam lá uns espanhóis que trabalhavam no campo de aviação e diziam: «Cono, que nunca vi dois homens comerem tanto...» (João, 74 anos.)

¹⁴⁷ Este episódio, certamente anterior a 1950 e provavelmente posterior a 1945, foi-nos contado por um homem que fazia contrabando ocasionalmente e sempre por conta própria, isto é, transportando o seu próprio café. Apesar de nunca ter sido detido, perdendo embora algumas cargas, esta pequena história coloca-nos perante um outro tema importante, talvez mesmo aquele que de forma mais evidente domina as narrativas, exactamente o das dificuldades vividas pelos contrabandistas e a coragem e bravura a que era necessário apelar para conseguir bons desempenhos⁵⁷. Essas dificuldades eram de vária ordem, sendo nalguns casos inerentes à própria actividade e noutros decorrentes de situações particulares e acidentais. Consideramos que o episódio é sugestivo, justamente porque mostra como um pequeno contratempo, gerado em última instância pelo medo, podia afectar muito significativamente o planeamento de uma operação. Como era de noite que a actividade dos contrabandistas decorria, bastava um atraso de algumas horas para que se perdesse todo um dia: se ao nascer do sol não tivessem chegado ao destino, viam-se obrigados a passar o dia escondidos nos matos aguardando a noite.

¹⁴⁸ A comida que os contrabandistas levavam era habitualmente escassa, não prevendo percalços. Compreende-se que assim seja: quanto maior carregamento em víveres, menor em contrabando. A merenda, pão e conduto contados para a duração prevista da jornada,

não podia tirar espaço ao café. Quanto à água logo se veria – o que por vezes, sobretudo no Verão, colocava dificuldades adicionais, pois os guardas mais versados nos hábitos dos contrabandistas esperavam-nos junto aos poços. Sobravam então os charcos, servindo o lenço para filtrar a água das impurezas maiores. Se assim era no Verão, no Inverno havia outras dificuldades: as ribeiras e riachos enchiam e era necessário atravessá-los e continuar o caminho, às vezes com a roupa encharcada, já que outra não havia⁵⁸. Os lugares de descanso eram habitualmente predefinidos, servindo muitas vezes para reagrupar os contrabandistas dispersos por alguma investida dos guardas. Isto não obstava ao uso de alguma imaginação na procura de poisos retemperadores, tal como nos conta um ex-guarda:

Encontrei muitos. Com frio metiam-se dentro do esterco à roda dos montes...

Encontrei muitos... já sem nada. sem carga, quando vinham para cá no regresso. As vezes vinham molhados e metiam-se dentro do esterco. O esterco tem calor...

– Então, vocês dão cabo da saúde!

– Vínhamos todos molhados, sr. guarda, e a gente agora aqui enxuga.

– Pronto, vocês é que sabem.

– A gente ia no nosso rumo, eles já não tinham nada (Pedro, 60 anos).

149 Como dissemos, os imponderáveis agravavam estas dificuldades. O medo de ser apanhado fazia ver perigos onde por vezes eles não existiam, fosse o ladrar de um cão ou, numa outra ocasião, as orelhas de um lobo meio tapadas por uma moita e que faziam lembrar o chapéu de um carabineiro. Estas e outras dificuldades, como a necessidade de um desvio, uma trovoadas ou um acidente, por exemplo, são hoje recordadas num tom que ora sublinha a comicidade das situações ora vinca o sacrifício e mesmo a coragem necessárias à sua superação.

150 A par da agilidade e desenvoltura que permitiam escapar aos guardas, o peso das cargas que se conseguia transportar está entre os factores apontados como distintivos na actividade. A afirmação convicta de que os portugueses sempre carregaram maior peso que os espanhóis, foi-me feita frequentemente e é, localmente, um dado pacífico que não merece sequer discussão. A questão é importante, não só porque durante muito tempo o pagamento era feito ao quilo, ganhando-se tanto mais quanto mais se conseguisse carregar, como por ser reveladora da força e bravura de cada um, servindo mesmo para valorizar o grupo de pertença, fosse em relação aos espanhóis fosse em relação a grupos minoritários, como os ciganos:

Uma vez um cigano ‘tava comigo lá na [taberna] do Zé Mata Rato e diziam assim o cigano: «Diamantino, eu também quero ir [levar café].» Digo assim p’ró L.: «'Tá aqui o coiso, quer ir.» Fomos por aí afora. Fomos apanhar café lá ao [armazém] do Nabeiro, mas íamos a ‘cavalos’ [camioneta] até à fronteira.»

Quando chegámos à fronteira digo [ao cigano]: «Pronto, prepara-te.» Metemo-nos direitos à estação. O cigano pergunta ao fim de um bocado: «Diamantino, ainda é longe?» Eu digo assim: «Aguenta mais um bocado. Não vês aquelas luzes?», mentira, que as luzes não eram, ainda era mais longe, «'Tás aqui ‘tás lá.» Ao gajo já lhe doíam os atapais! Não estão acostumados... uma carga de trinta, trinta e cinco quilos!

Ele começa assim [a fazer movimentos], mas quanto mais mexia a carga, pior. íamos andando com a carga às costas e o cigano, ainda não tinha chegado lá ao pé do povo, diz-me: «Diamantino, já não posso!» Digo-lhe: «Agora é que tu me amolas a mim, pá...»

Ainda faltava um bocado, como daqui lá embaixo à ponte [cerca de dois quilómetros]. «Vá, põe a carga encima da minha...» Trinta [quilos] com trinta... ! Digo ao cigano: «Tu vais aí à frente e se vires os carabineiros abalas a fugir, que é p’ra atirar com uma [uma das cargas] e ficarmos com a outra p’ra gente comer.»

Salvámos as cargas e no outro dia à noite digo assim: «Não vens!?Tu, cigano,

prepara-te que é para irmos hoje!», «Eu antes quero morrer à fome! Eu já não quero isso!» Nunca mais quis ir! (Diamantino, 74 anos.)

- 151 Este episódio ter-se-á passado durante os anos 60 e foi-nos contado por um homem que fez contrabando de forma regular mas nunca profissionalmente. Ainda jovem viveu maritalmente com uma cigana, tendo nessa altura, como diz, «feito vida com os ciganos». Muito embora, na prática, o acesso à actividade de contrabandista fosse fácil, a situação descrita revela a convicção de que era necessário possuir um conjunto de aptidões, de alguma forma adquiridas pelo hábito, para suportar as dificuldades inerentes à actividade. A incapacidade do cigano para suportar a dureza daquela vida, ganha um significado particular por ter sido afirmada por alguém que durante anos foi também *cigano*: viveu com eles, acompanhou-os nas feiras, com eles comprou e vendeu gado... Conheceu, em suma, o modo de vida «deles», assumindo por isso dizer uma autoridade acrescida quando sentencia que os ciganos «não estão acostumados», quando procura explicar por que razão os ciganos não participavam muito no contrabando.

3.

Uma vez também fui [apanhado] com dois, aí mesmo no Castillo de Zagalo. Parece que os estou vendo... Vinha além rompendo a manhã e começaram aos tiros. D'um lado e doutro, vá. Era eu e era o A. e mais outro, ainda os tenho na ideia... era o M.T. Fomos apanhados e dissemos: «Vimos trazer café... e tal, a vida está mal...» E eles: «Ah, pois, eu me quedo com dois quilos», dá-me dois quilos, dá-me dois quilos... repartimos o café quase todo. Já perdemos o café!

Mas chega um capitão, desses que mandava neles, já depois de 'tarmos ali um tempo e só o que tínhamos era sete ou oito quilos de café cada um. E diz o hombre: «Qué pasa? E el café? Se lo han pagado?», «No señor», «Ei, venga! Muchachos, todos a pagar o café.» E depois perguntou: «Quantos [quilos] sobran?» Sobravam parece que dez ou doze quilos. «Esses quero-os eu!» Pagouos ele! (Jacinto, 87 anos.)

- 152 O relato é uma vez mais feito por um contrabandista ocasional, alguém que desde muito cedo foi trabalhar para Espanha na lavoura, fazendo contrabando tanto a partir desse país como de Portugal e tanto por conta própria como a frete. O episódio passou-se durante a Guerra Civil e na ocasião o café que levava era seu e não de um patrão. A satisfação, evidente no narrador ao evocar esta recordação, contrasta com uma certa neutralidade presente na primeira história que apresentamos. Diferença que reflecte, julgamos nós, a atitude mais preocupada do contrabandista que arrisca o que é seu face àquele que se limita a fazer um transporte. A satisfação advém, então, do modo como aquilo que parecia ser a perda inevitável de uma carga de café, se transformara numa venda proveitosa desse produto. Esta diferente relação do contrabandista com o produto, leva, de facto, a que a avaliação das situações de perda das cargas seja variável, mais dramatizada nalguns casos, aceite como mero percalço noutras.
- 153 Os comportamentos assumidos por contrabandistas e guardas colocam um conjunto de questões que nos parece relevante considerar do ponto de vista da ética. O episódio que acabámos de transcrever mostra uma forma extrema e pouco habitual de algo que nunca foi raro e que, a partir de determinado momento, se tornou mesmo corrente nesta actividade. Falamos de uma espécie de conivência ou solidariedade, que nem sempre era interessada, dos guardas para com os contrabandistas, factor que impedia que eles perdessem tudo quanto levavam, permitindo, pelo contrário, que pudessem sair de um assalto com o suficiente para considerarem que o dia não fora perdido. A

situação relatada foge, todavia, ao padrão mais habitual e que se tornará corrente. Distinguese, desde logo, por ter decorrido numa época em que tais liberalidades não eram frequentes, depois por implicar a desautorização dos soldados pelo oficial e finalmente pela forma que assumiu⁵⁹. Tratou-se, no caso, de comprar o café aos contrabandistas, que dessa forma não tiveram qualquer prejuízo, quando aquilo que anos depois se veio a tornar corrente era diferente: permitir aos homens capturados levar algum do café apreendido,

- 154 A situação mais comum era a que nos é narrada na primeira história que transcrevemos. O próprio guarda que fazia a apreensão distribuía alguns quilos de café pelos contrabandistas, podendo estes depois seguir viagem:

Fiz isso muitas vezes, muitas... E não tenho medo de falar:

- Quantos filhos tens?

- Quatro.

- Abre o saco e tira quatro quilos de café. Tu?

- Cinco.

- Cinco. Tu?

- Yo no tengo, soy soltero.

- És solteiro tira um quilo p'ró tabaco...

Fiz isso muita vez. Sem medo nenhum! (Pedro, 60 anos)

- 155 O «não ter medo» não impediu este guarda de ser denunciado ao comandante pelos colegas que achavam que ele «andava a dar café a mais». O comportamento dos guardas mais tolerantes é explicado pelos próprios como resultado da constatação das dificuldades dos contrabandistas, do reconhecimento da dureza do trabalho que faziam, etc. Por outro lado, obstando a um excesso de generosidade, pesava o facto de uma percentagem do valor das apreensões reverter para os guardas. A denúncia ao comandante visava contrariar não a prática mas o excesso, ou seja, o colega estaria desrespeitando o equilíbrio entre o que devia ser apreendido e o que era razoável tolerar. Conclua-se com uma nota relativa a este caso concreto: segundo o guarda, após ser interrogado pelo comandante acerca do seu comportamento, este teria concluído a conversa dizendo: «Então continua que és um bom guarda.»

- 156 Esta ética que rejeitava a ganância excessiva e respeitava, afinal, a acção dos contrabandistas, não era exclusiva de nenhum dos corpos policiais de fronteira, verificando-se tanto em Portugal quanto em Espanha. Havia porém excepções. Em Espanha, a brigadilha constituía um corpo militar particularmente temido, pois nunca davam nada aos contrabandistas que eram apanhados⁶⁰. De um modo geral, porém, muito embora a sorte fosse até certo ponto incerta, os conhecimentos e os hábitos permitiam antever comportamentos:

A gente uma semana tinha que o dar [o contrabando] sempre! No princípio da semana ou no fim de semana sempre tínhamos que ir dar serviço a eles... por causa de aparecerem com serviço. Depois nos outros dias já fechavam os olhos (Amélia, 64 anos).

- 157 Estamos uma vez mais perante o equilíbrio entre a tolerância e o cumprimento do serviço, introduzindo este testemunho, porém, uma outra ideia recorrente: a da convivência dos guardas com os cafezeiros, naturalmente com Rui Nabeiro à cabeça.

- 158 Não que essas eventuais convivências evitassem a apreensão de café, mas ao que se crê e afirma, elas eram controladas e obedeciam a uma periodicidade, sendo de tal forma aguardadas que podiam mesmo integrar a contabilidade dos comerciantes de café:

Aquele homem [um carabineiro] só fazia serviço de mês a mês. A malta que passávamos ali era sempre à volta de vinte, vinte e dois [homens]. Quem era o cortador⁶¹ era o F., aquele pequenino.

Aquele homem não corria atrás de ninguém. Ele punha-se com o ouvido à escuta. Os carros iam com as luzes apagadas, mas o gajo, às vezes, quando era o travar de um bocadinho acendiam-se as luzes do travão. O gajo corria para ao pé das cercas e sabia os que passavam pelo barulho que o arame fazia ao passar. Deixava-os passar a todos e quando era assim um quilómetro desviado da fronteira, punha-se atrás devarinho, devagarinho... até se descalçava, o cabrão!

Chegava ao pé do primeiro: «Chiu, tira p'a 'lante. Sou o Domingos.» Se fugia sabia que depois levava... Chega ao pé do outro, «Domingos, tira p' a 'lante.» Quando o cortador parava p' rá gente descansar já o gajo estava ao pé do cortador! Não mexia numa carga, apanhava-as todas juntas!

Chamava a gente todos... chamava o camarada, abria uma carga ou duas de café: «Vá tu, três quilos. Tu, três quilos, três quilos...» Mas isto todos os meses, todos os meses! O Nabeiro já sabia. O Nabeiro sabia. O Nabeiro todos os meses tinha que dar aquela conta de café (Jaime, 65 anos).

- 159 Se os guardas se regiam por regras que não estando escritas eram reconhecidas e avaliadas por quem estava na actividade, algo semelhante se passava com os contrabandistas. O primeiro dos episódios que transcrevemos dá conta de algum incómodo por parte do narrador face à situação descrita. Ele procura, de resto, demarcar-se da situação tanto quanto pode: por sua vontade teriam seguido a indicação do guarda, passando por baixo da ponte, evitando assim o encontro com o comandante e consequente penalização – deles próprios e do guarda que lhe tinha dado alguns quilos de café. Apesar de o narrador se distanciar da situação, a verdade é que o comportamento seguido na ocasião pelos contrabandistas não era inusual. Uma vez perdido o substancial da carga, o contrabandista desinvestia nas cautelas necessárias e habituais, acabando nalguns casos, como nessa ocasião aconteceu, por ser apanhado segunda vez. Julgamos que o que tornou este episódio memorável para o contrabandista que no-lo contou foram as consequências sofridas pelo guarda: por ter favorecido os contrabandistas acabou por ser castigado, sendo que estes tiveram nisso evidentes responsabilidades.
- 160 A ética do contrabandista surge em boa medida articulada com uma lógica de reciprocidade. No exemplo referido a atitude do guarda merecia um outro comportamento e é a ausência de resposta adequada à sua conduta que gera o sentimento de incomodidade na narração do episódio. Algo de semelhante se passa noutras dimensões. Viajando de noite, atravessando campos cultivados e passando as dificuldades a que já aludimos, devia ainda assim o contrabandista abster-se de colher o que não era seu, e caso viesse a beneficiar de quaisquer serviços, devia pagá-los de forma justa⁶². É uma vez mais um comportamento ditado por uma espécie de reciprocidade, pois esta conduta equilibra-se através da solidariedade e conivência que esperavam receber das populações: não serem denunciados, poderem esconder as cargas nos montes raianos sem serem roubado, etc.⁶³ Na prática nem sempre as coisas se passavam desta forma, bem entendido, mas é um facto que o princípio existia, devendo ele ser lido como forma de evitar conflitos numa actividade onde a tensão era frequente, mas também como sintoma da integração do contrabando na mundivisão da comunidade.
- 161 Também ao nível das relações entre contrabandistas, os comportamentos eram avaliados e julgados. A inveja desempenhava neste ponto um papel fundamental, produzindo denúncias, quebras de solidariedade e mesmo roubos. As denúncias eram

quase sempre feitas anonimamente por medo de eventuais represálias, mas o chivatalho, como lhe chamavam os espanhóis, era muitas vezes motivado pela pressão, às vezes violenta, exercida pelos guardas. Noutras ocasiões a inveja parece ter desempenhado um papel mais importante do que o desejo de tirar proveito próprio da denúncia. Pela forma como o contrabando era feito, parece poder dizer-se que entre as mulheres este fenómeno era mais comum. Enquanto os homens levavam contrabando organizados numa quadrilha que permanecia unida pelos objectivos comuns, no processo usado pelas mulheres manifestava-se um maior individualismo.

- 162 De facto, sobretudo quando o contrabando era feito por conta de outrem, todos os intervenientes levavam cargas semelhantes, todos se dirigiam ao mesmo local e no caso de um assalto era impossível prever quem perderia a carga e quem lograria escapar. Quando nestas situações havia denúncias, elas tinham quase inevitavelmente por trás o incentivo dos guardas – por exemplo prometendo uma carga a um contrabandista que revelasse por onde o grupo passaria. Já com o contrabando feito pelas mulheres, as coisas passavam-se de forma algo diferente. Muito embora se deslocassem em grupo para Espanha, fosse a pé fosse partilhando transporte, a verdade é que aí chegadas cada uma seguia o seu rumo. Cada uma delas fazia o negócio que lhe parecia mais proveitoso, escondia a mercadoria conforme entendesse e o seu engenho ajudasse e levava e trazia os produtos para que tivesse comprador prometido.
- 163 Desta forma, no caso das mulheres, eram sobretudo estratégias definidas individualmente que caracterizavam a forma de fazer contrabando que elas dominavam quase em absoluto. O sucesso ou insucesso era nesta situação particularmente sentido pois afectava desigualmente estas mulheres: num determinado grupo podia suceder que apenas uma mulher conseguisse passar o contrabando, que apenas uma o perdesse, que um produto particularmente valorizado e escondido não fosse encontrado pelos guardas, etc. A inveja nascia em grande medida destas diferenças que a sorte, a experiência ou a esperteza ditavam⁶⁴. Uma mulher que ia juntando em casa produtos para uma encomenda significativa podia então ser denunciada anonimamente por uma colega com pior sorte. E certo que as denúncias eram recompensadas, mas julgamos que mais do que a recompensa pesava o desejo de restabelecer um equilíbrio que os imponderáveis da raia por vezes quebravam.

4.

Um dia, estava ali deitado junto à ribeira, quando passou ela [uma contrabandista que identifica] e mais mulheres.

– Então onde é que vão?

– Ai filho, ainda bem que apareceste!

– Então que leva?

– Venho zangada com os sapatos. Este cabrão enganou-me, comprei-lhe esta merda de sapatos e só além, ‘tive a fazer chi-chi e aqui a dar a volta a isto... São todos do mesmopé!

– Então você deixou-se enganar?!

– Então, filho da minha alma, deixei-me enganar!

– Pronto, vá lá embora.

Mas eu vi a jogada! Da próxima vez trazia do outro pé... Ao fim de uns dias um colega meu encontra as mesmas pessoas. Depois mais tarde no posto disse-me:

– Então tu encontraste, assim assim, fulana e tal e tal...

– De facto encontrei.

– Então levava um saco de sapatos?

- Levava. Lá a mandei embora, então p'ra que queríamos nós aquilo?!
- Olha, eu agora apanhei-a com os outros!
- Então que lhe fizeste?
- Eu? ! Mande-i-a embora!

Já viu? ! Pronto, depois lá venderia, coitadita, os sapatos... (Pedro, 60 anos).

- 164 Este episódio, contado por um antigo guarda fiscal que fez serviço, entre outros locais, num dos postos fronteiriços de Campo Maior, reporta-se já ao começo dos anos 80 e remete para uma última dimensão na vida do contrabandista em que importa que nos retenhamos. Trata-se do papel do truque, do logro, da esperteza que ora dá certo ora é descoberta, dimensão onde verdadeiramente se investem os recursos de imaginação das partes em confronto. Está-se perante uma dimensão que atravessa todo o universo do contrabando, expressando-se quer no interior de cada um grupos participantes na actividade quer nas relações entre esses grupos⁶⁵. Se no relato transcrito o logro se joga entre contrabandista e guarda, noutras casos é dentro do próprio grupo que ele é tentado, como nos conta um contrabandista que ao fugir da brigadilha sente que alguém corre atrás dele:

Meto-me por um canal adentro a correr. Olhei para trás, quem havia de vir atrás de mim?! Digo: «Mas quem será este filho dum cabrão? Um carabineiro?» Ia com a carga às costas... Quem havia de ser! O C. que 'tá lá no Luxemburgo comigo! Esse que foi carteiro cá... Digo-lhe: «Então tu, porco, vens atrás de mim a correr?! E se eu atiro com a carga? Não corrias atrás de mim, pá!» (Diamantino, 74 anos).

- 165 É necessária aqui uma explicação adicional. Para este contrabandista a perseguição do colega não era acidental nem mera coincidência, antes tinha um objectivo claro: esperar que ele, julgando tratar-se de um guarda, largasse a carga para depois a guardar para si.
- 166 Jogar com o engano, com a manipulação das regras explícitas ou implícitas em proveito próprio, fazia, de facto, o quotidiano do contrabando-o que não significa que não houvesse uma clara percepção do correcto e do errado e não se usassem mesmo os mecanismos legais para contrariar o que surgia como inaceitável. Um antigo contrabandista contou-nos que uma vez lhe roubaram uma carga que tinha escondido no campo, mas que ele conseguiu descobrir quem o fizera graças à cor dos tirantes, ou seja, das correntes da mochila. Foi então queixar-se à polícia e aí, através de uma personagem ainda hoje lembrada pelo seu comportamento correcto, o sargento Abrantes, com quem nos reencontraremos no capítulo seguinte, conseguiu ver o seu problema resolvido: o ladrão da carga foi obrigado a devolver a importância entretanto ganha. Esta intervenção da polícia num domínio que parecia restringir-se a um assunto entre contrabandistas, é ilustrativa do modo como neste universo competitivo se tolerava bem mais o embuste do que o roubo.
- 167 Dissemos já que ainda hoje alguns contrabandistas se indignam ao recordar como os guardas lhe chamavam ladrões. Os enganos e os truques são tolerados pelos guardas ao mesmo título que as apreensões o são pelos contrabandistas: faziam parte do jogo. Em relação à ideia de roubo, assim como à de denúncia a questão coloca-se de forma diferente⁶⁶. A rejeição expressa-se aqui de forma clara, configurando um comportamento ético entendido como ideal aplicável a todos os que se moviam nesta actividade. Uma mulher que durante anos se dedicou inteiramente ao pequeno contrabando, contou-nos um episódio, ocorrido já no começo dos anos 70, que ilustra esta ideia:

Um dia quando vinha de Espanha fui apanhada pela Guarda Fiscal. Estava a minha filha no hospital em Badajoz naquela altura. Eu trazia uma malinha assim pequenina e trazia-lhe uns sapatos para ela estrear quando viesse do hospital e vai o guarda fiscal e tirou-me os sapatos e tirou-me a mala.

Mas eu também fui esperta! No dia em q'houve leilão, faziam leilão do contrabando que tiravam⁶⁷, e eu fui a ver se apareciam os sapatos e s'aparecia a mala. Comecei mesmo no princípio do leilão... porque eu comprava-os!

Eu quando oiço ir encerrar o leilão... eu 'tava certa do dia quando tinham tirado os sapatos e aquilo tudo, hora e tudo... E eu entro p'ra dentro da alfândega. «Eu venho cá porque um guarda com este nome assim assim... Agora vinha a s'apareciam as coisas q'era p'ras comprar à mesma e não vi nada.» Chamaramno a ele: «Um tal dia às tantas tiraste uns sapatos a esta senhora e isto e aquilo...»

O guarda não os tinha entregue porque era para os levar para a filha dele. Mandaram-no buscar os sapatos e entregaram-mos! Aquilo q'eles queriam apanhavam antes de chegar à alfândega. Ficava para eles! Por isso muitos guardas levantavam a cabeça, por causa disso...» (Amélia, 64 anos).

- 168 Como dissemos, a apreensão fazia parte do jogo, e muito embora se censurem os guardas mais rigorosos, não é tanto esse rigor que se discute, mas as eventuais iniquidades, resultassem elas do favorecimento dos grandes negociantes de café, ou da apropriação em interesse próprio dos bens apreendidos. É ainda a mesma noção de propriedade e de roubo que se manifesta nos leilões, onde frequentemente o contrabandista que perdera os produtos os podia licitar sem concorrência: tendo interesse em recuperá-los, os demais interessados não concorriam com ele, permitindo dessa forma que a recuperação se fizesse por um valor mais baixo⁶⁸.
- 169 O aproveitamento do estatuto social para se retirar benefícios pessoais assumiu várias formas. Uma das religiosas da vila contou-nos que quando ela ou as suas colegas do convento iam a Espanha era frequente auxiliarem uma ou outra contrabandista que conheciam da vila. Como sabiam que não seriam revistadas na fronteira, aceitavam esconder alguns produtos, nomeadamente café, que dessa forma entrava mais facilmente em Espanha. Neste caso, tanto quanto a nossa informante nos assegura, não se tratava de conseguir qualquer benefício pessoal, mas apenas de auxiliar desinteressadamente aquelas mulheres⁶⁹. Por outro lado, alguns guardas fiscais ter-se-ão também aproveitado do seu estatuto para realizar contrabando sem risco mas com proveito. Um antigo contrabandista que foi baleado por um guarda português, afirma com revolta que esse mesmo guarda, quando levava as filhas à cabeleireira a Espanha fazer permanentes, fazia com que elas se sentassem em cima de cargas de café, que dessa forma atravessavam a fronteira sem sobressalto.
- 170 Ainda nesta mesma dimensão de ludíbrio e abuso, extravasando aqui claramente o registo tolerado do truque e da esperteza, conta-se e censura-se em Campo Maior um expediente supostamente usado por um comerciante de café para enriquecer à custa dos contrabandistas. A acusação, que é voz corrente na vila e tem como alvo um dos fundadores do negócio do café, expressa-se em poucas palavras. Esse homem forneceria café às quadrilhas de contrabandistas, mas depois seguia-os, e fazendo-se passar por guarda obrigava-os a largar as cargas que dessa forma revertiam de novo para si⁷⁰. Também neste caso se trata de uma prática inaceitável, remetendo uma vez mais para o domínio do roubo. De resto, a avaliação que se faz da actividade dos comerciantes de café, mesmo quando reconhece a inteligência e capacidade de trabalho de alguns, sublinha frequentemente tanto a exploração como a ingratidão.

171 O exemplo mais corrente da segunda destas dimensões fala-nos do homem que terá introduzido a técnica de torra de café na vila, Nicolau, um espanhol chegado na altura da Guerra Civil. Para muitas das pessoas com quem falámos, este homem foi fundamental no desenvolvimento do comércio de café na vila, sendo por isso mesmo, em boa medida, responsável pelo sucesso alcançado pelos Nabeiros. Sucede, porém, que o final de vida deste homem não foi o melhor possível e, na avaliação local, não foi mesmo aquele que mereceria, tendo morrido abandonado no lar da vila. Esta «ingratidão» é perspectivada no mesmo registo do roubo, remetendo tal como ele para a ideia de enriquecimento ilícito, ou pelo menos não devidamente compensado. As histórias que a memória dos anos de contrabando nos oferece, estas que referimos ou outras semelhantes, não são meras narrativas factuais de aventuras, pois nelas perpassa quase sempre uma avaliação dos actos próprios e dos alheios: o que os motiva e legitima, o que os justifica e desculpa. As narrativas acerca do contrabando estruturam-se assim numa espécie de visão do mundo, que explícita ou implicitamente nos fala do trabalho e do sacrifício, da exploração e dos abusos, da dureza do quotidiano e das formas de a vencer. No encerramento deste capítulo falta, então, olhar a dinâmica do processo, procurando na confluência das narrativas algumas das linhas de força que nos permitem perceber o lugar do café e do contrabando na história da vila de Campo Maior.

5.3.2. O CONTRABANDO EM CAMPO MAIOR: PROCESSOS, DINÂMICAS E REPRESENTAÇÕES

172 O final da II Guerra Mundial marca um ponto de viragem importante nas características do contrabando raiano. Os bens de primeira necessidade, nomeadamente os bens agrícolas, vão perdendo gradualmente importância, ao mesmo tempo que o café se tornará cada vez mais presente. Este produto de proveniência colonial tinha fácil circulação em Portugal, mas a tentativa de restringir as importações condicionara fortemente o seu consumo em Espanha, pelo que desde cedo se tornou um bem muito presente no contrabando. O pós-guerra acentuou essa presença, subalternizando outros produtos. Paralelamente a esta alteração no cabaz dos bens envolvidos no contrabando, também se modificou o modo como esta actividade se exercia. Assiste-se, fundamentalmente, a uma diminuição da iniciativa privada, quer dizer, dos contrabandistas que trabalhavam por conta própria, num movimento que alarga a actividade a novos agentes, ao mesmo tempo que uniformiza as práticas. Foi pelo menos o que aconteceu em Campo Maior, onde o café absorveu praticamente todos os homens dispostos a fazer contrabando, deixando às mulheres, como já vimos, um mercado não especializado e de menor rentabilidade.

173 A importância que o café assume na economia raiana, é bom dizê-lo, está longe de se circunscrever a Campo Maior. Quando se fala de contrabando para Espanha, seja qual for a região em que nos situemos, o café surge sempre referenciado. A vila em que trabalhámos acabou por se distinguir não tanto por ter ganho prosperidade através do café, mas por a ter conservado mesmo após o fim do contrabando. Em Espanha podem apontar-se casos de povoações que prosperaram graças ao café português, como aconteceu com Paymago e Encinasola nos anos 50 (cf. Castano Madronal & Quintero Morón, 1996:437). Mais próximo ainda, paredes-meias com Campo Maior, a vizinha cidade de Elvas teve também os seus anos felizes graças aos espanhóis que aí se

deslocavam a comprar café. Já atrás nos referimos à existência no passado de uma certa tensão entre Campo Maior e Elvas a propósito da hipótese de abertura da fronteira do Retiro. Uma das razões ainda hoje apontadas para a reivindicação de Campo Maior é justamente a tentativa de disputar esse mercado de café a Elvas⁷¹.

174 O papel desempenhado por este produto particular na economia de Campo Maior apela ao confronto com uma realidade a vários níveis bem distinta, mas que neste ponto concreto admite e sugere mesmo algum paralelismo. Falamos de Andorra e do papel que na economia do Principado foi assumido pelo tabaco. Aproximam-se ambos os casos desde logo pelos aparentes paradoxos que encerram. De facto, à luz da mais elementar racionalidade económica, que sentido podemos nós encontrar no crescimento exponencial do cultivo de tabaco em Andorra se a sua qualidade é tão má que a maior parte dele acaba sendo destruído? (cf. Comas d'Argemir, 1999:69-70). Do mesmo modo, como explicar que tenha sido numa região agrícola, completamente periférica em relação aos centros urbanos do país a que pertence, que tenha nascido uma indústria que tem como matéria-prima um produto de proveniência distante e que vende fora da região a esmagadora maioria da sua produção? Paradoxos aparentes, dissemo-lo já, pois as regras particulares do comércio fronteiriço são suficientes para os explicar e lhe dar sentido.

175 Comas d'Argemir di-lo claramente: «A questão do tabaco está envolta em toda uma série de paradoxos que apenas são compreensíveis pela própria existência da fronteira como factor estrutural.» (Comas d'Argemir, 1999:69.) Em Andorra, o tabaco, diz-nos a mesma autora usando a expressão de Mauss (1950:145 sgg.), é um facto social total, na medida em que nos remete para a lógica de funcionamento e reprodução do principado, articulando várias dimensões. Se o negócio em torno da manufactura e contrabando desse produto teve origem no século XIX, os andorranos souberam actualizá-lo e mantê-lo operante. Para o que aqui nos interessa basta perceber a sua centralidade actual: é ele que alimenta uma indústria pujante e que contribui para as receitas turísticas, mas é ele também que confere rentabilidade a um sector primário que tem garantias de escoamento da totalidade da produção de tabaco, mesmo que este seja para destruir. Esta conciliação política entre os interesses dos industriais e dos agricultores foi mutuamente proveitosa sobretudo nas décadas de 70 e 80. Na década seguinte, porém, não só a produção autóctone de tabaco cresceu excessivamente levantando dificuldades à indústria, como Espanha passou, após 1997, a reprimir de forma mais efectiva o contrabando feito a partir do principado, acentuando dessa forma as referidas dificuldades. Este último factor é particularmente importante, pois o estrangulamento do contrabando em Andorra desestruturará os equilíbrios políticos, nomeadamente os que permitem a manutenção de um *statu quo* que distingue e privilegia os andorranos (apenas 30% dos habitantes em 1974, hoje muito provavelmente menos – cf. Comas d'Argemir, 1999:75) face aos estrangeiros. A situação particular deste pequeno país revela-se então claramente:

A fronteira é imprescindível hoje em Andorra. Se conservar a sua permeabilidade continuará funcionando como factor estruturador da economia de Andorra; sem ela, o cultivo e produção de tabaco passarão a ser apenas um episódio na história do país (Comas d'Argemir, 1999:76).

176 As diferenças entre esta realidade e a de Campo Maior são por demais evidentes e não vale a pena aludirmos senão à mais clara delas: num caso estamos perante um país que pode definir políticas de relacionamento com os vizinhos e no outro perante uma região que obedece às políticas de um Estado central. Ainda assim, relevadas estas

diferenças, devemos sublinhar que também em Campo Maior o café se constituiu como «facto social total», quer dizer, elemento articulador de várias dimensões sociais locais, desde a política à economia, entroncando nele também referenciais identitários, tão significativos na vila como o clube de futebol ou as Festas do Povo. A semelhança do que aconteceu em Andorra, também em Campo Maior se deu uma actualização do negócio que passou pelo desenvolvimento de uma indústria de suporte. Todavia, neste caso, diferentemente da situação andorrana, essa transformação possibilitou a sobrevivência do negócio mesmo após o desaparecimento do contrabando.

- 177 A fronteira constituiu-se frequentemente em recurso económico capaz de gerar actividades específicas de tal forma importantes que se tornaram centrais na vida de comunidades mais ou menos vastas. Cada qual a seu jeito, assim aconteceu com Campo Maior e continua acontecendo com Andorra. Outros espaços e tempos sugerem-nos análises semelhantes. Paul Béquet refere o surgimento de certas manufacturas de tabaco na Bélgica e de bebidas anisadas em Espanha unicamente para abastecimento dos contrabandistas (Béquet, 1959:85). É em situações como estas que o contrabando deixa de ser mera expressão da livre iniciativa de quem a pratica para adquirir peso institucional: de fenómeno marginal passa a estar no centro da vida económica, política e associativa das comunidades. Esta centralidade não remete nem pode ser justificada, pelo menos no caso que estudámos, por critérios substantivistas ou identitários: embora muito presente como memória e referência em toda a vila, não vimos em Campo Maior o que se diz do contrabando em Quadrazais - «uma vocação quase religiosa transferida hereditariamente de pais para filhos» (Santinho, 1984:66). Muito embora em casos pontuais e mais ou menos localizados, se reivindique a actividade do contrabando como uma espécie de herança familiar, a ideia de vocação está longe de ser dominante em Campo Maior. O contrabando surge mais como um ofício possível numa terra onde as alternativas escasseavam, mas é necessário vincar aqui a ideia de fronteira multiforme, realidade composta de várias expressões e objecto de várias apropriações, pelo que as características de uma área raiana não são directamente transferíveis para outra.
- 178 No uso diferenciado da fronteira-recurso, pesam vários factores, que vão desde a história local à demografia, sem esquecer a geografia e, como aconteceu em Campo Maior, a acção marcante de personagens particulares. Num contexto de montanha como os Pirenéus, a natureza impõe dificuldades adicionais à actividade dos contrabandistas, resultando daí um menor impacto, pelo menos demográfico, da actividade na comunidade. A dureza das condições em que o contrabando decorre em zonas de alta montanha permite apenas a alguns participar dele. Andolz Canela deixa isto bem claro, quando mostra, por exemplo, que aquando do surgimento do alpinismo como desporto se vêm a utilizar caminhos que os contrabandistas haviam descoberto e utilizavam habitualmente⁷². A generalização da prática desta actividade a indivíduos menos preparados fisicamente, a mulheres e mesmo a crianças, como em alguns momentos parece ter acontecido em Campo Maior, revela-se impossível num contexto como este, onde perder-se dos companheiros pode não significar apenas o atraso de um dia, mas a própria morte.
- 179 A demografia era também importante na configuração dos mecanismos do contrabando. O povoamento concentrado ajudou a fazer de Campo Maior um centro aglutinador da actividade empresarial ligada ao comércio do café. Dispondo de mão-de-obra suficiente quer para o contrabando quer para a indústria de torrefacção, é ainda a

relativa dimensão de Campo Maior que facilita a integração na vila e a inclusão na actividade de muita gente proveniente de outras localidades. Falando de uma franja fronteiriça relativamente extensa, que inclui raia seca mas onde também o Guadiana faz fronteira, Castano Madronal e Quintero Morón mostram como a uma outra ordenação do espaço corresponde uma diferente organização do contrabando. Sublinham, nomeadamente, a existência de uma relação entre os assentamentos portugueses na raia espanhola e o contrabando. Instalando-se em pequenas aldeias distanciadas entre si, os portugueses criavam uma rede de circulação de contrabandistas que assim evitavam os caminhos mais vigiados pelos guardas. Aqui é um povoamento disperso, feito sobretudo por imigrantes que se conhecem e mantêm contactos, que sustenta uma actividade que beneficia todo o grupo. A solidariedade pela origem comum, o incentivo comercial e a partilha de uma ideologia em que se reconhecem, «convertem estas unidades domésticas num elemento de apoio fundamental para as redes de contrabando» (Castano Madronal & Quintero Morón, 1996:437).

- 180 Os modelos de estruturação das redes de contrabando apresentam, portanto, variações regionais, o que não significa que no plano local eles sejam uniformes. Não o são, desde logo, se vistos numa perspectiva diacrónica, mas tampouco o são se olhados sincronicamente. Valcuende del Rio nota-o bem, quando sublinha o modo como homens e mulheres usam diferentes redes pessoais e de contactos no exercício da actividade (Valcuende del Rio, 1998:305). Para o autor, a existência destas diferentes redes permitia que numa mesma família pudessem funcionar diferentes alternativas, favorecendo dessa forma o sucesso do contrabando. Neste aspecto particular são claras as semelhanças com o que se passava em Campo Maior. Nesta vila as mulheres organizavam-se em redes vicinais e de parentesco, sendo a amizade o elemento aglutinador fundamental. Os desentendimentos, muitas vezes motivados por inveja, reordenavam frequentemente as afinidades pessoais, existindo ao mesmo tempo uma espécie de vigilância interna constante que dificultava a ascensão dentro do grupo. Os homens, organizados em quadrilhas pelos negociantes de café, podiam também escolher entre um ou outro grupo por razões de amizade, mas esse não era um critério habitual. A estrutura da rede era neste caso mais complexa, pois existiam guias e chefes de quadrilhas reconhecidos e investidos formalmente nesse papel, ou seja, existia uma hierarquia e com ela a possibilidade de mobilidade dentro do grupo.
- 181 Os contactos em Espanha eram também diferentes. Para as mulheres, Badajoz constituía o ponto fundamental de ancoragem, fosse para vender os produtos que traziam de Portugal fosse para adquirir contrabando. Era pois na cidade e entre comerciantes estabelecidos, que decorria grande parte do negócio feito pelas mulheres. Nas últimas décadas de contrabando em Campo Maior, os homens nem sequer tinham interlocutor, limitando-se a receber as cargas num armazém e a colocá-las num camião em Espanha. E verdade que não era assim no passado, mas também nessa altura as redes de contactos tendencialmente não coincidiam com as que as mulheres estabeleciam: por um lado a grande quantidade de café que levavam implicava um tipo de comércio diferente do que as mulheres frequentavam, por outro dirigiam-se muitas vezes para lugares bem mais distantes que Badajoz, ou seja, para lugares que as mulheres não frequentavam – falamos, vale a pena explicitá-lo, de tendências gerais, pois havia mulheres que acompanhavam os homens em expedições mais distantes, do

mesmo modo que o pequeno contrabando feminino podia ter participação masculina, por exemplo quando um homem já de alguma idade acompanhava a filha.

- 182 A gradual expansão do negócio do café, com a criação e desenvolvimento das torrefacções, deu à vila uma dinâmica muito particular, singularizando-a no contexto em que se insere. A criação de uma indústria colocou a mão-de-obra disponível perante uma realidade nova: já não se tratava apenas de propor uma actividade complementar à lavoura, mas de concorrer directa e vantajosamente com este sector. Se para os mais velhos a conversão se mostrava difícil e incerta, as novas gerações, podendo optar pela lavoura ou pela indústria, preferem quase sempre a segunda. Fosse na fábrica do tomate, criada graças ao projecto de irrigação da Barragem do Caia, fosse nas torrefacções que o contrabando sustentava, a actividade industrial, mais limpa e estável, levou vantagem. A história posterior é conhecida ou pelo menos adivinha-se: a falência de projectos como a fábrica de tomate, cujas instalações fazem hoje parte do império Delta, deixaram no terreno um único competidor de peso, Rui Nabeiro, que, como já vimos, é claramente o grande empregador do concelho.
- 183 O que queremos sublinhar aqui, é o facto de a constituição de uma indústria de torrefacção e comércio de café institucionalizar o negócio, de o legitimar, secundarizando a dimensão ilegal, mesmo quando esta, na verdade, ainda o suportava. Esta institucionalização de que falamos encontra expressão ilustrativa num episódio concreto que vale a pena referir. Em meados dos anos 60, era Rui Nabeiro já na altura vice-presidente da câmara, foram inauguradas novas moradias para a Guarda Fiscal em Ouguela. Finda a inauguração, a passagem por Campo Maior foi aproveitada para levar a comitiva, acompanhada pela imprensa, nomeadamente o *Diário de Notícias e O Século*, a visitar «as modelares instalações da Torrefacção Camelo» (*Jornal de Elvas*, 4/8/66). Sublinhe-se pois o facto da promoção da marca Camelo, na altura o expoente máximo do café contrabandeado para Espanha, ser suscitada pela inauguração de instalações da Guarda Fiscal. Para lá dessa coincidência, porém, o episódio traduz o reconhecimento de que o negócio do café já não era apenas um assunto de contrabando, passara a ser uma questão empresarial.
- 184 A emergência desta nova dimensão não significa o final da anterior, uma vez que o contrabando continuou enquanto foi rentável, nem sequer a rejeição no presente da herança de ilegalidade que vem do passado. Já tivemos oportunidade de dizer que esse passado ligado ao contrabando é assumido no presente, encontrando expressão, por exemplo, no Museu do Café que a Delta abriu nas suas instalações, ou na estátua que homenageia Rui Nabeiro. Este facto não significa que se possa ver em Campo Maior a «vocação quase religiosa» que Cristina Santinho (1984:66) vê em Quadrazais. Em duas obras de carácter monográfico publicadas recentemente sobre Campo Maior, constata-se que o tema do contrabando está ausente num caso (Botelho, 1996) e tem uma presença meramente residual noutra (Munoz, Joana, 1998). Se é certo que se reconhece na vila que foi o contrabando das últimas décadas que fez dela aquilo que é hoje, isso não significa que possamos ver nessa actividade um referencial identitário, pelo menos capaz de a envolver na sua totalidade – como atrás dissemos, em relação a algumas famílias, de resto mais ou menos demarcadas espacialmente, o contrabando constitui de facto uma referência de agregação intergeracional.
- 185 Sobre esta questão do contrabando como referência de identidade, vale a pena determo-nos um pouco no caso de Quadrazais. Aí, não só tal actividade desempenhou, efectivamente, um papel substantivo no modo de vida da comunidade, como também se

instituiu em referencial agregador. Isso fica claro no trabalho de Maria Cristina Santinho a que vimos fazendo referência, mas observa-se também num texto bastante anterior, o romance *Maria Mim*, de Nuno de Montemor. O autor nasceu na aldeia e apesar de não ter vivido aí senão os primeiros anos de vida, assume-se como quadrazenho, sendo que esta identidade assumida e reivindicada, remete antes de mais para o contrabando como expressão de coragem, bravura e independência. Estas são as dimensões que, segundo o autor, distinguem os quadrazenhos e os tornam notados:

E foi assim que a má fama de Quadrazais nasceu das grandes qualidades da sua gente ousada, pois que à falta dos meios que o Estado jamais lhe facultou, elas eram de uma tal exuberância que, embora desordenadamente, criaram um nome em todo o país (Montemor, 1939:256).

- 186 Nome que perante o país está longe de ser bem reputado, bastando seguir o enredo do romance para ver como eram olhados nos salões elegantes da capital: «Ciganos da pior espécie... Uma tribo encurralada entre Portugal e Espanha, que verdadeiramente não pertence a nenhuma raça e a nenhum país.» (Montemor, 1939:167.)
- 187 A justificação da actividade do contrabando na aldeia beirã é feita em moldes semelhantes ao que encontrámos em Campo Maior: as dificuldades, a inexistência de alternativas razoáveis na lavoura, a necessidade de alimentar os filhos... As diferenças, por seu turno, não são menos claras: enquanto que aquilo que encontrámos em Campo Maior é um olhar distanciado, um olhar que mesmo quando é dos participantes assume hoje uma certa exterioridade, o que se percebe de Quadrazais, quer pela monografia de Santinho quer pelo romance de Nuno de Montemor, é um olhar implicado. Dir-se-ia que a identidade quadrazenha, construída pelo contrabando, se revelava, pelo menos até ao começo dos anos 80, data da investigação de Santinho, um *hábito* (e a polissemia é aqui propositada) difícil de despir: «O “Nós” é-nos assim claramente dado pela actividade que melhor os caracteriza: o contrabando.» (Santinho, 1984 :37.):
- 188 O romance de Nuno de Montemor é ainda importante pelo papel de cristalização de uma certa representação do grupo que lhe parece estar associada. Pelo menos é isso que Santinho nos transmite quando, quarenta e cinco anos após a sua publicação, afirma sentir ainda a sua presença na aldeia. Diz-nos Santinho que a personagem principal, Maria Mim, é vista como uma espécie de herói local inspirador dos contrabandistas. Mais ainda, para alguns dos habitantes nascidos após a publicação do romance, este é visto como desencadeador do contrabando na aldeia, ou seja, como acto fundador. E impossível não traçarmos aqui um paralelismo com outras situações, nomeadamente com o Rio de Onor que Jorge Dias projectou no papel e do qual a própria comunidade se apossou (cf. Pais de Brito, 1996:18-19)⁷³. O facto de o livro de Nuno de Montemor ser um romance que decorre num passado algo remoto (século XIX), não altera nada de substancial. O que parece contar para a cristalização de um imaginário local está lá: afirmação de especificidade – traduzida até no modo de falar, não se esquecendo mesmo o autor de incluir na obra um pequeno dicionário de gíria quadrazenha – a que se associa um conjunto de valores fortes e marcantes, como a coragem, a honra ou a lealdade.
- 189 Em Campo Maior não encontrámos nada semelhante, existindo todavia um texto, a que aliás já aludimos, que poderia constituir a base de um processo de mitificação da figura do contrabandista na vila. Falamos de *Os contrabandistas*, de Lourenço Cayolla, publicado originalmente em 1921 e que traça a panorâmica do contrabando na vila no final do século XIX. Porém, sendo de natureza distinta dos precedentes, pois foi originalmente

publicado como artigo de jornal, não se mostra capaz de cristalizar como texto de referência da comunidade. Evidentemente que para lá da questão da natureza, suporte e difusão do texto, se colocam outras questões para as quais não temos resposta, nomeadamente as que se prendem com os mecanismos de apropriação e validação dos conteúdos.

- 190 Percebendo a diversidade interna das comunidades, seria necessário inquirir que grupos se envolvem nessa apropriação, de que forma o fazem e o que os motiva. Ou seja, inquirir o modo como a comunidade se encontra com estes textos, as condições históricas e sociológicas que os tornam emblemáticos e marcantes e os modos de apropriação e leitura dos diferentes grupos sociais⁷⁴.
- 191 Uma abordagem desse tipo está fora do âmbito e ambições deste trabalho, ainda que seja uma questão inegavelmente pertinente ao seu conteúdo. De facto, a configuração da memória colectiva faz-se também através da cristalização em torno de nós de significação, sendo esse papel muitas vezes desempenhado por textos escritos que *contam* a comunidade. Mesmo estando sujeitos a reinterpretações pelas gerações sucessivas, eles funcionam então como uma espécie de lugar de ancoragem. Tanto a forma que assumem como o conteúdo que transmitem ou ainda o seu significado têm contornos diferentes, mas a sua importância é semelhante enquanto produtores de sentido. Comas d'Argemir e Joan Pujadas encontraram em Andorra, num texto setecentista, algo que remete para a dimensão de que falamos. Trata-se do *Manual Digest de lesValls neutras de Andorra*, que contém, entre outras coisas, cinquenta e cinco máximas ou conselhos de governação, «que nos dão uma chave interpretativa importante sobre muitos dos valores e das actitudes da população andorrana contemporânea» (Comas d'Argemir & Pujadas, 1997:127).
- 192 Como dissemos e procurámos mostrar com o exemplo de Quadrazais, textos de outra natureza podem, em certos contextos, revelar-se igualmente marcantes como sinalizadores da memória colectiva. Na verdade, a natureza literária e ficcionada dessas narrativas pode mesmo, através da dimensão dramática que encerram, exponenciar essa capacidade sinalizadora e de identificação. Assim, só percebendo a circulação das ideias contidas em textos como *Maria Mim*, seria possível perceber com maior rigor por que razão em alguns casos se faz a absorção desses conteúdos, enquanto que noutros ela não ocorre. Um outro texto que referenciámos várias vezes, *Los mochileros*, de Antonio Ballesteros Doncel, apesar de publicado bastante mais tarde (1971) e de não propor uma leitura tão linear do fenómeno, associa ao contrabando alguns dos valores que se encontram em *Maria Mim*, como a coragem e valentia, a honra ou as dificuldades de vida como motivadoras dessa actividade⁷⁵.
- 193 Uma diferença fundamental entre *Maria Mim* e *Los mochileros*, tem a ver com o facto de o primeiro se centrar numa pequena localidade, enquanto o segundo tem uma narrativa bastante mais dispersa do ponto de vista espacial. Esta diferença sugere que vejamos em *Maria Mim* a expressão de uma comunidade, sublinhando de resto, enfaticamente, a sua singularidade, enquanto que *Los mochileros* dá conta dos contornos da actividade do contrabando numa região vasta e que surge uniformizada. São pois focalizações diferentes que ajudam a explicar os trajectos de cada um dos trabalhos: *Maria Mim* parece ter-se tornado um pouco o espelho da comunidade que retrata; *Los mochileros*, não tendo propriamente uma comunidade como objecto, quando recentemente foi reeditado (1997) mereceu o patrocínio institucional da Diputación Provincial de Badajoz.

- 194 Uma última nota necessária neste olhar sobre os processos e dinâmicas do contrabando, prende-se com a extinção dessa actividade como reflexo do final do controlo fronteiriço. Em Campo Maior o desenvolvimento da indústria de torrefacção de café como que amorteceu as consequências do fim do contrabando. A institucionalização do negócio de que atrás falámos, transformou os contrabandistas, ou pelo menos os seus descendentes, em operários industriais. Falando de um outro contexto, Andolz Canela (s.d.: 109) afirma que nos Pirenéus aragoneses o contrabando começou a decair no começo dos anos 20, justamente quando começou a haver trabalho abundante. No caso, esse trabalho abundante resultou da construção de um caminho-de-ferro, mas noutros lugares, como o mesmo autor refere, foram obras hidráulicas a produzir o mesmo efeito. Em Campo Maior o fenómeno não só sucedeu mais tarde, como resultou de uma transformação ditada de dentro: o contrabandista *tradicional*, agindo por conta própria e assumindo riscos, transforma-se primeiro num carregador contratado e depois em assalariado de uma indústria que o próprio contrabando produziu.
- 195 Esta evolução singular registada em Campo Maior não obsta nem contraria as observações feitas por autores como Luis Uriarte (1994_a, 1996) ou Claude Raffestin (1993), acerca dos perigos da dissolução das fronteiras no quadro da comunidade europeia. Importa notar aqui que o contrabando não é senão uma dimensão de um sistema mais amplo que estruturou as relações fronteiriças entre os povos raianos de Portugal e Espanha. Não podemos, por isso, deixar de convocar de novo a fronteira como categoria analítica, para reflectir sobre o modo como tanto o discurso institucional como o discurso *folk*, incorrem facilmente numa abordagem mitificadora da fronteira que de algum modo embota a percepção da sua dinâmica. Em relação ao primeiro destes planos, Hernández León & Castano Madronal (1995:1 50) colocam bem a questão:
- Os discursos das instituições locais que reclamaram «a ruptura das correntes», mitificam as relações do passado (um passado um tanto atemporal) para justificar e legitimar as acções de protesto em prol da abertura, perante o atraso da prevista queda das fronteiras intereuropeias em 1998.
- 196 Do ponto de vista das populações, pelo menos em relação a Campo Maior, a abertura das fronteiras era também desejada graças a um fenómeno projectivo também ele mitificador: a abertura das fronteiras permitiria um grande desenvolvimento comercial e turístico, exponenciando os benefícios que o contrabando já proporcionara.
- 197 Temos pois duas mitificações, uma interpretando o passado como tendo significado uma forte penalização a populações «irmãs» condenadas a viver de costas voltadas, a outra projectando o futuro como concretizador de complementaridades benéficas. Esta interpretação do passado e projecção do futuro articulam-se claramente, indo no sentido da desvalorização do papel que a fronteira-recurso teve entre as populações raianas. O lugar do contrabando neste processo de releitura da fronteira pode ser bastante revelador e desconstrutor do processo de mitificação a que aludimos. A memória dessa actividade recoloca o passado das relações fronteiriças numa dimensão mais prosaica: existiu complementaridade e tensão, solidariedade e inveja, mas existiu, sobretudo, um passado comum. Do mesmo modo, a consciência da perda de um valioso recurso raiano que era o contrabando, sugere uma diferente projecção do futuro. Um futuro que não ambiciona tanto o reencontro e fusão de dois míticos irmãos administrativamente separados, mas que, ao contrário, construa um equivalente funcional da raia perdida (Uriarte, 1996:14). Dito de outra forma, não um futuro que

veja a fronteira como «cicatriz da história» (Raffestin, 1993:162) que uma «cirurgia» eficaz poderia apagar, mas como algo que articula e faz dialogar grupos e sujeitos, que ora se diferenciam ora se confundem, graças a um processo de mediação territorial do qual ela é parte fundamental.

NOTAS

1. Entenda-se aqui por raia a zona raiana e não a linha fronteiriça. Esta precisão deve ser feita, porque localmente a expressão *arraia* designa o limite fronteiriço, enquanto *fronteira* abarca um espaço mais vasto, as franjas territoriais dos dois países sujeitas a maior vigilância.
2. Este é apenas um dos tributos de entre o complexo sistema fiscal do Antigo Regime, que incluía sisas, portagens, açougagens, foros prediais, etc. (cf. Duarte, 1998:456 e Santos, R., 1985:33).
3. O que não significa que seja um direito sem contestação ou controlo. O poder tributário dos reis não podia ser exercido sem o assentimento das cortes, isto tanto em Castela, na França ou na Grã-Bretanha, como entre nós, onde só a emergência do absolutismo atenua a capacidade deliberativa daquela instância política (cf. Santos, R., 1985:26).
4. Tome-se como exemplo desta dificuldade de controlo, a construção, no século XVII, de muros fechando algumas ruas da zona ribeirinha de Lisboa de modo a evitar o descaminho – prática que teve como consequência tomar algumas dessas ruas em autênticas represas insalubres, perigosas para a saúde e penalizadoras de uma normal circulação (Eleutério, 1997).
5. Esta diferença de preços pode assumir proporções notáveis mesmo dentro de um mesmo país. Era o que sucedia, por exemplo, com o sal em França, onde no século XVIII o quintal era pago a 58 libras em Anjou, custando apenas duas em Nantes (cf. Béquet, 1959:8). Para uma visão mais aprofundada desta questão, cf. o trabalho de Françoise de Person sobre o contrabando do sal nos séculos XVII e XVIII em França (Person, 1999).
6. Ao longo deste capítulo usaremos preferencialmente a expressão contrabando como expressão genérica e abrangente, a não ser quando se revele importante especificar que a infracção a que fazemos referência era tecnicamente descaminho.
7. Em Espanha a situação era idêntica, como mostra Medina Garcia (1997:35-6).
8. Uma biografia desenvolvida desta personagem encontra-se em Béquet, 1959:20 sgg.
9. A estes podíamos juntar outros nomes, por exemplo, já no século XIX, Víctor Simental, bandido espanhol que residia na zona de Castelo Branco e atacava localidades em Espanha (cf. Salvado, P., 1996:148 sgg.). Uma visão ampla do fenómeno de banditismo social pode encontrar-se em Hobsbawm, 1999.
10. No âmbito da criação, em 1790, da Real Audiencia de Extremadura pelo rei Carlos III, foi promovida através de ouvidores reais, uma série de inquirições às povoações sobre as quais a Real Audiencia exerceria a sua jurisdição. É neste quadro que surgem vários relatórios, tendo este que citámos sido produzido por Francisco Xabier de Contreras em 1791.
11. O mesmo autor faz notar que já em 1831 se ensaiara algo semelhante, com a criação, em Angra do Heroísmo, de um corpo de Guardas da Alfândega por iniciativa do governo liberal exilado na altura na ilha Terceira. No caso de Espanha, surgem em 1842 os «Carbineiros do Reino», organização exclusivamente militar, que substitui o corpo paramilitar dos «Carbineiros de Costas e Fronteras» (cf. Andolz Canela, s.d.).

12. Só a partir de 1960, no âmbito do desmantelamento pautai decorrente da adesão à E.F.T.A., estes rendimentos se tornaram menos importantes. Na década de 1930, por exemplo, eles representavam cerca de dois terços das tributações indirectas e estas correspondiam a mais de 50% do Orçamento Geral do Estado (cf. Lopes, 1999:41).
13. Trata-se de um manual de instrução para os agentes da Guarda Fiscal, publicado pela primeira vez em 1926 e que foi reeditado com actualizações. A edição com que trabalhámos e que citamos ao longo do nosso texto é a 3.^a e foi publicada em 1935.
14. Para uma explanação dos mecanismos tributários destes impostos, cf. Esteves, 1985. Relativamente ao caso particular do Imposto de Sal, deve notar-se o seu fracasso: foi criado em 1882 e durou apenas três anos, pois «o Tesouro quase não sentiu tanto o produto daquele imposto quanto a despesa da respectiva fiscalização» (Esteves, 1985:19). Porém, noutros contextos, como o francês, a importância do imposto sobre esse produto foi significativa (cf. Person, 1999).
15. Confiança política que, pelo menos no início do Estado Novo, talvez se não aplicasse à Guarda Fiscal, já que elementos deste corpo participaram activamente no enfrentamento militar à recém-instaurada ditadura, feito a partir do Arsenal da Marinha em 1927 (cf. Santos, R., 1985:154-5).
16. Neste caso os empregados assalariados das alfândegas, os trabalhadores dos caminhos-de-ferro e os funcionários públicos em geral eram punidos com o dobro das multas aplicadas a delitos e transgressões fiscais, além de sujeitos a penas de suspensão ou demissão. Aos guardas fiscais era aplicado castigo disciplinar e instaurado um processo, decorrendo o julgamento dentro da própria Guarda Fiscal (cf. Caeiro, 1926:207).
17. É certo que existem outros tráficos, que aliás se tornaram também eles modos de vida para alguns, mas essa constitui uma realidade que, quer do ponto de vista das práticas e técnicas quer do ponto de vista das envolventes sociais, é substancialmente diferente da que caracterizou o contrabando que procurámos estudar.
18. A estátua de Rui Nabeiro, de que já atrás falámos, homenageia os contrabandistas, representando-os de mochila às costas numa das colunas que compõem o conjunto e onde se pode ler a seguinte legenda: «Foram estes homens que tornaram tudo possível, até este café.»
19. Essa importância conserva-se hoje no modo como são evocados. José Azinhais, que tem raízes em Campo Maior, escolheu como tema de dissertação de licenciatura em Antropologia o contrabando, reconhecendo que essa escolha se deveu ao carácter romanesco que a figura do contrabandista adquirira na região (Azinhais, 1997:4).
20. Coragem com a qual se construía, afinal, um estatuto, como nota António Ballesteros Doncel (1971:10) na introdução ao seu romance *Los mochileros*: «por ser um movimento clandestino, podemos assegurar que é formado por um grémio característico que pela sua actividade logrou adquirir personalidade própria ao longo da fronteira hispano-portuguesa e no qual se enquadram certos indivíduos de características particulares e em especiais circunstâncias.»
21. Eusebio Medina García (1997:65) observa no mesmo sentido: «O mais curioso desta actividade ilícita, perseguida pelo Estado e castigada pela justiça, era que não era vista como tal por aqueles que a exerciam nem pela maior parte dos habitantes da comunidade; os contrabandistas sempre pensaram que ganhavam a vida honradamente.» Andolz Canela (s.d.:31), reportando-se aos Pirenéus, nota também: «o contrabandistas das nossas montanhas nunca teve consciência de cometer nenhum delito, nem no foro externo nem no interno.»
22. Esta leitura temporal do fenómeno sustenta-se fundamentalmente na memória dos vivos, o que significa ter como referência mais remota, *grosso modo*, os anos 30. Outras fontes permitem traçar alguma similitude entre este e outros períodos de desenvolvimento do contrabando, por exemplo a I Guerra Mundial, como nota Mana em relação a Ourense (cf. Garcia Mana, 1988:155).
23. Veja-se o que acontece por exemplo em Quadrazais (cf. Santinho, 1984:21). A associação dos paneiros ao contrabando é legitimada pelo vocabulário, já que um dos significados atribuídos a

contrabandista é: «Vendedor ambulante de fazendas e lençaria.» (*Grande Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo.*)

24. O mesmo ocorreu na fronteira franco-espanhola: «O ano de 1938 passará à história do contrabando como um dos de maior actividade.» (Andolz Canela, s.d.:127.)

25. Fenómeno vivido em toda a zona raiana. Veja-se o caso de Quadrazais: «Só cá ficou o padre e algum cego ou aleijado é que não ia levar contrabando à raia (...). Não havia ninguém que não levasse a sua coisita.» (Santinho, 1984:17.)

26. Falamos de Campo Maior, naturalmente, porque aí nos situamos. Deve dizer-se, todavia, que o contrabando de café se tornou uma constante em toda a fronteira portuguesa – v.g. Mana (1988:167) em relação ao Minho-Galiza, Medina Garcia (1997:80 sgg.) para a zona de Olivença, Uriarte (1994) em relação à Codosera, Hernández León & Castano Madronal (1995:143) na serra de Huelva frente a Moura e Valcuende del Rio (1998) para o Algarve.

27. Em 1940, a embaixada de Espanha em Lisboa emite um ofício veiculando informações recebidas da P.V.D.E. acerca do uso de pesetas para adquirir produtos em Portugal: «Refere a mencionada polícia que entre as pessoas que efectuam em Portugal a compra a que se aludiu, pagando com pesetas, se encontram agentes da Autoridade.» (Cit. in Vicente, 1992:79.)

28. Apenas como exemplo ilustrativo pode dizer-se que em 1938, na região de Olivença, cerca de 50% das apreensões efectuadas foram de café (cf. Medina Garcia, 1997:30).

29. O mesmo produto era portanto diferentemente classificado num e noutro país. A saída de café pela fronteira era em Portugal *descaminho* e em Espanha *contrabando* – distinção jurídica a que atrás fizemos referência – sendo que este facto, que aliás não era raro, explica o diferente comportamento das autoridades aduaneiras de cada um dos países.

30. Pelo Código Penal português os menores de dez anos de idade não eram passíveis de responsabilidade criminal, facto que no caso do contrabando determinava a absolvição (cf. Caeiro, 1935:207). Em Espanha a «Lei Penal y Procesal de Contrabando y Defraudacion» de 1904, referia expressamente que os menores de nove anos estavam isentos de responsabilidade criminal (cf. Munoz Merino, 1992:63). Esta situação leva mesmo à realização de pelo menos uma reunião luso-espanhola especificamente para discutir o tema dos menores no contrabando (*Jornal de Elvas*, 12/10/61).

31. Era usada pelos profissionais uma expressão castelhana para se referirem a estes homens, *panolís* (Ballesteros Doncel, 1971:38), que significa pessoa simples, abúlica, sem vontade.

32. Facto reconhecido e sublinhado por exemplo por Cutileiro, que nos diz que «À excepção das famílias de latifundiários e proprietários abastados, ela [a mulher] é também a tesoureira da família» (Cutileiro, 1977:137).

33. No romance de Antonio Ballesteros Doncel, quando o protagonista após um interregno decide voltar à actividade é com essa realidade que depara: «O comércio vai-se centralizando notoriamente nas povoações mais próximas da fronteira (...) acontece que com frequência os fornecedores transportam a mercadoria com meios que antes não havia, colocando-a sobre as costas dos contrabandistas a uns metros da linha divisória.» (Ballesteros Doncel, 1971:175.)

34. Jaime Ferreira (1991:489-90) faz notar que a legislação vintista tem antecedentes ainda no século XVIII e mais tarde aquando de crise de 1814-15.

35. Fique como exemplo a repreensão por falta de zelo que sofreu o juiz de Campo Maior, que se defende dizendo que apesar de adoentado tinha calcorreado sessenta léguas pela região apregoando as determinações proteccionistas (Ferreira, Jaime, 1991:502-3).

36. Diferenças que também Valcuende del Rio (1998:266-7) encontra no eixo Ayamonte/Vila Real de St.º António, onde os homens, organizados em quadrilhas, passavam a maior quantidade de mercadorias, sobretudo café, ficando as mulheres com o pequeno tráfico e funcionando com características mais individualistas.

37. Usamos este substantivo no sentido que é empregado localmente, isto é, como designação daqueles que hoje têm negócios na área da torrefacção de café e daqueles que no passado

patrocinavam o contrabando deste produto – e que localmente se não confundem com os verdadeiros contrabandistas, aqueles que carregavam o café.

38. Sobretudo pratos e copos de um vidro resistente que na altura era novidade em Portugal. Neste caso o impacto foi suficientemente forte para que uma marca específica (Pirex) se tornasse a designação genérica do produto.

39. Ideia também expressa por Luís Uriarte ^(1994a:58) no seu estudo sobre a Codosera: «no tradicional jogo de polícias e ladrões, ambos se aproveitaram – económica e culturalmente – desse lúdico e fluente sistema fronteiriço.»

40. As tentativas de contrariar esta regra nem sempre eram bem sucedidas. Rafael Andolz Canela conta que na fronteira pirenaica os guardas espanhóis tentaram controlar o contrabando obrigando os contrabandistas conhecidos a apresentarem-se de manhã e à tarde no quartel, de modo a não disporem de tempo suficiente para realizarem a sua actividade. A dificuldade foi porém resolvida com a colaboração dos contrabandistas franceses: os espanhóis, com tempo suficiente para chegarem à fronteira, escondiam aí as mercadorias que os franceses iam mais tarde buscar (cf. Andolz Canela, s.d.:76).

41. Doncel no romance de que já falámos descreve uma taberna numa aldeia portuguesa, dizendo que nela «costumavam juntar-se todos os especuladores do contrabando, tanto contrabandistas como fornecedores e intriguistas que se encontrassem ali à volta» (Ballesteros Doncel, 1971:83).

42. Paul Béquet (1959:90), por exemplo, sublinha este desinteresse: «Eles beneficiam da cumplicidade activa e passiva de toda a população.» Também Medina Garcia (1997:135) expressa de forma bem clara esta visão, quando diz: «Os contrabandistas mantinham os seus próprios sistemas e circuitos de informação, amparados em grande medida na colaboração desinteressada de toda a comunidade.»

43. Só nos anos 60 foram inauguradas novas moradias em alguns destes postos. As do posto de Ouguela, por exemplo, foram inauguradas em 1966, substituindo as anteriores que tinham ainda o telhado em colmo. Em Espanha as condições não seriam melhores – vide a referência às casetas dos carabineiros em Medina Garcia, 1997:64, ou então, de forma mais enfática, o que nos diz Ballesteros Doncel (1971:100): «Os postos de primeira linha da Guarda Civil espanhola não são precisamente um paraíso de comodidades. A vida é dura para os guardas que temporariamente têm que prestar os seus serviços na fronteira.»

44. Devemos, na verdade, considerar esta rede de vigilância duplicada, já que do lado espanhol o esquema se repetia, sendo aliás notória a simetria espacial entre os postos de vigilância dos dois lados da fronteira.

45. Nalguns casos, quando havia uma habitação, ela era ocupada pelo cabo ou sargento que chefiava o posto e sua família, residindo os soldados em barracões – sobre o mesmo assunto, cf. Medina Garcia, 1997:64.

46. Em princípio um guarda não podia servir «na área de localidade ou freguesia da sua naturalidade ou da de sua esposa, nem na daquela onde tenham residido, durante longo período, antes do seu alistamento», a mesma proibição se aplicando ainda às áreas onde pais, irmãos, esposa ou filhos tivessem qualquer tipo de comércio (cf. *Manual para Sargentos e Praças da Guarda Fiscal*, editado pelo Ministério das Finanças em 1944).

47. Comentário elucidativo de um guarda fiscal: «O dinheiro vinha sempre em partes que não se pode dizer. Claro, a gente não ia lá mexer...»

48. Em Quadrazais encontra-se um registo particularmente enfático de tal distinção: «os nossos [guardas] era mais a prisão, mas os carabineiros, ah, isso era logo a matar (...) alguns dos nossos ficaram lá assim.» (Santinho, 1984:40.)

49. García Maña, referindo-se à Galiza, afirma que pelo facto de muitos dos refugiados espanhóis se dedicarem ao contrabando de vários produtos incluindo armas, foi emitida «A ordem de fazer fogo, pelas forças de segurança fronteiriça espanholas, contra todo aquele que atravessasse a

fronteira sem fazer caso do primeiro aviso» (Garcia Mana, 1988:158). Esta mesma questão é também desenvolvida por Paula Godinho (1993 e 1995).

50. Excepcionais sobretudo se consideradas localmente, já numa perspectiva global, isto é, abrangendo toda a extensa fronteira luso-espanhola, a excepcionalidade não será assim tanta. Pode neste caso dizer-se que a percepção que pudemos encontrar e que assentava na ideia de um número reduzido de mortes, se suporta no desconhecimento de um quadro geral algo diferente, até porque esses tipo de acontecimentos não eram normalmente noticiados, como facilmente se constata pela leitura dos jornais locais.

51. A questão não se colocava de forma diferente em Portugal. Basta consultar o *Manual para Sargentos e Praças* (Ministério das Finanças, 1944) para perceber, pelos vários modelos de participação, quão complicada se podia revelar a tramitação burocrática.

52. Expressão usada pelo próprio guarda, provavelmente a partir da palavra castelhana *palazo*, que significa *pazada*.

53. Quando perseguiam uma quadrilha composta por vários homens, os guardas iam apanhando um a um e mandavam-nos esperar para depois juntar as cargas. Se algum se escapava podia mais tarde sofrer represálias, o que evidencia uma vez mais o conhecimento mútuo entre guardas e contrabandistas.

54. Aquilo a que chamam *fiador* era um saco contendo uma pequena quantidade de café e que era levada separadamente da carga principal. No caso de ser apanhado por um guarda, o contrabandista largava a mochila com o café, mas levava com ele o fiador, ficando dessa forma assegurada alguma compensação pelo trabalho realizado e tempo despendido. Sobre o mesmo tema cf. Medina Garcia, 1997:107.

55. Ballesteros Doncel (1971:41) alude a várias formas de estabelecimento de contratos entre um patrão e um contrabandista, tendo de algumas delas ficado também memória em Campo Maior.

56. Provável corruptela da expressão *titerear*, mas deve notar-se que se aproxima também de uma expressão castelhana, *titada*, que significa *momice*.

57. Dificuldades sublinhadas por vários autores, por exemplo Medina Garcia (1997:105): «A vida dos contrabandistas (...), era penosa, atravessavam o rio nus arriscando a vida, caminhavam toda a noite de mochila às costas, dormiam ao relento, ao amanhecer, escondidos como os animais entre as estevas e os matos, por vezes molhados até aos ossos e sem poder trocar de roupa (...); cada viagem era uma desventura, tornada possível apenas pela firmeza e a capacidade de resistência frente à veemência da necessidade.»

58. Sobre a roupa que os contrabandistas habitualmente levavam e o modo como variava do Verão para o Inverno, cf. Azinhais, 1997:49.

59. Luís Uriarte conta um outro episódio de generosidade inabitual de um guarda. Um contrabandista que levava consigo uma carga de sal foi denunciado e perante a denúncia o guarda, mesmo sem vontade, teve que actuar. Encontrou, porém, maneira de ajudar o contrabandista, pois deu-lhe um *duro* (cinco pesetas) para pagar a multa que ele próprio lhe aplicara (cf. Uriarte, 1994_a:62).

60. Medina Garcia (1997:94) apresenta este corpo policial da seguinte forma: «Espécie de serviço secreto ou polícia fiscal, encarregada de reprimir o contrabando no interior do país.»

61. Termo frequentemente usado pelos contrabandistas para se referirem ao guia, àquele que conhecia o caminho e o indicava aos demais.

62. Facto também sublinhado por quem olha a questão a partir de Espanha: Medina Garcia releva-o, afirmando mesmo que se tratava de um código de conduta que permitia «Inserir de maneira harmoniosa o contrabando no conjunto das actividades económicas que se desenrolavam no território» (Medina García, 1997:100).

63. A este propósito, Doncel narra um episódio em que um contrabandista novato é obrigado pelo guia a ir muito longe recolocar uns melões no lugar onde os encontrara. A explicação é clara: «Este costume, quase chocante nestes homens, tem uma explicação egoísta, mais que altruísta ou

honesto. Ninguém denunciará a passagem de uma quadrilha de contrabandistas, sempre que estes passem pelas suas propriedades sem prejudicar nada.» (Ballesteros Doncel, 1971:87.)

64. Reportando-se a Olivença, também Medina Garcia (1997:94) se refere à importância que a inveja tinha nas denúncias que afectavam as mulheres contrabandistas.

65. Béquet oferece-nos um conjunto de exemplos de truques imaginativos usados no contrabando. Eles vão desde o uso de cães de grande envergadura como transportadores até à colocação nos sapatos de solas especiais que invertem o rumo da caminhada, desorientando dessa forma os guardas aduaneiros (cf. Béquet, 1959:76-7).

66. Mesmo tratando-se de uma obra de ficção, vale a pena recorrer a Doncel para ilustrar o que uma denúncia podia suscitar. Conta-nos ele o que aconteceu a um pescador português do Guadiana apanhado a denunciar. Depois de espancado, foi-lhe cortada a língua, posteriormente enviada ao sargento da guarda fiscal, com um bilhete que dizia: «Aí tem o senhor parte de uma língua que em tempos foi muito longa. Fique com ela como recordação de como lhe foi útil.» (Ballesteros Doncel, 1971:105.)

67. Os leilões a que se refere a informante eram comuns, vindo frequentemente anunciados nos jornais locais. A título de exemplo, veja-se o Jornal de Elvas, que no seu número de 8 de Setembro de 1960, informa da realização de um leilão em Campo Maior, no qual, além de 1500 kg. de café, estão disponíveis para arrematação, coisas tão diversas como dois televisores, um cravo de ferrador, 110 velas para motor, esmaltes, cobertores, etc.

68. Este mesmo comportamento é constatado num outro contexto: «Sempre que são postos à venda em leilões públicos os bens apreendidos aos contrabandistas, nenhum comprador se apresenta. Finalmente há um que propõe um preço bastante baixo, é vendido e alguns dias depois os bens regressam ao seu proprietário.» (Mandrillon, E., cit. in Béquet, 1959:91.)

69. Noutros contextos históricos, porém, o estatuto religioso terá sido usado de diferente forma. Por exemplo os relatórios setecentistas a que atrás aludimos, informam que nessa altura os padres pobres, nomeadamente da zona de Olivença, se serviam da sua impunidade para realizarem contrabando (Medina Garcia, 1997:26).

70. Falando dos Pirenéus, Rafael Andolz Canela alude justamente ao mesmo expediente: alguém se fazia passar por carabineiro conseguindo que os contrabandistas largassem as cargas ao fugir (cf. Andolz Canela, s.d.:69).

71. Para os campomaiorenses a questão colocava-se mais ou menos desta forma: «Havia ali uma firma, ali em Elvas, que as notas espanholas nem as metia na gaveta. Era um saco dos do café que todos os dias saía dali cheio de notas espanholas! Sabe como lhe embrulhavam o café aos espanhóis? Em papel de jornal, veja o senhor! E se abrissem aqui uma fronteira e os torrefactores de aqui dissessem: “Não, nós agora aqui é que vendemos o café prós espanhóis que vêm a Portugal?” Acabavam com eles ali! Porque o espanhol ia ali a comprar muitas coisas mas sem o café é que não ia.» (Fernando, 67 anos.)

72. E nem mesmo esse desporto emergente se mostrava capaz de adoptar todos os trilhos do contrabando. Como dizia um guia alpinista de Aragão a propósito de um dado percurso: «Caminho perigoso que não se aconselha a ninguém que o utilize; passagem de contrabandistas, não de alpinistas.» (Andolz Canela, s.d.:41.)

73. Vale a pena referir que nesse Rio de Onor que Dias projecta, o contrabando não só não existe como é rejeitado: «ao rionorês repugna, de maneira geral, a prática do contrabando e da ilegalidade.» (Dias, 1953:31 l.) A falta de pertinência da fronteira política nesse trabalho é mesmo apontada por Pais de Brito (1996:22) como factor que criou um obstáculo metodológico na pesquisa.

74. Uma outra dimensão analítica relevante neste domínio, resultaria do confronto da oralidade – de que nos servimos para tentar perceber a memória do contrabando em Campo Maior – com a escrita –, suporte empregado nestes textos cristalizadores de memória. Estaríamos, então,

perante diferentes modos de organização do pensamento, proporcionados pelos registos oralidade/escrita, como Jack Goody (1977, 1986) defende.

75. Há ainda um outro romance com conteúdo semelhante, no caso assumindo um pendor marcadamente neorealista. Trata-se de *Fronteiriços*, de Vicente Campinas, publicado em 1953 e apreendido nessa altura pela P.I.D.E., que se centra na actividade do contrabando em Vila Real de Santo António.

6. Uma história de excessos: a Guerra Civil de Espanha

6.1. E DE REPENTE A VILA PARECIA OUTRA...

- 1 Escolhemos encerrar este nosso olhar sobre a memória da fronteira que Campo Maior hoje nos oferece, abordando um tema simultaneamente cheio de complexidades e desafios. A presença da Guerra Civil de Espanha na raia portuguesa tem sido, julgamos nós, alvo de menor atenção do que aquela que mereceria¹. Sendo certo que se tratou de um acontecimento da história espanhola, a verdade é que esse conflito se revestiu desde cedo de um evidente carácter internacional, atestado pelo envolvimento, nem sempre assumido mas efectivo, das potências europeias. Também em Portugal a guerra civil travada no país vizinho se mostrou presente, deixando marcas profundas, não só pela violência que consigo transportou, como ainda por ser reveladora de problemas e tensões sociais que existiam também deste lado da fronteira. É verdade que historiadores como César Oliveira (1985, 1987) ou Iva Delgado (1982), entre outros, nos têm oferecido abordagens esclarecedoras acerca do papel de Portugal no conflito e do modo como ele marcou o quotidiano do nosso país. Porém, abordagens mais próximas da história oral, como as que Ronald Fraser (1979) ou Bullón de Mendoza e Álvaro de Diego (2000) fizeram em Espanha, não existem em Portugal senão com um carácter fragmentário – *e.g.* Alves, J.F. (1981), Ferreira, F. (1986), Vieira (1996) ou Pires, João (1997), sendo que apenas este último busca alguma sistematização, fugindo ao assumidamente episódico².
- 2 A Guerra Civil de Espanha transformou a fronteira e a vida dos portugueses que aí viviam³. Se nos gabinetes ministeriais portugueses e nos salões da diplomacia se tomaram decisões que contribuíram para o resultado final do conflito, foi todavia no espaço raiano que a guerra se mostrou de forma mais viva. Como vimos nos capítulos precedentes, a fronteira constituiu tanto uma ameaça quanto uma fonte de benefícios. A circulação de pessoas e de bens à margem dos instrumentos legais que a regulavam, tornava o *outro* numa realidade presente, mesmo que distante a vários níveis. A par dos bens e junto com as pessoas, chegavam e partiam ideias, visões do mundo, ambições e projectos. A divisão da sociedade espanhola no período da II República e as motivações

políticas que a suscitaram, constituíram uma primeira marca importante entre aquelas que o conflito deixaria nos lugares de fronteira. De uma outra marca notória falámos já: o incremento do comércio legal e ilegal, ou seja, a guerra dos outros como oportunidade comercial e de vida para quem estava do lado de cá. Finalmente uma terceira marca, talvez a mais profunda de todas, aquela que verdadeiramente trouxe a guerra até nós, os refugiados.

- 3 Estes *sinais de guerra* ficaram até hoje presentes nas pessoas que os viveram, mas têm sido, acreditamos nós, pouco inquiridos e escutados deste lado da fronteira. Naturalmente que tampouco será este trabalho a suprir tal lacuna. Para o fazer, ou pelo menos contribuir seriamente para isso, exige-se uma abordagem que tome tal questão como foco central de análise e se construa em torno dela. Não é esse o sentido com que este trabalho se estruturou, pelo que a guerra não desempenhará nele senão o papel secundário de detonador e articulador da memória colectiva. Desse ponto de vista o seu papel neste trabalho será semelhante ao que já foi desempenhado pelo contrabando. Esta similitude de intenção não invalida a existência de diferenças relevantes deste capítulo face aos anteriores.
- 4 Tais diferenças têm razões substantivas, quer do ponto de vista teórico quer metodológico, que importa explicar. De forma bem mais intensa do que acontece com o contrabando, a guerra remete a questão da memória para a esfera do traumático⁴, para um espaço de silêncio e de meias verdades, de ajuste de contas e de evidenciação das fracturas internas das comunidades⁵. Em Espanha esta dimensão traumática do passado manifesta-se desde logo no silêncio, na recusa de falar, pesando nisso tanto a falta de vontade de reavivar um passado doloroso, como um medo, algo irracional, de sofrer represálias (Pilo Ortiz, 2001:120 ou Bullón de Mendonza & Álvaro de Diego, 2000:20). Mesmo sendo esta uma guerra em que os portugueses não estavam directamente implicados, ela não deixa também de impor silêncios e esquecimentos mesmo entre os que viveram em território português. O silêncio e o esquecimento, peças fundamentais da rememoração, ganham na evocação da guerra uma notória acentuação, criando espaços vazios, apagamentos e armadilhas que exigem confronto e leituras cruzadas de testemunhos⁶. Se, como a certo momento afirmámos, a memória do contrabando se revela de algum modo redundante e linear, não tivemos idêntica percepção relativamente à experiência da guerra. E verdade que a um certo nível a redundância dos testemunhos é evidente. Mas esse, acreditamos nós, é apenas o plano mais superficial, pois que a um outro nível parece evidente que o mais importante não é tanto a narrativa em si mesma, mas a avaliação ética que a enforma. E neste último plano que por vezes parece esconder-se por detrás da narrativa, que se rege o esquecimento e se constrói a memória. Agregada a esta questão surge uma outra, exactamente a do posicionamento do investigador face à matéria que investiga. Ainda que aqui se não coloque a questão da contemporaneidade, presente noutros contextos⁷, o envolvimento com um tema fracturante exige um esforço de distanciamento nem sempre fácil de conseguir.
- 5 Conforme íamos desenvolvendo o nosso trabalho de recolha de testemunhos de quem viveu esses anos, íamos percebendo a necessidade de uma abordagem mais sistemática, de um maior confronto de testemunhos e até de complementar em Espanha a experiência de guerra que se viveu em Portugal. Este facto conduz-nos à consideração das dificuldades de cariz metodológico a que fizemos referência. O sentido que desde o início pretendemos dar a este trabalho, tinha como foco uma percepção dispersa da

memória, cujo elemento agregador seria a fronteira. Pretendia ainda ser uma abordagem demarcada, quer temporal quer espacialmente, situando-se numa vila portuguesa e discorrendo sobre um arco temporal, que não sendo demasiado preciso, teria ainda assim como referência mais remota a década de 30 do século passado. Não querendo fugir desta configuração, nem querendo deixar de lado a Guerra Civil, restava então abordar este acontecimento de uma forma adequada ao sentido do trabalho, renunciando dessa forma ao desejo de uma abordagem mais profunda.

- 6 O ponto de equilíbrio que julgámos encontrar assenta não tanto num esforço de sistematização, mas mais no valor da ilustração. Dito de outra forma, assumimos o carácter fragmentário deste capítulo, procurando nele temas precisos que ilustrem dimensões que consideramos fundamentais do modo como a guerra é narrada na raia portuguesa. Tentaremos, assim, complementar o olhar sobre as memórias fortes⁸ que atravessam a fronteira, sobretudo vincando a articulação deste conflito com o contrabando e o modo como a Guerra Civil contribuiu para a construção de uma certa visão do mundo. Muito embora focalizada na vila, a abordagem que aqui tentaremos fazer obriga a um certo descentramento da análise. Alguns acontecimentos ocorridos em Badajoz constituem referências também em Campo Maior, sendo por isso necessário tomá-los em consideração. Por outro lado o confronto com diferentes espaços da fronteira portuguesa é também ele esclarecedor. Finalmente, como adiante veremos, o acontecimento com que encerraremos o capítulo tem um enquadramento geográfico periférico relativamente à vila, factor relevante no modo de circulação das narrativas desse acontecimento.

6.1.1. REFUGIADOS, PRISÕES E POLÍCIAS...

- 7 Se procurarmos medir o impacto que a Guerra Civil de Espanha teve em Campo Maior a partir do número de refugiados que se acolheram na vila e noutros lugares do concelho, podemos perceber que ele foi grande, ainda que seja impossível de quantificar. Não só não existem dados fiáveis acerca desse número, como não se pode também padronizar o modo como os refugiados se relacionaram com a fronteira e o exílio. Se para uns a fuga foi temporária, para outros ela viria a prolongar-se por alguns anos; se para alguns Campo Maior foi apenas um local de passagem, para outros constituiu ponto de chegada e de abrigo. Apesar de todos os matizes e precauções, destaca-se a evidência de que foi a batalha de Badajoz e a conquista dessa cidade pelas tropas rebeldes em Agosto de 1936, o acontecimento que despoletou a chegada do grosso dos refugiados:

Não se conhecem estimativas dignas de crédito que permitam calcular os quantitativos aproximados destes primeiros contingentes de refugiados. Contudo, tudo aponta para que no fim da primeira semana após a tomada de Badajoz o seu número ultrapasse, no mínimo, o milhar (Vieira, 1996:182).

- 8 Resulta claro que numa vila que teria na altura cerca de 7500 habitantes⁹, o impacto de tantos refugiados não podia deixar de ser muito significativo.
- 9 O «milhar de refugiados» de que nos fala Rui Vieira é, como o próprio autor reconhece, uma estimativa. As dificuldades que uma contabilização como essa levanta são bem expressas por César Oliveira, que após ponderar os dados conhecidos para todo o país conclui que «o número de refugiados foi certamente muito superior aos 2000, podendo mesmo ter ultrapassado, substancialmente, os 3000» (Oliveira, 1987:159). Evidentemente que a projecção feita para Campo Maior surge algo desproporcionada à luz destes números, mas devemos ter em conta o que podemos designar por factor

Badajoz. A sua importância no movimento dos refugiados não só é sugerida pelo facto de ela ter sido «em muitos aspectos, a primeira batalha autêntica da guerra civil» (Thomas, 1996:123), como se comprova no facto de ter sido ela, graças à fuga maciça de pessoas que gerou, a colocar pela primeira vez em debate a questão dos «refugiados vermelhos em Portugal» (Oliveira, 1987:155).

- 10 Mesmo sem fugir ao compromisso que assumimos de nos centrarmos na raia portuguesa e no modo como a guerra aí chegou, os acontecimentos de Badajoz não podem deixar de ser considerados aqui com algum detalhe. Não tanto pelo peso que esse episódio singular teve na história do conflito, mas porque a interpretação da guerra que se faz em Campo Maior é indissociável das leituras que se fazem do que aí aconteceu. O relato dos acontecimentos vividos nessa cidade, na altura feito por alguns jornalistas, entre os quais o português Mário Neves, foi posto em causa logo em 1937 por Geoffrey McNeill-Moss através de um livrinho publicado em Londres e chamado *The Legend of Badajoz*. O objectivo desta obra é claro: através do confronto de diferentes trabalhos jornalísticos, o de Mário Neves e o dos franceses Marcel Dany e Jacques Berthet, produzidos a partir dos acontecimentos de Agosto de 1936 em Badajoz, mostrar contradições e incongruências, desvalorizando dessa forma o valor dos relatos que pela crueza dos actos narrados mais comprometiam os nacionalistas.
- 11 O papel desempenhado por estes relatos jornalísticos foi, de facto, fundamental para a construção de um debate público em torno da violência nacionalista, mas eles, só por si, não explicam o relevo que os acontecimentos de Badajoz vieram a ter na avaliação dos excessos cometidos. José Rodrigues dos Santos mostra de forma clara que em crónicas anteriores à tomada de Badajoz, correspondentes portugueses, como Félix Correia ou Artur Portela, tinham relatado fuzilamentos sumários. Mesmo o modo de selecção das vítimas através da existência de marcas no ombro provocadas pelo uso de espingarda, que tanto impressionaria os leitores de Mário Neves, fora antes relatado (cf. Santos, J. R., 2001:237). Parece dar-se pois uma inflexão, quer na opinião pública internacional¹⁰ quer na política dos nacionalistas, o que não leva ao fim dos fuzilamentos, mas determina a sua negação e invisibilidade:
- O que permanece caricato é o esforço dos Nacionalistas em desmentir a prática de execuções em massa. É que, nas primeiras semanas de guerra, os fuzilamentos eram públicos e presenciados por muitos jornalistas, constituindo uma política deliberada adoptada pelos militares revoltosos (Santos, J. R., 2001:241).
- 12 O que leva à negação destas práticas assumidas, não foi portanto a consciência do seu carácter excessivo, mas a receptividade negativa que tiveram a partir de relatos de jornalistas estrangeiros, sobretudo de Jay Allen do *Chicago Tribune* (cf. Santos, J. R., 2001:237).
- 13 Por tudo isto os acontecimentos de Badajoz tornaram-se emblemáticos e referenciais no conflito espanhol, suscitando posições antagónicas¹¹. O debate, centrado em aspectos muito particulares dos relatos jornalísticos, definirá um conjunto de temas que encontram expressão ao longo dos anos na historiografia espanhola, mas também, e este é o ponto que aqui mais nos importa, no modo como a guerra se conta a partir da fronteira portuguesa e nomeadamente de Campo Maior. São temas que entroncam num único motivo central, exactamente o do grau de violência empregado pelas forças nacionais comandadas pelo tenente-coronel Yagüe. Sem entrar em detalhes também aqui, diga-se que o tema central dessa polémica são as execuções: quais os números, de

que forma foram feitas, que papel desempenhou a Praça de Toiros nesse processo, etc. Veja-se como ainda hoje os factos são apresentados de forma divergente:

Às primeiras horas da manhã desse terrível 15 de Agosto de 1936 (...) pelo menos 1200 homens foram massacrados na praça de touros de Badajoz (...). Os cadáveres foram metidos em camiões e transportados ao cemitério, onde seriam amontoados e incinerados *manu militari* para evitar contágios ou, simplesmente, perdas de tempo na frenética corrida até à capital de Espanha (Reig Tapia, 1999:1 15).

14 Ou ainda:

Houve mouros e falangistas que desceram à arena para açular os prisioneiros, como se de reses bravas se tratasse. As baionetas, à maneira de estoques, eram cravadas nos corpos indefesos dos camponeses, com o beneplácito de chefes, oficiais e suboficiais. (...) Mais de 4000 morreram nas tristemente famosas «matanças da praça de touros» (Izquierdo, 1983:58).

15 Do lado de quem defende o carácter lendário e falso dos relatos, a perspectiva é diferente:

É possível, portanto, afirmar que umas quinhentas pessoas foram fuziladas na cidade de Badajoz entre Agosto e Novembro de 1936. Quem eram estas? Entre elas encontravam-se sem dúvida muitos inocentes, vítimas dos seus compromissos políticos, mas também havia responsáveis e dirigentes militares e civis, combatentes apanhados com armas na mão; alguns, suspeitos ou acusados de as terem utilizado e outros ainda, protagonistas nos dias anteriores de acontecimentos como apropriações e roubos, tentativas de assalto à prisão ou dos assassinatos que tinham sido cometidos durante o período republicano (Martin Rubio, 1999:150).

16 Os diferentes olhares que ainda hoje se traçam sobre os acontecimentos de Badajoz traduzem a persistência se não já das «duas Espanhas»¹² cujo enfrentamento gerou a guerra, pelo menos da sua herança. E certo que o peso relativo de cada uma destas perspectivas é desigual, como de resto sempre foi. Se durante o franquismo imperou a visão dos vencedores, com a implantação do regime democrático inverteram-se os papéis. O que nos importa aqui não é tanto dirimir estes pontos de vista, ainda que nos pareça evidente que «a chacina de Badajoz»¹³ existiu de facto, mas transportar esta polémica tão fortemente polarizada para território português. A divisão aguda que atravessou a sociedade espanhola encontrou expressão no modo como cada uma das partes via a outra e a caracterizava. Resultou desse processo uma demarcação clara entre visões do mundo: a que propunha o ideário revolucionário esquerdista nas suas múltiplas formas e a que resultava dos valores tradicionais sustentados na Igreja e basicamente na conservação do *statu quo*. Com a Guerra Civil, e na verdade mesmo antes dela com o exercício do poder pela esquerda, estas visões do mundo que se enfrentaram em Espanha encontraram expressão também em Portugal.

17 Na altura da guerra não era publicado em Campo Maior qualquer jornal local¹⁴, pelo que o eco dos acontecimentos na imprensa da região só o pudemos encontrar em títulos publicados em Elvas. Quando a cidade de Badajoz cai em poder das tropas de Franco a posição do *Jornal de Elvas* não pode ser mais clara:

Finalmente a vizinha capital da Extremadura Espanhola, foi ocupada pelas armas brilhantes do glorioso Exército Espanhol. Os marxistas sanguinários foram completamente aniquilados. A «limpeza» tinha que ser geral pois há males que se têm de cortar pela raiz (*Jornal de Elvas*, 16/8/36).

18 Esta visão do conflito é a que se encontra, genericamente, na imprensa portuguesa, que adopta quase sempre um olhar convergente com as posições nacionalistas¹⁵. Visto a partir do Portugal salazarista, o conflito espanhol não suscitava grandes dúvidas

quanto ao seu sentido: tratava-se de travar a investida comunista que naquele momento se manifestava em Espanha, mas que visava mais longe, em última instância destruir toda a civilização ocidental cristã¹⁶. Se voltarmos ao *Jornal de Elvas* encontramos esta ideia de forma particularmente explícita na avaliação que é feita da *conquista* de Badajoz:

Perante a maneira grandiosa e viril como a mocidade espanhola se bate numa luta épica contra os mais daninhos estrangeiros, os estrangeiros da própria terra, as mocidades de todos os países só teem uma atitude que não os deshonre, combatendo desde já, e portanto com menor perigo, os próprios estrangeiros-filhos de Caim (*Jornal de Elvas*, 11/10/36).

- 19 A memória que hoje encontramos entre aqueles que viveram de perto os acontecimentos, surge bastante depurada desta dimensão ideológica, ou pelo menos de uma formulação tão primária quanto esta. Se o bombardeamento de Badajoz, numa época em que ver um avião era coisa rara¹⁷ e os bombardeamentos aéreos estavam dando apenas os primeiros passos, é inevitavelmente recordado, foi todavia a chegada dos refugiados à vila que deixou marcas mais profundas. A proximidade de Campo Maior, assim como de Elvas, ao palco desse enorme enfrentamento entre republicanos e nacionalistas, foi determinante para o grande impacto que estas terras raianas vieram a sofrer. Rui Vieira, historiador natural da vila, procurou reconstruir esses momentos, recorrendo sobretudo a fontes orais:

Ao fim da manhã desse dia [14 de Agosto], por efeito dos ataques da aviação e da artilharia franquistas e do receio de maiores violências futuras, a vila começou a encher-se de espanhóis que aterrorizados haviam abandonado as suas casas. Chegados a salvo, choravam os haveres deixados e, em alguns casos, até familiares próximos que pelas mais diversas razões os não tinham podido acompanhar na fuga precipitada em direcção a Campo Maior (Vieira, 1996:182).

- 20 Aos bombardeamentos assiste-se de longe, do alto do castelo ou da Porta da Vila que vira directamente para terras de Espanha, mas os refugiados eram a própria guerra entrando no quotidiano dos habitantes da vila.
- 21 Os refugiados foram, sem dúvida, a face mais visível da guerra na raia portuguesa. Ao invadirem a vila, nalguns casos transportando com eles as ideias que defendiam, noutros trazendo apenas medo e fome, eles conquistaram um lugar marcante na memória das pessoas que viveram nesse período. E a sorte destes refugiados, dos que se salvaram graças à ajuda recebida na vila e dos que foram feitos prisioneiros e depois deportados, que muito frequentemente guia a rememoração. Esta centralidade desempenhada pela presença dos refugiados que pudemos perceber a propósito de Campo Maior, resulta clara também noutros contextos (*e.g.* Alves, J. F., 1981:7; Garcia Mana, 1988:157 e Pires, João, 1997:145 sgg.). Veremos um pouco mais à frente quais as linhas fundamentais dessa rememoração. Privilegiemos, porém, neste momento, uma visão contemporânea do fenómeno, exactamente a que resulta da leitura dos jornais locais. É certo que neles encontramos um relato ideologicamente marcado, mas é também verdade que aí encontramos uma leitura dos factos feita na hora, portanto sem a erosão do tempo, constituindo, nessa óptica, um ponto de confronto relevante com a memória dos acontecimentos tal como hoje se oferece.
- 22 Consideremos em primeiro lugar uma derivação ou variante à problemática central dos refugiados provocados pelos acontecimentos de Agosto de 1936. Antes disso, de facto, já a questão se colocava, só que em relação aos exilados políticos de direita, ou seja, pessoas conotadas com as forças políticas conservadoras. A vitória das listas da Frente

Popular nas legislativas de Fevereiro de 1936¹⁸ colocaram a esquerda no poder e a direita em sobressalto. Assistiu-se então à vinda de um número considerável de espanhóis para Portugal, cerca de 2600 oficialmente registados entre Janeiro e Julho de 1936 (Oliveira, 1987:114). Esta primeira vaga de refugiados distinguiu-se daquela que a Guerra Civil gerará, desde logo pela filiação política e estatuto social, mas também pelo apoio que sempre tiveram das autoridades portuguesas e ainda pelos locais de exílio que escolheram, nomeadamente Lisboa, Figueira da Foz ou Estoril¹⁹. Este último aspecto terá causado mesmo algum remoque no Alentejo, pelo menos se atendermos a um artigo publicado no *Notícias de Elvas*, onde se manifesta desapontamento por essa região não ter conseguido captar os refugiados, perdendo dessa forma os benefícios correspondentes, já que se tratava de refugiados com um estatuto social acima da média. A questão será recolocada alguns meses depois, só que de forma tragicamente diversa: tratar-se-á então de impedir a entrada de refugiados, quando não de os repatriar.

- 23 Logo após os primeiros ataques aéreos, há espanhóis que se dirigem à fronteira em busca de refúgio. A fronteira do Caia, dada a proximidade a Elvas, é aquela que merece maior atenção por parte da imprensa da cidade. Através dela sabemos que pelo menos uma camioneta da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) levou refugiados para Elvas e que daí seguiram para Lisboa, ao mesmo tempo que nos é dito que «Um numeroso grupo de ciganos que também havia transposto a raia foi obrigado a voltar a Espanha por indesejáveis» (*Jornal de Elvas*, 20/8/36). A imprensa afirma ainda que nos dias seguintes a situação se agravava: «Junto ao pôsto da alfândega e da Guarda Fiscal há verdadeiros acampamentos, ajuntamentos de fome, de miséria, de lágrimas e de pessoas.» Mais ainda, fica a saber-se que nos montes próximos se encontram escondidos refugiados e que «foram tomadas medidas militares para que os comunistas não entrassem em Portugal» (*ibidem*).
- 24 Esta primeira vaga de refugiados de guerra é constituída por grupos algo indistintos, onde se inclui gente de direita e de esquerda, gente que foge porque teme ser perseguida e outra que apenas tenta escapar à guerra. Por esta razão muitos destes refugiados acabam por voltar a Espanha logo que a situação política e militar em Badajoz se clarifica, ficando apenas aqueles que por se posicionarem politicamente à esquerda temem represálias. Alguns deles permanecerão em Portugal durante bastante tempo, mesmo para lá do fim oficial da guerra²⁰, conservando sempre um estatuto precário, quer dizer, não chegando nunca a ser formalmente acolhidos como refugiados em território português. Destas pessoas que ficaram os jornais locais quase nada nos dizem, sendo apenas possível perceber a sua presença de forma indirecta – por exemplo quando o temporal faz desabar uma casa matando três mendigos de nacionalidade espanhola (*Jornal de Elvas*, 26/1/41), ou a propósito de um infanticídio praticado por uma espanhola natural de Badajoz e que estivera recolhida numa maternidade de Elvas (*Jornal de Elvas*, 2/3/41).
- 25 Porém, é justamente em relação a este grupo de pessoas que ficaram em Portugal numa situação extremamente precária, que se guarda memória em Campo Maior. Dois temas articulam estas memórias: as dificuldades que enfrentaram por falta de abrigo e meios de subsistência e a perseguição que lhes foi movida pelas autoridades portuguesas «com o apoio dos ricos». O modo como as autoridades portuguesas lidaram com os refugiados tem sido objecto de atenção de vários historiadores. Ao que se sabe, conforme se tratasse de civis ou militares e militarizados, os refugiados deveriam ser entregues,

respectivamente, à secção internacional da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.) ou ficar à guarda da unidade militar mais próxima do local de captura (cf. Oliveira, 1987:156). Como isto funcionou na prática, nem sempre é muito claro. Logo em Julho de 1936 o Ministério da Guerra determina que «os emigrados fiquem em regime de detenção até se promover uma concentração em qualquer localidade ou campo especial» (cit. in Oliveira, 1987:158), sendo conhecidos alguns dos locais de detenção onde esteve um número significativo de refugiados – Herdade da Coitadinha em Barrancos, Forte de Caxias e Forte da Graça em Elvas, entre outros. Quanto a Campo Maior serviram de local de detenção, além da prisão da vila, que depressa se revelou insuficiente, os celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo.

- 26 Se alguns desses refugiados foram entregues às tropas republicanas, nomeadamente um contingente de cerca de 1500 pessoas, que em Outubro de 1936 foram transportadas no navio Niassa para Tarragona (Oliveira, 1987:159)²¹, muitos acabaram, inequivocamente, por ser entregues às forças nacionalistas do general Franco²². A intervenção portuguesa no conflito, apoiando os nacionalistas ora de forma discreta ora assumida, não pode ser dissociada da atitude tomada relativamente aos prisioneiros. A sorte destes não terá sido sempre a mesma, mas é indiscutível que em alguns casos ela acabou por ser a pior possível, ou seja, a execução:

a entrega sem misericórdia dos refugiados espanhóis, que fugiam do terror associado a Badajoz, às autoridades da Nova Espanha na fronteira, enviando-os assim para uma morte segura (Reig Tapia, 1999:111-2)²³.

- 27 Da colaboração directa entre as forças policiais portuguesas e os militares franquistas primeiro e depois as autoridades instituídas em Espanha, ficaram bastantes testemunhos dando conta da realização de operações conjuntas e articuladas (cf. *e.g.* Alves, J. F., 1981, Vieira, 1996, Ferreira, F. E., 1986 e Pires, 1997). Resulta bem claro que a atitude das autoridades portuguesas relativamente aos refugiados que nutriam simpatia pelas forças políticas de esquerda, foi bem diferente da que havia sido tomada face aos refugiados da direita. A presença destes últimos, sendo pontualmente lembrada, não produziu na vila de Campo Maior um impacto minimamente comparável às que foram geradas pelos simpatizantes republicanos. Estes marcaram a vila e quem nela vivia de forma profunda e de mais que um modo.

6.1.2. O ESPAÇO E AS SOCIABILIDADES QUE A GUERRA PRODUZIU

- 28 Quando se fala da chegada dos espanhóis à vila está a falar-se, como já vimos, de uma realidade pluriforme. Se os refugiados políticos marcaram Campo Maior por aquilo que a sua situação representa politicamente, a clandestinidade em que vivem esconde-os, tornando-os quase invisíveis. São pois outras as personagens que interagem no quotidiano da vila e lhe modificam os hábitos. De facto Campo Maior e os seus arredores, os montes e caminhos raianos, enchem-se cada dia de pessoas que, não sendo perseguidas politicamente, apenas fogem à guerra, procurando em Portugal o que necessitam para sobreviver. Apesar da situação geográfica facultar desde sempre às populações raianas o contacto com a realidade do país vizinho, a verdade é que a intensidade dos contactos passa agora a ser incomparavelmente maior. As consequências manifestam-se de várias formas, seja ao nível da leitura da situação política, e não só da realidade espanhola como também da portuguesa, seja ao nível das relações afectivas. Por um lado, o contacto com refugiados francamente politizados favorece a transmissão de ideias progressistas e revolucionárias, críticas, portanto, do

Estado Novo português. Por outro lado, a chegada de inúmeras mulheres em situação fragilizada gera uma disponibilidade sexual, mesmo que forçada pela necessidade, que deixará também uma marca clara na memória de muitos.

- 29 Consideremos em primeiro lugar a transformação da espacialidade na vila. Os refugiados detidos foram colocados em espaços concentracionários, desde logo a prisão, mas sobretudo uns enormes celeiros, hoje reconvertidos por obra autárquica em Centro Comunitário. A localização dos celeiros, à entrada da vila, na estrada que a liga a Ouguela, era periférica apenas do ponto de vista residencial. A proximidade do jardim, verdadeiro passeio público da vila, integrava os celeiros nos circuitos habituais dos campomaiorenses, situação que a realização, nesse Verão de 1936, de uma edição das festas do Povo reforçou ainda²⁴:
- Ali [nos celeiros] é que foi a coisa pior. Um ano, pelas festas, a gente ali a ver a tourada e, claro, os barracões cheios de pessoal e a virem-nos buscar para os levar... Isso foi logo no primeiro ano da guerra (Adelaide, 80 anos).
- 30 A situação dos prisioneiros e o seu envio para Espanha ter-se-ão tornado, dessa forma, ainda mais vivos e presentes, acentuando a polarização na vila entre ricos e pobres. Alguns dos refugiados que escaparam à detenção foram escondidos em casas particulares, nalguns casos de parentes mais ou menos distantes, noutros através de diferentes mecanismos, como a solidariedade política feita através de recomendações que chegavam de companheiros comuns.
- 31 Fora da vila os lugares de acolhimento variaram bastante. Nas duas pequenas povoações que juntamente com Campo Maior compõem o concelho, Degolados e Ouguela, houve também habitantes que recolheram refugiados nas suas casas. Por outro lado, fora já dos aglomerados urbanos, alguns dos montes mais próximos da raia constituíram outro refúgio utilizado: «Tavam aí prós montes esses... ‘Tavam todos guardados nos montes esses. Na Barrosa havia 4 ou 5, na do Pássaro 4 ou 5, na Serra outros 4 ou 5... Esses montes... Estavam p’ra lá...» (Ana, 79 anos.) O caso da Referta de Ouguela representa na história destes refugiados um caso particular que adiante abordaremos de forma mais detalhada. Refira-se por agora que o seu particularismo se deve à própria natureza do espaço e à forma como era explorado. Ao contrário das herdades e montes onde a característica essencial era serem territórios abertos e extensos, explorados por um só proprietário, na Referta sucedia um pouco o inverso. Além de se tratar de baldios parcialmente explorados pelo conjunto da freguesia, a propriedade privada que aí existia era de pequena dimensão, seguindo um regime de exploração familiar. Um outro factor importante na Referta era a sua contiguidade com Espanha, o que naturalmente facilitava a circulação dos refugiados entre os dois países.
- 32 Grande parte dos refugiados instalados na vila encontravam-se, afinal, numa situação de quase invisibilidade, impedidos como estavam de estabelecer contactos fora do âmbito extremamente restrito em que se encontravam. Os que haviam escapado à prisão, estavam escondidos em casas de amigos, numa situação marcada pelo secretismo e pela transitoriedade, já que aguardavam a extradição ou a fuga para um país estrangeiro. A vila, espaço inevitavelmente mais vigiado e policiado, contrapunha-se a raia como espaço mais dificilmente controlado e nessa medida onde as interações se tornavam mais fáceis. Como atrás dissemos, a raia era naquela altura substancialmente diferente da que hoje encontramos. Aí vivia e trabalhava muito mais gente do que hoje acontece, tendo o fluxo de refugiados aumentado ainda a presença humana na zona. A instalação de barracões de venda de produtos de primeira

necessidade junto à fronteira ilustra a interação neste espaço: a vila aproximou-se da fronteira por razões comerciais; os espanhóis, e não apenas aqueles que eram perseguidos, aproximaram-se também dela por razões de subsistência.

- 33 Por um lado a presença de espanhóis não significava nada de novo em relação ao quotidiano da fronteira. O contrabando ou a procura de trabalho em condições mais favoráveis sempre tivera como efeito o contacto entre os habitantes dos dois lados da raia. Por outro lado, porém, a situação era naquela ocasião bem diferente, não só quantitativamente, como também pela fragilidade com que os espanhóis chegavam a Portugal. A natureza das sociabilidades que se teceram nesta mútua aproximação têm muito a ver, justamente, com essa situação de fragilidade em que os espanhóis se encontravam:

As pessoas vinham de lá... rapariguinhas novas... era uma pena! E mulheres casadas... Vinham cheias de fome! Umas tinham o marido preso, outras tinham ficado viúvas. Não tinham de comer e vinham... metiam-se aí debaixo de um qualquer...

Aqui em quase todos os montes à volta era pão por conta das espanholas. O lavrador dava-nos o grão e dava-nos o caldo p'ra de manhã p'rás sopas e à noite p'ra açorda. Depois dava 1,2 kg. de pão por dia a cada pessoa, que eram três *marroccates* de 400 gr. cada um. Elas por um marroccate daqueles dormiam com a gente, fodíamos toda a noite, conforme a vontade! E isso durou muito tempo. Nós abusámos muito... (António, 68 anos).

- 34 Estas formas de prostituição, que se terão prolongado no tempo pelo menos até ao final da II Guerra Mundial, constituem um dos aspectos mais referidos quando se evocam as memórias desse tempo²⁵. Elas são hoje envolvidas num discurso de autocrítica, como sucede com o informante que citámos, que chega mesmo a explicar o ódio que a seu ver os espanhóis nutrem pelos portugueses, pelos abusos então cometidos. O argumento justificativo que em última análise acaba sempre por ser evocado é o da idade: «éramos rapazes novos...» Em todo o caso esta não é uma memória que se silencie ou se procure esconder, quer seja evocada na primeira pessoa quer seja remetida para outrem, por exemplo quando se apontam os devaneios sexuais de personagens mais abastadas.
- 35 Não foi apenas ao nível da prostituição, porém, que a questão dos afectos ganhou centralidade no quotidiano da fronteira em tempo de guerra. Se os casamentos mistos não sofrem neste período nenhum incremento notório²⁶, as relações estáveis mas não formalizadas tê-lo-ão sofrido. Muito embora não disponhamos de números, a verdade é que ao longo do trabalho de terreno fomos tomando conhecimento de algumas dessas situações, sendo também essa a ideia que frequentemente nos era transmitida. A avaliação que a esta distância se faz de algumas dessas relações é reveladora do modo como o «vizinho espanhol» era encarado. Por exemplo, de uma mulher perseguida em Espanha pelas suas ideias políticas e que casou com um comerciante português, sublinha-se o seu carácter conflituoso e de alguma forma a sua ingratidão: «Mas ela era tão velhaca! Nunca perdeu a velhaquez! Saber que o homem a salvou, mas mesmo assim foi sempre velhaca p'ra ele. P'ra ele e p'rás outras pessoas..» (Filipe, 73 anos.) Do mesmo modo, a união de um homem já com alguma idade com uma jovem «com a idade dos filhos», explica-se porque «ele teve pena dela».
- 36 Em alguns casos as relações não corriam assim tão bem, produzindo mesmo consequências nefastas. Pelo menos é assim que se contam e avaliam:

Houve até aí um [espanhol] que esteve aí escondido e no fim enganou uma filha do lavrador. É num monte que está aí em baixo... Arrecadaram-no lá e deixou a filha embaraçada [grávida]. Ainda hoje está aí o filho desse espanhol (Filipe, 73 anos).

- 37 Mais grave, porém, terá sido a situação vivida no seio de uma família abastada da vila, que antes ainda da eclosão da guerra recebera um refugiado de direita que acabou por ter um caso com uma filha do lavrador que o recebera. Na altura a jovem estaria noiva do filho de um outro lavrador, um rapaz de «grande inteligência», que terá acabado por enlouquecer em consequência do episódio e da perda da noiva. Nem todas as sociabilidades que a guerra teceu cabem, porém, neste registo tenso. Aos lavradores, a que frequentemente se aponta a desumanidade de ajudarem a perseguir e entregar os refugiados, confere-se também o crédito de terem recolhido e nalguns casos adoptado crianças que tinham perdido os pais em Espanha.
- 38 Sem podermos avaliar pelo confronto e cruzamento de informações alguns destes dados, procurámos ver todos eles como narrativas que estruturam a memória. Narrativas que se constroem a partir de formas de algum modo arquetípicas, que orientam a interpretação dos lugares e posições sociais, ou seja, que conduzem e disciplinam a visão do mundo²⁷. O que queremos dizer, é que o modo como se vêem os portugueses e os espanhóis e dentro de cada uma destas categorias amplas os grupos que os constituem, encontra nestas e noutras narrativas um espaço de expressão relativamente definido e estereotipado, que basicamente acaba comprovando e reforçando o que já se sabe. A este nível, o modo como neste conflito os marroquinos eram e continuam sendo vistos é também ela elucidativa²⁸. A violência e crueldade juntam-se ainda, na avaliação da conduta dessa tropas, a acusação de falta de asseio e a responsabilização pela transmissão de doenças venéreas, que eles trariam de África e se disseminariam graças às violações que frequentemente praticariam, a que se associavam as práticas de prostituição que já referimos.
- 39 Também aqui não se trata de avaliar o que alguns militares de proveniência africana fizeram ou não²⁹. A história do conflito, sustentada em várias fontes, inclusive na história oral, dá conta frequentes vezes dos excessos dessas tropas:

Houve saques, violações e castrações, como o provam irrefutavelmente as fotografias que alguns oficiais alemães fizeram de cadáveres amputados e com os genitais na boca. Foi tal o efeito produzido que Franco ordenou que acabassem com esse ritual mouro dado o pernicioso impacto propagandístico que tais acontecimentos geravam (Reig Tapia, 1999:1 14).

- 40 O que nos parece importante é perceber o modo como a diferença é sublinhada, como os traços étnicos são compostos e de tal forma cristalizados que perduram até hoje. Antes ainda de vermos como a questão se apresenta aos olhos de alguns campomaiorenses, consideremos dois testemunhos espanhóis directos, já que um é produzido por um homem que combateu ao lado dos marroquinos e o outro por uma enfermeira de um «hospital de moros»:

Os mouros eram muito ladrões, apanhavam tudo o que podiam levar e depois carregavam com tudo durante o caminho. Além disso diziam aquilo de «morrer por Franco em Espanha, ressuscitar em Melilla». Morriam aqui, mas ressuscitavam lá com tudo o que levavam. Muitas vezes queixavam-se de que lhes doíam os dentes para não irem para a frente de combate, mas como já os conheciam nem sequer lhes punham anestesia para lhos arrancarem, de forma que não tinham outro remédio senão ir para o campo de batalha sem desculpas (cit. in Bullón de Mendoza e Alvaro de Diego, 2000:50).

Eram muito diferentes dos nacionais; desde logo, cheiravam completamente diferente: os soldados espanhóis tinham um cheiro a pés espantoso, e estes não cheiravam a pés mas sim a borrego, porque lavavam os pés todos os dias por causa das suas crenças e além disso comiam muito borrego e passavam gordura de

borrego por todas as partes, especialmente no cabelo (cit. in Bullón de Mendoza e Álvaro de Diego, 2000:51).

- 41 Esta última ideia, a da higiene dos marroquinos comparativamente aos espanhóis, como que se transmuda no seu inverso em algumas declarações que pudemos ouvir em Campo Maior: «Eles estavam a comer aqui e ao lado, se lhes apetecia baixar as calças, fazer as necessidades, faziam...» É esta falta de higiene que está também por detrás da acusação de terem sido eles a trazer de África doenças venéreas que teriam transmitido às mulheres espanholas que violaram, vindo estas mais tarde a disseminá-las na vila³⁰. Dos excessos cometidos pelos marroquinos não teria mesmo ficado isento o território português, pelo menos a julgar por uma história que teria ocorrido em solo luso:

Um homem chamado Serpa, que era vaqueiro, tinha um poço onde iam à fonte e tinha duas filhas moças e tavam lá a lavar. Chegam esses canalhas desses marroquinos, isso eram terríveis, começaram-se logo a agarrar às filhas... Fizeram pouco delas ali, diante do pai. Diante do pai! O pai, assim que começou a dizer qualquer coisa, acabaram logo com ele (Belmiro, 85 anos).

- 42 Neste caso, não se trata de uma acusação imprecisa, mas de um episódio concreto, com intervenientes concretos e nomeados. Isso não muda, todavia, o essencial, pois que, do mesmo modo se constrói e projecta uma imagem que tanto pode traduzir experiências directas e vivenciadas como expressar sentimentos em que se aprendeu a acreditar.
- 43 As transformações que a «Guerra de Espanha» produziu na raia portuguesa expressaram-se a vários níveis. Vimos aqui como a vila simultaneamente se distendeu de um ponto de vista espacial e se diversificou do ponto de vista vivencial. Por um lado assistiu-se a novos usos do espaço, por exemplo quando junto à raia se instalaram postos de venda ou quando os matos da Referta foram ocupados por refugiados. Por outro lado a presença do outro não só se densifica como se diversifica, proporcionando novas formas de interacção ditadas pela situação de guerra, centrem-se elas na exploração ou na solidariedade. A vila parecerá outra nesses anos. Para alguns essa foi uma oportunidade de vida pelos negócios que proporcionou, mas para todos os que viveram esse período, foi sobretudo um momento forte de relação com o mundo e com o que nele estava mudando nesses anos. A forte presença da guerra na memória dessas pessoas, mostra que a sua importância se não apagou, mesmo que a essa guerra lembrada tenham sido aportados nestes anos novos contributos de leitura e interpretação do vivido, orientando o modo de narrar o passado, que dessa forma se vivifica dialogando com o presente.

6.2. SOLIDARIEDADES, TRAIÇÕES E DESUMANIDADES

- 44 Num artigo onde reflecte sobre o conceito de guerra civil e da sua adequação ao que se passou em Espanha, Edward Malefakis busca inspiração em Clausewitz para dizer que a guerra civil é a continuação da revolução por outros meios. Numa síntese que se aplica ao caso espanhol, diz-nos então aquele autor que «a revolução tende a ser deliberada, e a guerra civil, o resultado de não ter sido possível conseguir os fins desejados pelos meios mais económicos» (Malefakis, 1996:23). Ainda segundo o mesmo autor, um aspecto que singularizou este conflito face a outras guerras civis, foi o papel dos militares. Faz então notar que estes raras vezes são os desencadeadores de guerras civis, pelo simples facto de que nos estados modernos eles dispõem de uma força que não está ao alcance de mais nenhum sector da sociedade. Com tal poderio os militares podem provocar golpes de Estado, mas estes quase nunca degeneram em guerras civis.

Em Espanha as coisas passaram-se, porém, de forma diferente: os militares desencadearam um conflito, mas não o puderam conter na dimensão que desejavam, exactamente a do golpe de Estado. A explicação deste facto parece assentar sobretudo na forte divisão que marcava a sociedade espanhola daquele tempo.

- 45 Surge aqui a questão das «duas Espanhas» a que já fizemos referência. Malefakis (1996:42) faz remontar a pelo menos 1790 a criação do suporte ideológico que sustenta tal fractura, mas para o que aqui nos interessa, basta perceber que no começo da década de 1930 as forças de direita se agregam em torno da Igreja, ao mesmo tempo que a esquerda, no poder, procura transformar radicalmente a sociedade espanhola:

Tentou instituir uma democracia política genuína; reestruturar a base territorial da nação garantindo a autonomia regional; levar a cabo profundas mudanças sociais, especialmente através de redistribuições em grande escala de terra em zonas rurais; reorientar culturalmente Espanha incentivando as influências seculares e limitando o papel da Igreja; e proporcionar uma rápida modernização económica e consequente desenvolvimento (Malefakis, 1996:45).

- 46 É pois uma Espanha que se reparte entre o desejo de mudanças rápidas e radicais e a conservação dos valores e hierarquias tradicionais. Ainda que no início do conflito existisse entre ambas um «terceira Espanha», talvez maioritária, que não acreditava em nenhuma das causas com intensidade suficiente para se dispor a derramar sangue por ela (Malefakis, 1996:26), a verdade é que a fractura se revelou demasiado profunda para evitar uma guerra civil³¹.

- 47 Esta questão das causas do conflito espanhol é, bem o sabemos, relativamente marginal face ao que buscamos neste capítulo. Ela interessa-nos, todavia, pela interrogação que suscita: até que ponto esta Espanha dividida entre conservadores e reformistas funcionou como espelho para a sociedade rural da raia portuguesa, sobretudo em terras de latifúndio? A divisão entre ricos e pobres, que como vimos estrutura a memória pelo menos até ao 25 de Abril, pode, de alguma forma, ser vista como correlata das duas Espanhas? Sabe-se que desde 1931 vários políticos portugueses, desafectos ao Estado Novo, estavam exilados em Espanha, sobretudo na Galiza e em Madrid, tentando mesmo nalguns casos desencadear, a partir daí, golpes contra a ditadura (Oliveira, 1987:79). É, porém, para fora deste plano mais institucional, onde as opções ideológicas dos estados centrais dialogam e se confrontam, que nos importa olhar.

- 48 Na fronteira, a circulação de pessoas tornava inevitável o confronto entre as realidades dos dois países, de tal forma que o processo de reforma agrária que decorria na Andaluzia e na Extremadura, não podia deixar de ser conhecido pelos portugueses, nomeadamente por aqueles que trabalhavam sazonalmente em Espanha. O conhecimento da experiência política espanhola pôde, de facto, ter afectado a visão do mundo dos assalariados rurais portugueses:

Esta compenetração familiar, vicinal, laboral, foi logicamente acompanhada de similares inquietações sociais, sindicais e políticas. (...) era lógico o «contágio democrático» que atravessava a fronteira com a visita de familiares, amigos, trabalhadores temporários, etc. (Cayetano Rosado, 1994:35).

- 49 Deve dizer-se, todavia, que deste «contágio» não subsiste hoje memória significativa. Cayetano Rosado, salvo um episódio de tráfico de armas gorado que lhe foi contado em Espanha (Cayetano Rosado, 1994:37), nada refere de substantivo. Rui Vieira, por seu turno, documenta, de facto, um processo de doutrinação política na vila de Campo Maior por um espanhol, mas isto já nos anos 50 (cf. Vieira, 1996:187). Pelo que nos diz respeito, obtivemos apenas um testemunho da entrada de propaganda em Portugal no

período da II República: «Eu distribuí alguma numa bicicleta, aqui para Degolados, para casa de um senhor que já morreu.» (Morgado, 80 anos.) Em todo o caso, o período da Guerra Civil é, sem dúvida, aquele que mais claramente nos permite perceber até que ponto a trágica fragmentação da sociedade espanhola foi reflectida na polarização de uma pequena comunidade raiana como Campo Maior. Este facto evidencia um aspecto que nos parece importante: não existe a *memória da comunidade* enquanto tal, pois como nota Joël Candau, «Nas sociedades modernas, a pertença de cada indivíduo a uma pluralidade de grupos torna impossível a construção de uma memória unificada e provoca uma fragmentação das memórias» (Candau, 1998:173). Se qualquer memória surge por isso fragmentada, a que se centra no conflito e na contradição exponencia esse efeito. Neste capítulo falaremos então das lições da guerra, do modo como ela mostrou o mundo, evidenciando injustiças e desigualdades sociais. Começaremos, porém, por uma outra questão que entronca nesta: o modo como a guerra se tornou propiciatória para aqueles que, expeditos e pragmáticos, criaram condições para beneficiarem dela.

6.2.1. A GUERRA COMO OPORTUNIDADE

- 50 Para lá de toda a violência que as diferenças ideológicas foram capazes de justificar, a Guerra Civil de Espanha colocou à prova a capacidade de sobrevivência mesmo daqueles que não estiveram directamente envolvidos no conflito. A guerra afectou decisivamente a capacidade produtiva do país, agravando as condições de vida, muitas vezes obrigando à procura quotidiana do indispensável à sobrevivência. Do lado português, a situação de penúria extrema em que muitos espanhóis se encontravam, deixou recordações que perduram ainda e se constituem mesmo como uma das referências mais fortes do conflito. A fome gerada pela guerra teve resposta no nosso país em vários planos. Existiu, por um lado, uma resposta institucional e muito conotada ideologicamente, já que se orientou apenas para o apoio aos nacionalistas. Por outro lado, existiu também uma resposta espontânea, feita sem mediação, mas condicionada às dificuldades que existiam também em Portugal. Finalmente, existiu ainda uma resposta de cariz mais comercial, que viu as dificuldades existentes em Espanha antes de mais como expressão de um mercado passível de ser explorado.
- 51 A primeira destas respostas pode ser ilustrada com a alusão feita num jornal local às senhoras de Campo Maior que ofereceram géneros aos nacionalistas (*Jornal de Elvas*, 22/1 1/36). No mesmo sentido deve ser lida a notícia da expedição de 200 camionetas com auxílio proveniente de todo o país e destinada a essas forças (*Jornal de Elvas*, 27/12/36). Trata-se de um apoio institucional, pois ainda que tenha na origem contributos de particulares, são as autoridades políticas portuguesas que gerem, controlam e sobretudo orientam o sentido da ajuda. A este apoio conhecido e publicitado juntou-se, por certo, um outro, feito de forma mais discreta, fosse para o esconder da população portuguesa, ela própria a passar dificuldades, fosse para a esconder do olhar externo, com vista a conservar a aparência de neutralidade que formalmente Portugal mantinha³². Mesmo que reivindique tal estatuto, não se trata aqui de um apoio humanitário no sentido pleno do termo. Obedece antes ao posicionamento estratégico das autoridades portuguesas face ao conflito e também, pelo menos pontualmente, à capacidade reivindicativa das forças rebeldes espanholas.

- 52 Pelo menos um exemplo desta pressão dos nacionalistas espanhóis que teve como centro Campo Maior, acabou por ser dada a conhecer por um dos seus protagonistas. Trata-se do lavrador e político Telo da Gama, personagem com que este trabalho já se cruzou. Apesar de na altura ser chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, passava muito tempo em Campo Maior, tendo sido numa dessas ocasiões confrontado com uma situação complicada:

apareceu-me o tenente da Guarda Fiscal, que vinha acompanhado por dois oficiais do corpo do exército de Badajoz, e que me vinham trazer a notícia de que estavam todos com fome, e não eram capazes de os segurar se não lhes dessem de comer. (...) Telefonei para o Ministro e este disse-me que algo devia ser feito para se evitarem actos de sangria, mas antes teríamos que falar com o Presidente do Ministério, que era então o Salazar. Este hesitou, porque podia ser uma brincadeira de soldados, mas quando se certificou, mandou, por intermédio do ministro, comprar o que fosse preciso e enviou para aqui mercadoria como arroz, batatas, bacalhau, etc. Tudo o que nos fazia falta... (*Jornal Campomaior*, 14/2/92)³³.

- 53 Estes apoios ter-se-ão prolongado até depois do final da guerra, pelo menos é nisso que acredita um dos nossos informantes, que afirma ter visto em Elvas, já nos anos 40, «na altura do racionamento», uma camioneta espanhola com um oleado que dizia «Sobejos de Portugal» e que estaria carregada de borregos. É uma história que o próprio dá como exemplo do apoio do nosso governo a Franco, expressando através dela clara indignação por nessa altura haver também «muita fome em Portugal».
- 54 Insistimos que estamos aqui perante um apoio mais político que humanitário, na medida em que é feita uma distinção inequívoca entre nacionalistas e republicanos no que diz respeito à recepção da ajuda. Com o auxílio espontâneo, feito no plano local como resposta às evidentes necessidades dos refugiados que invadem a vila, é um pouco o contrário que se passa. As simpatias políticas nunca são evocadas neste caso por parte dos nossos informantes. Na verdade, grande parte das pessoas que procurava alimentos em Portugal não expressavam nenhuma filiação política. Eram apenas pessoas que a guerra tinha colocado perante carências que não conseguiam suprir em Espanha. Os refugiados políticos, aqueles que eram efectivamente perseguidos pelas suas ideias, estavam presos ou escondidos, sobrando depois, pelos montes e caminhos da raia ou nas ruas da vila, aqueles, maioritariamente mulheres e crianças, que viam em Portugal o melhor local para procurar o que necessitavam para sobreviver.
- 55 A memória dessa miséria está ainda bem viva em Campo Maior. Sobretudo em relação às crianças, algumas das quais recolhidas por famílias da vila, ficou um registo quase fotográfico: «Eu recordo-me tão bem... As crianças, os espanhóis, andarem na rua a apanharem casquinhas de laranja, casquinhas disto... tudo o que apanhavam. Mas aqui também havia dificuldades...» (Fernando, 67 anos.) Este viver dos desperdícios dos outros constitui uma memória forte, surgindo como ilustração da necessidade extrema em que os espanhóis viviam³⁴. Encontramo-la, também a propósito dos barracões colocados junto à fronteira e de que adiante falaremos. Aí, sempre ficavam sobras dos alimentos que se vendiam: «Aqueles desperdícios que ficavam na toalha de mesa... eles, coitaditos, iam a ver daqueles miolinhos de pão! A desgraça era assim.» Também um contrabandista que esteve preso em Badajoz na altura da guerra se deixou impressionar por uma situação semelhante. Enquanto que ele e os outros portugueses recebiam comida levada pelos familiares, os espanhóis

chegavam ali a comer cascas de banana, cascas de batata, tudo ali por aqueles contentores... Coitados, não tinham nada! Era uma miséria autêntica. Só visto!

Havia uma hora que iam atirar com os talos das couves e eles eram como os porcos à

bolota! Ei caramba, era a ver quem apanhava mais! Não me esquece um gaiato aí com os seus 16 ou 17 anos. Dizia assim: «É, caramba! as minhas irmãs diziam-me “Come couves, filho” e eu não queria couves e aqui nem os talos escapam.» (Francisco, 88 anos.)

- 56 É esta necessidade extrema que gera situações de mendicidade e de prostituição que se foram tornando cada vez mais frequentes, de tal forma que vieram a constituir referências centrais na memória da guerra.
- 57 Naturalmente que nem todos os que vinham procurar em Portugal o necessário à sua subsistência tinham necessidade de recorrer a mendicidade ou à prostituição. São mesmo correntes as referências a pessoas de posses que se disponibilizavam a trocar bens valiosos por alimentos. Um exemplo desta prática foi-nos transmitido por uma mulher que nos contou como seu pai recebeu de um espanhol um Menino Jesus de bom tamanho em troca de dois quilos de pão. Numa outra situação que nos foi narrada, uma senhora espanhola terá ido comer a um restaurante de Elvas, pagando a refeição com um anel que tirou do dedo³⁵. Tal como a procura dos sobejos para alimentação, esta dissipação de bens, que nalguns casos são jóias de família, é evocada como ilustração do ponto extremo a que a guerra teria conduzido os espanhóis. Histórias como estas remetem, porém, para uma outra dimensão evocada a propósito deste conflito, exactamente a da ideia de aproveitamento da miséria alheia que a guerra suscitou. Na vila, a esta oportunidade muita gente respondeu de diversas formas.
- 58 A instalação de postos de venda de vários produtos junto à fronteira foi uma das faces visíveis destas respostas. Já atrás nos referimos aos barracões instalados na raia, sublinhando na altura o seu carácter legal, atestados pelos inquéritos a que o Ministério das Finanças procedeu³⁶. O seu estatuto não deixa, apesar disso, de conter algumas ambiguidades, parecendo-nos relevante o facto das actas camarárias, bastante minuciosas em tantos aspectos, inclusive comerciais, serem omissas nesta matéria. Para parte da população esses barracões eram vistos de forma bastante crítica:
- De cá montaram uns barracões. Depois, coitadinhos, eles vinham de Espanha prós barracões. Depois vinham mulheres... Olhe faziam trinta por uma linha às pessoas... coisas que não gosto de ver! Até haviam uns ricos daqui que aproveitaram isso, da desgraça das pessoas! (Amélia, 64 anos).
- 59 Olhar crítico que tinha também a ver com a ideia de que era diferente o tratamento dado a quem controlava o negócio e a quem não tinha poder nem influência:
- Para esses barracões iam carregados de carradas de pão. Outros levavam [eram punidos], como por exemplo eu. Eu, depois de casa, ia a levar à minha sogra duas barras de sabão ali à arraia. E aí embaixo, aí onde há uma fonte, ainda do campo de futebol para lá, saiu-me um guarda fiscal e prendeu-me. Preso fui. Tive oito meses e meio preso. Nesse intervalo a minha mulher teve um filho. Então quando nasceu eu estava preso. Foi a primeira vez q'ele viu o pai: foi ver o corrécio que estava preso por levar sabão! (Aurélio, 82 anos.)
- 60 Tanto quanto pudemos perceber, este negócio raiano tinha várias expressões, desde estes barracões legalizados e explorados por comerciantes da vila, até vendas mais modestas, «cabanas», ou mesmo transacções feitas sem qualquer estrutura de apoio. A raia hoje deserta e onde raramente se vislumbra qualquer actividade, mesmo agrícola, era então um espaço de intensa circulação. Algumas das pessoas com quem falámos e que eram na altura crianças, lembram-se de ir diariamente até à fronteira vender pão ou outros produtos.

61 Havia aqui, e é importante que se diga, a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o que se podia vender e aquilo que era necessário preservar para garantir a própria sobrevivência. Os tempos eram de crise, sobretudo quando se iniciou a II Guerra Mundial e chegaram os racionamentos:

Tínhamos umas cadernetas. Era umas senhas q'era p'ró arroz, outra p'ró sabão, outra p'ró açúcar... Era tudo racionado nessa altura. Tinha lá marcado os meses, os dias... Era como um calendário. Os comerciantes não nos davam as coisas sem tirarem a senha da caderneta (António, 68 anos)³⁷.

62 A capacidade de oferta acabaria muitas vezes por não corresponder à procura, mas a verdade é que ainda hoje causa indignação a ideia de que apesar da penúria que se vivia em Portugal, os produtos racionados nunca faltavam nos barracões, desde que os espanhóis tivessem meios para os pagar. Não sabemos até que ponto esta é uma leitura enviesada da realidade³⁸, mas que os produtos escasseavam em Portugal, mesmo aqueles que o racionamento devia garantir, é algo evidenciado até mesmo pela leitura da imprensa local. De facto, apesar de a imprensa consultada ser claramente afecta ao Estado Novo, ela não deixa, pontualmente, de reflectir as dificuldades em que se vivia. Por exemplo, ao noticiar que há já um mês que faltava arroz e bacalhau em Campo Maior (*Jornal de Elvas*, 15/6/41), ou ainda, e aqui de forma mais frequente, quando noticia os vários mecanismos assistenciais, desde a sopa dos pobres à distribuição dos produtos apreendidos no contrabando – apenas a título de ilustração veja-se o final do mês de Fevereiro de 1941 em que graças a apreensões sucessivas são distribuídos «pelos pobres sem trabalho», por «casas de beneficência» e pelas Misericórdias e Casas do Povo do concelho de Elvas, cerca de 4500 quilos de pão (*Jornal de Elvas*, 23/2/41).

63 À semelhança do que vimos a propósito do contrabando, a avaliação que é feita do comércio fundado na guerra, varia de acordo com a situação de quem está envolvido. Assiste-se a uma espécie de relativização, com base na qual se censura quem tendo muito ganhou ainda mais, mas se desculpa quem vivia com dificuldade e encontrou no pequeno comércio a oportunidade de ganhar algum dinheiro. A acusação ao poder do capital é constatada também por João Urbano Pires em Barrancos (Pires, 1997:163) e traduz essa fractura essencial entre ricos e pobres a que já aludimos e a que voltaremos no ponto seguinte. Essa fractura condiciona e relativiza a avaliação dos comportamentos, o mesmo se verificando em relação a algumas acções levadas a cabo pelos espanhóis. O pequeno furto realizado pelos refugiados é por vezes reconhecido e denunciado, mas não gera especial censura, sendo quase sempre desculpado pelas circunstâncias que o motivaram. Esta avaliação só se modifica, como adiante veremos, quando falarmos da Referta de Ouguela, quando essas acções apresentavam um carácter sistemático, implicando um grupo organizado e já não apenas o indivíduo que roubava por necessidade.

64 O contrabando foi uma outra solução encontrada por muitos dos refugiados de Espanha. Ainda que adiante tenhamos que voltar a esta questão, para analisar então um caso particular, é neste momento importante aludir de forma genérica ao modo como o contrabando foi utilizado pelos refugiados, já que esta utilização assumiu várias formas. Assim, se houve refugiados que actuaram em grupos que eles próprios constituíram, houve também casos de integração de espanhóis em quadrilhas de portugueses. Por outro lado, a própria situação de clandestinidade permitiu a alguns espanhóis um conhecimento bastante acentuado da raia, facto que nalguns casos os levou a assumir o papel de guias, ou seja, a desempenharem um papel particularmente relevante na hierarquia da actividade. Houve ainda casos em que factores diversos determinaram

um destaque que conservou a memória desses espanhóis contrabandistas. Por exemplo, foi-nos contado o caso de uma mulher que, situação rara, fazia contrabando de longa distância acompanhando os homens:

Essa espanhola ‘teve a morar em minha casa, na casa do meu pai, que tenha a alma em descanso. O homem era António e ela era Antónia. Eram fugidios na altura da guerra. A mulher tinha a casa de uma pessoa rica... Era fugitivo o marido. Ela podia andar, mas ele era fugitivo. Eu morava na minha casa e ela andava à frente da gente, à frente do homem! Ela tinha um par de colhões mais duros que o milho! Uma mulher valente!... Pela alminha da minha mulher, aquilo era uma mulher valente! (Diamantino, 74 anos.)

- 65 A admiração por esta mulher tem não só a ver com a actividade de contrabandista, mas por ter assumido aquele que era visto como o papel do seu marido. Este, impossibilitado de se movimentar devido à ameaça de prisão, acabou sendo substituído pela mulher na actividade que sustentava o casal.
- 66 Numa situação como esta o contrabando foi um recurso que permitiu a sobrevivência. De resto, essa mulher, para lá de ter em Espanha a «casa de uma pessoa rica», mantivera contactos que se revelaram úteis naquela actividade de recurso. Porém nem sempre as coisas se passavam assim. O contrabando acabou em muitos casos por se tornar num modo de vida que se prolongou no tempo. Deixou, dessa forma, de ser uma actividade pontual a que a guerra obrigou a recorrer, para se enraizar em espaços físicos marginais, como sucedeu com a já referida Referta de Ouguela, e entre grupos debilmente integrados na realidade portuguesa. Além do mais, pelo menos nalguns casos, esta associação de uma actividade ilícita aos refugiados não se ficava pelo contrabando. Verdadeira ou falsa, a ideia de que os refugiados se dedicavam também a assaltos mais ou menos violentos, parece ter justificado algumas medidas repressivas da actividade do contrabando nos dois lados da fronteira, quer se tratasse de contrabandistas portugueses quer espanhóis, ao mesmo tempo que legitimava a perseguição aos exilados por parte das autoridades portuguesas (cf. Godinho, 1993 e Alves, J. R, 1981).
- 67 Este tipo de situação verificou-se também noutras partes da fronteira luso-espanhola, tendo deixado marcas particularmente fortes na zona do Barroso. Também aí foram muitos os refugiados e as dificuldades sentidas e também aí uma das soluções passou pelo contrabando:
- Muitos destes refugiados dedicaram-se à prática do contrabando, sobretudo de alimentos quando levavam o caminho de Espanha, trazendo na volta armas e tabaco (Garcia Mana, 1988:157).
- 68 A situação no Barroso, porém, degradou-se de uma forma muito acentuada quando, nos finais de 1938, a tentativa de recuperação de uma carga de contrabando apreendida, degenerou na morte de um guarda da G.N.R. e no ferimento de um outro. Esta situação determinou a acentuação da perseguição aos contrabandistas nos dois lados da fronteira, acabando por afectar quer os espanhóis quer os portugueses que se dedicavam a essa actividade. Por outro lado, ainda nesta região, alguns dos refugiados acabaram por se constituir em bolsas de resistência ao franquismo, actuando em bandos armados que actuaram quer em Espanha quer em Portugal³⁹. Um nome ficou célebre, o de Juan Salgado Rivero, líder da «Matilha do Juan», que acabou por ser morto no final de 1946 (cf. Alves, J. E, 1 981:34 sgg., Garcia Mana, 1988 e Godinho, 1993). Em Campo Maior as actividades dos refugiados nunca atingiram tal dimensão, mas a situação vivida pelos espanhóis acoitados na Referta de Ouguela tem, em relação ao que

se viveu no Barroso, maior diferença de grau do que propriamente de conteúdo, como procuraremos mostrar.

- 69 Para lá da actividade comercial desenrolada na raia, é apontada em Campo Maior uma outra forma de retirar proveito da guerra. Falamos concretamente da existência de estruturas organizadas que visavam promover a transferência dos espanhóis perseguidos para o estrangeiro. Deve dizer-se, antes de mais, que nem todo o auxílio prestado com esse fim era pago. Muitas vezes a oferta de abrigo e depois o encaminhamento era feito desinteressadamente, implicasse ou não explícita solidariedade política. Uma situação ocorrida já bem depois do final da guerra⁴⁰ ilustra esta situação:

Foram uns rapazes que estavam num campo de concentração e fugiram para Campo Maior. Vieram para aqui (...). Então aqui se aquartelaram e o sargento Abrantes tratou-lhes da papelada e depois foram chamados à embaixada (...). Por acaso eu é que os fui levar à embaixada, sem ganhar um tostão. Que eu não ganhei um tostão! (Francisco, 88 anos.)

- 70 Estes quatro fugitivos, todos militares e dois dos quais oficiais que tinham lutado pelas forças republicanas, conseguiram chegar a Lisboa e aí à embaixada do México, um dos destinos habituais em tais circunstâncias. Neste caso valeu-lhes o apoio de uma rede que o sargento Abrantes suportava apesar da vigilância da Polícia Política.
- 71 Se neste caso, como noutros, a solidariedade falou mais alto do que o interesse, por vezes eram outras as regras. Na verdade, havendo disponibilidade financeira, as divergências políticas parecem ter sido claramente secundarizadas. Um lavrador da vila, que de resto chegou a presidir à secção local da Legião Portuguesa, é pelo menos acusado de ter prestado auxílio e favorecer a fuga aos refugiados de esquerda que pudessem pagar esse serviço. Também neste caso se tratava de uma rede estruturada, no caso assentando na posição social insuspeita de quem estava envolvido. Os preços e os contactos estavam definidos: pagamento de dez mil pesetas e um intermediário italiano ligado a uma embaixada. Uma vez mais o destino que nos é referido é o México, após passagem pela embaixada deste país em Lisboa. Um nosso informante afirma ter sido intermediário num processo que se gorou pelo facto de o espanhol não dispor da verba exigida, tendo acabado, ao que lhe disseram, por ser fuzilado em Espanha. A avaliação deste tipo de comportamentos interesseiros é francamente negativa, mesmo quando se reconhece que houve quem se tenha salvado graças a tais expedientes. Neste caso, todavia, pesa mais a acusação de «egoísmo» do que os resultados alcançados, até porque «dez mil pesetas em 1939-40 era muito dinheiro...».
- 72 Existem outras situação de aproveitamento que são, porém, alvo de maior censura, nomeadamente quando nem a salvação do refugiado era conseguida, não passando tudo de um logro:
- ... apanhou seis contos, naquela época!, a um espanhol e foi a transportar o homem à fronteira, mas ele próprio já tinha dado a denúncia de que ia um tipo assim assim... E apanhou seis contos ao homem! E ele «Já posso atravessar aqui?» Foi apanhado e fuzilado, o homem! (Morgado, 80 anos.)
- 73 Histórias como esta, mesmo quando indicam nomes e detalhes da operação, são quase sempre confusas, podendo inclusive haver divergências significativas quando contadas em diferentes alturas. Uma das histórias que nos contaram parece quase uma variação de uma outra que referimos a propósito do contrabando. Se nesta actividade havia um padrão que se fazia passar por guarda para reaver as cargas que vendera aos contrabandistas, a propósito da guerra falase de um taxista que quando transportava

refugiados até à fronteira os assustava dizendo que vinham os guardas, fugindo depois com a bagagem que transportavam.

- 74 Estas histórias, mesmo que assentem numa base real, parecem desempenhar no acto rememorativo um sentido que transcende a experiência vivida. Apetece dizer que elas verberam pelo excesso situações e padrões de comportamento, orientando dessa forma o olhar sobre o mundo. Os relatos inverosímeis, e os que referimos estão longe de ser os mais sintomáticos a esse nível, adquirem dessa forma um sentido particular na estrutura narrativa. Quando alguém nos diz «A gente encontrava cães com uma perna de uma pessoa ou um braço», ou quando disseram a Rodrigues Ferreira, a propósito de um português que se alistou na falange, que «Quando apanhava crianças atirava-as ao ar e furava-as com a espada» (Ferreira, F. E., 1986:50), não são relatos que devam ser tomados à letra. Mesmo se apresentados como verdadeiros por quem os conta, eles *traduzem e representam*, antes de mais, o horror da guerra, permitindo sublinhar algo que deve ser lembrado ao grupo onde tais narrativas circulam. Pode pois dizer-se que tais excessos funcionam como *marcadores* dentro do processo narrativo, fenómeno que também se encontra no modo como a distinção entre ricos e pobres ajuda a contar a guerra. Encontramo-nos aqui com a hipótese que Candau (1998:175 sgg.) discute:

Não poderemos então supor que a força das memórias – quer dizer a sua capacidade para organizar identidades colectivas – dependerá em parte da capacidade de uma sociedade propor aos seus membros estruturas memorizáveis suficientemente explícitas e compreensíveis?

6.2.2. OS RICOS E OS POBRES

- 75 Se é certo, como atrás dissemos, que a dicotomização da sociedade nestas duas categorias é redutora e simplifica a realidade, é verdade também que mesmo hoje é ela que mais claramente orienta a leitura que em Campo Maior se faz da Guerra Civil. Por outro lado, durante o conflito, o seu forte pendor ideológico favorecia outras polarizações, nomeadamente as que se centravam na diferenciação dos dois países ibéricos, por exemplo confrontando ordem com caos e autoridade com falta dela:

Em Espanha a ordem é coisa que não se conhece (...). Por onde não há ordem, campeia a desunião, a ruína, o vício, o mal-estar (...) Portugal já esteve sob o mesmo estado revolucionário (...) Surge porém a ordem, e com ela a união de tódas as classes. Um homem aparece, de cabeça erguida, por entre os escombros. [Também Espanha] Necessita de um cérebro superior, duma criatura que ponha de lado os interesses particulares para só pensar no bem da Nação. (*Jornal de Elvas*, 16/2/36).

- 76 Este artigo, anterior à eclosão da guerra, é num certo sentido profético em relação ao desenvolvimento histórico, ainda que não tenha antevisto o que de trágico se iria passar em Espanha quando esse homólogo de Salazar decidiu unir o que estava desunido. Este tipo de leitura da situação espanhola pós-eleitoral elide o conflito de classes, correspondendo, por isso mesmo, à visão institucional do regime português. Tanto assim é que a Guerra Civil se tornará argumento de defesa da conformação política no nosso país. Numa «grandiosa manifestação anticomunista» realizada em Campo Maior em Outubro de 1936, o representante da Casa do Povo da vila dá o tom: Não se admite que haja quem lance a desordem nesta vila de nobres tradições. Os inadaptados devem tomar cautela, porque serão eliminados os que é necessário eliminar (*Jornal de Elvas*, 18/10/36).

- 77 A desordem que a Guerra Civil instaurou não devia pois chegar a Portugal, mas para isso era necessário que os «inadaptados» não tivessem condições para encetar uma revolução semelhante à que ocorrera em Espanha durante a II República. Colocada a questão nestes termos fica clara qual a atitude desejável face à guerra que alastra em terras vizinhas. Ela evidencia-se de várias formas. Por exemplo, e como já referimos, quando o jornal publicita o nome das senhoras que ofereceram géneros para os nacionalistas espanhóis, na notícia das adesões à Legião Portuguesa ou no relato de visitas de portugueses a Badajoz quando esta cidade cai em mãos dos nacionalistas. O apoio inequívoco de personalidades destacadas da vila às forças franquistas não se traduz apenas no envio de géneros ou na identificação ideológica. Ele terá tido também uma dimensão ainda mais implicada, pelo menos na perspectiva daqueles que afirmam que alguns dos ricos da vila perseguiram e ajudaram a capturar refugiados republicanos. É neste ponto que a fractura direita/esquerda, que tão claramente marcou o conflito em Espanha, encontra expressão concreta neste lado da fronteira, exactamente na distinção entre ricos e pobres.
- 78 O tom das acusações é variável, como variável é também o grau da sua concretização, mas é sempre a crueldade motivada por ódio político que as enforma:
- Foi uma guerra q'eu acho que mataram os bons e ficaram os ruins. Esse que não tinha natureza de denunciar este e o outro, mas q'era bom, ameaçavam-no a ele... (Ana, 79 anos).
- 79 Ou então:
- quando as mulheres fugiam para cá, coitadinhas, ali eles mesmo cá, os ricos, a empurrá-las para os carros. Quando iam, iam todas feridas de estarem a estrebuchar com eles e eles a empurrá-las. Levantavam-lhe saias, levantavam-lhes tudo, a empurrá-las para dentro dos carros. A entregá-las à morte... (Adelaide, 80 anos).
- 80 Ou ainda:
- os ricos foram muito vingativos: quando as esquerdas perderam e fugiram para aqui, esses ricos, essa gente, todos os que podiam apanhar apanhavam-nos aqui. Aí, num celeiro desses é que juntavam os espanhóis e depois vinham os camiões a buscá-los à noite. Carregavam-nos no camião e iam a matá-los à Praça de Toiros ali em Badajoz. Até havia aqui lavradores, aqui em Campo Maior, [que] iam ver matar os espanhóis (António, 68 anos).
- 81 Esta última acusação remete-nos para os acontecimentos ocorridos em Badajoz aquando da tomada da cidade e do que nela ocorreu sob o domínio nacionalista. A praça de toiros da cidade extremeña constitui uma referência corrente nas narrativas sobre a guerra que pudemos ouvir em Campo Maior. O valor referencial desse espaço resulta não apenas de aí terem sido executados prisioneiros, mas da crueldade com que tais execuções terão sido feitas e da falta de humanidade de quem se dispunha a assistir⁴¹. As convicções ideológicas que terão tornado a morte num espectáculo, são na memória desse período a expressão da polarização social. Uma história que me foi contada em mais que uma ocasião e por mais que uma pessoa, mas sempre com viva indignação, é expressiva do que afirmamos. O filho de um dos lavradores que supostamente assistiria aos fuzilamentos em Badajoz ter-se-ia dirigido um dia ao pai e na presença de vários trabalhadores ter-lhe-ia perguntado: «Pai, então quando é que começamos aqui a matar os pobres?»
- 82 A praça de touros é vista como lugar de morte e é isso que lhe dá destaque narrativo. Num grau menor, também outros espaços são evocados, alguns dos quais em Portugal, por exemplo o cemitério de Ouguela, onde há não muito tempo uma família espanhola

tentou recuperar as ossadas de um parente, ou as pedreiras da Referta onde se assegura estarem enterrados espanhóis. Também o lugar onde foi encontrado o corpo de um espanhol assassinado se tornou inesquecível para quem viveu a experiência, do mesmo modo que o cruzamento onde, após a batida à Referta de que falaremos no último ponto deste capítulo, terão sido mortalmente baleados EI Duro⁴² e sua mãe, é indicado com convicção⁴³. Estes lugares são, portanto, para usar a expressão que Pierre Nora consagrou, «lugares de memória», pois que se constituem na articulação de memória e história, sendo simultaneamente, e uma vez mais com destaque para a praça de touros, lugares *materiais* pela sua tangibilidade e história; lugares simbólicos, na medida em que o que representam transcende a experiência vivencial concreta e lugares *funcionais* porque asseguram a cristalização de uma recordação e garantem a sua transmissão (Nora, 1984:XXXV).

- 83 Em Espanha, mais ainda do que em Portugal, a discussão acerca daquilo que de facto aconteceu na praça de touros de Badajoz continua bem viva⁴⁴. Reig Tapia (1999) confere-lhe lugar destacado num livro que dedicou à memória da Guerra Civil, do mesmo modo que as abordagens que se situam mais próximas das posições nacionalistas não deixam de aludir aos acontecimentos procurando desvalorizá-los (v.g. Martin Rubio, 1999). Relativamente ao número das pessoas executadas, já vimos atrás que as divergências são claras, como o são também em relação às circunstâncias em que decorreram as execuções. A acusação da transformação das execuções em espectáculos públicos, que contariam com a colaboração de portugueses, quer através da entrega de prisioneiros na fronteira quer assistindo como espectadores, foi formulada tanto em artigos de jornal como em publicações propagandísticas, como uma emanada da Federación Socialista de Badajoz onde se vinca justamente o carácter de espectáculo de que se revestiam as execuções:

Ao amanhecer do dia 18, os vizinhos de Badajoz leram nas esquinas das ruas uma proclamação fixada pelos falangistas, convidando todas as «pessoas ordeiras» a comparecer, às quatro da tarde, para presenciar na Praça de Touros um espectáculo exemplar de «higiene nacional». A entrada era pública e gratuita (Federación Socialista de Badajoz, 1996:68).

- 84 Um pouco mais à frente a mesma publicação denuncia as presenças:

Não faltaram espectadores ao macabro acontecimento. Foram os senhores, as damas filiadas na Acção Popular, os «requetés», os proprietários que tinham regressado para recuperar os seus latifúndios, as «margaridas», os «flechas» e «pelayos», e para escárnio das doutrinas cristãs, nas escadarias do velho Frontão viam-se os trajes eclesiásticos de uns quantos sacerdotes sem... religião... (Federación Socialista de Badajoz, 1996:74).

- 85 Publicado pela primeira vez em Dezembro de 1937, este opúsculo foi reeditado setenta anos depois numa obra intitulada *Badajoz, agosto de 1936*. Esta nova publicação, feita ainda sob os auspícios da mesma organização política, surge acompanhada por um conjunto de pequenos textos que enquadram a obra no tempo em que foi produzida e permitem alguma precisão histórica. Assim, se por um lado confirmam as execuções com assistência pública, por outro negam a existência de um convite formal à população para tais espectáculos (Federación Socialista de Badajoz, 1996:94). A revisitação ao passado que a reedição do texto original permite, surge dessa forma como que mediada por um processo de autocritica que pretende distinguir da verdade o que foi apenas propaganda. A memória de um acontecimento tão marcante como uma guerra constrói-se em muitos patamares e recorre a muitas vozes, de tal forma que as palavras dos protagonistas facilmente surgem marcadas por experiências que não são

as suas. De facto, mesmo nos testemunhos de quem viveu os acontecimentos, torna-se por vezes difícil distinguir entre o que foi de facto vivido ou recebido por outras vias. Nós próprios tivemos oportunidade de perceber isso algumas vezes, por exemplo quando alguém, que no início da guerra teria dois anos, nos dizia: «Parece que *estou a ver* virem aqui com uns camiões grandes e meterem p'ra lá as pessoas p'ra levarem, p'ra matarem os espanhóis.»

- 86 Não julgamos que se trate aqui de mentir, no sentido da assunção de um acto deliberado de enganar. Acreditamos antes que se trata do modo como a memória de acontecimentos marcantes que transcendem a vida de cada sujeito, se transmitem dentro de um grupo que os partilha. As histórias que passam de pais para filhos são assim como que apropriadas por quem as ouve, podendo ser transmitidas como se correspondessem a uma experiência directa. A reelaboração narrativa acontece também dentro deste processo, servindo muitas vezes para dar ênfase, ou simplesmente consistência e coerência, a algo que se quer transmitir

Doutrinas, contos, relatos, mitos inscritos numa trama narrativa são as chaves de memórias fortemente estruturadas que contribuem, no seio de um grupo ou sociedade, para orientar de forma duradoura as representações, as crenças, as opiniões e a manter a ilusão da sua partilha absoluta e unânime (Candau, 1998:176).

- 87 Os acontecimentos da praça de touros de Badajoz, até pelo excesso que os marca, podem ilustrar bem o que afirmamos. Entre os abusos cometidos sobre os prisioneiros há um referido em várias fontes: lidaram-se os prisioneiros como se de touros se tratasse⁴⁵. E para os marroquinos que em primeiro lugar se remete a acusação, e já atrás vimos como a imagem que se tem desses militares surge marcada por um conjunto de estereótipos bem vincados. Que pensar, porém, quando um ancião espanhol assegura como coisa certa ter estado também na praça do touros o célebre toureiro Manolete espetando farpas nos prisioneiros? (Cf. Pilo Ortiz, 2001:142.)

- 88 Pode dizer-se que afirmações falsas ou exageros semelhantes a este cumprem uma função na narrativa, pois reforçam a mensagem principal, vincando, por exemplo, como sucede neste caso, os maus tratos e a crueldade com que os prisioneiros eram tratados. O valor do testemunho directo, estatuto que muitas vezes afirmações pouco rigorosas reivindicam, assume uma importância e um significado muito particulares, quer dentro da comunidade quer no que é transmitido para fora. O enunciado «eu vi» constitui um signo de legitimidade, tanto em relação a factos amplamente partilhados como em relação a evidentes falsidades. Como Reig Tapia, 1999 e Fraser (1979:29) discute também, «Qualquer investigador e estudioso que entre em contacto com testemunhas presenciais toma rapidamente consciência dos disparates ou simples erros de percepção em que incorrem.» (Reig Tapia, 1999:30.) Se voltarmos à questão da presença de portugueses nas execuções de Badajoz, perceber-se-á melhor o que queremos dizer. Que ela ocorreu, parece inegável, surgindo mesmo referenciada de forma clara em fontes espanholas:

Ao meio dia fuzilou-se na praça de Menacho sob os acordes da Marcha Real e do hino da Falange perante numerosa assistência. O próprio Canizares [governador militar de Badajoz] relatava a Bahamonde [delegado de imprensa e propaganda do general Queipo de Llano] o entusiasmo com que aplaudiam os fuzilamentos alguns portugueses vindos de Elvas (Reig Tapia, 1999:137).

- 89 Porém, a questão central para o que aqui nos importa, não é tanto a do facto em si mesmo, mas a dos usos que dele são feitos. Nos relatos que escutámos, a alusão à presença de portugueses surgia sempre como ilustração e prova de algo que não se

esgotava no facto em si, mas remetia para a falta de humanidade e mesmo a crueldade com que os ricos teriam tratado os refugiados republicanos⁴⁶.

90 Através deste caso fica claro que o acto rememorativo pode não se cingir à evocação de algo acontecido, mas pretender orientar o olhar sobre o mundo, quer dizer, contribuir para produzir sentido. Como dissemos, várias pessoas nos falaram da presença de portugueses nos fuzilamentos de Badajoz, mas o modo como o faziam estava longe de ser uniforme. Ora se ficavam pelo enunciado geral, envolvendo dessa forma todos os ricos nessa prática; ora o moderavam acrescentando que não eram todos os ricos que iam mas apenas alguns; ora iam ainda mais longe e nomeavam algumas das pessoas que teriam assistido aos fuzilamentos. Estas diferentes abordagens do tema traduzem não apenas o grau de confiança entre quem fala e quem escuta, mas também o facto de a narrativa, mesmo que se assuma como objectiva e testemunhal, não deixar de induzir leituras. Na escolha do modo como se narra um facto, podem confluír diferentes factores, desde o esforço de factualidade à tentativa de ajuste de contas entre pessoas ou grupos. Factores que podem ir ainda da subscrição acrítica da visão histórica dominante num dado período, ao apelo criativo à invenção de situações ou detalhes que podem reforçar a eficácia do que se quer transmitir.

91 Nas narrativas que pudemos ouvir traça-se de forma clara o contraponto à crueldade, à violência, à delação e à deportação de prisioneiros. Entre as categorias opostas a estas conta-se a solidariedade, a ajuda desinteressada e a protecção, acções que muitas vezes eram praticadas com risco pessoal. Na verdade, como teremos oportunidade de ver, esta oposição de categorias é algo simplista, até porque facilmente o interesse pessoal interfere com as simpatias ideológicas matizando as práticas. Em todo o caso, aquilo que no discurso, seja ele espontâneo ou mais elaborado, estrutura esta oposição entre auxílio e perseguição é, essencialmente, a diferenciação do lugar social dos protagonistas:

A colaboração prestada aos franquistas, na repressão sobre os republicanos, pelas autoridades e por certos latifundiários locais não tinha seguidores na generalidade da população da vila que, não obstante as difíceis condições de vida, ajudava na medida das suas posses os espanhóis perseguidos (Vieira, 1996:184).

92 Desta forma, à solidariedade agrega-se o desprendimento, já que o auxílio prestado por quem vive com dificuldades, apenas pode ocorrer com o agravamento dessas mesmas dificuldades. Este é, de facto, um pendor bastante presente nas histórias que ouvimos, servindo para reforçar a ideia da ajuda desinteressada, de algo que se fazia face à evidência da situação penosa em que os «fugidos», termo muitas vezes empregado, se encontravam⁴⁷.

93 Procuremos ilustrar com uma história concreta isto mesmo que afirmamos:

Aquelas criaturas ‘tiveram numa casa que tinha muitos filhos. Primeiramente ‘tiveram ali e aquela mulher [a dona da casa] teve medo de os ter... Era uma responsabilidade muito grande, e então meteu-os na rua. Meu pai ia ali àquela cabana e [os fugitivos] faziam toda a confiança em meu pai. Que meu pai não dizia nada nem nós dizíamos nada a ninguém. Eles então onde se foram a *aguarir*⁴⁸? Foi a meu pai. A ver se o meu pai os *aguaría*...

Era pai e mãe e uma filha moça. ‘Tiveram ali três meses e a gente andava a trabalhar para governar a eles. Mataram-lhes ali um filho n’ arraia... que a gente sentiu qu’o estavam a matar! Sentiu o pai, sentiu a mãe, sentimos nós qu’o ‘tavam a matar...

E onde ‘tavam metidos? Onde ‘tavam os porcos! Meu pai fez-lhes uma divisão, ali lhes arranhou p’ra ‘tarem ali três meses! O frio era muito e nós tivemos que lhes dar roupa nossa p’ra vestirem... p’ra eles vestirem, p’ra lhes lavarmos a roupa.

Então a minha irmã, uma irmã minha que tinha aí nove ou dez anos ou não tinha ainda isso, andava sempre fazendo qu'andava vendo das galinhas cantando. Quando vinham os guardas dizia [aos fugitivos] «Dolores, arrecada-te», porque eles punham-se a espreitar o sol por baixo de onde estavam os porcos.

Aquela família onde eles estiveram [antes] ainda hoje não sabe que nós os tínhamos ali. (...) quando a minha mãe ia à vila trazia o jornal. Eles sabiam ler, sabia[m] quando vinha a amnistia p'ra poder apresentar-se cá na Espanha⁴⁹. Quando 'tiveram na altura de poderem aparecer, apareceram... Foram a buscar alguma coisinha que tinha ficado na cabana daquela criatura [onde tinham estado primeiro]. Então eles iam muito branquinhos, gordos... sem fazerem nada! Não comiam bem... umas sopas e uma açorda, mas enchiam a barriga! Quando apareceram, apareceram muito branquinhos e o meu pai ensinou-lhes um recado. Disse assim: «Agora vocês chegam lá e eles dizem-lhes por onde têm andado? Tão branquinhos estão e têm estado estimados!» Meu pai diz-lhe assim: «Ora, estivemos p' rai arriba, p'rai numas cobertas. Comíamos muitas couves, muita bolota... 'Tivemos aí p'ra 'riba...». Nunca souberam qu' a gente os tinha lá... (Ana, 79 anos).

- 94 Esta transcrição algo longa justifica-se, em nosso entender, por conter muitos dos elementos narrativos principais que compõem a memória do auxílio aos refugiados. Desde logo o balanceamento entre a solidariedade e o sacrifício: se por um lado é com orgulho que hoje se conta o auxílio prestado, por outro sublinha-se muitas vezes o que isso significou de agravamento das dificuldades em que já se vivia sem receber qualquer compensação. Um outro elemento importante é o medo⁵⁰. Não apenas aquele que os refugiados traziam com eles, mas também medo por parte de quem auxiliava aqueles que eram procurados pelas forças nacionalistas durante a guerra e, após esta, pelo governo de Franco. A história vinca ainda um outro aspecto, o das condições precárias em que os refugiados eram obrigados a viver, mas que não eram, em rigor, muito diferentes daquelas em que a generalidade da população vivia. Finalmente sobressai um último traço, o do humanitarismo, evidenciado pela partilha do pouco que se tem.
- 95 É importante perceber também quais os aspectos que, para lá do altruísmo, favoreciam os mecanismos de auxílio. A este nível o conhecimento prévio dos exilados constituiu sempre um factor muito importante, fosse esse conhecimento adquirido por via do parentesco, «ainda era meu compadre...», fosse por amizade, por exemplo gerada na actividade do contrabando⁵¹. Os conhecimentos que os negócios de fronteira tinham propiciado no passado, eram agora aproveitados numa situação de dificuldade. Em alguns casos terão funcionado mecanismos de reciprocidade, surgindo a ajuda como retribuição de um favor idêntico. Em Campo Maior não encontramos qualquer referência explícita a este fenómeno, mas no Barroso parece ter pesado no apoio aos refugiados a memória de auxílio semelhante prestado no passado pelos espanhóis. O envolvimento nas campanhas monárquicas de Paiva Couceiro, nomeadamente por parte de pessoas da região de Cabeceiras de Basto, terá obrigado ao exílio em Espanha, facto que contribuiu para o apoio prestado aos espanhóis por estes barrosões ou seus descendentes na altura da Guerra Civil (cf. Alves, J. F., 1981:19-20). A um outro nível, a identificação política com os perseguidos poderá ter constituído também uma dimensão relevante nos mecanismos de ajuda. E certo que quase nunca tal factor é formalmente reconhecido, podendo até mesmo ser negado: «a gente ajudava sem olhar à cor política»⁵². Tal dimensão acaba, porém, por se revelar no facto de que alguns dos processos usados no auxílio aos refugiados implicavam a existência de estruturas de apoio que transcendiam a mera boa vontade local⁵³.
- 96 Na memória de um conflito como este de que vimos falando, os heróis e os vilões ocupam inevitavelmente lugar destacado. Nos trabalhos que assentam e se estruturam

em torno da memória, este é um aspecto evidente. Ao falar-se do Barroso aponta-se a coragem e determinação do Padre Afonso Baptista no auxílio aos refugiados perseguidos pelas autoridades (Alves, J. F., 1981:22 e Garcia Mana, 1988:157), mas aponta-se também um vilão, o capitão Borges Júnior, que se destacou na repressão (Alves, J. F., 1981:23 e 29). Do mesmo modo, nos testemunhos escutados por João Urbano Pires são apontados os denunciantes, mas também quem se envolveu para auxiliar, mesmo que fizesse parte das forças encarregadas de reprimir, como é o caso de um tenente da Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) de nome Torres (Pires, João, 1997:158). : Em Campo Maior a questão não se coloca de forma diferente. Rui Vieira menciona dois nomes que acabaram por se tornar familiares ao longo do nosso trabalho: um agente da P.V.D.E., de nome Seixas, que «ainda hoje é recordado pelos excessos praticados» (Vieira, 1996:183), e o sargento Abrantes, comandante local da G.N.R., que «não só teve responsabilidades directas na organização da saída para o exílio de vários espanhóis, como actuou de forma a evitar que muitos refugiados tivessem sido presos nas frequentes rusgas realizadas na vila, prevenindo certas pessoas da sua confiança das datas e locais de efectivação das mesmas» (Vieira, 1996:186)⁵⁴.

- 97 Tanto quanto pudemos perceber, a avaliação destas duas figuras gera unanimidade na vila. Do sargento Abrantes, ao mesmo tempo que se vinca a bondade e rectidão de carácter, reivindica-se frequentemente uma proximidade e amizade pessoal:

Ele veio das Janelas Verdes para aqui. Em Lisboa saiu furriel com um irmão meu que estava no quartel das Janelas Verdes em Alcântara. Veio para aqui e fez-se grande amigo da gente. Veio recomendado à gente. Nunca teve problemas com a P.I.D.E. A P.I.D.E. vinha amanhã, ele avisava-os [aos refugiados] hoje. No outro dia apresentava-se à P.I.D.E. como se tal coisa se não passasse. Tapou muitos, foi uma capa de muita gente (Francisco, 88 anos).

- 98 No lado oposto do ponto de vista da acção e da ideologia, mas concorrendo e impondo-se mesmo ao primeiro no espaço do exercício da autoridade policial na vila, estava o responsável máximo da RVD.E. em Campo Maior. Para lá das recordações que deixou por perseguir os trabalhadores – «as pessoas juntavam-se ali no Terreiro e o Seixas corria todos os trabalhadores ao pontapé até aos Cantos de Baixo» – o seu papel durante a Guerra Civil deixou também marcas:

Houve um que bufou e [o Seixas] foi lá buscá-la e trouxe-a para o Terreiro. Queria metê-la dentro d'um carro e ela não queria nem por nada. Agarrava-se... chegou a pô-la de cabeça para baixo! Ficou com tudo à 'mostra que Deus lhe tinha dado! Veja como ele era! (Aurélio, 82 anos.)

- 99 Ambas são figuras que não apenas são recordadas, como parecem desempenhar um papel relevante no modo como a memória se constrói. Elas surgem como *marcadores* reconhecidos pelo grupo e por isso mesmo como pontos de ancoragem e de acentuado consenso no processo narrativo que sustenta e actualiza a memória.

- 100 Num plano diferente mas igualmente fundamental no modo como a memória sobrevive e é partilhada, parece estar o relato de certos episódios, cujos temas centrais se repetem, ainda que com diferentes enredos. A nossa ideia é que em tais narrativas o *fundo*, isto é, os valores morais, a ética, o ensinamento, se sobrepõem ao conteúdo⁵⁵. Também aqui se assenta no conhecimento directo ou pelo menos muito próximo do que é contado, sendo esse um argumento de *verdade* fundamental na narrativa. Como dissemos no início deste capítulo, só pelo confronto sistemático destas histórias e mesmo com a procura dos seus protagonistas, seria possível trabalhá-las do ponto de

vista da sua veracidade histórica⁵⁶. Não foi esse, como dissemos também, o nosso caminho. Tais histórias interessam-nos não tanto como instrumentos de apuramento da verdade histórica, mas como expressões do funcionamento da memória colectiva⁵⁷. As histórias a que nos referimos vinculam aspectos como a violência desregrada e a coragem, a reciprocidade ou a «má paga» em troca de ajuda.

- 101 Numa das histórias que ouvimos contada de várias formas mistura-se a violência com a coragem:

Meu pai tinha um primo cá escondido – os pais eram portugueses, mas eles eram espanhóis. E depois vieram p'ró apanhar. Denunciaram que estava lá em casa dos meus pais. Depois ele chamou a minha mãe e disse «Chica, dá-me aí uma tesoura que é p'ra cortar aqui uma unha.» E ele foi, cortou aqui uma veia. P'ra eles o não matarem! (Amélia, 64 anos.)

- 102 Esta mesma referência ao desespero que conduz ao suicídio é também contada de outras formas. Num caso, reportado a uma outra zona da vila, tratar-se-ia já não de um homem mas de uma mulher, que além do mais estaria grávida e que ao ser capturada teria espetado uma tesoura na barriga. Numa outra versão da história, supostamente ocorrida numa zona próxima da primeira versão mas não exactamente coincidente, a mulher, agora sem menção de gravidez, teria cometido suicídio ao fazer-se trespassar por uma baioneta que retirara a um soldado.

- 103 Algo semelhante parece acontecer também com um episódio onde a sorte desempenha papel fundamental:

Houve um homenzito que escapou. Chamavamos-lhe a gente o Meia-Orelha. Andou por aqui... O homem era aí de fora... nessa altura chamavamos-lhes malteses. Andava no contrabando e foi apanhado e foi à cadeia de Badajoz e foi lá p'ró tourim p'ró matarem. Atirou-se ao chão assim que ouviu o primeiro tiro... coisas da sorte! E depois foi que lhe deram o tiro aqui assim, aqui [aponta a zona da face e orelha]. Apanhou-lhe só esta parte. Não lhe apanhou a cabeça e veio quase debotado em sangue. Fugiu para Portugal (António, 68 anos).

- 104 Com estes mesmos contornos circula uma série de narrativas quer na vila quer noutros lugares. Rodrigues Ferreira transcreve algumas que recolheu em Barrancos. Tanto pode ser uma mulher – «... desatou as mãos à prima e assim, quando dispararam, ela atirou-se ao chão fingindo-se morta» (Ferreira, F. E., 1986:44): – como um homem – «Um homem de Buguilhos foi atingido apenas de raspão por um tiro e, fingindo-se morto, conseguiu fugir...» (Ferreira, F. E., 1986:47). Pilo Ortiz, a propósito dos acontecimentos de Badajoz, dá, também ele, conta de situações idênticas. Por exemplo:

quando se produziu a descarga deixou-se cair no chão sem ter recebido qualquer tiro e teve a sorte de lhe cair encima o cadáver de outra pessoa. Coberto por esta, teve sangue frio para permanecer quieto e pôde ouvir como os seus companheiros imploravam pelas suas vidas e finalmente eram mortos (Pilo Ortiz, 2001:74)⁵⁸.

- 105 O que nos parece relevante neste relatos é justamente a sua multiplicação. E ela que a nosso ver indicia o lugar estratégico que estas narrativas recorrentes desempenham na rememoração.

- 106 Existe ainda um último exemplo do valor ilustrativos das narrativas sobre a guerra a que queremos aqui aludir. Trata-se do modo como se retribui a ajuda recebida e a forma como os factores ideológicos aí se manifestam. E um tema amplo, bem o sabemos, mas vamos cingir-nos aqui a uma dimensão específica. Falaremos, concretamente, do modo como a guerra conservou ou alterou o sentido das relações entre próximos. A guerra significou uma fractura de tal forma profunda na sociedade espanhola que todas as

fidelidades e regras de convivência parecem ser postas em causa. Em Espanha esta questão surge recorrentemente e sob várias formas, por exemplo no vasto cancionero da guerra civil:

Tengo un hijo com los rojos
Y otro con los nacionales,
los dos están tirando tiros,
¿por quién suspira la madre?
Tengo un hermano en el tercio
Y otro tengo en Regulares
Y el más pequeno de todos,
preso en Alcalá de Henares⁵⁹

- 107 Um exemplo forte do modo como as fidelidades familiares são suspensas em consequência da guerra é-nos dado pelo célebre episódio da defesa do Alcázar de Toledo, em que o coronel Mascardó, líder dos nacionalistas, é contactado pelo chefe das milícias que ameaça fuzilar o seu filho caso o coronel não entregasse o Alcázar. Este, falando ao telefone com o filho, diz-lhe «Se for verdade [o fuzilamento], encomenda a tua alma a Deus, grita Viva Espana e morre como um herói» (Thomas, 1961:161)⁶⁰. Mas não era apenas dentro da família que a guerra impunha a sua lógica alterando as relações habituais. Uma mulher espanhola, que viveu os acontecimentos no seu país, vindo depois a casar em Campo Maior, contava-nos:

E então eran los falangistas que matavan. Rapaziada nova! Que o senhor não acredita... Que no outro dia eran rapazes novos... bebían un copito, entravan nesta taberna: «Hei pá, dei un tiro a fulano! Hei pá, dei un tiro a outro.» Gabavam-se. Toda a gente sabia quem tinha matado porque eles gabavam-se de terem morto aqueles desgraçados (Antónia, 7 8 anos)⁶¹.

- 108 O sacrifício de um filho, o confronto entre irmãos, a traição dentro de uma família ou os excessos gratuitos, são tópicos discursivos centrais na memória da guerra contada a partir de Espanha, mas estão também presentes em Portugal.
- 109 Entre nós, uma ideia forte que desde logo se encontra é o carácter fratricida desta guerra e a importância que nela teve a vingança, factores que, aliás, perduram mesmo após o seu final:

Os espanhóis depois, naquela altura a seguir à guerra, era a tal vingança. Eu tinha-me zanga ao senhor, bastava chegar ali ao quartel da guarda civil ou a um posto e dizer: «Olha, ali fulano é comunista.» Era agarrado, era levado lá p'rá coisa, levava um tiro na cabeça e toca a andar. Levava dois, porque os punham assim em fila e era uma rajada de metralhadora e depois de estarem caídos no chão ainda lhes davam um tiro na cabeça a cada um (António, 68 anos).

- 110 O contraponto à crueldade e vingança que tão claramente marcam a visão do conflito, surge nas histórias que sublinham e dão carácter exemplar, à amizade e fidelidade que vence a diferença ideológica:

... tinha lá um pastor no monte e o pastor queria trazer o patrão para Portugal, para a tal herdade ali ao pé. Sabe como arranjou para o passar, o pastor? Encheu um carro de palha e o homem deitado lá em baixo, todo tapado de palha. E trouxe-o lá para o dito monte. (...) Esse senhor pastor tinha um cunhado com ele e depois disso tudo o patrão quis salvar esse cunhado do pastor e fez o seguinte: pediu ao C.C. para o ter ali na malhada dos porcos. E então trouxe-o para cá. Era sapateiro e trabalhava ali na malhada dos porcos. Teve ali muito tempo até, fugido. O C.C. nem podia entrar em Badajoz! (Aurélio, 82 anos.)

- 111 As duas vagas de refugiados que a guerra gerou permitiu neste caso a reciprocidade: o homem de direita que foi ajudado na altura em que o socialismo parecia triunfar em

Espanha, acaba por retribuir auxiliando um republicano quando a direita se impôs. Numa história semelhante, que de resto é reportada ao mesmo monte, não se alude a esse retorno do auxílio, antes se vinca uma espécie de grandeza moral de uma das partes em conflito. É a história de um espanhol «extremamente comunista», mas que «apesar disso» salvou o patrão:

Arranjou um burro e com uma roupa completamente velha veio aqui a ter a uma herdade [a mesma da história anterior]. Veio no burro enquanto carvoeiro e conseguiu passar assim. Depois desconfiaram dele e ainda foi ferido num braço. (Morgado, 80 anos).

- 112 À semelhança do que ocorreu na outra história, esse espanhol de esquerda veio a ser ele próprio exilado no nosso país, saindo daqui para Marrocos. A diferença está em que aqui não é atribuída ao patrão qualquer acção posterior ao seu próprio exílio. A superioridade moral de uma das partes do conflito surge mais vincada ainda numa terceira história de enredo semelhante que nos foi contada. Nela também o patrão é salvo por um seu criado, no caso escondendo-o numas estevas, mas mais tarde terá sido esse mesmo patrão a matar o criado que o auxiliara.
- 113 Pelos detalhes narrativos, pela evocação clara de lugares e personagens, é possível atribuir diferentes graus de verosimilhança a estas histórias. Mais importante que isso, porém, parece-nos ser sublinhar a sua intencionalidade, quer dizer, o facto de elas não contarem apenas episódios da guerra com um rigor variável, mas conterem quadros de leitura e de ilustração do mundo. A amizade e a traição, a coragem e a cobardia, a acção solidária ou interesseira, constituem nós narrativos onde a memória se condensa e se define a sua legibilidade. Quando aqui falamos de intencionalidade não a colocamos necessariamente do lado do sujeito. Nunca é aí que ela reside, pelo menos inteiramente. Seja numa história que associa um determinado comportamento moral a uma ideologia política, seja uma história que ao ser dada a conhecer permite acertar contas antigas (cf. Brito, 1988_p:121), seja ainda uma história onde se sublinha o valor da solidariedade, é sempre mais que o sujeito que está em jogo. É sempre um grupo que fala através dele, quer se trate de um grupo restrito como a família ou mais alargado, fundado na identificação política, laboral ou de classe.

6.3. OS REFUGIADOS QUE FICARAM

- 114 A Guerra Civil de Espanha, que começou por ser um desenvolvimento inesperado de um levantamento militar que tinha a pretensão de ser rápido e eficaz, foi afinal mais longa e sangrenta do que no início se pudera prever⁶². Mais do que isso, o seu final oficial não determinou a plena pacificação e integração dos vencidos, ao contrário, eles continuaram a ser perseguidos em Espanha e mesmo nas zonas raianas de Portugal. Esta é, por certo, uma das razões que conduzem a que na memória das populações se misture por vezes a Guerra Civil com a II Guerra Mundial que se lhe seguiu. Praticamente sucessivos, estes dois conflitos dilatam o tempo de guerra para cerca de uma década. Nesse período Portugal não sentiu a violência das armas, mas sentiu a guerra através das dificuldades que ela impôs. Esta continuidade de conflitos que os portugueses não viviam directamente, mas de que chegavam ecos e sombras expressas nas dificuldades do dia a dia, gerou na raia a aparência de prolongamento da Guerra Civil de Espanha até meados dos anos 40 – no que pesou também o facto de uma das suas marcas mais notórias, os refugiados, ter permanecido visível até essa altura.

- 115 É importante dizer-se que não se tratava apenas de um exílio, mas também de uma clandestinidade. Este é um aspecto importante para se perceber a situação de acoso em que os refugiados viviam em Portugal. Pesa uma vez mais a proximidade do regime político português com o franquismo vitorioso em Espanha, para explicar a situação. Os refugiados que permaneceram, pelo menos aqueles que tinham «pecados políticos» a expiar, nunca conseguiram uma integração plena. Viveram durante todo o período de permanência numa situação precária, sobrevivendo graças a expedientes vários e mais ou menos pontuais. Na zona de Campo Maior, como de resto vimos referindo, destacou-se um grupo de refugiados por entre todos os espanhóis que procuraram refúgio no concelho. Não foram os únicos que permaneceram, já que alguns elementos isolados, sobretudo se não tivessem um passado político que suscitasse perseguições, acabaram mesmo por se radicar em Portugal, como aconteceu com algumas mulheres que constituíram família na vila e com alguns homens que nela encontraram trabalho.
- 116 Os refugiados que aqui nos interessam, porém, distinguiram-se por terem constituído um grupo reconhecido e nomeado, que nunca conseguiu, nem talvez o tenha tentado, integrar-se efectivamente na realidade portuguesa. Como já dissemos, as terras da Referta de Ouguela propiciavam condições a quem se queria esconder e por isso mesmo foram acolhendo vários refugiados, nem todos implicados em actividades republicanas, ainda que número significativo deles tivesse esse passado. A presença deste grupo até ao final da II Guerra Mundial e o modo como se deu a sua captura, tem um efeito evidente do ponto de vista da memória, exactamente o de a tornar mais viva e presente. Para lá deste aspecto, esta questão interessou-nos também por suscitar a discussão de alguns temas importantes a que até aqui apenas aludimos, nomeadamente a integração dos espanhóis e o modo como garantiram a sobrevivência, nomeadamente recorrendo ao furto e ao contrabando. Com outros temas encontrámo-nos já, mas poderemos agora aprofundá-los, voltando a questões como a coragem e resistência face a situações extremas como as que foram vividas pelos refugiados.

6.3.1. A REFERTA DE OUGUELA

- 117 Uma das formas mais usadas para pensar o exílio é recorrer à ideia de sacrifício e coragem. Estas não são, todavia, categorias que se apliquem indiscriminadamente. Em relação aos refugiados da Referta elas surgem algo mitigadas pelas ideias de aproveitamento e abuso:
- Porque eles cá ao princípio, a coisa andava assim... muito coiso... mas depois de já estarem cá há uns anos, começaram assim como que a apanhar um bocado de posse, não é?! Já abusavam. Tinham aquela ideia de que também tinham cá parte no território. Mas não tinham! (Horácio, 70 anos.)
- Eles 'tiveram ali muito ano, mas só que depois começaram a portar-se mal. Fizeram mal. Andavam ao contrabando, iam p'ra lá e faziam frente aos guardas civis e aos carabineiros. Estavam todos armados! Pistolas metralhadoras... (Filipe, 73 anos).
- 118 O tempo surge aqui como referencial importante, pois que é do período de tempo considerado excessivo que permaneceram na condição de fugitivos, que decorre o abuso, quer dizer, a modificação dos comportamentos. Por um lado eles não deixaram nunca de ser vistos como estranhos, mas por outro, essa longa permanência punha em causa o carácter transitório atribuído à situação que viviam. Dir-se-ia que aos olhos dos anfitriões portugueses, no estatuto destes homens e mulheres pesou cada vez mais a dificuldade de classificação e por isso a ambiguidade – refugiados ou imigrantes?

Perseguidos ou contrabandistas e salteadores? Uma das consequências disto foi, como dissemos, a atenuação das categorias mais positivas aplicadas à situação vivida pelos refugiados e mesmo à de quem os acolheu, nomeadamente o sacrifício, a coragem e a solidariedade.

- 119 Se insistimos neste ponto é porque nos parece útil considerar aqui o confronto da situação destes refugiados particulares com outros que viveram em condições diferentes. A memória da guerra, tal como trespassa nas narrativas, vive muito da categorização, pelo que nos parece relevante perceber que critérios enformam esse processo de erosão da imagem dos refugiados. As ideias de sacrifício e coragem surgem de forma particularmente intensa em relação a uma situação específica a que frequentemente se alude: as pessoas que viveram escondidas durante muito tempo em lugares e condições particularmente difíceis. São dois os contextos e momentos em que esta situação se coloca. Por um lado, durante a guerra, tanto em algumas casas da vila como em lugares mais junto à raia, houve, como já vimos, situações de ocultação de fugitivos. Por outro lado, no contexto do pós-Guerra Civil, nos anos em que não havia já conflito armado mas continuavam as perseguições, houve homens que viveram durante longos períodos escondidos em Espanha, sendo, por vezes, tais situações referidas também em Campo Maior.
- 120 Após a vitória de Franco a fronteira portuguesa ter-se-á tornado cada vez menos porosa, sobretudo devido ao forte controlo das autoridades espanholas, mas também ao apoio que as autoridades portuguesas davam ao novo regime. Assim, visto de Espanha o fenómeno apresenta-se da seguinte forma:
- enquanto que nas zonas próximas da fronteira francesa era praticamente desnecessário esconder-se, pela proximidade e facilidade com que se passava para território gaulês, na Extremadura registar-se-á um elevado índice de homens escondidos (Vila Izquierdo, 1986:58).
- 121 Como dissemos, apesar de as histórias destes homens decorrerem em Espanha, algumas delas são referidas também no lado português da fronteira, seja reivindicando um conhecimento directo, seja «por se ouvir dizer». Com a evocação destes homens sucede algo que já vimos noutras ocasiões: um exemplo extremo e eventualmente excessivo, por exemplo de alguém que viveu na mais completa invisibilidade durante mais de dez anos, permite vincar e tornar mais facilmente memorável uma faceta específica da guerra.
- 122 Nalguns aspectos a história destes «homens ocultados», que durante anos viveram na sombra, ainda que muitas vezes dentro da própria casa, é bem diferente da que foi vivida pelos refugiados da Referta. Num caso o cenário é o do silêncio, seja na Espanha franquista seja no Portugal de Salazar e os protagonistas são homens isolados, protegidos por familiares ou amigos. A sua força advém da solidariedade dos próximos e a sua debilidade da solidão e isolamento a que são forçados. São estes os factores que tornam centrais os valores do sacrifício e da coragem, quer dos próprios quer de quem os ajuda. No caso dos refugiados que ficaram, o cenário são alguns lugares periféricos do concelho e o seu isolamento é de natureza diferente, já que não é tanto a invisibilidade que está em causa, mas a assunção de uma diferença relativamente a quem os cerca. Paradoxalmente, em relação a estes refugiados, é o mesmo factor que lhes confere simultaneamente força e debilidade: é por constituírem um grupo destacado que sobrevivem, mas é também isso que os torna um alvo definido e destacado.

123 As diferentes formas de viver o exílio ocupam um lugar relevante nas narrativas da guerra e suas consequências, conquistando dessa forma um lugar de *signo*. O tornar-se invisível, escapar a todas as buscas, viver sem que se saiba, tornam-se dessa forma tópicos referenciais. Numa história que atrás transcrevemos, pudemos constatar como a questão da ocultação dos fugitivos se apresentava nela com particular acuidade. Tratava-se não apenas de os esconder dos guardas, mas também dos vizinhos portugueses, de tal forma que quando lhes é permitido sair, a palidez que ostentam se torna um problema adicional a exigir justificação. Esta necessidade de ocultação, de viver escondido quase como se não existisse, é realçada com muita frequência. Consideremos outro exemplo:

Em minha casa em Ouguela ‘tiveram dois fugitivos. Meu pai os teve lá. Numa estaqueira que ‘tava na Roca [havia uma] mulher que tinha amizade com um que estava aqui e era amigo de meu pai. E claro, pedia a meu pai p’ra guardar [os fugitivos] e o meu pai teve-os metidos, num subterrâneo que tinha, três meses. Era perigo. Se se inteiram matam o meu pai também! (Jacinto, 87 anos).

124 Os temas repetem-se pois claramente: a amizade, neste caso indirecta, que suscita a ajuda, o risco corrido por quem acolhe os fugitivos e o silêncio, o segredo, a invisibilidade, como factores de sucesso. É necessária coragem a quem se dispõe a colocar a vida em risco para ajudar por amizade, como é necessária capacidade de sacrifício para resistir em condições de vida muito difíceis.

125 Nas histórias dos homens que se esconderam em Espanha já após a guerra, a invisibilidade é de novo enfatizada. Vila Izquierdo dá conta de muitas situações, sustentando-as documentalmente. Por exemplo:

Juan Pedro de León: escondido em Arroyo de la Luz durante 15 anos. (...) O lugar que escolheu para se esconder foi um pequeno buraco entre o forro e o telhado de sua casa. Escondeu-se em Setembro de 1936. Saiu dia 30 de Maio de 1951 (Vila Izquierdo, 1986:63).

126 Quando em Campo Maior as conversas conduziam a alusões à repressão franquista, a situação destes homens surgia por vezes como ilustração e prova. Nalguns casos havia um conhecimento directo, noutros tratava-se de uma informação em segunda mão mas sempre apresentada como rigorosa verdade. Num e noutro caso as narrativas eram francamente coincidentes, constituindo como que variações de um mesmo tema. Em Albuquerque, um português que aí vive há muitas décadas, pôde apontar-me um seu vizinho que terá vivido «três anos num baú» escondido por familiares e de onde só saía à noite⁶³. Noutros casos o local de abrigo fora uma adega ou um buraco construído especificamente para o efeito, mas no fundamental sublinham-se os mesmos aspectos, enaltecendo-se tanto quem se escondia como quem ajudava⁶⁴.

127 Quando atrás falámos das refertas⁶⁵ dissemos que essa foi a única parcela de terra na região de Campo Maior que verdadeiramente suscitou discussão no quadro do Tratado de Limites de 1864. Isto indicia desde logo a situação particular desse espaço e algumas das suas características. Excepção à regra dominante da propriedade extensa, estas terras conheceram vários modelos de exploração, desde o parcelamento de que beneficiaram todos os vizinhos, até outras que a Junta de Freguesia explorava – nomeadamente pastos e mato, para além da venda das areias do rio Xévora. A partilha parcial das refertas pela população, conduziu à posterior negociação de algumas dessas sortes e dessa forma à acumulação de terra na posse de pessoas que chegaram a constituir propriedades significativas⁶⁶. Aquando da eclosão da Guerra Civil as refertas constituíam um espaço atípico na região, misturando terras de usufruto comum com

propriedade privada integral e pastos arrendados pelas juntas. As estruturas físicas iam desde habitações de quinta de nível razoável a cabanas, passando por fornos de cal e até mesmo por uma escola. Para lá disto, de um ponto de vista estratégico, eram terras que confinavam com a fronteira, sucedendo que o espaço contíguo do lado espanhol tinha características semelhantes.

- 128 A chegada dos refugiados não parece ter alterado significativamente o quotidiano destas terras. O seu número nunca terá ultrapassado as escassas dezenas, sendo, em todo o caso, e dada a natural mobilidade destas pessoas, difícil apurar valores mais exactos. O contrabando terá constituído a fonte principal de sustento destes homens e mulheres, muito embora haja memória de alguns deles terem ocupações mais convencionais, como por exemplo um barbeiro. O pequeno furto desempenharia também um papel importante na garantia da subsistência destes refugiados⁶⁷, mas a ideia que genericamente encontrámos é a de que se tratava de pessoas que não causavam problemas no meio em que residiam. A prática de furtos, além de nem sempre ser mencionada, é remetida para outros lugares, pois aqueles que a referem afirmam que os roubos eram feitos nos concelhos vizinhos, por exemplo em Borba ou Estremoz, mas não em Campo Maior. Esta imagem positiva, ou pelo menos neutra, dos refugiados, não é porém uniforme. A acusação de abusos a que atrás nos referimos, introduz alguma diferenciação: alguns destes homens, dizem, foram-se tornando abusadores, vindo a ser considerados perigosos por alguns dos seus vizinhos.
- 129 O caso mais evidente a este nível é o de um homem a que chamam Duro. As opiniões sobre ele variam, mas sem qualquer dúvida que a sua figura se destaca: «O gajo era velhaco, muito velhaco!», «era a pessoa mais procurada em Espanha», «aquele era um *granuja*⁶⁸ em Portugal»... O ser muito procurado em Espanha é explicado e justificado por algumas histórias sangrentas:
- Chegou a matar um posto da guarda civil completamente cheio de homens... de guardas! Ele acabou com eles todos! Armava-se em guarda fiscal também com uma farda... Fez isto: ele lá arranjou uma farda da guarda civil, misturava-se lá com eles e punha tudo em prevenção e tam, tam, tam, tam... dizia aos outros como havia de entrar e coiso... Armava-se ali uma coisa, matavam tudo! E então aquele homem era procurado. A primeira vez que o apanharam mataram-no logo. Ali diante da mãe! (Belmiro, 85 anos.)
- 130 Este testemunho de um homem que conviveu de perto com Duro, revela bem a imagem que dele ainda hoje se tem: corajoso, valente, arrojado, mas também cruel e muito violento⁶⁹. A actividade principal que o ocupava, o contrabando, apelava a algumas dessas características e a verdade é que Duro parece ter desempenhado o seu papel com eficácia, nomeadamente trabalhando como guia, tarefa em que pôde aproveitar o conhecimento minucioso que possuía da fronteira.
- 131 O contrabando constitui a actividade que mais claramente articula os refugiados e a população local. Em Degolados essa articulação foi particularmente clara, já que um grupo de habitantes portugueses da aldeia decidiu organizar-se numa sociedade dedicada ao contrabando de café, surgindo então Duro como o seu guia habitual. Para lá desta colaboração, um acontecimento trágico, a morte de um contrabandista, deixou na aldeia uma marca forte, sentida até hoje como consequência da presença dos espanhóis. A história é contada da seguinte forma: a um habitante da Referta, espanhol de nascimento mas residente em Portugal há muitos anos e que também se dedicava ao contrabando, roubaram um dia umas cargas de café. Tendo suspeitado de que teria sido uma acção dos refugiados espanhóis e sabendo que uma quadrilha deles sairia nessa

noite para Espanha, foi a um posto da Guarda Fiscal denunciá-los, indicando onde passariam. A tragédia deu-se porque nessa mesma noite saiu também uma quadrilha de portugueses e foi esta quadrilha e não a dos espanhóis que a Guarda Civil encontrou.

- 132 Um homem que fazia parte desta quadrilha mas que nessa ocasião não fora por estar adoentado, conta que os seus colegas foram apanhados ao amanhecer, quando descansavam numa quinta, tendo a Guarda Civil disparado sem aviso:

‘Tava um rapazinho q’ era assim novo, e fazia assim uma ladeirinha. As balas vinham d’além e espetavam-se todas no Lourenço e espetavam-se por cima do Virgílio, o tal rapazinho. A guarda pensou que teria morto toda a gente e foi ver. Deu um pontapé no rapazito que começou a chorar. E diziam os espanhóis, «Muchacho, tu eres português?», «Sim, sou português, eu e todos os que aqui estávamos...» Então eles ficaram assim... ficaram sobressaltados. Foi um engano. Eles fizeram aquilo como se fossem os tais fugitivos e estavam a matar portugueses! Não mataram todos porque não calhou! (Belmiro, 85 anos.)

- 133 O balanço foi um braço partido por um tiro e a morte de um jovem chamado Lourenço. A responsabilidade pelo acontecido é atribuída claramente aos guardas que naquela ocasião terão disparado indiscriminadamente⁷⁰. Ainda que a confusão com os espanhóis possa estar na origem do acontecido, o sentimento que fundamentalmente é transmitido é o de insegurança e medo pela acção policial – o nosso informante assegura-nos que abandonou o contrabando em consequência deste acontecimento, muito embora não o tivesse vivido directamente.

- 134 Estas situações de violência reflectem a instabilidade que rodeou a fronteira até muito depois do final da Guerra Civil. Não se tratava apenas das movimentações provocadas pelo contrabando, mas de uma ausência de estabilidade que põe em sobressalto as autoridades dos dois países. Ataques cometidos por espanhóis ligados às forças derrotadas na Guerra Civil, estão documentados para várias regiões de Espanha, inclusive a Extremadura (Vila Izquierdo, 1996). Vimos também como na região do Barroso actuavam espanhóis a partir de Portugal, nomeadamente a «Matilha do Juan», responsável por mortos e feridos através das suas acções. Não só a autoridade dos nacionalistas, recentemente chegados ao poder, era posta em causa, como a própria segurança das forças policiais espanholas estava ameaçada. Em relação a Portugal a questão não era assim tão diferente, pois também aqui a autoridade era desafiada e a segurança posta em causa – algumas das acções mais notórias da quadrilha de Juan Salgado Rivero ocorreram em Portugal, nomeadamente o assassinato de um proprietário em Negrões como retaliação pela denúncia de um companheiro, ou o assalto ao autocarro da carreira Braga-Chaves já em 1946 (Alves, J. F., 1981:35-36)⁷¹.

- 135 Mas para lá desta ameaça física, a presença e as acções dos refugiados constituíam também um perigo de instabilidade política. No quadro de franca aproximação ideológica entre os dois estados ibéricos, a circulação de homens que, pelo menos nalguns casos, tinham lutado pelos ideais socialistas, não era tolerada. Que o perigo para os guardas e a ameaça ao *statu quo* eram uma realidade, provam-no algumas situações. Por exemplo, quando em 1938 um guarda da G.N.R. é morto por contrabandistas, essa morte é festejada na aldeia onde ocorreu (Alves, J. F., 1981:28). Um exemplo de outra natureza mas revelador também ele do perigo que uma fronteira fora de controlo podia representar, encontrámo-lo em Campo Maior. Trata-se da permanência nesta vila, já no início da década de 50, de um espanhol que foi residir com uma irmã que casara na vila. Este homem fora sargento do exército republicano, tendo conservado as ideias por que se batera e que transmitiu em Campo Maior aos

jovens com quem se relacionou (Vieira, 1996:185). A superação destes e de outros perigos semelhantes exigia um controlo efectivo da fronteira e este passava desde logo pela eliminação de um das factores que mais o obstaculizava, ou seja, a circulação dos refugiados. É exactamente isso que vai suceder em Campo Maior com a captura dos espanhóis que habitavam a Referta.

6.3.2. «TUDO ACABOU COMO TINHA QUE ACABAR...»

- 136 O relacionamento dos refugiados de que vimos falando com a vila parece ter sido relativamente vago, sendo os testemunhos mais expressivos acerca da vida na Referta obtidos de pessoas que na altura da guerra viviam nas freguesias rurais de Ouguela e Degolados. Nem a população nem as autoridades de Campo Maior ignoravam, porém, a sua existência. Durante bastante tempo parece mesmo ter-se desenrolado um jogo entre gato e rato, colocando de um lado a polícia que fazia surtidas à Referta em busca dos refugiados e estes, que eram atempadamente avisados e se colocavam a salvo⁷². São apontados dois homens como tendo desempenhado um papel importante nesta protecção aos refugiados. Por um lado o sargento Abrantes, conhecedor da estratégia policial a transmitia a pessoas de confiança, por outro lado uma pessoa igualmente insuspeita, um elemento da Legião Portuguesa que todos os dias se deslocava à Referta em bicicleta. Rui Vieira fala-nos deste homem e da importância que teve no alertar dos refugiados (Vieira, 1996:185), tendo-nos sido explicado por um dos nossos informantes que essas deslocações diárias se deviam ao facto de uma irmã desse homem, que casara com um espanhol esquerdista, estar escondida na Referta, levando-lhe ele, diariamente, alguma coisa para comer – «foi um valentão», assegurou-nos.
- 137 Essas sucessivas incursões da polícia portuguesa nunca tiveram sucesso, mas já após o final da II Guerra Mundial foi possível criar condições para finalmente ser logrado o objectivo que vinham perseguindo. É sintomático do interesse comum de Portugal e Espanha na detenção daqueles homens, o facto de se ter tratado de uma operação conjunta e envolver não apenas forças policiais, mas também militares. A memória desta operação está bem viva, sobretudo entre as pessoas que viviam na Referta ou em Degolados, onde parte da acção decorreu. Isto não significa que seja fácil deslindar o que exactamente se passou em todos os seus detalhes, mas revela a importância que os acontecimentos tiveram para quem os presenciou. A rememoração revela aqui contornos de alguma forma surpreendentes. A minúcia de alguns detalhes conservados na memória, desde o lugar exacto onde uma bala se alojou numa das portas da aldeia, até às palavras proferidas pelos guardas quando entravam numa casa para a revistar, contrasta com as imprecisões sobre aspectos mais centrais, como o percurso seguido pelos prisioneiros.
- 138 Um primeiro aspecto sublinhado, pelo grande número de homens envolvidos, é a envergadura da operação, mas é destacada também a eficácia revelada, atribuída, sobretudo, a terem conseguido apanhar toda a gente desprevenida:
- Veio aí quase metade da tropa que havia em Elvas, quase um esquadrão de cavalaria. Fizeram uma batida ali à Referta e apanharam tudo! (Belmiro, 85 anos.)
Quando eu estava no monte a engatar as mulas ouviu-se umas descargas de metralhadora e eu, «Pá, metralhadoras a bater aqui, logo a estas horas?!» Logo de manhã! Assim ao nascer do sol. Havia um dia de neblina que não se via nada (Filipe, 73 anos).

Iam um regimento, d'a cavalo, c'aqueles chapéus de ferro e foram cercando tudo de manhã... Havia uma neblina. P'ra não avisarem as pessoas, os que iam trabalhar faziam-nas voltar p'ra trás, faziam-nas voltar p'ra casa, porque senão iam p'ra diante e avisavam alguns pobres que 'tavam p' raí escondidos. E eles fizeram uma coisa à roda d'arraia, à roda d'arraia, de toda a Referta... Apanharam tudo! (Ana, 79 anos).

139 Apesar de os alvos estarem bem definidos, todas as pessoas que ouvimos referem a surpresa e o medo que sentiram. As pessoas que estavam nos campos àquela hora foram sistematicamente interrogadas para os guardas perceberem se eram ou não espanhóis. O critério de captura era claramente esse e a língua surgia como elemento de identificação imediata. As eventuais culpas dos espanhóis em acontecimentos concretos ou mesmo a sua militância na causa republicana só mais tarde seria alvo de averiguação. Uma criança cuja casa foi inspeccionada pelos militares, recorda-se ainda das palavras que estes lhe disseram quando a viram chorar: «Não chores que não te fazemos mal. Só queremos apanhar as pessoas maldosas.»

140 A dimensão espacial assume na memória deste acontecimento um lugar particularmente relevante. A narrativa sublinha o modo como a operação foi conduzida militarmente de forma a não deixar possibilidade de fuga aos perseguidos. Quer isto dizer que o cerco completo a todo o espaço de refúgio e a devassa do espaço privado constituem memórias fortes e articuladoras da narrativa. A isto junta-se depois, e em oposição à Referta entretanto desertificada, o espaço mais próximo dos acontecimentos, aquele que continua ocupado hoje e se constitui em lugar de memória, ou seja, um lugar onde a memória trabalha (Candau, 1998:154). A contraposição entre estas duas realidades faz-se traçando uma linha entre um espaço urbanizado e integrado na regra e na lei e um espaço sombrio, lugar de fuga à lei e à ordem. Esta forma de olhar a Referta continua a estar presente:

A Referta era uma terra q'era metade d'Espanha e metade de Portugal. Era uma terra q'havia aí sem amo. Antigamente el que saía fugitivo daqui ou daí e se metia alli nom podían com elle (Jacinto, 87 anos).

Uma pessoa fazia cá um crime qualquer fugia p'ra lá [para a Referta]. Já ninguém ia lá buscá-la. Estava livre! Estava ali a ribeira, do outro lado estava Espanha... Havia cá uma pouca vergonha qualquer ia p'rá 'li! (Horácio, 70 anos).

141 Esta natureza particular atribuída àquele espaço poderá ter fundamento histórico, se admitirmos que poderá ter constituído no passado um couto de homiziados (Ventura, 1998). Um outro espaço referenciado como lugar de refúgio são as minas da Tinoca, igualmente próximas de Degolados. Já abandonadas na altura da Guerra Civil, a sua singularidade não tem fundamento histórico, como acontece com a referta, mas topográfico – neste caso são os túneis e os buracos que surgem como lugares de salvação⁷³.

142 A distinção entre o espaço indómito da Referta e mesmo das minas e a povoação, está também presente quando se censura a penetração na aldeia da violência que decorrera fora dela:

Aquele oficial que veio aqui com aquela força militar fazer essa batida, p'ra que veio ele cravar aqui com os homens no meio da povoação? Então não podia sair aí p'ra fora?! Aquilo foi um escândalo! Aquilo foi para meter terror! (Belmiro, 85 anos.)

143 O facto de a aldeia ser um espaço habitado até hoje, permitiu que da intercepção das memórias individuais com a memória colectiva, resultasse uma *topografia da memória* (Quintais, 2000 :124). Quando alguém afirma «Tinha um tiro lá na minha porta», realça uma memória objectivada e cuja consistência se renova cada dia, pelo menos enquanto

a porta ou a casa ali estiver. Já em relação à Referta, que entretanto se despovoou, as memórias tornaram-se mais vagas e imprecisas. Ainda assim, nem mesmo o que de facto se passou na aldeia, resulta fácil de apurar⁷⁴. O testemunho que transcrevemos foi feito por um natural de Degolados que afirma ter assistido ao desfile dos prisioneiros pelas ruas, mas outras pessoas, igualmente reivindicando testemunho presencial, afirmam que isso não aconteceu: «Não, não. Foram entregues logo na raia. Os espanhóis que foram apanhados ah foram entregues logo às tropas espanholas.» Parece haver aqui um fenómeno de recomposição da memória, talvez partindo de um acontecimento reconhecido unanimemente e que trouxe, de facto, o terror da perseguição e da violência para o centro da freguesia.

- 144 Esse acontecimento, que é recordado com minúcia, envolveu a captura de um espanhol que residia na aldeia e aí trabalhava como barbeiro:

Um muito conhecedor ali da casa do Manei Martins, conhecia bem aquilo, diz assim: «Agora fujo e meto-me além na casa do Manei Martins, saio pelo quintal e eles desnorteiam-se e já não sabem de mim.» Mas enganou-se, coitado. A porta do dito Manei Martins, q'era a taberna, estava fechada! Eu 'tava aqui a verisso!

Foge rua abaixo, as balas zuniam-lhe atrás dele a espetarem-se nas paredes. Não o mataram porque não calhou! Foi porque não calhou, porque eles atiraram-lhe a matar.

Então fugiu para aquela caleja da fonte p'ra sair por uma ponte que passa ali naquele ribeiro. Mas na outra parte, prós lados das hortas, tinha uma cancela p'rás galinhas não passarem. Chegou ali, furou por baixo da ponte, mas além não podia passar. Estava lá a cancela! Coisas só a calhar mal!

Fez ali uma paragem enquanto, mais coisa menos coisa, chegou um soldado e atirou-lhe. Atirou-lhe a matar, pronto. Partiu-lhe uma perna. Foi porque não calhou a matá-lo! Foi a sorte dele!

Dali agarraram-no e levaram-no para Badajoz. Ele sempre pensando que chegava lá e era liquidado, mas naquele intermeio aboliram a pena de morte. Foi lá tratado convenientemente e depois de curado passou por aqui novamente e daqui foi com destino ali a St.^a Eulália, apanhou o comboio e lá tomou as suas medidas e foi p'ro México. Escrevia-se com o barbeiro e por isso é que a gente sabia... (Belmiro, 85 anos).

- 145 Pode perceber-se que esta memória foi alimentada localmente, não tendo nunca sido perdido totalmente o contacto com o protagonista do episódio. Este parece-nos um aspecto importante, pois que lhe confere o carácter de uma narrativa completa: é possível atribuir-lhe um começo, perceber a sucessão de peripécias que conduzem ao ferimento e à prisão e finalmente concluir com um desenlace positivo. Para lá disso o espanhol envolvido surge como um dos poucos refugiados que parecia estar bem integrado na comunidade: vivia na aldeia, trabalhava num ofício – apesar de pessoa «muito instruída», que fizera mesmo um cartaz com «letras de artista» para o clube de futebol da terra – e mantinha relações suficientemente próximas com alguns dos habitantes locais para passar a despedir-se e escrever do México. Um outro aspecto que nos parece relevante e se associa a este, é a proximidade quase íntima que enforma a narrativa: quem conta colocase na pele de quem viveu directamente o acontecimento, parecendo quase apropriar-se não só da palavra como também das sensações vividas – quando atravessava a estrada, antes de fugir, «já ia a compor as calças...»
- 146 A boa ou má sorte surge aqui, um pouco à semelhança do que víamos a propósito do contrabando, como uma dimensão referencial importante⁷⁵. Ela está sempre presente, seja a propósito das balas destinadas a matar mas que apenas ferem, seja nos «azares» que impedem a fuga⁷⁶. Mesmo quando a sorte acontece por acção de alguém, a

dimensão accidental, que está para lá de vontades ou desejos, acaba por ser a que se impõe. Conta-se a propósito de um espanhol que se escondeu nas minas:

Um deles fugiu para um buraco daqueles. Estava lá escondido e os soldados nessa altura passavam essas vistorias assim. Calhou ir uma pessoa [militar] muito boa, muito boa, p'rá 'quele sítio e viu-lhe os pés. Ele começou logo a encolher, coitadito, e ele diz-lhe assim: «Deixa-te estar quietinho. Deixa-te estar que eu não te descubro.» Aquela parte ficou vista e foram-se embora. Era mesmo um militar, mas era boa pessoa (Belmiro, 85 anos).

- 147 O escapar à prisão foi neste caso um calhar: apesar de ter resultado da bondade do militar, foi afinal a sorte que o colocou na caminho de refugiado, tal como na história anterior fora a sorte que impedira a morte do espanhol. Estes dois episódios não se cruzam apenas por este facto. Na verdade eles obrigam-nos a voltar ao tema da verdade nestas narrativas e ao modo como a recordação se processa pela recriação do passado.
- 148 Em narrativas que recolhemos os episódios são completamente distintos e protagonizados por pessoas diferentes, noutras eles estão associados pelo facto de terem acontecido ao mesmo homem, noutras ainda alguns dos episódios da primeira história aparecem na segunda ainda que transfigurados. Este último caso é o que nos merece mais atenção, pois julgamos ser aquele que mais claramente revela o processo de recriação do passado. Num relato semelhante ao que é reportado à mina, diz-se que o espanhol se escondeu num ribeiro mas que deixou os pés de fora, tendo sido um homem da aldeia que lhe deu um toque para os esconder, salvando-o dessa forma. Noutra versão foi apenas a boca que ficou de fora, permitindo assim que respirasse sem ser visto, pois muito embora os militares tivessem disparado para os silvados que bordejavam o ribeiro, não o tinham atingido. Julgamos encontrar-nos perante um processo de fusão de fragmentos de mais que um episódio, surgindo o testemunho presencial não como garantia de veracidade, mas como legitimação do próprio exercício narrativo.
- 149 O episódio final com que queremos encerrar este capítulo contém a carga trágica de uma morte, pretendendo surgir como condensação do final inevitável desta guerra no que à raia portuguesa diz respeito. O título que usámos neste ponto, «Tudo acabou como tinha que acabar...», não pretende ter, evidentemente, qualquer carga moralista ou justiceira, mas traduzir a ideia de que este processo acabaria, inevitavelmente, por se concluir com a imposição da ordem dos vencedores. A confluência ideológica dos dois regimes ibéricos impediu a atribuição de um regime efectivo de refugiado político aos espanhóis que fugiram para o nosso país. Por outro lado, a instabilidade que se verificava nalgumas zonas de fronteira devido à acção destes homens, alguns armados e organizados em quadrilhas, como vimos que acontecia no Barroso e de alguma forma também em Campo Maior, constitui um argumento a que a população portuguesa se foi tornando cada vez mais sensível. Impôs-se então a ordem dos vencedores, traduzida num maior controlo da circulação no espaço fronteiriço e na depuração da influência ideológica que os sobreviventes republicanos podiam gerar.
- 150 A batida organizada pelas autoridades portuguesas e espanholas colocou termo à presença dos refugiados na região. É certo que algumas das pessoas que entraram em Portugal em consequência da eclosão da Guerra Civil continuaram a residir na vila, mas a sua associação ao conflito foi-se tornando gradualmente menos importante e referencial. Uma vez integradas, essas pessoas deixaram de se distinguir de todas as outras que ao longo de toda a história da fronteira escolheram o outro lado para residir. A morte de Duro, que como dissemos surge como o nome mais referenciado e uma

espécie de líder informal mas reconhecido dos refugiados da Referta, foi o acontecimento marcante, e desse ponto de vista também um pouco simbólico, que encerrou o capítulo da Guerra Civil de Espanha na fronteira de Campo Maior. Muito embora as pessoas achassem na altura que aos prisioneiros, pelo menos a muitos deles, os aguardava a execução, a verdade é que hoje existe a convicção de que afinal a sorte que tiveram foi bem melhor que a esperada. O que aconteceu a Duro tem assim, pela sua excepcionalidade, uma importância acrescida, mostrando a guerra, neste caso não tanto pelo lado da sorte, mas da fatalidade.

- 151 A ideia unânime é a de que, ao ser capturado, Duro não escaparia à morte e de facto acabou por não chegar vivo à prisão:

Levaram daqui [entrevista realizada em Espanha a um português] ordem de não o trazer vivo. P'ra não ser julgado... Disseram que ele pediu p'ra mijar e saiu fugindo e tiveram que o matar. É mentira! Disseram logo à guarda civil que não o trouxeram vivo. Claro, quando o prenderam 'tava a mãe, traziam-no a ele e à mãe e ali na cruz [cruzamento] da Codosera, ali o baixaram do camiión e pegaramlhe dois tiros. A ele e à mãe! À mãe p'ra que não descobrira... (Jacinto, 87 anos).

- 152 Este duplo assassinato é confirmado por toda agente com quem falámos, ainda que aqui se não reivindique um testemunho presencial, já que o acontecimento ocorreu em Espanha, longe portanto dos olhares dos portugueses. De qualquer forma são evocadas pessoas que viriam de Albuquerque e que terão presenciado a situação. Por outro lado o conhecimento directo e próximo das vítimas, ainda que não substitua o testemunho directo, parece surgir como reforço de fiabilidade do que se conta:

O tal Duro mataram-no logo ali no cruzamento... Morava numa cabana numa terra ali ao pé da minha. Tinha a mãe e uma irmã. A essa cabana onde eles estavam a tropa pegou-lhe fogo. Via-a eu arder (Filipe, 73 anos).

- 153 A variação na forma como a história é contada é neste caso pouco significativa, verificando-se apenas na razão por que a mãe foi morta, ora para não denunciar a situação ora porque ofendeu os militares, e no modo como Duro foi aprisionado, para uns na Referta, para outros em Campo Maior:

Quando veio a tropa de Elvas apanhou-o logo ali [em Campo Maior] e levou-o directamente... saiu junto com os outros. E quando chegou a um cruzamento que há ali, que é a Codosera, e nesse cruzamento é que ele foi morto. Mandaram-no apear do camião, arrumaram-lhe uma rajada e mataram-no. A mãe ia lá também presa. Ela começou aos gritos e ofendeu-os a eles. Eles tiraram-na também do camião, mataram-na também. Foram os dois mortos ali (Sérgio, 82 anos).

- 154 Para as autoridades a história acabou aqui. A memória das pessoas encarregou-se porém de colocar a questão de uma outra forma. As histórias fizeram o seu percurso, foram e continuam sendo evocadas, foram reeditas e modificadas, mas tornaram-se património, não direi da comunidade, para não ser vago e impreciso, mas de quem atravessou aqueles anos e neles aprendeu a ver o mundo e a explicá-lo.

NOTAS

1. Sublinhe-se, em todo o caso e algo contracorrente, a realização de uma série televisiva sobre este tema e que teve justamente Campo Maior como principal cenário da acção. Trata-se de *A Raia dos Medos*, série de ficção em treze episódios, transmitida pela RTP a partir de Fevereiro de 2000.
2. Mesmo em relação a Espanha se coloca a questão da exiguidade dos testemunhos directos (Reig Tapia, 1999:18), problema que se coloca ainda com mais acuidade quando considerado a partir de uma perspectiva regional – por exemplo em relação a Badajoz (Pilo Ortiz, 2001:12).
3. Ela é também a memória viva mais remota a que hoje ainda, mas certamente que não por muito mais anos, se pode aceder – facto que já Moisés Cayetano Rosado constatou quando procurou, sem sucesso, em Elvas e Campo Maior, memória do período da II República espanhola, cf. Cayetano Rosado, 1994:39.
4. Esta dimensão fica bem vincada nos trabalhos de Luís Quintais (2000, ^{2000a}) sobre as guerras coloniais portuguesas.
5. A propósito da recordação de um episódio concreto da Guerra Civil de Espanha que lhe foi transmitido em Rio de Onor, diz-nos Pais de Brito que ela «sofreu um processo de esquecimento/ censura pois mostra (e de certa forma reinstaura) a comunidade fragmentada e suportando, na sua fragilidade, os efeitos de forças e poderes que lhe escapam» (Brito, 1988_b: 121).
6. Uma ideia que Luís Quintais retira das sessões de psicoterapia com ex-combatentes diagnosticados com desordem de stress pós-traumático, merece aqui referência: «o que nos essencializa enquanto sujeitos é, não tanto o que recordamos, mas o que esquecemos ou que ingloriamente procuramos esquecer, e cujas prerrogativas se mantêm presentes no modo como nos auto-representamos e nos autoconstituímos.» (Quintais, 2000_a:84.)
7. Ver como a questão é colocada a propósito do conflito croata: «Para realizar uma tal pesquisa, deve fazer-se frente a numerosos problemas. E necessário, concretamente, fazer escolhas, que têm a ver com as nossas tomadas de posição, digamos, de ordem teórica, mas que relevam igualmente de uma certa ética.» (Velcic-Canivez, 1994:70.)
8. Expressão usada também por Joël Candau (1998:147) a propósito da memória das tragédias.
9. Segundo os Censos, em 1930 Campo Maior tinha 8228 habitantes, sendo o total das duas freguesias urbanas, isto é, excluindo Ouguela e Degolados, 7418.
10. Em Portugal o tom adoptado, mesmo quando se relatavam tais factos, era francamente pró-nacionalista, o que certamente se reflectia na opinião pública.
11. A análise minuciosa da polémica interessa pouco aqui, mas ela pode ser apreciada quer na resposta que Mário Neves faz à denúncia em carta que escreve ao director do jornal em que trabalhava (Neves, 1985:113), quer em trabalhos recentes, que ora vincam a veracidade dos relatos jornalísticos criticados (e.g. Reig Tapia, 1999:107 sgg. e Santos, J. R., 2001:239 sgg.), ora apoiam a perspectiva de McNeill-Moss (e.g. Martin Rubio, 1999).
12. Para uma análise crítica deste conceito, a que aludiremos ainda no capítulo seguinte, ver Malefakis, 1996:31.
13. Expressão que dá título ao livro com que Mário Neves, cinquenta anos depois dos acontecimentos, se veio a colocar perante a polémica. Publicado em Portugal em 1985 e no ano seguinte em Espanha, desse trabalho fazem parte as crónicas que o jornalista escreveu acerca dos acontecimentos de Badajoz, incluindo aquela que a censura portuguesa havia cortado totalmente.
14. Nos anos 20 foram criados dois jornais em Campo Maior, *O Campomaiorense* em 1921 e o *Notícias de Campo Maior* em 1926, mas nenhum deles sobrevive até ao início da guerra, tendo-se extinguido o primeiro em 1935 e o segundo em 1929 (cf. Caraças, 2000).
15. Veja-se o que sobre a imprensa nos diz César Oliveira: «Os “nacionalistas” eram sempre adjectivados como “vítimas”, “gloriosos”, “salvadores”, “patriotas” enquanto que os republicanos

eram sempre apodados de “bárbaros”, “assassinos”, “bandidos”, “escória”, “canalha”.» (Oliveira, 1987:209.)

16. Alguns discursos de Salazar são claros a este nível, surgindo neles o comunismo como uma doença que poderia chegar a território nacional caso vencesse em Espanha, perigo que se entendia dever ser evitado: «Só nos têm acreditado os países que sofreram já as inclemências do comunismo ou têm razões claras, motivos seguros para compreender os motivos da doença.» (Salazar, 1945:186.)

17. Os primeiros aviões que aterram em Campo Maior fizeram-no em 1923, enquadrados no Programa das Festas do Povo desse ano.

18. Facto que causou surpresa em Portugal e terá arrefecido o processo de aproximação do Estado Novo português com a II República espanhola (cf. Oliveira, 1987: 106 sgg.). O equilíbrio dos resultados evidencia, por outro lado, a forte polarização da sociedade espanhola em dois blocos de peso eleitoral muito aproximado.

19. Este facto pode ser ilustrado se dissermos que nos anos de 1931 e 1932 os jornais portugueses «começaram a publicar anúncios de vendas de moradias e quintas com a indicação dos seus preços em pesetas» (Oliveira, 1987:78).

20. Em Abril de 1939 um comunicado de Franco anuncia o final da guerra, sendo esse ano apodado de «O ano da vitória», como ainda hoje se pode ler na frontaria de obras públicas construídas nessa altura. Para alguns autores, porém, a paz assim decretada «era a paz dos cemitérios», tendo a guerra continuado sob a forma de repressão e perseguição pelo menos até 1948 (Reig Tapia, 1999:22). Malefakis também sublinha que o desejo de reconciliação em Espanha «foi inusualmente débil entre os vencedores» (Malefakis, 1996:29).

21. Esta entrega de prisioneiros aos republicanos tem sido usada como exemplo pelos que procuram desvalorizar as entregas aos nacionalistas: «Apesar do que se disse, a entrega de prisioneiros à Espanha nacionalista por Portugal não foi a norma corrente. A maioria dos evacuados salvou a vida, como é demonstrado através do navio português Niassa que levou a Tarragona 1500 fugitivos procedentes de Badajoz.» (Martin Rubio, 1999:155.) Muitos destes prisioneiros eram provenientes da Herdade da Coitadinha em Barrancos – sobre este episódio olhado a partir dessa vila, cf. Pires, J. Carlos, 1997:154-6.

22. Além da entrega de prisioneiros a partir de Campo Maior e de que adiante falaremos, pudemos ainda escutar um depoimento sobre o que se passaria no Forte da Graça em Elvas: «Agarravam neles, eram aqui assim algemados atrás das costas e além os pés e atiravam com eles p ra dentro da camioneta como quem está a carregar lenha. Assim: bumba lá para dentro; outro; outro p’ra cima daquele. Levavam uma carrada de homens assim. Eu era militar e estava lá no Forte.» (Belmiro, 85 anos.)

23. Esta acusação genérica pode ser concretizada em relação a algumas figuras ilustres: «Nicolás de Pablo [deputado], Sinforiano Madronero [alcaide de Badajoz] e outros foram devolvidos pelas autoridades portuguesas e fuzilados em Badajoz.» (Pilo Ortiz, 2001:108.)

24. Estas festas não têm uma periodicidade definida, mas a Guerra Civil coincidiu justamente com um período raro na sua história, pois as festas contaram quatro edições consecutivas entre 1936 e 1939, não nos tendo sido possível encontrar uma explicação convincente para este facto.

25. Também Urbano Pires encontrou na zona que estudou – Barrancos, Moura e parte de Serpa – memória viva desta actividade (cf. Pires, J. Carlos, 1997:164:6).

26. A proporção de casamentos mistos realizados em Campo Maior é muito pouco significativa, tendência que, no essencial, se mantém durante a guerra. Os registos paroquiais mostram que em cada um dos anos de 1936, 1937 e 1938 se realizou um casamento entre um português e uma espanhola, enquanto que em 1939 não se realizou nenhum casamento misto.

27. Pode também dizer-se, neste sentido, que a evocação da guerra pode servir objectivos que nada têm a ver com ela, como bem notou Pais de Brito a propósito de histórias da guerra civil espanhola que ouviu em Rio de Onor (cf. Brito, 1988b). Mais genericamente, sobre a importância

da bisbilhotice aldeã na construção de «uma história comunal contínua de si própria», cf. Connerton, 1989:21.

28. As tropas que desde o sul avançaram à conquista da Extremadura, nomeadamente das cidades de Mérida e Badajoz, já que Cáceres tinha ficado em poder dos nacionalistas logo na altura do levantamento militar, tinham uma forte componente africana. De facto, o chamado Exército de África, de que Franco era o chefe supremo, incluía tropas regulares e da Legião Estrangeira provenientes de Marrocos.

29. Veja-se como Pilo Ortiz (2001:134) coloca a questão das pilhagens feitas em Badajoz: muito embora toda a culpa recaia nos soldados mouros, houve também cidadãos dessa cidade que participaram.

30. Em notas coligidas por um militar de Campo Maior, o tenente Rodrigo Botelho, e publicadas por seu irmão, alude-se a esta questão da seguinte forma: «A população feminina foi violentamente ofendida e contagiada a tal ponto [pelos militares africanos] que saíram instruções formais e prescrevendo penalidades aos soldados portugueses que tivessem contactos com mulheres espanholas que procuram refúgio em Portugal.» (Botelho, 1997.)

31. Que as opções ideológicas nem sempre eram muito convictas anuncia-o também o cancionero da guerra civil: «Antes éramos rojillos / y ahora requetés / y si se vulve la tortilla / comunistas outra vez» [Antes éramos vermelhos / e agora requetés / e se se virar a tortilha / comunistas outra vez] (cit. in Bullón de Mendoza e Álvaro de Diego, 2000:241).

32. Esta falsa neutralidade e a importância do apoio português à causa nacionalista, nomeadamente no início do conflito, tem sido amplamente discutida e demonstrada – *e.g.* Oliveira, 1987:140 *sgg.* e Delgado, 1982.

33. Rui Vieira, que relata também este episódio, faz ainda alusão a um outro, também mediado por Telo da Gama, em que Portugal terá recebido dos franquistas farinha de proveniência americana, dando em troca medicamentos (Vieira, 1996:184).

34. A propósito de Barrancos, Rodrigues Ferreira dá-nos também conta de um testemunho que vinca este aspecto: «... vinham a Aroche a pedir que lhes dessem qualquer alimento, mesmo as cascas das batatas para fazerem sopa», ou «eles tinham tanta fome que comeram as cascas das batatas» (Ferreira, F. E., 1986:44 e 48).

35. Remetendo para outros contextos de fronteira, encontram-se também referências a situações semelhantes – cf. Pires, João Carlos, 1997:148.

36. A existência de estruturas semelhantes é também referida na região de Barrancos, onde havia «umas lojzinhas junto à fronteira», «cantinas ha-bi-li-ta-das! Pelo Governo» (Pires, João Carlos, 1997:165).

37. Objecto valioso pelo que representavam, estas cadernetas não deixavam, todavia, de ser transaccionadas, associando-se por vezes a negócios e dinheiros gerados pelo contrabando.

38. Em todo o caso é um sentimento que se detecta também em Barrancos (cf. Pires, João, 1997:133).

39. Sobre a forma como alguns dos exilados da guerra lutaram contra o regime de Franco, cf. Vila Izquierdo, 1986.

40. Rui Vieira, que também alude a este episódio, data-o de 1943 (Vieira, 1996:185-6).

41. Em Barrancos expressa-se sentimento semelhante, neste caso não por haver gente que assistisse às execuções, mas porque algumas pessoas iam ver o que se passava nos lugares de aprisionamento: «Daqui ia muita gente, mas gente assim da minha classe, isso não... A grandeza queria ir ver, a gozar... Do povo ia pouca gente.» (Pires, João, 1997:154.)

42. Desta personagem falaremos adiante. Por agora basta saber que era o mais destacado dos refugiados que permaneceram na Referta até 1945, tendo sido capturado na operação militar de grande envergadura que então se fez.

43. Fenómeno semelhante é apontado por Ferreira, F. E. (1986:51): «Nesse sítio (...) ainda hoje existe, gravado numa azinheira, uma cruz que assinala o local onde está a sepultura que todos respeitam.»
44. Um testemunho relativamente extenso feito por um sobrevivente das execuções na Praça de Toiros pode ser lido em Pilo Ortiz, 2001:138-44.
45. José Viale Moutinho, numas das crónicas que dedicou à Guerra Civil de Espanha e na qual fala dos acontecimentos de Badajoz, alude a tal prática: «A tenebrosa *fiesta* em que centenas de pessoas foram toreadas, de capa, espada e bandarilha, para gáudio de uma monstruosa e apoteótica multidão de falangistas. Depois, o que delas restava era acabado a tiro de metralhadora, regado a gasolina e queimado.» (Moutinho, 1998:102.)
46. Note-se, em todo o caso, que a presença de lavradores de Campo Maior nos fuzilamentos de Badajoz é referida em fontes locais, nomeadamente Prim, 1992:63 e Vieira, 1996:183.
47. Também em Barrancos os relatos acerca dos refugiados vincam a ajuda desinteressada e o altruísmo da população como as motivações mais fortes para o auxílio (cf. Pires, João, 1997:149).
48. De *guarir*, com o sentido de defender, proteger, escapar ao perigo (cf. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*).
49. Esta história foi-nos contada em Albuquerque por uma habitante de Ouguela, que tinha um parente residindo naquela cidade espanhola.
50. José Urbano Pires destaca também este tema ao falar de Barrancos: «O medo é uma referência constante da memória que os entrevistados têm desses anos.» (Pires, João, 1997:144.)
51. Também na zona do Barroso este último aspecto parece ter sido relevante: «Numa zona como o Barroso, onde o contrabando era um dos suportes da sobrevivência local, não foi difícil aos refugiados encontrarem apoio. (...) O que agora se fazia era um apelo a essa amizade anterior.» (Alves, J. F., 1981:19.) Falando desta mesma região, Paula Godinho (1993:575) sublinha igualmente a relevância das redes sociais e a importância que a fronteira tem na sua configuração. A propósito de Campo Maior, Rui Vieira alude também à relação que existe entre o conhecimento gerado no contrabando e a ajuda prestada na altura da guerra (Vieira, 1996:186).
52. A mesma postura é afirmada em Barrancos: «A genti não lhi perguntava de que partido era, não. A genti só... só lhe dava a esmola, porque andavam fugidos, porque era uma tristeza.» (Pires, João, 1997:150.)
53. A existência de tais estruturas podem perceber-se em alguns dos episódios narrados por Rui Vieira (1996:184 sgg.).
54. No encontro «Relações Alentejo-Extremadura en el siglo XX», organizado pelo Ayuntamiento de Badajoz e pela revista *O Pelourinho*, foi decidido solicitar ao referido ayuntamiento a atribuição do nome de uma rua ao sargento Abrantes, «dada a sua actuação humanitária e solidária desempenhada com tanto risco, e como homenagem a todos os alentejanos e portugueses em geral que naqueles momentos estreitaram as nossas relações de forma tão emotiva» (*O Pelourinho*, 1996:11).
55. O que não está distante do que Pais de Brito diz das histórias que circulam na aldeia: elas «vão permitir dar ordem ao tempo, hierarquizar valores, organizar ideias, classificar indivíduos e grupos, procurando, pela palavra, ordenar o presente, dimensão menos perceptível, mas decisiva na reprodução social da aldeia» (Brito, 1988, :115).
56. Não esquecendo, ainda assim, o quase aforismo que George Orwell emprega na sua memória da guerra civil: «as atrocidades só têm crédito ou descrédito consoante as bases de predilecção política.» (Orwell, 1997:18.)
57. Como defendem Antze & Lambek (1996:vii): «que as memórias nunca são simplesmente registos do passado, mas reconstruções interpretativas que exibem a impressão de convenções narrativas locais, pressupostos culturais, formações discursivas e práticas, em contextos sociais de recordação e comemoração.»

58. Nas crónicas de Viale Moutinho a que já fizemos referência, é transcrito o testemunho de um homem que teria escapado à execução na Praça de Toiros de Badajoz: «Eu? Só lhe digo que me salvei porque consegui sair debaixo de um monte de cadáveres, pouco tempo antes deles lhe deitarem fogo. Nem hoje posso com o fedor da gasolina... (Moutinho, 1998: 104).
59. Transcritas em Bullón de Mendoza & Álvaro de Diego, 2000:249 e 257.
60. Reig Tapia analisa este episódio procurando mostrar que ele não é verdadeiro, tendo antes de mais servido os interesses propagandísticos do franquismo. Prova do interesse propagandístico do episódio foi a sua adaptação ao cinema, numa película intitulada *L'Assedio dell'Alcazar*, prémio Mussolini na Mostra de Cinema de Veneza em 1940 (cf. Reig Tapia, 1999:174).
61. Impossível não pensar aqui a guerra e a morte como transgressão que permite aos jovens superarem esse estatuto e afirmarem-se como adultos. Deste ponto de vista, muito embora não possa ser entendido como um verdadeiro ritual de passagem, julgamos que o comportamento desses jovens incorpora a afirmação de uma mudança de estado.
62. Quer o fracasso do levantamento militar quer a evidência da impossibilidade de uma «guerra-relâmpago» que estaria nas intenções de Franco, são explanados sinteticamente em Thomas, 1996.
63. Sublinhe-se o carácter recorrente destes testemunhos. Por exemplo, José Urbano Pires escutou uma história muito semelhante a esta: «Houve uma pessoa que esteve cá três anos escondido! Dentro de uma arca.» (Pires, 1997:150.)
64. Um exemplo extremo de ocultação foi recolhido em Barrancos: «havia uma família que para lhe não levarem o filho, esconderam-no dentro de uma tarefa [talha de barro para onde o azeite escorre] que enterraram no quintal, aí ficando durante muito tempo, o que lhe veio a custar a vida, pois a humidade era muita e ele acabou por adoecer e morrer.» (Ferreira, F. E., 1986:42.)
65. Muito embora nos tenhamos vindo a referir a este espaço no singular, designando-o por Referta de Ouguela, em rigor tratava-se de três espaços distintos, usados pelas populações de Degolados, Ouguela e Albuquerque. As duas primeiras eram na altura da guerra freguesias rurais de Campo Maior, sendo aí que se refugiaram os espanhóis e decorreram os acontecimentos de que adiante falaremos.
66. Ainda que as terras tivessem diferentes características, algo de semelhante aconteceu na vila com o parcelamento e privatização de propriedades públicas no século XIX – fenómeno a que atrás nos referimos.
67. Numa situação de penúria como a que se vivia em Portugal na altura da guerra, a abundância alimentar permitida pelo furto causava uma impressão que parece não se ter desvanecido ainda. Um homem, que na altura teria cerca de seis anos, contava-nos que uma das memórias que lhe ficou era o modo como esses espanhóis penduravam os porcos roubados e lhes iam cortando a carne para assar.
68. Expressão castelhana para malandro, pícaro, velhaco.
69. O facto de ser um episódio narrado por alguém que o conheceu bem, pois foi membro de uma quadrilha de contrabandistas de que Duro foi guia, não significa que o que se conta tenha ocorrido de facto. Pelo menos Vila Izquierdo (1986), ao estudar a guerrilha antifranquista na Extremadura, não nos dá conta de acontecimento semelhante a este, nem Duro surge entre os nomes dos vários resistentes a que alude.
70. A autorização para fazer fogo sem avisar por parte dos guardas espanhóis é referida por Garcia Mana (1988:157). Isto é confirmado por uma nota que em 1938 a Câmara de Braga distribuiu aos jornais e na qual avisava que o «Governo Nacionalista de Espanha» dera ordens de disparar sobre quem tentasse atravessar a fronteira e não parasse ao primeiro aviso (cf. Alves, J. F., 1981:24-25).
71. Paula Godinho, que dedicou um artigo a esta personagem e ao seu grupo, refere que em artigo publicado no *Diário do Minho* em Dezembro de 1946 lhe são atribuídos 200 crimes de morte (Godinho, 1993:578).

72. Segundo Rui Vieira, as primeiras tentativas de aprisionamento terão ocorrido em 1943, sendo executadas pelas autoridades policiais com o apoio do núcleo concelhio de Legião Portuguesa (Vieira, 1996:184).

73. Alguém nos assegurou que estas minas foram lugar de refúgio do general Humberto Delgado antes de ser morto em Espanha, não muito longe de Campo Maior. No imaginário local este lugar concorre, porém, com um outro: os fornos de cal que existiam numa das propriedades da Referta e que são também apontados como esconderijo de Delgado.

74. Apesar desta operação de captura ter tido uma envergadura significativa, a imprensa local de Elvas não lhe faz qualquer referência.

75. A explicação de acontecimentos desafortunados recorrendo a uma dimensão que transcende a acção humana consciente, tem em antropologia uma longa tradição, surgindo Evans-Pritchard (1937) como marco importante, aliás como nota Kenny, 1996:151.

76. A similitude que neste ponto pode ser traçada entre a guerra e o jogo está presente também na obra já clássica de Johan Huizinga (1938).

Conclusão

- 1 1. Como dissemos logo no início deste trabalho, a fronteira surgiu-nos como um elemento exponenciador daquilo que queríamos estudar. Era a memória social e a partir dela as representações de espaço e tempo, materiais fundamentais no complexo jogo de reivindicação, contestação e afirmação de identidades, que constituía o ponto de focalização do olhar do investigador. O espaço liminar da fronteira permitiu-nos, de facto, considerar fenómenos concretos que dão particular expressividade ao jogo de identidades que referimos. Efeito particularmente evidente, julgamos nós, tanto na abordagem do contrabando quanto da Guerra Civil espanhola, onde essa liminaridade articula grande parte do processo rememorativo. Quanto às questões de identidade, e contrariando, de algum modo, a nossa expectativa inicial, acabaram por surgir mais de forma implícita do que no quadro de uma discussão que as tomasse como centro.
- 2 Nesta «Conclusão», para lá do esforço de síntese que a atravessará, procurar-se-á também dar conta do modo como as identidades sociais podem ser pensadas a partir do contexto etnográfico que estudámos. Não se tratará tanto de reabrir temas que fizeram o seu percurso ao longo do texto, mas mais de os projectar de uma outra forma, procurando, por um lado, sinalizar sentidos fundamentais e, por outro, chamar ao debate linhas de reflexão que o trabalho não seguiu mas que tinham nele cabimento. A realização deste trabalho estendeu-se por alguns anos e mesmo a sua redacção dispersou-se ao longo de muitos meses. A sua releitura coloca o autor perante o incómodo de perceber como esse longo percurso se reflecte na escrita de forma indesejada, não só no estilo, mas também na substância, quer dizer, no modo como as questões foram sendo colocadas e retomadas. Desta forma, esta «Conclusão» procurará ser também uma espécie de cimento que harmonize conteúdos, que sublinhe o essencial em contraponto à dispersão, que abra horizontes de debate, ou seja, que enfatize aquilo que deve ser próprio do *terminus* de um percurso.
- 3 2. Parece verificar-se hoje uma situação paradoxal no que às fronteiras diz respeito: num mundo cada vez mais globalizado e definido pela livre circulação de pessoas e bens, as fronteiras constituem um tema candente e uma preocupação cada vez mais evidente. Esta ideia, expressa de diferentes formas por vários autores (*e.g.* Hannerz, 1997_b, Uriarte, 1994_a, Raffestin, 1993), remete para diversas questões. Por exemplo para a evidência da artificialidade das fronteiras: não tendo nada de absoluto ou natural, sendo, ao contrário, relativas, artificiais e contestáveis, delas se vinca no debate a

dimensão activa que as caracteriza. Remete também para a mais fácil circulação de pessoas e ideias e para o seu reverso: os discursos autocentrados que por vezes se expressam em manifestações nacionalistas e xenófobas. Finalmente, um outro aspecto importante da discussão das fronteiras num mundo que parece dispensá-las, é o confronto entre decisões administrativas e a sua expressão em quadros sociais concretos: poderá uma fronteira ser apagada pela força de decisões económicas e de instrumentos jurídicos?

- 4 A não coincidência entre etnicidade e cultura foi sublinhada há já muitos anos (Barth, 1969), parecendo possível aplicar a mesma distinção à realidade específica do Estado-Nação. Na verdade, a complexidade é aqui maior do que em entidades políticas de outra natureza, já que a ampla diversidade social que compõe o Estado moderno implica sempre múltiplos quadros de referência interna (regionais, profissionais, de classe, etc.), que se adicionam a identificações nacionais fortemente estruturadas (Fabre, 1996:112). A ideia confortável – até mesmo para alguma antropologia mais próxima da velha metáfora da colecção de borboletas (Leach, 1961) – de uma realidade composta de pequenos mundos separados, possuidores de um identidade específica, mostra-se afinal inadequada à realidade. As fronteiras, que como vimos foram sempre, e simultaneamente, *constrangimento* e recurso, resistem à dissolução, porque elas não podem ser reduzidas à mera demarcação política dos estados: às diferentes cores que em qualquer mapa-múndi demarcam entidades políticas, muitas vezes corresponde no terreno indefinição e ambiguidade.
- 5 Devemos fazer notar aqui que muito embora os fenómenos de globalização sejam planetários, as suas consequências no plano das políticas fronteiriças estão longe de ser uniformes. O mundo contemporâneo conta com fronteiras rígidas e vigiadas, como a que separa as duas Coreias, tanto como conta com fronteiras imperceptíveis no terreno – por exemplo, já no final dos anos 70, eram apenas catorze os marcos que demarcavam os 750 km da fronteira entre a Papuásia-Nova Guiné e a província indonésia de Irian Jaya (Gay, 1995:56). Do mesmo modo, no mundo industrializado, verificam-se distintas situações de fronteira, bastando, para observarmos diferentes políticas, confrontar a relação México/USA, com a que se vive na Europa comunitária após o acordo de Schengen (1985). No primeiro caso, a fronteira é uma realidade dinâmica que vive do jogo da transgressão das suas regras demarcatórias (Alvarez, 1995), enquanto que no segundo se assiste à diluição das fronteiras que separam os países aderentes, ao mesmo tempo que se conservam e mesmo se reforçam as fronteiras externas.
- 6 Deve dizer-se que é sobretudo em relação a esta última realidade – que constitui, em todo o caso, um modelo para outros blocos regionais (cf. Alvarez, M., 1999) –, que a tentativa de destruir o mito-fronteira (Raffestin, 1993) se tornou mais notória. O surgimento ou revitalização das identidades como questão também europeia (e.g. Fabre, 1996), revela que às transformações políticas e administrativas está longe de corresponder uma efectiva homogeneização no plano dos referenciais de identidade. Decididamente, a ideia de globalização não pode ser subsumida num processo unilinear de uniformização, implicando uma realidade mais complexa, que se traduz numa rede de relações que articulam «local/global» e «local/local» segundo vários eixos e sentidos. Trata-se, afinal, de pensar em simultâneo duas forças na aparência concorrentes, globalização e localismo, unindo-as no mesmo processo (Martin & Pujadas, 1999:9).

- 7 3. Ulf Hannerz (1997a), procurando estudar o lugar da globalização na história das ideias e projectando aquilo a que chama «antropologia transnacional», apresenta três palavras-chave que não só têm um trajecto na disciplina, como revelam potencial para continuar a ser úteis ao debate. Essas palavras são «fluxos», «limites» e «híbridos», a que na verdade junta algumas outras que vão no mesmo sentido, ou seja, favorecer a reflexão em torno dos fenómenos de difusão cultural ou, caso se ache a expressão demasiado conotada, de interconexão de culturas. Neste ponto consideraremos sobretudo a primeira delas, procurando perceber a sua virtualidade na percepção genérica dos fenómenos de fronteira, bem como a sua adequação ao contexto etnográfico que observámos.
- 8 Qualquer fronteira, seja a sua demarcação de natureza política, cultural, de classe, ou outra, ao colocar em confronto realidades distintas tende a gerar *movimento* pelo simples facto de existir – isso só não ocorreria numa fronteira rigorosamente estanque e que num certo sentido seria uma não-fronteira. Na medida em que implica um deslocamento este movimento pode ser entendido como *fluxo*, podendo este ser de bens, pessoas ou ideias, devendo notar-se que os fluxos serão tão mais intensos quanto menor for a equivalência entre as partes. Para lá disso o deslocamento implica um sentido definido no fluxo, ainda que este possa ser reversível e tenda a existir um cruzamento de movimentos – por exemplo, no caso das fronteiras políticas é comum circular mão-de-obra num sentido e produtos no outro.
- 9 Desta forma, a demarcação surge, simultaneamente, como *produto* e como *produtora* de diferenciação, existindo um paradoxo inerente à natureza dos fluxos: alimentam-se da diferença, mas ao existirem tendem à sua atenuação, já que geram equilíbrio. As categorias de local/global e centro/periferia devem aqui ser consideradas, pois muito embora os movimentos vão num e noutro sentido, o seu peso real e simbólico é bastante diferenciado. As relações entre pequena e grande tradição, tal como Redfield as perspectivou, ilustram a complexidade da dinâmica dos fluxos culturais, sendo possível traçar sobre elas o percurso e as raízes históricas (*e.g.* Santos, M. L., 1988: 694 sgg.). No mundo contemporâneo, fenómenos tão diversos como a concentração económica, a importância dos centros produtores de conteúdos áudio-visuais, ou mesmo na tematização do discurso político, mostram de forma clara a existência de um sentido dominante dos fluxos nos processos de globalização.
- 10 No nosso trabalho procurámos dar conta do modo como ao longo do tempo se processaram vários fenómenos de circulação num troço concreto de fronteira. Considerámos vários tipos de fluxos, desde a circulação de pessoas que fogem da guerra ou partem à procura de trabalho, até à circulação comercial, por vezes bastante volúvel, passando também por domínios bem diferentes destes, como é o caso das trocas linguísticas. Todos estes movimentos têm uma componente cultural implícita, pois são acompanhados de troca de ideias, de partilha de aprendizagens, de visões do mundo, etc. Porém, hoje a realidade da fronteira é outra. Não falamos apenas do fim do controlo aduaneiro e com ele de muitas formas de contrabando, mas mais amplamente da desagregação de um quadro de referência que tinha na relação entre partes desiguais mas simétricas o seu fundamento. Não que os fluxos não continuem a existir, o que sucede é que hoje o seu eixo de articulação reside mais na relação centro/periferia do que no confronto entre diferentes entidades nacionais.
- 11 Também no passado as decisões do centro pesavam nas estratégias locais, mas o lugar desse centro é hoje mais difuso. De facto, se no passado uma decisão do governo de

Lisboa ou de Madrid podia ser importante na periferia raiana, por exemplo para a circulação da mão-de-obra ou para a definição do sentido do contrabando do trigo, hoje não só as políticas dos dois países são tendencialmente convergentes, o que podia suceder também no passado, como são muitas vezes decididas num plano supranacional, o que é uma situação nova. É certo que podemos dizer que a especificidade do espaço raiano se perdeu, na medida em que a complementaridade se diluiu na convergência (Uriarte, 1994). Porém, esta é apenas uma parte da verdade, pois que a homogeneidade cultural que hoje marca o espaço raiano é atravessada por uma espécie de memória cultural que a contraria.

- 12 É verdade que se consomem os mesmos produtos, se ouvem as mesmas músicas e se têm os mesmos ídolos, mas a memória produz também referências culturais que complexificam esta realidade e reactivam afirmações de singularidade. Nalguns casos essa memória expressa-se em estereótipos, enquanto que noutros, basta pensar no café, tem expressão na actividade económica e noutros ainda no aproveitamento comercial – tome-se como exemplo uma grande cadeia de lojas de vestuário desportivo e acessórios («Coronel Tapioca») que na sua loja de Badajoz promoveu em 1999 percursos pedestres naquilo a que chama «A Rota do Contrabando». Assim, mais do que um espaço desagregado e sem referências, a fronteira que encontrámos sugere-nos o conceito de *patchwork*: nela se misturam, um pouco à semelhança do que parece acontecer em todo o interior do país, tradição e modernidade e aí se guardam velhas narrativas de episódios de fronteira, tanto como se expressam visões deturpadas mas convictas do outro. É na raia, em suma, que à margem da abstracção do mapa, melhor se percebe que a fronteira está ali e demarca o espaço e as suas representações como sempre fez.
- 13 4. O nosso argumento vai pois no sentido de defender que aquilo que hoje distingue comunidades de fronteira como Campo Maior, não são já as referências culturais do presente, mas aquelas que a memória produz. Colocar a ênfase nesta dimensão significa, afinal, sublinhar a forte relação entre memória e identidade (Candau, 1998:9) e reconhecer a especificidade das experiências de vida proporcionadas pelo contexto raiano. Sem memória não há identidade e as memórias geradas num contexto de fronteira condicionam os referenciais identitários, se não de toda a comunidade raiana, pelo menos de parte significativa dela. Devemos, em todo o caso, evitar aqui os perigos do essencialismo: nem a memória nem a identidade são construções uniformes dentro de uma unidade social complexa como a que estudámos. O conceito de *comunidades de memória* (Burke, 1992:247), revela-se aqui útil, pois contraria o facilitismo da abordagem essencialista, permitindo projectar a questão da memória e da identidade no plano da disputa pela imposição da representação do mundo dominante. Tal como os grupos se expressam, formal ou informalmente, segundo vários critérios (etários, de classe, de género, etc.), também a concorrência entre representações do mundo se faz seguindo várias linhas de fractura e diversos usos da memória.
- 14 Pode dizer-se que um grupo, para o ser, necessita de partilhar memórias, quer dizer, é necessário que entre indivíduo e grupo exista uma suficiente unidade de pontos de vista (Halbwachs, 1925:289). Isto não obsta, porém, à ideia anterior: a memória é também um campo estruturado e estruturante, que é condicionado pelo lugar relativo dos diferentes grupos, ao mesmo tempo que condiciona a diferente capacidade destes na definição do que será recordado e esquecido. Neste sentido, o grau de integração de cada comunidade é decisivo para a consensualidade da memória. Na nossa investigação, procurámos traçar sobre Campo Maior um olhar diacrónico, pois julgamos que tal

perspectiva ajuda a perceber o modo como a memória se torna matéria disputada. Como ao longo deste trabalho procurámos mostrar, as diferenças que a vila hoje apresenta relativamente ao passado traduzem-se não só na configuração dos diferentes grupos sociais, como também no modo como cada um se pensa e constrói as suas memórias.

- 15 A consensualidade necessária à afirmação de um sentido propriamente comunitário, constrói-se através de discursos que transcendem a singularidade interna. No plano das identidades nacionais, a invenção de tradições (Hobsbawm & Ranger, 1983) tem favorecido essa comunhão, nomeadamente em torno de temas de expressão etnográfica e histórica. Nós próprios pudemos ver como no plano local alguns fenómenos concretos produziam efeito semelhante. Muito embora não tenhamos, neste trabalho, abordado com detalhe as Festas do Povo, evoquemo-las neste momento para sublinhar o seu efeito congregativo e comunitário. Elas são apresentadas como expressão da «alma artista» do campomaioirenses considerado indistintamente. Apesar das tensões e fracturas, latentes ou manifestas, que a atravessam, ela é sentida como um emblema da vila e, nessa medida, os discursos sobre as Festas esbatem a dimensão conflitiva e vincam a convergência e comunhão. Noutros registos de memória social, este efeito congregador assume diferentes contornos ou, simplesmente, é substituído pela força das distinções sociais. Também disso demos conta ao longo do trabalho, cabendo agora anotar apenas alguns tópicos relevantes.
- 16 5 As histórias do contrabando e da Guerra Civil são por si só sugestivas das dinâmicas da memória, de como esta não constitui um espaço neutro, mas antes um lugar de disputa social. A semelhança do que ocorre noutros lugares, a participação no contrabando é hoje não só reconhecida como reivindicada e mesmo mitificada. Existiram, como vimos, muitas modalidades de contrabando, algumas coexistindo no tempo histórico, como sucedeu em relação ao período que estudámos. Deve notar-se, porém, que a representação do contrabandista que prevalece em Campo Maior, aquela que imediatamente é oferecida ao visitante curioso, é muito parcial. Centra-se no contrabando tradicional, feito por profissionais do sexo masculino, que transportavam as cargas de café a pé ou com a ajuda de bestas. E certo que quando procuramos saber mais, as outras dimensões do contrabando são também evocadas, mas o estereótipo dominante é claramente o que referimos.
- 17 Apesar de muito difundido na vila, o contrabando esteve, naturalmente, longe de ser a actividade de toda a sua população. Mesmo aceitando que em alguns períodos praticamente todos os homens activos nele participaram, não podemos esquecer que, na maior parte dos casos, se tratava de uma actividade pontual e complementar. Do mesmo modo, o transporte de contrabando a pé para lugares longínquos, em viagens que por vezes demoravam vários dias, foi-se extinguindo gradualmente, substituído pelo uso de transportes motorizados, de tal modo que as últimas gerações de contrabandistas já não conheceram aquelas práticas. O mesmo fenómeno de generalização do particular pode ser observado em algumas outras *emblematisações* da actividade contrabandista. Por exemplo a repressão dos guardas, que foi real, coexistiu com práticas de convivência, tal como o perigo de morte à força de bala tende por vezes a ser exagerado relativamente à ameaça real.
- 18 Estes exemplos, que de alguma forma ilustram um distanciamento das práticas face às representações, da memória face à factualidade histórica, dão conta do modo como a evocação memorativa é orientada num sentido específico através da sublimação de

alguns aspectos e da secundarização ou mesmo esquecimento de outros. A reivindicação da identificação da vila com a prática contrabandista, supera hoje o grupo que maior legitimidade tinha para a poder assumir. De facto, não são apenas os velhos contrabandistas profissionais que se identificam com o modelo de contrabando dominante e conservam a sua memória. Não é sequer apenas aos seus descendentes que está adstrita a preservação de tal memória. Ao contrário, ela tornou-se referência central da vila e nessa medida foi apropriada por segmentos mais vastos e indistintos da sua população.

- 19 Podemos considerar vários factores como condicionantes desta apropriação. Desde logo uma espécie de vitória moral do contrabandista sobre o guarda: a liberalização do trânsito fronteiriço actual confere às práticas ilegais do passado um reforço da legitimidade que, na verdade, sempre tiveram localmente. Desta forma, acentua-se o peso de aspectos como a bravura, a coragem ou o sacrifício, face às ideias de ilícito, marginalidade ou defraudação do Estado. Pode dizer-se de uma outra forma: a imagem positiva do contrabandista, associável em alguns aspectos a outras formas de banditismo popular (Hobsbawm, 2000), é legitimada *a posteriori* pela legalização do trânsito comercial em que assentava a sua prática. Julgamos dever sublinhar ainda um outro factor relevante na apropriação colectiva da figura do contrabandista, exactamente o facto de Campo Maior viver hoje de uma actividade gerada pelo contrabando. A associação desta terra aos cafés Delta, que é feita tanto por quem não pertence à comunidade como assumida e interiorizada pelos seus membros, coloca o contrabando, particularmente o do café, num lugar destacado como referência identitária da vila.
- 20 6. Os usos da memória da Guerra Civil são um pouco diferentes. Em primeiro lugar refira-se que a sua evocação não é equiparável à do contrabando. Como acabámos de dizer, esta prática constitui uma referência forte, quase omnipresente, enquanto que a Guerra Civil é um acontecimento a que normalmente se não alude de forma espontânea. Por outro lado, a memória do contrabando é francamente consensual, pelo menos em relação a alguns dos seus aspectos centrais, o mesmo não se passando com a guerra. A diferença não parece estar nas práticas concretas das pessoas e dos grupos sociais, mas nas condições de apropriação das memórias. Assim, muito embora nem toda a vila se tenha envolvido no contrabando, funcionou em relação a esta actividade um processo de cristalização num modelo e num conjunto de valores que permitiu torná-los partilháveis por todo o grupo, ou pelo menos pela maior parte dele. Do mesmo modo que na actividade contrabandista, também em relação à Guerra Civil a participação e envolvimento das pessoas foi diferenciado em grau e qualidade, mas neste caso o que cristalizou foi uma representação dicotomizada das práticas, assente na distinção entre ricos e pobres.
- 21 Este tipo de representação revela, naturalmente, uma memória da guerra mais fragmentada e menos consensual do que a do contrabando. Muito embora exista uma leitura e perspectiva dominante, esta não é partilhada por todo o grupo, antes o divide segundo critérios que podemos considerar de diferenciação social. Se pensarmos a questão a partir do uso da memória, recuperando assim a ideia de que ela constitui um lugar de disputa, podemos acrescentar algo mais ao que diferencia, do ponto de vista da memória social, o contrabando da Guerra Civil. O operador fundamental da memória do contrabando parece sustentar-se num eixo interior/exterior, pois o que aí se expressa é um conjunto de referências identitárias, através das quais a vila se pensa distinta e se

projecta no exterior. Algumas das características inerentes ao estatuto de localidade raiana são desta forma sublimadas e utilizadas como factor de distinção. Quanto à memória da Guerra Civil, ela opera sobretudo internamente, permitindo, por isso mesmo, demarcar grupos e mesmo ajustar contas antigas: nomeadamente quem se identifica com os *pobres* e se pensa como *explorado*, acusa os ricos, os *exploradores*, de desumanidade pelo modo como perseguiram os espanhóis e colaboraram com as forças franquistas, ou seja, com as forças que o devir histórico veio a estigmatizar.

- 22 Neste caso a interpretação histórica mais consensual coincide com a representação local dominante. A transposição do passado para o presente pode ser vista como um processo que vai do apuramento dos factos à sua instrumentalização, passando pela construção do sentido (Todorov, 2000:146 sgg.). Estas etapas tanto podem sintetizar o trabalho do historiador profissional como o processo de configuração e cristalização da memória social. A activação do passado para legitimar discursos e práticas do presente, tanto se faz recorrendo às verdades que a história apura como àquelas que a memória define. O que aqui nos interessa relevar é justamente a convergência entre dois planos de leitura da Guerra Civil – a interpretação histórica dominante e o quadro de comportamento social que a memória retém e transmite.
- 23 Trata-se, efectivamente, de dois planos diferentes, não só pelo modo específico como em cada um se constrói o argumento, como também pelos diferentes lugares físicos e simbólicos de enunciação. Num caso estamos perante uma elaboração erudita, produzida com base documental e onde, supostamente, não entram critérios subjectivos. No outro caso perante uma leitura produzida num contexto local, que não é sequer aquele onde o conflito decorreu e que se sustenta na rememoração de práticas e atitudes atribuídas a diferentes grupos sociais. De qualquer forma, tal como no contrabando a abertura de espaços económicos supranacionais legitima simbolicamente uma prática, também na Guerra Civil a razão a posteriori atribuída aos republicanos reforça um sentido específico na leitura do conflito feito a partir de Portugal e que se sustenta nos diferentes comportamentos protagonizados por ricos e pobres – pelo menos assim é em relação ao pequeno ponto da fronteira que estudámos.
- 24 7. Esta forte bipartição social entre ricos e pobres – que, como vimos, é algo redutora e esquemática, podendo mesmo dizer-se que é parcialmente real e parcialmente mitificada – conferiu a esta comunidade, durante décadas, características que hoje já não comporta. O aspecto que aqui nos interessa discutir remete para o processo de construção e reivindicação de identidades colectivas, conduzindo-nos a observação anterior à ideia de que a convergência entre a identidade reivindicada e o lugar social é hoje menor do que foi no passado. Em rigor, talvez a questão seja até um pouco mais complexa, já que não podemos saber se a percepção da diferença que hoje se afirma em relação ao passado é objectivamente idêntica à que de facto era então sentida. Assim, na medida em que trabalhamos apenas com representações, devemos colocar os discursos sobre a identidade no mesmo plano em que colocamos os problemas da memória, ou seja, como espaço de recomposição e reescrita permanente.
- 25 Em todo o caso, trate-se ou não de uma recomposição, o que se observa é que actualmente se projecta o passado a partir da contraposição básica entre ricos e pobres, a que se faz corresponder uma forte dissociação cultural e identitária que se manifesta a vários níveis – nas práticas de sociabilidade, nas referências culturais, na relação com o trabalho, na alimentação, etc. Hoje, apesar de não ser já pensada a partir de categorias tão fortemente binárias, a distinção social continua a existir, mas dela não

deriva, pelo menos de forma tão clara, uma demarcação reportada aos critérios que referimos ou a outros semelhantes. Se colocarmos a questão no plano da integração social pode dizer-se que a vila é hoje mais homogénea, sendo francamente maior a partilha de práticas e representações sociais.

- 26 Nota Wieviorka (2000) que no interior do mundo moderno a referência a uma identidade se tornou menos da ordem da fixação ou reprodução e mais da ordem da escolha. Até certo ponto isto é verdade também em Campo Maior. Pelo menos se confrontarmos o presente com o modo como o passado é evocado, nota-se uma modificação que parece ir nesse sentido. As demarcações sociais que hoje se verificam obedecem a vários critérios, surgindo a diferenciação de classe como um dado relevante mas não determinante. Para lá de um efeito geral de modernidade, cuja discussão nos levaria longe, parece pesar neste contexto concreto um aspecto específico que não podemos deixar de anotar. A relativa desqualificação histórica de um grupo social cuja importância é vista como derivando da ordem do estatuto (lavradores), face à afirmação de um outro a que se atribui o mérito do trabalho (industriais do café, sobretudo Rui Nabeiro), julgamos constituir um aspecto relevante.
- 27 **8.** A enorme importância que a figura de Rui Nabeiro ocupa na vila, pode ser aferida em aspectos tangíveis, de natureza económica e política, mas a dimensão simbólica não é aqui menos relevante. A sua projecção é sobretudo local, pois muito embora nos pareça existir um apreciável reconhecimento do empresário fora da vila, sobretudo pela associação aos cafés Delta, faltam neste caso dimensões importantes que explicam a projecção que apenas alcança em Campo Maior. Queremos com esta observação sublinhar que, no plano da notoriedade, Rui Nabeiro está longe de poder aspirar a outro estatuto que não o de glória local, distante, portanto, do maior universalismo adstrito à imagem do *grande homem*. Estas designações são propostas por Jean-Pierre Albert (1998:14) numa síntese onde procura dar conta do campo de expressão do herói nacional. A sua utilização neste contexto não pretende mais que discutir a possibilidade de certas categorias, com que se pensam os heróis nacionais, serem extensíveis a realidades diferentes.
- 28 Estamos efectivamente perante uma realidade distinta. Não só pelo facto de a projecção de Rui Nabeiro ser essencialmente local, como também pelo campo de actividade onde se destacou. Efectivamente, visto a partir do plano nacional, ele não é mais que um empresário de sucesso, alguém associado a uma marca de café com que todos os dias nos cruzamos e cujo mérito na sua actividade foi reconhecido com a atribuição do título de comendador. Porém, se o focalizarmos a partir da realidade local perceberemos uma realidade diferente. Não é apenas uma questão de grau de reconhecimento, mas também de *qualidade* desse reconhecimento. O percurso de vida deste empresário, o contexto social em que se moveu e a própria natureza da sua actividade, são factores fundamentais para a sua projecção e é sobretudo localmente que eles se expressam com pleno vigor. Aí, não só a sua história de vida é conhecida nos seus traços principais, como circulam permanentemente relatos de acções concretas que reforçam alguns dos valores em que se sustenta a imagem de Rui Nabeiro.
- 29 Quando procura traçar aquilo a que chama um esquema do heroísmo, Albert (1998:16) serve-se em primeiro lugar de uma óptica durkheimiana, na qual os heróis nacionais, à semelhança dos deuses, surgem como a simbolização da colectividade. Sublinha, depois, o carácter diferencial destas figuras, notando como o gesto heroico está frequentemente associado à oposição a inimigos da nação, dessa forma se ligando a um

contexto de hostilidade que ajuda a resolver pela sua acção. Se operarmos aqui uma mudança de escala, passando do plano nacional ao local, facilmente perceberemos que, apesar de implicar algumas *nuances*, a categoria «herói» é útil para pensar Rui Nabeiro. Não voltaremos ao que atrás dissemos, mas vale a pena notar, no plano da simbolização, um elemento tão concreto como a estátua deste empresário ou a constante associação da vila à sua empresa e à sua figura.

- 30 O segundo aspecto que Albert refere tem maior complexidade e remete para mais que uma questão. O carácter diferencial do herói nacional encontra expressão numa acção opositiva aos inimigos da pátria que se revela decisiva, quer directamente quer quando funciona como exemplo para os demais. Evidentemente que isto não se ajusta ao nosso caso, mas também aqui uma mudança de escala se revela proveitosa. O contexto social que Rui Nabeiro enfrentou na sua juventude e o modo como venceu as adversidades, conferem-lhe também um carácter diferencial que vinca a sua excepcionalidade. À semelhança de muitos heróis, também ele partiu de uma situação difícil, e de previsível derrotado transformou-se num vencedor. A oposição que enquadra a acção, não reside, neste caso, num conflito internacional nem tampouco intercomunitário. O ponto de fractura é interno à própria comunidade e não é outro senão o que opõe os lavradores ricos à maioria da população que deles depende.
- 31 Acreditamos que para a imagem de Rui Nabeiro que hoje domina na vila contribuiu em boa medida a sua vitória no enfrentamento simbólico com o poder dos lavradores. O que o discurso releva é o facto de pelo trabalho ter conseguido tornar-se o homem mais importante de Campo Maior e mesmo da região. O seu sucesso acaba por simbolizar uma viragem no eixo de poder na vila, podendo ser sentido como uma espécie de desagravo dos humildes sobre os poderosos. Também aqui à semelhança de muitos heróis, é particularmente realçada a sua «pequenez» inicial, pois foi a partir do nada que construiu um império. O sacrifício é outra característica que partilha com o herói: trabalhou imenso para conseguir vencer e mesmo hoje aceita sacrificar-se – continuando a trabalhar muito apesar da idade, praticamente não tendo férias, não aceitando vender as empresas, etc. – para continuar a fortalecer o negócio e ajudar a vila. Note-se que este último aspecto, a generosidade, constitui também uma importante virtude heroica, sobretudo porque se traduz numa espécie de renúncia ao proveito próprio em benefício dos próximos.
- 32 Aceitando esta leitura do estatuto real e simbólico que Rui Nabeiro tem hoje em Campo Maior, fica a discussão sobre a consensualidade dos traços de heroicidade que lhe são atribuídos. Por um lado ele é a expressão improvável, e por isso mesmo valorizada, de um grupo social específico e que se pensa a si próprio como explorado. Por outro lado, a inevitável competitividade tanto dentro do próprio comércio de café como em relação a outras actividades económicas em que também tem interesses, acentua o efeito de parcialidade. O estatuto de glória local, malgrado a estátua e o nome de rua, deve pois ser matizado por esta filiação a uma parte. Todavia, a verdade é que muito embora não gere unanimidade, existe em relação à figura de Nabeiro uma convergência que supera a mera referência de um grupo. Para perceber a razão desta amplitude é necessário voltarmos ao tema da identidade.
- 33 A actividade onde este empresário alcançou sucesso não é uma actividade similar a qualquer outra. A sua raiz é o contrabando, facto que a coloca num plano singular no imaginário local. Referimos já nesta «Conclusão» a importância da memória do contrabando na fixação de um conjunto de valores fortes, tais como a coragem, a

resistência física, etc., que sendo atribuídos ao contrabandista, se tornam simbolicamente extensíveis mesmo a quem nunca fez contrabando ou a quem não precisou de mostrar tais atributos para exercer a actividade. Herdeiro dos velhos contrabandistas, Rui Nabeiro é indissociável de uma actividade que emblematiza a vila e este facto reforça a sua posição de figura de referência. Não encontramos em Campo Maior nenhum nome de contrabandista que verdadeiramente esteja mitificado e funcione como referência colectiva. No caso de Nabeiro, muito embora ele próprio não tenha transportado contrabando, a verdade é que por estar ligado por laços de parentesco a homens que não só fundaram o negócio como são reconhecidos como contrabandistas de facto, parece ter herdado, para o bem e para o mal, este estatuto.

- 34 9. Longe de qualquer essencialismo, a identidade colectiva deve ser vista como resultado de uma relação de forças dentro da comunidade. Devemos considerar, em primeiro lugar, que existem representações fortemente cristalizadas, apenas marginalmente contestadas, que sinalizam qualquer comunidade e com as quais há que contar em quaisquer circunstâncias. Para lá delas, porém, existe todo um espaço indistinto onde os vários grupos sociais procuram, de acordo com o seu peso específico, classificar o real e dar-lhe sentido. Vista desta forma, a identidade colectiva deve ser percebida sobretudo como um processo situado numa temporalidade concreta, de que resulta, no final, uma espécie de efeito de ilusão: sendo produto de uma relação de forças desigual, ela deve ser reconhecida como produto e ponto de identificação de um todo. Evidentemente que numa sociedade moderna são múltiplas as referências culturais que enformam as identidades de grupo, pelo que estas surgem como um recurso suficientemente dúctil para a ele se apelar quer para reivindicar pertenças quer distinções.
- 35 No caso de Campo Maior, o contrabando é uma referência cultural importante, mas não estrutura por si só a identidade dominante. Desde logo porque ele deve ser visto como parte desse universo mais vasto que é o da fronteira. Queremos com isto dizer que enquanto tópico identitário, o contrabando integra a descontinuidade espacial e cultural que a separação política entre dois estados provoca. Mais que de *fronteira*, talvez devamos, em rigor, falar de *zona raiana*, enfatizando dessa forma a sua dimensão de representação colectiva que transcende a demarcação política. Isto não significa, evidentemente, que para lá de representação ela não seja também um espaço real onde decorrem práticas que ajudam a construir identidades. Importa, a este propósito, fazer notar que a existência da fronteira estende as relações de força a que acima aludíamos para lá do contexto local – os interesses que nela operam implicam com o Estado central e também com as comunidades vizinhas do outro lado da fronteira.
- 36 Desde o final do século XVIII que o processo de «nacionalização do Estado» (Thiesse, 1999:233 sgg.) se tornou um dos factores dominantes na configuração das referências culturais das sociedades modernas. Expressando-se em vários níveis, desde os programas escolares ou a imposição de uma língua nacional, até ao desenvolvimento e promoção de um conjunto de símbolos, como o hino ou a bandeira, este processo marcou fortemente as representações identitárias das populações que o sofreram. Nesta tentativa de fazer coincidir etnia, povo e mesmo raça na ideia de nação (Fabre, 1996:103), as margens geográficas ou culturais do Estado não puderam deixar de ser espaços relevantes, fosse pela resistência fosse pela exemplaridade que a sua integração podia representar.

37 Campo Maior pode ser evocado por qualquer uma destas razões contraditórias. Foi guarda de fronteira e neste domínio conservou e evoca ainda hoje exemplos de resistência a exércitos invasores. Por outro lado, porém, viveu do contrabando, deu guarida a quem fugia do país vizinho e quando necessário refugiou-se nele, aprendeu a iludir os guardas e a tirar proveito económico da situação geográfica, defraudando o que o Estado entendia ser o interesse público. A contradição é, todavia, mais aparente do que real, pois ambos os registos fazem parte da natureza liminar da fronteira. Por isso sublinhámos que a fronteira constituiu uma realidade específica dentro do processo de nacionalização do Estado. De facto, num contexto como esse, as forças que gerem esse processo não só enfrentam influências alheias à nação, como têm que contar também com o aproveitamento local da ambiguidade raiana. São estes factores, articulados ao efeito temporal, isto é, às circunstâncias cambiantes que enquadram a acção, que nos permitem perceber a dinâmica de um espaço de fronteira, afinal aquilo que nós próprios procurámos fazer neste trabalho.

Bibliografia

OBRAS SOBRE CAMPO MAIOR

Periódicos e fontes manuscritas

Album Alentejano – Concelho de Campo Maior (Separata)

(s.d.) Lisboa, Imprensa Beleza.

Arquivo Paroquial

(após 1930) *Casamentos – Freguesias de S. João Baptista, Nossa Senhora da Expectação e Ouguela.*

Câmara Municipal de Campo Maior

(1933-53) *Livros de Actas.*

(s.d.) *Relatório de Inquérito a Ouguela – Habitação*

(1997-99) *Boletim Municipal de Campo Maior.*

Programa Geral das Comemorações do Centenário da Defesa da Campo Maior em 22 de Março de 1911

(1911) Lisboa, Imprensa Nacional.

Jornais

O Campomaiorense – jornal publicado em Campo Maior. Teve duas séries, 1921-1928 e 1933-1935.

Democracia do Sul – série de artigos de João Pessoa publicados em 1957 e 1958 e dedicados a figuras ilustres de Campo Maior.

Jornal Campomaior – jornal publicado em Campo Maior entre Abril de 1991 e Maio de 1996.

Jornal de Elvas

Linhas de Elvas

Notícias de Campo Maior – jornal publicado em Campo Maior. Teve uma primeira série entre 1926-1929, sendo retomada a publicação em 1994.

A Palavra – jornal publicado em Campo Maior entre Janeiro de 1988 e Outubro de 1989.

Turilinhas, 7 de Dezembro de 1992 – número dedicado às Festas do Povo.

Obras Impressas

- AZINHAIS, José Carlos, (1997) *O Contrabando, a Guarda, a Fronteira*, monografia apresentada na Universidade Nova de Lisboa.
- BOTELHO, Gen. José Justino Teixeira, (1911) *O Cerco de Campo Maior em 1811*, Imprensa Nacional.
- BOTELHO, Martinho, (1996) *Campo Maior (Apontamentos)*, Campo Maior.
- (1997) «Olivença, 12 de Setembro de 1997», *Linhas de Elvas*, 12 e 19/9/1997.
- BRANCO, M.^a Luísa Torrado Goulão, (1994) *No Campo Maior (Subsídios para o estudo da quadra popular e popularizante)*, Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa (séculos XIX-XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CARAÇAS, Luís Dias, (2000) *Os Jornais de Campo Maior. Anos Vinte e Trinta*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CAYOLLA, Lourenço, (1921) «Os contrabandistas», in Gama, Eurico, *Jornalismo Campomaiorense*, Coimbra, 1941, pp. 49-54.
- CAYOLLA, Lourenço, (1928) «A minha terra natal», in *Revivendo o Passado*, Imprensa Limitada, Lisboa, pp. 81-97.
- CAYOLLA, Lourenço, (1934) «Uma terra sempre portuguesa», in *Cenas Delidas pelo Tempo*, Lisboa, pp. 313-321.
- COSTA, Alexandre de Carvalho, (1994) *Campo Maior, Suas Freguesias Rurais. Degolados – Ouguela*, Ed. Câmara Municipal de Campo Maior.
- COUCEIRO DA COSTA, Luís, (1674) *Memórias Militares de Campo Maior*, 1912.
- DIAS, Fernando da Silva, (2000) *Campo Maior a Preto e Branco. Dos Anos Vinte aos Anos Cinquenta*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DIAS, Rosa, (1988) *Anexins e Nomes Engraçados de Campo Maior*, Campo Maior.
- DIONÍSIO, Sant'Anna, (1927) *Guia de Portugal*, Vol. II, «Estremadura, Alentejo, Algarve», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- DUBRAZ, João F., (1868) *Recordações dos Últimos Quarenta Anos*, Câmara Municipal de Campo Maior, 1997.
- ENCARNAÇÃO, José, (1989) «A população romana de Campo Maior», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XXIX (1-4), Porto, SPAE, pp. 83-94.
- FITAS, Fernando, (1989) *Cantos de Baixo*, Lisboa, Ed. Margem.
- FONSECA DE MORAIS, Frei José Mariano e, (s.d.) *Memória Histórica da Junta de Campo Maior*.
- GALHARDAS, Luís, (1997) «Enfrentamento em Ouguela», *Diário do Sul*, 10 de Setembro de 1997.
- GALHARDAS, Luís, (1997a) «Campo Maior e Ouguela, a propósito dos 700 anos do Tratado de Alcanices», *Diário do Sul*, 12 de Setembro de 1997.
- GAMA, Eurico, (1956) *Jornalismo Campomaiorense*.
- LAVADINHO, Carlos Niza, (1996) *O Futebol em Campo Maior*, texto policopiado.
- LOPES, Francisco José & VIEIRA, Rui Rosado, (1987) *Degolados*, Ed. Junta de Freguesia de N^a Sr.^a da Graça de Degolados.
- MARQUES DE MATOS, Padre Jorge Manuel, (1995) *Igrejas e Capelas de Campo Maior*, ed. Paróquias de Campo Maior.
- MOURA E AZEVEDO, Brigadeiro Estêvão da Gama de, (1993) *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado Presente da Vila de Campo Maior*, edição organizada por Rui Rosado Vieira a partir de um manuscrito do século XVIII, Câmara Municipal de Campo Maior.

MOURATO, Manuel Lavadinho, (1934) *In Memoriam de Manuel Lavadinho Mourato. Homenagem de Seus Amigos, Admiradores e Contemporâneos*, Lisboa.

MUÑOZ, Joana, (1998) *Campo Maior. Memória das Minhas Raízes*, Lisboa, Edição do autor.

NAVARRO, António Modesto, (1978) *Resistência e Reforma Agrária em Benavila e Campo Maior*, Amadora, N.A.Orion.

PAIVA, Jerónimo, (1927) *Do Alto Alentejo. Descritivos: Figuras e Factos de Há Trinta Anos*, Beja.

VERÍSSIMO, Tiago, (1993) *Apodos e Gentílicos de Campo Maior*, ed. do autor.

VIEIRA, Rui Rosado, (1985) *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (Séculos XIII-XIV)*, Ed. do autor.

VIEIRA, Rui Rosado, (1987) *Campo Maior Vila Quase Cidade entre os Sécs. XVI-XVII*, Campo Maior, Edição da Câmara Municipal de Campo Maior.

VIEIRA, Rui Rosado, (s.d.) *Campo Maior: Breve Notícia Histórica e o Castelo de Campo Maior, Elementos para a Sua História*, Câmara Municipal de Campo Maior.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV, (1996) *Congreso Internacional de Estudios de Frontera. Alcalá la Real y el Arcipreste de Hita*, Congreso Internacional celebrado en Alcalá la Real, Nov. de 1995, Diputación de Jaen.

AAVV, (1996) *História, Memória, Nação, Revista de História das Ideias*, n.º 18, Coimbra.

AAVV, (1996) *Identidad e Fronteras Culturales*, Actas II Congreso de Historia de la Antropología Española, Edición Asociación de Psicología de Extremadura, Badajoz.

AAVV, (2000) *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e identidade. I Encontro Internacional*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques.

AGUSTINS, Georges, (1996) «Différenciation sociale et appropriation de l'espace en milieu urbain. Le cas d'Évora au Portugal», *Ethnologie Française*, XXVI, 1996-3, pp. 464-476.

ALBERT, Jean-Pierre, (1998) «Du martyr à la star. Les métamorphoses des héros nationaux», in Centlivres, Pierre; Fabre, Daniel & Zonabend, Françoise, *La fabrique des héros*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'homme, pp. 11-32.

ALLINNE, Jean-Pierre, (1998) «Frontière négociée, frontière disputée. Une représentation coutumière des conflits frontaliers dans les Pyrénées sous l'ancien régime», in Lafourcade, Maité (org.), *La frontière franco-espagnole. Lieu de conflits interétatiques et de collaboration interrégionale*, Actes de la Journée d'études du 16 novembre 1996, Presses Universitaires de Bordeaux, pp. 33-48.

ALMEIDA DE EÇA, Vicente, (1903) «Sobre a delimitação das fronteiras terrestres», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 21.ª Série, n.º 12, pp. 463-481.

ALVAREZ, Marcelo, (1999) «Prácticas de la integración: identidad y conflicto en una frontera vulnerable», in Pujadas, Joan Josep, Martín Díaz, Emma & Brito, Joaquim Pais de (coord.), (1999), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 29-34.

ALVAREZ, Robert R. Jr., (1995) «The Mexican-US border: the making of an anthropology of borderlands», *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 447-70.

ALVES, Aníbal Falcato, (1994) *Os Comeres dos Ganhões. Memória de Outros Sabores*, Porto, Campo das Letras.

ALVES, Jorge Fernandes, (1981) *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*, Montalegre, Edição da Câmara Municipal de Montalegre.

- AMADOR GALEAS, J. M., MARTÍN PÉREZ, S. & GONZÁLEZ GARCÍA, A., (1998) «La educación en Extremadura y el Alentejo», *O Pelourinho*, número especial dedicado às «I e II Jornadas Interculturais em Ciências Sociais», Badajoz, pp. 239-244.
- AMARAL, Luciano, (1999) «Cerealicultura», in Barreto, António & Mónica, M.ª Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Figueirinhas, pp. 294-6.
- ANDERSON, Benedict, (1983) *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres, Verso, 1991.
- ANDERSON, Malcolm, (1996) *Frontiers: territory and State formation in the modern world*, Cambridge, Polity Press.
- ANDOLZ CANELA, (s.d.) *La aventura del contrabando en Aragon*, Zaragoza, Mira Editores.
- ANTZE; Paul & LAMBEK, Michael (eds.), (1996) *Tense Past. Cultural Essays in Trauma and Memory*, New York – London, Routledge.
- AUGÉ, Marc, (1989) «Les lieux de mémoire du point de vue de l'ethnologue», *Gradhiva*, n.º 6, pp. 3-12.
- AUGÉ, Marc, (1992) *Não-lugares. Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand, 1994.
- AUGÉ, Marc, (1998) *Les formes de l'oubli*, Paris, Manuéis Payot.
- AUGÉ, Marc (org.), (1992) *Territoires de la mémoire*, Thonon Les Bains, ed. de l'Albaron.
- AURIAC, Franck, (1986) «Du spatial et du social: de la géographie aujourd'hui», in Auriac, Franck & Brunet, Roger, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, pp. 73-81.
- AURIAC, Franck e BRUNET, Roger (coord.), (1986) *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard.
- AZINHAI, José Carlos, (1997) *O Contrabando, a Guarda, a Fronteira*, monografia apresentada na Universidade Nova de Lisboa.
- BALLESTEROS DONCEL, António, (1971) *Los Mochileros*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 1997.
- BALLESTEROS DONCEL, António, (1992) «Los mochileros», *Revista de Extremadura*, 7, pp. 33-36.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, (1978) *Portugal 1975. Os Campos*, Porto, Afrontamento.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, (1980) «Economia do latifúndio – o caso português», in Barros, Afonso de, *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras Instituto Gulbenkian de Ciências, pp. 341-372.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, (2001) *Agriculturas e Territórios* Oeiras, Celta.
- BARATA, Filipe Themudo, (1996) «A actuação de Geraldo Sem Pavor no quadro das sociedades fronteira do século XII», in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, Guimarães, pp. 359-372.
- BAREL, Yves, (1986) «Le social et ses territoires», in Auriac, Franck & Brunet, Roger, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, pp. 13 1-139.
- BARLEY, Nigel, (1983) *The Innocent Anthropologist. Notes from a Mud Hut*, Londres, British Museum Publications.
- BARREIROS, José Baptista, (1961) «Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola», fases, I e II, *O Distrito de Braga. Boletim Cultural de Etnografia e História*, vol. 1, Braga, pp. 59-92.
- BARREIROS, José Baptista, (1962) «Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola», fases, III e IV, *O Distrito de Braga. Boletim Cultural de Etnografia e História*, vol. 1, Braga, pp. 335-367.
- BARREIROS, José Baptista, (1963) «Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola», fases. I e II, *O Distrito de Braga. Boletim Cultural de Etnografia e História*, vol.2, Braga, pp. 88-133.

- BARREIROS, José Baptista, (1964) «Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola», fases, III e IV, *O Distrito de Braga. Boletim Cultural de Etnografia e História*, vol. 2, Braga, pp. 81-112.
- BARREIROS, José Baptista, (1964a) «Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola», fases. I e II, *O Distrito de Braga. Boletim Cultural de Etnografia e História*, vol. 3, Braga, pp. 1-31.
- BARREIROS, José Baptista, (1965) «Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola», fases. III e IV, *O Distrito de Braga. Boletim Cultural de Etnografia e História*, vol. 3, Braga, pp. 401-432.
- BARRETO, António, (s. d.) *Memória da Reforma Agrária*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BARRETO, António, (1996) *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS-UN.
- BARRETO, António & MÓNICA, M.^a Filomena (coord.), (1999) *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII-IX, Lisboa, Figueirinhas.
- BARRIENTOS ALFAGEME, Gonzalo, (1986) *Extremadura ante Europa: crisis de una frontera*, Cáceres, Universidad de Extremadura.
- BARROS, Afonso de (coord.), (1980) *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências.
- BARROS, Jorge, (1989) *Campo Maior. Festa do Povo*, Quatro Ponto Quatro/Delta.
- BARTH, Fredrik, (1969) «Introduction», in Barth, F. (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*, Oslo, Universitetsforlaget, 1982, pp. 9-38.
- BARTH, Fredrik, (2000) «Boundaries and connections», in Cohen, Anthony (ed.), *Signifying Identities. Anthropological perspectives on boundaries and contested values*, London and New York, Routledge, pp. 17-36.
- BASTO, Magalhães, (1923) «A Fronteira hispano-portuguesa (ensaio de geografia política)», *O Instituto*, Coimbra, vol. 70, n.º 2 pp. 57-69, n.º 3 pp. 103-117, n.º 5 pp. 210-225.
- BASTOS, José Gabriel Pereira, (2000) *Portugal Europeu. Estratégias Identitárias Inter-Nacionais dos Portugueses*, Lisboa, Celta.
- BAUDELLE, Guy & PINCHEMEL, Philippe, (1986) «De l'analyse systématique de l'espace au système spatial en géographie», in Auriac, Franck e Brunet, Roger, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, pp. 85-94.
- BÉQUET, Paul, (1959) *Contrebande et contrebandiers*, Paris, PUF.
- BERGSON, Henri, (1939) *Matière et mémoire*, Paris, PUF, 1985.
- BEY, J. P., (1985) «La frontera hispano-lusa como factor geográfico de integración», *Encuentros/ Encuentros de Ajuda. Actas, ponências y comunicaciones*, Olivenza, pp. 295-303.
- BIDART, Pierre, (1997) «Les Sciences sociales face à la nation et au nationalisme», *Ethnologie française*, XXVII, 3, pp. 335-343.
- BLACKBURN, Simon, (1994) *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- BLANCO-MORALES LIMONES, Pilar, (1996) *Marco jurídico de la cooperación transfronteriza hispano-lusa*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, Olivenza.
- BLOCH, Maurice, (1996) «Internal and External Memory. Different Ways of Being in History», in Antze, Paul & Lambek, Michael (ed.), *Tense Past. Cultural Essays in Trauma and Memory*, New York/ London, Routledge, pp. 215-233.
- BLOCH, Maurice, (1998) *How We Think They Think. Anthropological Approaches to Cognition, Memory, and Literacy*, Westview Press.
- BLOCK, A. & ERCKER, A., (1993) «Au delà des frontières: la construction de l'imaginaire social. A propos du dépérissement des forêts», in *Mutations dans l'Europe contemporaine*, Strasbourg, Presses Universitaires, pp. 51-68.

- BLUMANN, Claude, (1980) «Frontières et limites», in AAVV, *La frontière. Actes du XIII^e Colloque de la Société Française pour le Droit International*, Ed. A. Pedone, Poitier, pp. 3-33.
- BONNEMAISON, Joël (ed.), (1999) *Le Territoire, lien ou frontière?*, 2 tomos (tomo 1 *Les territoires de l'identité*; tomo 2 *La nation et le territoire*), Harmattan.
- BORGES, Jorge Luis, (1969) «Funes, o memorioso», in *Ficções*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- BOURDIEU, Pierre, (1963) «Time Perspectives of the Kabyle», in Hassard, John, *The Sociology of the Time*, MacMillan, 1990, pp. 219-237.
- BOURDIEU, Pierre, (1979) *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Edition de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre, (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BRAGA, Isabel Drumond, (1997) «Os rios na fronteira luso-espanhola: entre a cooperação e o conflito (séc. XVI)», *Vértice*, 81, pp. 51-56.
- BRAGA, Isabel Drumond, (1997) «Castela e os Castelhanos nos provérbios portugueses», in Santos, M.^a Helena de Carvalho (coord.), *II Congresso Internacional do Tratado de Tordesilhas (1498) ao Tratado de Madrid (1750)*, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, pp. 301-305.
- BRANDES, Stanley, (1994) «Fronteras espaciales, control social y Estado en España», in Sanmartin, Ricardo (coord.), *Antropología sin fronteras. Ensayos en honor a Carmelo Lisón*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 231-238.
- BRITO, Joaquim Pais de, (1988) «Frontière et village. Notes sur l'assise locale d'une frontière politique», *Annales de Géographie*, n.º 541, pp. 330-343.
- BRITO, Joaquim Pais de, (1988) «Histórias que se sabem, histórias que se contam. Estratégias sociais na oralidade aldeã», *Ler História*, n.º 12, pp. 111-124.
- BRITO, Joaquim Pais de, (1996) *Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BRUMEN, Borut, (2000) «Tradición imaginada en la frontera de un nuevo estado: el caso de la frontera esloveno-croata en Istria», in Roque, Maria-Àngeles (ed.), *Nueva Antropología de las sociedades mediterráneas*, Barcelona, Icaria Editorial.
- BRUNET, Roger, (1986) «L'espace, règles du jeu», in Auriac, Franck e Brunet, Roger, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, pp. 297-315.
- BULLÓN DE MENDOZA, Alfonso & ÁLVARO DE DIEGO, (2000) *Historias orales de la guerra civil*, Barcelona, Ariel.
- BURGESS, Robert G., (1984) *A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução*, Lisboa, Celta, 1997.
- BURGOS MADRONERO, Manuel, (1987) «A fiscalização das fronteiras portuguesas durante a guerra civil de Espanha», in AAVV *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. 1, Lisboa, Fragmentos, pp. 367-369.
- BURKE, Peter, (1992) «A história como memória social», in Burke, Peter, *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa, Difel, pp. 235-251.
- CABO ALONSO, Ángel, (1996) «Unidad geográfica en el oeste de la Meseta y las zonas lusitanas inmediatas», in Fernández, A. Campesinos & Bernardo, Carmen Velasco (coord.), *Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitário*, Cáceres, pp. 21-53.
- CABRERA DIÉGUEZ, Valentín *et al.*, (1985/86) «El conocimiento de las franjas fronteirizas: aportación de los geógrafos españoles», *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, Madrid, n.º 21-22, 1995-96, pp. 93-106.
- CAEIRO, José dos Santos, (1926) *Manual do Agente Fiscal*, Lisboa, Gráfica Portuguesa Lda, 3.^a Edição, 1935.

- CALVO BUEZAS, Tomás, (1996) «La identidad extremeña. Hacia la nueva imagen», in *Identidad e Fronteras Culturales*, Actas del II Congreso de Antropología Española, Olivenza, Edición Asociación de Psicología de Extremadura, Badajoz, pp. 53-70.
- CAMPESINOS FERNÁNDEZ, A., (1985) «La frontera como factor geográfico. Situación actual de la investigación peninsular», in *Encuentros/Encontros de Ajuda*, Diputación de Badajoz, Olivença, pp. 207-224.
- CAMPESINOS FERNÁNDEZ, A., (1986) «Las comarcas fronterizas extremeñas: la otra cara simétrica de la miseria», in Soeiro de Brito, Raquel (coord.), *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, pp. 109-123.
- CAMPESINOS FERNÁNDEZ, A. & VELASCO BERNARDO, Carmen (coord.), (1996) *Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitario*, Cáceres.
- CAMPINAS, Vicente, (1953) *Fronteiriços*, Tomar, Edições Nova Realidade, 1986.
- CANDAU, Joël, (1996) *Anthropologie de la mémoire*, Paris, PUF.
- CANDAU, Joël, (1998) *Mémoire et identité*, Paris, PUF.
- CAPELA E SILVA, (1939), *Ganharias*, Imprensa Baroeth.
- CARLOS FÉLIX, Manuel Luís, (1996) «Fronteras que no separan y culturas que transmigran: formación transnacional de la identidad cultural y resistencia a la asimilación de los mexicanos y mexicanos-chicanos de los Estados Unidos», in Castro, F. Vicente *et alii*, *Identidad y Fronteras Culturales: Antropología y Museística*, Actas II Congreso de Historia de la Antropología Española, Olivenza, 1994, Asociación de Psicología de Extremadura - PSICOEX, pp. 645-664.
- CARO BAROJA, Julio, (1984) *El estio festivo. Fiestas populares del verano*, Madrid, Taurus.
- CARO BAROJA, Julio, (1990) «Cuestiones antropológicas en torno al tiempo», in *Reflexiones Nuevas sobre Viejos Temas*, Madrid, Ediciones Istmo, pp. 123-135.
- CARRASCO GONZÁLEZ, Juan M., (1992) «Una frontera para Extremadura», *Revista de Extremadura*, 7, pp. 95-100.
- CASACA, José Paulo Martins, (1987) «Sete falsas hipótesis sobre a Campanha do Trigo», in AAVV *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. 1, Lisboa, Fragmentos, pp. 337-354.
- CASADEVANTI ROMANI, C. F. de, (1985) *La frontera hispano-francesa y las relaciones de vecindad*, Bilbao, Servicio Editorial Universidad del País Vasco.
- CASAL, Adolfo Yáñez, (1996) *Para Uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CASTAÑO MADROÑAL, Ángeles & CASADEVANTI ROMANI, C. F. de, (1985) *La frontera hispano-francesa y las relaciones de vecindad*, Bilbao, Servicio Editorial Universidad del País Vasco, 545 p.
- CASTAÑO MADROÑAL, Ángeles & QUINTERO MORÓN, Victoria, (1996) «Las migraciones lusas en un contexto de relaciones interfronterizas (El Andévalo y la Sierra de Huelva)», in *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera*, Cáceres, diciembre de 1994, Tomo II, pp. 431-443.
- CASTILLO DE LUCAS, António, (1975) «Apodos o motes españoles, *Trabalhos de Antropología e Etnología*, XXII (4) pp. 517-529, Porto.
- CÁTEDRA, María, (2001) «Iberia vista (o no vista) por los antropólogos ibéricos», in Catedral, M. (ed.), *La mirada cruzada en la Península Ibérica. Perspectivas desde la Antropología social en España e Portugal*, Madrid, Catarata, pp. 10-18.
- CÁTEDRA, María (ed.), (1992) «Prólogo» à edição espanhola de Rabinow, Paul (1977), *Reflexiones sobre un trabajo de campo en Marruecos*, Madrid, Ediciones Júcar.

- CÁTEDRA, María (ed.), (2001) *La mirada cruzada en la Península Ibérica. Perspectivas desde la Antropología social en España e Portugal*, Madrid, Catarata.
- CAVACO, Carminda, (1973) *A Região de Fronteira do Rio Minho*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- CAVACO, Carminda, (1986) «Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local», in Fernández, A. Campesinos & Bernardo, Carmen Velasco (coords.), *Portugal-España: ordenación territorial dei suroeste comunitário*, Cáceres, pp. 421-434.
- CAVACO, Carminda (coord.), (1995) *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- CAYETANO ROSADO, Moisés, (1994) *Relaciones Hispano-Lusas en la II República (la Provincia de Badajoz)*, Ayuntamiento de Badajoz.
- CAYETANO ROSADO, Moisés (coord.), (1996) *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo XX'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz.
- CHAVES PALACIOS, Julián, (1997) *La Guerra Civil en Extremadura. Operaciones Militares (1936-1939)*, Junta de Extremadura, 1997.
- CIARCIA, Gaetano, (2002) «Notes autour de la mémoire dans les lieux ethnographiques», *Ethnologies comparées*, Revue électronique de Centre d'Etudes et de Recherches Comparatives en Ethnologie, n.º 4, pp. 1-17.
- CIECHOCINSKA, Maria, (1993) «L'évolution de la notion de région en Europe centrale et orientale», *Espaces et Sociétés-Identités, espaces et frontières*, n.º 70-71, L'Harmattan, Paris, pp. 93-112.
- CLÉMENT, Élisabeth et al., (1994) *Dicionário Prático de Filosofia*, Lisboa, Terramar, 1997.
- CLIFFORD, James, (1988) «Sobre la autoridad etnográfica», in Reynoso, Carlos (org.), *El surgimiento de la Antropología posmoderna*, Barcelona, Gedisa, 1998, pp. 141-170.
- COHEN, Anthony, (1989) *The Symbolic construction of community*, London, Routledge.
- COHEN, Anthony, (2000) «Introduction. Discriminating relations: identity, boundary and authenticity», in Cohen, Anthony (ed.), *Signifying Identities. Anthropological perspectives on boundaries and contested values*, London and New York, Routledge, pp. 1-13.
- COMAS D'ARGEMIR, Dolors, (1999) «La frontera imprescindible. El cultivo y la producción de tabaco en Andorra», in Pujadas, Joan Josep, Martín Díaz, Emma & Brito, Joaquim Pais de (coord.), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 69-78.
- COMAS D'ARGEMIR, Dolors & PUJADAS, Joan Josep, (1997) *Andorra, un país de frontera. Estudi etnogràfic deis cauvís econòmics socials i culturals*, Andorra e Barcelona, Ministeri d'Afers Socials i Cultura del Gobierno de Andorra e Ed. Alto Fulla.
- Comissão de Coordenação Regional do Alentejo, (1995) *Guia Extremadura-Alentejo*.
- CONNERTON, P., (1989) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta, 1993.
- CONTRERAS, Jesús, (1991) «Estratificación social y relaciones de poder», in Prat, J.; Martínez, U.; Contreras, J. & Moreno, I. (eds.), *Antropología de los pueblos de España*, Madrid, Taurus Universitaria, pp. 499-519.
- CORDELIER, Serge (coord.), (1995) *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.
- CORTÉS CORTÉS, Fernando, (1991) *Militares y Guerra en una tierra de frontera. Extremadura a mediados del S.XVII*, Cuadernos Populares, n.º 35, Editora Regional de Extremadura.

- COSME, João, (2000) «A solidariedade e a conflitualidade na fronteira portuguesa do Alentejo (séculos XIII-XVIII)», in AAVV, *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade. I Encontro Internacional*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, pp. 83-100.
- COSTA, Américo, (1943) *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*, XII vol., Vila do Conde, Ed. do Autor.
- COSTAS CASTILHO, Fernando, (1769) *Informe sobre el estado del comercio de España con Portugal*, Olivença.
- CULOT, Maurice & MESURET, Geneviève (dir.), (1998) *Hendaye Irun Fontarabie villes de la frontière*, Institut Français d'Architecture, Norma Editions.
- CUNHA, Luís, (1999) «Contrabando e guerra civil: memórias de uma terra de fronteira», in Pujadas, Joan Josep, Martín Díaz, Emma & Brito, Joaquim Pais de (coord.), (1999), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 89-98.
- CUTILEIRO, José, (1977) *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa.
- DANSON, Edwin, (2001) *Drawing the Line. How Mason and Dixon Surveyed the Most Famous Border in America*, John Wiley & Sons, Inc.
- DASTUR, Françoise, (1990) *Heidegger e a Questão do Tempo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- DEBARBIEUX, Bernard, (1996) «Le lieu, fragment et symbole du territoire», *Espaces et Sociétés*, n.º 82-83, Paris, L'Harmattan, pp. 13-35.
- DELGADO, Iva, (1976) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Europa-América.
- DIAS, Jorge, (1953) *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa, Presença, 1981.
- DIAS, Manuel, (1996) *Emigrações - Histórias para a História*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, Porto.
- DION, Roger, (1947) *Les frontières de la France*, Baionne, Gérard Monfort.
- Diputación Provincial de Zamora, (1993) *Trás-os-Montes-Zamora: la frontera que nos une*, Zamora.
- DOMINGO I COLL, Jordi, (1997) «Fronters e microestats», in Domingo i Coll, J. & Mallart i Casamajor, L. (ed.), *A l'entorn de la frontera*, Barcelona, Oikos-Tau, pp. 39-51.
- DOMINGO I COLL, Jordi & MALLART I CASAMAJOR, Lluís (ed.), (1997) *A l'entorn de la frontera*, Barcelona, Oikos-Tau.
- DONNAH, Hastings e WILSON, Thomas M. (ed.), (1994) *Border approaches. Anthropological perspectives on frontiers*, University Press of America.
- DOUGLASS, William, (1978) «Influencias fronterizas en un pueblo navarro», *Ethnica*, 14, 1978, pp. 37-52.
- DOUGLASS, William, (1994) «Muros o puentes?», *Historia y Fuente Oral*, 12, pp. 43-50.
- DOUGLASS, William, (1998) «A western perspective on an eastern interpretation of where north meets South: Pyrenean borderland cultures», in Wilson, Thomas e Donnah, Hastings (eds.), *Border identities: nation and State at international frontiers*, Cambridge University Press, pp. 62-95.
- DRAIN, Michel, (1980) «Le latifundium en Espagne et au Portugal - Réflexions en vue d'une étude comparée», in Barros, Afonso de (coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 439-453.
- DUARTE, Luís Miguel, (1998) «Contrabandistas de gado e “passadores de cousas defesas” para Castela e “Terra de Mouros”», *História. Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XV, Tomo I, Porto, pp. 451-473.

- DUPUY, Pierre-Marie, (1980) «La frontière et l'environnement», in AAVV, *La frontière. Actes du XIII^e Colloque de la Société Française pour le Droit International*, Ed. A. Pedone, Poitiers, pp. 268-286.
- DURAND, Jean-Yves, (2001) «Entre sédiments, strates et failles: le «terrain», une métaphore minée?», *Ethnologie française*, XXXI, 2001, I, pp. 127-141.
- DURKHEIM, Émile, (1912) *Les formes élémentaires de la vie religieuse. Le système totémique en Australie*, Paris, P.U.F., 1968.
- EDUARDO BARAJAS, (1985) «Português y español: interinfluencias lingüísticas», *Encuentros/encontros de Ajuda. Acta.ponências y communicationes*, Olivenza, pp. 71-99.
- EDUARDO BARAJAS, (1989) «Toponimia portuguesa en Extremadura», *Encuentros/encontros. Revista hispano-portuguesa de investigadores en Ciências Humanas y Sociales*, n.º 1, Olivenza, pp. 85-112.
- ELEUTÉRIO, Victor Luís, (1997) «De como o contrabando influiu na malha urbanística ribeirinha no século XVII», in *II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha». Actas das Sessões*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 285-289.
- ELIADE, Mircea, (1969) *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Edições 70, 1984.
- ELIAS, Norbert, (1984) *Du temps*, Paris, Fayard, 1996.
- ELISEO ALONSO & ALONSO RIVAS, Alicia M.^a, (1985) «Bajo Miño y Alto Minho», *Encuentros/Encuentros. Revista hispano-portuguesa de investigadores en Ciências Humanas y Sociales*, n.º 2, Olivenza, pp. 337-348.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus, (1993) *Perspectivas da Guerra Civil*, Lisboa, Relógio de Água, 1998.
- ESCALERA, Javier, (1999) «Territórios, limites, fronteras: construcción social del espacio e identificaciones colectivas», in Pujadas, Joan Josep, Martín Díaz, Emma & Brito, Joaquim Pais de (coord.), (1999), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 99-109.
- ESCUDEIRO ARAÚJO, Lorenzo, (1996) «La cooperación tranfronteriza en el marco institucional», in Fernández, A. Campesinos e Bernardo, Carmen Velasco (coord.), *Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitário*, Cáceres, pp. 501-503.
- ESTEVES, Álvaro Proença, (1985) *Missões Históricas e Actuais da Guarda Fiscal*, Lisboa, I.N. - C.M.
- FABRE, Daniel, (1998) «L'atelier des héros», in Centlivres, Pierre; Fabre, Daniel & Zonabend, Françoise, *La fabrique des héros*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, pp. 233-318.
- FABRE, Daniel (dir.), (1996) *L'Europe entre cultures et nations*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'homme.
- FARA, Patricia & PATTERSON, Karalyn (ed.), (1998) *Memory*, Cambridge University Press.
- FARIA DA LUZ, Inês M.^a (1998) *O Contrabando em Montalvão. Estudo sobre o Contrabando Tradicional*, Universidade Nova.
- FARINHA, Luís, (1996) «Do Revirinho à unidade antifascista. O republicanismo e a Guerra Civil de Espanha», *História*, n.º 20, pp. 16-19.
- Federación Socialista de Badajoz, (1996) *Badajoz, Agosto de 1936*, Badajoz.
- FENTRESS, James.; WICKHAM, Chris., (1992) *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994.
- FERNANDES, Joaquim Moura, (1985) «Um caso típico da influência do castelhano no português actual», *Encuentros/encontros de Ajuda. Acta.ponências y communicationes*, Olivenza, pp. 101-107.
- FERRAROTI, Franco, (1990) *Time, memory and society*, New York, Greenwood Press.
- FERREIRA, F. E. Rodrigues, (1986) «Os Barrenquinhos e a memória da Guerra Civil: “Os fugitivos eram entregues aos soldados do Franco, que os matavam...”», *História*, n.º 20, pp. 40-51.

- FERREIRA, Jaime, (1991) «Proteccionismo e contrabando cerealífero, 1821-22», *Análise Social*, vol. xxvi (112-113), pp. 489-511.
- FERREIRA, José Medeiros, (1989) *Um Século de Problemas. As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte.
- FERREIRA, José Medeiros, (1993) «Portugal em transe» (1974-1985) in Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores.
- FERREIRA, M.^a Leticia Mazzucchi, (1998) «Memória e velhice: do lugar da lembrança», in Lins de Barros, Myriam Moraes (org.), *Velhice ou Terceira Idade?*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- FLORÉS, César, (1972) *La mémoire*, Paris, P.U.F.
- FOUCAULT, Michel, (1975) *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1995.
- FOUCHER, Michel, (1988) *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*, Paris, Fayard, 1991.
- FOUCHER, Michel, (1991) «Europe: frontières ouvertes, frontières stables?», *Le Débat*, 63, pp. 72-78.
- FRASER, Ronald, (1979) *Recuérdalo tú y recuérdalo a otros. Historia oral de la guerra civil Española*, 2 vols., Barcelona, Grijalbo Mondadori, 1997.
- FRIGOLÉ REIXACH, Joan, (1991) ««Ser cacique» y “ser hombre” o la negación de las relaciones de patronazgo en un pueblo de la Vega Alta del Segura», in Joan Prat, Ubaldo Martínez, Jesús Contreras, & Isidoro Moreno, (eds.), *Antropología de los pueblos de España*, Madrid, Taurus Universitária, pp. 556-570.
- GARCÍA, José Luis, (1988) «El discurso sobre el espacio y la identidad cultural», in *Actas Simposio Internacional de Antropología «Identidade e Território». Centenário de Otero Pedrayo*, Santiago de Compostela, Consello de Cultura Galega, pp. 73-88.
- GARCÍA, José Luis, (1991) «Discursos y fronteras»: límites físicos, límites sociales y límites mentales», in Gonzáles Reboredo, X. M. & Fernández de Rota, X. A. (coord.), *Lindeiros da Galegüidade-I. Simposio de Antropología*, Consello da Cultura Galega, pp. 55-65.
- GARCÍA, José Luis, (2001) «Fronteras administrativas y sociales: su influencia epistemológica en la antropología», in Cátedra, M. (ed.) (2001), *La mirada cruzada en la Península Ibérica. Perspectivas desde la Antropología social en España e Portugal*, Madrid, Catarata, pp. 21-36.
- GARCÍA MAÑA, Luis M., (1988) *La frontera hispano-lusa en la Provincia de Ourense*, Boletín Avriense, Anexo II, Museo Arqueológico Provincial, Ourense.
- GASPAR, Jorge, (1985) «A fronteira como factor geográfico», in *Encontros/Encontros de Ajuda*, Diputación de Badajoz, Olivença, pp. 225-234.
- GASPAR, Jorge, (1996) «Planeamento transfronteiriço e desenvolvimento regional do sudoeste comunitário», in Fernández, A. Campesinos & Bernardo, Carmen Velasco (coord.), *Portugal-España: ordenación territorial dei suroeste comunitário*, Cíceres, pp. 399-410.
- GAY, Jean-Christophe, (1995) *Les discontinuités spatiales*, Paris, Economica.
- GEERTZ, Clifford, (1973) *La interpretación de las culturas*, Barcelona, Gedisa, 1989.
- GEERTZ, Clifford, (1980) «Géneros confusos. La refiguración del pensamiento social», in Reynoso, Carlos (org.), *El surgimiento de la Antropología posmoderna*, Barcelona, Gedisa, 1998, pp. 63-77.
- GELL, Alfred, (1992) *The anthropology of time*, Berg.
- GELLNER, Ernest, (1983) *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993.
- GELLNER, Ernest, (1991) «Patronage», in Bonte, P. & Izard, M. (ed.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris, PUF.
- GELLNER, Ernest. & WATERBURY, J. (eds.), (1977) *Patrons and clients*, Londres, G. Duckworth.

- GIL, José, (1989) «Nação», *Enciclopédia Einaudi - Estado - Guerra*, vol. 14, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 276-305.
- GIRÃO, A. de Amorim, (1929) «Impossibilidade de sustentar pela geografia a separação política entre Portugal e Espanha», *Biblos*, vol. v, pp. 308-314.
- GLUCKMAN, Max, (1965) *Politic law and ritual in tribal society*, Oxford, Basil BlackWell.
- GODDARD, Victoria, LLOBERA, Josep & SHORE, Chris (comps.), (1994) *The anthropology of Europe. Identities and boundaries of conflict*, London, Berg Press.
- GODINHO, Paula, (1993) «O grupo do Juan e a importância da rede social», *A Trabe de Ouro. Publicación Galega de Pensamento Crítico*, Tomo IV, pp. 571-583.
- GODINHO, Paula, (1995) «O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da Raia Transmontana», *A Trabe de Ouro. Publicación Galega de Pensamento Crítico*, Tomo II, ano VI, Abril-Xuño, Fundación Sotelo Blanco, Santiago de Compostela, pp. 209-222.
- GODINHO, Paula, (2001) *Histórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta.
- GOMES, Rita Costa, (1991) «A construção das fronteiras», in Bethencourt, Francisco e Curto, Diogo Ramada, *A Memória da Nação*, Actas do Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, 1987, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 357-382.
- GÓMEZ GARCÍA, Pedro, (1990) «Hipótesis sobre la estructura y función de las fiestas», in VVAA *La fiesta, la ceremonia, el rito*, Casa de Velázquez/Universidad de Granada, pp. 5 1 62.
- GOODY, Jack, (1977) *Domestication of Savage Mind*, Cambridge University Press.
- GOODY, Jack, (1986) *The Logic of Writing and the Organization of Society*, Cambridge University Press.
- GOSSIAUX, Jean-François, (1997) «Ethnie, ethnologie, ethnicité», *Ethnologie française*, XXVII-3, pp. 329-334.
- GOUREVITCH, A. Y., (1975) «Le temps comme problème d'histoire culturelle», in. AAVV, *Les cultures et le temps*, Paris, Payot/UNESCO, pp. 257-276.
- GOVELA LÓPEZ, César Rodríguez, (1996) *La Raya seca*, Fundación Social y Cultural Kutxa.
- GUENÉE, Bernard, (1986) «Des limites féodales aux frontières politiques», in Nora, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire. La Nation*, vol. II, Paris, Gallimard, pp. 11-33.
- GUERREIRO, Manuel Viegas, (1982) *Pitões das Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.
- GUICHARD, François, (1993) «Fronteira, identidade nacional e estratégia europeia: um olhar forense sobre a fronteira luso-espanhola», in *Trás-os-Montes-Zamora: la frontera que nos une*, Diputación Provincial de Zamora, pp. 47-54.
- GUICHARD, François, (1994) «Portugal-Espagne: Frontières, identités nationales et stratégies européennes», *Lusotopie*, n.º 1-2, pp. 35-50.
- GUICHARD, François & HILY, Marie-Antoinette, (1996) «Histoires et espaces de frontières», *Lusotopie*, pp. 41-55.
- GUICHARD, François, TRIGAL, Lorenzo López & MARROU, Louis, (2000) *Itinerários transfronterizos en la Península Ibérica*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.
- GUTIÉRREZ CASALÁ, José Luis, (1996) «Relaciones Alentejo Extremeñas durante la Segunda República Española (1931-1936)», in Rosado, Moisés Cayetano (coord.) *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo xx'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 175-180.
- HALBWACHS, Maurice, (1925) *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994.
- HALBWACHS, Maurice, (1950) *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997.

- HANNERZ, Ulf, (1997_a) «Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da Antropologia transnacional», *Mana*, Rio de Janeiro, vol.3 n.º 1.
- HANNERZ, Ulf, (1997_b) «Frontières», *Revue internationale des Sciences sociales*, n.º 154, Déc. 1997, pp. 597-609.
- HERNÁNDEZ LEÓN, Elodia e CASTAÑO MADROÑAL, Ángeles, (1995) Uma fronteira, un espacio social cambiante: la Raya de Portugal», *Demófilo. Revista de Cultura Tradicional de Andalucía*, 20, pp. 139-153.
- HERRERO DE LA FUENTE, Alberto A., (2000) «La cooperación transfronteriza hispano-portuguesa. Nuevos instrumentos internacionales», in AAVV, *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade. I Encontro Internacional*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, pp. 263-282.
- HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ, (ed.), (2000) *Portugal y España contemporáneos*, Madrid, Marcial Pons.
- HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. (ed.), (1983) *The invention of tradition*, Cambridge.
- HOBSBAWM, Eric, (2000) *Bandidos*, Barcelona, Crítica, 2001.
- HOLOHAN, Wanda Dressler, (1993) «La politique européenne de coopération régionale transfrontalière et les modalités de son application dans le cadre français», *Espaces et sociétés - Identités, espaces, frontières*, n.º 70-71, Paris, L'Harmattan, pp. 113-154.
- HUIZINGA, Johan, (1938) *Homo Ludens. O Jogo como Elemento da Cultura*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1980.
- I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística, (1864-2001) *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística, (1998) *Estatística das Regiões Fronteiriças do Alentejo e Extremadura*.
- INIESTA GONZÁLEZ, Montserrat, (1999) «Museos, naciones, fronteras», in Fernández de Paz, E. & Torrico, J. A. (coord.), *Patrimonio Cultural y Museología*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 59-72.
- INTERREG II, (1992) *Estudio de las regiones fronterizas hispano-lusas: Cáceres, Salamanca e Beira Interior*, 2 vols.
- IZARD, Michel, (1991) «Temps», in Bonte, Pierre & Izard, Michel, *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris, Quadrigue/PUF.
- JAMIN, Jean, (1985) «Le texte ethnographique. Argument», *Études Rurales*, n.º 97-98, pp. 13-24.
- JEUDY, Henri-Pierre, (1986) *Mémoires du social*, Paris, PUF.
- JORGE, Ricardo, (1981) *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro*, Porto, 1981.
- JOUTARD, Ph., (1986) «Mémoire collective», *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF, pp. 447-449.
- JÚNIOR, J. R. dos Santos, (1943_a) *Episódio Bulhento entre Povos Fronteiriços no fim do Séc. XVIII*, Comunicação apresentada no Congresso Luso-Espanhol do Porto (1942), Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Imprensa Portuguesa, pp. 386-403.
- JÚNIOR, J. R. dos Santos, (1943_b) *Povoações Mistas da Raia Transmontana-Galaica*, Comunicação apresentada no Congresso Luso-Espanhol do Porto (1942), Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Imprensa Portuguesa, pp. 404-425.
- KAVANAGH, William, (1991) «Fronteras simbólicas y fronteras reales», in Gonzáles Reboredo, X. M. & Fernández de Rota, X. A. (coords.), *Lindeiros da Galeguidade - I. Simposio de Antropoloxía*, Consello da Cultura Galega, pp. 67-72.

- KAVANAGH, William, (1994_a) («Fronteras simbólicas y fronteras reales en los límites de España y Portugal», in Sanmartín, Ricardo (coord.), *Antropología sin fronteras. Ensayos en honor a Carmelo Lisón*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 645-659.
- KAVANAGH, William, (1994_b) «Symbolic boundaries and “real” borders on the Portuguese-Spanish frontier», in Donnan, H. & Wilson, T. (ed.), *Border approaches. Anthropological perspectives on frontiers*, University Press of America.
- KENNY, Michael G., (1996) «Trauma, Time, Illness, and Culture: An Anthropological Approach to Traumatic Memory», in Antze, Paul & Lambek, Michael (eds.), *Tense Past. Cultural Essays in Trauma and Memory*, New York-London, Routledge, pp. 151-171.
- KILANI, Mondher, (1990) «Les anthropologues et leur savoir: du terrain au texte», in Adam, J.-M. et al., *Le discours anthropologique. Description, narration, savoir*. Paris, Méridiens Klincksieck, pp. 71-109.
- LACASSE, J. P., (1974) «Les nouvelles perspectives de l'étude des frontières politiques: revue de quelques contributions récentes», *Cahiers de Géographie de Québec*, vol.18 (43), pp. 187-200.
- LACASSE, J. P., (1996) «Tourism and the Emergence of Design Self-Consciousness in a Rural Portuguese Town», in Pellow, Deborah (ed.), *Setting Boundaries. The anthropology of a Spatial and Social Organization*, London, Begin and Garvey, pp. 71-90.
- LACHAUME, Jean-François, (1980) «La frontière-séparation», in AAVV, *La frontière. Actes du XIII Colloque de la Société Française pour le Droit International*, Ed. A. Pedone, Poitiers, pp. 77-94.
- LACOSTE, Yves, (1986) «Géographie et géopolitique», in Auriac, Franck & Brunet, Roger, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, pp. 283-294.
- LADERO QUESADA, Miguel-Angel, (1998) «Reconquista y definiciones de frontera», *História. Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XV, Tomo I, Porto, pp. 655-691.
- LAFOURCADE, Maité, (1998_a) «La frontière franco-espagnole, lieu de conflits interétatiques et de collaboration interrégionale», in Lafourcade, M. (org.), *La frontière franco-espagnole. Lieu de conflits interétatiques et de collaboration interrégionale*, Actes de la Journée d'études du 16 novembre 1996, Presses Universitaires de Bordeaux, pp. 1-15.
- LAFOURCADE, Maité (dir.), (1998_b) *La frontière franco-espagnole. Lieu de conflits interétatiques et de collaboration interrégionale*, Actes de la Journée d'études du 16 novembre 1996, Presses Universitaires de Bordeaux.
- LAPIERRE, Jean-William, (1995) «L'éclatement de l'espace politique», *Espaces et sociétés*, n.º 82-83, Paris, l'Harmattan, pp. 53-68.
- LAWRENCE, Denise, (1996) «Tourism and the Emergence of Design Self-Consciousness in a Rural Portuguese Town», in Pellow, Deborah (ed.), *Setting Boundaries. The anthropology of a Spatial and Social Organization*, London, Begin and Gervey, pp. 71-90.
- LE GOFF, Jacques, (1984) «Memória», *Enciclopédia Einaudi - Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LE GOFF, Jaques et al., (1978) *A Nova História*, Lisboa, Edições 70.
- LEACH, E. R., (1961) *Rethinking Anthropology*, London, The Athlone Press, 1997.
- LEACH, E. R., (1976) *Cultura e Comunicação*, Lisboa, Edições 70, 1992.
- LEAL, João, (2000) *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEDROUT, Raymond, (1987) «L'espace et la dialectique de l'action», *Espaces et Sociétés*, n.º 48-49, Toulouse, Ed. Privat, pp. 131-150.
- LEDROUT, Raymond, (1990) «O Homem e o espaço», in Poirier, Jean (dir.), *História dos Costumes*, vol. 1, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 55-89.

- LEMA, Paula Bordalo, (1984) «A fronteira como factor geográfico. Problemas da área fronteiriça entre Portugal e Espanha», *III Congreso Ibérico de Geografía*, Barcelona, pp. 593-595.
- LENCLUD, Gérard, (2001) «Le patronage politique. Du contexte aux raisons», in Albera, D.; Blok, A. & Bromberger, C., *L'anthropologie de la Méditerranée*, Paris, Maison méditerranéenne des Sciences de l'homme, pp. 277-306.
- LEROI-GOURHAN, (1965) *O Gesto e a Palavra. 2 - Memória e Ritmos*, Lisboa, Edições 70, 1987.
- LEVI, Primo, (1958) «*Se isto é um homem*», Lisboa, Público, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, (1955) *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, (1958) *Anthropologie structurale*, Paris, Plon, 1974.
- LIMPO PÍRIZ, Luis A., (1985) *Olivenza: cidade aberta a dos culturas*, Mérida.
- LIMPO PÍRIZ, Luis A., (1989) *Olivenza entre España y Portugal: un catálogo crítico de la Bibliografía Española y portuguesa sobre Olivenza*, Olivença, 1989.
- LIMPO PÍRIZ, Luis A., (1993) «Gibraltar e Olivenza. Dos litígios fronterizos en la Península Ibérica», *Encontros/Encuentros. Revista hispano-portuguesa de investigadores en Ciências Humanas e Sociais*, n.º2, Olivença, pp. 235-256.
- LOFTUS, Elizabeth, (1983) *La mémoire: comment nous nous souvenons et pourquoi nous oublions*, Le Jour, Paris.
- LOPES, J. Silva, (1999) «Finanças públicas», Barreto, António & Mónica, M.ª Filomena (coord.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Figueirinhas, pp. 36-42.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo, (1984) «La frontera como factor geográfico», *III Colóquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, pp. 596-602.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo & GUICHARD, François (coord.), (2000) *La frontera hispano-portuguesa: nuevo espacio de atracción y cooperación*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.
- LOURENÇO, Fernando, (1996) *A fronteira luso-espanhola: Comparação de indicadores demográficos, de ocupação do solo e das explorações agrícolas*, Documento de Trabalho, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.
- LOWENTHAL, David, (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge University Press, 1999.
- LUCENA, Manuel de, (1999) «Casas do Povo» e «Grémios», in Barreto, A. & Mónica, F. (coords.), *Dicionário da História de Portugal*, vols. VII e VIII Lisboa, Figueirinhas, pp. 245-250 (VII) e pp. 125-135 (VIII).
- LUCENA GIRALDO, Manuel, (1997) «Ciencia para la frontera. Las expediciones de límites y la ocupación del espacio americano, 1751-1804», in Mitre Fernández, Emilio et al., *Frontera e fronterizos en la historia*, U. Valladolid.
- LUNA, Carlos Eduardo da Cruz, (1996) «Um desporto raiano: o pequeno furto», in Cayetano Rosado, Moisés (coord.) *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo XX'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 211-217.
- LUQUE, Enrique, (1996) «En torno a la frontera», in *Antropología Política*, Barcelona, Ariel.
- MAC CLANCY, Jeremy, (1991) «Los límites según perspectivas antropológicas», in Gonzáles Reboredo, X. M. & Fernández de Rota, X. A. (coord.), *Lindeiros da Galegidade-I. Simposio de Antropoloxía*, Consello da Cultura Galega, pp. 11-15.
- MACÍAS GARCÍA, Pedro, (1997) «La incidencia de la presencia del campesinato alentejano en la conflictividad y el desarrollo de los movimientos obreros en la Provincia de Badajoz a comienzos del siglo XX», in Rosado, Moisés Cayetano (coord.), *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el*

Siglo xx', número monográfico especial de O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 45-51.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, (1993) «O enquadramento do espaço nacional», in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 13-59.

MAJADA NEILA, José Luis, (1996) «“Os comigos de mim” (Pessoa). Piropos, motes, dictados, refranes, canciones, mitología popular y otras tradiciones orales de “La Raya” extremeña con Portugal», in Castro, F. Vicente *et alii*, *Identidad y Fronteras Culturales: Antropología y Museística*, Actas II Congreso de História de la Antropología Española, Olivenza 1994, Asociación de Psicología de Extremadura – PSICOEX, pp. 409-414.

MALEFAKIS, Edward, (1980) «Two iberian lands reforms compared: Spain, 1931-36, and Portugal, 1974-78», in Barros, Afonso de (coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 455-485.

MALEFAKIS, Edward, (1996) «Aspectos históricos y teóricos de la guerra», in Malafefakis, E. (org.), *La Guerra de España (1936-1939)*, Madrid, Taurus, pp. 11-47.

MALEFAKIS, Edward (dir.), (1996b) *La Guerra de España (1936-1939)*, Madrid, Taurus.

MALINOWSKI, Bronislaw, (1922) *Los Argonautas del Pacífico Occidental. Un estudio sobre comercio y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea melanésica*, Barcelona, Ediciones Península, 1975.

MARCO ARÉVALO, Javier, (1993) *El interrogatório de la Real Audiência de Extremadura, 1771 (?) Una fonte perscrutora de los questionários etnográficos*, Mérida.

MARCO ARÉVALO, Javier, (1995) *La construcción de la Antropología social extremeña (cronistas, interrogatórios, viajeros, regionalistas y etnografos)*, Cáceres, U. Extremadura.

MARIÉ, Michel, (1986) «Penser son territoire: pour une épistémologie de l'espace local», in Auriac, Franck & Brunet, Roger, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, 143-158.

MARTÍN, Emma & PUJADAS, Joan J., (1999) «Movilización étnica, ciudadanía, transnacionalización y redefinición de fronteras: una introducción al tema», in Pujadas, Joan Josep, Martín Díaz, Emma & Brito, Joaquim Pais de (coords.) (1999), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 7-15.

MARTIN MARTIN, José Luis, (1998) «Conflictos luso-castellanos por la raya», *História. Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XV, Tomo I, Porto, pp. 259-273.

MARTÍN RUBIO, Ángel David, (1999) *Salvar la memória. Una reflexión sobre las víctimas de la Guerra Civil*, Badajoz, Fondo de Estudios Sociales.

MARTINS, Hermínio, (1998) *Classe, Status e Poder*, Lisboa, I.C.S.

MARTINS, José de Souza, (1997) *Fronteira. A Degradação do Outro nos Confins do Humano*, São Paulo, HUCITEC.

MARTINS, Rui Cunha, (1998) «Das fronteiras medievais às fronteiras historiográficas: liminaridade, transgressão, obesidade», *Trabalhos de Antropología e Etnologia*, 38 (3-4), pp. 145-160.

MARTINS, Rui Cunha, (2001) «O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade icónica», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 59, pp. 37-63.

MATIAS, M.ª de Fátima de Rezende F., (1984) *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola - Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença*, Separata da Revista Portuguesa de Filologia, vols. XVIII-XIX.

MATTOSO, José, (1993) «Para a revisão da história das relações entre Portugal e Espanha», *Encontros/Encuentros. Revista hispano-portuguesa de investigadores en Ciencias Humanas y Sociales*, n.º 2, Olivenza, pp. 75-87.

- MATTOSO, José, (1998) *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- MATTOSO, José (dir.), (1992-94) *História de Portugal*, 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne & BELO, Duarte, (1997) *Portugal. O Sabor da Terra. Alto Alentejo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MAUSS, Marcel, (1950) *Sociologie et anthropologie*, Paris, Quadrige/P.U.F., 1950.
- MEDINA GARCÍA, Eusebio, (1997) *Estúdio sobre el contrabando de postguerra en Olivenza y su area de influencia*, Mérida, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas.
- MEDINA GARCÍA, Eusebio, (1998) «La actividad tradicional del contrabando en la frontera hispano-lusa, a la altura de Badajoz capital y su zona de influencia (Proyecto de Investigación)», *O Pelourinho*, número especial dedicado às «I e II Jornadas Interculturales en Ciencias Sociales», Badajoz, pp. 141-147.
- MELO, Daniel, (2001) *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- MESTRE CAMPI, Jesús & SABATÉ, Flocel, (1998) *Atlas de la «Reconquista». La frontera peninsular entre los siglos VIII y XV*, Barcelona, Ediciones Península.
- MILO, Daniel, (1984) «Le nom des rues», in Nora, Pierre (dir.), *Les lieux de mémoire-La Nation III*, Paris, Gallimard, pp. 283-315.
- Ministério das Finanças, (1944) *Manual para Sargentos e Praças da Guarda Fiscal*, Comando Geral da Guarda Fiscal, 1ª repartição, 1958.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, (1965) «Dez anos de política externa (1936-39)», in *Portugal e a Guerra de Libertação de Espanha*.
- MIRA, Joan F., (1988) «La sagrada frontera», in *Actas Simposio Internacional de Antropoloxia «Identidad e Território». Centenário de Otero Pedrayo*, Santiago de Compostela, Consello de Cultura Galega, pp. 29-38.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio et al., (1977) *Frontera e fronterizos en la historia*, U. Valladolid.
- MOLET, Louis, (1990) «História do cômputo e de alguns calendários» e «O ano religioso, a festa e os ritmos do tempo», in Poirier, Jean (dir.), *História dos Costumes. O Tempo, o Espaço e os Ritmos*, Vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 131-191, 193-290.
- MONCUSÍ FERRÉ, Albert, (2002) «*Meitat de França, meitat d'Espanya, o Cerdanya catalana?: Fronteres, identitats nacionais i espais de sociabilitat en una comarca del Pirineu*», Tesi doctorat en Antropologia Social i Cultural, Tarragona, Universitat Rovira i Virgili.
- MONTEIRO, A. Pires, (1939) «A Fronteira Luso-Espanhola», *Revista Militar*, ano XLI, n.º 2, Lisboa, pp. 85-110.
- MONTEIRO, Manuel Gonçalves, (1964) *Elementos de Direito Aduaneiro e de Técnica Pautal*, vol. 1, Lisboa, J.I.U.-C.E.P.S.
- MONTEMOR, Nuno de, (1939) *Maria Mim*, Lisboa, União Gráfica.
- MOUTINHO, José Viale, (1998) *No Passarán! Cenas e Cenários da Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Editorial Notícias.
- MUNN, Nancy D., (1992) «The Cultural Anthropology of Time: A Critical Essay», *Annual Review of Anthropology*, 21, pp. 93-123.
- MUÑOZ MERINO, Ana, (1992) *El delito de contrabando*, Pamplona, Aranzadi.
- NAMER, Gérard, (1987) *Mémoire et société*. Paris, Méridiens Klincksieck.
- NAVARRO, Modesto, (1980) *Poetas Populares Alentejanos*, Lisboa, Vega.
- NEVES, Mário, (1985) *A Chacina de Badajoz: Relato de Uma Testemunha de Um dos Episódios mais Trágicos da Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal.

- NOGUÉ I FONT, Joan, (1997) «Les fronteres i el nacionalisme», in Domingo i Coll, J. & Mallart i Casamajor, L. (ed.), *A l'entorn de la frontera*, Barcelona, Oikos-Tau, pp. 27-38.
- NORA, Pierre, (1984) «Entre Mémoire et Flistoire. La problématique des lieux», in Nora, Pierre (dir.), *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, pp. XVII-XLII.
- NORA, Pierre (dir.), (1984-92) *Les lieux de mémoire*, 7 vols. Paris, Gallimard.
- NORDMAN, Daniel, (1986) «Des limites d'État aux frontières nationales», in Nora, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire. La Nation*, vol. II, Paris, Gallimard, pp. 35-61.
- OLIVEIRA, César, (1985) *Portugal e a II República Espanhola*, Lisboa, P&R.
- OLIVEIRA, César, (1987) *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal.
- ORWELL, George, (1997) *Recordando a Guerra Espanhola*, Lisboa, Antígona.
- PACELLÍN LANÇHARRO, Manuel (org.), (1985) *Extremadura vista por...*, Badajoz, Universitas Editorial.
- PAIS, José Machado, (1985) «“De Espanha nem bom vento nem bom casamento”: sobre o enigma sociológico de um provérbio português», *Análise Social*, vol. XXI (86), pp. 229-243.
- PELEN, Jean-Noél & MARTEL, Claude (dir.), (1992) *Les voies de la parole. Ethnotextes et littérature orale. Approches critiques*, Aix, Alpes de Lumière et Université de Provence.
- PELLEGRINO, P., (1987) «Epistémologie de l'espace et sociologie des lieux. Espaces social, représentations des lieux et transformations contemporaines de l'espace», *Espaces et Sociétés*, n.º 48-49, Toulouse, Ed. Privat, pp. 151-166.
- PELLOW, Deborah (ed.), (1996) *Setting Boundaries. The anthropology of spatial and social organization*, London, Begin e Garvey.
- PENA RODRIGUÉZ, Alberto, (1998) *El gran aliado de Franco*, A Coruna, Ed. de Castro.
- PEREIRA, António dos Santos, (1999) «Terras de Correrias, Ausências e Silêncios. Olhares sobre a Fronteira no Interior Peninsular: a Perspectiva do Historiador», in Rodrigues, Donizete (org.), *Diálogos Raianos. Ensaios sobre a Beira Interior*, Lisboa, Edições Colibri.
- PEREIRA, José Pacheco, (1980) «Atitudes do trabalhador rural alentejano face à posse da terra e ao latifúndio», in Barros, Afonso de, *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências, pp. 163-186.
- PEREIRA, M.ª da Conceição Meireles, (2000) «Relações entre Portugal e Espanha no 3.º quartel do século XIX - Os aspectos cultural e económico», in AAVV, *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade. I Encontro Internacional*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, pp. 101-111.
- PÉREZ, Antonio, (1996) «Milenarismos y pantorrillas preñadas: notas sobre la supuesta sinonimia entre “etnia” y “nación”», in Castro, F. Vicente *et alii*, *Identidad y Fronteras Culturales: Antropología y Museística*, Actas II Congreso de História de la Antropología Española, Olivenza 1994, Asociación de Psicología de Extremadura - PSICOEX, pp. 249-256.
- PERSON, Françoise de, (1999) *Bateliers contrebandiers du sel. XVII^{ème}-XVIII^{ème} siècle*, Ouest France, 1999.
- PICÃO, José da Silva, (1903) *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- PILO ORTIZ, Francisco, (2001) *Ellos lo vivieron. Sucesos en Badajoz durante los meses de Julio y Agosto de 1936 narrados por personas que los presenciaron*, Ed. do Autor, Badajoz.
- PINA CABRAL, João de, (1991) *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- PINA CABRAL, João de, (1992) *Aromas de Urze e de Lama*, Lisboa, Fragmentos.
- PINTADO, A. & BARRENECHEA, E., (1972) *A Raia de Portugal. A Fronteira do Desenvolvimento*, Porto, Afrontamento, 1974.

- PINTO, Jorge, (1996) «Que conteúdo para a política regional comunitária nas relações Alentejo-Extremadura?», in Rosado, Moisés Cayetano (coord.), *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo xx'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 253-262.
- PIRES, João Carlos Salvador Urbano, (1997) *A Memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo Raiano*, 2 vols., Provas de Mestrado em História Social Contemporânea, I.S.C.T.E.
- PIRES, José Cardoso, (1998) *De Profundis, Valsa Lenta*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PISCO, Manuel, (1993) *Alguns Aspectos da Evolução Demográfica Portuguesa no Período 1981/1991 - 2.º volume, Distritos e Concelhos*, Documento de Trabalho, Direcção de Serviços de Planeamento, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- POCHE, Bernard, (1993) «De la transversalité à la verticalité», *Espaces et Sociétés - Identités, espaces et frontières*, n.º 70-71, L'Harmattan, Paris, pp. 203-211.
- POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, Simone & RAYBAUT, Paul, (1983) *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Lisboa, Celta, 1995.
- POUMARÈDE, Jacques, (1998) «Gérer la frontière: la commission internationale des Pyrénées (1875-1900)», in Lafourcade, Maité (org.) (1998), *La frontière franco-espagnole. Lieu de conflits interétatiques et de collaboration interrégionale*, Actes de la Journée d'études du 16 novembre 1996, Presses Universitaires de Bordeaux, 71-92.
- PRAGER, Jeffrey, (1998) *Presenting the Past: Psychoanalysis and the Sociology of Misremembering*, Harvard University Press.
- PRAT, Joan, (1988) «Identidad y territorio en la literatura antropológica sobre España», in *Actas Simposio Internacional de Antropología «Identidade e Território». Centenário de Otero Pedrayo*, Santiago de Compostela, Consello de Cultura Galega, pp. 161-189.
- PRAT CANOS, Joan, (1982) «Aspectos simbólicos de las fiestas», in Velasco, H. (ed.) (1982), *Tiempo de Fiesta. Ensayos antropológicos sobre las fiestas de España*, Madrid, Ed. Tres-Catorce-Dieciséiete, pp. 151-168.
- PRESCOTT, J. R.V., (1967) *The geography of frontiers and boundaries*, Chicago, Aldine.
- PRESCOTT, J. R.V., (1978) *Boundaries and frontiers*, Londres, Croom Helm, Totowa (N.J.), Rowman and Littlefield.
- PRIM, Fernanda Aurélia Salgueiro Magno, (1992) *Actividades Lúdicas de Expressão Musical, Motora e Verbal. Análise do Repertório Infantil dos Sete aos Dez Anos do Concelho de Campo Maior*, Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa – Culturas Regionais Portuguesas, Universidade Nova de Lisboa.
- PUJADAS, Juan Josep, (1993) *Etnicidad. Identidad cultural de los pueblos*, Madrid, Eudema.
- PUJADAS, Juan Josep, (1994) «Memoria colectiva y discontinuidad: La construcción social de las identidades culturales», in Sanmartin, Ricardo (coord.), *Antropología sin fronteras. Ensayos en honor a Carmelo Lisón*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 617-633.
- PUJADAS, Juan Josep, (1997) «D'identitats, fronteres i ciutadanes: el cas deis Pirineus», *Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia*, 11, pp. 109-132.
- PUJADAS, Juan Josep, MARTÍN DÍAZ, E. & BRITO, Joaquim Pais de (coords.), (1999) *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE.
- QUENTAL, Antero de, (1871) *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Lisboa, Guimarães Editores, 2001.
- QUINTAIS, Luís, (2000) *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- QUINTAIS, Luís, (2000,) «Trauma e memória: um exercício etnográfico», *Etnográfica*, vol. IV, n.º 1, pp. 61-88.
- RABINOW, Paul, (1977) *Reflexiones sobre un trabajo de campo en Marruecos*, Madrid, Ediciones Júcar, 1992.
- RABINOW, Paul, (1985) «Fantasia dans la bibliothèque. Les représentations son des faits sociaux: modernité et post-modernité en anthropologie», *Études Rurales*, n.º 97-98, pp. 91-114.
- RAFFESTIN, Claude, (1974) «Éléments pour une problématique des régions frontalières», *L'Espace Géographique*, III, 1, pp. 12-18.
- RAFFESTIN, Claude, (1986,) «Ecogénese territorial et territorialité», in Auriac, Franck e Brunet, Roger, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, pp. 175-185.
- RAFFESTIN, Claude, (1986,) «Éléments pour une théorie de la frontière», *Diogenes*, 134, pp. 3-21.
- RAFFESTIN, Claude, (1993) «Autour de la fonction sociale de la frontière», *Espaces et sociétés*, n.º 70-77, Paris, pp. 157-164.
- RAMOS, Francisco Martins & SILVA, Carlos Alberto da, (2002) *Tratado das Alcunhas Alentejanas*, Lisboa, Edições Colibri.
- RAMOS, Rui, (1994) *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REBOREDO, João António de Oliveira & ATANÁSIO, António Maria, (1967) *Contencioso Aduaneiro*, Lisboa.
- REIG TAPIA, Alberto, (1999) *Memória de la Guerra Civil. Los mitos de la tribu*, Madrid, Alianza Editorial.
- REVEL, Jacques, (1985) «Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX», in *Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 103-158.
- REYNOSO, Carlos (org.), (1998) *El surgimento de la Antropología posmoderna*, Barcelona, Gedisa.
- RIBEIRO, Orlando, (s.d.) «Formação de Portugal», in Serrão, Joel (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. V, Porto, Figueirinhas.
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann & DAVEAU, Suzanne, (1987) *Geografia de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Sá da Costa.
- RITA, José G. Santa, (1938) «O problema das fronteiras (conspecto geral)», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, V (1-2), pp. 7-80.
- ROCAMORA, José Antonio, (2000) «El iberismo en el contexto de la expansión del nacionalismo en la Península Ibérica», in AAVV, *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade. I Encontro Internacional*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, pp. 113-121.
- RODRIGUES, Donizete, (2000) *Diálogos Raianos. Ensaio sobre a Beira Interior*, Lisboa, Edições Colibri.
- RODRIGUES, Urbano Tavares (org.), (s.d.) *O Alentejo*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- RODRÍGUEZ MOLINA, José, (1996) «La frontera de Granada, siglos XIII-XV», in Ceballos, F.T. & Molina, J. R. (coord.), *Primeras Jornadas de Estudios de Frontera Alcalá la Real y el Arcipreste de Hita*, Congreso Internacional celebrado en Alcalá la Real, del 22 al 25 de noviembre de 1995, Diputación Provincial de Jaen, pp. 503-560.
- RODRIGUÉZ PERERA, Francisco, (1946) «Aportación al vocabulario. Algunos términos lusos y espaoles usados en la frontera con Portugal desde Valência de Mombuey hasta Albuquerque principalmente», *Revista de Estudios Extremeños*, pp. 357-403.
- ROIZ, Miguel, (1982) «Fiesta, communication y significado», in Velasco, H. (ed.), *Tiempo de Fiesta. Ensayos antropológicos sobre las fiestas de España*, Madrid, Ed. Tres-Catorce-Dieciséiete, pp. 95-150.

- ROMERO MACHADO, C. GONZÁLEZ IZQUIERDO, S., UNIÓN GUIASADO, M. & ACOSTA PARRENO, M., (1998) «Olivenza, ciudad europea», O Pelourinho, volume dedicado às «I e II Jornadas Interculturais en Ciencias Sociales», Badajoz, pp. 195-212.
- RONCAYOLO, Marcel, (1986) «Território», in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8, «Regiões», Lisboa, I.N. – C.M., pp. 262-290.
- ROSADO, Manuel Bento, (1996) «A cooperação na óptica da criação de um espaço transfronteiriço», in Fernández, A. Campesinos & Bernardo, Carmen Velasco (coord.), *Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitario*, Cáceres, pp. 505-509.
- ROSAS, Fernando, (1994) *O Estado Novo (1926-1974)*, in Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando (coord.), (1998) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Colibri.
- ROSEIRA, M^a João Queiroz, (1977) «Movimentos migratórios de trabalhadores rurais da região de Portalegre», *Finisterra.Revista Portuguesa de Geografia*, XII-n.º 23, pp. 77-84.
- ROWLAND, Robert, (1987) *Antropologia, História e Diferença. Alguns Aspectos*, Porto, Afrontamento.
- RUIZ-DOMÈNEC, José Henrique, (1998) «Hombres-frontera o la historia como gesta», *História. Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XV, Tomo II, Porto, pp. 1539-1549.
- RUVIARO TULESKI, Valéria Eneida, (2001) «*Touros de Morte*» em *Barrancos: uma Tradição da Fronteira Luso-espanhola*, Dissertação de Mestrado em Antropologia-Patrimónios e Identidades, I.S.C.T.E.
- SAHLINS, Peter, (1989) *Frontières et identités nationales. La France et l'Espagne dans les Pyrénées depuis le XVII siècle*, Paris, Belin, 1996.
- SAHLINS, Peter, (1998) «State formation and national identity in the Catalan borderlands during the eighteenth and nineteenth centuries», in Wilson, Thomas e Donnah, Hastings (ed.), *Border identities: nation and State at International frontiers*, Cambridge University Press, pp. 31-61.
- SALAZAR, Oliveira, (1945) *Discursos e Notas Políticas II (1935-1937)*, Coimbra Editora.
- SALCEDO IZU, Joaquin, (1998) «Les Aldudes: lieu de conflits interétatiques et de coopération inter-régionale», in Lafourcade, Maité (org), *La frontière franco-espagnole. Lieu de conflits interétatiques et de collaboration interrégionale*, Actes de la Journée d'études du 16 novembre 1996, Presses Universitaires de Bordeaux, pp. 49-70.
- SALVADO, M.^a Adelaide Neto, (1992) «Migrações e fluxos comerciais marginais na raia da Beira Interior», *Revista de Extremadura*, 7, pp. 37-41.
- SALVADO, Pedro Miguel Neto das Santos Forte, (1996) *Relações Transfronteiriças na Raia do Concelho de Idanha-a-Nova* (Tempo, Espaço e Memória), Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa.
- SALVATIERRA, Pilar Jimeno, (1996) «La construcción de identidades sociales», in *Identidad e Fronteras Culturales*, Actas del II Congreso de Antropología Española, Olivenza, Edición Asociación de Psicología de Extremadura, Badajoz, pp. 373-385.
- SANCHÉZ GÓMES, Luis Ángel, (1997) «Espanoles y portugueses: la vision del otro», *Anales del Museo Nacional de Antropología*, IV, pp. 141-156.
- SÁNCHEZ PASCUA, Felicidad, (1985) «Algunas relaciones entre España y Portugal en el ámbito educativo durante el siglo XIX», in *Encuentros/Encontros de Ajuda. Acta, ponencias y comunicaciones*, Olivenza, pp. 489-503.
- SANTINHO, M.^a Cristina, (1984) *Quadrázais: terra de contrabando*, monografia apresentada na Universidade Nova de Lisboa.
- SANTO AGOSTINHO, (1998) *Confesiones*, vol. II, edición crítica y anotada por el padre Angel Custodio Vega, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos.

- SANTOS, M.^a José de Moura, (1967) *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*, Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra.
- SANTOS, M.^a Lourdes Lima dos, (1988) «Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)», *Análise Social*, vol. XXIV (101-102), pp. 689-702.
- SANTOS, José Rodrigues dos, (2001) *O Correspondente de Guerra, o Discurso Jornalístico e a História – Para uma Análise da Reportagem de Guerra em Portugal no Século XX*, vol. 1, Tese submetida ao grau de Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, Pedro Ribeiro dos, (1985) *Génese e Estrutura da Guarda Fiscal (Ensaio histórico)*, Lisboa, I.N. – C.M.
- SARAMAGO, Alfredo, (1997) *Para Uma História da Alimentação no Alentejo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SARAMAGO, José, (1989) «Acerca do (meu) Iberismo», *Encuentros/encontros. Revista hispano-portuguesa de investigadores en Ciências Humanas y Sociales*, n.º 1, Olivenza, pp. 29-31.
- SARMENTO, João Carlos, (1996) «A fronteira luso-espanhola no séc. XIX: estabelecimento do seu controlo», in *Actas do II Encontro de Portalegre. História Regional e local de Portalegre*, Associação dos Professores de História, Lisboa, pp. 143-151.
- SEGURA GRAÑO, Cristina, (1996) «Las mujeres en la frontera», in Ceballos, F. T. & Molina, J. R. (coord.), *Primeras Jornadas de Estudios de Frontera Alcalá la Real y el Arcipreste de Hita.*, Congreso Internacional celebrado en Alcalá la Real, del 22 al 25 de noviembre de 1995, Diputación Provincial de Jaen, pp. 633-644.
- SENA, Arlindo, (1996) «Os anos trinta e as relações luso-espanholas na raia (Extremadura-Alentejo) (Elvas)», in Rosado, Moisés Cayetano (coord.) *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo XX'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 131-145.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo, (1980) «Reflexiones teóricas sobre el concepto sociológico de latifundismo», in Barros, Afonso de, *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras Instituto Gulbenkian de Ciências, pp. 29-46.
- SILVA, Carlos Alexandre A., (2001) *Mnemósine. A Memória Social e a Sua Transmissão*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- SILVA, Luís Miguel de Sousa, (1999) *Identidade Nacional: Práticas e Representações num Contexto de Fronteira*, Dissertação de mestrado em «Antropologia: patrimónios e identidades», I.S.C.T.E.
- SILVANO, Filomena, (1997) *Territórios da Identidade Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta. (2001) *Antropología do Espaço*, Lisboa, Celta.
- SOBRAL, José Manuel, (1998) «Memória Social e Identidade. Experiências individuais, experiências colectivas», in Cardim, Pedro (org.) *A História entre Memória e Invenção*, Lisboa, Europa-América, pp. 35-60.
- SOPA GONZÁLEZ, S., PARRA RECIO, C., MONTERRUBIO MUÑOZ, V. & VAÑO MARTÍNEZ, C. (1998) «Olivenza: enclave hispano-portugués», *O Pelourinho*, número especial dedicado às «I e II Jornadas Interculturais en Ciencias Sociales», Badajoz, pp. 89-110.
- SUÁREZ NAVAZ, Liliana, (1999) «La construcción social del 'fetichismo de los papeies': ley e identidad en la frontera sur de Europa», in Ignasi Terradas, (coord.), *Antropología Jurídica*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 89-101.
- THIESSE, Anne-Marie, (1999) *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XX^e siècle*, Paris, Seuil.
- THOMAS, Hugh, (1961) *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Ulisseia, s.d.
- THOMAS, Hugh, (1996) «Los primeros meses de lucha», in Malafefakis, E. (org.), *La Guerra de España (1936-1939)*, Madrid, Taurus, pp. 109-135.

- TODOROV, Tzvetan, (1995) «La mémoire devant l'histoire», *Terrain*, n.º 25, pp. 101-112.
- TODOROV, Tzvetan, (2000) *Memória do Mal, Tentação do Bem. Uma Análise do Século xx*, Lisboa, ASA, 2002.
- TONKIN, Elizabeth, (1992) *Narrating our pasts. The social construction of oral history*, Cambridge University Press.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (ed.), (2000) *Portugal e Espanha contemporâneos*, Madrid, Marcial Pons. *Tratado celebrado entre España y Portugal para fijar los límites de ambas naciones en el trayecto de frontera que se extiende desde la desembocadura del Miño hasta la unión del río Caya con el Guadiana, firmado en Lisboa el 29 de Setiembre de 1864 y Anejos al mismo firmados en la expresada ciudad el 4 de Noviembre de 1866*, Edição bilingue.
- TURNER, Victor, (1982) «Liminal to liminoid, in play, flow, ritual. An Essay in Comparative Symbolology», in *From Ritual to Theatre. The Human Seriousness of Play*, New York, PAJ Publications.
- TYLER, Stephen A., (1986) «Post-Modern Ethnography: From Document of the Occult to Occult Document», in Clifford, J. & Marcus, G. (Ed.), *Writing Culture. The poetics and Politics of Ethnography*, University of California Press, pp. 122-140.
- URIARTE, Luis M., (1994) *La Codosera. Cultura de fronteras y fronteras culturales en La Raya luso-extremeña*, Asamblea de Extremadura.
- URIARTE, Luis M., (1994) «Ritualización de la transgresión en una cultura de frontera», *Campo Abierto*, n.º 11, p. 11-41.
- URIARTE, Luis M., (1996) «Cultura de frontera, con y sin fronteras», in Rosado, Moisés Cayetano (coord.), *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo xx'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 23-41.
- VALADÉS SIERRA, J.M., (1996) «Bótoa y Chandavila: Dos advocaciones transfronterizas en el archivo mariano del Museo Nacional de Antropología», in Rosado, Moisés Cayetano (coord.), *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo xx'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 107-128.
- VALCUENDE DEL RIO, J. M.^a (1996) «Aproximación a una frontera política, económica y simbólica: el caso de Ayamonte», in *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de lengua y cultura en la frontera*, Tomo II, Cáceres, pp. 445-460.
- VALCUENDE DEL RIO, J. M.^a, (1998) *Territórios, fronteras e identificaciones colectivas*, Sevilla, Fundación Blas Infante.
- VALCUENDE DEL RIO, J. M.^a, (1999) «Espacio, território y comunidad: procesos de identificación y discursos», in Pujadas, Joan Josep, Martín Díaz, Emma & Brito, Joaquim Pais de (coord.) (1999), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Actas VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE, pp. 217-227.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel, (1995) *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.
- VALERI, V., (1994) «Festa», *Enciclopédia Einaudi-Religião - Rito*, vol. 30, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VAN GENNEP, Arnold, (1921) *Traité comparative des nationalités*, Paris, Éditions de C.T.H.S., 1995.
- VAN RUN, Pieter, (1997) «La Región fronteriza hispano-portuguesa», *Lace Magazine*, n.º 1, pp. 10-15.
- VANONI, Didier, (1995) «Maurice Halbwachs: espaces urbains, comportements sociaux et mémoire collective», *Recherche Sociale*, 135, pp. 37-53.

- VASCONCELOS, J. Leite de, (1921) «Delimitação da fronteira portuguesa (notícia histórica)», *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 13 (1918-19), Coimbra, pp. 1275-1292.
- VELASCO, Honório (ed.), (1982) *Tiempo de Fiesta. Ensayos antropológicos sobre las fiestas de España*, Madrid, Ed. Tres-Catorce-Diecisiete.
- VELCIC-CANIVEZ, Mirna, (1994) «Vers une anthropologie de la guerre», *Communications*, n.º 58, pp. 69-74.
- VENTURA, Margarida Garcez, (1998) «Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo», *História. Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XV, Tomo I, Porto, pp. 601-625.
- VICENTE, Ana, (1992) *Portugal Visto de Espanha*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- VIEIRA, Rui Rosado, (1996) «Sinais da guerra civil espanhola em Campo Maior (1936-1950)», Cayetano Rosado, Moisés (coord.) *Encuentro 'Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo xx'*, número monográfico especial de *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*, Ayuntamiento de Badajoz, pp. 181-188.
- VIEIRA, Rui Rosado, (1998) «Elementos sobre o crescimento económico do Alto Alentejo, segundo um relatório espanhol de 1796», *O Pelourinho*, volume dedicado às «I e II Jornadas Interculturais en Ciencias Sociales», Badajoz, pp. 39-45.
- VIEIRA, Rui Rosado, (1999) *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença, de Inícios do Século XVI a Meados do Século XVII*, Lisboa, Livros Horizonte.
- VILA IZQUIERDO, Justo, (1986) *La guerrilla antifranquista en Extremadura*, Badajoz, Universitas Editorial.
- VIOLA, Juan J., (1992) «Introducción» ao «Informe para la Real Audiencia de Extremadura sobre los pueblos fronterizos, realizado por Francisco Xabier Contreras», *Revista de Extremadura*, 7, pp. 3-24.
- VOVELLE, Michel, (1982) «El desvio por la historia en el redescubrimiento de la fiesta», in *Ideologías y mentalidades*, Barcelona, Ariel, 1985, pp. 187-198.
- WIEVIORKA, Michel, (2000) *A Diferença*, Lisboa, Fenda, 2002.
- WILSON, Thomas & DONNAN, Hastings, (1998_a) «Nation, State and identity at international borders», in Wilson, Thomas & Donnah, Hastings (eds.), *Border identities: nation and State at international frontiers*, Cambridge University.
- WILSON, Thomas & DONNAN, Hastings (ed.), (1998_b) *Border identities: nation and State at international frontiers*, Cambridge University Press.
- XABIER DE CONTRERAS, Francisco, (1791) «Informe para la Real Audiencia de Extremadura sobre los pueblos fronterizos», *Revista de Extremadura*, n.º 7, Cáceres, 1992, pp. 25-32.
- YAGER, P. (ed.), (1996) *The geography of identity*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- YATES, Frances A., (1966) *L'art de la mémoire*, Paris, Gallimard, 1975.
- ZAVALA, Diego Rodriguez Antonio, (1999) *Aprendiz de gañón*, Guipúzcoa, Editorial Sendoa.
- ZIENTARA, Benedikt, (1989) «Fronteira», *Enciclopédia Einaudi - Estado-Guerra*, vol. 14, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 306-317.
- ZONABEND, Françoise., (1977) «Pourquoi nommer?», in Lévi-Strauss (dir.), *L'identité*, Paris, Quadrige/P.U.F., 1983, pp. 257-279.
- ZONABEND, Françoise., (1980) *La mémoire longue. Temps et histoires au village*, Paris, PUF.

Índice remissivo

A

Albuquerque, 76, 90-1, 120, 301, 311

Alcanises, Tratado de, 22, 26, 76

Alcunhas, 59

Alianças matrimoniais, 140-2

Andorra, 181, 197, 238-40, 246

Anti-comunismo, 258, 261, 282

B

Banditismo, 338

Batalha de Badajoz, 255-9, 283-7, 293

Barrancos, 277, 293

Bayonne, Tratado de, 77

Bilinguismo, 106-8

C

Café, 21, 25, 33, 120-1, 129, 135, 142, 146, 151, 158, 327

contrabando de, 122, 143-5, 155, 159, 182, 184, 186, 188, 190-8, 201-2, 222-3, 225, 228-31, 236-9, 242-3, 303, 321-2

Cafezeiro (empresário de café), 198, 202, 224, 230

Campo Maior

espaço urbano em, 121, 124-5

estrutura agrária de, 20-1

geografia de, 19-20

história de, 22-6, 123

população de, 21-2
 topónimos de, 122-4
 Campo político, 138
 Campomaiorense, Sporting Clube, 127, 148-9
 Cartografia, 85, 102, 109-10
 Casa do Povo, 127, 134, 139, 151-3, 277, 282
 Casamentos mistos, 105, 266
 Castelhana, resistência ao, 107-8
 Centro/periferia, 318-9
 Circulação de pessoas, 88, 95-7, 174-5, 180, 252, 318-9
 Clandestinidade, 176, 263, 278, 297-8
 Comemoração, 66, 68-70
 Comércio, 82-3, 94, 134
 Comunidade europeia, 103, 113
 Contrabandistas,
 ética dos, 211, 230-1, 234-5
 como heróis locais, 169, 171, 197-8
 crianças, 191
 mulheres, 201-4, 222-3, 232, 235-6, 242, 278
 profissionais, 184, 186, 188-9, 192-6
 profissionais/amadores, 192-3, 196, 214
 tipificação dos, 188
 Contrabando,
 moral e, 170, 178, 212
 barracões e, 190-2, 265, 274-6
 de café, 122, 143-5, 155, 159, 182, 184, 186, 188, 190-8, 201-2, 222-3, 225, 228-31, 236-8, 242, 303, 321-2
 e convivência das autoridades, 168, 176-8, 190, 198-200, 211, 220, 228-9, 231
 denúncia do, 168-9, 171-2, 184, 229, 232, 234
 fiador, 223-4
 formulação jurídica do, 168, 189
 guerra civil e, 180-1, 186-90, 200, 217, 219, 223, 228, 251, 254, 265, 277-9, 281, 290, 302-3, 321, 323-4
 história do, 165-6, 168-70, 172
 e identidade, 18, 244-5, 328
 inquirições e, 178-9
 jogo (de cartas) e, 193-5
 e laços de parentesco, 206, 212-3
 leilões, 235
 redes de, 241-2
 refugiados e, 96, 176, 180-1, 217, 302-4
 repressão do, 167, 170, 172-6, 178, 206, 214-9, 278-9, 304
 sorte no, 171, 209, 212, 309-10
 de tabaco, 179-80, 183, 238-9
 de trigo, 198-200

Controlo social, 157
 Convívio, 111, 112
 e distinção social, 126-130
 Cultura de fronteira, 103-108
 e identidade nacional, 108-9
 e língua, 106-8

D

Degolados, 19, 21, 25-6, 41, 137, 218, 223, 264, 271, 303, 305, 307-8
 Delta-Cafés, 149, 160, 243, 322, 325
 Demografia, 21, 33, 83, 108, 121, 241
 Distinção social, 126-30, 133, 135, 186
 Doutrinação política, 271-2
 Droga, tráfico de, 111
 «Duas Espanhas», 257, 270-1

E

Elvas, 19, 20, 25, 91, 93-4, 96-7, 121, 124, 127, 144, 152, 179, 204, 210, 238, 258-9, 261-2, 273, 275, 277, 287, 306
 Endogamia de classe, 141
 Epistemologia,
 autoridade científica, 43
 etnografia como texto, 45-6
 interpretativismo, 39
 neutralidade/distanciamento do investigador, 29-30, 253
 Espaço liminar, 104
 Espaço e memória, 119, 125
 Espaço e território, 17, 60-1, 100-3
 Esquecimento, 18, 58, 66-8, 71, 253, 322
 e práticas rituais, 69
 Estado,
 centralização do, 79, 82, 166
 e representação do outro, 113
 territorialização do, 76, 80, 100
 Estado Nação, 316
 emergência do, 77, 85, 100, 173
 e fronteira, 75, 77-82, 84-6, 88, 100-2, 166
 Estátua de Rui Nabeiro, 122-3, 160-2, 243, 327
 Estereótipos, 108, 112-5, 267, 286, 321
 Estratificação social, 133-4
 Ética, 228-31, 292

Etnia/etnicidade, 316, 329

Exílio, 178, 271, 296-8

F

Facto social total, 239

Festas do Povo, 25, 37-8, 128, 187, 239, 264, 320-1

Fluxos, 105-6, 317-8

Fome, 260-1, 265-6, 272, 274-5

Fronteira,

ambiguidade da, 80, 82-3, 111

e bilinguismo, 106-8

comunidades locais e, 78-80, 88-92, 99

demarcação e limites, 75-8, 85-6, 89,

92, 100, 104

desaparecimento/abertura da, 99, 108, 111, 174, 182-3, 203-5, 247-8

no discurso político, 76-9, 88-9, 94, 97-9

guerra e, 81-2

inquirições na, 87, 179

limites naturais, 84-90

linha/zona, 83-4, 102

como recurso, 82,

reinvenção da, 112

G

Gama, Francisco Telo, 135-7, 140, 153-4, 190-1, 200, 273

Globalização, 112-3, 166, 181, 316-319

Grémio da Lavoura, 134, 138, 153

Guardas,

ambiguidade do papel dos, 177-8

Brigadilha, 229, 234

carabineiros, 207-8, 211, 213

convivência com o contrabando, 168, 1768, 190, 198-200, 211, 220, 228-9, 231

contrabandistas e, 177, 205-19

Guarda-Fiscal, 172-5, 177, 191, 207-10

portugueses/espanhóis, 185, 205, 213-4, 216

Guerra civil de Espanha

cancioneiro da, 294

contrabando e, 180-1, 186-90, 200, 217, 219, 223, 228, 251, 254, 265, 277-9, 281, 290, 302-3, 321, 323-4

execuções, 256-7, 263, 283-5, 287

heróis e vilões, 290

Marroquinos e, 267-9, 286

mendicidade e prostituição, 275

como oportunidade, 96, 181, 252, 269, 272-281
 perseguições políticas, 274, 278, 282, 297-9
 Portugal face à, 251-2, 258, 262-3, 272-4, 281-2, 284, 297
 prisões, 191, 264, 284-5
 refugiados, 96, 175-6, 180-1, 252, 254-5, 259, 260-65, 274, 295-6, 298-300, 302
 ricos e pobres na, 271, 281-96, 323
 visão salazarista da, 258, 273, 282

H

Heróis locais, 169, 325-7
 História oral, 251
 homogeneidade cultural, 319

I

Identidade, 315, 317, 324-5, 328-9
 nacional, 78, 80, 108-10, 320
 território e, 7 6-8
 Indústria do café, 21-2, 33, 135, 142, 146, 155, 158, 182, 184, 242-3, 247
 Inveja, 172, 231-2, 242

J

Jornais locais, 93-5, 1 53

L

Latifúndio, 123, 128, 133, 135, 271
 Lavradores, 129-31, 134, 139, 143, 146, 151, 153, 155, 198, 215, 325-7
 Legião Portuguesa, 139, 280, 282, 305
 Liminaridade, 109, 166
 Linguagem e memória, 58-9
 Local/nacional, 109
 Lugares de memória, 24, 123, 284, 307

M

Medo, 226
 Memória, 19, 32, 39, 120
 autobiográfica, 59, 62, 68
 como espaço de disputa, 68, 132, 321, 323
 e espaço, 125

fragmentação da, 72, 272, 323
 História e, 39, 59, 62, 66, 68, 70-1, 284
 identidade e, 58, 68-9, 71, 315, 319-20, 324
 e narrativa, 45, 66, 324
 topografia da, 308
 e tradição, 69-70
 traumática, 40, 252-3
 Memória cognitiva, 64
 Memória-hábito, 64, 65
 Memória pessoal, 64
 Memória social, 30, 60, 68, 1 19-20, 315, 321
 e cerimónias comemorativas, 66, 68-70
 conceito de, 39, 120
 espaço e, 56-7, 119-20
 linguagem e, 58-9
 como objecto de estudo, 17, 39
 socialização e, 61, 64
 transmissão da, 61-2, 65-7, 71, 292
 Mendicidade, 275
 Mercado de trabalho, 150-6, 159
 Metodologia,
 informantes, 34, 40-2, 285-8
 investigador/terreno, 30-42
 modelo clássico, 30-2
 observação participante, 31-2, 43-5
 pragmatismo metodológico, 40
 questões de escala, 33, 40
 trabalho de campo, 35-6, 291
 Migrações, 95, 142, 150, 175-6
 Museu do Café, 243

N

Nabeiro (família), 143-9, 236
 Nabeiro, Rui, 43, 122, 129, 135, 137, 142-4, 146-9, 155-6, 159-62, 189, 196, 215, 230, 243, 325-7
 Nacionalização, processos de,
 do Estado, 75-6, 100, 328-9
 nacionalismos, 77, 106, 1 12,
 poder tributário e, 167-8, 172-5
 do território, 75-6, 78-80, 100-1, 147

O

Olivença, 86, 95, 120, 169, 179, 181, 194, 219

Oral/escrito, 36, 39, 70-2

Ordem/caos, 282

Ouguela, 19, 21-2, 26, 41, 76, 89-91, 136, 144, 151-2, 196, 200, 211, 243, 264, 277-9, 284, 297, 305

Imagem/representação do outro, 111-3

P

Patrocínio, 156-60

Parentesco, 157, 328

Poder autárquico, 139-40

Poder e autoridade, 130-1, 146, 151-5

Popular/geunino, 25

Prostituição, 194, 266

PVD.E/P.I.D.E., 96, 124, 139, 153, 174, 176, 262, 291

Q

Quadrazais, 194, 240, 243-6

R

Racionamento, 269, 273-4, 276-7

Referta de Ouguela, 89-91, 211, 264, 269, 277-8, 284, 297, 306-8, 311-2

Reforma agrária, 271

Refugiados,

auxílio aos, 273-4, 279-81, 289-91, 294

captura de, 262-4, 282, 298, 306-7, 310-2

guerra civil e, 96, 175-6, 180-1, 252,

254-5, 259, 260-65, 274, 295-6,

298-300, 302

invisibilidade, 265, 273

pequenos furtos, 277-8, 302

Regime agrário,

Extremadura, 97, 271

mecanização da agricultura, 142

posse da terra, 134-5, 140, 150, 158,

refertas, 90-2, 265, 301-2

Rememoração, 40, 120, 125, 132, 154, 253, 260, 281, 287, 293, 306, 315

Revolução (25 de Abril), 120, 129, 131-3, 135, 138, 142, 150, 155, 158, 195

Ricos/pobres, 133-4, 137, 264, 277

e guerra civil de Espanha, 281-96, 323-4

Rio de Onor, 245

Ritual, 68-70
 Romarias, 93, 95
 Roubos e furtos, 277-8, 302

S

Sacrifício, 289, 294-5, 300-1, 327
 Schengen (acordo de), 317
 Signos/sinais, 41-2, 122, 300
 Soberania jurisdicional/territorial, 75-9, 82, 84, 101-2
 Sociabilidades, 19, 44, 119-20, 125, 132, 205, 265
 Sorte, 146, 209, 212

T

Tempo, 17, 59-60, 72, 119
 antes-agora, 50, 120, 129, 131, 138
 calendário, 52-4, 56
 cíclico/linear, 52, 54-5
 dimensão social do, 50-7
 feiticismo do, 55-6
 medição do, 49-53, 56
 modos de temporalização, 56-7
 Tempo livre, 138
 Terra, posse da, 134-5, 140, 150, 158
 Território e identidade, 76-8
 Trabalho, valor do, 95, 143, 146-8
 Trabalho sazonal, 97, 271
 Tradição, 68-70
 Tratado de Limites, 76-8, 87, 90, 301
 Trigo, Campanha do, 199

V

Violência e contrabando, espancamentos, 170-1, 207, 218-9
 mortes, 171, 216-8, 304
 prisões, 171, 198, 207, 213-6, 293
 Visões do mundo, 108, 254, 258, 267, 271
 Vocação, 240

X

Xenofobia, 108, 110, 316

Caderno de imagens



De «vila quase cidade» no século XVI, como dela escreveu um historiador local, Campo Maior tornou-se hoje um dos poucos concelhos do interior alentejano que tem conseguido uma relativa estabilização da sua população.

A indústria de torrefacção de café, herdeira do contrabando desse produto para Espanha, emprega grande parte da sua população activa. Na aparência, porém, Campo Maior continua a mostrar a quem chega uma imagem que vem de outros tempos e onde sobressaem monumentos como o castelo ou a igreja matriz.



AS DIFERENÇAS SOCIAIS, QUE DE FORMA TÃO INTENSA MARCARAM O PASSADO DE CAMPO MAIOR, EXPRESSAVAM-SE TAMBÉM NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E NAS PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE. DESDE O TÊNIS NA QUINTA DAS QUEIMADAS AOS ENCONTROS E CELEBRAÇÕES DE TOM BEM MAIS POPULAR.





Aprendizagem e ideologia.
Grupo da juventude católica e grupo de aprendizes de ferrador





**CAMPO MAIOR NOS ANOS 30.
NO JARDIM PÚBLICO UM PEQUENO ESTABELECIMENTO DE SECOS E MOLHADOS E NA PRAÇA DO
MUNICÍPIO UMA MANIFESTAÇÃO ANTICOMUNISTA.**





A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO NUMA MOSTRA DE TRAJES REGIONAIS.



**AS FESTAS DO POVO TÊM SIDO LUGAR DE EVOCAÇÃO DE FIGURAS NACIONAIS.
A MESMA RUA HOMENAGEOU CRAVEIRO LOPES EM 1953 E AMÁLIA EM 1998**



No final do século xx subsistem em Campo Maior velhos contrastes e antigas referências. A Canada é ainda hoje chamada «rua dos ricos» e a Rua dos Quartéis, junto às muralhas, pouco mudou nas últimas décadas.



OS LARGOS EMBLEMÁTICOS DA VILA CONTINUAM A CONSTITUIR IMPORTANTES REFERÊNCIAS NA MEMÓRIA COLECTIVA. É O CASO DO TERREIRO, AGORA COM PALMEIRAS E FONTANÁRIO E DOS CANTOS DE BAIXO, A ANTIGA PRAÇA DE JORNA.



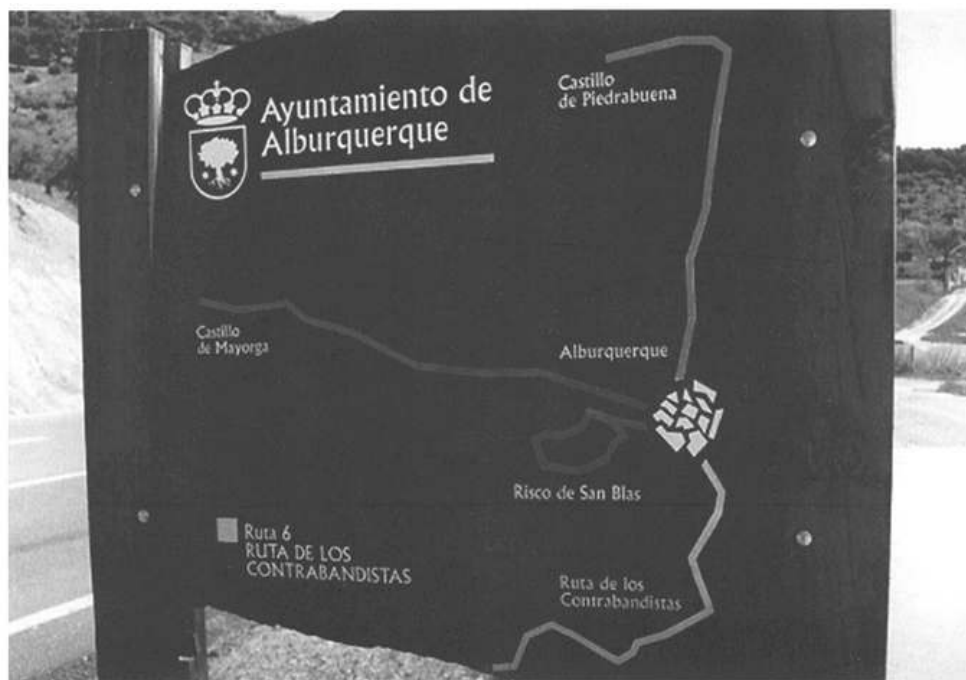
DESAFECTADOS DA SUA FUNÇÃO, ALGUNS DOS POSTOS DA GUARDA FISCAL FORAM RECONVERTIDOS. E O CASO DO CASARÃO, HOJE CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE TOXICODPENDENTES, E DO RETIRO, QUE PASSOU A POSTO DE TURISMO.



AS PASSEIRAS DO RIO, QUE CONSTITUÍRAM TRAJECTOS IMPORTANTES PARA OS CONTRABANDISTAS, ESTÃO HOJE ABANDONADAS.



NA REGIÃO DE CAMPO MAIOR SÃO RAROS OS OBSTÁCULOS NATURAIS DEMARCANDO A FRONTEIRA. OS MARCOS EM PEDRA SINALIZAM UMA DIVISÃO IMPERCEPTÍVEL E OS LUGARES DE CIRCULAÇÃO DO CONTRABANDO TANTO SÃO ABERTOS E SEM BARREIRAS COMO VEREDAS DISCRETAS, MAS EM AMBOS OS CASOS A FRONTEIRA PERMANECE DISCRETA, MESMO INVISÍVEL.



EM ESPANHA, A IMAGEM MÍTICA DOS VELHOS «MOCHILEIROS» TEM SIDO APROVEITADA NA PROMOÇÃO TURÍSTICA DA ROTA DOS CONTRABANDISTAS. O LIMITE FRONTEIRIÇO MARCA, NESTE CASO, O FIM DA ROTA E TAMBÉM DA PROMOÇÃO.



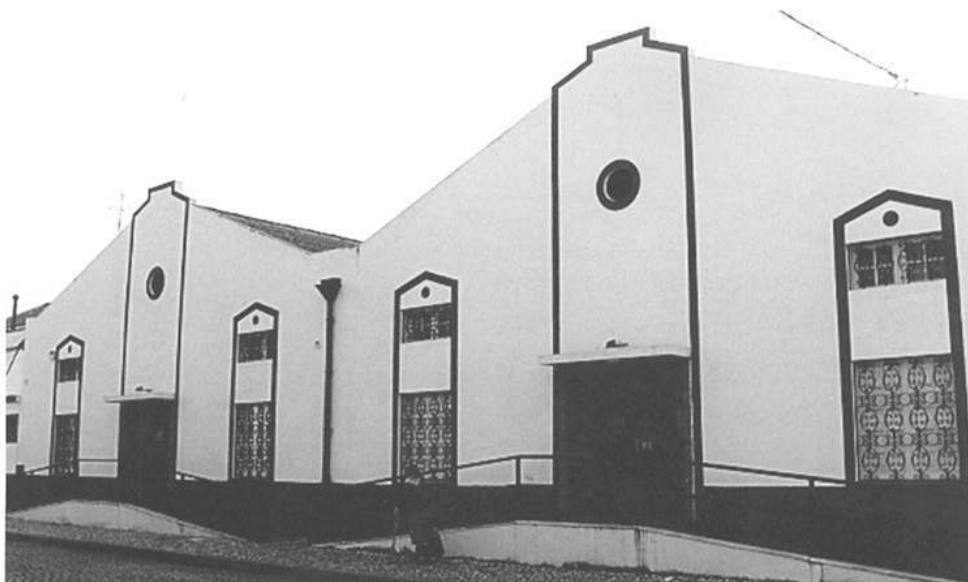
APESAR DO CONTRABANDO SER UMA REFERÊNCIA CONSTANTE EM CAMPO MAIOR, SÃO RARAS AS IMAGENS QUE O INVOCAM. UMA DESSAS RARAS FOTOGRAFIAS, HOJE AFIXADA NO MUSEU DO CAFÉ, INSPIROU O ESCULTOR QUE CRIOU A ESTÁTUA DE RUI NABEIRO.



A FRONTEIRA PODIA SER TAMBÉM UM ESPAÇO DE CONVÍVIO PARA QUEM NELA TRABALHAVA. AS FOTOS DOCUMENTAM UM ENCONTRO DE GUARDAS PORTUGUESES E ESPANHÓIS NO POSTO DO RETIRO.



A colocação de uma estátua ao Comendador Rui Nabeiro num largo do centro da vila traduz o reconhecimento da sua importância na economia local, mas evoca também o contributo do contrabando para o seu sucesso empresarial. A memória da Guerra Civil de Espanha expressa-se, em grande medida, a partir de espaços que evocam acontecimentos. Os antigos celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo serviram de prisão para refugiados espanhóis.



AS PORTAS DA VILA, CUJO RESTAURO É PEDIDO DESDE OS ANOS 30, FORAM UM DOS LUGARES ESCOLHIDOS PARA OBSERVAR OS PRIMEIROS BOMBARDEAMENTOS EM BADAJOZ.